

# O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA

**DENISE PEREIRA  
MARISTELA CARNEIRO  
(ORGANIZADORAS)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



# O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA

**DENISE PEREIRA  
MARISTELA CARNEIRO  
(ORGANIZADORAS)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
B823	<p>O Brasil dimensionado pela história [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-823-6 DOI 10.22533/at.ed.236190312</p> <p>1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 981.65</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiossincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes bases, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA	
Wagner Cavalheiro	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.2361903121	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
PATRIMÔNIO: ESPAÇO DIDATIZADO – CASO DO INSTITUTO BRUNO SEGALLA, CAXIAS DO SUL	
Paloma Lava	
DOI 10.22533/at.ed.2361903122	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
O PATRIMÔNIO TERRITORIAL PÚBLICO E OS REGISTROS DOCUMENTAIS	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.2361903123	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
SERRA NEGRA DO NORTE/RN – BERÇO DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL-NATURAL ADORMECIDO	
Rita de Cássia Dantas de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2361903124	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
IDENTIDADE E LUGARES DE MEMÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS MONTES GUARARAPES	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2361903125	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
ARQUIVOS, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: OS BENEFÍCIOS E OBSTÁCULOS DESSAS APROXIMAÇÕES	
Railane Antunes Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2361903126	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
NO LINEAR DA PRIMEIRA REPÚBLICA A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DE MINAS GERAIS (1906–24), O PAPEL DO INSPETOR E DIRETOR	
Sandra Maria de Oliveira	
Betânia Oliveira Larteza Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.2361903127	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>84</b>
A QUESTÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DE INTERVENÇÕES DO COTIDIANO	
O MONUMENTO ÀS BANDEIRAS E O PÁTIO DA CRUZ	
Editon Mioshi Arakawa Barretto	
DOI 10.22533/at.ed.2361903128	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>97</b>
ENSINO DE HISTÓRIA E A PRESENÇA NEGRA NOS TRÓPICOS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM O CONTO A BOTIJA DE OURO	
Atenor Junior Pinto dos Santos Marcos Ferreira Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2361903129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>107</b>
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: OS ARQUIVOS ESCOLARES COMO POSSIBILIDADE DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS	
Vanessa Campos Mariano Ruckstadter Janete Leiko Tanno Flávio Massami Martins Ruckstadter	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER: A ENTREVISTA COMPREENSIVA E AS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS DOS DISCURSOS DE MULHERES EDUCADORAS	
Roselia Cristina de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>133</b>
ASPECTOS DA HISTÓRIA DAS CRECHES NA CIDADE DE MARÍLIA/SP, BRASIL: 1940-1997	
Josiane de Moura Dias Marquizeli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>141</b>
A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM BREVE PANORAMA DOS TRABALHOS REALIZADOS EM IJUÍ/RS	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>148</b>
BRASIL E ÁFRICA DO SUL NO CONTEXTO DO APARTHEID: RELAÇÕES E RUPTURAS	
Mariana Schlickmann	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>157</b>
ARQUITETURAS DE USO MISTO EM MACAÚBAS, ALTO SERTÃO BAIANO: SISTEMAS CONSTRUTIVOS, PRÁTICAS DE MORAR E TRABALHAR	
José Antônio de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>174</b>
HISTÓRIA DA SECA, DA FÉ E DO NORDESTE CANTADA PELO REI DO BAIÃO	
Romero de Albuquerque Maranhão Norberto Stori	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031216</b>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>183</b>
A PAISAGEM AMBIENTAL DE CUBATÃO NAS OBRAS DE NORBERTO STORI	
<a href="#">Romero de Albuquerque Maranhão</a>	
<a href="#">Norberto Stori</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>192</b>
“A PROPRIEDADE PRIVADA É SAGRADA E PONTO FINAL”: A FALA DO PRESIDENTE BOLSONARO AOS RURALISTAS E A VIOLÊNCIA NO CAMPO	
<a href="#">Francivaldo Alves Nunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>200</b>
REPRESENTAÇÕES DO JORNAL <i>O GLOBO</i> SOBRE O PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE LEONEL BRIZOLA (1979-1980)	
<a href="#">Marcelo Marcon</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>211</b>
A QUESTÃO CHRISTIE (1861-1863) E O ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E A GRÃ-BRETANHA: ECOS NA IMPRENSA, NA PINTURA, NO TEATRO E NA NARRATIVA <i>O DONATIVO DO CAPITÃO SILVESTRE</i> (1893), DO PARAENSE INGLÊS DE SOUSA	
<a href="#">Denise Rocha</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>227</b>
O HOMEM QUE CRIOU SHERLOCK HOLMES: ARTHUR CONAN DOYLE ENTRE AS CIÊNCIAS E A LITERATURA	
<a href="#">Jarbas de Mesquita Neto</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>237</b>
ESTÉTICA NEGRA E DESCOLONIZAÇÃO DA IMAGEM NO CINEMA NEGRO DE SPIKE LEE E ZÓZIMO BULBUL	
<a href="#">Jéfferson Luiz da Silva Monteiro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>248</b>
CONSONÂNCIAS METODOLÓGICAS NAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA DO CHORO	
<a href="#">Denis Wan-Dick Corbi</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>260</b>
DOS POBRES CAVALEIROS DE CRISTO À IGREJA DE SATÃ - AS RESSIGNIFICAÇÕES DO BAPHOMET	
<a href="#">Lívian Mota Magalhães</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031224</b>	

<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>271</b>
KUÑANGUE ATY GUASU ENTRE RITUAIS: A RESISTÊNCIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI NO MS	
<a href="#">Marlene Ricardi de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>279</b>
O SILENCIO SOBRE AS AFETIVIDADES FEMININAS: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E CORPO NO MARANHÃO COLONIAL	
<a href="#">Nila Michele Bastos Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031226</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>293</b>
UM OLHAR SOBRE O URBANO NO BRASIL COLONIAL: IRMANDADES DE NEGROS E ESPACIALIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA	
<a href="#">Valter Luiz de Macedo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031227</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>305</b>
O VITALISMO E AS ORIGENS DA FISILOGIA MODERNA	
<a href="#">Jarbas de Mesquita Neto</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031228</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>317</b>
RECOLHIMENTO DOS POBRES DO PÃO DO SANTO ANTÔNIO: POBREZA E ASSISTÊNCIA EM DIAMANTINA, 1901-1910	
<a href="#">Paula Afonso de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031229</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>330</b>
REDES CEREBRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA	
<a href="#">Valeria Portugal</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031230</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>336</b>
RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL EM GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA DITADURA CIVIL -MILITAR: CASO VOLKSWAGEN DE SÃO BERNARDO DO CAMPO NO INQUÉRITO CIVIL-PÚBLICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	
<a href="#">Nicole Naomi Handa Nomura</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031231</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>341</b>
SEMEANDO AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO MENTAL, CONTRA A MONOCULTURA DA MENTE	
<a href="#">Mônica Chiffolleau</a>	
<a href="#">Juliana Dias</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031232</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>348</b>
SÓSMACOS: O MODERNISMO VISTO PELO LADO DE CÁ	
<a href="#">Nelson de Jesus Teixeira Júnior</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031233</b>	

<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>356</b>
TEM PEOA NO PANTANAL? SIM! NO UNIVERSO LABORAL MASCULINO HÁ ESPAÇO PARA A MULHER	
<a href="#">Juliana Cristina Ribeiro da Silva</a> <a href="#">Sabrina Sales Araújo</a> <a href="#">Patrícia Helena Mirandola Garcia</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031234</b>	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>368</b>
O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II	
<a href="#">Vera Maria Ferreira Rodrigues</a> <a href="#">Regina Maria Macedo Costa Dantas</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031235</b>	
<b>CAPÍTULO 36</b> .....	<b>374</b>
O INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA MATEMÁTICA COMO CAMPO CIENTÍFICO NO BRASIL	
<a href="#">Valessa Leal Lessa de Sá Pinto</a> <a href="#">Angelo Santos Siqueira</a> <a href="#">Abel Rodolfo Garcia Lozano</a> <a href="#">Sérgio Ricardo Pereira de Mattos</a> <a href="#">Jhoab Pessoa de Negreiros</a> <a href="#">Tereza Luzia de Mello Canalli</a> <a href="#">Geovane André Teles de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031236</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>385</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>386</b>

## A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA

### Wagner Cavalheiro

Mestrando e bolsista CAPES em Patrimônio Cultural e Sociedade pela UNIVILLE

Joinville – Santa Catarina

### Eleide Abril Gordon Findlay

Mestre em Educação, professora e pesquisadora pela UNIVILLE

Joinville – Santa Catarina

**RESUMO:** Este artigo busca apresentar uma perspectiva histórica sobre os conceitos de vila, cidade e município na América portuguesa do século XVI ao XIX e a relação destas instituições com o processo de formação de um patrimônio territorial vinculado à cidade. Tendo em vista que a sociedade colonial tem seu início a partir de um pacto territorial, deve-se salientar a importância do estudo das relações humanas com a territorialidade e seus significados sociais. Partindo de uma revisão bibliográfica das narrativas históricas da formação da estrutura fundiária brasileira e dos conceitos jurídicos pertinentes, em conjunto com a análise das Atas das Sessões da Câmara Municipal de São Francisco do Sul, preservadas no Arquivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul, busca-se ressaltar também o valor inestimável dos documentos históricos mantidos nos arquivos municipais, que tendo em vista o seu papel histórico de guardião das decisões

dos conselhos municipais, contêm material de grande valor para compreensão da invenção de um patrimônio territorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Territorial, município, cidade, vila, arquivos municipais.

### 1 | INTRODUÇÃO

Todo conceito já elaborado pelo ser humano na sua jornada de compreensão do mundo ao seu entorno é produto mutável e com a passagem do tempo e da mudança dos lugares o conceito de patrimônio também se transforma. O entendimento mais comum de patrimônio está relacionado ao seu uso jurídico, definido como aquilo pertencente a alguém que irá legar como herança a outros, significado este próximo a sua origem etimológica na língua latina, pois o termo patrimônio no direito romano referia-se ao conjunto de bens pertencentes ao *pater familias* que tinha por direito e dever, herdar e legar um patrimônio, ou seja, no direito romano o patrimônio apesar de ser uma posse por direito de um *pater familias* deveria ser preservado, pois era dever garantir a continuidade familiar vinculada ao patrimônio.

Os conceitos atuais de patrimônio acabaram ficando cada vez mais diversificados,

principalmente nos últimos anos onde o conhecimento científico é tratado em um ambiente de interdisciplinaridade, e o que antes era um conceito jurídico passou a ser um conceito fundamental em várias ciências humanas. Em acréscimo a reflexão conceitual do patrimônio, deve-se estabelecer que a ideia de patrimônio pode expressar um valor individual ou coletivo, sendo que no âmbito individual ela é resultado de uma escolha consciente e no âmbito coletivo o impacto na formação da identidade pode ser observado por meio da longa duração das relações sociais no tempo espaço, pois “o patrimônio individual depende de nós, que decidimos o que nos interessa. Já o coletivo é sempre algo mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade nos é próxima.” (FUNARI, 2009, p.9)

Quando falamos da necessidade de estudar, preservar e conhecer o patrimônio histórico e cultural, não falamos apenas da estrutura material de grandes edifícios, obras de arte e científicas, nem dos costumes e tradições imateriais dos diversos povos, mas o verdadeiro sentido de estudar, preservar e conhecer é de exercer o nosso direito de receber intacto todo esse patrimônio humano para então legar as gerações vindouras o mesmo direito. Sendo assim, entendemos patrimônio como toda construção humana no tempo-espaço e dotado de algum valor coletivo que compõe o processo de formação da identidade, constituindo uma produção histórica que circula pelas gerações que o circundam.

No entanto, este artigo não pretende arrolar sobre os diversos conceitos de patrimônio, o objetivo é apresentar por meio da narrativa o processo de construção jurídica das cidades e seus patrimônios territoriais relacionados aos sistemas de apropriação agrária na América portuguesa.

## 2 | O TERRITÓRIO

Todo processo histórico ocorre em duas dimensões básicas, o tempo e o espaço. No século XIX quando os intelectuais do mundo ocidental buscavam dividir os espólios do conhecimento em diversas disciplinas científicas a História buscou se assenhorear do tempo, enquanto a Geografia tomou para si o espaço. Apesar disso, os conceitos geográficos e históricos possuem uma correlação e ambos ajudam a compreensão do ser humano.

Na História, o objeto de estudo é analisado dentro das duas dimensões mencionadas anteriormente – tempo e espaço – e dentro do espaço temos ainda outras divisões. No Brasil, esse sentido de trabalho conjunto de História-Geografia, tem como um dos principais exemplos a valorosa contribuição que o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert faz em seus estudos sobre o conceito de território. Rogério Haesbaert trabalha o território em quatro dimensões, sendo elas: a dimensão política-jurídica, a dimensão cultural, a dimensão econômica e a dimensão naturalista. A dimensão política-jurídica esboça um território como um espaço delimitado e controlado por

um determinado poder, em geral representado pelo Estado. A dimensão cultural apresenta o território numa perspectiva simbólica, tanto do significado do próprio território quanto do processo de construção desse território. A dimensão econômica partindo de uma visão materialista, busca nas relações de produção e poder a elas relacionadas o elemento fundador do território, e por fim a dimensão naturalista foca na relação entre meio ambiente e ser humano para compreender a formação do território. Analisar o território em apenas uma perspectiva desconsiderando as outras seria cometer um erro crasso, o que se deve fazer é buscar na relação entre as diversas dimensões do território uma complementação do conhecimento da formação do patrimônio territorial, pois “o território não é um espaço pronto, acabado, definido e imutável; ao contrário, é um espaço em constante processo de metamorfoses, que vai sendo constituído a partir das relações que nele se estabelecem.” (SANTOS, 2008, p.23)

### **3 | PATRIMÔNIO TERRITORIAL: O PRIMEIRO PATRIMÔNIO DO BRASIL**

Quando pensamos em América portuguesa, logo surgem várias características que impactam a formação da identidade do Brasil, características como a mescla das línguas indígenas, africanas e portuguesa, a forma de alimentação, a relação entre política e violência, entre outras coisas, no entanto, na maior parte das vezes o território não aparece relacionado com estes patrimônios culturais do Brasil, é como se a formação cultural, política e social não ocorresse em um espaço e nas relações de apropriação desse espaço implementadas pelo ser humano. Como mencionamos até o momento, o território constitui ferramenta conceitual de grande utilidade para o historiador, e o conceito de patrimônio vinculado ao território pode potencializar os resultados de análise, pois é dentro de um patrimônio territorial e do processo de construção do mesmo que todas as outras experiências humanas irão ocorrer.

No século XVI ocorre um encontro de civilizações no espaço nominado de América portuguesa, e o encontro dessas civilizações em um vasto espaço geográfico irá gerar um processo de formação de um patrimônio territorial novo, adaptado as especificidades dos diversos territórios da América portuguesa. Sendo assim, as formas de apropriação e administração territorial por parte da coroa lusitana empregadas no Novo Mundo nos levam a um estudo das legislações portuguesas, pois “a história territorial do Brasil começa em Portugal”. (LIMA, 1990, p.15)

### **4 | O MUNICÍPIO EM PORTUGAL**

O termo município esta fundamentado no conceito político e jurídico de *municipium*, conceito essencial para a compreensão da constituição do Império Romano em seus mais diversos períodos históricos, atuando como modelo de organização administrativa nas diversas regiões integrantes do império e que até a

atualidade apresentam vestígios em graus diversos da influência do sistema latino. Além de sua existência jurídica é importante salientar sua trajetória histórica que se apresenta com transformações e também ressaltar a sua relação interconceitual, afirmando assim que “a sociedade se constitui através de um pacto social, cuja existência esta intrinsecamente ligada a um pacto territorial, mesmo que isso muitas vezes não esteja explicitado” (CIGOLINI, 2012, p.5). Ou seja, a compreensão do patrimônio territorial na América portuguesa passa pelo entendimento de como as estruturas jurídicas e administrativas atuavam em Portugal e como as mesmas foram transplantadas ao novo continente em seus diversos territórios.

Tendo em vista a expansão nos mais diversos sentidos da civilização latina, o *municipium* pode ser encontrado como elemento constituinte da organização administrativa de muitas nações posteriores ao declínio político romano, no século V d. C, sendo um exemplo o Reino de Portugal. Favero (2004) conclui que o *municipium* feudal português atua como forma de organização administrativa, que por meio das cartas de forais, estabeleciam relação distinta com a nobreza em comparação com outras unidades administrativas como os feudos. Braga (2008) defende a ideia do município como forma de afirmar o governo local na política feudal, onde por meio das negociações entre o monarca e os municípios estabelecia-se um maior equilíbrio em relação à nobreza, ou seja, o rei aliando-se e reconhecendo os poderes locais dos antigos municípios urbanos estabelecidos pelo Império Romano, tinha força maior para barrar os anseios da nobreza guerreira e rural. Celso Ferrari apud Favero (2004) estabelece um sinônimo entre *municipium* e *concilium* em Portugal antes dos descobrimentos e que posteriormente seria a base etimológica para a designação dos conselhos municipais. O *municipium* ocupava uma posição de cunho político frente à corte, com aplicação do poder executivo e judicial, além de buscar organizar-se contra avanços inimigos.

Braga (2008) ressalta a diversidade de municípios portugueses, que eram constituídos de acordo com o poder do povo e interesse do monarca. Isso ocorria por não haver a época, séculos XII à XIV, uma legislação portuguesa com perspectiva de uniformizar as condições de município, tornando assim a concessão de forais algo particular entre o Conselho e o monarca. Tendo em vista a diversidade e particularidade de cada Carta de Foral, Braga (2008) estabelece uma divisão dos municípios portugueses, classificando-os em rudimentares, imperfeitos ou perfeitos. Tais divisões são formas de classificar os diversos tipos de municípios estabelecidos em um mesmo período de tempo com base em suas constituições municipais. Em 1446 com as Ordenações Afonsinas, a monarquia tenta propor uma forma de unificar a legislação portuguesa, incluindo as partes que discorrem sobre a concessão de forais responsáveis por marcar a criação dos municípios e instituírem os conselhos, iniciando um processo de uniformização jurídica das constituições municipais.

Em paralelo com o conceito de município, Portugal desenvolveu formas jurídicas de distribuição e controle da propriedade das terras públicas, que sob o

controle municipal será o principal motor da construção de um patrimônio territorial português em terras da América. Dentre elas se encontram o sistema de sesmarias, a posse, que apesar de não regulamentada é reconhecida pelo Direito português e a enfiteuse ou aforamento, que constitui em um dos dispositivos jurídicos mais duradouros da política de terras lusitana.

## 5 | O MUNICÍPIO NA AMÉRICA PORTUGUESA

Quando da chegada dos colonos portugueses na América, o processo de ocupação territorial se desenrolou de forma lenta e sua organização administrativa apresentou ser pouco formal, posteriormente, com o aumento da concorrência as navegações portuguesas ao mercado asiático e o temor português de uma invasão estrangeira em solo americano fez com que a empreitada colonial fosse alavancada e os sistemas administrativos e de apropriação da terra utilizados em Portugal transportados para o Novo Mundo. Como mencionado acima, em 1446 as Ordenações Afonsinas já haviam discorrido sobre o *municipium* e em 1513 com as Ordenações Manuelinas o sistema de município sofria algumas modificações quanto aos magistrados membros do conselho e suas atribuições numa tentativa de normatização e centralização do poder no monarca.

Guerra (2011) expõe de forma resumida, mas de maneira bem construída os diversos termos jurídicos aplicados às povoações portuguesas no solo americano que por sua vez tinham fundamentação no direito português:

Quando os colonos chegaram para efetivamente ocupar a América portuguesa, eles se organizaram em torno de núcleos de povoamento, denominados de arraiais. À medida que se desenvolviam economicamente, esses núcleos ganhavam aportes populacionais e conseguiam se emancipar de outros núcleos mais antigos e desenvolvidos, assumindo gerência própria em assuntos de ordem civil, militar e religiosa. Passavam, então, à categoria de freguesias (paróquias). Com a elevação à categoria de freguesia, o povoado passava a ter um território delimitado, um cartório eclesiástico e um padre que passava a residir permanentemente na igreja (padre colado). A organização administrativa do povoado se completava ao ser elevado à categoria de vila, quando era criada e instalada a câmara municipal. Já quando a vila era elevada à categoria de cidade havia pouca ou nenhuma mudança em sua organização administrativa. A vila ou a cidade podiam ainda, dependendo de seu tamanho populacional, abarcar uma comarca, que é a divisão territorial que distribui a justiça na região. Os limites da comarca podiam coincidir com os limites de uma vila ou englobar várias vilas pequenas. (GUERRA, 2011, p.12)

Partindo da exposição de Guerra (2011), fica evidente a característica de que o município é uma organização administrativa do território, que se institui com base no direito português e que se executa pelo conselho municipal, visto que a municipalidade podia ser concedida a uma vila ou a uma cidade. Ou seja, o *municipium* e o *concilium* já não constituíam mais um sinônimo, sendo na realidade colonial duas entidades jurídicas distintas.

Braga (2008) faz um excelente trabalho ao buscar o papel político dos conselhos

municipais, atribuindo-lhes grande vigor na existência política da colônia, o que geralmente é esquecido pela historiografia, que dificilmente ressalta a importância de tal aspecto colonial frente à metrópole:

Se analisarmos com acuidade a administração política no início de nossa colonização, veremos que foi o município a única instituição com robustez, certa organização e dinamismo a vigorar nesta época. Ele foi à base, o substrato de toda nossa organização política futura, mesmo que às vezes com os poderes e funções suprimidos. (BRAGA, 2008, p.191)

O autor ao fazer uma revisão bibliográfica e ao analisar fontes históricas do século XVI produzidas por magistrados ou pelos conselhos municipais, aponta para uma atuação dos municípios como centro político da colônia e que muitas vezes opunham-se a coroa e a seus representantes, situação que evidencia as ambiguidades interpretativas do discurso jurídico colonial, que servia tanto para legitimar o domínio real como para reforçar o poder local:

Vamos observar que as câmaras desempenhavam funções de significância política se comparadas com as atuais. Agiam como poder absoluto e com ares de soberania, transpondo o previsto nas Ordenações, exercendo seus poderes de acordo com os costumes e de forma a garantir a defesa dos interesses dos colonos. Como nos disse Edmundo Zenha, foi a atuação política a preponderante de nossos concelhos, já que suas decisões tinham o sabor da plena autonomia e a grandeza de quem deseja a força do Estado. Em seguida foi a atuação judiciária. Nossas câmaras se consideravam o poder supremo da colônia, em seu território era sua voz a mais poderosa, as demais autoridades não tinham, para nossos oficiais, legitimidade para decidir o destino dos colonos. (BRAGA, 2008, p. 188)

## **6 | A APROPRIAÇÃO LEGAL DAS TERRAS PÚBLICAS NA BAÍA DA BABITONGA**

Muitos autores discutem o processo de formação da propriedade e as formas de relacionamento humano e apropriação da terra no Brasil, elaborando narrativas de modelos explicativos que servem de base para a pesquisa da história agrária, no entanto, é importante ressaltar a diversidade de territórios que existem na concepção histórica de Brasil, que em suas diversas dimensões geográficas engloba uma variedade de realidades sociais, que se relacionam de forma distinta com o aparato jurídico central. Sendo assim, o sistema de grande latifúndio, escravista e monocultor que é adotado como princípio fundamental do Brasil não pode ser compreendido como totalidade das relações fundiárias.

Tendo em vista as condições que levaram ao aceleração da colonização da América portuguesa anteriormente citadas, o sistema jurídico português já desenvolvido sob a tutela das Ordenações Manuelinas (1513) é transportado para a realidade do Novo Mundo.

Um dos dispositivos jurídicos mais importantes para o processo de formação da propriedade foi o de sesmarias, instituto que foi utilizado desde a Baixa Idade Média portuguesa e que entrou em declínio na primeira metade do século XIX, sendo

proibida sua concessão em 1822, no entanto, perdurou no Império do Brasil por meio de algumas concessões especiais como:

Na decisão nº 50 do Império, de 1823, em resposta a uma solicitação do Governo Provisório de Santa Catarina, [onde] o Imperador determinou que se concedessem as sesmarias solicitadas, com a dimensão de quarto de légua, aos colonos residentes e as demais pessoas que estivessem em condições de fazer estabelecimentos rurais. (FINDLAY, 2017, p.174)

As sesmarias apesar de estarem sob a legalidade do mesmo direito português, no território europeu, onde os institutos eram mais antigos e em uma realidade social e territorial diferente da América, foram aplicadas com fins distintos, típicos de uma relação medieval com a terra. Ou seja, a mesma base jurídica pode servir de forma distinta a duas realidades sociais como aponta a autora Márcia Motta (2003):

O sistema de sesmarias foi criado, em fins do século XIV em Portugal, com vistas a solucionar o problema de abastecimento do país, pondo fim à grave crise de gêneros alimentícios. O objetivo da legislação era o de não permitir que as terras permanecessem incultas, impondo a obrigatoriedade do aproveitamento do solo. [...] No esforço de compreender as características peculiares do sistema no Brasil, os pesquisadores ressaltaram que, aqui, a Coroa Portuguesa precisou estabelecer um sistema jurídico capaz de assegurar a própria colonização. O sistema de sesmarias em terras brasileiras teria se estabelecido não para resolver a questão do acesso a terra e de seu cultivo, mas para regularizar a própria colonização. (MOTTA, 2003, p.5)

Diferente da característica do grande latifúndio, escravista e monocultor que o instituto gerou em outras partes da América portuguesa, no recorte geográfico da baía da Babitonga, o sistema de sesmarias serviu para estimular a colonização e estabelecer uma ordem fundiária de pequenas propriedades, como aponta Findlay (2017):

As informações obtidas em acervos de arquivos públicos confirmam que no processo de povoamento da região da baía da Babitonga, as terras doadas em sesmaria, e também as requeridas desde o século XVII, tinham dimensões que nos permitem afirmar a conformação de uma estrutura fundiária assentada na pequena propriedade. (FINDLAY, 2017, p.181)

Outro dispositivo jurídico herdado de Portugal com relevante participação no processo de formação da propriedade no Brasil – consequentemente influenciando drasticamente na formação do patrimônio territorial – principalmente na baía da Babitonga foi a enfiteuse ou aforamento. A origem histórica do instituto da enfiteuse esta no antigo Direito greco-romano que como apontado anteriormente é responsável pela expansão de conceitos jurídicos como o *municipium*, que formaram a base do atual sistema jurídico romano-germânico. É possível notar no Direito romano, durante a antiguidade, a relação próxima das terras públicas municipais com a prática enfiteutica:

Quando se promoveu a codificação justinianéia, recebeu o instituto enfiteutico a sua unificação conceitual, reunindo-se o direito ao campo vectigal (*ius in fundo vectigali*) do Império do Ocidente, isto é, o uso das terras pertencentes ao Estado, aos Municípios ou aos *collegia*, dadas em locação perpétua e o *ius emphyteuticum*

Em termos jurídicos, a enfiteuse constitui “um direito real e perpétuo de possuir, usar e gozar de coisa alheia e de empregá-la na sua destinação natural sem lhe destruir a substância, mediante o pagamento de um foro anual invariável.” (PEREIRA, 1967, p. 31).

Como destacamos em texto intitulado *O processo de formação da propriedade: a enfiteuse*, publicado em 2016, o instituto enfiteutico foi muito utilizado como forma legal de acesso as terras públicas no Brasil colonial e imperial, sendo um dos motivos à simplicidade do instituto, que permite fácil acordo entre as partes envolvidas, além de constituir uma rápida ação de ocupação e colonização das terras e aumento da produção nas terras anteriormente incultas. Diferente do sistema de sesmarias, que estava preso à burocracia hierárquica de concessão real, o aforamento funcionava de maneira simples, recorrendo o súdito aos conselhos municipais das vilas para dispor do contrato enfiteutico das terras públicas.

As terras públicas apropriadas por meio do instituto enfiteutico eram parte do patrimônio fundiário das câmaras municipais, sendo direito exclusivo da câmara a concessão e por sua vez constituindo o foro anual uma das principais fontes de renda da mesma:

Ao ser fundada a vila ou a cidade, a coroa doava à *res publica* uma, duas ou mais léguas em quadra que constituiriam o seu termo, sob a jurisdição da municipalidade. [...] Governadores responsáveis pela distribuição de sesmarias eram proibidos de conceder terrenos urbanos, privilégio exclusivo da câmara. Esta aforava, mediante o pagamento de foros anuais, um ou mais lotes aos moradores, tanto para moradia, quanto para diferentes tipos de negócios, criação ou cultivo. O aforamento dos chãos era o principal rendimento das câmaras, que usufruíam também do arrendamento de contratos, da imposição de multas, da cobrança de propinas para a participação em festas régias e religiosas. Rossios ou baldios eram terrenos destinados ao uso e serventia comum do povo, pastagem do gado, corte de madeiras e lenhas e outras utilidades tidas como públicas. O termo, ou seja, a extensão dos chãos sob a jurisdição da câmara, era delimitado a partir de um centro geométrico situado idealmente, embora nem sempre concretamente, sob o pelourinho, no coração da vila. (BICALHO, 2015)

As câmaras municipais, como definido pelo Direito português, além de possuírem as atribuições administrativas sobre o patrimônio público da localidade tinham funções judiciárias, situação que muda com o “advento da Lei de 1º de outubro de 1828 que deu nova forma as Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz.” (FINDLAY, 2017, p.6). O que ocorre nos municípios e nas suas respectivas câmaras na transição do sistema colonial para o imperial é um maior controle pelo governo central do poder judiciário, no entanto, a função administrativa continua sem alteração, sendo inclusive no período imperial mesmo com o advento da Lei de Terras de 1850, o período de aumento considerável da concessão das terras públicas por meio do aforamento:

A prática do estabelecimento de contrato de enfiteuse pelas autoridades governamentais das terras públicas incultas, desde o século XIX, foi tão

significativa que desde o início do século XX, mais precisamente, em 1907, se procedeu a um levantamento e medição do que se denominou o quadro foreiro de São Francisco do Sul. (FINDLAY, 2016, p.9)

No município de São Francisco do Sul, os documentos de controle de pagamento do foro, assim como as petições dos súditos à câmara municipal para concessão legal do contrato enfiteutico registrado nas Atas da Câmara de São Francisco do Sul constituem fonte primária de análise, e por meio da comparação com o atual quadro foreiro que possui extensão de 18.062.325 m<sup>2</sup> e perímetro de 17.036 m lineares, podemos concluir que o aforamento não pode ser esquecido ou considerado como secundário nos estudos referentes ao processo de formação da propriedade na baía da Babitonga e do patrimônio territorial regional, pois constitui um dos principais meios legais de apropriação de terras públicas na região.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as características próprias do instituto enfiteutico relacionadas ao processo de concessão, as observações de Braga (2008) sobre o papel político dos municípios e conselhos municipais e a extensão do quadro foreiro estabelecido no município de São Francisco do Sul, podemos inferir que as autoridades municipais da região tiveram papel fundamental no processo de formação da propriedade na baía da Babitonga. Tendo em vista as considerações acima, aprofundar a pesquisa dos documentos produzidos pela Câmara Municipal em conjunto com os dados dos livros de controle do pagamento do foro para a elaboração de um mapa histórico dos imóveis do quadro foreiro de São Francisco do Sul poderá não somente contribuir com uma nova perspectiva histórica da estrutura fundiária no Estado de Santa Catarina, como possibilitar uma melhor percepção do poder político regional e do funcionamento das políticas municipais de concessões de terra e, portanto uma compreensão qualitativa que leve em consideração as diversas dimensões do território no processo de formação de um patrimônio territorial.

## REFERÊNCIAS

BICALHO, Maria Fernanda. 2015. Câmaras. In: J. V. Serrão, M. Motta e S. M. Miranda (dir), **e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português**. Lisboa: CEHC-IUL. (ISSN: 2183-1408). Doi: 10.15847/cehc.edittip.2015v025.

BRAGA, A. S. O poder político do município no Brasil colônia. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, São Paulo, n. 12, p.169-232, jul./dez. 2008.

CAVALHEIRO, Wagner. FINDLAY, Eleide Abril Gordon. O processo de formação da propriedade: a enfiteuse. In: **Caderno de Iniciação à Pesquisa** / Universidade da Região de Joinville. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. -- V.19 (2016). -- Joinville, SC : Editora da Univille, 2016, p.175-181.

CIGOLINI, A. A. Análise do processo de criação de municípios no Brasil. In: XII Colóquio Internacional

de Geocrítica, 2012, Bogotá. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá: UNAL, 2012, p.1-12.

FAVERO, Edison. **Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**. São Paulo: USP, 2004.

FINDLAY, Eleide Abril Gordon. O processo de aforamento de terras públicas em São Francisco do Sul. In: Encontro Estadual de História da ANPUH - SC, 2016, Chapecó. **Anais do Encontro Estadual de História da ANPUH**. Chapecó: ANPUH, 2016, p.1-12.

FINDLAY, Eleide Abril Gordon. O aforamento de terras públicas em São Francisco do Sul. In: XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília: UNB, 2017, p.1-13.

FINDLAY, Eleide Abril Gordon. Propriedades e querelas na região da baía da Babitonga, em Santa Catarina. In: MOTTA, M; PICCOLO, M. (Org.). **O Domínio de outrem: posse e propriedade na era moderna (Portugal e Brasil)**, v.1. São Luís: EDUEMA, 2017, p.164-187.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu, PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GUERRA, Amanda Estela. Breve histórico da configuração político-administrativa brasileira. In: **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872 – 2010**, IBGE, Rio de Janeiro, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói/RJ: EDUFF, 1997.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Sesmarias no Brasil: história e conflitos nos oitocentos. **Revista Ler História**, Lisboa, n. 45, p.1-17, 2003.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Enfiteuse: Sua história. Sua dogmática. Suas vicissitudes. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 7, p.26-44, 1967.

SANTOS, Roseli A. dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. 2008. 246 f. Tese. (Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, 2008.

## PATRIMÔNIO: ESPAÇO DIDATIZADO – CASO DO INSTITUTO BRUNO SEGALLA, CAXIAS DO SUL

**Paloma Lava**

Universidade de Caxias do Sul  
Caxias do Sul, Rio Grande do Sul

HERITAGE: DIDACTIC SPACE – CASE OF  
BRUNO SEGALLA INSTITUTE, CAXIAS DO  
SUL

**RESUMO:** A educação patrimonial é um direito garantido e de extrema importância para o exercício da cidadania, tendo em vista que provoca uma ampliação nas perspectivas de consciência histórica. O Instituto Bruno Segalla vem atuando desde 2005, ano de sua fundação, na educação patrimonial. Visando atender as necessidades do Instituto e atender aos requisitos de aprovação da disciplina de Estágio em História IV da Universidade de Caxias do Sul desenvolvemos o Jogo Caça-história. O jogo desenvolvido busca trazer o contato dos estudantes com as fontes primárias e ampliar o conceito de fonte histórica propondo o contato com fontes orais, cartas, jornais e documentos oficiais. O caça história tem como meta ressignificar os espaços cotidianos, mostrando como o patrimônio cultural está presente no nosso dia-a-dia e merece a nossa atenção. A educação patrimonial é uma forma de exercermos a cidadania que, muito mais do que um direito, é um dever.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural; Fontes Históricas; Cidadania.

**ABSTRACT:** Heritage education is a guaranteed and extremely important right for the exercise of citizenship, since it causes an expansion in the perspectives of historical consciousness. The Bruno Segalla Institute has been operating since 2005, the year of its foundation, in heritage education. In order to meet the needs of both, the Institute and the approval requirements of the History Internship IV, discipline of the University of Caxias do Sul, we developed the History-Hunt Game. The game seeks to put students contact with primary sources and expand the concept of historical source by proposing contact with oral sources, letters, newspapers and official documents. The History-Hunt aims to resignify everyday spaces, showing how the cultural heritage is present in our daily lives and deserves our attention. Heritage education is a way of exercising citizenship which, more than a right is a duty.

**KEYWORDS:** Heritage education; Cultural heritage; Historical sources; Citizenship.

### 1 | INTRODUÇÃO

A preservação da memória nem sempre

é uma preocupação recorrente dos governos. Nas esferas municipais, estaduais ou federais parece haver um descaso com os espaços de preservação da memória, um exemplo muito claro é a recente perda do Museu Nacional que queimou diante dos nossos olhos por descaso. Essa falta de interesse das esferas estatais pode ser entendida como um reflexo da falta de interesse dos brasileiros que muitas vezes sequer conhecem os lugares de preservação da memória da própria cidade, o que reflete na escassa percepção da população sobre identidade e cidadania. Assim, o trabalho apresenta uma prática didática desenvolvida no curso de Licenciatura em História da Universidade de Caxias do Sul que objetiva estimular reflexões e associações entre o ensino de história e o Patrimônio Cultural. A metodologia aplicada consiste em revisão bibliográfica e uso de documentação disponível no acervo do Instituto Bruno Segalla (IBS). A fundamentação teórica está embasada na História Cultural que possibilita diálogos entre fontes e necessidades.

## **2 | EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO – UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL**

Diante deste cenário se faz necessário que atuemos na Educação Patrimonial de forma efetiva, visando atingir as mais diferentes faixas etárias, mas dando uma atenção especial às crianças e aos adolescentes, porque afinal de contas neles está a nossa esperança para o futuro. Pensar a preservação do nosso Patrimônio Cultural seja ele material ou imaterial passa necessariamente pela Educação Patrimonial. Os conceitos estão em constante mudança e adaptação para melhor representar a atualidade, não é diferente com o conceito de Patrimônio Cultural que é entendido hoje como sendo “o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais que, pelo seu valor intrínseco, são considerados de interesse e de relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico.” (VOGT, 2008, p.14). A Educação Patrimonial é um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA, 1999, p.4) e através desse processo ocorre o fortalecimento da identidade e por consequência da cidadania. A criação e a manutenção de símbolos se faz necessária no processo de construção da memória que por sua vez da origem a identidade local e nacional. Símbolos esses que não são somente encontrados nos museus, mas podem ser dos mais variados tipos: bandeiras, músicas, estátuas, cerimônias e até mesmo a cultura viva.

A Educação Patrimonial é importante para a sociedade por que:

é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a

interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens. (HORTA, 1999, p.4)

Sendo assim, se torna importante na formação do indivíduo como um meio não formal de educar, mas que visa à formação da identidade e do reconhecimento de que “não existem culturas mais importantes do que outras.” (HORTA, 1999, p.5).

Sabendo da importância da Educação Patrimonial e tendo em vista atender os requisitos de aprovação da disciplina de Estágio em História IV da Universidade de Caxias do Sul, planejamos e realizamos o Caça-História. A disciplina de estágio em lugares de memória só acontece quando antecedida pela disciplina de Fundamentos Teóricos de Patrimônio Cultural que prevê na sua ementa que o estudante seja capaz de fazer a “compreensão dos pressupostos teóricos, fundamentos legais, e princípios metodológicos que embasam o trabalho do profissional de História no campo do Patrimônio Cultural e sua gestão”. Depois de aprovação na disciplina de teoria partimos para o estágio que é prático. Realizei o estágio no Instituto Bruno Segalla em parceria com os colegas Gustavo Ernesto Barntick e Charles M. Cioato. Fomos supervisionados pela professora da disciplina Dr. Luiza Horn Iotti e também pela atual diretora do Instituto Dr. Mariana Duarte.

### **3 | O INSTITUTO BRUNO SEGALLA: EXEMPLO E AÇÃO**

O IBS foi criado em 2005 e desde então “atua na promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, bem como com a educação, formação e inclusão por meio das ações culturais, educativas, projetos socioculturais e salvaguarda do acervo” (DUARTE, 2017, p.21). Nestes anos de sua existência já promoveu diversos projetos voltados principalmente para as escolas de ensino fundamental e médio com o intuito de promover a Educação Patrimonial. “A justificativa da parceria entre o ensino formal e o museu considerou os princípios sociais e políticos de democratização do acesso à cultura e à educação” (DUARTE, 2017, p.71).

Bruno Segalla (1922-2001) é um símbolo da cidade de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), tendo deixado marcas na história da cidade por suas diversas facetas como artista, medalhista, metalúrgico, sindicalista, político e líder de movimentos operários e por isso ainda hoje é lembrado. O Instituto Bruno Segalla foi criado por Bruno Segalla Filho e Rejane Rosa de Oliveira, sua esposa, e estabeleceram como missão “Divulgar a obra do artista dentro do seu contexto histórico, político e social, além de desenvolver atividades interativas de caráter cultural e social” (DUARTE, 2017, p.38), tendo em vista preservar a memória sobre a vida e a obra deste ícone.

Como artista local vários dos monumentos espalhados pela cidade são de autoria de Segalla. Estes monumentos foram criados por ele, mas tendo motivações diversas, alguns encomendados pelo governo municipal, outros encomendados

pela iniciativa privada e outros ainda feitos por vontade do artista em homenagem a ícones que ele admirava.

Como já anteriormente citado este trabalho foi fruto de uma disciplina de estágio que previa em sua ementa que o estudante seja responsável por fazer a “Elaboração e aplicação no campo de estágio das bases teórico-metodológicas desenvolvidas no Curso de História integradas às instituições de preservação do patrimônio cultural em situação de docência”. Buscando atender aos objetivos da disciplina e também atender as necessidades do IBS planejamos e confeccionamos um jogo didático para a difusão do acervo do instituto, o jogo posteriormente recebeu o nome de Caça-História.

O jogo consiste basicamente em um mapa da cidade de Caxias do Sul e sobre ele várias peças cobrindo-o. Indicado para 2 a 4 jogadores, o jogo inicia quando os dados são jogador por cada um e quem obter o maior número da inicio ao jogo. O jogador pode escolher qualquer uma das peças e pega-la, embaixo da peça há um código que o leva a uma caixa. Dentro da caixa há várias fichas e cada uma delas corresponde a uma peça, nessa ficha consta se há alguma relação do lugar escolhido com a vida ou a obra de Bruno Segalla, se existe, qual é essa relação e ainda traz fotos de documentos ou jornais e da obra. Junto com as informações (que devem ser lidas aos colegas) há a quantidade de casas que o jogador deve andar ou retroceder na trilha que fica ao lado do mapa. Assim se sucede o jogo, com cada jogador escolhendo sua peça, procurando na caixa a ficha correspondente, lendo para os colegas as informações sobre o local escolhido e andando a quantidade de casas indicadas na ficha; O primeiro a chegar ao final da trilha é o vencedor.



Figura 1 – Jogo Caça-História

Fonte: Acervo pessoal



Figura 2 – Jogo Caça-História sem as peças que o cobrem

Fonte: Acervo Pessoal

Tendo sido feito artesanalmente em madeira e em materiais de longa duração presando sempre a qualidade dos materiais para melhor durabilidade. Ao planejarmos tínhamos como objetivo mostrar aos visitantes do IBS que as obras do Bruno Segalla estão presentes no dia-a-dia dos cidadãos caxienses, porém o nosso objetivo maior e mais importante era dar significado as obras que às vezes passam despercebidas na correria cotidiana e mesmo quando são percebidas não sabem quem as fez, porque e como fez. Pretendíamos que as pessoas, após a visita ao IBS, passem em frente a estes locais cotidianos e dirijam um olhar diferenciado a estes monumentos, um olhar histórico e cheio de significados.

Através do olhar histórico que pretendemos estimular podemos ampliar a consciência histórica e por consequência a prática da cidadania. “A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens”(RÜSEN, 2001, p.78). O conhecimento da história aprimora a consciência histórica a fim de mostrar qual o melhor caminho a seguir como afirma Rüsen:

A consciência histórica é necessária a fim de que o agir (e o sofrer) humano não permaneça cego quando seu superávit intencional se realiza para além de suas condições e circunstâncias, por assim dizer quando avança na transformação do mundo pelo homem, e se dê na consciência de que esse avanço vai na direção correta. Sem essa determinação da direção, o potencial inovador das intenções do agir humano não poderia realizar-se; sem o direcionamento, esse potencial ficaria desnortado e não poderia orientar as ações na forma de intenções – pois intenções nada mais são do que as metas substantivas do agir humano. ( 2001, p.81)

Ainda segundo o autor esse direcionamento só se dá mediante uma representação de continuidade entre o passado, o presente e as perspectivas de futuro.

Através da Educação Patrimonial buscamos o aprimoramento da consciência histórica, não somente porque é importante para o exercício da cidadania, para o desenvolvimento pessoal e das sociedades, mas também porque é um direito previsto na constituição brasileira vigente desde 1988. A constituição vigente determina no Art. 215, 3º parágrafo incisos I, II e IV da seção II - DA CULTURA que:

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) (...)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) (BRASIL, 1988)

A presença deste artigo na constituição brasileira nos mostra como há uma preocupação em ensinar a valorização do Patrimônio Cultural, pelo menos na teoria, mas nos diz também que é um dever que ensinemos. Pensando sempre nisso o Caça-história tenta trazer um olhar diferenciado não somente as obras de Segalla presentes na cidade, mas também para a importância da preservação documental, trazendo como documentos não somente os oficiais, mas também jornais, cartas e as fontes orais.

#### **4 | JOGANDO COM AS FONTES HISTÓRICAS**

Nas fichas que se referem a cada lugar, além de fotos da obra ou do local há documentos. Estes documentos estão no acervo do IBS e pensando na difusão deles é que se encontram nas fichas. Queríamos uma proposta diferenciada de jogo onde os estudantes pudessem ter contato com esses materiais, mesmo que não tenham contato direto, (pensando sempre na preservação documental) mas saibam que o documento se encontra preservado no acervo, saibam que houve uma tentativa de resgate e de preservação no que se refere à vida e a obra do Bruno.



Figura 3 – Exemplo de como são as fichas do jogo Caça-História

Fonte: Acervo pessoal

Um dos documentos que analisamos para posteriormente compor o jogo foram as entrevistas realizadas com a família do Bruno Segalla onde encontramos a argamassa capaz de unificar todas as informações soltas que tínhamos. A história oral tem em suas fontes uma peculiaridade, as fontes da história oral são as memórias e como bem coloca Verena Alberti:

Acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no indeditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade - e a da história oral como um todo - decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. (ALBERTI, 1990, p.5)

A história oral pode, e neste caso fara, uma comparação com os documentos oficiais, trazendo uma explicação mais particular sobre os fatos. Muitas vezes as entrevistas ofereceram ao instituto novas datas sobre os acontecimentos, principalmente quando tratam do período da ditadura civil-militar do Brasil que Bruno Segalla viveu. Como sabemos a censura e a brutalidade do regime não permite que analisemos isoladamente os documentos oficiais produzidos, mas até mesmo essa comparação entre as fontes oficiais e as fontes orais é um exercício que propomos aos estudantes que visitam o IBS e tem contato com o material produzido e que hoje lá está.

Outros recursos utilizados foram o uso dos jornais de Caxias. Os periódicos aparecem nas fichas também, como uma forma de mostrar aos visitantes que as fontes históricas podem ser as mais diversas. Os periódicos começam a ser vistos pelos historiadores como uma fonte histórica há relativamente pouco tempo. O advento da Escola dos Annales ocorrido ainda na década de 30 não implicará o reconhecimento imediato dos jornais como fontes históricas, (LUCA, 2005) mas abrirá novas perspectivas para a escrita da história que a partir daí se valerá das mais diversas fontes. A partir da Escola dos Annales surgirão novas escolas teórico-

metodológicas, uma delas é a história Cultural que se valerá também dos jornais como fonte, mas sempre levando em conta que, como qualquer outra fonte, ele deve ser problematizado e não goza da verdade absoluta e da imparcialidade. “Como assinalou o historiador Antoine Prost, alterou-se o modo de inquerir os textos, que “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem” (PROST, 1998 apud LUCA, 2005, p.114). Neste sentido tentamos mostrar aos visitantes do IBS como as fontes históricas são amplas, mas trouxemos também as fontes mais convencionais.

Em algumas fichas do jogo temos fotos de documentos oficiais produzidos pelo estado brasileiro e utilizados como fonte histórica. Um exemplo são os passaportes do Bruno que se encontram hoje no IBS e mostram as viagens feitas por Bruno Segalla principalmente como representante do sindicato dos metalúrgicos de Caxias, mas também viagens feitas com a família ou uma muito significativa que é a viagem para Cuba quando pede asilo político por estar sendo perseguido pelo regime militar. Outros documentos oficiais emblemáticos são os mandados judiciais pedindo que ele se apresente ao DOPS para prestar esclarecimentos.

Trouxemos ainda como documento presente nas fichas uma carta escrita por Luís Carlos Prestes a seu filho recomendando que receba Bruno Segalla em Cuba e trate-o bem, já que Bruno foi obrigado a exilar-se lá. As cartas como fontes históricas são utilizadas a pouco tempo e podem revelar muito sobre a personalidade e sobre o relacionamento das pessoas envolvidas, ainda mais porque quando escreve-se uma carta não imaginamos que será lida por alguém além do destinatário indicado. As cartas possuem uma linguagem própria e é preciso saber lê-las dentro do seu contexto como deve ser feito com qualquer fonte histórica.

Quando colocamos os visitantes em contato com todas essas fontes históricas tentamos passar a eles a importância da preservação das mesmas para que se possa existir a escrita da história que só se dará através das fontes e dos questionamentos que direcionamos a elas. Pensando nisso escolhemos o formato de um jogo para que o processo de aprendizagem se torne algo fluido e de fácil acesso a todos. Até a escolha das cores e do designer foi pensado para ser além de bonito, divertido.

Entendemos que o processo de ensino-aprendizagem só ocorre quando há um processo maior de dar sentido, de ressignificar, de “encaixar” os conhecimentos e fazer deles uma rede que faça sentido no mundo e na subjetividade de cada um. Pensando nisso trazemos o Caça-história como uma forma de brincar e aprender ao mesmo tempo. Os jogos não são tão comuns no ensino de história mais tradicional, mas há muitas possibilidades a serem exploradas. Incluir os jogos no ensino de história não significa excluir os outros modos de ensinar, mas incluir sempre para que o ensino ocorra de forma mais efetiva.

“Compreendemos o jogo como prática cultural que pressupõe a interação social, e exploramos essa temática a partir do reconhecimento do potencial presente

na apropriação do lúdico”(MEINERZ, 2013, p.103) O jogo como uma forma de ensino pode trazer muito mais do que somente ensino de história, aprende-se a seguir regras e a colaboração entre os pares, pressupões a interação social o aprender a ganhar e principalmente aprender a perder. A interação proposta pelos jogos é vital ao exercício de cidadania e a prática da democracia.

A partir das teses de Bruner, Kishimoto afirma que a brincadeira tem papel preponderante na perspectiva de uma aprendizagem exploratória, ao favorecer a conduta divergente, a busca de alternativas não usuais e a integração do pensamento intuitivo. O jogo, tanto para a criança quanto para o adulto, seria, então, o espaço por excelência para usar a inteligência, funcionando como uma espécie de “banco de provas para experimentar formas de combinar o pensamento, a linguagem e a fantasia” (KISHIMOTO, 1998 apud FORTUNA, 2013, p.83).

Os jogos como um meio de ensino-aprendizagem trazem como central a apropriação do lúdico e a valorização das emoções. Precisamos trazer essas metodologias para o ensino de história e para o ensino da valorização do Patrimônio Cultural numa tentativa de reforçar o direito a cidadania.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cidadania é um direito adquirido, mas que precisa ser sempre reforçado através de atitudes diárias. “Podemos entender a cidadania como toda prática que envolve reivindicação, interesse pela coletividade, organização de associações luta pela qualidade de vida, seja na família, no bairro, no trabalho, ou na escola” (SILVA; SILVA, 2006 p.50). O conhecimento histórico e a valorização do patrimônio cultural se colocam como importantes em um cenário brasileiro onde sabemos que muitas vezes o direito a cidadania não está acessível a todos, mas principalmente colocando cidadania como um dever social percebemos o quanto a nossa sociedade ainda carece de esclarecimentos sobre os seus deveres. Falta a percepção de que somente serão mantidos os direitos se fizermos a nossa parte na cobrança e na manutenção deles e isso só se dará através do conhecimento ampliando a noção de consciência histórica.

O IBS vem propondo projetos educacionais não formais desde a sua fundação em 2005, o que contribuiu e continua a contribuir para a formação das crianças, principalmente de escolas públicas, de Caxias do Sul. O Caça-História foi somente mais um projeto, mas que tem a pretensão ousada de valorizar a educação voltada à preservação do Patrimônio Cultural.

Pensar a Educação Patrimonial não é somente pensar na preservação do objeto em si, mas é pensar a preservação de toda a memória que aquele objeto ou jeito de fazer representa. Precisamos passar aos jovens a importância da preservação da nossa memória, que é feita através dos símbolos, para a preservação da nossa identidade e por consequência a manutenção e a ampliação do nosso papel como

cidadãos. O Caça-história foi criado com a esperança de mudança, a esperança e a fé de que somente através da educação podemos fazer do mundo um lugar melhor e é essa esperança que nos mantém cada vez mais atuantes.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DUARTE, Mariana; MISSAGLIA, Suzana E. *Dossiê de Percurso: Instituto Bruno Segalla*. Porto Alegre, DUBLIENSE, 2017.

FORTUNA, Tânia Ramos. Brincar é aprender. In: *Jogos e Ensino de História*./ Organizadores Marcello Paniz Giacomoni e Nilton Mullet Pereira. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. *Fontes Históricas*/ Carla Bassanezi Pinsky (org). São Paulo: Contexto, 2005.

MEINERZ, Carla Beatriz. Jogar com a História em Sala de Aula. In: *Jogos e Ensino de História*./ Organizadores Marcello Paniz Giacomoni e Nilton Mullet Pereira. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

VOGT, Ogário Paulo. *Patrimônio Cultural: um conceito em construção*. MÉTIS: história & cultura, v. 7, n. 13, Caxias do Sul, jan./jun. 2008. Pg. 13-31.

## O PATRIMÔNIO TERRITORIAL PÚBLICO E OS REGISTROS DOCUMENTAIS

**Eleide Abril Gordon Findlay**

Mestre em Educação, professora e pesquisadora  
pela UNIVILLE  
Joinville – Santa Catarina.

**RESUMO:** O objetivo do texto é discutir a construção histórica da ocupação territorial de uma localidade. Para tanto, o estudo aborda as formas de ocupação territorial que deram origem a cidade de São Francisco do Sul. Primeiramente, analisa o conceito de propriedade e posse predominante no período colonial e imperial, e os ordenamentos jurídicos que modelaram a estrutura fundiária nacional e local. Do início do povoamento da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (1656), e posteriormente Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (1662), até o final do século XIX, a forma de acesso à terra aos homens livres era o recebimento de sesmarias, a posse de boa fé, a distribuição de terras públicas e o aforamento do patrimônio municipal. Os dados foram coletados no Arquivo Nacional, Arquivo Público dos Estados de São e Santa Catarina, no sítio do Center for Research Libraries (CRL), nas Atas da Câmara Municipal, na Prefeitura Municipal, e em fontes cartoriais. A existência dos acervos dos arquivos públicos se constitui em patrimônio de importância primordial para os estudiosos que

buscam compreender a história rural e urbana que deram origem as cidades brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio territorial, registros documentais, São Francisco do Sul.

### INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo discutir a formação do patrimônio territorial de São Francisco do Sul, localizada no norte do litoral catarinense. Primeiramente, pretende-se desenvolver uma análise multidisciplinar da temática. Nesse sentido, pensar a ocupação territorial a partir da parceria entre história, geografia e direito. Essa necessidade de se dialogar com outras ciências sociais tem sido levantada por estudiosos da propriedade da terra visando a uma reflexão das condições de concretização da realidade histórica que desenhou a ocupação da terra a partir da colonização brasileira.

O acesso às fontes documentais sob a guarda dos arquivos públicos é fundamental para o estudo da formação do patrimônio territorial, na medida em que a discussão da ocupação do espaço no período colonial para além da análise da historiografia, os registros documentais propiciam a percepção mais próxima da realidade social e histórica da construção do patrimônio territorial de uma

sociedade.

## A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL EM SÃO FRANCISCO DO SUL

A discussão da constituição do patrimônio territorial não pode descuidar da história da ocupação da localidade. Tendo presente essa perspectiva a geografia tem desenvolvido reflexões que não descuidam da relação entre o sujeito e seu meio.

Nesse texto o diálogo com a geografia destacará as concepções de território, territorialidade e a produção da identidade territorial. Não perdendo de vista as palavras de Maria Tereza Duarte Paes,

E é na paisagem que essas heranças e memórias, tornadas patrimônio, ganham materialidade. A paisagem é sempre uma herança material e simbólica, patrimônio coletivo, continente de signos e significados historicamente localizados. A paisagem, resultado da produção social e da determinação natural, é uma forma pela qual a sociedade vê mundo. (PAES, web, p. 04)

O espaço por se constituir em um produto histórico não pode ser pensado isoladamente das ações dos diferentes atores sociais que contribuíram em sua construção. Nesse sentido, o meio ambiente construído deve ser observado, estudado como produção social. Para Milton Santos,

O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.

Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. (SANTOS, 1996, p. 92)

As rugosidades podem indicar as formas como o espaço foi construído, e nesse sentido é importante a indicação do conceito de território com que se está trabalhando. Um grande pesquisador da temática, Rogério Haesbaert fornece a perspectiva para pensarmos o patrimônio territorial. Haesbaert em seu trabalho intitulado Território e Multiterritorialidade: Um Debate inicia por nos alertar que,

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "temtorium" são impedidos de entrar. (HAESBAERT, 2007, pg 20)

E prossegue o autor,

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional 'poder político'. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2007, p. 20)

O geógrafo suíço Claude Raffestin em texto sobre a produção das estruturas territoriais e sua representação, ao discorrer sobre espaço e território, ressalta que espaço e território não são equivalentes ou sinônimos. Para Raffestin, “É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível”. E prossegue, “Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade”. (RAFFESTIN, 2009, pg 26).

Conforme Raffestin é primordial se diferenciar espaço e território, nesse sentido recorre à expressão de Gunnar Olson, de que o espaço é a “prisão” original, e ao contrário,

o território é a prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais. É, pois, lógico afirmar que não é a geografia que faz a história, mas, ao contrário, é a história que faz a geografia revelando, através do tempo, as potencialidades de um rio, de uma planície ou de uma montanha. (RAFFESTIN, 2009, p.26)

Nessa mesma direção segue Antônio Marcos Myskiw (2005) ao discorrer sobre o verbete território no Dicionário da Terra, de que “O território, suas fronteiras e a população que o compõe são história”. Explicitando que “A história de um território é a história de movimentos, de migrações constantes, de conflitos entre países e/ou favela, de transformação de espaços e paisagens”. E ressalta que,

Assim como o espaço, o território é produzido (explorado ou utilizado) por uma formação social antagônica, com dinâmicas próprias e repletas de contradições e desigualdades. No interior das fronteiras do território, estão presentes as especificidades da cada região, inerentes à dinâmica geral da sociedade, às peculiaridades de cada lugar e tempo histórico. (MYSKIW, 2005, p. 475)

A ocupação territorial, na dimensão política e na cultural simbólica realizada por diferentes atores sociais imprimirá características específicas ao território e, tornando a territorialidade uma forma de controle social de um espaço com múltiplos objetivos, que na maioria das vezes são distintos. Para Sack a territorialidade conjuga a dimensão estritamente política com a econômica e cultural, já que está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (SACK apud HAESBAERT, 2007, p. 22).

Nessa mesma linha de pensamento Saquet declara que o território e o espaço são ligados e indissociáveis. Para o autor “A formação do território dá-se no processo de apropriação, dominação e produção do espaço por meio das relações de poder, das redes de circulação e comunicação e dos processos identitários” (SAQUET, GALVÃO, 2009, pg 101), E será a partir dessas relações e processos identitários que se poderá pensar a territorialidade, posto que, os indivíduos ou grupos sociais estão inseridos em um processo histórico que os define e delimita. Portanto, “A

territorialidade refere-se, justamente, às relações entre esse ator, ou grupo social e seu lugar de referência, expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado espaço geográfico”. (SAQUET, GALVÃO, 2009, p. 103).

Edison Souza ao discutir o termo territorialização destaca que,

Para apreendermos a complexidade do processo de territorialização da sociedade precisamos procurar conhecer a sua dimensão social, espacial, disciplinar e simbólica, que convivem num mesmo todo. Portanto, precisamos refletir sobre a história da concepção de território, de como ela surgiu e da importância da sua relação sociedade-espço. A territorialização (dimensão política e cultural) deve ser compreendida como parte constituinte da produção do espaço. (SOUZA, 2005, p. 471)

O que se pode afirmar a partir dos autores analisados é que ao se pretender estudar a formação territorial de uma localidade não se pode descuidar do contexto histórico e geográfico do território. Por este motivo, a forma como os diferentes atores sociais se utilizaram para ter acesso à terra precisa ser analisada pela dimensão histórica e geográfica, buscando entender a paisagem que constitui o patrimônio territorial.

A temática relativa ao patrimônio territorial pode e, deve ser estudada tendo como referência a parceria da história, geografia e, também do direito, na medida em que os ordenamentos jurídicos se constituem em componente relevante para a se compreender a historicidade do território.

O diálogo entre a história e o direito na discussão sobre patrimônio territorial, e conseqüentemente da ocupação territorial, tem que considerar que “a realidade social impõe ao ordenamento jurídico nuances e especificidades que não podem ser desprezadas pelo pesquisador” (FINDLAY, 2017, p. 01). E sempre tendo presente as palavras de Rosa Congost de que ao longo da história pode-se observar que em muitos casos a realidade social se sobrepõe ao ordenamento jurídico e, que a justiça tem servido para justificar a ordem existente, e que se trata sempre de uma ordem cuja existência não interessa a todos de modo igual. (CONGOST, 2007, p. 19).

Em texto recente discuti a relação entre história e direito, mais especificamente, a influência do direito luso-brasileiro na constituição do quadro foreiro de São Francisco do Sul. E ao dialogar com diferentes autores em relação ao conceito de propriedade, a concepção de Congost se impôs no sentido de considerar a propriedade- realidade histórica, e a introdução de uma ideia de propriedade como obra, como obra em continua construção. Da mesma forma, que o território nas definições de geógrafos se constitui em uma construção no processo de dominação, apropriação e produção do espaço, a propriedade ou, nas palavras de Congost os direitos de propriedade, são produto e fator das relações sociais, e a realidade social pode se impor frente aos ditames do Estado, e criar as condições de um enfretamento ou mesmo de contestação às determinações governamentais. E principalmente que a realidade social pode produzir novas situações e expectativas. (Congost, 2007, p. 21).

Se os geógrafos nos alertaram para o fato de que a concepção de território

envolve poder político e poder de apropriação, os historiadores e juristas como António Manuel Hespanha sinalizam para a relação entre homem e coisas, e tal relação também se apresenta como sendo sobre poder e domínio. Para Hespanha,

Daí que o conceito de domínio, como faculdade de uso, fosse muito geral, abrangendo tanto vários direitos de gozo sobre coisas (propriedade, usufruto, hipoteca, servidões, etc.), como direitos sobre pessoas (nomeadamente a jurisdição) (HESPANHA, 2005 p.,78)

A relação entre o homem e as coisas para Paolo Grossi tem que ser entendida pelos historiadores do direito no sentido de que

“para ele ‘propriedade’ deve ser somente um artifício verbal para indicar a solução histórica que um ordenamento dá ao problema da relação jurídica mais intensa entre um sujeito e um bem”, e, esclarece que tal posicionamento se constitui na “resposta à questão central sobre a consistência mínima do ‘meu’ jurídico” (GROSSI, 2006, p..05)

Com o surgimento da concepção de propriedade moderna liberal, aquela individualista e potestativa consolida-se um conceito de “propriedade-plena, absoluta, e, portanto perfeita”, em oposição “a propriedade dividida, compartida, e, portanto imperfeita- das sociedades do Antigo Regime”. (CONGOST, 2007, p. 122),

Nas palavras de Grossi,

[...] A propriedade dos juristas é um *quid* qualitativamente diferente não porque os juristas o pensam diferente mas porque colhem do nó emaranhado e complicado da propriedade somente certos aspectos que não outros; a propriedade dos juristas é sobretudo poder *sobre* a coisa, enquanto a propriedade dos economistas é sobretudo riqueza, renda *da* coisa.(GROSSI, 2006, p. 25)

A concepção liberal de propriedade que irá sustentar os ordenamentos jurídicos, de acordo com Hespanha, teve o Code Civil de 1804 como parâmetro, posto que estabelecesse “A propriedade é o direito de gozar e dispor das coisas da maneira a mais absoluta, sem poder fazer o que a lei ou os regulamentos proíbem”. Segundo Hespanha, o *Code Civil* “... constitui um emblema do conceito moderno (individualista, burguês, capitalista) da propriedade, sobretudo porque nele se costuma destacar o carácter absoluto e pleno dos poderes do proprietário” (HESPANHA, 2005, p. 87).

O ordenamento jurídico português desenhou o património territorial desde o período colonial através dos forais, leis, das provisões régias, leis e, principalmente, das Ordenações. No caso específico da ocupação territorial a Lei de Sesmarias, de 1375, extensamente utilizada no período colonial, que condicionava a doação de terras ao cultivo da mesma. Determinava, ainda, que o sesmeiro procedesse à medição e demarcação da área recebida, para usufruto pleno do direito de posse. Como a Coroa distribuía as datas de terras sob o regime de concessão, caso a terra não fosse devidamente aproveitada, a Coroa tinha o direito de retomá-la. Falava-se, nesse caso, em terra devoluta. (FINDLAY, 2014, p.1815)

No processo de povoamento da região de São Francisco do Sul as formas de

acesso à terra disponibilizadas aos homens livres foram a concessão de sesmaria, a posse, a doação de terras devolutas, e aos estrangeiros a formação de núcleo colonial particular. Todas essas possibilidades estiveram relacionadas às necessidades da Coroa Portuguesa em estabelecer na região agrupamento populacional como estratégia de ocupação e defesa de seus domínios.

A criação da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, através da Carta Régia de 1656, e posteriormente, pelo Alvará Régio de 1662, elevada à categoria de Vila recebendo a denominação de Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco Pela lei provincial nº 239, de 15 de abril de 1847 é elevado à condição de Cidade.

Em seu processo de povoamento São Francisco do Sul esteve submetido aos mesmos institutos legais que configuraram a história da política de terras nacionais. Nesse sentido os atores sociais tiveram a possibilidade de obtenção de carta de sesmaria, contaram com a pouca fiscalização governamental em relação à ocupação de terras coloniais e imperiais, bem como, a disponibilidade das autoridades municipais em firmar contratos de enfiteuse, ou aforamento, com aqueles que solicitassem acesso às terras pertencentes ao patrimônio público.

## **OS REGISTROS PÚBLICOS E O PATRIMÔNIO TERRITORIAL**

O estudo da formação do patrimônio territorial do núcleo de Nossa Senhora da Graça de São Francisco, posteriormente, São Francisco do Sul em relação às fontes documentais buscou-se os arquivos públicos com o objetivo de verificar a documentação constante relativa à região de Santa Catarina e mais especificamente, as que pudessem lançar luzes sobre as diversas formas de acesso à terra que possibilitaram a construção do território de São Francisco do Sul.

Em primeiro lugar se procedeu a um levantamento nos Arquivos Públicos visando à localização de cartas de sesmarias concedidas na região de estudo, em virtude de serem estes os responsáveis pela guarda e conservação da documentação oficial dos governos das capitanias. Nesse sentido, destaca-se o Arquivo Nacional que é um órgão do Ministério da Justiça que guarda, preserva, dá acesso e divulga documentos públicos e privados. A instituição foi criada em 1838, é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos-SIGA, da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça. Conforme o sitio do Arquivo Nacional tem-se que sua finalidade se constitui em

Implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural( ARQUIVO NACIONAL, web, 2018).

No Arquivo Nacional, além das cartas de sesmarias, encontram-se autos de medição e demarcação das terras que permitem ao pesquisador obter informações relativas às sesmarias.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo se encontra disponibilizado ao público um acervo composto de documentos produzidos pelo poder executivo paulista. Sua criação data de 1891 e seu acervo, além da documentação do poder executivo, contem sob sua guarda documentação do Poder Judiciário. Como o núcleo de Nossa Senhora da Graça de São Francisco quando de sua elevação à freguesia pertencia a Capitania de São Paulo, os registros do período colonial do acervo possibilitam interessante e valiosa pesquisa em seus manuscritos para a identificação de cartas de sesmarias concedidas a aqueles que desejavam se estabelecer na região.

Já o acervo do Arquivo Histórico de Joinville, criado em 1972, disponibiliza ao pesquisador a documentação produzida por instituições governamentais municipais e documentos privados de interesse público e social. Dentre a documentação sob sua guarda encontra-se uma cópia microfilmada das cartas de sesmarias concedidas em Santa Catarina desde o século XVIII até o século XIX.

Além dessas instituições que tem a finalidade de guarda e conservação dessa documentação existem outras possibilidades, como nos alerta Francisco Eduardo Pinto,

Para aquelas cartas que tiveram confirmação régia, há o seu traslado nos processos de confirmação das doações despachados pelo Conselho Ultramarino, cuja documentação avulsa relativa ao Brasil já se encontra digitalizada pelo “Projeto Resgate Barão do Rio Branco” do Ministério da Cultura do Brasil e Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal.(PINTO, 2011, p.31)

As pesquisas que tenho desenvolvido há mais de uma década sobre a temática da história rural, ou fundiária, possibilitaram a constituição de um banco de dados relativo às sesmarias concedidas na região, e totalizam 74 cartas de concessão obtidas junto aos arquivos públicos, e que puderam ser identificadas como pertencendo à região da baía da Babitonga, onde se localiza o núcleo original de São Francisco do Sul.

Nas cartas de concessão de sesmarias consta o nome do requerente, a localidade, dados do terreno pretendido e dimensão da terra concedida e data da concessão. Por este motivo se constituem em valiosa fonte de pesquisa para a compreensão da história fundiária e agrária do Brasil.

Outra fonte de pesquisa foram as Atas da Câmara Municipal, na medida em que em estudos anteriores destacavam os pedidos de terras do patrimônio da instituição. Por se constituir em uma fonte rica sobre os mais diversos temas contribui para a construção da história social do período do povoamento da localidade, na medida em que, como observa Cristiano Luís Christillino, “são fontes manuscritas e impressas que registram as principais discussões e decisões tomadas nas reuniões dos vereadores ao longo do período colonial, Imperial e republicano” (CHRISTILLINO,

2011, p.167).

Em decorrência da importância das Câmaras Municipais, principalmente no período colonial, é adequado lembrar que foram organizadas sob a égide das Ordenações Manuelinas e Filipinas e, como determinava o ordenamento régio, essas instituições desempenhavam funções judiciais, administrativas e legislativas semelhantes a dos portugueses. Eram responsáveis pela infraestrutura das localidades, estabelecimento de posturas, fixação de taxas e nomeação de recebedores de tributos. No entanto, a Lei de 1º de outubro de 1828 deu nova forma as Câmaras Municipais, definiu suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz. Essa lei retirou das Câmaras Municipais sua função judiciária. Mas as atribuições relativas ao patrimônio público e rendas da localidade estabelecidas pelas Ordenações foram mantidas.

As Atas das Câmaras, até como decorrência das funções exercidas pela instituição, revelam o papel desempenhado na conservação e distribuição do patrimônio municipal das terras públicas por aforamento. Na documentação é possível se identificar os pedidos de terrenos do patrimônio municipal, o nome do requerente, a localidade do terreno e o tamanho solicitado.

Na colônia brasileira a prática do aforamento foi uma das formas de acesso à terra utilizada pelos aqueles homens livres e pobres e, muito estimulada pelos grandes proprietários de terras. No entanto, com a progressiva constituição de vilas, cidades e municípios, o aforamento de terras públicas foi sendo aplicado pelas Câmaras, já que esse expediente beneficiava tanto os habitantes e a municipalidade, a prática se difundiu no período colonial, se manteve no Império e perdura até os dias atuais. A modalidade utilizada em terras públicas nacionais foi a da perpetuidade.

A Prefeitura Municipal tem sob sua guarda e posse os registros fiscais que auxiliam na identificação dos pagamentos dos impostos e, no caso da pesquisa sobre os títulos de aforamento, o pagamento do foro por parte daquelas pessoas que receberam datas de terras do patrimônio da Câmara Municipal.

Como a legislação estabelece a necessidade de se proceder ao registro do pagamento do foro a Prefeitura Municipal os registra em livros próprios. Nos livros de foro foram colhidas informações a partir de 1907, apesar da prática de concessão de terras públicas por aforamento ter iniciado no século XIX, e lamentavelmente os livros relativos a esse período não constam do acervo da Prefeitura e, sendo desconhecida sua localização. Nos livros é possível ter acesso as seguintes informações: nome, dimensão das terras aforadas, localização das terras concedidas, data em que foi passado o título, procedência da posse, foros anuais, data do pagamento dos foros e observações. As anotações constantes no item observações indicam as transferências de titularidade por herança, já que os contratos de enfiteuse têm a característica da perpetuidade, ou do domínio útil por venda. O livro nº 1 de registro de foros tem assinalado como o primeiro registro o Foreiro: Herdeiro do finado Ignácio Jose de Sousa, terreno com 180 braças, no Rocio Pequeno, com pagamento de foro

desde 1890. Essa informação reforça a tese de que as terras cedidas em aforamento pela Câmara Municipal destinavam-se a produção em terras incultas.

Os cartórios de registro de imóveis possibilitam a pesquisa em documentos como escrituras públicas e contratos registrados nos livros de Notas. Conforme os autores Antônio Henrique Duarte e Elione Guimarães,

Escrituras Públicas são documentos elaborados em cartório por agentes que tenham função, pública. No século XIX, elas eram necessárias como prova de contratos, quando objeto dos mesmos excedesse à taxa de R\$800\$000 em bens de raiz e de R\$1:200\$000 em bens móveis, comportando algumas exceções. As escrituras públicas eram feitas pelos tabeliães de notas nas cidades e nas vilas e fora delas, deveriam ser elaboradas pelos juizes de paz dos respectivos distritos. (DUARTE e GUIMARÃES, 2011,p.49)

Os autores informam que em alguns casos essa documentação nos Arquivos Históricos Municipais, Casas de Cultura, Centros de Documentação e Museus. E ressaltam a importância das escrituras públicas, notadamente, para os estudos da História da Propriedade e da História Social da Agricultura. E destacam:

[...] aquelas cujo objetivo era formalizar a propriedade e a transmissão do patrimônio rural e regular as relações de trabalho no campo e ,o uso e fruto da terra: doações, compra e venda de bens de raiz e cessão de direitos hereditários, arrendamento, contrato de agregado, locação de serviços, sociedade agrícola e empréstimos (hipoteca).(DUARTE e GUIMARÃES, 2011 p., 50)

A exigência da lavratura de escrituração pública no registro de imóveis, tornou os documentos cartoriais constantes do arquivo do 1º Ofício de Registro de Imóveis Gilberto Alves de Carvalho, da 1ª Circunscrição da Comarca da São Francisco do Sul, em importante fonte para a identificação e quantificação dos que tiveram acesso à terra por intermédio do processo de aforamento de terras públicas.

No Registro de Imóveis no livro nº2 de Registro Geral encontra-se a matrícula nº 7.066, com data de 14 de fevereiro de 1978, e que identifica como imóvel um terreno do patrimônio municipal de forma de trapézio retângulo, abrangendo uma área de 18.068.325m<sup>2</sup> e um perímetro de 17.036,00 metros lineares, no qual são descritas as características do terreno a partir de levantamento feito em 19 de março de 1907 e seu memorial de medição transcrito textualmente no documento, e conforme a planta restaurada da medição de 1722.

De acordo com o documento da referida matrícula, a mesma foi realizada em cumprimento a uma determinação da Corregedoria Geral da Justiça, em virtude de um processo de consulta feita pelo Cartório com o objetivo de regularizar os registros dos documentos relativos ao quadro foreiro, já que, muitas vezes havia duplicidade de concessão de titulação de terrenos, ausência de registro dentre outras dificuldades enfrentadas pelo responsável do estabelecimento.

Na certidão de matrícula nº7. 066 existem o registro de 385 concessões de aforamento e em cada registro tem-se o nome do foreiro, a área da concessão e a localidade do terreno, assim como o número de matrícula original da concessão. Com as certidões de matrículas é possível agregar as seguintes informações:

naturalidade, estado civil, profissão, e a residência do foreiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das pesquisas desenvolvidas até o momento fica evidenciada a importância da existência dos arquivos públicos para iluminar os caminhos percorridos pelos estudiosos e, principalmente por aqueles que estão se iniciando nesse processo de busca por fontes primárias, com o objetivo de desvendar o passado do Brasil.

Com profundo pesar tem-se que registrar o descaso de algumas autoridades em relação ao patrimônio histórico na conservação e preservação de sua documentação, na medida em que os registros relativos ao século XIX encontram-se incompletos, ou pior, desapareceram de seus acervos.

## REFERÊNCIAS

Arquivo Nacional. Ministério da Justiça. Disponível em <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional.html>> Acesso em 20 jun. 2018.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Atas da Câmara. In MOTTA, Márcia, GUIMARAES, Elione. (orgs) **Propriedades e disputas**: fontes para a história do oitocentos. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.

CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia**: Estudios sobre “La Gran Obra de la Propiedad”. Barcelona: Crítica, 2006.

DUARTE, Antonio Henrique, GUIMARÃES, Elione. Documentos dos fiscais das Câmaras Municipais. In MOTTA, Márcia, GUIMARAES, Elione. (orgs) **Propriedades e disputas**: fontes para a história do oitocentos. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.

FINDLAY, Eleide Abril Gordon. **O aforamento de terras públicas em São Francisco do Sul**. Disponível em <<http://www.snh2017.anpuh.org/site/anais#E.>> Acesso em 10 jul 2018.

\_\_\_\_\_. **A influência do direito luso-brasileiro na constituição do quadro foreiro de São Francisco do Sul**. Disponível em <<https://transruralhistorycompostela.wordpress.com/simultanea-122/>> Acesso em 10 jul 2018.

Grossi, Paolo. **História da Propriedade e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

HAESBAERT, Rogerio. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. **GEOgraphia** - Ano IX - No 17 – 2007. Disponível em <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>> Acesso em 10 jul 2018

HESPANHA, António Manuel. **Direito luso-brasileiro no antigo régime**. Florianópolis: Boiteux, 2005

MYSKIW, Antonio Marcos. Território. In MOTTA, Marcia (org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PAES, Maria Tereza Duarte. **Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais – Um Olhar Geográfico**. Disponível em <<https://docplayer.com.br/10067373-Patrimonio-cultural-turismo-e-identidades-territoriais-um-olhar-geografico-maria-tereza-duarte-paes-universidade-estadual-de-campinas-sp-brasil.html>> Acesso em 10 jul 2018.

PINTO, Francisco Eduardo. Cartas de Sesmarias. In MOTTA, Márcia, GUIMARAES, Elione. (orgs) **Propriedades e disputas**: fontes para a história do oitocentos. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.

RAFFESDTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Eliseu Savério. (orgs) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 1996.

SAQUET, Marcos Aurelio, GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto. A valorização territorial e multidimensional do Patrimônio de Francisco Beltrão (PR). **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v.4, n.8, p.98-120, ago. 2009. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11912>> Acesso em 10 jul 2018.

SOUZA, Edson. Territorialização. In MOTTA, Marcia (org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

## SERRA NEGRA DO NORTE/RN – BERÇO DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL-NATURAL ADORMECIDO

**Rita de Cássia Dantas de Oliveira**

(ritinhacdo@gmail.com)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
(UFRN)  
Caicó – RN

**RESUMO:** O ser humano, preocupado em sustentar uma posição de prestígio na sociedade, em crescer financeiramente e inserir-se na modernidade, tão atuante na contemporaneidade, em sua maioria, não enxerga ou não dá valor as riquezas histórico-cultural-natural presentes a sua volta. Riquezas estas, que possuem, em sua essência, um valor incalculável, por fazer parte do contexto histórico-cultural de determinada localidade, não deixando morrer o sentido real de sua existência. Com essa visão, de despertar um novo olhar neste ser humano, fazer com que veja a importância inigualável que um bem histórico-cultural-natural possui, principalmente, ao residente no município de Serra Negra do Norte/RN, o referido trabalho vem revelar a riqueza histórica-cultural-natural que o município apresenta através da sua contextualização histórica e potencialidades turísticas e propor através da atividade turística sustentável a valorização, preservação e importância do patrimônio histórico-cultural-natural local. Este estudo foi realizado através

de pesquisas bibliográficas, dentre elas, autores locais como FARIA (2006) e LAMARTINE (2000, 2003) que fazem referência à história do município, como autores e estudos com o pensamento voltado para o segmento do turismo cultural sustentável, além de pesquisa de campo onde foram levantados os principais pontos com considerável potencial para atração turística do município. Destarte, é perceptível a carga histórica presente em sua economia e arquitetura além de deter de uma convidativa paisagem natural. E, não havendo ainda o despertar de todos para enxergar tal fato, o trabalho em questão espera realizar este despertar para o conhecimento do potencial histórico-cultural-natural que o município carrega em suas entranhas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serra Negra do Norte. Cultura. Turismo Sustentável. Potencialidades.

### SERRA NEGRA DO NORTE/RN – BIRTH OF A HISTORICAL-CULTURAL-NATURAL HERITAGE

**ABSTRACT:** The human being, concerned with sustaining a prestigious position in society, growing financially and inserting himself in modernity, so active in contemporary times, for the most part does not see or value the historical-cultural-natural riches present to your

return. These riches, which have, in their essence, an incalculable value, for being part of the historical-cultural context of a given locality, not letting die the real meaning of its existence. With this vision, to awaken a new look in this human being, to see the unparalleled importance that a historical-cultural-natural good has, especially, the resident in the municipality of Serra Negra do Norte / RN, this work reveals the historical-cultural-natural richness that the municipality presents through its historical contextualization and tourist potentialities and propose through the sustainable tourist activity the valorization, preservation and importance of the local historical-cultural-natural heritage. This study was conducted through bibliographic research, among them local authors such as FARIA (2006) and LAMARTINE (2000, 2003) who refer to the history of the municipality, as authors and studies with the thought focused on the sustainable cultural tourism segment, besides field research where the main points with considerable potential for tourist attraction of the municipality were raised. Thus, it is noticeable the historical burden present in its economy and architecture and has an inviting natural landscape. And, since there is still no awakening of all to see this fact, the work in question hopes to realize this awakening to the knowledge of the historical-cultural-natural potential that the city carries in its bowels.

**KEYWORDS:** Serra Negra do Norte. Culture. Sustainable tourism. Potentialities.

## 1 | INTRODUÇÃO

Despertar no homem a valorização por sua cultura e espaço e fazer com que o mesmo enxergue a importância e riqueza que um bem histórico, cultural e natural possui é um dos fatores essenciais para a promoção do desenvolvimento de determinada localidade, pois o fará desenvolver ações que leve a tal finalidade.

Assim, à luz deste entendimento e a fim de implantar atividades turísticas, as quais são uma das ferramentas de divulgação dessas riquezas mencionadas no município de Serra Negra do Norte/RN, abordaremos aspectos que demonstrem a carga histórico-cultural-natural que o mesmo detém. Para tanto, voltamos o olhar para seu contexto histórico, economia, aspectos geográficos e levantamento turístico local, apresentando também informações pertinentes no que diz respeito a importância turística, em seu âmbito geral.

Desse modo, esperamos com isso, buscar um novo formato para o desenvolvimento econômico do município, gerando mais empregos e, conseqüentemente, o aumento de sua arrecadação tributária, bem como promover um maior interesse em todos os envolvidos nesse processo de uma exploração sustentável. E ainda proporcionar aos moradores locais e demais enxergarem o grande potencial histórico-cultural-natural que o município carrega e favorecer para o seu despertar.

## 2 | CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SERRA NEGRA DO NORTE

Entender o contexto histórico de uma localidade, primeiramente, é interessante ter o conhecimento histórico do espaço ao qual a mesma se encontra. Saber os motivos aos quais levaram a sua existência e desenvolvimento.

Deste modo, contextualizar a história de Serra Negra do Norte remete-se a fazer uma reflexão sobre como se configurava o território brasileiro na época de seu surgimento, bem como o desenvolvimento do seu espaço.

A ânsia pela conquista sempre foi característica marcante do ser humano, na maioria das vezes, o levando a trilhar longos caminhos. E o território brasileiro foi alvo dessa conquista. Nos séculos XVII e XVIII, o referido território sofre uma intensa colonização desenvolvida pelos portugueses. Estes, por sua vez, estavam ligados à expansão marítimo-comercial europeia atuante, na época, no sistema capitalista. Deste modo:

[...] a ocupação das terras assumiu um caráter econômico que reservou para o Litoral e para o Sertão diferentes funções na estrutura mercantil de produção que se instalava no Norte, na fração territorial hoje identificada como Região Nordeste. Obedecendo ao padrão de ocupação regional, a Capitania do Rio Grande foi alvo de uma divisão territorial do trabalho que estabeleceu para Zona da Mata (litoral) a função de produzir cana-de-açúcar e para o Sertão (interior) o papel de criador de gado (MORAIS, 2005, p. 60).

Assim demarcada, o Sertão da Capitania do Rio Grande (atualmente, Sertão do Seridó) passou a configurar-se como o “território dos currais”, ocupando o lugar dos indígenas que ali viviam, provocando, assim, um violento combate entre colonizadores e indígenas. Mas, a ampliação desse combate e a resistência surgida por parte dos índios, apenas adiou a ocupação do Sertão, não impedindo o processo colonizador. Após a resistência indígena, começou a ocupação do território por meio dos currais de gado, tidos como “embriões da estrutura de fazendas que viriam a se tornar marcantes no cenário da organização sócio-espacial seridoense” (MORAIS, 2005, p. 61).

Nesse contexto histórico ergue-se o município de Serra Negra, originado de uma fazenda de criar (criação bovina), da ribeira do rio Espinharas, no sertão seridoense, implantada no século XVIII. E para melhor entendimento de sua origem, Lamartine (2000) enfatiza em seus relatos que a ocupação da ribeira do Espinharas inicia-se na Bahia, através do Sr. Theodósio de Oliveira Ledo, dos irmãos e do alferes João de Freitas da Cunha com a conquista da maior Sesmaria de que se tem notícia na história do Nordeste, a qual “começava no pé da Serra do Teixeira e chegava à foz do Espinharas, no rio Piranhas” (FARIA apud LAMARTINE, 2000, p. 18).

Desta grande Sesmaria, houve uma divisão de terra a qual a área correspondente ao que hoje se encontra a sede do município de Serra Negra ficou com o alferes João de Freitas da Cunha, que por decorrência de sua morte passou para seu irmão Domingos Freitas da Cunha e este, por sua vez, vendeu para um cunhado dos

Oliveira Ledo, Manoel Barbosa de Freitas, implantando, neste local, uma fazenda. Mas, não tendo fontes da causa, Manoel Barbosa de Freitas doou a fazenda para seu sobrinho Manoel Pereira Monteiro, dando início a povoação da localidade.

Desde então, Manoel Pereira Monteiro (possivelmente português, Juiz Ordinário de Órfãos e capitão das ordenanças no Arraial da Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, hoje Pombal/PB) se estabeleceu com a fazenda de gado em Serra Negra, no ano de 1728. Trouxe consigo a família e seus agregados. Ao chegarem à ribeira do Espinharas, a localidade era conhecida como “Os Currais do Espinharas”, primeiro nome do local. Anos depois, certamente em 1741, Manoel Pereira Monteiro requereu sobras de terra ao redor da fazenda, e neste pedido ele a chamou de Serra Negra.

E é nesse recorte temporal, que vale ressaltar a origem do nome do município, a qual existe duas versões: a impressão dada pelo aspecto sombrio da mata fechada que cobria a “Serra Velha” (um grande rochedo que se projeta sobre a cidade, tendo como nome atual, Serra Negra) vista à distância, bem como a lenda da escrava de Manoel Pereira que teria ido pegar lenha no pé da serra e a onça a teria devorado. Destas duas versões, prevalece a primeira.

Assim, em meio a esses acontecimentos, a fazenda foi se desenvolvendo e se expandindo. E, dentro desta expansão, uma construção é merecedora de destaque: a Capela de Nossa Senhora do Ó, a qual fora fundada, primeiramente, em 1735 e posteriormente demolida em 1774, pois Manoel Pereira queria erguer uma capela em honra a Nossa Senhora do Ó, e a mesma precisaria ser erguida em um lugar que oferecesse segurança. Nesse propósito, ele, juntamente com seus filhos padres João Pereira Monteiro e Fernando Pereira Monteiro, mandou vir de Portugal João Isidoro e Tomás Aquino, artista que traçou o plano da Igreja e mestre de pinturas e dos desenhos, respectivamente, para poderem edificar a nova capela, em estilo da época (barroco) e posteriormente tornando-se Matriz.

Sua construção foi concluída em 1781 e deste feito surgiu a Freguesia de Nossa Senhora do Ó, através da Lei 106 de 1º de setembro de 1858, pelo presidente da Província da época, Dr. Antônio Mardelino Nunes Gonçalves, tornando-se a vigésima quinta do Rio Grande do Norte e uma das mais belas e antigas construções da região.

Portanto, foi a partir dessa edificação que a localidade foi palco de novas construções, expandindo assim seu espaço territorial. E, conseqüentemente, graças a todo esse desenrolar histórico, Serra Negra, através da Lei Provincial nº 688, de 03 de agosto de 1874, tornou-se município e em 29 de março de 1938, através do Decreto 457, obteve a predicação de cidade. Porém, neste meio tempo, em 1932, o município teve sua sede administrativa transferida para São João do Sabugi, cidade que faz limite com a mesma, por motivo de imposições do movimento revolucionário da época, mas voltou a sua sede anterior por força do Decreto nº 43, de 13 de dezembro de 1935.

E a partir deste decreto, Serra Negra do Norte segue, definitivamente, seu

percurso como município, com uma sede administrativa própria e mostrando-se como exemplo de determinação, pois a exemplo de muitos, a partir de uma fazenda de criar, se expandiu em expansão territorial e populacional.

### **3 | ASPECTOS GEOGRÁFICOS**

O município de Serra Negra do Norte está localizado geograficamente no paralelo 6° 39' 56" de latitude Sul e 37° 23' 50" de longitude Oeste, possuindo o fuso horário UTC - 3 (Tempo Universal Coordenado), estando inserido na Mesorregião Central Potiguar e na Microrregião do Seridó Ocidental, totalizando uma área de cerca de 518 km<sup>2</sup> à 167 metros acima do nível do mar. Seus limites são delimitados ao Norte com o município de Jardim de Piranhas, ao Sul com São João do Sabugi e o estado da Paraíba, a Leste com Timbaúba dos Batistas e Caicó, e a Oeste mais uma vez com a Paraíba, estando localizado em uma posição privilegiada para escoamento (pelas BR-110 e BR-427, e pela RN-118) de suas mercadorias agrícolas e industriais tanto para Natal, distante 323 km, como também, para Campina Grande na Paraíba, um dos principais polos comerciais, industriais e tecnológicos da Região Nordeste, distante 222 km de Serra Negra do Norte.

Quanto às características físicas de sua geografia, o município possui um clima semiárido, com temperaturas anuais máximas de 32° C e mínimas de 18° C. A precipitação pluviométrica anual é de 744,7 mm, sendo a ocorrência da estação chuvosa entre os meses de fevereiro a maio. Possui umidade relativa do ar de 59% em média. O relevo da área territorial encontra-se entre 100 a 200 metros de altura, em plena depressão sertaneja, estando cercada pelo Planalto da Borborema e os pontos mais altos da Chapada do Apodi. A composição dos seus solos é formada por solos do tipo Bruno Não Cálcico Vértico e Solos Litólicos Eutróficos, ambos com uma alta fertilidade, apresentando uma variedade de cores preta, roxa, vermelha e amarela, ocupando 60% da área do município. A vegetação é predominantemente do tipo Caatinga Hiperxerófila formadas por plantas de baixo porte, e isoladas uma das outras, destacando-se como principais espécies, a jurema-preta, mufumbo, faveleiro, marmeleiro, xique-xique e facheiro.

### **4 | O TURISMO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO**

A necessidade de buscar novas alternativas para a promoção do desenvolvimento de pequenos municípios do Brasil fez com que o turismo fosse visto com solução para esse objetivo, principalmente naqueles municípios que, por ventura, não apresentam meios suficientes para ocupar seus munícipes em postos de trabalhos no setor secundário, ficando restritos apenas a agricultura, ao comércio varejista e os empregos públicos temporários nas prefeituras municipais, prática tão comum no estado do Rio Grande do Norte.

Essas relações de trabalho estão determinadas pelo fluxo de dinheiro provenientes dos aposentados e pensionistas, além das vontades políticas locais. Assim, com essa realidade, somada ao fato de que a maioria desses lugares estão localizados na região do semiárido - em especial a Região do Seridó - o que ajuda a agravar mais ainda devido a situação em decorrência da escassez de chuvas, que impactam diretamente na produção agrícola local.

Contudo, da mesma forma que a natureza impôs limitações climatológicas que prejudicaram a agricultura, ela também, em contrapartida, foi bastante generosa em se tratando de belezas naturais, com uma magnífica cadeia de formações rochosas, cânions, rios e lagos, além de riqueza da flora e fauna.

Somando-se a isso, incluímos as intervenções racionais ocasionadas pelo homem no espaço, com as construções de açudes e barragens, bem como de monumentos e edificações que foram os marcos do registro de sua história e cultura nestes lugares. E é aproveitando todo esse potencial que a atividade turística surge como alternativa de geração de emprego e renda.

Isso será possível, na medida em que o turismo seja praticado de forma sustentável, levando em consideração a valorização de seu patrimônio turístico existente, proporcionando uma utilização tanto do turista, como também dos habitantes locais, maiores interessados nesta sustentabilidade, responsável por gerar o desenvolvimento local, fazendo com que haja uma melhor distribuição de renda.

Para tanto, se faz necessário que o poder público busque disciplinar e ao mesmo tempo provir dos meios de incentivos capazes para consolidar o turismo local, com um planejamento voltado para atrair investimentos privados na área turística, de hospedagem, transporte, alimentação e entretenimento (pilares fundamentais do turismo), bem como de dotar de infraestrutura necessária para fixar esses investimentos privados.

Mas, antes da garantia desses fundamentos, o município deverá estar de posse dos estudos comprobatórios da existência dos aspectos microeconômicos que norteiam o ramo de turismo, como “[...] a demanda turística ou procura turística, definida como sendo a quantidade de bens e serviços turísticos que os consumidores desejam e estão dispostos a adquirir por um dado preço e em um dado período de tempo.” (LAGE e MILONE, 2000, p. 26). Sendo o número de movimentação de turistas que chegam a um determinado destino, que consomem produtos e serviços, sejam eles de hospedagem, alimentação, transporte, entre outros.

O segundo requisito é a oferta turística, que ainda segundo Lage e Milone, (2000, p. 27) é “[...] a quantidade de bens e serviços que os produtores desejam vender por um dado preço em um dado período de tempo”. Estão inclusos neste item os produtos postos a venda como passagens, diárias de hospedagem, refeições, pacotes de viagem, artesanato, entre outros. E, por fim, o conceito chave do turismo, que é o mercado turístico, que é nada mais que “[...] a interação da demanda e da

oferta de produtos relacionados com a execução e operacionalização das atividades que envolvem bens e serviços de viagens e afins.” (LAGE e MILONE, 2000, p. 29).

É, na verdade, a consolidação do negócio turístico entre empresa turística e o turista, atendendo os seus próprios interesses, que vão ocasionar uma rede produtiva de total dependência entre si, já que para isso envolve o setor agrícola e industrial na produção de bens de consumo, que serão vendidos no comércio varejista, que por ventura, uma parte é vendida para o setor de serviços (hotéis, bares, restaurantes etc.), que depende, juntamente com os outros do setor público, para provir às políticas e infraestrutura básica para execução da demanda turística, que, assim como os outros, serão fontes de arrecadação de impostos.

O segundo passo é determinar qual tipo de turismo se pretende praticar na área, levando em consideração todos os fatores que justifiquem a execução do projeto. Felizmente, a Região do Seridó possui inúmeras características que naturalmente podem atrair outros tipos de públicos de vários outros seguimentos de turismo, que buscam nas atividades propostas a razão de seu deslocamento e dos recursos financeiros aplicados para tal. Sendo assim, a possibilidade de atração do turista que fica apenas no litoral torna-se possível.

Dentre as diversas formas de turismo que podem ser aplicadas, destacamos o Geoturismo, que segundo Ruchkys (2005), (apud AZEVEDO, NASCIMENTO; NETO, 2007, p. 3), é

[...] um segmento da atividade turística que tem o patrimônio geológico como seu principal atrativo e busca sua proteção por meio da conservação de seus recursos e da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando, para isto, a interpretação deste patrimônio o tornando acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das ciências da Terra.

A justificativa para a adoção desse tipo de turismo é exatamente devido a região ser dotada de inúmeras feições geológicas, as quais possuem características próprias, além pela sua própria constituição do relevo, repleto de serras, afloramentos de rochas e cavernas, ideias para clientes que buscam atividades de aventura (bike, exploração de caverna, rapel, trecking, etc.) e recreação, o chamado de Turismo de Aventura. Um outro segmento do turismo que tem vínculo com o Geoturismo é o Turismo Arqueológico, que buscam nos sítios arqueológicos para conhecer os vestígios das antigas sociedades históricas e pré-históricas, caracterizando um turismo de forma pedagógica. (MANZATO, 2005 apud MANZATO, 2007, p.100). Estão inclusos, nesta forma, todos os sítios arqueológicos da região, onde apresentam vasta diversidade de figuras rupestres da subtração Seridó, na maioria dos municípios, além dos centros históricos e edificações que conservam as linhas tradicionais do passado, com suas características peculiares.

Ainda com relação ao Geoturismo, na visão de conservadorismo presente na sua doutrina, associam a ele o Ecoturismo como atividade de apreciação dos ecossistemas, em seu estado natural, aproveitando o que a fauna e a flora das

áreas de conservação do Seridó tem de melhor; o Turismo Científico destinados a pesquisa de campo e o Turismo Pedagógico, um segmento que ganha cada vez mais espaço devido a grande competitividade das instituições de ensino particular, que realizam as atividades educativas, de forma a alcançar finalidades pedagógicas, por meio da experiência turística.

Por fim, concluindo essa seção, não poderíamos deixar de citar uma forma de turismo que valoriza a cultura e a história de um povo, que neste caso a população seridoense tem muita bagagem neste contexto. O Turismo Cultural, que é definido por Barret (2000, apud, MANZATO, 2007, p. 100), como sendo “todo o turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana e esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato”.

Neste contexto, onde está incluído o Turismo Arqueológico (anteriormente visto) tem no Seridó um seleiro repleto de alternativas capazes de viabilizar essa forma de turismo, seja por meio de roteiros destinados nas antigas fazendas de gado, onde guardam a história das antigas oligarquias e coronéis seridoenses do passado, passíveis de práticas de Turismo Rural (turismo comprometido com a atividade produtiva, agregando valor a produtos e serviços e resgatando o patrimônio natural e cultural da comunidade), nas festas populares das cidades, como festas de padroeiros (Turismo Religioso) e aspectos ligados as tradições econômicas, como o bordado, carne de sol e a fabricação de queijo.

## **5 | A LEI 11.771/08 COMO INSTRUMENTO REGULADOR E DE PROMOÇÃO DO TURISMO**

Com o propósito de alavancar o turismo no Brasil, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulgou, em 17 de setembro de 2008, a lei nº 11.771, que trata sobre a política nacional do turismo, dando as devidas atribuições a União, Estados e municípios, no tocante ao planejamento, desenvolvimento e estímulo do setor turístico, para que tanto grandes e pequenos municípios, em especial estes últimos, possam estruturar e incrementar esta atividade que, no ano de 2008, segundo o próprio Governo Federal, faturou uma arrecadação recorde de US\$ 5,78 bilhões apenas com os turistas estrangeiros, numa taxa de crescimento duas vezes maior (16,8%, apenas em relação ao ano de 2007), que a média mundial que chega apenas em 7%, demonstrando uma rentabilidade extraordinária quando bem planejada, aproveitando ao máximo todo o potencial turístico de uma determinada área, com suas atrações, disponibilidade da rede de hospedagem (hotéis, pousadas, albergues e similares), restaurantes, guias turísticos e tudo aquilo que for necessário para atender, de forma satisfatória, o turista.

Tudo isso, com o objetivo de incrementação da economia local, gerando trabalho, emprego e renda para todos os seus moradores e, conseqüentemente, permitindo

uma maior arrecadação fiscal sobre os produtos e serviços prestados pelo turismo na região, que serão revertidos ao benefício próprio de todos os munícipes por meio de obras e programas implantados pelos gestores municipais.

Outros fatores que podem ser associados com o benefício que essa lei oferece, além do desenvolvimento econômico e social, é a preocupação de dar mais acesso ao turismo a todos os brasileiros, apostando no turismo local, e interiorano, e a divulgação e disseminação da história e cultura dos destinos, como também, a preservação por meio da conscientização, dos seus acervos, culturais, históricos e, principalmente, ambientais através do ecoturismo e turismo pedagógico.

Para atingir essa meta, a Política Nacional de Turismo, em seu artigo 5º (que poderá ser acessado em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm)>), usará dos princípios constitucionais, visando o desenvolvimento econômico-social e sustentável.

É notório que o alvo principal para arrecadação de capital proveniente dessa política é o turista nacional que conseguiu, nos últimos anos, entrar no mercado de consumo. Mas para buscar essa clientela, é necessário buscar uma forma que haja uma maior inclusão dessas pessoas ao turismo. Para isso, essa lei irá proporcionar que os municípios possam desenvolver e pôr em prática seus próprios projetos de polos turísticos, auxiliando e incentivando a criação dos produtos turísticos locais, por meio do inventário de seu patrimônio turístico, dando total infraestrutura de acesso e sinalização, bem como, buscar formas de entretenimento que possibilite uma maior permanência do turista na cidade, contribuindo para a descentralização turística nos estados, que, em muitas vezes, ficam restritos apenas ao litoral.

O auxílio à formação e a capacitação de mão-de-obra especializada no trabalho turístico, assim como, abertura de linhas de créditos para empreendimentos ligados ao setor também estão contidas nessa lei, visando a maior captação de recursos futuros decorrentes do turismo no local, atingindo o propósito de realizar uma maior distribuição de renda entre os moradores, por meio do desenvolvimento sustentável do município, preservando sua história, costumes e tradições, bem como, de seus bens naturais.

## **6 | POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE: UMA EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL**

O município de Serra Negra do Norte é conhecido no Rio Grande do Norte como o “oásis” do Seridó, devido ao fato de que sua área territorial possui qualidades ímpares em comparação ao restante dos municípios seridoenses. Sem dúvida, a natureza abençoou a população serra-negrense com belas paisagens compostas pelas formações rochosas, que envolvem o município como uma espécie de cinturão, além de uma cobertura vegetal compostas por inúmeras espécies de plantas da

caatinga, onde apresentam uma coloração esverdeada na maior parte do ano, isto se deve ao fato de estarem próximas ao rio Espinharas, que passa ao lado da cidade.

A fauna do município possui uma boa diversificação, levando-se em consideração a aridez do solo com vários mamíferos, como a raposa, gato-maracajá, tatus, cotias, mocós e preás; répteis, e aves, num total de 57 espécies, merecendo destaque para o periquito, animal bastante cobiçado por traficantes de animais, que encontram no município um refúgio natural. Serra Negra do Norte, também possui uma vasta bagagem histórica, como na política do Estado na figura de Dinarte Mariz e Juvenal Lamartine e, culturalmente, no artesanato de bordados e outras peças, assim como, da fabricação do patrimônio cultural do Seridó: Os queijos de manteiga e coalho, com reconhecimento em nível nacional.

A soma de todos esses fatores faz com que Serra Negra do Norte possua um potencial turístico inestimável, com plenas condições de atração de turistas por todo o ano. Dentre essas potencialidades, podemos elencar as seguintes atrações com seus respectivos segmentos turísticos para buscarmos um turismo sustentável.

Serra Negra – Um grande rochedo que se projeta sobre a cidade. Tem aproximadamente 400 metros de altura, onde favorece a vista das belas paisagens da região, possui ainda uma vegetação sombria. Local ideal para a prática de trilhas ecológicas e prática de rapel. É, juntamente com o Serrote da Igreja, a Barragem Dinamarca e o rio Espinharas, destinos que favorecem o Ecoturismo, Geoturismo e Turismo de Aventura;

Estação Ecológica do Seridó – É uma área destinada a pesquisa científica do bioma caatinga, administrada pelo IBAMA. A visitação pública só é permitida em caráter educacional e/ou científico, dependendo de autorização prévia. Favorece ao Turismo Científico, Ecoturismo e ao Turismo Pedagógico;

Figuras Rupestres – Estão localizadas a cerca de 4 km da sede do município, na Fazenda Dinamarca, onde podemos encontrar algumas figuras rupestres, composta de um painel de figuras com aspecto de formas geométricas características da Tradição das Itaquiarias. Favorecem o Turismo Arqueológico, Turismo Científico e Turismo Pedagógico;

Conjunto Arquitetônico – Serra Negra foi contemplada com muitas construções belíssimas em seu passado. Esse fato pode ser observado em algumas construções que ainda estão presentes no município. Dentre elas podemos destacar as que estão a volta da Praça Dinarte Mariz: a Vila Murilo, uma das mais antigas, ao lado a casa onde morou Juvenal Lamartine, o centro paroquial, a igreja matriz de Nossa Senhora do Ó, com construção concluída em 1781, a Casa de Cultura, a prefeitura, o Ibiúna Clube, mercado público, entre outras, que se destacam por suas belezas antigas, de estilos coloniais, neoclassicismo e modernismo, totalizando 82 edificações inventariadas, de acordo com o PDIS/RN. Favorecem ao Turismo Cultural e ao Turismo Pedagógico;

Queijeiras – As queijeiras do município são responsáveis pela fabricação do

produto que é a cara do Seridó, os queijos de coalho e manteiga, tendo o seu valor cultural reconhecido nacionalmente. As duas queijeiras mostram os dois lados da fabricação do produto, sendo uma totalmente artesanal chamada de Queijeira Rolinha, localizada na zona rural, em funcionamento desde 1964, numa administração passada de pai para filho. Em 2007 o queijo da Rolinha foi considerado o melhor do Nordeste. Já numa produção em escala industrial, está localizada na fazenda Boa Vista a queijeira padrão Boa Vista, dotada de instalações modernas, tecnologia de ponta e a garantia da qualidade internacional. Esta queijeira se destaca além da produção dos queijos tradicionais de coalho e manteiga, também pela produção do queijo de coalho com carne de sol. Este roteiro é favorável ao Turismo Cultural, Turismo Pedagógico, Turismo da Melhor Idade, Turismo de Férias;

Eventos – O município possui três eventos que se destacam na região do Seridó, sendo eles a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Ó, a Vaquejada da cidade e a Festa do Reencontro que acontece, atualmente, dentro da programação da Festa da Padroeira. São favoráveis aos Turismo de Eventos, Turismo Cultural, Turismo Religioso, Turismo da Melhor Idade e Turismo de Férias;

Chácara Nova Vida – Hotel fazenda dotado de inúmeras fruteiras, jardins, aves silvestres, trilhas de coqueiros e outras espécies de nossa flora, área de lazer com piscina, campo de futebol, quadra, salão de jogos e auditório. Ideal para o Turismo de Férias, Turismo de Repouso, Turismo da Melhor Idade, Turismo de Eventos e Turismo Rural.

A implementação desses roteiros depende da organização do interesse do município, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para planejar e executar as medidas necessárias com o propósito de atrair esses turistas para o município.

É importante que, de início, seja criado o Conselho Municipal de Turismo, órgão que vai discutir as melhores soluções para uma exploração turística sustentável, bem como pleitear junto à secretaria, responsável a infraestrutura básica para receber os possíveis investimentos privados do setor turístico. É também importante que o poder público possa incentivar a abertura de mais negócios ligados ao turismo, pois são eles que vão receber toda a demanda turística. Também deve-se investir em propaganda para divulgação dos produtos turísticos, com o intuito de atrair novos clientes, além de qualificar as pessoas que vão diretamente trabalhar com o turista, seja ele o recepcionista, o artesão, o garçom, o guia turístico, enfim, todos que participam desta cadeia, para agregar mais valor aos produtos turísticos.

## **7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante ao que foi exposto, entre contextos, aspectos e perspectivas, levar o município de Serra Negra do Norte ao seu despertar requer conscientização,

dedicação e incentivo. E, através deste trabalho, esperamos incentivar esse desejo de tornar o município um espaço que seja palco de muitos olhares e que seja valorizado no que muito oferece, pois detém de uma cultura muito rica, marcada por tradições que ainda permanecem intrínsecas em seu cenário, detentor de uma extraordinária carga histórica. Esta, marcada por uma paisagem natural típica do sertão nordestino, caracterizada por belezas singulares.

Assim, abre caminhos para o turismo e, conseqüentemente, para o desenvolvimento local, possibilitando também para um trabalho de ordem sustentável a fim de sua preservação histórica, cultural e natural, bem como para a geração de emprego e renda, propiciando ao município a venda de seus produtos e serviços e a sua população uma empregabilidade estável, distante de aflições de desemprego.

Desse modo, com essa visão de alavancar o turismo em Serra Negra do Norte, a fim de proporcionar atividades sustentáveis, de preservação e desenvolvimento, almejamos o seu crescimento enquanto município, patrimônio histórico, cultural e o desencadear para atividades de preservação ao meio ambiente, proporcionando orgulho ao morador e ao visitante que por esta localidade passar.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, U. R.; NASCIMENTO, M. A. L.; NETO, V. M. **Geoturismo**: Um novo segmento do Turismo. Revista de Turismo. Belo Horizonte, v.2, n.3, p.3, 2007.

BRASIL. **Lei 11.771/08, de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm)>. Acesso em: 05 agos. 2009.

CADERNO REVISTA SERRA NEGRA EM FESTA. **Serra Negra do Norte/RN**, ano I – nº 1 – novembro de 2005, anual, não comercial, dedicada a Festa de Nossa Senhora do Ó, publisher & editor: Pery Lamartine.

FARIA, J. L. **Velhos costumes do meu sertão**. 3ª edição, Natal/ RN, Sebo Vermelho Edições, 2006.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20 set. 2009.

IDEMA. Sócio Econômicos: **Perfil de seu município – Serra Negra do Norte**. Disponível em: <[http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio\\_economicos/enviados/perfil\\_s.asp](http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_s.asp)>. Acesso em: 21 set. 2009.

LAGE, B.H.G; MILONE, P.C. **Turismo**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LAMARTINE, P. **Personagens serra-negrenses**, Natal, Sebo Vermelho Edições, 2003.

\_\_\_\_\_. **SERRA NEGRA ANOS 30**. Natal, 2000.

MAIA, A. de S. **Dinarte Mariz**: vida e luta de um potiguar, Brasília: A. da S. Maia, 2005.

MANZATO, F. **Turismo arqueológico**: diagnostico e análise do produto arqueoturístico. Passos. v.5,

n.1, p. 100, 2007.

MORAIS, I. R. D. **SERIDÓ NORTE-RIO-GRANDENSE**: uma geografia da resistência, Caicó, 2005.

NONATO, R. **A revolução de 30 em Serra Negra**, coleção Mossoreense, série C, Volume CDXXIV, 1998.

SERRA NEGRA DO NORTE. Sindicato dos Trabalhadores Rurais. **Plano de Desenvolvimento Local Sustentável**. Pesquisa *in loco*, 2001.

SOUZA. F. C. S. (Org). **Potencialidades e (in)sustentabilidade no semi-árido potiguar**. Natal: CEFET-RN, 2005.

## IDENTIDADE E LUGARES DE MEMÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS MONTES GUARARAPES

**Ivan de Freitas Vasconcelos Junior**

Centro Universitário Internacional

Curitiba/PR

**RESUMO:** Este estudo destina-se a mostrar a relação entre identidade e lugares de memória ressaltando a importância dos Montes Guararapes para a formação identitária do Exército Brasileiro. O artigo tem como objetivos: estabelecer relação entre os lugares de memória e a formação da identidade, assim como, refletir sobre a relevância dos Montes Guararapes na formação da identidade do Exército. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em acervos e na internet considerando as contribuições de autores como Le Goff (1990), Nora (1990; 1993), Halbwachs (1925), entre outros, procurando verificar a relação entre identidade e lugares de memória. Buscou-se também informações relacionadas aos Montes Guararapes nas páginas eletrônicas do IPHAN, Comando da 7ª Região Militar e FUNCEB. Concluiu-se que, a memória é um componente fundamental para a formação da identidade de um cidadão, grupo ou nação. No intuito de conhecerem suas identidades, os homens se debruçam sobre o passado em busca de referências e vestígios para possibilitar o suporte do ser no mundo, dessa forma, os lugares de memória conferem um sentido de pertencimento e completude

ao indivíduo. Do mesmo modo constatou-se que os Montes Guararapes desempenham um papel importante na preservação à memória da Força Terrestre, pois materializa a formação da identidade da Instituição no Brasil. Dada sua magnitude, a área dos Montes Guararapes foi registrada no Livro de Tombo Histórico como bem cultural em função do valor histórico para a formação da nacionalidade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória. Identidade. Montes Guararapes. Exército Brasileiro.

### IDENTITY AND MEMORY PLACES: A REFLECTION ON THE GUARARAPES MOUNTAINS

**ABSTRACT:** This study is intended to show the relation between identity and places of memory emphasizing the importance of the Montes Guararapes for the identity formation of the Brazilian Army. The purpose of this article is to establish the relationship between memory places and identity formation, as well as to reflect on the relevance of the Montes Guararapes in the formation of the Army identity. A bibliographical research was carried out in collections and on the internet, considering the contributions of authors like Le Goff (1990), Nora (1990; 1993), Halbwachs (1925), among others, trying to verify the relation between identity and

places of memory. We also sought information related to the Montes Guararapes on the IPHAN website, the 7th Military Region Command and FUNCEB. It was concluded that memory is a fundamental component for the formation of the identity of a citizen, group or nation. In order to know their identities, men lean on the past in search of references and vestiges to enable the support of being in the world, in this way, places of memory impart a sense of belonging and completeness to the individual. In the same way, it was verified that the Montes Guararapes play an important role in preserving the memory of the Earth Force, since it materializes the formation of the Institution's identity in Brazil. Given its magnitude, the area of the Montes Guararapes was recorded in the Historical Tombo Book as a cultural asset due to its historical value for the formation of Brazilian nationality.

**KEYWORDS:** Memory. Identity. Montes Guararapes. Brazilian Army.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como temática a relação entre identidade e lugares de memória ressaltando a importância dos Montes Guararapes para a formação identitária do Exército Brasileiro (EB). Nesta perspectiva, foram utilizados os seguintes questionamentos para balizar o trabalho: Quais as relações existentes entre lugares de memória e formação da identidade? Qual a importância dos Montes Guararapes na formação da identidade do EB?

Antes de iniciar o trabalho, é preciso trazer o conceito de memória coletiva, definido pelo historiador francês Pierre Nora (1990, p. 451) como uma “recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma comunidade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado.”

Essa definição também pode ser entendida como recordações que um grupo de pessoas passam sucessivamente de uma geração para outra ou pela memória compartilhada coletivamente pelas pessoas. Nesse sentido, o sociólogo francês Maurice Halbwachs trouxe contribuições importantes para a consolidação desse entendimento. Halbwachs (1925) explica que a *memória histórica* é transmitida ao indivíduo pela coletividade e que se refere às coisas e aos processos do passado que ele não vivenciou, passando a fazer parte da sua história.

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, na década de 1980, Pierre Nora cunhou a expressão *lugares de memória* ao refletir sobre as correlações entre história e memória. Seu intuito era chamar a “atenção sobre a valorização da transitoriedade veloz do presente no lugar da preservação das tradições do passado” (MARCHETTE, 2016, p. 45).

Para Nora (1993), o propósito de um lugar de memória é impedir o esquecimento e materializar o intangível a fim de prender o máximo de sentido no mínimo de sinais. Desse modo, são exemplos de espaços capazes de desempenhar essas funções:

museus, coleções, arquivos, monumentos, cemitérios, santuários, etc.

A memória serve para constituir a base da identidade do indivíduo, dos grupos sociais e da nação, em consequência, os lugares de memória conferem um sentido de pertencimento e completude ao grupo social já que as tradições e heranças identitárias são transmitidas e preservadas nesses lugares de memória.

Neste contexto, o objetivo primordial deste estudo é estabelecer a relação entre os lugares de memória e a formação da identidade, assim como, refletir sobre a importância dos Montes Guararapes na formação identitária do Exército Brasileiro.

## 2 | METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como recurso metodológico e arcabouço teórico. A revisão da literatura partiu da análise de materiais publicados e artigos científicos divulgados no meio eletrônico. Para tanto, buscou-se fundamentar a pesquisa nas ideias e concepções de autores como: Halbwachs (1925), Le Goff (1990), Marchette (2016), Nora (1990; 1993), Oliveira; Loures Oliveira (2008) e Pelegrini (2007). Além disso, buscou-se informações disponíveis nas páginas eletrônicas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Comando da 7ª Região Militar (7ª RM) e da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB).

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de iniciar o estudo, faz-se necessário retomar as reflexões acerca da memória e dos lugares de memória. Nesse ínterim, Le Goff (1990) explica que a memória contribui para que o passado não seja esquecido totalmente, já que ela acaba capacitando o homem a atualizar informações e impressões anteriores.

Pierre Nora (1993, p. 12) também traz outra contribuição com o tema ao afirmar que não existe mais memória, sendo esta revivida e ritualizada em uma tentativa de identificação por parte das pessoas, assim, “os lugares de memória são, antes de tudo, restos.” Como não existe mais memória espontânea, há a possibilidade de acesso de uma memória reconstituída que dê o sentido necessário de identidade, dessa maneira, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, [...], notariar atas, porque estas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

No intuito de conhecerem suas identidades, os homens se debruçam sobre o passado buscando referências e vestígios temporais ou espaciais de modo a possibilitar o suporte do ser no mundo. Assim, as recordações encontram-se em múltiplos espaços constituindo-se em lugares de memória.

Dentre os inúmeros lugares de memória situados em território brasileiro, destacam-se os Montes Guararapes (Figura 1), localizados em Jaboatão dos Guararapes/PE, região metropolitana do Recife. Nesse local, sangrentas lutas foram travadas entre luso-brasileiros e holandeses por ocasião da Insurreição Pernambucana, na primeira metade do século XVII.



Figura 1 – Vista aérea do Parque Histórico Nacional dos Guararapes

Fonte: IPHAN (2005).

Nos Montes Guararapes foram travadas duas batalhas (a primeira em 19 de abril de 1648 e a segunda em 19 de fevereiro de 1649), abrindo caminho para a rendição do invasor após assinatura da rendição em 26 de janeiro de 1654, na Campina do Taborda, pondo fim a 30 anos de guerra contra a Holanda.

Os Montes Guararapes têm especial importância para o Exército Brasileiro, pois foi nesse local que oficialmente deram início as atividades da Força Terrestre. Assim, o dia 19 de abril de 1648 foi reconhecido como a data simbólica da constituição do Exército em território brasileiro.

Além da vitória militar, a Batalha dos Guararapes teve um valor social, pois, pela primeira vez, brasileiros, portugueses, índios e escravos lutaram lado a lado pela soberania brasileira. Nessa mescla de bravos guerreiros, destacam-se cinco importantes chefes militares que contribuíram decisivamente para expulsão dos holandeses (Figura 2), são eles: Felipe Camarão, André Vidal de Negreiros, Francisco Barreto de Menezes, João Fernandes Vieira e Henrique Dias. Esses personagens integram o Livro dos Heróis da Pátria, (localizado no Panteão da Liberdade e da Democracia em Brasília/DF) que, de acordo com a Lei 11.597/07, destina-se ao registro perpétuo dos nomes dos brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria,

para sua defesa e construção, com dedicação e heroísmo.



Figura 2 – Monumento localizado no interior de PHNG em homenagem aos chefes militares que participaram da Batalha dos Guararapes

Fonte: RUSLEY (2017).

Com o aprimoramento das políticas de preservação do patrimônio, a área dos Montes Guararapes foi registrada no Livro de Tombo Histórico nº 334, de 30 de outubro de 1961, como “Berço da Nacionalidade Brasileira”. De acordo com o IPHAN (2014), no Livro de Tombo Histórico são inscritos os bens culturais em função do seu valor histórico, formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil.

Ao se falar em patrimônio, logo é feita a associação do termo aos conceitos de memória e identidade, “uma vez que entendemos o patrimônio cultural como locus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (PELEGRINI, 2007, p. 1). Assim, os bens culturais tendem a serem preservados em função da associação que mantêm com as identidades culturais.

O patrimônio possibilita estimular a memória dos indivíduos historicamente vinculados a ele, por isso, é alvo de políticas que visam a sua promoção e preservação. Nesse contexto, foi criado em 1971 o Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG) pelo Decreto nº 68.257, de 19 de abril daquele ano.

De acordo com o Comando da 7ª Região Militar (2015), outras ações administrativas foram realizadas no ano de 1996, como: a emissão de uma Diretriz Ministerial que passou a regular as ações do Exército Brasileiro no processo de revitalização do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e a elaboração do Plano Diretor do PHNG, realizada pela 7ª Região Militar junto a 5ª Coordenação Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A preservação do patrimônio é uma medida eficaz para garantir que a população tenha a oportunidade de conhecer sua história, por meio do patrimônio imaterial, material, arquitetônico ou edificado, religioso, arqueológico, artístico e da humanidade. É através da materialidade que o indivíduo consegue afirmar sua identidade cultural podendo reconstruir seu passado histórico (OLIVEIRA; LOURES OLIVEIRA, 2008).

Seguindo os princípios de preservação do patrimônio defendido acima por Oliveira e Louras Oliveira, o Exército vem atuando na conservação do PHNG dentro de sua esfera administrativa. No ano de 2004, foi estabelecido o Plano de Revitalização do Parque Histórico Nacional dos Guararapes por meio da Fundação Cultural Exército Brasileiro em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Também foi elaborado o Projeto Cultural Parque Histórico Nacional dos Guararapes para aprovação do Ministério da Cultura.

De acordo com a Fundação Cultural Exército Brasileiro (20-?), o projeto foi aprovado e conta com os benefícios fiscais concedidos pela Lei Rouanet a eventuais parceiros. O projeto está estruturado em três módulos, conforme pode ser verificado no site da instituição (<http://www.funceb.org.br>), no entanto, somente o módulo 2 foi concluído. O referido módulo contou com patrocínio da empresa BASF S/A e possibilitou ao PHNG contar com uma sede para a sua administração, um novo mirante e um estacionamento. A FUNCEB ainda busca patrocínio para a construção dos módulos 1 e 3.

A temática acerca do patrimônio histórico-cultural envolve tanto o papel da memória quanto da consciência histórica. Isso resulta na apropriação pelo Estado no que se refere à conservação dos bens patrimoniais, estabelecendo, por consequência, qual a identidade (nacional, histórica ou cultural) que este patrimônio transmitirá como legado.

De acordo com Pelegrini (2007, p. 3) “o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos”. Essa afirmação ganha maior significação ao entender patrimônio como uma forma de herança cultural na qual uma geração transmite para outra. Essa herança adquirida fornece informações significativas sobre a história de grupo ou a trajetória da sociedade. O papel do patrimônio, portanto, contribui na formação da identidade desse grupo, na formação da sociedade e no resgate à memória das demais categorias sociais. A preservação do patrimônio torna-se essencial ao desenvolvimento cultural de um povo, já que reflete em sua formação sociocultural.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que o estudo das relações entre identidade e lugares de memória abre um leque de possibilidades de conhecimentos acerca das questões relacionadas

à herança cultural e ao patrimônio. Dessa maneira, verificou-se que a memória molda a personalidade do indivíduo por meio da acumulação de lembranças e de valores ao longo da existência do ser humano. A memória é um componente fundamental para a formação da identidade de um cidadão, grupo ou nação e essencial para a integração entre os membros de uma sociedade.

Constatou-se também que, no intuito de conhecerem suas identidades, os homens se debruçam sobre o passado e buscam referências e vestígios em diversos locais, de modo a possibilitar o suporte do ser no mundo. Assim, a existência dos lugares de memória é primordial para consolidar a identidade de um grupo e evitar o esquecimento dos fatos passados.

Verifica-se que, os Montes Guararapes, como um lugar de memória para o Exército Brasileiro, desempenham um papel importante na preservação à memória da instituição, pois materializam a formação da identidade da Força Terrestre no Brasil. Devido à relevância desse local, a área dos Montes Guararapes foi registrada no Livro de Tombo Histórico como bem cultural em função do seu valor para a formação da nacionalidade brasileira.

Ao longo do trabalho, pôde-se averiguar a importância da memória patrimonial no desenvolvimento das heranças culturais do Exército. Essa memória patrimonial se expressa através da documentação, dos monumentos, dos prédios e dos lugares de memória em geral, formando uma significação histórica que passa a se constituir na herança cultural dos militares da Força Terrestre. O Parque Histórico Nacional dos Guararapes traz uma memória patrimonial e um legado, passado de geração a geração, centrado na formação da nacionalidade brasileira e na constituição de uma força armada terrestre capaz de defender o território brasileiro das ameaças externas. Se hoje a integridade do território brasileiro encontra-se estabelecida, muito se deve aos militares do Exército que, desde meados do século XVII, contribuíram para garantia da soberania nacional.

Por último, verificou-se que o poder público seguiu a tendência contemporânea de preservação do patrimônio histórico e dos lugares de memória. As entidades públicas estão desenvolvendo projetos de revitalização e conservação do PHNG, de modo a salvaguardar o legado histórico-cultural e permitir o acesso dessa herança cultural para as futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR. Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Recife, 14. mai. 2015. Disponível em: <<http://www.7rm7de.eb.mil.br/index.php/parque-historico>>. Acesso em: 12 out. 2017.

FUNDAÇÃO CULTURAL EXÉRCITO BRASILEIRO. Projetos em reforma e restauro: Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Rio de Janeiro, (20-?). Disponível em: <<http://www.funceb.org.br/reformaerestauro.asp?materia=11>>. Acesso em: 12 out. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1925.

IPHAN. **Livro do Tombo Histórico. Brasília: IPHAN, 2014**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>>. Acesso em: 12 out. 2017.

**FUNDAÇÃO CULTURAL EXÉRCITO BRASILEIRO** \_\_\_\_\_. **Plano de Preservação do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Jaboatão dos Guararapes. Brasília: IPHAN, 2005**.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

**MARCHETTE, Tatiana Dantas. Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil. 1 ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. 235 p.**

**NORA, Pierre. Entre Memória e História - a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, dez. 1993.**

NORA, Pierre. Memória colectiva. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Orgs.). **A história nova**. Coimbra: Almedina, 1990.

**OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. Problemáticas da Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas: A educação na perspectiva de mudança paradigmática. Juiz de Fora, 2008.**

**PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. Patrimônio e Memória, UNESP/FCLAs/CEDAP, v.3, n.1, p. 95-109, 2007.**

## ARQUIVOS, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: OS BENEFÍCIOS E OBSTÁCULOS DESSAS APROXIMAÇÕES

### **Railane Antunes Pereira**

Graduada em Licenciatura em História pela UNESA; Mestre em História e Bacharel em Arquivologia pela Unirio; Professora de História pelo Município do Rio de Janeiro e Pesquisadora do IBICT.

UNIRIO

railane.apereira@gmail.com

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo central colocar em foco os benefícios da aproximação entre arquivo e escola e os obstáculos encontrados nesta relação. Compreendendo que os arquivos são parte significativa do patrimônio da sociedade e que seus acervos podem ser ricos no processo de ensino e aprendizagem escolar, a intenção deste é expandir o uso dos arquivos, para valorizar essas instituições e seus acervos, promovendo benefícios tanto para a comunidade escolar, quanto para a instituição de guarda, destacando a importância do patrimônio documental e a necessidade de uma conscientização para preservação desses espaços. Para isto, aprofundi minha análise de memória e patrimônio, a fim de inserir o arquivo dentro destes contextos e apresentar a relevância do mesmo no cenário cultural e aponto a Educação Patrimonial como forma de projetar esses espaços de forma massificada. Pontuo os ganhos em utilizar os arquivos para

o processo de ensino e aprendizagem da disciplina História. Assim, utilizei como objeto de estudo o Arquivo Nacional, instância mais relevante no cenário de arquivos, e analisei suas políticas de difusão, sua proximidade com a comunidade escolar e seu atendimento a este público. Como resultado, encontrei uma instituição completamente desvinculada do cenário cultural. Suas políticas de difusão são insuficientes para apresentar sua relevância para sociedade e sua aproximação com a comunidade escolar ainda está longe de uma relação de contribuição mútua. Ressalto como consideração final o fomento da difusão para preservação daqueles espaços e a aproximação da escola como grande aliada para a manutenção e valorização do seu uso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Patrimonial; Arquivo; Ensino de História.

### 1 | INTRODUÇÃO

A Educação Patrimonial vem sendo valorizada cada vez mais no ambiente escolar, como forma de inserir os alunos junto ao contexto sociocultural de sua comunidade e também para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. Conhecer os patrimônios, que são elementos culturais de referência identitária, é conhecer a si e por tanto a

Educação Patrimonial se torna ferramenta de valorização e preservação cultural.

Museus, bibliotecas, centros culturais e espaços de memória, vem sendo cada vez mais explorados pela comunidade escolar na perspectiva da Educação Patrimonial. Em contrapartida os arquivos públicos estão cada vez mais distantes dessa realidade, sendo explorados por um público específico e caindo em desuso pela sociedade.

Os projetos e atividades voltados à Educação Patrimonial, em sua maioria, estão ligados a espaços como museus, monumentos, centros culturais, etc. Contudo, há um grande déficit de projetos voltados para espaços como os de arquivos. Os mesmos, apesar de abrigarem a memória documental de uma sociedade ou grupo social, são negligenciados na escolha por parte da escola e professores ao abordar essa temática. O que me fez refletir por qual razão os arquivos não são inseridos como ferramenta em auxílio ao ensino, aprendizagem e construção social? Fato é que os arquivos não seguiram o fluxo de outros espaços que aderiram ao movimento da memória. Não se consolidaram como espaços de memória frente a sociedade e isto está ligado diretamente a manutenção de uma visão que sacraliza os acervos e delimita o acesso.

Desta forma este trabalho tem por objetivo analisar os benefícios e os obstáculos que compreendem a utilização dos arquivos pela comunidade escolar. Tendo por objeto de análise o Arquivo Nacional - compreendendo que o mesmo é o expoente em guarda, preservação e políticas de difusão em arquivo no Brasil - para verificar suas políticas de acesso e difusão para a comunidade escolar.

Com intuito de compreender melhor o papel social do arquivo, recorri ao longo deste trabalho ao diálogo teórico sobre memória e patrimônio, destacando suas relações com a sociedade e sua relevância no panorama nacional.

Faço uma reflexão sobre o auxílio da Educação Patrimonial para o ensino e aprendizagem da disciplina História, apontando benefícios significativos nesta parceria. Bem como, os ganhos do ensino desta disciplina com a utilização dos recursos do patrimônio documental.

## 2 | EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

A Educação Patrimonial, passa a emergir como fundamental para a “compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”<sup>1</sup> o indivíduo. Sua relevância e função social, passa a ser indispensável no processo de escolarização.

Segundo a conceituação de Horta (1999, p.6) sobre a Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto

---

1. Retirado do sítio eletrônico: <http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>, texto produzido por Ricardo Oriá.

com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Esse “instrumento de alfabetização cultural, sobre o mundo que o rodeia” passa a ser fundamental para construção identitária do indivíduo. A negligência desse conhecimento, faz com que o mesmo não consiga se perceber parte daquela construção, causando grandes prejuízos. Benveniste vai dizer que é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito. E os patrimônios são mais uma forma de linguagem, pela qual aquela/uma sociedade se comunica e partilha seus referências. Logo, é necessário ensinar a leitura desses espaços patrimoniais.

Um dos principais problemas/objetivos apontados para o ensino de História é estimular as habilidades necessárias para que o aluno compreenda que a disciplina não é apenas decorar fatos. Com a ajuda da Educação Patrimonial os alunos conseguiriam perceber, na prática, tudo que é trabalhado e demonstrado por meio das leituras e aulas, criando possibilidades cognitivas de aprendizagem, que auxiliariam na sua formação escolar e cidadã.

O trabalho com fontes primárias, inclusive é recomendado nos Parâmetros Curriculares Nacionais. O contato com tais fontes, pode desenvolver a análise crítica do aluno e consolidar conhecimentos que o mesmo só conseguiria pela abstração. E não há lugar mais rico de fontes primárias que o acervo de um arquivo. O professor, conseguiria transportar o aluno para uma dada época e realidade e utilizar desse recurso para desenvolver seu conteúdo.

Há infinitas possibilidades de uso desse acervo, não apenas para o ensino e aprendizagem da disciplina História. O uso interdisciplinar de tais acervos, pode estimular outras habilidades, como espaciais e linguística.

O aluno, ao entrar em contato com o patrimônio, passa a criar vínculo com o mesmo e juntamente com o ensino, o mesmo ressignifica seu uso.

Também contribuiria para conservação e preservação daquele patrimônio. Pois, se não há reconhecimento dos bens patrimoniais, tão pouco será relevante a manutenção do mesmo. Só há preservação, quanto se tem consciência da importância e contribuição para sua formação.

A difusão da cultura da preservação exige o contato sistemático dos cidadãos com os bens culturais e naturais, dos estudantes com as atividades relacionadas a essa questão, em particular, com as pesquisas efetuadas por historiadores, arqueólogo, arquitetos, restauradores, geógrafos, ambientalistas, ecologistas e demais especialistas devotados a resguardar o patrimônio (PELEGRINI, 2009; p. 113)

A Educação Patrimonial colaboraria para os processos de valorização da cultura, construção histórica temporal e preservação dos espaços de memória. Desta forma, ela se apresenta como dinamizadora e consolidadora da aprendizagem, bem como

estimuladora de um compromisso ético e cidadão para formação sócio-identitária da comunidade, responsável pela integração e comunicação do indivíduo com seu meio social. Incentivá-la é uma obrigação e um compromisso que todo professor deve assumir no seu fazer profissional.

Utilizar arquivos para incentivar a Educação Patrimonial é abrir espaço para mais um caminho de aprendizagem. Que pode se mostrar muito frutífero para a formação do sujeito.

O fato de o documento de arquivo apresentar essas características - ser prova ou evidência de uma ação e ser em grande parte escrito, pelo menos no que diz respeito a documentos de arquivos de administração pública – torna a sua exploração ainda mais interessante para atividades de ação educativa. É grande o aprendizado que se pode obter a partir de um trabalho com documentos de arquivo escritos, em termos de construção de saberes lingüísticos, históricos e de cidadania, já que os documentos refletem a administração pública de uma cidade, estado ou país, e envolvem questões de direitos e deveres entre governo e cidadãos (FRATINI, 2009, p.06)

Arquivos como o NARA (National Archives and Records Administration) nos EUA, trabalham com a perspectiva pedagógica, disponibilizando em seu sítio digital, recursos para professores utilizarem seus acervos. Tal prática vem se mostrando promissora, sendo adotadas como estratégias pelos principais expoentes de arquivos no mundo, com o intuito de aproximar cada vez mais o público escolar dos arquivos e para promoção, difusão e preservação de seus acervos.

Entender o arquivo como patrimônio documental ligado a demandas político-sociais de indivíduos e grupos, e não apenas como “meros espaços de guarda para documentos antigos”, transforma sua ação informacional. Imbuído de responsabilidade para com a sociedade, o arquivo deve repensar suas políticas de acesso e aproximar-se ainda mais da comunidade escolar.

### **3 | ARQUIVO: LUGAR DE MEMÓRIAS**

Trabalho com a noção de lugares de memória, desenvolvido por Pierre Nora para melhor compreender o papel social de instituições de arquivo. O autor define que lugar de memória possa ser qualquer coisa, desde arquivos, museus, estátuas, datas comemorativas, etc., porém, estes devem apresentar o que ele chama de aura simbólica, isto é, os mesmos devem apresentar vontade de memória. Sociedades ou grupos precisam se identificar com eles, atribuindo-lhes significados.

Nora classifica os lugares de memórias em: lugares materiais - onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; lugares funcionais - porque tem ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e lugares simbólicos- onde essa memória coletiva se expressa e se revela.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas

operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993; p. 13)

Construímos lugares de memórias para reter o que não conseguimos mais individualmente. Halbwachs vai defender que para lembrar, o indivíduo precisa do outro. E desta forma, segundo o autor, ao se distanciar do grupo de referência de uma dada memória, o ato de lembrar torna-se difícil, pois o distanciamento dos pilares memoriais, acaba levando à fragmentação daquela memória. E à medida que essa memória vai se fragmentando, passamos a acumular os vestígios dela, para que não se perca nossas matrizes referenciais.<sup>2</sup>

A memória se torna, segundo Pollak, elemento constituinte de sentimento de identidade<sup>3</sup>. Não é por acaso que a História vai se aproximar cada vez mais da Antropologia cultural para compreender a construção de identidade e se aprofundará cada vez mais nos estudos de memória.

A memória vai galgar um patamar de destaque nas interações sociais e se consolidará no campo da ciência, desdobrando-se para o espaço político e de relação da sociedade com o seu passado. Movimento que também estará presente nas políticas de arquivos e na forma como os mesmos se posicionam frente às novas demandas de variados grupos da sociedade.

O fenômeno de boom memorial, vai afetar diretamente os arquivos e sua relação com o público geral. Seu acervo não estará mais voltado e focado a servir como prova para administração pública ou para pesquisas acadêmicas, o mesmo deve passar a servir a essas demandas de memória, onde se faz necessário repensar suas políticas de difusão de acervos e sua integração com a sociedade.

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta a sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa. (BELLOTO, 2006, p. 227)

O espaço do arquivo e seu acervo só terão a correspondência de referencial de lugar de *memória pela sociedade*, caso o mesmo corresponda as suas representações e que nele seja encontrado a “áurea simbólica”.

#### 4 | ARQUIVO NACIONAL – UM PANORAMA

O Arquivo Nacional, situado no município do Rio de Janeiro, carrega as

---

2. HALBWACHS, 1990.

3. POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Estudos Históricos, 1992;

marcas da história do Brasil. Constituído ainda na época do Império, ele é fundado em 1838 como Arquivo Público do Império, ficando ligado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, com finalidade de salvaguardar documentos do Poder Executivo, Moderador e Legislativo. Possuía três sessões: Legislativa, Administrativa e a sessão de Arquivos Históricos.<sup>4</sup>

Ocupa posição central junto ao Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, que é responsável por controlar as atividades de gestão de documentos de arquivos no âmbito de entidades e órgãos da administração pública federal. O Conselho Nacional de Arquivo – CONARQ, também é vinculado as suas responsabilidades, sendo o mesmo responsável por definir a política nacional de arquivos públicos e privados, exercendo orientações normativas. Desta forma, também integra o Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, responsável por implementar o que foi definido pelo CONARQ, visando à preservação, à gestão e o acesso aos documentos de arquivo no âmbito nacional.

Conhecido por ser o “guardião de memória” do Estado-nação, o AN abriga, juntamente com sua Coordenação Regional no Distrito Federal, mais de 55 quilômetros em documentos textuais, sendo estimado que possua 1,79 milhão de acervos ligados a outras tipologias documentais, como mapas, fotografias, filmes e etc. Dentre este rico acervo, encontram-se documentos da formação do Brasil, incluindo arquivos trazidos pela corte de D. João VI, que remetem a nossa antiga metrópole.

É neste cenário rico e de destaque que se inscreve o Arquivos Nacional, sendo o principal difusor de políticas para arquivos no país e possuindo um vasto e precioso acervo que remonta à História do Brasil. Assim, o escolhi por sua relevância no cenário nacional e percebendo que o estímulo de ações pedagógicas junto ao mesmo pode repercutir em ações políticas e servir como referência a outros arquivos.

## **5 | POLÍTICAS DE DIFUSÃO E PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL**

No campo da difusão e preservação, o Arquivo Nacional conta com a Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo, Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental e ainda com a Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervo

A Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental cuida das relações externas com outros arquivos, buscando difundir em meio nacional e internacional o acervo e bibliografia do Arquivo Nacional. A mesma cuida dos interesses brasileiros para reconhecimento nos processos de Memória Mundo e trata das políticas de promoção do AN. É responsável por cuidar do site da instituição e também da visitação de autoridades e público em geral na instituição.

---

4. Informações retiradas do site: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>

Já a Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervo, auxilia a Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental. A ela compete fazer pesquisa de caráter histórico-cultural para possíveis publicações e exposições que promovam o acervo da instituição. Compete também a organização de seminário e mesas, bem como é responsável por conceber e planejar programa de caráter pedagógico.

Esta última função, talvez seja a mais relevante para este trabalho, pois há preocupação de um caráter mais pedagógico, e não apenas científico, na promoção e difusão do acervo.

Em primeira análise, fui buscar junto ao site do Arquivo Nacional as formas de difusão promovidas por ambas as coordenações e listarei abaixo o que encontrei voltado a este aspecto:

- Revista Acervo: é uma revista impressa e também disponibilizada por meio digital que sempre é regida por uma temática. A revista é publicada semestralmente e divulga estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia. Prioriza os trabalhos que são realizados com o acervo institucional, podendo ser publicado em forma de resenha, artigo livres, documento ou dossiês.

- Exposições virtuais: consiste em difundir o acervo e os projetos culturais no formato digital. Algumas das exposições virtuais, coincidem com as exposições físicas da instituição.

- Sítios eletrônicos de pesquisa: são sítios ligados ao Arquivo Nacional, focado em algumas temáticas, que disponibilizam as fontes para busca daquelas temáticas. Até a data de 17/07/2016, os seguintes endereços eletrônicos estavam ativos:

- 1- Programa de pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira - <http://linux.an.gov.br/mapa/>

- 2- O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira- <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

- 3- Centro de Informações de Acervos dos Presidentes da República - [http://www.an.gov.br/crapp\\_site/default.asp](http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp)

- 4- Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira - <http://www.an.gov.br/anac/index.asp>

- 5- Censo de Arquivos Brasileiros: Públicos e Privados - <http://www.arquivonacional.gov.br/media/Projeto%20Censo-%20Publique%20final.pdf>

- 6- Retratos Modernos - <http://www.an.gov.br/retratosmodernos/>

No site podemos encontrar a plataforma de base de dados do AN, chamado SIAN, porém este não é gerenciado diretamente por essas coordenações.

Apesar do esforço demonstrado para difusão, ainda há pouco impacto na sociedade em geral com essas ações. Tão pouco é visto, o caráter pedagógico nesses projetos, algo inclusive que está junto as atribuições da Coordenação de

Pesquisa e Difusão de Acervos.

As ações internas também são pouco difundidas e não produzem resultados eficazes. Os poucos seminários e oficinas promovidos pelo setor, são voltados para profissionais da área. As exposições físicas, não são bem promovidas e acabam não obtendo um quantitativo de público razoável.

A Coordenação Geral de Processamento e Preservação de Acervo, em suas competências está disposto os procedimentos técnicos para preservação. Não leva em consideração que preservar também é difundir. Um conjunto documental que seja mais acessado, tem maior visibilidade e é disponibilizado maiores recursos para sua manutenção, porém o intercâmbio de informação entre o setor de preservação e de difusão parece não levar isso em consideração. Percebemos nas exposições e promoções do acervo, visões diferentes da coordenação de preservação e difusão. Parece não haver sincronia entre ambas para promover um conjunto documental em comum. Enquanto uma preserva determinados conjuntos a outra difunde outros. Fato este que pode ser constatado entre os conjuntos que foram retirados de consulta para tratamento técnico interno e externo e que não foram anteriormente e ou posteriormente, difundidos ou promovidos.

Contudo, o trabalho que é feito pelo setor de preservação digital, vem auxiliando um maior contato com o acervo do AN. Porém, o processo é demorado e como não tem retorno financeiro, a instituição precisa priorizar conjuntos com maiores demandas.

Outra coordenação importante citar é a de Consulta ao Acervo, tal setor tem um papel muito importante para as políticas de preservação e difusão. Ele que terá um contato maior com o público e a sociedade em geral. É dele que sairá o relatório quantitativos e qualitativos de busca no acervo, que direcionará, ou deveria, as ações para promoção, acesso e preservação. Também é ele que atualizará ou implantará os instrumentos de pesquisa de acordo com a necessidade dos usuários.

Um outro aspecto que deve ser levado em consideração nas políticas de difusão e preservação, é a estrutura hierárquica a qual o Arquivo Nacional é submetido. O mesmo é ligado ao Ministério da Justiça, por razões de cunho histórico e político. Essa ligação é um tanto contraditória se pensarmos no papel do Arquivo Nacional e os objetivos e funções do Ministério da Justiça. Apesar de garantir uma parte orçamentária a instituição, não podemos dizer que um dos objetivos e preocupação do Ministério da Justiça é a difusão e preservação do acervo do Arquivo Nacional. Essa associação acabou distanciando a instituição dos projetos e objetivos do Ministério da Cultura. Hoje já se debate a possibilidade de um alinhamento entre Arquivo Nacional e a pasta de projetos da cultura e educação. Compreendo que tal aproximação poderá trazer grandes benefícios a sociedade em geral, pois o Arquivo Nacional passa a ser, de certa forma, mais reconhecido como instituição de promoção cultural.

## 6 | ARQUIVO NACIONAL E COMUNIDADE ESCOLAR

Foi realizado um levantamento junto a instituição sobre sua relação com a comunidade escolar, para melhor análise do panorama. Os dados levantados foram informados pelo setor de Promoção Institucional.

Baseado no ano de 2015, o Arquivo Nacional teve 1096 visitantes de 67 instituições diferentes. Apontam como maiores usuários, as escolas de ensino profissionalizante (ESPRO, SENAI, CIEE e SENAC), também estudantes universitários e profissionais da área de arquivo. O número de visitas de escolas de ensino fundamental e médio no ano de 2015 é de apenas cinco. Sem dúvidas um número muito baixo, para uma instituição com um acervo tão rico. Em relação ao número de atendimento de arquivos como NARA, o número é muito inferior, o mesmo informou que no mês de maio de 2016, recebeu 26 escolas de ensino fundamental e médio, número muito maior ao resultado anual do AN.

Pergunto aos mesmos o tipo de atividade que é realizada na visitação deste público, e quais setores eles têm acesso. O procedimento padrão é que os alunos sejam direcionados ao auditório e assistam um filme que fala sobre a instituição, estrutura e os trabalhos desenvolvidos. Este filme é padrão, não variando de acordo com o público. Após o filme, os alunos são guiados para o local de exposição, onde a curadora costuma orientar os mesmos durante a visita. É nas exposições que ocorrem o contato com o acervo da instituição, algumas vezes os documentos ali expostos são os originais.

Entretanto, a exposição nem sempre está voltada para temas escolares. A linguagem da mesma, apesar de abrangente, não é direcionada para o público do ensino básico.

As visitas costumam durar aproximadamente duas horas, e os únicos espaços de acesso é o auditório, sala de exposição e o pátio interno. Outros setores são restritos e apenas aberto para visitação em algum projeto específico de profissionais ou estudantes da área de arquivo.

Outra preocupação é se disponibilizam algum material para esse público, porém o que é oferecido são folders da instituição e da exposição. Para o público especializado é ofertado outros materiais, como a Revista Acervo.

O projeto Arquivo em Cartaz foi apontado como sendo o de maior interação entre alunos do ensino fundamental/médio e o AN. É feita a exibição de filmes e também promovem a Mostra de Arquivos do Amanhã, essa amostra consiste em reunir documentos produzidos pelos alunos que documentem eventos, fatos, lugares, costumes e tradições, fomentando a valorização da cultura e a preservação da memória.

Não é ofertada oficinas para professores ou alunos do ensino básico, para promoção e aproximação da instituição. Arquivos como o National Archives of Australia, além de oferecer roteiros de aula utilizando fontes de seu acervo, promove

oficinas e cursos para professores desenvolverem projetos junto a instituição.

O NARA, nos EUA, tem uma equipe voltada a receber e promover a instituição para o meio educacional. Junto ao Arquivo Nacional, não é visto este esforço. Informaram que havia divulgação das exposições quando as mesmas são inauguradas, porém as exposições não são adequadas para receber esse perfil de usuário. Ao serem questionados se havia algum preparo para atendimento ao público escolar, os mesmos sinalizaram que não havia. A estrutura física e política, não é apropriada para receber esse público, necessitando repensar o Arquivo Nacional para acesso das escolas.

No site, na parte de sítios eletrônicos de pesquisa - Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira – é o único local que atende à demanda escolar. Nele há temas pertinentes aos conteúdos da disciplina História e uma aba Sala de Aula, onde sugere temas para pesquisa, informa conjuntos e itens documentais que podem ser usados, bem como transcrevem alguns documentos para facilitar a atividade. Todavia, este sítio de pesquisa foi feito em parceria com a Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, além do auxílio da UERJ por convênio com o Conselho Nacional de Arquivos. Esta iniciativa não é vista em outros sítios eletrônicos de pesquisa organizado pelo AN.

Esse exemplo, deveria ser seguido em outros projetos e até mesmo para as exposições físicas e digitais. Pois apesar de serem muito interessantes e com grandes possibilidades de uso para o ensino e aprendizagem, não fornece linguagem e formatos para serem trabalhados.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero, que após as devidas reflexões, compreendo que a aproximação dessas entidades, é indispensável. Uma enquanto entidade formadora de cidadãos, não pode abrir mão de apresentar aos seus alunos o patrimônio construído pela sociedade que o rodeia, por ser imperativa a sua formação sociocultural. A outra, por guardar o patrimônio documental produzido por aquela sociedade, deve servir a essa comunidade a fim de cumprir seu papel social e principalmente de se manter ativa e valorizada pela mesma.

Ambas produzem benefícios significantes, enquanto o arquivo vai servir de ferramenta para ensino e aprendizagem e formação identitária, a comunidade escolar vai ser o veículo de promoção de preservação de seus acervos.

Entretanto, conforme demonstrado ao longo deste trabalho, a entidade mais relevante no cenário de arquivo, não realiza uma interação eficiente em seus espaços.

Acredito que esta aproximação, só trará benefícios para ambos os lados. O Arquivo Nacional é muito rico de informação e uma ferramenta em potencial para ser explorada pelas escolas. Ao mesmo tempo, ele pode captar recursos para realizar tais projetos e preservar seu acervo.

A utilização de seus acervos no processo de ensino e aprendizagem da disciplina História, pode ser um ganho muito benéfico para a construção de um aluno crítico e ciente das responsabilidades de preservação da memória de sua sociedade. Os mesmos, inclusive, dão muitas possibilidades de uso por outras disciplinas, que podem utilizar para promover a aprendizagem de seus conteúdos.

De todo modo, ainda há muito o que modificar, a própria postura do Arquivo precisa ser adaptada, pois ainda sacralizam os documentos. Dar acesso parece não ser um hábito e sim uma quebra em sua rotina. A proteção que querem exercer, acaba por ocultar o documento e sua informação.

Quando pergunto para eles o que os mesmos acham que deveria melhorar para haver uma maior interação entre Arquivo e Escola, os mesmos apontam que as escolas deveriam ter mais interesse em realizar essas visitas. Não ponderando se os serviços oferecidos são interessantes para aquele público.

As escolas, também precisam trabalhar a cultura da Educação Patrimonial, indispensável para formação do aluno e inserir os mesmos ao conjunto referencial de memória e identidade da sociedade. Precisam usar e se apropriar desses espaços para completar a formação desses alunos. Sem dúvidas é necessário um esforço das duas partes.

O Arquivo Nacional, por ser o responsável pelas políticas de arquivo, precisa olhar para o formato de difusão que o mesmo está utilizando e repensar seu papel social.

Enquanto o mesmo continuar se projetando para um público mais especializado, não conseguirá o reconhecimento nem a valorização por parte da sociedade em geral. Seu acervo continuará oculto da sociedade que o produziu.

Acredito que este trabalho possa dar projeção ao tema e espero que possa contribuir com outros estudos. Desejo que este tema continue sendo discutido para gerar uma real modificação na postura dessas instituições. Nosso patrimônio, seja ele em qual formato for, precisa atender a sociedade que o criou, para que a mesma possa sempre se identificar através deles.

Uma sociedade que não se reconhece em seus patrimônios e memória, não consegue realmente ser uma sociedade

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999;

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. São Paulo: PUC, 1981;

PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense,

2009;

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. SP, Vértice, 1990;

BENVENISTE, E. *Estrutura das relações de pessoa no verbo*. In: Problemas de Lingüística Geral I. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991;

FRATINI, Renata. *Educação patrimonial em arquivos*. *Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 34, ano 2009;

Parâmetros Curriculares Nacionais

Diretrizes Curriculares Nacionais

<http://www.arquivonacional.gov.br/>

<http://www.naa.gov.au/>

<https://www.archives.gov/>

## NO LINEAR DA PRIMEIRA REPÚBLICA A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DE MINAS GERAIS (1906–24), O PAPEL DO INSPETOR E DIRETOR

### Sandra Maria de Oliveira

Técnico Administrativo da Rede Municipal de Uberlândia. Uberlândia-MG

### Betânia Oliveira Larteza Ribeiro

Docente da graduação em Pedagogia (FACIP / UFU) e Pós-graduação em Educação (UFU). Ituituba/Uberlândia-MG.

Os diretores são a alma desses estabelecimentos, depende de sua boa vontade, de seus esforços, de sua competência, de seu patriotismo [...] A inspecção que é alma do ensino, será realizada, não por funcionários indiferentes, mas por pessoal técnico, susceptível de apaixonar-se pela causa que lhe vai ser confiada.

Carvalho Brito, 1906.

**RESUMO:** Este estudo de como propósito apresentar o resultado da pesquisa de mestrado intitulada Grupo Escolar em Minas Gerais: análise da legislação na Primeira República (1906-1924), a qual buscou analisar a Legislação Educacional para conhecer as mudanças e as transformações que aconteceram nos grupos escolares de Minas Gerais, mais especificamente o papel do inspetor (criado em 1835) e diretor (criado em 1906) que deviriam ser exercidos por homens; e que sua atividade fiscalizadora previa fazer a

escola funcionar, fiscalizar tal funcionamento e atestá-lo mediante documentos para o governo. **PALAVRAS-CHAVE:** ensino primário, grupo escolar, fiscalização, administração, burocracia.

**ABSTRACT:** This study aims to present the result of the master's research entitled School Group in Minas Gerais: analysis of legislation in the First Republic (1906-1924), which sought to analyze the Educational Legislation to know the changes and transformations that happened in school groups. of Minas Gerais, more specifically the role of the inspector (created in 1835) and director (created in 1906) that should be exercised by men; and that its supervisory activity envisaged making the school work, overseeing such a functioning, and attesting it through government documents.

**KEYWORDS:** primary education, school, overseeing, administration, bureaucracy.

### INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado intitulada Grupo Escolar em Minas Gerais: análise da legislação na Primeira República (1906-1924), a qual buscou analisar a Legislação Educacional para conhecer as mudanças e as transformações que aconteceram nos grupos escolares de Minas

Gerais.

Especificamente, objetivou analisar o efeito da força político-legal na administração e estruturação técnico-pedagógica dessa instituição, sobretudo por intermédio do inspetor de ensino e do diretor escolar: agentes controladores da ação educacional e o funcionamento do grupo escolar na prática, tendo em vista seus reflexos no ensino primário de Minas Gerais, cuja educação ostentava porcentuais preocupantes na virada do século XIX para o XX.

Este estudo esteve voltado para uma investigação na área de história da educação, que teve como fontes leis e decretos educacionais mineiros, lidos e analisados com base em estudos (acadêmicos) que enfocaram a ação pedagógico-administrativa do inspetor de ensino e do diretor. Estabelecemos a leitura de tais fontes no campo da organização e do funcionamento do grupo escolar de 1906 a 1924. Com a finalidade de, problematizarmos sua constituição social à luz da lei: a criação legal de cargos e as exigências para o cumprimento das funções pelos titulares; em parte, sua instituição ao enfocarmos prescrições (regulamentos, normas, decretos e programas), seu cumprimento e seu efeito sobre sujeitos e relações sociais (de poder, políticas, pedagógicas, pessoais etc.) na escola.

No Brasil da primeira República (1889–1930), a burguesia liberal usou a legislação como instrumento para constituir um sistema educacional e adequar a escola pública para a formação de um novo cidadão: republicano e civilizado. Até então, não se tinha um movimento em prol das reformas educacionais, concebidas e executadas por intelectuais que se alçaram à condição de políticos, espalharam-se país afora nas primeiras décadas do século XX. A legislação ajudou a institucionalizar uma escola primária para formar o cidadão republicano; isto é, projetou-se num período marcante para consolidar um ideário: o do progresso, para o qual a alfabetização maciça seria essencial, daí a necessidade de novas concepções de educação e escola.

Deste modo leis educacionais e demais documentos reguladores da educação como fonte histórica mostra ser uma via profícua para refletir sobre a história da educação e as relações entre esta e a sociedade; possibilita compreender a constituição da escola na ótica do Estado e o significado de sua construção num contexto econômico, político e social que exigia da educação ora um fim (por exemplo, estimular o progresso e formar mão de obra para a nascente indústria); ora outro (por exemplo, aumentar o eleitorado). Entre as duas — talvez — pode ter havido contradições que, se não puseram em xeque a execução das proposições legais, denunciaram o jogo de interesses de grupos de poder, seja econômico ou político.

De tal modo, a lei educacional como fonte histórica pressupõe considerar que não se trata de um registro neutro, “inócuo” — diria Le Goff (1990, p. 548) — do passado. A legislação contém marcas da sociedade que a engendrou: concebeu, articulou, elaborou, redigiu, publicou num processo de “[...] montagem, consciente

ou inconsciente, da história, da época, da sociedade” cuja significação pode ter mudado nas “[...] épocas sucessivas durante as quais continuou a viver [...]” — talvez esquecida, talvez em “silêncio” — em atividades variadas de manipulação; seja no momento mesmo de sua produção material, seja depois como vestígio daquele momento.

Como matéria manipulável pelos sujeitos históricos em épocas distintas, as fontes estabelecem uma relação com o passado que exige problematizá-las como objeto que permite reconstruir não só a história, mas também sua historicidade. Não ignoramos a importância da historicidade dos documentos de valor histórico, mas neste trabalho consideramos as fontes históricas para *reconstituir a história* da educação mineira e a gênese das políticas educacionais republicanas para a educação.

## EDUCAÇÃO PÚBLICA

Na primeira década da República, a demanda de uma escola primária com a toda retorna atentos à primeira providência social, legisladores e administradores estaduais devem buscar a reformularem e criarem os estatutos de uma obrigatoriedade de uma escola que atendam a população em massa. Isso se deve, ao propósito de reduzir as taxas de analfabetismo e tornar a escolarização pública em fator de progresso, como queriam os republicanos; afinal, o propósito de escolarizar maciçamente repercutia em Minas, sobretudo porque havia contrastes entre matrícula e frequência — 51% de desistência e 5% de aprovação relativa aos frequentes. Uma educação que apresentasse índices tais não se coadunava com os anseios da sociedade que se encorpava com a proclamação da República nem com o propósito de fazer o país progredir à custa da alfabetização pública.

Neste período, secretário do Interior Wenceslaw Braz Pereira Gomes se incomodou; eis o que diz, na transcrição de Faria Filho e Vago (2000, p. 34):

Escolas havia que tinha apenas 1, 2 e 3 alunos! Era recorrente a referencia à necessidade de superar ‘os gravos’ inconvenientes produzidos por casas de escolas sem luz e sem ar, e pelos miseráveis assentos que ai estão espalhados por quase todas as escolas do estado, que “não raro compromete o futuro de inúmeros alunos”, como escreve ele no ano seguinte.

Para o presidente do estado Silviano Brandão (1898–1902), a “[...] completa decadência [...] do ensino primario [...]” estava nas condições materiais das escolas, em “[...] predios que não são propios, acanhados, sem as necessárias condições hygienicas, desprovidos quasi todos de mobília e material escolar convenientes [...]”; e na administração, pois as escolas não eram “[...] inspeccionadas e ás vezes nem [...] visitadas pelas auctoridades litterarias [...]” (MINAS GERAIS, 1893, p. 18). Vejamos esse último ponto para ver o que foi feito para mudar tal “[...] estado de cousas [...]” — diria o presidente. Isso porque, no discurso da legislação educacional, a

frequência é alvo de controle da inspeção e direção escolar. Essa ação de controle, além de outras, aconteceu num lócus específico: o grupo escolar.<sup>1</sup>

## A EDIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA – GRUPO ESCOLAR

O inspetor do Ensino Estevam Oliveira, teve o papel relevante para os mineiros, por instituir o grupo escolar após conhecê-lo em São Paulo, em 1902; quando “[...] ficou deslumbrado com o espetáculo de ordem, civismo, disciplina, seriedade e competência que disse observar nas instituições de instrução primária da capital paulista” — diria Faria Filho (2000, p. 27). Oliveira (1902) viu um modelo de educação eficiente e organizado que poderia tirar da Minas da “decadência” a situa educacional mineira. De acordo com o inspetor, criar grupos escolares e organizar seu funcionamento na lógica pedagógico-administrativa destes poderia anular as dificuldades mediante o cultivo de uma cultura escolar, formação e profissionalização mediadora das relações entre cidadãos e sociedade. Constituía uma escola ideal, para Oliveira (1902), por acreditar em uma educação organizada à luz do conhecimento de profissionais e especialistas, dos preceitos higienistas e da pedagogia moderna.

Conforme Gatti Júnior *et al.*, (1997), o estado mineiro demonstrou interesse a essa escola ideal em 1891: atas da Assembleia Legislativa citam uma associação das noções de democracia e civilidade (civismo) com a ideia de modernizar a educação e formar cidadãos, de educação pública e obrigatória, de moralização pública. Ao estado caberia concretizar tal ideal; isto é, reformar a educação primária: redimensionar a face administrativa e pedagógica sob orientação e acompanhamento de profissionais técnicos e competentes. A reforma coube a João Pinheiro, que governou Minas de 1906 a 1910. Formalizada pela lei 434, de 28 de setembro de 1906, sua proposta reformista determinou “[...] a construção de espaços próprios para a educação escolar, a fim de reunir e de abrigar em um só prédio as escolas que estavam isoladas, provocando, então, o aparecimento das Escolas Agrupadas e dos ‘Grupos Escolares’” (FARIA FILHO, 2000, p. 37). Como instituição para suprir as necessidades de expansão da escola primária, os grupos escolares — símbolo da modernização e do progresso — substituíram a escola isolada — símbolo do “atraso”. Assim, surgia o grupo escolar mineiro, o ensino laico se sobrepunha ao confessional, e a razão dava lugar à fé (o grupo escolar aboliu a instrução religiosa nas escolas públicas, assim como o Estado aboliu os subsídios aos seminários).

---

1. A concepção de grupo escolar surgiu na cidade de São Paulo. Era a tradução, no campo educacional, dos propósitos republicanos para a escola no processo de fazer o país progredir. Em essência, o grupo escolar reunia escolas dispersas, isoladas, não graduadas; mais: supunha um sistema de ensino ao qual subjaziam novas concepções de escola, de educação e aluno fundadas numa pedagogia embasada, por exemplo, em estudos sobre o desenvolvimento psicológico e biológico da criança. Além da seriação e renovação pedagógica, a concepção de grupo escolar supunha uma feição arquitetônica, supostamente, apropriada à prática da escolarização (FARIA FILHO; VAGO, 2000): prédios específicos para substituir as escolas “inapropriadas” e “acanhadas”.

João Pinheiro, presidente do estado (1906-1910) e republicano investiu na educação (na escola) como recurso civilizatório e para fazer Minas progredir ao ritmo almejado pela República. Tal desenvolvimento em âmbito educacional, segundo Araujo (2007, p. 233–4), previa a “[...] centralidade da inspeção escolar e do seu papel fiscalizador e do andamento pedagógico-escolar”. Essa perspectiva reformista — diria Bomeny (1994) — explicitava um projeto modernizador para educação ao qual subjazia o binômio trabalho–educação: a convicção de que esforço e dedicação ao trabalho podem resultar em ascensão social e aprimoramento pessoal — convicção fundada, talvez, nas origens de João Pinheiro, cuja educação fora custeada por um irmão no início, depois por um tio. Diz ele, segundo transcrição de Bomeny (1994, p. 145): “Sou fanático dos grandes obstáculos que exigem as forças supremas; o imprevisto me deslumbra e a necessidade das grandes ocasiões me fascina”.

### Inspetor: controle

A Lei Orgânica do Ensino Primário, de 1835, introduziu o inspetor — então chamado de delegado — no cenário educacional como fiscalizador e controlador de atividades e cargos escolares. O art. 29 atribuía às províncias o direito de designar “[...] Delegado para cada comarca [...]”; enquanto o art. 30 especificava suas funções: “[...] nomear visitantes, suspender professores, nomear substitutos, autorizar funcionamento das aulas”. A nomeação do inspetor cabia ao governo estadual. O cargo incluía funções elementares como visitar escolas públicas — para ver se os professores cumpriam seus deveres e informar sobre frequência discente e população escolar — e escolas particulares — para verificar as condições de funcionamento daquelas subvencionadas pelo Estado e propor subvenção às que merecessem; tal indicação supunha informar “[...] minuciosamente sobre as habilidades de seus professores, frequência de alunos e número dos aprovados nas matérias de ensino obrigatório nos exames do ano lectivo precedente” (MINAS GERAIS, 1892, p. 48–9).

Conforme Mourão (1962) em 1892, o sistema de inspeção mudou, por força do primeiro governo republicano mineiro: Afonso Pena (1847-1909). Em 1892, criou o cargo de inspetor ambulante pela Lei 41: “[...] encarregados da fiscalização das escolas e mais estabelecimentos de instrução do Estado [...]” (MINAS GERAIS, 1892, p. 48–9). Sua nomeação caberia ao presidente do estado, mediante “[...] concurso perante uma comissão composta por professor de pedagogia da Escola Normal da Capital, como presidente, e de dois professores do Gymnasio, eleitos pela respectiva congregação” (MINAS GERAIS, 1892, p. 48–9). Afonso Pena estendeu a fiscalização a um conselho municipal para, supostamente, dar mais eficiência e agilidade à ação fiscalizadora.

Como se lê no art. 32, o conselho atuaria nas “[...] escolas no districto escolar da séde do municipio, creadas [...], subvencionadas pelo Estado ou particulares”;

isso significava, sobretudo, verificar a aplicação da “[...] da lei e regulamentos da instrução pública, especialmente pela execução das medidas relativas ao ensino obrigatório”: por exemplo, conhecer — e registrar — as “[...] escusas dos reponsaveis pelo ensino das crianças que estiverem isentas da frequencia obrigatória [...]”; “Julgar as causas de falhas de alumnos, de confirmidade com art. 80” (MINAS GERAIS, 1892, p. 48–9).

O ensino obrigatório ao discente não poderia ocorrer sem a obrigatoriedade da presença de docentes, daí a função de “Prestar ao governo ou ao inspector escolar as informações que forem exigidas, em relação aos professores [...]”: “Certificar e attestar, a requerimento dos professores do municipio, e informar seus requerimentos sobre licenças e remoções, relativamente á veracidade dos motivos justificativos que allegarem” (MINAS GERAIS, 1892, p. 48–9)

Havia funções indiretamente menos fiscalizadoras; por exemplo, conhecer a realidade local mediante a “[...] organização da estatística das escolas publicas e particulares [...]” — cujo mapa seria remetido “[...] annualmente [...] ao Secretario do Estado [...]” (§ 2º) — e o “[...] recenseamento da população escolar [...]” — cuja aprovação tinha de ocorrer em 15 dias (talvez após “[...] receber reclamações sobre elle e decidil-as” [§ 5º]). Os resultados deviam ser submetidos ao poder competente. Com dados da realidade escolar local, talvez o conselho tivesse condições de propor medidas convenientes para o bem da educação local, a “[...] criação de novas cadeiras, e a suspensão do ensino nas que não tiverem frequencia legal e sua restauração” (§ 12) (MINAS GERAIS, 1892, p. 48–9).

Mesmos com papel de fiscalizadoras não anulavam os mecanismos de controle, pois a ação devia ser reportada ao governo de Minas, ainda que o conselho estabelecesse “[...] fiscalização do ensino público pelo povo” — de acordo com Torres (1980, p. 1.432). Isso porque o conselho devia ser eleito — embora a lei não diga por quem nem como; se não o fosse, caberia “Nomear três cidadãos conceituados que acompanham o conselho districtal nas localidades onde a eleição não haja sido feita” (MINAS GERAIS, 1892, p. 48–9) — embora a lei não diga quem nomearia. Nesse caso, seria implausível cogitar, na formação de conselhos, critérios mal resolvidos, para não dizer ambíguos? Se sim, então isso não põe em xeque a condição de fiscalização popular de que fala Torres? Não está claro se o povo elegia o conselho.

No período entre 1882 e 1900, a fiscalização inspeccional foi estabelecida em relatórios, mapas estatísticos e demais documentos da burocracia escolar tendeu a dar lugar a uma atividade mais interpretativa e judiciosa da atuação de docentes e discentes (VEIGA, 1990), não se pode negar que a inspeção fiscalizante tenha sido ação prevalente na primeira década do século XX. Em 1903, o presidente Francisco Salles (1902–6) afirmou faltar “[...] inspeção de ensino” (MINAS GERAIS, 1903, p. 30). Em 1906, ela se tornou objeto de reforma: o decreto 1.947, de 30 de setembro, reviu a função e importância da inspeção na direção e administração escolar; e a revisão a projetou de tal modo que o traço fiscalizar deu lugar a outra identidade:

a de “[...] alma do ensino [...]”, afirmada no Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais; e trouxe outros agentes: “[...] pessoal técnico, susceptível de apaixonar-se pela causa que lhe vai ser confiada” (MINAS GERAIS, 1906d, p. 8).

O art. 18 da lei 439, de 28 de setembro de 1906, criou o cargo de inspetor técnico, cuja ação se alinhava à do inspetor ambulante da lei de 1892. “[...] agente da confiança do Governo, [...] de comprovada capacidade moral e de competência profissional manifestada em trabalhos anteriores” (MINAS GERAIS, 1906a, p. 183), os inspetores ressurgiam, então, como “[...] auctoridades escolares creadas em lei [...]”, que se reportava ao “[...] Presidente do Estado [...] por intermedio do Secretario do Interior” (MINAS GERAIS, 1906a, p. 182). Mais que isso, sua ação se estenderia à vida extraescolar: dele se esperava conhecimentos mais amplos que os pedagógicos, isto é, conhecimentos das condições e dos determinantes culturais, sociais, econômicos e políticos que poderiam fazer avançar ou retardar o desenvolvimento (da educação escolar) da comunidade onde ficava a escola. Ora, à inspeção caberia conhecer as “[...] causas que influem sobre a instrucção do povo, mediante a observação attenta das escolas, da sociedade e do territorio do Estado e a favorecer o seu progresso, agindo sobre o professor, no meio social e as auctoridades” (MINAS GERAIS, 1906a, p. 182).

Contudo, relatório técnico de visita ao Grupo Escolar de Lavras cujo diretor era Firmino Costa aponta uma apreensão ainda fiscalizadora e atenta ao domínio escolar: *prédio* — “[...] novo, vasto e apropriado edifício [...]”, doado ao estado pela municipalidade de Lavras e onde funcionam “[...] cinco para o sexo masculino e três para o feminino”; *frequência* — média diária de “[...] de 280 [dentre] 427 alunos”; ao diretor — senhor Firmino Costa, “[...] criador previdente e carinhoso de tal estabelecimento, que vai atingindo vitória e eficazmente os elevados fins a que se destina”; *asseio, ordem, regularidade e disciplina no grupo* — “[...] irrepreensíveis”; e *ao programa de ensino* — “[...] tem tido amplo e eficaz desenvolvimento por parte dos docentes e é bastante apreciável o aproveitamento dos discentes [...]”, supostamente notável nos próprios alunos, cujos rostos exibiam “[...] um ar agradável de saúde e bem-estar [...]” (VIDA ESCOLAR, 1908, p. 1).

O art. 198 do decreto 1.947 prescreveu as atribuições do inspetor técnico. Em essência, sua ação supunha aferir e atestar o cumprimento da lei no grupo escolar, sobretudo na dimensão pedagógica: “[...] programma do ensino primario [...] bem e fielmente praticado”; caso não estivesse, ele devia assistir ao funcionamento das aulas para “Dar ao professor as necessarias instrucções caso verifique não ter elle bem comprehendido o espirito do programma”, indicando-lhe “[...] tudo quanto reputo necessario modificar no methodo por elle seguido”; o inspetor devia averiguar a quantidade de alunos matriculados e frequentes; a “[...] capacidade e a solitudine do professor no desempenho de sua missão [...]”; na “[...] disciplina, ordem e regularidade dos trabalhos [...]”; no material didático: “[...] compêndios [...] livros

[dos] alumnos e o estado em que se acharem” (MINAS GERAIS, 1906b, p. 185–6).

Funções mais pedagógico-administrativas conviviam com outras mais administrativo-burocráticas, como verificar “O estado da escripturação das escolas, examinando os livros de matricula, ponto diario e outros” e enviar à Secretaria do Interior documentos escritos e outras registros com “[...] descrições, vistas photographias e plantas dos edifícios das escolas e do respectivo material de ensino”, com um quadro “[...] das escolas e estabelecimentos particulares e municipaes [...]” com os “[...] nomes dos respectivos professores, directores, o numero de alumnos matriculados e freqüentes” e, quinzenalmente, um “[...] relatorio synthetico da inspecção que tiver feito, o qual será publicado no jornal official, a juiz daquela auctoridade” (MINAS GERAIS, 1906b, p. 185–6).

Havia ainda funções com propósitos mais ideológico-partidários, tais como “[...] Propagar o espírito de associação para o fim de realizar os intuitos do ensino publico”, especialmente entre “[...] auctoridades e outras pessoas prestigiosas das localidades [...] [para] despertar o seu interesse pela causa do ensino [...]” (assiduidade discente e melhoria das condições técnicas e materiais da escola), pela “[...] fundação de bibliothecas e museus escolares”; enfim, “*Inaugurar* [...] as escolas de criação nova ou restauradas [...]” como um acontecimento ser comemorado, mediante “[...] *actos* em que tomem parte os *professores, paes de familia ou auctoridades locaes, salientando o alcance do facto*” (MINAS GERAIS, 1906b, p. 185–6; grifo nosso), função que deixa entrever a propaganda estatal (publicizar sempre que possível as ações do estado).

A importância da inspecção aumentou a tal ponto, que foi preciso criar duas instâncias: uma administrativa, outra técnica. A primeira seria “[...] exercida, permanentemente, pelos inspectores escolares municipaes e districtaes e, extraordinariamente, pelos inspectores technicos ambulantes” (MINAS GERAIS, 1906b, p. 183) e supunha controlar e acompanhar “[...] todos os atos e relações das professoras com a secretaria [...]” no âmbito do regulamento mediante os chamados inspetores escolares municipais (FARIA FILHO, 2000, p. 94); a segunda seria “[...] exercida por inspectores ambulantes” (MINAS GERAIS, 1906b, p. 183), “[...] responsáveis pela relação mais direta com as professoras, as diretoras e os alunos [...]”; isto é, com processos e sujeitos educacionais de fato (FARIA FILHO, 2000, p. 94).

O art. 194 do decreto 1.947 prescreveu as atribuições dos inspetores municipais e distritais — ainda fiscalizadoras; afinal, tinham de “Velar pela fiel observancia da lei e regulamentos da instrucção publica, relativos ao ensino official”. A fiscalização supunha atividades de controle hierárquico-burocráticas:

§ 4.º Prestar ao governo as informações que lhe forem exigidas em relação aos professores e ás escolas do município [...] § 9.º Certificar a frequencia dos professores do districto da séde do município [...] § 15. Chamar a attenção dos professores do municipio para a fiel e exacta observancia dos seus deveres [...] § 11. Visar os boletins e mappas escolares, lançando nelles as observações

resultantes da sua inspecção, as copias das actas de exames e de visitas, as listas nominaes de alumnos, depois deconfrontal-as com o livro de matricula e, bem assim, quaesquer outros documentos, que para esse fim lhes forem apresentados pelos professores públicos [...] § 17. Fiscalizar os exames e promoções de alumnos nas escolas publicas, nos termos regulamentos. (MINAS GERAIS, 1906b, p. 183–5).

#### Também previa atividades de administração de pessoal e recursos materiais:

§ 5.º Informar os requerimentos dos professores, relativos a licença e remoções [...] § 7.º Comunicar á Secretaria do Interior as vagas de cadeiras, logo que estas se verificarem [...] § 8.º Comunicar á Secretaria do Interior, o dia em que os professores publicos assumirem ou reassumirem o seu exercício, entrarem no gozo de alguma licença ou fecharem a escola por motivo de permuta, remoção ou exoneração; § 10. Receber o compromisso dos professores publicos primarios e dar-lhes posse no município [...] § 13. Justificar durante o mez, até tres, as falhas dos professores [...] § 14. Conceder licença aos professores, dentro de um anno, até 30 dias, sem vencimentos [...] § 16. Nomear examinadores para as escolas publicas no districto da séde do municipio, presidir os exames e delegar essa atribuição as pessoas idôneas [...] § 19. Fazer inventariar a mobília e o material technico das escolas, quando os respectivos professores entrarem no exercício de suas funções e retificar o inventario quando os mesmos tenham de deixar e exercício [...].(MINAS GERAIS, 1906b, p. 183–5)..

A princípio, “Os inspectores municipaes e districtaes, [eram] agentes gratuitos da confiança do governo [...]” (MINAS GERAIS, 1906b, p. 183). Para Oliveira (1902, p. 179), a “[...] gratuidade [a falta de remuneração] do cargo enfraquece a responsabilidade daquele que a exerce, a inspecção não tem regularidade necessária, não é exercida com a firmeza que requer o interesse de instrução e a educação do povo”. Ele via a remuneração como central para remodelar o ensino público mineiro. A gratuidade motivou debate, a ponto de a lei mudar a redação no decreto 3.191, que se refere a agentes “nos cargos” de confiança. Talvez a não remuneração se justificasse porque os nomeados ao cargo de inspetor já eram remunerados, pois o art. 46 de um decreto 3.191, de 1911 previa que “[...] para as nomeações de inspectores municipaes serão preferidos: a) os promotores de justiça; b) como premio, os professores de merecimento excepcional” (MINAS GERAIS, 1911, p. 181).

O art. 56 do decreto 3.191, de 1911, prescreveu que “[...] aos inspectores districtaes cabem [...] como aos auxiliares [...] as mesmas attribuições e deveres conferidos neste regulamento aos inspectores municipaes” (MINAS GERAIS, 1911, p. 184); e o art. 98 do decreto 6.655, de 1924, previu a condição do cargo nestes termos: “Os inspectores districtaes são, como os municipaes, agente de confiança do Governo, e, como elles, livremente nomeaveis e demissiveis” (MINAS GERAIS, 1924, p. 244); igualmente, o art. 99 propõe que, “[...] nos povoados e colônias, a inspecção do ensino será feita por inspectores auxiliares, também livremente demissiveis” (MINAS GERAIS, 1924, p. 244).

A substituição de um inspetor — por exemplo, demitido — seguia o art. 48 do decreto 3.191 (que replicava o de 1906), onde se lê que: “[...] os inspectores municipaes e districtaes serão substituídos em suas faltas ou impedimentos pelos

respectivos supplentes, também de nomeação do Presidente do Estado”; e o art. 55 aponta as condições para substituição do inspetor distrital: “[...] a) nas faltas e impedimentos, por supplentes; b) nos povoados e colônias, por auxiliares, uns e outros de nomeação do governo” (MINAS GERAIS, 1911a, p. 181; 184).

Se a nomeação de inspetores técnicos previa critérios fundados na moral social republicana e no desempenho profissional, a designação se vinculava ao lugar onde iriam atuar, isto é, as “[...] circumscrições literarias<sup>2</sup> que lhes forem designadas [...]”, onde permaneceriam mais “[...] que 6 mezes” (MINAS GERAIS, 1906b, p. 183). Havia um pré-requisito à posse: pagar antes “[...] os direitos do respectivo titulo” (MINAS GERAIS, 1906b, p. 183). Como tinham de atuar fora de seu domicílio, a legislação oferecia garantias — vide o art. 191 do decreto: “[...] vencimentos 3:600\$00 annuaes e bem assim a diaria de 8\$000 e passagem nas estradas de ferro [...]” (MINAS GERAIS, 1906b, p. 183). O decreto de 1911 mantém esses valores, mas o de 1924 extinguiu a garantia: “Os inspectores regionaes são obrigados a residir e permanecer nas circumscrições para que foram designados” (MINAS GERAIS, 1924, p. 239).

Todavia, residisse ou não na “circumscrição” designada, o inspetor tinha de se deslocar para cumprir suas funções; e o deslocamento devia ser relatado ao governo nestes termos: “I. O itinerario seguido pelo fiscal e as povoações encontradas em seu trajecto [...]”; não bastava informar dados factuais (lugar, data, tempo despendido...) do deslocamento; era preciso dar provas verbais de que de fato houve visita, pois o relatório supunha, por exemplo, “[...] descripção dos predios escolares e si são estaduaes, municipaes e particulares; dimensões de seus commodos e si sua situação facilita a frequencia dos meninos da localidade” (MINAS GERAIS, 1906b, p. 185–6). A lei não só estabelecia meios de (auto)controle da ação do inspetor; também o obrigava a agir ao exigir relatórios quinzenais.

Os recortes da legislação apresentados até aqui mostram que a função do inspetor ia além da fiscalização inspeccional propriamente dita. Dentro da escola, além de ações burocráticas, o inspetor tinha de usar sua percepção para observar seus sujeitos e a ação deles de modo que pudesse delinear (e relatar) perfis morais, profissionais e de comprometimento; afinal, tinha de instruir professores primários e diretores quanto a seus deveres, à maneira de vestir, à postura, à importância da cooperação de familiares para ações cívicas e culturais no grupo escolar e da participação de autoridades (políticas) na vida escolar; sobretudo, cabia-lhe organizar e reger a direção do grupo escolar, isto é, “[...] dar instrucções [...] quanto ao cumprimento de [...] deveres” (MINAS GERAIS, 1924. p. 240).

## **A direção e a administração**

O decreto 1.947 introduziu o (papel do) diretor na instrução pública mineira. Como se lê no art. 24: cada grupo escolar teria “[...] um diretor incumbido de sua

---

2. Conforme Araujo (1997), equivaliam às atuais superintendências de ensino.

superintendencia administrativa e tecnica, que será especificada em regimento especial”; enquanto o art. 26 estabeleceu sua competência: “[...] fiscalizar e disciplinar os alumnos, os professores e todos os funcionarios que servirem sob sua direcção, solicitando do inspector escolar as providencias necessarias, que esse por sua vez pedirá ao governo quando fora da sua alçada” (MINAS GERAIS, 1906b, p. 159).

A legislação prescrevia que para exercer o cargo de diretor da escola e/ou da instrução pública deveria ser do *gênero masculino*, isto é, apenas *homens* — supostamente mais aptos ao papel de controlar as atividades da escola. Para Souza (1998, p. 80), se isso reforçava relações de gênero desiguais de um universo social mais amplo, havia exceções: diretoras de escolas-modelos como “[...] Marcia Browne, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Eliza de Andrade Macedo”; mais que replicar as desigualdades das relações de gênero no espaço escolar, atribuir a homens apenas cargos superiores de instrução pública “[...] pode ser visto como uma reserva de mercado no qual os professores normalistas podia contar com os melhores salários e prestígio social”. Daí a afirmação de Demartini e Antunes (1993) de que magistério primário era profissão - feminina e carreira masculina.

O decreto 3.191 diversificou sua ação, ainda fiscalizadora, pois tinha de “[...] Inspeccionar a frequencia dos alumnos e dos professores”, de percorrer classes, “[...] fiscalizando o ensino e a disciplina e dando as providencias que se fizerem necessarias”, deixar o professorado ciente das “[...] irregularidades de ensino e disciplina, verificadas nas suas classes ou fora dellas”; e, sobretudo, tomar providências em “[...] occurrencias extraordinarias, dando de tudo conta ás auctoridades escolares [...]”; se preciso, “Substituir, na regencia da classe [...]”; “[...] observar o programma e o horário”, velando pela “[...] disciplina do grupo e asseio do prédio”; se fosse preciso, “Impor penas disciplinares”. Ampliou o contato com o público escolar em funções como “[...] dar posse aos professores e empregados do grupo”, matricular e classificar “[...] alumnos, e designar a cada professor uma classe e a sala [...]” e “Entender-se por escripto ou pessoalmente com as auctoridades escolares locais, ou com os paes e tutores sobre a matricula e frequencia de alumnos”. A atividade burocrática incluía organizar “[...] ‘boletim diário’ de occurrencias do estabelecimento [...]” (presença/ausência docente/discente, visitas); cuidar da “[...] escripturação e correspondencia escolares, remettendo á Secretaria do Interior, até o dia 5 de cada mez, o boletim mensal e, até 10 dias depois de findo cada semestre, o *mappa semestral* dos trabalhos escolares [...]”; elaborar um “[...] relatório annual sobre o movimento do grupo [...] durante o anno lectivo [...]” e enviar ao secretario do Interior (MINAS GERAIS, 1911, p. 187–9).

Como se lê, a “superintendencia administrativa e tecnica” tem de ser entendida como atividade que previa fazer a escola funcionar na sala de aula, fiscalizar tal funcionamento e atestá-lo mediante documentos de interface com o governo e com pais e tutores. Trata-se de função pedagógico-administrativa, pedagógico-docente e mediadora, pois o profissional tinha de responder, ao governo estadual, sobre

questões e problemas internos da escola. Essas atribuições — diz Guimarães (2007, p. 202) — davam ao diretor uma função centralizadora: “[...] pode-se considerar que o perfil de uma escola dependia, em grande parte, de postura gestora empreendida pelo ocupante desse cargo, da maneira que pensava e agia”.

O diretor não perde sua condição de educador; em compensação — diz Leão (1945, p. 167) — ganha a de “[...] coordenador de todas as peças da máquina que dirige, o líder de seus companheiros de trabalho, o galvanizador de uma comunhão de esforços e de ações em prol da obra educacional da comunidade”. A dimensão pedagógica supunha não só observar a atividade discente e docente; também analisar e julgar métodos e processos para apreciar resultados, orientar e conduzir o trabalho. Assim, ao conhecimento didático-pedagógico presumível, agrupava-se o conhecimento da política educacional e dos saberes técnico-administrativos, pois cabia ao diretor pensar nas diretrizes e linhas gerais e pô-las em prática.

O decreto 6.655, de 19/8/1924, reiterou as atribuições modulando-as aqui e ali; por exemplo, ao prever apoio de “[...] mais professores por elle designados, e do porteiro [...]” para manter a disciplina”; aumentar a quantidade de documentos a ser vistos e preenchidos — “portarias de licença”, “termos de visitas” —, inventariar “[...] o material escolar sob sua guarda e responsabilidade, e escripturar as despesas auctorizadas, bem como as quotas pecunarias destinadas á compra de expediente e utensílios de hygiene”. Mais que isso, amplia-se o contato com autoridades externas à educação ao ter de “Communicar á auctoridade sanitaria os casos de moléstia infecciosa, verificados em alumnos matriculados” (MINAS GERAIS, 1924, p. 235–6).

Relatório sobre o movimento do Grupo Escolar de Uberaba (MG) expõe o contato com autoridades educacionais — a “V. Excia” — e convergência ao regulamento geral da instrução pública de então:

As aulas funcionarem regularmente nos 208 dias lectivos do anno. Não houve feriado extraordinario. Observou-se com escrupulo, nos dous turnos, o que dispõe o Regulamento quanto aos trabalhos nos institutos de ensino publico primario. O ensino, directamente fiscalizado por mim, foi ministrado de accordo com o programma em todas as classes. Tenho a satisfação de informar a V. Excia, que os professores do estabelecimento, cuja nominata consta dos boletins mensaes que enviei á Secretaria, deram aos alumnos, durante todo o anno, o bom exemplo de assiduidade aos trabalhos escolares. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1916, p. III).

Essa passagem mostra uma atividade intensa do diretor na administração de frequência, licença e substituição. Além de organizar o funcionamento das aulas e o programa de ensino, tinha de fiscalizar; por isso se diz que à “[...] direção cabia a mesma atribuição dada ao inspetor, em nível micro” (GONÇALVES, 2006, p. 77); e talvez por isso o secretário Carvalho Brito tenha afirmado a importância dos diretores em relatório:

O êxito dos grupos escolares depende, em regra, da sua direção. Os diretores são a alma desses estabelecimentos, depende de sua boa vontade, de seus esforços, de sua competência, de seu patriotismo, a divisão regular dos

trabalhos escolares, a fiscalização permanente, a uniformidade na execução dos programas, o estímulo aos professores e alunos, a ordem, a disciplina e a higiene, sem o que não realizam os grupos escolares os intentos de sua vocação. (MINAS GERAIS, 1908, p. VII).

Como “alma do [estabelecimento de] ensino” tal qual o inspetor, os diretores *deviam* — segundo prescreviam o art. 73 do decreto 3.191, de 1911, e o art. 74 do decreto 6.655, de 1924 — chegar “[...] quinze minutos, pelos menos, antes da hora de começarem os trabalhos escolares” (MINAS GERAIS, 1924, p. 234). Chegar mais cedo supunha preparar funcional, administrativa e pedagogicamente o grupo escolar para receber os alunos. Vago (2009, p. 117–8) dá o tom da cobrança relativa ao horário do diretor em carta de um pai reclamando do diretor do grupo escolar de Carangola (MG), José Francisco Lopes Nunes, em 4 de junho de 1912: “Ilmo. Sr. Venho a presenca de V. Sa. para representar a V. Sa. os desmandos do Grupo Escolar daqui desta cidade. O director chega sempre ao Grupo duas horas depois das profeçoras e alega de ser doente para chegar assim tarde, embora apesar de morar numa casa mesmo juntinha do grupo.” O caso não se desdobrou e foi arquivado pelo diretor de Instrução.

O art. 363 do decreto 6.655 salientou a responsabilidade pelo prédio e pelos objetos da dimensão material do grupo escolar em certas atribuições, a exemplo destas:

1.º Proceder, perante a auctoridade escolar local, ao inventario a que se refere o art. 203 — *Do mobiliario e material* constantes dos artigos anteriores, a direcção de cada estabelecimento fará, sempre que fôr mudada, com a presença da auctoridade escolar local, um inventario minucioso, descrevendo *o estado de conservação dos mesmos, e do predio*, quando de propriedade publica. Paragrapho unico. Este inventario será lançado em livro proprio, e delle se enviará copia, *visada* pela mesma auctoridade, á Directoria da Instrucção; [...] 3.º *Conservar o predio e o material escolares*, pelos quaes responderá na fórmula do art. 211. Os professores, directores de grupos e mais funcionarios do ensino, a quem competirem *a guarda e a conservação do mobiliario e material escolares*, são por elles responsaveis civil, criminal e adminstrativamente. Paragrapho unico. *Não poderão, sob qualquer pretexto, cedel-o por emprestimo, bem como o predio*, nem delles utilizar-se para fins extranhos ao ensino, sob as mesmas responsabilidades. [...]. (MINAS GERAIS, 1924, p. 305–6; grifo nosso).

Se essa passagem do texto legal aponta a incumbência do diretor de preservar e zelar do prédio e do mobiliário escolares, a passagem de um relatório das atividades do Grupo Escolar de Uberaba dirigido ao secretário de Estado dos Negócios do Interior de Minas Gerais revela o receio de sanções legais — afirmadas pelo decreto — por causa de descumprimento. O texto se refere a mobiliário que havia sumido: “Duas peças, de cuja falta se ressentia o mobiliario, foram feitas no corrente anno pelos alumnos do Curso Technicos; uma caixa de madeira envernizada para a Bandeira e um armario pequeno para a pharmacia escolar” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1916, p. V). Mais que isso, a referência à bandeira sugere a formação de um espírito republicano e o culto a um símbolo seu. Ao diretor cabia influenciar os corpos docente, administrativo, operacional e, sobretudo, discente a aprender a amar a pátria sob

os auspícios da escola e respeitar à simbologia da sociedade republicana. Nagle (2001, p. 64) afirma que “[...] as primeiras manifestações nacionalistas aparecem, de maneira mais sistemática e mais influenciadora, no campo da educação escolar”; e Schueler e Magaldi (2008, p. 45) reiteram essa afirmação dizendo que a escola pública primária propagou “[...] mensagens de caráter moralizante e cívico [...], por meio de formas diversas, como presença de símbolos patrióticos no dia-a-dia e nas situações festivas”. Outra passagem do relatório citado há pouco reforça esse patriotismo na escola pela relevância que tinha a solenidade comemorativa de datas cívicas:

O Grupo Escolar comemorou, por meio de festas organizadas com carácter educativo, as datas nacionais de 21 de abril, 7 de setembro e 19 de novembro. Ao ensejo da comemoração da data de 7 de setembro, realizamos a festa da árvore, de acordo com as instruções expedidas pela Secretaria do Interior. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1916, p. V).

Se o cargo era de confiança, também era confiável a poucos: do candidato a ocupá-lo exigia-se formação normal ou origem em grupo de cidadãos interessados na educação. Talvez por isso o decreto 3.191, de 1911, tenha determinado que o ocupante fosse nomeado: “Para as nomeações de directores de grupos serão preferidos: a) os professores normalistas das escolas urbanas, mantidas no exercício do cargo as actuaes directoras. b) os cidadãos notáveis por serviços prestados à instrução” (MINAS GERAIS, 1911, p. 187). Vieira (2011, p. 101) exemplifica esse tipo de nomeação em Mariana, onde em lugar de um professor de carreira foi indicado ao cargo de diretor escolar o cidadão José Ignácio, que supostamente prestou serviços à educação e era personagem de renome na sociedade, pois fora “[...] vereador e um dos principais farmacêuticos da cidade [...]”; isso sugere que o cargo não só era prestigioso, como também dava “[...] centralidade administrativa. O art. 72 do decreto 6.655, de 19/8/1924, avança um pouco quanto a prescrever condições para nomear diretores, sobretudo o mérito:

Em cada grupo escolar haverá um director, nomeado dentre os professores públicos ou particulares, de reconhecido merecimento, e demissível a juízo do Governo. Paragrapho único. Na falta de professores, será nomeado qualquer cidadão, maior de 21 annos, que apresentar os seguintes documentos: a) folha corrida; b) attestado de aptidão pedagogica e pratica profissional, dado pelo director do estabelecimento de ensino que lhe fôr designado pelo Secretario do Interior para um estagio de 30 a 90 dias. (MINAS GERAIS, 1924, p. 234).

Ainda assim, é provável que o critério mérito não excluísse nomeação fundada em vínculos partidários e sociais. Firmino Costa, educador indicado para dirigir grupo escolar em Lavras (MG) — diz Hamdan (2007, p. 47) —, era amigo de Fabriciano Carvalho de Brito, político que trabalhou pela criação de grupos escolares no estado. Esse autor não questiona o mérito do diretor; mas não descarta a importância de sua rede de sociabilidades. Mesmo em caso de demissão, o mérito parecia prevalecer. O art. 72 do decreto de 1911 previa que diretores “[...] dispensados do cargo teriam direito a ser providos; independente do concurso, em qualquer escola vaga” (MINAS

GERAIS, 1911, p. 187). Em vez de não poder trabalhar noutra escola, a exoneração de um cargo garantia o direito a outro. Eis algumas justificativas para exonerar:

Art. 380 [...] a) a falta de preparo profissional ou inaptidão pedagógica; b) o abandono injustificável do cargo; [...] Art. 381. Serão exonerados a bem do serviço publico: 1.º os funcionarios condemnados por sentença definitiva, em juízo criminal, a pena que acarrete a de perda do emprego, com ou sem inhabilitação para exercer outro, ou os que o forem pelos crimes previstos nos numeros 2.º aos que tiverem sido condemnados por crime de falsidade, estellionato, ou qualquer outro considerado infamante e 4.º aos que tiverem sido condemnados por crimes contra a independencia, integridade e dignidade da Patria do art.9 deste regulamento; 2.º os que praticarem actos contrarios á moral e aos bons costumes. (MINAS GERAIS, 1924, p. 309–10).

Havia a possibilidade de realocar um diretor exonerado por motivos tais — inaptidão pedagógica, abandono do cargo, condenação criminal — põe em xeque as intenções do governo relativas à qualidade e ao compromisso com a escola — com a educação —, bem com o controle e a conduta disciplinar. Como manter a ordem e a disciplina nos grupos escolares com diretores cuja postura não é ilibada nem profissional? No início da República, uma visão tal contraria os que queriam reformar a sociedade segundo “[...] uma nova hegemonia política e social, através de um novo conteúdo, em que a formação da moral e do caráter deveriam ser ensinadas [sic]” (SILVA, 2004, p. 12).

Diferentemente dos decretos de 1906 e 1911, o de 1924 regulou a remoção do diretor no art. 369: “Os directores de grupos escolares poderão ser livremente removidos por conveniência do ensino a juízo do governo” (MINAS GERAIS, 1924, p. 308). O texto legal não explica o processo de remoção, mas passagem de carta do ex-diretor Francisco Mello Franco comentada por outrem e transcrita por Guimarães (2007, p. 203) dá pistas: a nova lei “[...] incompatibiliza a função de diretores em grupo onde existam parentes professores [...]”. O decreto de 1924 não aponta justificativas para remover dado diretor por tais razões, e Guimarães (2007) não especulou essa ausência. Uma vez removido o diretor, suas funções, segundo o art. 370 do decreto de 1924, “[...] cessarão imediatamente [...]”, e ele terá 30 dias para assumir o novo cargo,

[...] salvo si aquella se fizer de um estabelecimento para outro na mesma localidade. § 1.º Este prazo poderá ser prorrogado por mais trinta dias, si o requererem, provando legitimo impedimento. § 2.º O primeiro prazo será contado da data em que fôr publicado, no órgão official, o acto da remoção. (MINAS GERAIS, 1924, p. 308).

Como a remoção do diretor poderia o afastar do convívio familiar, a lei garantia “[...] direito a passes nas estradas de ferro, para si e pessoa de sua família, ou a uma ajuda de custo, arbitrada pelo Secretario do Interior, no caso do respectivo transporte haver de ser feito por outro meio” (MINAS GERAIS, 1924, p. 309). A remoção ordenada — conforme o art. 373 — poderia ocorrer [...] em qualquer época do anno [...]” (MINAS GERAIS, 1924, p. 309); mas a remoção pedida pelo diretor

pedida só poderia ser acontecer “[...] na vigência das férias escolares” (MINAS GERAIS, 1924, p. 309).

É provável que a ida repentina do diretor para outra escola, para outra cidade fosse motivada por divergência pessoal ou política com professores, alunos, pais, inspetores e demais funcionários da instituição ou autoridades locais; isto é, por razões pouco associáveis com a competência profissional, a qual o obrigava a permanecer até a ocasião das férias na escola de onde queria sair. Se assim o for, então é provável também que tais motivações tivessem de ser atestadas por outra voz que compunha o sistema de controle, fiscalização e administração escolar como responsável por fazer cumprir as atribuições que a legislação prescrevia ao cargo de diretor: o inspetor de ensino: representante direto do governo que acompanhava a escolarização nos distritos e municípios segundo os interesses oficiais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se buscar de acordo com uma perspectiva histórica a regulamentação da Legislação Educacional mineira, podemos compreender o seu contexto, como esta regulamentação gestada e como sua ideologia política era infiltrada no meio educacional. Assim, podemos perceber claramente quando os governantes concebiam o inspetor e o diretor como “almas” da escola permite vê-los como “almas gêmeas” quanto à maneira de agir nos grupos escolares de Minas, sobretudo do ponto de vista da fiscalização com a finalidade de cumprimento da lei. Na ação fiscalizadora, a hierarquia reservava uma posição centralizadora para o diretor — porque atuava direta e cotidianamente com o ensino — e intermediária para o inspetor — porque mediava a relação entre governo e diretor: a ele cabia não o controle constante dos grupos escolares, mas a orientação direta pela burocracia documental. Nesse sentido, alinhavam-se mais ao governo, e menos à escola; por isso podem ser vistos como figuras centrais na consolidação da educação proposta pela reforma João Pinheiro, que centralizava a educação.

Ambos, com papéis diferentes devido ao processo de hierarquização desses profissionais; mais traduziram uma nova estrutura burocrático-administrativa da escola que racionalizava o ensino e o submetia à presença diária de um representante do governo: fiscal do ensino primário: do trabalho docente e de sua efetivação no ambiente escolar, da disciplina, da conduta. Portanto, a maneira de atuar como inspetor de ensino e diretor de grupo escolar supunha ir além dos muros da escola: esperava-se que tivessem conhecimentos que não só os pedagógicos, didáticos e administrativos, pois tinham de estimular e articular a educação sob o brasão da escola republicana para desenvolver a sociedade que circundava o grupo escolar. Buscavam atuar em prol da consolidação e manutenção não só de um modelo escolar, mas também de uma sociedade (a modelar). Para isso, esperava-se que tivessem

conhecimentos que não só os pedagógicos, didáticos e administrativos para agir de modo a contribuir para desenvolver a sociedade que circundava o modelo do grupo escolar.

## FONTES LEGAIS

MINAS GERAIS. **Lei n. 13**, de 28 de março de 1835. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1835.

MINAS GERAIS. **Mensagem do vice-presidente da Província de Minas Gerais Barão de Camargos, dirigida ao Congresso Mineiro em 1889**, p. 2. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?11=4&12=18&13=33&14=22>. Acesso em: 10 dez. 2011.

MINAS GERAIS. Lei n. 41 de 3 de agosto de 1892. **Lex**: Dá organização à instrução pública do Estado de Minas. Imprensa Oficial. Belo Horizonte: 1892.

MINAS GERAIS. **Mensagem do vice-presidente da Província de Minas Gerais Silvano Brandão, dirigida ao Congresso Mineiro em 1893**, p. 18. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?11=4&12=18&13=33&14=22>. Acesso em: 10 dez. 2011.

MINAS GERAIS. **Mensagem do vice-presidente da Província de Minas Gerais Francisco Salles, dirigida ao Congresso Mineiro em 1903**, p. 30. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?11=4&12=18&13=33&14=22>. Acesso em: 10 dez. 2011.

MINAS GERAIS. **Lei n. 439**, de 28 de setembro de 1906, autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do estado e dá outras providências. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906a.

MINAS GERAIS, **Decreto n. 1.947**, de 30 de dezembro de 1906. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906b

MINAS GERAIS. **Relatório do secretário do Interior ao Presidente do Estado**, 1908, p. 37. Arquivo Público Mineiro (APM). Secretaria do Interior (SI). Relatórios do Secretário do Interior ao Presidente do Estado de Minas Gerais, 1906–1913. Belo Horizonte, MG.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 3.191**, de 9 de junho de 1911. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 6.655**, de 19 de agosto de 1924. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, José Carlos Souza Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, D. **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971). Campinas: Mercado de Letras, 2007.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Direção de grupo escolar**: Pasta SI 3681. Belo Horizonte, 1916.

BOMENY, Helena. **Guardiões da razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 86, p. 5–14, ago.1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VAGO, Tarcísio Mauro. A reforma João Pinheiro e a modernidade

pedagógica. In: \_\_\_\_\_. **Lições de Minas**. 70 anos da Secretaria de Educação. Belo Horizonte, Governo de Minas Gerais, setembro de 2000.

GATTI JÚNIOR, Décio et al. História e memória educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 2, p. 5–28, set., 1997.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar**: práticas e produção os grupos escolares em Minas Gerais (1891–1918). Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2006.

GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro. **Templo do bem**: o grupo escolar de Uberaba, na escolarização republicana (1908–1918), 2007. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

HAMDAN, Juliana Cesário. **Do método intuitivo à escola ativa**: o pensamento educacional de Firmino Costa (1907 – 1937), 2007. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEÃO, Antônio Carneiro. **Introdução à Administração Escolar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: ed. UNICAMP, 1990.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**: 1889/1930. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: ed. USP, 2001.

OLIVEIRA, Estevão de. **Reforma de ensino público primário e normal em Minas**: Relatório apresentado ao secretário do Interior de Minas Gerais, pelo comissionado Estevam de Oliveira, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Legislação educacional como fonte história da educação brasileira. Texto elaborado para videoconferência organizada pelo HISTEDBR e apresentado na Faculdade de Educação/UNICAMP, em 29.9.2005. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/.../Regina%20\\_Tereza\\_Cestari\\_de\\_Oliv...](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/.../Regina%20_Tereza_Cestari_de_Oliv...)>. Acesso em: 4 out. 2011.

SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na Primeira República**: memória, história e perspectivas de pesquisa, p. 32 a 53, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2011.

SILVA, José Carlos da. Utopia positivista e instrução pública no Brasil. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n.16, p. 10–16, dez. 2004

SOUZA, Rosa de Fátima. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910). São Paulo: ed. UNESP, 1998.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980.

VAGO, Tarcisio Mauro. Sobre o “sonho glorioso de derramar sobre a infância mineira o balsamo vivificador do ensino publico”: fragmentos de recepção da reforma do ensino primário em municípios das Minas Gerais (1906–1912). **Currículo sem Fronteiras**, Portugal, Universidades do Rio Grande do Sul e Pelotas, v. 9, n.1, p.103–134, jan./jun. 2009.

VEIGA, Cynthia Greice. A formação dos educadores: entre os mitos e a história. **Educação Revista**, Belo Horizonte, n. 15, p. 14–20, jun. 1999.

VIDA ESCOLAR. Boletim quinzenal do Grupo Escolar de Lavras. Lavras, ano 2, n. 25, 1908

VIEIRA, Lívia Carolina. **Das escolas isoladas ao grupo escolar**: a instrução pública primária em Mariana – MG (1889–1915), 2011, 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

## A QUESTÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DE INTERVENÇÕES DO COTIDIANO O MONUMENTO ÀS BANDEIRAS E O PÁTIO DA CRUZ

**Editon Mioshi Arakawa Barretto**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,  
Faculdade Ciências Sociais, Departamento de  
História, São Paulo – São Paulo

THE QUESTION OF MEMORY FROM DAILY  
INTERVENTIONS

THE MONUMENTO ÀS BANDEIRAS E O  
PÁTIO DA CRUZ

**RESUMO:** O Monumento às Bandeiras e o Pátio da Cruz, do prédio Cardeal Mota da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), são dois de muitos patrimônios da cidade de São Paulo. Patrimônios estes, que são guardadas memórias de um passado distante, e que nos dias atuais, com o advento de diversas intervenções e apropriações, estas memórias nem sempre são lembradas e não percorrem mais fortemente no imaginário popular. O objetivo da pesquisa é primeiramente historicizar tais patrimônios, contar a história de criação de cada um e com qual intuito foram construídos. Partindo disto, discutir como são enxergados nos dias atuais e qual a significação que permanece presente. Estes dois patrimônios sofrem intervenções dia-a-dia por estarem presente na vida cotidiana da população e destas intervenções, é observado que ocorre uma mudança de significado.

**PALAVRAS CHAVE:** Patrimônio. Monumento às Bandeiras. Pátio da Cruz. Intervenção. Memória.

**ABSTRACT:** The Monumento às Bandeiras and the Pátio da Cruz, of the Cardinal Mota building of the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), are two of many heritage sites in the city of São Paulo. These heritages, which are stored memories of a distant past, and that in the present day, with the advent of various interventions and appropriations, these memories are not always remembered and do not travel more strongly in the popular imagination. The aim of the research is to historicize these heritages, to tell a story of creation of each one and for what purpose they were built. From this, discuss how they are seen today and what significance remains. These two heritage sites undergo daily interventions because they are present in the daily life of the population, and at these temperatures, are observed when a change of meaning occurs.

**KEYWORDS:** Heritage sites. Monumento às Bandeiras. Pátio da Cruz. Intervention. Memory.

## 1 | INTRODUÇÃO

Observamos que na construção do Monumento às Bandeiras havia um desejo de resgatar a memória dos bandeirantes, cravar em pedras essa história para permanecer na eternidade e enaltecer os seus grandes feitos para o Brasil. Vale questionar se esse discurso permanece até os dias de hoje.

Da mesma forma, o Pátio da Cruz, localizado no prédio que hoje sede a PUC-SP foi no passado o Mosteiro de Santa Tereza. Erguido em meados de 1922, foi encomendado para a Ordem das Carmelitas Descalças. O prédio mais tarde foi doado para a igreja, no qual já havia um projeto de se construir uma universidade católica e no ano de 1946 foi inaugurada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Depois que o mosteiro se tornou uma universidade, o prédio começa a mudar de significado, não mais o religioso e sim o acadêmico.

## 2 | A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO ÀS BANDEIRAS

O Monumento às Bandeiras foi criado por Victor Brecheret (1894-1955), um escultor de origem italiana ligado ao movimento modernista de São Paulo. Com seus 12 metros de altura e 15 metros de largura, o monumento foi inaugurado no IV Centenário da cidade de São Paulo em 25 de janeiro de 1954 em uma das entradas do Parque do Ibirapuera. O projeto de se construir um monumento em homenagem ao bandeirantismo já vinha desde o Centenário da Independência em 1922 e uma maquete do projeto foi até exposta, mas causou estranhamento nas pessoas que visitaram a exposição por apresentar conceitos que eram pouco conhecidos no Brasil e por apresentar os bandeirantes anônimos e nus. Em um primeiro momento, tanto o governo, quanto a iniciativa privada não apoiaram o projeto, o que impediu a sua construção.

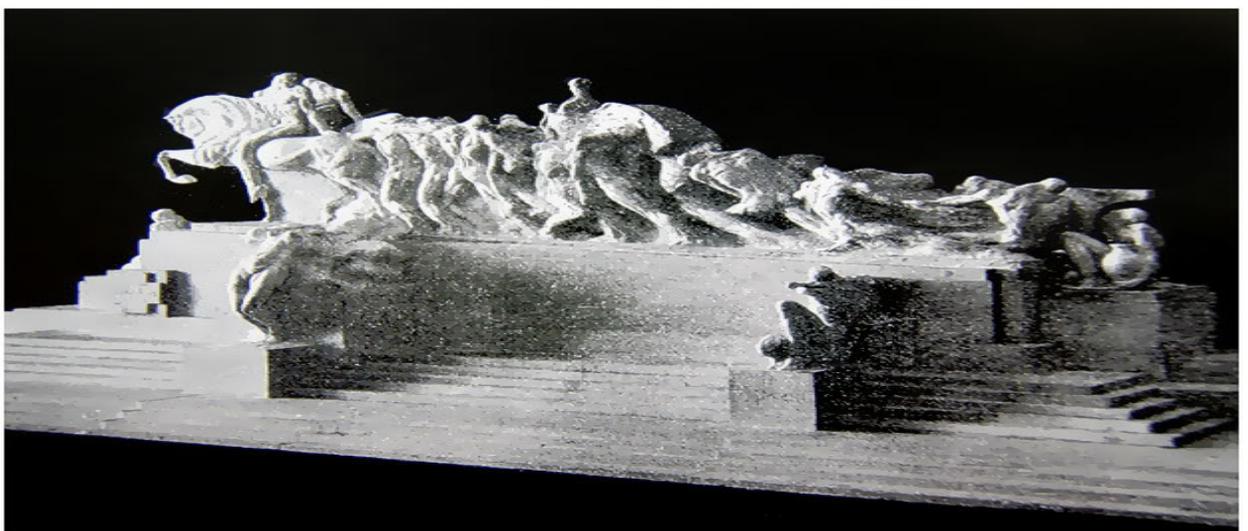


Figura 1 – Primeira maquete do Monumento às Bandeiras, 1920.

Fonte: Portal São Paulo City, 2016

Foi somente no final da década de 1930, que Brecheret recebeu um sinal positivo do governo de São Paulo para a construção do monumento. Neste período o bandeirantismo vinha ganhando forças não só entre a elite, mas também no ideário popular, principalmente após a Revolução Constitucionalista de 1932 (uma revolução dos paulistas contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas).

“Naquele contexto, em que a cidade experimentava um desenvolvimento econômico expressivo e transformações urbanas, o bandeirante foi celebrado como personagem chave do imaginário regional apto a reforçar as velhas tradições” (MOURA, I. B., 2011, p.78).

O processo de construção do monumento foi lento por conta de questões políticas, sobretudo, a partir de 1937, onde ocorreu um golpe de estado e Getúlio Vargas instaurou uma ditadura chamada Estado Novo. Neste período o presidente Vargas desestimulava qualquer tipo de manifestação de cunho regional porque era necessária uma unificação da nação. Erguer uma imagem dos bandeirantes não era uma das propostas do governo para ressaltar a unidade nacional.

Somente depois de 1945 com o fim do governo de Vargas, a construção do Monumento às Bandeiras é retomada com força total e finalmente inaugurada em 1954. Desde a apresentação da primeira maquete até a sua construção, o monumento levou 33 anos para ser concluído. O local onde foi construído foi escolhido cuidadosamente pelo político Armando Salles que intencionalmente posicionou de modo a relacioná-la com o Ibirapuera que é uma palavra indígena. Ocupando um amplo espaço em uma rotatória na entrada do parque, o monumento está distante de qualquer edifício que atrapalhe a sua visão, podendo ser vista por pedestres e motoristas de qualquer ângulo. Esta marcha esculpida em pedra simboliza a formação do território brasileiro, a partir dos diversos caminhos que foram desbravados pelos bandeirantes e de lugares onde partiram as expedições para percorrer o sertão.



Figura 2 – O Monumento às Bandeiras em 1954, ano de sua inauguração.

Fonte: Portal São Paulo City, 2016

### 3 | A CONSTRUÇÃO DO BANDEIRANTE

A construção da imagem do bandeirante foi de grande importância para a edificação do monumento. Muito provavelmente Brecheret não teria se empenhado a construir o Monumento às Bandeiras se não houvesse um resgate da memória das bandeiras. Como é sabido, todo monumento tem um intuito para sua construção. Desde as cidades europeias, os monumentos urbanos prestavam-se à conservação da memória de uma figura de grande importância como de um guerreiro, um monarca ou um rei. São criações marcadas socialmente e historicamente, testemunhas de uma época. As memórias ficam gravadas em pedras e permanecem como marcos simbólicos que percorrem no imaginário da população. No Brasil não é diferente. Durante a Primeira República, os conjuntos arquitetônicos integraram instrumentos de constituição de consciência nacional, cívica e cidadã, sobretudo na capital nacional que era o Rio de Janeiro.

Já em São Paulo, foram sendo reconstruídos os feitos bandeirantes, enaltecidos pelo pioneirismo da configuração geográfica do país arrancada da Coroa Espanhola. Esta louvação dos feitos sertanistas correspondeu ainda ao enaltecimento à raça, síntese entre o gentio e o colonizador, que naturalmente excluía o negro africano. Este orgulho das bandeiras esteve de início restrito a um grupo de pesquisadores que trabalhavam nos velhos papéis da Câmara, da Cúria e do arquivo estadual. Algumas famílias cafeicultoras chegavam a desprezar os laços com os sertanistas, apegando-se aos antigos fazendeiros de açúcar para justificar seu sucesso. Foi com as atividades de genealogistas como Toledo Piza, Silva Leme e historiadores como Affonso de Taunay que foram, pouco a pouco, transformando os paulistas sertanejos, de um passado rústico e empobrecido, nos míticos, heroicos e bravos bandeirantes de que orgulhariam inicialmente os cafeicultores.

A década de 1920 foi um período mais afeito ao radicalismo bandeirante e ao ufanismo dos supostos “descendentes” das antigas famílias sertanistas. Um modernista chamado Cassiano Ricardo diz que a ideia de um governo forte nasceu da bandeira e a deia de disciplina consciente também. A classificação hierárquica dos valores individuais, sociais e étnicos dentro de uma democracia tipicamente brasileira está nas bandeiras. Desta leitura, Cassiano extrai do bandeirantismo todos os elementos, que, segundo ele, compõem o chamado “caráter nacional” e a originalidade da história brasileira: ausência de preconceito racial, bondade, propensão natural a se submeter a uma autoridade centralizada e exercida pessoalmente, necessidade de um Estado forte, ausência de luta de classes, etc.

Victor Brecheret, conhecedor desta reconstrução bandeirante, foi encomendado a criar uma obra que se tornasse símbolo a história bandeirante. O Monumento às Bandeiras reuniu duas condições especiais: a de celebrar algo importante no contexto das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, e de ser realizada por um artista que, apesar da permanência na Europa, não se desvinculou do Brasil,

terra que adotou como pátria. Brecheret representou poeticamente as jornadas pelos sertões e pelos rios e transformou o cotidiano dos bandeirantes paulistas em algo notável esteticamente. “Já não eram os próprios bandeirantes o motivo de orgulho, mas sim o *espírito das bandeiras* [...]” (MARINS, P. C. G., 1998, p.18).

#### 4 | O MOSTEIRO DE SANTA TEREZA E A FORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A Pontifícia Universidade Católica São Paulo foi fundada em 1946, a partir da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento e da Faculdade Paulista de Direito. Anteriormente, o prédio era o Mosteiro de Santa Tereza, da ordem católica Carmelitas Descalças. Em 1913, duas madres Carmelitas do Rio de Janeiro foram encarregadas pelas autoridades eclesiásticas de formarem a Ordem das Carmelitas Descalças de Santa Tereza. Em novembro de 1920, um terreno foi comprado em Perdizes e a construção do mosteiro levou 2 anos, seguindo o projeto do engenheiro Alexandre Albuquerque, em estilo neocolonial.



Figura 3 – O Mosteiro de Santa Tereza, 1923

Fonte: Documentação do processo de tombamento da PUC-SP

Atendendo a tradição Carmelita, o prédio principal foi projetado com dois andares em torno de um pátio, hoje denominado “da Cruz”, que nucleava assim o claustro e as demais dependências. Segundo os ensinamentos da Santa Tereza,

havam de 13 a 21 freiras que poderiam ocupar o mosteiro e elas se encontravam-se reclusas, com uma vida marcada pelos preceitos e dogmas da Ordem. No primeiro semestre de 2017 diversos alunos do curso de história se envolveram com o projeto Museu da Cultura e realizaram uma exposição chamada *Das Carmelitas Descalças à Gênese de uma Universidade Democrática* no qual mostrou a história da PUC-SP durante o período do mosteiro, a criação da universidade e a criação do Teatro TUCA. Durante o levantamento de fontes foi nos oferecido gentilmente através da Carmelita irmã Ana algumas fotografias inéditas que ela possuía do mosteiro:



Figura 4 – Carmelita no Mosteiro de Santa Tereza

Fonte: Carmelita irmã Ana, 2017



Figura 5 – Carmelita Pátio da Cruz

Fonte: Carmelita irmã Ana, 2017

Destas fotografias, de aproximadamente da década de 1930, possibilitaram-nos enxergar os diversos usos de onde hoje funciona a universidade e as Carmelitas nos revelam diferentes aspectos de ordem sociológica, urbanística, estética e arquitetônica de uma época. Exemplo é o próprio Pátio da Cruz, que foi um local de oração e comunhão das irmãs.

“O objetivo de tal mostra fotográfica foi expor imagens inéditas (parte delas gentilmente cedidas pela Carmelita irmã Ana) para apresentar os diferentes usos do mesmo espaço arquitetônico em dois momentos distintos, o primeiro, entre 1923 a 1948, quando o prédio da PUC Monte Alegre era o convento de Santa Tereza, da ordem das Carmelitas Descalças; e no segundo, a partir de 1948, no qual o mesmo espaço se tornou sede da Pontifícia Universidade Católica, que teve na militância política e na prática pedagógica progressista sua principal característica.” (JESUS, C. G. N., 2018, p.16)

Em 1945, diante da perspectiva de fundação da Universidade Católica, foi autorizado a compra de um terreno no Jabaquara (região sul de São Paulo) para a construção de um novo mosteiro, pois, aonde era o Mosteiro de Santa Tereza, já se pretendia sediar a PUC-SP. As negociações entre as Carmelitas e o Arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, pelo espaço do convento já haviam de iniciado em 1943 e em abril de 1946, as irmãs capitulares votaram a doação do convento para a Universidade Católica e em troca receberam o terreno do Jabaquara onde elas permanecem até hoje.

No início do ano seguinte, em 1947, o Papa Pio XII concedeu à Universidade Católica o título de Pontifícia e nomeou como primeiro grão-chanceler da instituição o cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. A partir de 1949, modificações foram feitas no prédio para comportar os alunos, salas foram divididas para criar

novas salas de aulas e banheiros. Em 1994, foi dada entrada no processo de tombamento do prédio pelo CONDEPHAAT que foi concluído em 2002, se tornando um patrimônio da cidade de São Paulo.

## 5 | AS INTERVENÇÕES NOS MONUMENTOS

O Monumento às Bandeiras, assim como qualquer outro monumento instalado ao ar livre, está sujeito a qualquer tipo de intempérie, como efeitos da poluição, exposição ao sol e chuva. As depredações e pichações também estão presentes em diversas obras públicas. Estas atitudes não são desejadas, mas fazem parte da dinâmica da cidade, principalmente em São Paulo, onde a pichação está presente na paisagem urbana.

Como acontece com outras obras públicas, hoje o monumento assume novas apropriações e significações. De uma apropriação lúdica, a população criou apelidos para o monumento como *empurra-empurra ou deixa que eu empurro*, por conta do último homem da bandeira, encarregado de mover a canoa. O monumento não é mais visitado pretendendo admirar os bandeirantes ali esculpidos, exaltando as suas ações desbravadoras, mas adquiriu um outro significado, se tornando um dos pontos turísticos da cidade. Os paulistas reconhecem o monumento como um símbolo de um passado digno dos feitos dos bandeirantes e não levam mais o significado pelo qual o monumento foi construído como verdade.

Uma evidência da mudança de significado do monumento foi a pichação que ocorreu na madrugada de 30 de setembro de 2016, por volta das 2h da manhã. É mostrado no SPTV 2ª Edição que pelas câmeras de monitoramento foi registrado um casal puxando um carrinho com um compressor de jato a tinta, pichando com as cores vermelho, amarelo e azul. A ação levou menos de dois minutos. Logo após de picharem o monumento, eles se dirigem para Santo Amaro e picharam a Estátua do Borba Gato com as mesmas cores. Neste mesmo vídeo algumas pessoas são entrevistadas para falar sobre o ocorrido e há relatos de inconformidades como: *“ações deste tipo nos deixam chateados”* e *“é um vandalismo sem sentido algum”*. O filho de Brecheret, Victor Brecheret Filho, também aparece no vídeo mostrando a sua inconformidade. Segundo as suas palavras ele diz: *“não é um protesto, não é uma manifestação política ou uma manifestação contra alguma coisa que não esteja bem na cidade, é simplesmente um ato de vandalismo”*.



Figura 6 - Monumento às Bandeiras amanhece pichado

Fonte: Portal Veja, 2016

Quando paramos para analisar a pichação, vemos que os dois monumentos pichados são representações de bandeirantes. Após picharem o Monumento às Bandeiras, o casal se desloca do Ibirapuera até Santo Amaro para pichar a Estátua do Borba Gato. É percebido uma intenção de ferir a imagem dos bandeirantes e não um simples ato de vandalismo, como a mídia diz. É uma manifestação do desagrado que as bandeiras representam.

Não é a primeira vez que o Monumento às Bandeiras é alvo de protesto. Na noite do dia 2 de outubro de 2013, um grupo de indígenas subiu no monumento contra a aprovação da PEC 215, que passava o poder ao Congresso Nacional de aprovar e demarcar terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas. Na manhã seguinte os bandeirantes estavam cobertos com tinta vermelha, simbolizando o sangue que eles derramaram de seu povo.



Figura 7 - Os bandeirantes são cobertos com tinta vermelha

Fonte: Portal Uol Notícias, 2013

Ainda vemos reflexos desta memória heroica bandeirante nos dias de hoje e as lutas que são travadas contra esta memória. É preciso estabelecer uma crítica à essas memórias que são guardadas em nossa cidade, pois elas são agentes de seu tempo. É preciso olhar ao intuito em que são registradas e permanecer um diálogo com os dias atuais. As pichações muitas vezes são realizadas pelo calor do momento e a adrenalina que ela proporciona ao pichador, porém, em muitos outros casos, ela é utilizada como forma de protesto. É uma das formas que a população encontrou para desabafar seus descontentamentos e angústias sobre sua situação atual, sobre a cidade e o governo.

No Pátio da Cruz, com a chegada dos alunos o prédio começa a obter outros significados. Os cursos e as disciplinas começam a crescer, tornando-a em uma das melhores universidades privadas do Brasil. O prédio aonde foi o convento recebeu o nome de Prédio Cardeal Mota (mais conhecido como Prédio Velho) e começa a ser invadido por ideias e ideologias diversas e por mais que a universidade seja católica, há também diversos discursos anticlericais entre os estudantes. O Pátio da Cruz, que já foi um lugar foi de oração, se tornou um local apropriado pelos estudantes para debater, estudar e protestar. Centros acadêmicos entram no Pátio para resolverem suas pautas, partidos políticos fazem reuniões e professores fazem dela uma sala de aula. Para demonstrar esta mudança de significado, trago dois acontecimentos que foram registrados que ocorreram no Pátio da Cruz.

No primeiro semestre de 2017, foram realizadas diversas aulas públicas administradas pela Opera Mundi. Todas elas ocorreram no Pátio da Cruz e abertas para o público onde tiveram debates de diferentes temas. Temas como tornar a cidade de São Paulo mais democrática, a falta de artistas mulheres na história, sobre o livro “conversa de refugiados” de Bertold Brecht lançado no Brasil pela primeira

vez pela Editora 34 e sobre o futuro das universidades e suas crises. Todas estas aulas foram filmadas e estão disponíveis na internet no site da Opera Mundi.



Figura 8 – Aula aberta com Fernando Haddad

Fonte: Portal Opera Mundi, 2017

No dia 23 de fevereiro de 2013, aconteceu um protesto contra a igreja no Pátio da Cruz. O Cardeal Dom Odilo Scheler, atual Grão-chanceler da PUC-SP, realizou uma missa para celebrar a Festa da Cátedra de São Pedro, na capela da universidade. A missa terminou na Capela e se seguiu em procissão para dentro da universidade para encerrá-la no Pátio da Cruz. Na entrada do Prédio Velho, estavam diversos estudantes com esparadrapos na boca erguendo cartazes escrito “Fora Anna Cintra” que era a reitora daquela época. As regras para a escolha do reitor na PUC-SP preveem eleição em que alunos, funcionários e professores votam. Uma lista tríplice segue para o cardeal, que tem a prerrogativa de escolher um dos nomes. Tradicionalmente, o primeiro colocado é o escolhido e na eleição de 2012, Anna Cintra ficou em terceiro lugar no número de votos, com a autorização de Dom Odilo, foi a que tomou o cargo da reitoria. Esta decisão gerou grande revolta na universidade.

A ideia do protesto dos estudantes com o esparadrapo na boca, era para ser um protesto silencioso, fazendo uma alusão de que eles não tinham voz dentro da universidade. Porém muitos outros estudantes que estavam no local e não estavam cientes do protesto, aproveitaram o momento para gritarem suas inconformidades. Muitos gritaram: “Fora igreja”, “Fora Dom Odilo”, “Por uma universidade laica”. Em momento algum, o Cardeal Dom Odilo se intimidou e continuou até o término da cerimônia. Os manifestantes dizem que o ato de Dom Odilo significou quebra de autonomia, já a igreja afirma que o estatuto não foi ferido, uma vez que cabe ao

cardeal a escolha do novo dirigente.

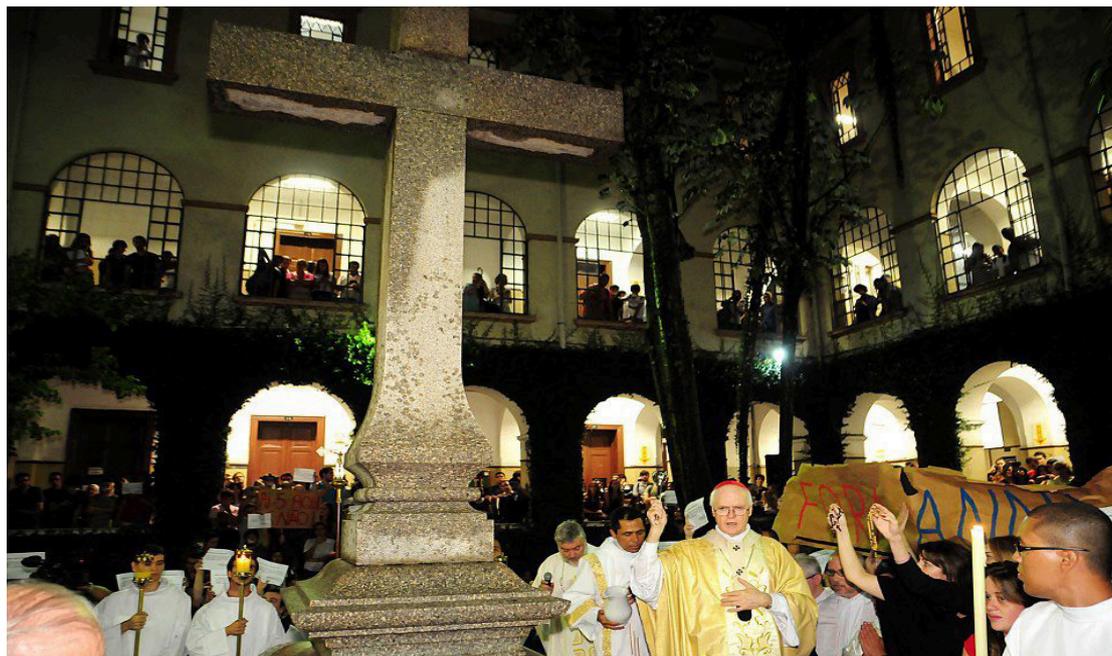


Figura 9 - Cardeal Dom Odilo na PUC-SP e os estudantes em protesto

Fonte: Portal Fratres in Unum, 2013

## 6 | CONCLUSÃO

O Monumento às Bandeiras é visitado constantemente por turistas e moradores da cidade e o Pátio da Cruz é frequentado por professores, estudantes e funcionários. Nestes dois monumentos há uma grande presença de pessoas circulando, sempre carregando novas ideias e olhares para estes patrimônios. A memória que é gravada nelas percorre no imaginário da população, com novos significados e que são transformados com o passar dos anos. O historiador Jacques Le Goff vai dizer:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (LE GOFF, 2013, p. 435)

Destes dois patrimônios observamos que foram construídos com diferentes objetivos. O Monumento às Bandeiras foi para ressaltar um passado glorioso, se orgulhar deste passado e ensinar os grandes feitos e o Pátio da Cruz, para rezar e realizar as cerimônias religiosas. Nos dias atuais, com as diversas intervenções observamos que os objetivos não são mais lembrados, recebendo uma nova memória que percorre no imaginário. O Monumento às Bandeiras, se torna um ponto turístico para se passear na cidade e sofre intervenções físicas como a pichação, e o Pátio da Cruz, a intervenção são principalmente os estudantes que se apropriam do espaço para viverem o mundo universitário. São estas intervenções que contribuem para novas (re) significações do patrimônio e para suas novas interpretações.

## REFERÊNCIAS

CAMAROTTI, G. Dom Odilo enfrenta protesto de estudantes na PUC-SP. G1 Política Blog do Camarotti, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/blog-do-camarotti/2013/02/22/dom-odilo-enfrenta-protesto-de-estudantes-na-puc-sp/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

CAMPOS, Maria José. **Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”: uma versão modernista em movimento**. Revista USP, Brasil, n. 68, p. 140-155, fev. 2006. ISSN 2316-9036. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13489>>. Acesso em: 09 abr. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i68p140-155>.

FILHO, L. L. D. **O “monumento das bandeiras”: um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 71, p. 65-82, 1993.

G1. Câmera registra casal pichando o Monumento às Bandeiras, em SP. G1: o portal de notícias da globo, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/camera-registra-casal-pichando-o-monumento-bandeiras-em-sp.html>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

JESUS, C. G. N. D. **Museu da Cultura PUC-SP: Patrimônio Cultural, História e Memória, olhares distintos a partir da Nova Museologia**, São Paulo, Revista Projeto História. p. 1-24, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7a edição. Unicamp, 2013.

LORDELO, C. **Alunos da PUC-SP ocupam reitoria em protesto contra escolha de reitora**. Educação Estadão, 2012. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,alunos-da-puc-sp-ocupam-reitoria-em-protesto-contra-escolha-de-reitora,959959>>. Acesso em: 21 maio 2018.

MARINS, Paulo César Garcez. **O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 9-36, jan. 1999. ISSN 1982-0267. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5359>>. Acesso em: 12 abr. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47141999000100002>.

MOURA, I. B. D. **O Monumento e a cidade. A obra de Brecheret na dinâmica urbana**. Revista Cordis, São Paulo, n. 6, p. 78-93, 2011.

REDAÇÃO. **Aula Pública com Fernando Haddad: como as cidades podem ser mais democráticas?** Opera Mundi, 2017. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/47102/aula+publica+com+fernando+haddad+como+as+cidades+podem+ser+mais+democraticas.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

## ENSINO DE HISTÓRIA E A PRESENÇA NEGRA NOS TRÓPICOS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM O CONTO A BOTIJA DE OURO

### Atenor Junior Pinto dos Santos

Universidade Federal do Sul da Bahia- UFSB,  
campus, Sosígenes Costa, Porto Seguro - Bahia

### Marcos Ferreira Gonçalves

Universidade do Estado da Bahia- UNEB,  
Departamento de Ciências humanas e  
tecnologias, Eunapolis – Bahia.

**RESUMO:** O livro *Na Minha Pele* do ator Lázaro Ramos pode ser entendido como um desabafo de um homem negro brasileiro que galgou um lugar de destaque na sociedade tropical *brasilis*. Nesta obra seu autor revela que durante muito tempo, mediante sua condição de filho da empregada doméstica, não sabia qual era seu mundo e também sentenciava que quando tomou conhecimento da promulgação da lei 10.639/03 enxergou que um fio de esperança surgiu. Este trabalho se insere neste contexto da lei e sua aplicação em ambientes de formação. Desta forma, relata uma experiência de educação desenvolvida em formato de oficina em um ambiente escolar e teve como expressão principal o uso de outra obra literária, o conto *A Botija de Ouro de Joel Rufino dos Santos*. A comunicação traz no seu teor algumas reflexões sobre a condição negra no Brasil e estabelece interface com o ensino de História nos tempos posteriores a lei, revelando que aquilo que o ator sentia na infância do não lugar no mundo, pode

ser enxergado como invisibilidade e mediante as práticas educativas emancipadoras poderão ser restauradas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino. História. Presença Negra. Lei 10639/03.

### HISTORY TEACHING AND THE BLACK PRESENCE IN THE TROPICS: REPORT OF AN EXPERIENCE WITH A BOTIJA DE OURO [THE GOLDEN BOTTER] TALE]

**ABSTRACT:** The book *Na Minha Pele* [On My Skin] by the actor Lázaro Ramos can be understood as the get ir off Brazilian black man chest who has risen to prominence in the *brasilis* [brazilian] tropical society. In this work its author reveals that for a long time, as a child of the maid, he did not know what his world was and also sentenced that when he became aware of the promulgation of the Law 10.639 / 03 he saw that a thread of hope arose. This work fits into this context of the law and its application in training environments. In this way, he reports an experience of education developed in a workshop format in a school environment and its main expression was the use of another literary work, the tale *A Botija de Ouro* [The Golden Botter] by Joel Rufino dos Santos. The communication brings in its content some reflections on the black condition in Brazil

and establishes an interface with the teaching of history in the later times of the law, revealing that what the actor felt in childhood from the place in the world can be seen as invisibility and through emancipating educational practices can be restored.

**KEYWORDS:** Teaching. History. Black Presence. Law 10.639/03.

## 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO PERCURSO

Não há margem de dúvidas que a presença africana salvou o Brasil e posto isso é importante que se destaque que o jeito negro de ser, imprimiu no *ethos* brasileiro certa leveza, uma eloquência e um modo de ver e ser que nos diferencia de outros tantos povos. Todavia, não se pode esquecer que a condição escrava do passado colonial também marcou as relações na sociedade brasileira e ainda há traços de racismo no nosso cotidiano. Parece-nos que o compositor Lazzo Matumbi resumiu tudo isso de forma muito imperiosa na canção *Alegria da cidade*. Nesta composição o cantor baiano diz: “Apesar de tano não, tanta dor que nos invade. Somos nós, a alegria da cidade”.

A canção de Matumbi e outras produzidas em diferentes recantos do imenso Brasil e também a literatura realizada por homens e mulheres negras ao longo dos tempos tem sido uma forma de resistência, um enfrentamento. Neste sentido e mais recentemente a obra de Lázaro Ramos, espécie de biografia amalgamada com reflexões sobre a condição do negro no Brasil em tempos contemporâneos, desponta com um grito de alguém conhecedora da realidade brasileira, e fala por si e por seus contemporâneos. Nesta obra o autor faz uma referencia ao momento em que a Lei 10639/03<sup>1</sup> foi promulgada, entendendo aquele momento brasileiro, como algo inovador e permeado por um sentimento de esperança, marcadamente por aqueles que viveram e ainda vivem situações cotidianas de discriminação racial. Ramos (2017) se coloca neste contexto e deixa isso muito evidente em cada página da sua obra que nomeou de *Na Minha Pele*, revelando deste modo que nossa compreensão em torno de ser branco e ser negro no Brasil está diretamente relacionada com a cor da pele. Esta mesma questão está explícita na música de Lazzo Matumbi, já citada e mantém laços estreitos com vários trabalhos científicos realizados por Lilia Schwart<sup>2</sup> na última década. Estes trabalhos juntados a outros de vários autores têm sido basilares

De fato, os primeiros anos posteriores à promulgação da lei mencionada podem ser observados como um momento de reflexão em torno de uma questão óbvia: a presença negra africana na constituição social e cultural do Brasil e dos brasileiros, entretanto, por diversos mecanismos não se era abordado na sala de aula, na

1. A lei 10639 foi criada em 2003 e posteriormente foi incorporada a lei 11645/2008 que determina aos professores de ensino fundamental e médio abordarem os temas sobre presença indígena e a cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras.

2. A mencionada autora escreveu a obra *Espectáculo das Raças* na qual faz uma minuciosa análise sobre as teorias raciais no Brasil do final do XIX e início do XX e tem diversos artigos que tratam sobre questões de raça, etnia etc. Dentre estes textos destaca-se aqui: *Racismo no Brasil: quando inclusão combina com exclusão*

produção livresca didática e em outros aspectos da educação formal. Durante muito tempo isso se passou despercebido diante de vários setores da sociedade.

Desta forma, a lei veio mudar o curso deste processo educacional, e hoje, passado alguns anos da inserção da lei, podemos de fato vislumbrar melhorias ao que tange esta questão. Entretanto, não parece exagero salientar já de início que, muitos docentes e gestores da educação pública por escolha ou mesmo por falta de esclarecimentos e leituras ainda deixam conteúdos desta ordem fora da sua seleção de conteúdos. Esta comunicação se insere neste contexto da lei e sua aplicabilidade. Relata uma experiência desenvolvida por estudantes do Curso de História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB que entenderam que tratar da presença negra africana no Brasil é uma forma de contribuir para uma educação antirracista.

## **2 | PRIMEIROS APONTAMENTOS: LEITURAS E REFLEXÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Como sinalizado anteriormente, esta comunicação é resultado de uma ação e por consequência um relato de uma oficina realizada a partir de uma proposta em um dos Estágios que fazem parte da grade curricular do Curso de Licenciatura em História na Universidade do Estado da Bahia, campus XVIII. A ação pedagógica foi realizada numa escola da rede particular de ensino fundamental em Eunápolis Bahia, nossa proposta foi dialogar com a cultura afro-brasileira a luz da lei nº 10639/03 algo que já se faz presente do cotidiano de várias instituições de ensino, seja da rede privada ou pública.

Este trabalho, para além de atender ao requisito da legislação brasileira, entendemos que pode colaborar de alguma forma ou mesmo despertar a consciência dos (as) professores (as) para o ensino da cultura e da literatura africana ou outras que estabelecem laços estreitos com a temática e por consequência pode contribuir para a construção das identidades dos sujeitos, para a erradicação do preconceito racial e outras formas de discriminação, bem como para a formação de leitores críticos e conscientes do seu papel na sociedade.

Parece importante evidenciar aqui que levar determinadas temáticas para o ambiente da sala de aula, por si, ambiente de formação de sujeitos, é necessário se debruçar em algumas leituras. Desta forma, destaca-se que para a construção da oficina alguns teóricos foram norteadores e são sempre necessários. Não parece demasiado lembrar que existe um grande equívoco na educação básica que é fazer ações educativas sem quase nenhuma leitura, em grande parte, estes projetos estão fadados a não apresentarem resultados satisfatórios em relação àquilo que é básico: ensino-aprendizagem. Por vezes muitos projetos escolares atendem apenas anseios da gestão ou educadores.

Posto isso, e perseguindo a questão da leitura como requisito elementar para desenvolvimento de ações e aulas, é importante destacar o trabalho de Rosângela Machado (2011), para esta autora a cultura escolar precisa ser refeita e é necessário entender a pluralidade cultural que existe em um ambiente escolar. Na atualidade uma sala de aula é habitada por sujeitos de diferentes crenças, diferentes orientações éticas e morais, diferentes composições familiares e é importante que o professor atente para estas questões. Não parece demasiado lembrar que esta tarefa não é fácil. Todavia, nos parece possível.

É singular também que se atente para o despreparo dos profissionais ou mesmo para a própria historiografia dita oficial que silenciava ou excluía a história de alguns grupos, dentre estes, os africanos. Neste sentido o professor que opta em trabalhar de forma emancipadora deve atentar para muitas questões que perpassa a escolha do livro didático, a forma de abordagem dos conteúdos e outras questões que estão vinculadas ao processo de ensino e aprendizagem.

Há de serem observadas outras leituras e sem dúvidas todas não serão elencadas neste trabalho. Todavia, é singular o trabalho de Nilma Lino Gomes (2005) visitando conceitos básicos como identidade, identidade negra, raça, etnia e outros termos pertinentes nesta discussão. É Gomes que nos alerta para a construção da identidade negra sendo construída gradativamente e é bom que se enxergue a luz do seu texto que a construção de uma identidade negra positiva em uma sociedade que historicamente negou o negro não é tarefa fácil.

Enxerga-se aqui também o processo de formação dos docentes. Pensando nesta formação dos professores, algo de suma importância para quem está na atividade docente, observa-se a existência de outras questões que ultrapassam os currículos, é uma temática a ser discutida ao longo da sua formação. Os cursos de licenciaturas atuam como um meio de transformação dos indivíduos, pois através deles, os alunos e futuros professores são capacitados para ser um agente de transformação social. Segundo Pimenta (2012) ensinar é uma contribuição ao processo de humanização dos alunos

Para além das mudanças em decorrência de estudos da chamada Nova História, a legislação (Lei nº 10.639/03) trouxe a necessidade e obrigatoriedade dos estudos culturais africanos em sala de aula visando a contribuição destes para a formação da nossa sociedade. Segundo Bezerra (2015),

A aprovação e a implementação da Lei nº 10.639/2003 possibilitaram um novo olhar por parte dos educadores para as Literaturas africanas e afro-brasileiras, pois se tornaram obrigatórias a reflexão e discussão nas escolas e nas salas de aulas sobre a participação dos negros na formação histórica e cultural da nação brasileira (BEZERRA, 2015).

Ainda perseguindo as contribuições no processo formativo, podemos citar os estudos de Gilberto Freyre (2005) e Darcy Ribeiro (1995). Para este último, o povo, para ser de fato um povo, precisa ter noção de si, e buscar entender que a identidade

brasileira perpassa a discussão de miscigenação e das influências negras em nossa identidade. Com discussões na mesma linha, Freyre (2005) em *Casa-Grande & Senzala* revela ainda a presença marcante e indelével do negro em diversas facetas da nossa cultura. Nossos modos de ser e pensar, de fato, está amalgamado e esta presença africana, entretanto, não se quer aqui camuflar outras contribuições de outros povos e etnias na formação brasileira. Em suma, a obra de Freyre revisitada recente com proficiência por Peter Burke (2009) vê o negro intrincado no nosso *ethos*. Algo de fato, notório em qualquer lugar deste imenso país.

Desta forma, destaca-se que na atual conjuntura do ensino, a disciplina de história se tornou indispensável para que se entenda a constituição dos cidadãos, as diversidades culturais, políticas e religiosas, pois estas estão cada vez mais presentes nos debates.

Nesse processo, o professor de História ocupa posição central na análise dessa conjuntura e na possibilidade de construir situações concretas de superação através da prática pedagógica por ele desenvolvida no interior do espaço escolar. Essa superação não deve ser um trabalho solitário ou anônimo, mas fundamentado na construção de um trabalho que envolva o coletivo escolar, principalmente o corpo docente, através de um trabalho de conscientização dos mesmos sobre a importância e o poder da ação pedagógica por eles desenvolvida em seu cotidiano. Assim, através de um trabalho coletivo, as possibilidades de avanço e sucesso desse empenho obterão resultados mais consistentes (CEREZER, 2007).

Através de estudos como os de Gilberto Freyre, dentre outros, podemos hoje ampliar discussões que colocam os africanos como agentes históricos na construção de nossa nação e participantes de todo esse processo. Estudar a história afro-brasileira, bem como a própria História da África, constitui elemento essencial para conhecermos diferentes culturas, entender a contribuição desses povos para o Brasil, romper com ideias eurocêntricas e com o preconceito. Anderson Oliva (2003) diz:

A História da África e a História do Brasil estão mais próximas do que alguns gostariam. Se nos desdobramos para pesquisar e ensinar tantos conteúdos, em um esforço de, algumas vezes, apenas noticiar o passado, por que não dedicarmos um espaço efetivo para a África em nossos programas ou projetos (OLIVA, 2003).

É de suma importância que nos currículos dos cursos de licenciaturas estejam presentes momentos em que ocorra a relação teoria-prática, para que os futuros professores possam compreender o processo educacional e a própria produção de conhecimento.

Nesse sentido, os professores em formação adquirem conhecimentos teóricos e práticos para quando adentrarem nas salas de aula estejam com o mínimo de preparação para trabalhar com essa temática e no desenvolvimento do trabalho docente, além de ser uma oportunidade de outros grupos (da comunidade) dialogarem com conhecimentos acadêmicos, e quiçá, se sentirem atraídos por este espaço.

Para além, os currículos têm sido reformulados e buscam-se novas ferramentas para as práticas pedagógicas no ensino fundamental, médio e no ensino superior.

Segundo Fonseca (2014) “Muitas propostas de renovação de metodologias, temas e problemas de ensino têm sido produzidas e incorporadas em salas de aula, tendo como referência o processo de discussão e renovação curricular, desencadeado a partir dos anos 80”.

Para Melo e Gonçalves (2017)

Essa problemática leva a questionar que, para mudar valores etnocêntricos na sociedade brasileira, as discussões e reflexões acerca da História e Cultura afro-brasileira devem ser iniciadas desde cedo na escola. As crianças do Ensino Fundamental têm o direito de conhecer e de mergulhar no vasto universo das literaturas africanas e afro-brasileiras por meio da leitura de contos, de poemas, de fábulas e assim por diante (MELO; GONÇALO, 2017).

Realizadas estas considerações, destaca-se que o objetivo da prática educativa desenvolvida buscou uma interface entre o ensino de história e os estudos culturais afro-brasileiros, visando levar a um grupo de crianças a percepção do respeito à diversidade, o rompimento de uma visão de alteridade. Não parece demasiado evidenciar este espaço escolar como um espaço branco e aqui se pensou em sintonia com a gradação estabelecida por muitos da sociedade brasileira.

### 3 | SOBRE O LÓCUS DA AÇÃO

A Cooperativa de Trabalho dos Profissionais em Educação de Eunápolis-COEDUC é uma escola privada que oferece os cursos de ensino fundamental e ensino médio. Está localizada em uma região caracterizada como central da cidade. Fica em uma praça arborizada e nos seus arredores são encontrados diversos estabelecimentos comerciais, estabelecimento de atendimento ao público como Departamento Estadual de Transito e os órgãos de Administração da cidade, como a Prefeitura Municipal e diversas secretárias.

No geral a escola é composta por alunos e alunas de diferentes bairros da cidade e possuem uma situação economicamente boa. Os pais são professores, comerciantes, profissionais liberais ou desenvolvem outras atividades de sustento. Como se sabe os aspectos culturais de uma escola na atualidade é diverso e este ambiente não é diferente. Importante destacar que a cidade de Eunápolis está localizada no extremo sul baiano e pouco comunga com a cultura negra ou mesmo aquilo que denominamos de cultura afro no Brasil, bastante comum no cotidiano de Salvador e o recôncavo baiano. A cidade possui diálogo com a cultura mineira e capixaba, não sendo exagero dizer que é um território híbrido.

O cotidiano da escola pode ser considerado tranquilo, os alunos têm contato inicialmente com a portaria numa relação aparentemente boa. Durante a realização da oficina não foi percebido nenhuma situação conflituosa dentro e no entorno da comunidade escolar. A relação entre todo o corpo de funcionários parece se dá de uma forma harmoniosa. Não vivenciamos o dia-a-dia da escola, todavia, durante o

período no desenvolvimento da oficina não percebemos atrito entre o corpo docente e os discentes. A turma em que se realizou a ação é possível considerá-la com uma turma de jovens com educação doméstica regular, e composta de meninos (as) participativos e inquietos nas suas adolescências, algo dentro dos padrões de normalidade para a faixa etária.

Quanto à estrutura física, ela, a escola no seu todo, apresenta-se como uma escola moderna, com vários recursos tecnológicos e interativos. A escola possui vários espaços como: quadra poliesportiva, espaço coberto de recreação, lagoa e outros espaços que estão sempre disponíveis para os professores desenvolverem suas atividades. No seu todo o espaço é aprazível e possibilita um acolhimento aos discentes.

Como o processo educativo é algo que extrapola a sala de aula. Percebemos que o aprendizado de um indivíduo não se restringe somente ao que o professor desenvolve em sala. Aprende-se com o espaço que o rodeia, pois isso também compreende uma demanda social. O espaço permite melhores condições de aprendizado, pode servir como estímulo para o estudo, compreendendo também um instrumento pedagógico, uma boa estrutura escolar impacta na produção do conhecimento dos alunos, por isso foi buscado observar quais os suportes que a escola oferece para que os professores tenham formas diferentes de desenvolver atividades educativas.

#### 4 | A OBRA LIVRESCA

A obra literária infanto-juvenil *A botija de Ouro* de Joel Rufino dos Santos e Ilustração de José Flavio Teixeira é um conto infantil que narra a história de uma jovem escrava muito maltratada pelo seu dono, um fazendeiro. A menina escrava não tinha nome, mas sempre que precisava dos seus serviços, o fazendeiro a chamava de moleca. Os companheiros de senzala procuraram um nome para a menina, tais como: Noite, Aluá, Gerebó, Quituxe, Giga. Seu Senhor inventava outros: Moleca, Pretinha, Garota e Guria. Era a ausência total de identidade.

A escrava menina tinha costume de comer paredes e isso incomodou o fazendeiro. No quarto escuro, (como castigo) continuou a comer parede, até que encontrou uma botija de ouro, ela “alumiava” tanto que a noite parecia dia, a luz causou curiosidade ao feito, que ao investigar, dizia que era um “montão” de vagalume. Contaram ao fazendeiro que a menina havia achado a botija de ouro do tempo de Carlos Magno, ela sabiamente se recusou a entregar a botija de ouro, sempre que perguntada falava que era um “tantão” de vagalumes que estaria no brejo.

O fazendeiro ordenou que escavasse o brejo até encontrar a botija, mas só encontrava vagalumes, então, ordenou ao feitor que colocasse a escravinha no tronco, passasse mel para que as formigas de barrigas listradas comesse a pequena

durante a noite, eis então que ao anoitecer, apareceu um monte de vagalumes e deixou a noite clara como o dia, impedindo que as formigas roesse ela, e isso se repetiu por muitas noites, até que a negra pequena ficasse tão magra que conseguisse a escapar das amarras no tronco. Todas as noites, por centenas de dias, ao ser castigada, o senhor perguntava sobre a botija, e a mesma se recusava a falar. Neste momento da história fica claro o aspecto da resistência negra.

Por fim, e o autor buscando o final do conto, ele narra que o senhor sempre mandava esperar até a noite que vem e assim castiga-la novamente. Ao fugir a pequena sofredora resolveu entregar a botija ao seu senhor, explicou como a funcionava para fazer moedas, não explicou como parar. O fazendeiro “danou” a fazer dinheiro, fez tanto que a casa grande começou a afundar. Afundou tanto que fez um grande buraco que causava curiosidade na vizinhança. Os negros conseguiram se libertar e nomeou a pequena preta de “Espera a Noite que Vem”.

O Conto traz intrincado me si os horrores da escravidão e também fala sobre resistência negra e outros aspectos pertinentes da presença da escravidão no Brasil.

## 5 | A AÇÃO EDUCATIVA EMANCIPADORA

A oficina ocorreu na quadra poliesportiva professora Célia Mello, localizada na parte posterior da Cooperativa Educacional de Eunápolis e teve como público alvo as turmas do 3º, 4º e 5º anos (matutino e vespertino). As atividades foram desenvolvidas no turno matutino das 07:00 às 10:00 horas e no turno vespertino das 13:00 às 16:00 horas. O tempo foi pensado em sintonia com as demandas escolares regulares e buscando um momento que não se tornasse cansativo para o grupo.

Iniciamos as atividades com a apresentação dos componentes da oficina, do curso em que estávamos inseridos e do objetivo da oficina. Em seguida, realizamos uma sondagem dos conhecimentos que as crianças já possuíam sobre a presença africana no Brasil e fizemos uma dinâmica conhecida popularmente como “seu mestre mandou” para fazer uma alusão a relação de subordinação entre escravos e senhores. Esta parte inicial se buscou evidenciar que a relação de subordinação não era fácil aos africanos e também se explicou posteriormente as formas de enfrentamento a esta condição de escravizados.

Após esse momento inicial apresentamos numa espécie de circuito da leitura<sup>3</sup> o conto afro-brasileiro escolhido previamente: *A botija de ouro*, e a partir daí, juntamente com o que a turma destacou, levantamos temáticas abordadas pelo conto para que iniciássemos um bate-papo que proporcionasse uma compreensão de como viviam estes africanos no Brasil, e como se dava a relação entre estes e seus senhores e por consequência os horrores da escravidão.

Numa conexão com a presença africana discutida, contextualizamos sobre a

---

3. As páginas do livro foram penduradas em uma corda com pegadores e o conto foi explicado com os alunos seguindo umas das ministrantes da ação, buscava-se dinamicidade e fora alcançada.

influência do povo negro africano na formação da cultura brasileira, dando ênfase aos aspectos culturais e inserimos as fontes imagéticas neste momento. As imagens escolhidas com afincos priorizaram aspectos positivos entendendo que imagens do povo africano no tronco ou situações similares já são vulgarizadas nesta temática. Como forma de dinamizar a oficina, e evidenciar positivamente os modos de ser oriundos da presença africana, proporcionamos um momento de roda de capoeira em que os alunos puderam participar diretamente. Este momento pode ser considerado na ação, como um momento surpresa, mediante a adesão total dos presentes. Houve de fato, uma aproximação singular entre os agentes da roda de capoeira e os alunos de pouca idade, completamente dispostos a participarem desta cultura. Apuramos que para muitos e muitas era algo novo. O desfecho final da oficina foi realizar uma etapa com a realização de desenhos em sintonia com as questões abordadas na oficina.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de oficina aqui apresentada teve como foco a aprendizagem dos alunos sobre aspectos específicos na relação África – Brasil, por meio da literatura, dinâmicas, e imagens que permitiram aos alunos estabelecerem relações elementos que compõem nossa cultura e nossa história.

Observamos também na prática a importância do ensino da história afro-brasileira e o rompimento com padrões tradicionais de ensino que privilegiam apenas a cultura do colonizador branco e europeu. Entendemos que a ação relatada foi de singular importância para que jovens de pouca idade construam conceitos e saberes observando diversos povos e suas importâncias e seus passados.

Por fim, acreditamos que realizamos uma ação educativa emancipadora e acreditamos em um mundo mais igual.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, R. A. **Literatura afro e/ou negro-brasileira na sala de aula: propostas de leituras do texto literário**. In: MELO, C. A.; SANTOS, L. Letramento literário e formação do leitor: desafios e perspectivas do PROFLETRAS. João Pessoa: EdUEPB, 2015.

BURKE, Peter. **Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre**. São Paulo: UNESP, 2009.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. Formação de Professores e Ensino de História: Perspectivas e Desafios. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano VII, n. 77, out. 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/077/77cerezer.htm>>. Acesso em: 25 set. 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 50ª edição. Global Editora. 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. **A constituição de saberes pedagógicos na formação inicial do professor para o ensino de história na educação básica**. In: Fóruns Contemporâneos de Ensino

de História do Brasil. Uberlândia, 2014.

GONÇALO, Sandra Regina Pereira; MELO, **Carlos Augusto**. **Uma proposta de intervenção para o ensino da literatura afro-brasileira nas aulas de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental**. Letras & letras. v. 33, n. 1. 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

MACHADO. Rosângela. **Educação Inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar**. In. MANTOAN. Maria Teresa Egler. (org.) O Desafio das diferenças na escola. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVA, Anderson. **A História da África nos bancos escolares: Representações e imprecisões na literatura didática**. Estudos Afro – Asiáticos, Ano 25, nº 3, 2003, pp. 421-461.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: Identidade e Saberes da Docência**. In: \_\_\_\_\_. Saberes pedagógicos e atividade docente. ( org). 8.ed - São Paulo: Cortez, 2012.

RAMOS. Lázaro. **Na minha pele**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS. Joel Rufino dos. **A Botija de ouro**. Cidade. São Paulo: ATICA. 1998.

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: OS ARQUIVOS ESCOLARES COMO POSSIBILIDADE DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS

### **Vanessa Campos Mariano Ruckstadter**

Universidade Estadual do Norte do Paraná,  
Centro de Ciências Humanas e da Educação,  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
(PPEd)  
Jacarezinho – Paraná

### **Janete Leiko Tanno**

Universidade Estadual do Norte do Paraná,  
Centro de Ciências Humanas e da Educação  
Jacarezinho – Paraná

### **Flávio Massami Martins Ruckstadter**

Universidade Estadual do Norte do Paraná,  
Centro de Ciências Humanas e da Educação,  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
(PPEd)  
Jacarezinho – Paraná

Texto Originalmente apresentado e publicado nos Anais do XIII Congresso Iberoamericano de História da Educação (CIHELA/2018).

**RESUMO:** Este texto discute a relação entre guarda e preservação de bens culturais regionais, a partir da interlocução entre patrimônio documental e História da Educação, especialmente nos trabalhos com arquivos escolares e que incidem no projeto de constituição do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CEDHIS) da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), *campus* Jacarezinho, que, por outro lado, aposta na

produção de outras memórias de grupos diversos a partir das pesquisas realizadas no âmbito do próprio Centro de documentação. Nesse sentido, mais do que guardar papéis, o centro de documentação preserva memórias múltiplas que podem servir para diferentes propósitos e a intenção aqui é indicar alguns caminhos para a democratização do acesso aos bens culturais, às memórias diversas, em especial, por meio de um trabalho com os arquivos escolares. Destaca-se a necessidade de preservação do patrimônio documental de uma forma geral e da instituição escolar em particular, bem como a importância da organização, conservação e divulgação dos documentos presentes nos arquivos escolares como parte constituinte da preservação do patrimônio documental nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação. Educação Patrimonial. Arquivos Escolares. Bens Patrimoniais.

HISTORY OF EDUCATION AND HERITAGE  
EDUCATION: THE SCHOOL ARCHIVES AS  
A POSSIBILITY OF CULTURAL PROPERTIES  
PRESERVATION

**ABSTRACT:** This text discusses the relation between the guard and preservation of the regional cultural properties, from the interlocution

of documentation heritage and History of Education, especially of the work with school archives that focuses on the project of the Documentation and Historical Research Centre's (CEDHIS) constitution in the State University of the North of Paraná, campus Jacarezinho, that, on the other hand, purposes on the production of several groups' other memories from the researches made under the Documentation Center itself. In this sense, more than storing papers, the Documentation Centre preserves multiple memories which can serve to different purposes and the intention here is to indicate some paths to the democratization of the cultural properties access, to the various memories, especially through the work with school archives. Stands out the necessity of the documentation heritage preservation generally and of the school institution particularly, as well as the importance of the organization, conservation and divulgation of the documents maintained on the school archives as a constitutive part of the national documentation heritage preservation.

**KEYWORDS:** History of Education. Heritage Education. School Archives. Heritage Properties.

O objetivo deste texto é apresentar a possibilidade de preservação e divulgação dos bens culturais regionais a partir da interlocução entre História da Educação e Educação Patrimonial, especialmente nos trabalhos com arquivos escolares. Trata-se da apresentação dos resultados parciais da investigação realizada no âmbito da implantação do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CEDHIS) da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus Jacarezinho, desenvolvida de modo interdisciplinar entre docentes e discentes dos cursos de História e Pedagogia. Hodiernamente, mais do que em qualquer época, a preocupação com a preservação da memória nacional, das tradições do nosso povo e das mais diversas manifestações culturais do país, é cada vez maior. Fundar museus, tomar monumentos, formar arquivos, enfim, criar os mais diversos e diferentes “lugares de memória”, lembrando Nora, parece ser a urgência de todos os países. Essa ânsia pela preservação das mais diversas manifestações culturais – material ou imaterial – dos mais diversos grupos que compõem a sociedade, também se verifica no Brasil e pressupõe, entre outras coisas, que as políticas de proteção, rumam em direção a uma maior democratização dos bens patrimoniais.

A necessidade de se criar museus, de preservar a memória de um povo, entre outros, nasce com o estado moderno e a constituição das nações cujas identidades precisavam ser estabelecidas e fortalecidas. No mundo atual, tal necessidade tornou-se mais premente diante das perdas das memórias espontâneas e diante de um mundo globalizado que nos faz voltarmos ao local, ao grupo, àquilo que de alguma forma nos identifica o que por sua vez nos impele a guardar, a preservar a cultura familiar, grupal, étnica, regional e enfim, nacional. A partir destas perspectivas caminha o projeto do Grupo de Pesquisa intitulado, “Preservação dos bens culturais: história, memória, identidade e educação patrimonial”, que visa a preservação do

patrimônio cultural da região denominada, historicamente, “Norte Pioneiro”<sup>1</sup> do estado do Paraná, que por sua vez está inserido em um projeto institucional mais amplo que é a constituição de um centro de documentação na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). A partir das investigações realizadas por docentes e discentes no âmbito do projeto em questão, pode-se perceber a importância dos arquivos escolares e da preservação de seu acervo documental no contexto da educação patrimonial. Tais arquivos e sua ampla geografia documental se apresentam como importante possibilidade de preservação dos bens culturais regionais, e que colabora para a compreensão da própria história da escola, de modo mais específico, e da própria história da educação brasileira, de modo mais amplo.

Este texto também é resultado das investigações do grupo de pesquisa “História, Sociedade e Educação no Norte Pioneiro” (HISTEDNOPR), Grupo de Trabalho (GT) do Grupos de Pesquisa e Estudos Nacional “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR). Uma parte dos resultados alcançados até agora foi o levantamento e catalogação que resultaram em Guias de Fontes dos arquivos das instituições escolares pesquisadas, disponibilizados tanto para a comunidade escolar bem como a todos os interessados na rede mundial de computadores. Os arquivos escolares podem cumprir um importante papel: o de preservação de fontes documentais que, para além de seu valor administrativo, possuem um valor histórico e cultural<sup>2</sup>.

Para entendermos o percurso da trajetória desse trabalho, apresentamos inicialmente, o processo de implantação do CEDHIS, que teve início no ano de 2012 a partir das necessidades dos cursos da área de Ciências Humanas e da História, em particular, no que diz respeito às pesquisas científicas e, portanto, ao acesso às fontes para as mesmas. Paralelo a isso, o bispo responsável pela Mitra Diocesana da cidade de Jacarezinho - Paraná, cedeu documentos diversos relativos às atividades de dois seminários sob sua responsabilidade, gerando o fundo da Mitra Diocesana como o primeiro do Centro de Documentação, que além de documentos relativos às atividades da Igreja Católica no âmbito da Diocese de Jacarezinho, também possui fontes referentes às atividades escolares dos antigos seminários. A partir desses primeiros passos concretizados, docentes do curso de Pedagogia passaram também a se interessar pelos trabalhos do Centro de Documentação,

---

1. A denominação Norte Pioneiro faz parte de uma divisão da região norte do estado do Paraná realizada a partir do seu processo de colonização que a divide da seguinte forma: norte velho ou norte pioneiro, norte novo e norte novíssimo. Tal divisão, criticada por Nelson Tomazi (1997), como prolongamento do discurso “norte do Paraná” foi visto por ele como uma construção ideológica que justificava a (re) ocupação dessa região que, segundo a elite e o governo estadual, se expressava como um vazio demográfico e, portanto, passível de ser explorada pelos fazendeiros, sitiantes, posseiros, etc, no processo capitalista de venda e produção da terra, desconsiderando os nativos, os primeiros habitantes como os Caingangue e Xetá que foram dizimados no processo de (re) ocupação. Geograficamente falando, o norte pioneiro localiza-se na região nordeste do estado do Paraná. Todavia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utiliza a nomenclatura: mesorregião do Norte Pioneiro. Por essa razão, apesar de concordarmos com a crítica e pontuá-la, este texto adota em alguns momentos tal denominação, pois a região é identificada de tal forma na legislação e Políticas Públicas.

2. Os Guias de Fontes estão disponíveis para consulta no endereço: <http://histednopr.blogspot.com/>

com um olhar voltado para a história das instituições escolares e da educação na região. Mas, qual o sentido da preservação do patrimônio documental de modo tão localizado ou regionalizado? Tal esforço se justifica na medida em que consideramos que é possível construir conhecimento global a partir dos estudos locais e regionais. Segundo Sousa (2012), o debate em torno da preservação do acervo documental é crescente no país. Todavia, segundo a mesma autora, se nos grandes centros essa tendência têm resultado em experiências cada vez mais bem-sucedidas, no interior temos enfrentado grandes desafios:

Com efeito, a despeito de diversas tentativas e iniciativas de organizar instituições voltadas para a guarda de memória local e regional, temos conseguido fazer muito pouco – ou quase nada – se considerarmos a dimensão e a riqueza do nosso patrimônio histórico e o crescente processo de destruição a que se encontra submetido. (SOUSA, 2012, p. 127).

Ao reunirmos docentes de diferentes áreas do conhecimento como História, Letras, Pedagogia e Direito, algumas questões passaram a ser colocadas e entre elas, a de qual seria o norte temático e metodológico deste centro em formação que pudesse atender às necessidades e demandas destes cursos. Resposta difícil, e que nós acreditamos que não está fechada, visto que ainda estamos definindo alguns parâmetros que possam ajudar nessa tarefa e entre eles, algo que pensamos ser fundamental para a compreensão da própria instituição que abriga o Centro, é sua delimitação regional, isto é, pretende-se reunir, preferencialmente, documentos, de suportes variados, relativos à região nordeste (ou como foi consagrado pela historiografia tradicional<sup>3</sup>, o Norte Pioneiro) do estado do Paraná, onde está localizado o CEDHIS. Além dessa questão de ordem geográfica que não é aleatória porque, em grande parte, define e explica muito da história da região, das instituições escolares e de outras inseridas na mesma localidade, a opção por essa delimitação justifica-se também porque todos os fundos recebidos, até o momento, dizem respeito à sua história e à sua memória. Além do fundo da Mitra Diocesana de Jacarezinho/Pr., a UENP, recebeu no ano de 2013, um grande acervo bibliográfico e documental de familiares de antigos fazendeiros da região, como é o caso do fundo José Antônio da Costa Lima que possui cerca de 15.000 exemplares de obras em diversas áreas como História, Filosofia, Economia e Literatura e ainda o fundo Fazenda das Antas, que contempla livros e documentos relativos à história da Companhia Agrícola Barbosa Ferraz e de seu fundador, o fazendeiro Antônio Barbosa Ferraz Jr. Tais fundos são extremamente significativos para o estudo da região, cuja historiografia, isto é, uma escrita científica e que busca explorar pontos de vista diversos, ainda está para ser feita, visto que as poucas produções existentes são memorialísticas e reprodutoras da visão das elites que ocuparam e exploraram a região.

Nessa direção, localizar, reunir, catalogar e disponibilizar um vasto conjunto de documentos para os pesquisadores de diferentes áreas, torna-se imprescindível, em especial, porque tais acervos estão nas mãos de particulares, reunidos em diversas

3. Sobre o assunto ver mais sobre no livro de WACHOWICZ (2001).

casas de antigas famílias de fazendeiros e moradores da região, e mesmo em certas instituições, cujos acessos são restritos. É impressionante verificar que apesar de possuir um curso de História situado na cidade de Jacarezinho<sup>4</sup>, há quase 60 anos, uma história mais crítica sobre a região, sua política, economia e os diversos aspectos sociais e culturais que a envolvem ainda não foi feita, e o que prevalece é um discurso elitizado e conservador sobre o papel das instituições, consubstanciadas em práticas de mesmo teor pelos diferentes setores da sociedade, indicando a força desses grupos na região, até o momento.

Diante do reconhecimento de tal contexto, que precisa ser mudado, o Centro de Documentação cumprirá também um papel político, além de científico, intelectual e produtor de conhecimento, visto que terá uma função primordial ao abrigar um vasto conjunto documental referente à história da região nordeste do Paraná, suas instituições, sua formação histórica, política, econômica e social possibilitando sua reescrita sob outros parâmetros que não os interesses políticos e econômicos de um setor da sociedade, em detrimento das outras histórias, dos mais diferentes grupos étnicos e sociais que habitam o lugar. Retomando a questão acima elencada, e diante do exposto, o norte temático e metodológico estará ligado ao recorte regional e a um acervo, predominantemente, escrito. Cumpre, porém, esclarecer que existe já um considerável conjunto de fotografias e algumas fontes orais, produzidas no âmbito de algumas pesquisas de graduação com a história da região. Pensamos que a história oral pode ser uma metodologia muito útil na constituição de fontes, em especial, as fontes orais que se referem a assuntos que possuem pouco ou quase nenhum documento escrito que possa subsidiar pesquisas.

Corroborando a importância do Centro de Documentação da UENP, lembramos o descaso do poder público e da iniciativa particular com os documentos provenientes da gestão de suas instituições e empresas, visto que, por exemplo, em um pequeno levantamento realizado junto às prefeituras locais de algumas cidades como Jacarezinho e arredores, todos localizados na região nordeste do Paraná, nenhuma tinha um arquivo municipal ou um centro de documentação, dificultando, desse modo, o acesso das pessoas à informação. Diante desse quadro, ressaltamos que um centro de documentação desempenha um papel de catalisador das demandas da própria sociedade em relação à sua ânsia por guardar e preservar determinada memória. Mais claramente, estamos falando do papel fundamental do CEDHIS que, a partir do momento em que a comunidade acadêmica e mesmo pessoas de fora dela, ficaram sabendo que havia a preocupação por parte de uma instituição pública ligada ao ensino e à pesquisa em guardar, preservar e disponibilizar documentos relativos à região, ofereceram indicações e mesmo acervos inéditos para o CEDHIS.

Ao tratarmos de um centro de documentação, faz-se necessário ainda assinalar

---

4. O curso de História nasceu em 1958, e fazia parte da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho até 2008, quando sofreu processo de encampação pelo governo estadual, juntamente com outras fundações localizadas nas cidades vizinhas de Cornélio Procópio e Bandeirantes e formaram a Universidade Estadual do Norte do Paraná.

sua importância para o ensino e para a pesquisa em diferentes áreas do conhecimento para uma universidade:

No que se refere à pesquisa e ao ensino, a manutenção de órgãos especializados de apoio informativo e de espaços voltados para a reflexão e a produção de estudos interdisciplinares é requisito para a renovação e o aprimoramento institucional e para o avanço do conhecimento científico, particularmente no que diz respeito aos métodos de trabalho, geram a necessidade de criar bases sólidas de informação, que se impõem como condição indispensável ao desenvolvimento institucional, científico e cultural, sob pena de comprometer a produção acadêmica no que se refere à sua inserção num circuito informacional mais amplo, nacional e internacional. Os centros especializados permitem que a investigação científica assuma o verdadeiro caráter coletivo de realização e, principalmente, que se desenvolvam trabalhos de vanguarda, responsáveis pela valorização do pensamento crítico e pela ampliação de uma consciência social, imprescindíveis à capacidade de auto-organização de todo conjunto social. (CAMARGO, 2003, p. 26).

Ultrapassando os muros das instituições de ensino, lembramos também da ampla função social dos centros, arquivos, museus e bibliotecas, enquanto instituições que devem servir às diferentes demandas dos diversos grupos sociais.

Dentre os objetivos do projeto de implantação do centro de documentação está o de promover a preservação dos bens culturais do nordeste do Paraná, bem como estimular a produção do conhecimento entre alunos de graduação e pós-graduação, da área de Ciências Humanas e da Educação, além de facilitar o acesso dos documentos relativos à história e à memória da região a todos os interessados.

Além desses, outros objetivos ainda se colocam, tais como: a) Iniciar alunos de graduação no conhecimento básico da arquivística como higienização, organização e catalogação de documentos de suportes variados; b) levantamento de documentos relativos à história, à cultura e à educação na região; c) levantamento de fontes para a História da Educação e das instituições escolares na região; d) contribuir para a construção de uma cultura de preservação dos bens culturais regionais.

Ao contemplar tais objetivos e realizar trabalhos de pesquisa com alunos de graduação e pós-graduação e ainda buscando atender as demandas da população na busca de informações, realizando uma função social mais ampla, acreditamos que estamos também realizando um trabalho de educação patrimonial. Esse trabalho acontece sobretudo por meio do incentivo à preservação consubstanciada nos atendimentos das necessidades dos pesquisadores de diferentes áreas, mas também da população em geral.

A questão da educação patrimonial explicita-se melhor ao pensarmos nos arquivos escolares e seus diversos usos por pesquisadores, mas essencialmente, por professores e alunos da própria escola que podem conhecer melhor a história da instituição onde estudam e trabalham, às vezes, por décadas e, dessa forma, criar um estímulo para a guarda e preservação dos mais diferentes bens culturais, materiais e imateriais, não somente entre seus muros, mas também na comunidade que a circunda.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), afirma que a educação patrimonial, [...] constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (BRASIL, s.d/ s.p.).

Compreendemos a partir desta definição de educação patrimonial a importância dos arquivos escolares como forma de preservar a história da escola, bem como as referências culturais que dizem respeito à comunidade que a frequenta, além da possibilidade, a partir do acesso aos documentos de seu próprio arquivo por meio de pesquisas sobre temas diversos, do alargamento da noção de patrimônio e de como este faz parte das identidades construídas pelos membros da comunidade escolar.

Para além da relação entre educação patrimonial e arquivos escolares, estes têm apresentado desafios e, concomitantemente, possibilidades de ampliação e diversificação de temas e problemas para a História da Educação. Cada arquivo permanente tem em seu acervo uma ampla diversidade de tipos de documentos, que possibilitam, do mesmo modo, diferentes olhares a fim de compreender a escola como uma unidade de ação. Partimos da compreensão de que, ao mesmo tempo em que reproduz, a escola produz modos de fazer e pensar a sociedade em um movimento dialético. Nessa perspectiva, mais que compreender a história da instituição, as fontes documentais sob a salvaguarda das escolas possibilitam a compreensão de uma determinada sociedade e época histórica.

Nesse sentido, o objetivo desta parte final do texto é apresentar uma discussão acerca da importância dos estudos com a temática das instituições escolares, os desafios e as perspectivas neste tipo de pesquisa a partir do exemplo de duas pesquisas ligadas ao CEDHIS. No âmbito do projeto de pesquisa ligado ao Centro, alguns objetivos foram definidos especificamente acerca da sistematização de fontes para a História da Educação na região denominada “Norte Pioneiro”. Dentre eles, destacamos dois: levantar e catalogar os documentos relativos à história, cultura e educação na região Nordeste do Paraná e sistematizar as fontes para a História da Educação e das instituições escolares a fim de disponibilizar para consulta pública. O projeto faz parte dos esforços de dois Grupos de Pesquisa da UENP empenhados em levantar e catalogar fontes históricas na mesorregião Norte Pioneiro do Estado do Paraná: “Preservação dos bens culturais: história, memória, identidade e educação patrimonial” e Grupo de Trabalho (GT) do “Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR, GT Norte Pioneiro – HISTEDNOPR.”

No caso específico do levantamento e constituições de fontes para História da Educação e das instituições escolares, o registro sistematizado das histórias locais representa a preservação da memória, uma das dimensões do processo de

constituição da identidade das instituições, possibilitando a compreensão histórica dos fenômenos educativos. (NÓVOA, 2005).

Aproposta destes projetos no contexto de instalação do Centro de Documentação foi fazer, em uma primeira etapa, a localização e a catalogação de fontes documentais e dos registros das unidades escolares na região nordeste do Paraná, bem como a coleta de depoimentos que permitissem a construção de um conjunto de fontes para história e historiografia educacional local. Até o momento foi possível realizar a catalogação em dois arquivos escolares, que resultaram em dois guias de fontes. Além do trabalho de catalogação nos arquivos, foram levantadas algumas fontes iconográficas, e, no último Congresso Brasileiro de História da Educação, promovido pela Sociedade Brasileira de História da Educação, algumas dessas imagens compuseram uma exposição relativa às imagens da educação no Estado do Paraná.

O recorte para o estudo dessas instituições na região a partir de seu acervo documental foi iniciar pelas instituições de formação de professores na região. Desse modo, foram catalogadas as fontes documentais para o estudo da Escola Normal das cidades de Jacarezinho e Santo Antônio da Platina, no âmbito de dois projetos de Iniciação Científica, intitulados “Fontes para o estudo da Escola Normal e do Curso de Formação de Professores na cidade de Jacarezinho, PR” e “O Processo de Implantação do Colégio Estadual Rio Branco de Santo Antônio da Platina do Estado do Paraná (1945)”<sup>5</sup>.

Ambos os projetos se pautaram no levantamento, sistematização e catalogação de documentos para compor um guia de fontes elaborado com a localização das fontes nos arquivos permanentes das instituições<sup>6</sup>.

As duas pesquisas se desenvolveram a partir dos arquivos permanentes de duas escolas estaduais: Colégio Estadual Rui Barbosa e Colégio Estadual Rio Branco, nas cidades de Jacarezinho e Santo Antônio da Platina, respectivamente. Inicialmente foram realizadas visitas aos arquivos das escolas para a angariação dos documentos, bem como leituras sobre as instituições educacionais e os arquivos escolares, a fim de subsidiar o trabalho de levantamento e catalogação. Uma das premissas foi a de que:

Fontes são documentos, registros, marcas e vestígios deixados por indivíduos, por grupos, pelas sociedades e pela natureza que representam ou expressam uma determinada forma de ser da matéria, seja ela natural, humana ou social em seu processo de contradição e transformação. O acesso a elas torna-se um meio de conhecer o passado, permite desvendar os hábitos, os costumes, a produção, a distribuição e o consumo, a forma de organização de indivíduos e das sociedades, enfim, de conhecer o modo de sobrevivência (ORSO, 2013, p. 43).

Nas instituições escolares, essas fontes documentais estão presentes em

5. Projetos orientados pela profa. Dra. Vanessa Campos Mariano Ruckstadter e desenvolvidos por Mônica Delfina Lauro Barbosa, Estefane Gonçalves e Marcela Cristina Gonçalves de Oliveira.

6. Os dois catálogos foram disponibilizados para consulta da comunidade escolar e da sociedade em geral na rede mundial de computadores no endereço <http://histednopr.blogspot.com.br/2014/11/catalogo-de-fontes-do-colegio-estadual.html>.

arquivos, comumente chamados de arquivos “mortos” nem sempre organizados, tampouco acondicionados em lugares adequados. Nas duas pesquisas realizadas também se faz necessário destacar que o próprio arquivo adquiriu um sentido de fonte, uma vez que eram alunos de graduação em iniciação à pesquisa científica, o que possibilita um primeiro contato com fontes históricas documentais, em um momento de predominância do acesso à informação por meio de leituras de segunda mão, interpretações realizadas por outrem. Faz parte do processo de formação do pesquisador o contato com as fontes documentais mesmo antes do exercício de interpretação, que podem e devem acontecer em etapas subsequentes de sua formação. Dessa maneira, o principal intuito desses levantamentos foi iniciar junto aos estudantes de graduação, tanto do curso de Pedagogia quanto de História, um trabalho de preservação de fontes:

Os arquivos são fundamentais para preservação das fontes, o que equivale a dizer para a preservação da própria história [...] preservar fontes significa preservar a própria história do homem, que nada mais é do que o seu processo de transformação ao longo do tempo, suas relações, sua forma de ser. (ORSO, 2013, p. 45).

O trabalho com arquivos escolares apresenta um duplo desafio. Primeiro, podemos destacar algumas questões de ordem prática, tais como: falta de organização das instituições brasileiras que não foram habituadas a preservar sua memória, falta de espaço para acomodação e conservação dos objetos e possíveis descartes de fontes importantes, em caso de arquivo digital a frequente obsolescência das tecnologias que dificultam a preservação dos meios e conservação (SAVIANI, 2005). No caso de arquivos já organizados, apesar de aparentemente facilitar novas pesquisas, podem também ser um entrave pela falta de critérios na catalogação (ZAIA, 2005).

Segundo, no tocante aos aspectos teóricos, o limite reside em superar reducionismos, sobretudo “[...] particularismo, culturalismo ornamental, saudosismo, personalismo, descrição laudatória ou apologética [...] A dificuldade principal reside exatamente aí: conseguir evidenciar, de forma conveniente, o movimento real da sociedade.” (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 355).

Há a predominância de trabalhos que centram suas análises a partir da perspectiva da história cultural, ou nova história, disseminando conceitos como os de “cultura escolar” e “práticas escolares.” No entanto, em que medida “[...] o foco nas culturas particulares não estaria mascarando as características distintivas de uma sociedade considerada em seu conjunto ou a cultura de determinada época histórica e, além disso, da própria humanidade?” (SAVIANI, 2013, p. 14). Dessa maneira, partimos do pressuposto que preservar o acervo documental dos arquivos escolares é preservar o patrimônio documental em seus aspectos históricos e culturais. Para além de preservar a história e a memória de uma instituição, as fontes que compõem a vasta bibliografia presente nos arquivos permanentes das escolas colaboram para

a preservação de um patrimônio de toda a comunidade, de modo específico, bem como o patrimônio documental nacional. Assim, o trabalho investigativo com o acervo documental de uma instituição escolar necessita de alguns cuidados e passos. É urgente organizar os arquivos escolares, tarefa ampla e que tem sido atividade de vários grupos de pesquisa nacionais.

Destacamos as investigações 683 realizadas nos grupos de trabalho em todo o país do Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” - HISTEDBR, no sentido de mapear e constituir fontes para a compreensão da educação escolar brasileira.

Há ainda que se destacar que, ao realizar o primeiro contato, quase sempre há resistência por parte dos gestores. O acervo documental acaba por ser entendido apenas em seu valor administrativo, e sua guarda considerada apenas em seu aspecto legal. Não há valorização enquanto patrimônio documental, de seu aspecto histórico e cultural.

O acervo documental, arquivo histórico, que muitas vezes é visto como “arquivo morto” é composto por inúmeras fontes documentais escritas e iconográficas. Frente à importância desses acervos, o trabalho de preservação tem se detido sobre o arranjo e a organização dos espólios; prevendo a desinfestação, higienização, descrição e acondicionamento dos documentos dos arquivos. (MENEZES; MORAES, 2006, p. 447)

O trabalho que urge e necessita de um programa nacional de pesquisa é o de organização, higienização e catalogação dos documentos. A primeira etapa consiste, portanto, em preservar o patrimônio documental existente, antes que ele se deteriore devido às más condições de armazenamento. Foi nessa direção e com esse objetivo que as pesquisas ligadas ao CEDHIS tiveram seu início. Pode-se notar a partir das duas experiências aqui apresentadas que os documentos preservados são majoritariamente aqueles referentes aos registros de alunos, tais como atas de matrículas e boletins, por exemplo.

Para os catálogos foram considerados as seguintes categorias para classificação e localização das fontes: tipo de documento, data/período, localização (segundo critérios preexistentes no arquivo da escola e estabelecendo novos em parceria com o responsável pelo arquivo na escola) e breve descrição dos conjuntos documentais, bem como das condições de preservação e conservação do documento<sup>7</sup>.

A partir desses levantamentos iniciais e catálogos buscamos contribuir para a constituição de fontes para o estudo das instituições escolares no chamado “Norte Pioneiro”, de modo específico, mas também de estudos históricos sobre a própria região. Ainda são escassos os trabalhos sistematizados na região, e, entendemos que a implantação do Centro de Documentação, bem como os projetos desenvolvidos

---

7. Todos os documentos sobre as Escolas Normais de Jacarezinho e de Santo Antônio da Platina foram digitalizados, mas, por solicitação das escolas, não puderam ser disponibilizados para consulta pública, apenas para as pesquisas realizadas.

ligados a ele, podem subsidiar tantos outros a partir da salvaguarda e da preservação dos bens documentais na região, possibilitando, assim, a ampliação do diálogo entre Educação Patrimonial e História da Educação.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL. Educação Patrimonial.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 18 Dez. 2015.

CAMARGO, Célia Reis. Centro de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: **CPDOC: 30 anos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

MENEZES, M. C.; MORAES, C. S. **Preservação do Patrimônio Histórico Institucional: a importância dos acervos escolares no estudo da instituição.** Anais do 6º COLUBHE. Disponível em: [http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/38MariaCristinaMenezes\\_CarmenMoraes.pdf](http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/38MariaCristinaMenezes_CarmenMoraes.pdf). 445-455. Acesso em: 14 Jul. 2015.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método marxista dialético de investigação. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=421&path%5B%5D=427> Acesso em: 04 Set. 2013.

NÓVOA, Antônio. O Passado e o Presente dos Professores In: NÓVOA, Antônio (org.) **Profissão Professor**. 2º ed. Porto: s.l. 2005, p. 13-34. (Coleção Ciências da Educação).

ORSO, Paulino José. História, instituições, arquivos e fontes na pesquisa e na história da educação. In: SILVA, João Carlos da. Et al. (orgs). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Editora Alínea, 2013. p.33-48.

SAVIANI, Dermeval. Instituições de Memória e Organização de Acervos para a História das Instituições Escolares. In: DA SILVA, J. C. (et al.) (orgs.). **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013, p. 13-32.

\_\_\_\_\_. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, n. 4, p. 27-33, jan./dez. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382/363>> Acesso em: 04 Set. 2013.

SOUSA, M. A. S. de. Arquivos Educacionais: preservação do patrimônio e construção do conhecimento. In: CASIMIRO, A. P. B. S.; LOMBARDI, J. C.; MAGALHÃES, L. D. (orgs.). **A Pesquisa e a Preservação de Arquivos e Fontes para a Educação, Cultura e Memória**. Campinas/SP: Alínea, 2012, p. 127-136.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Norte do Paraná**. História e fantasmagorias. Tese de Doutorado (História). UFPR, 1997.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9ª edição, Curitiba:Imprensa oficial do Paraná, 2001.

ZAIA, Iomar B. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 10, jul./dez. 2005, p. 153-174. Disponível em: <http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/172>. Acesso em: 04 set. 2013.

## HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER: A ENTREVISTA COMPREENSIVA E AS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS DOS DISCURSOS DE MULHERES EDUCADORAS

**Roselia Cristina de Oliveira**

Doutoranda no PPGED/UFRN

Graduada em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Mestra em Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN. Bolsista CAPES

Rio Grande do Norte

rosecris9.rc@gmail.com.br

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4853704836448136>

**RESUMO:** Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa de Mestrado que trata da reinterpretação de um dos Movimentos de Educação Popular de 1960, no Rio Grande do Norte. Para o alcance desse objetivo, utilizamos fragmentos de discursos pronunciados por cinco mulheres que atuaram no projeto em diferentes segmentos. Analisamos como seus relatos possibilitam a reconstrução da História local bem como de suas trajetórias pessoais. O trabalho dialoga com a proposta de construção metodológica que mobiliza a análise compreensiva dos discursos e valoriza, de acordo com Wright Mills, a importância da dimensão artesanal de uma investigação e o reconhecimento das implicações de quem pesquisa com quem é pesquisado. Partindo da interpretação dos relatos, buscamos

compreender a rede de relações que circunda a equipe da prefeitura, que configura e desvela os sentidos do projeto, tal como é percebido na atualidade por essas protagonistas. Desenvolvemos este trabalho a partir da Metodologia da Análise Compreensiva do Discurso, entrelaçando a fala das entrevistadas com as teorias que o fundamentam. Acordando com Jean-Claude Kaufmann, consideramos que somente a transformação da metodologia num instrumento mais orgânico a serviço da teoria explicativa de cada pequeno mundo de relações humanas e singulares ligadas a grupos igualmente específicos e que expressam a diversidade social e cultural de nosso tempo, vamos atribuindo sentido a pesquisa e reconstruindo a História. Nesse sentido, conseguimos compreender o contexto histórico da década de 1960, a mobilização de parte da juventude local que ansiava pela transformação social e pela liberdade de expressão e os motivos que levaram a Polícia Política da Ditadura Civil-militar considerar a Gestão do prefeito Djalma Maranhão como aberta, popular e subversiva e todos os seus participantes enquadrados como transgressores da ordem política e social vigente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Falas; Mulheres-educadoras; Alfabetização; Memória; Subversão

**ABSTRACT:** This paper presents an excerpt from the master's research that deals with the reinterpretation of one of the Popular education movements of 1960 in Rio Grande do Norte. To achieve this goal, we used speech fragments pronounced by five women who worked in the project in different segments. We analyze how their reports allow the reconstruction of local history as well as their personal trajectories. The work dialogues with the proposal of methodological construction that mobilize the comprehensive analysis of the discourses and values, according to Wright Mills, the importance of the artisanal dimension of an investigation and the recognition of the implications of those who research with Who is researched. Based on the interpretation of the reports, we seek to understand the network of relations that surrounds the staff of the city, which configures and reveals the senses of the project, as is perceived nowadays by these protagonists. We developed this work from the methodology of comprehensive discourse analysis, intertwining the interviewees' speech with the underlying theories. Agreeing with Jean-Claude Kaufmann, we consider that only the transformation of the methodology into a more organic instrument at the service of the explanatory theory of each small world of human and singular relationships linked to equally specific groups and that Express the social and cultural diversity of our time, we are assigning meaning to research and rebuilding history. In this sense, we understood the historical context of the decade of 1960, the mobilization of part of the local youth that longed for social transformation and freedom of expression and the motives that led the political police of the Civil-military dictatorship Consider the management of Mayor Djalma Maranhão as open, popular and subversive and all its participants framed as transgressors of the current political and social order.

**KEYWORDS:** Speak; Women-educators; Literacy; Memory; Subversion

Esperamos com o presente relato contribuir para a reinterpretação da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, um dos movimentos de educação popular que eclodiram no Nordeste na década de 1960. Este projeto de alfabetização, foi desenvolvido pela Prefeitura de Natal, durante os anos de 1961 a 1964, na gestão do Prefeito Djalma Maranhão, se configurou num projeto amplo de mobilização popular, caracterizado pela efervescência política e cultural e se configurava numa perspectiva democrática, política e emancipatória.

A Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, foi considerada um instrumento de mobilização da Esquerda Potiguar, para a implantação do Comunismo no país. A partir do Golpe Civil-Militar de 1964, suas atividades foram suspensas, seus acampamentos destruídos. O prefeito e os funcionários da Secretaria de Educação e da Campanha foram presos e seus integrantes investigados, presos, fichados e/ou torturados como subversivos pelos órgãos de repressão que atuaram no Estado.

Esse movimento educacional teve amplo apoio popular e envolveu parte da intelectualidade local que passava a participar dos eventos político-culturais desenvolvidos em paralelo ao trabalho da alfabetização. Parte da juventude Potiguar que militava no movimento estudantil secundarista e universitário, trabalharam

como alfabetizadores, integrantes de igrejas Católicas e evangélicas, militantes de esquerda, representantes da Ação Popular, integrantes do Movimento de Educação de Base, jovens sonhadores e idealistas que ansiavam pela participação e pela transformação da realidade local, se mobilizaram.

O projeto buscava a erradicação do analfabetismo a partir da conscientização política e social e para isso utilizavam como ferramentas a alfabetização, a aproximação dos conteúdos que faziam sentido para os alfabetizandos, nas atividades educativas e culturais promovidas pela Diretoria de Cultura<sup>1</sup>, o entendimento acerca dos problemas sociais eram debatidos nos Círculos de Cultura na gestão de Djalma Maranhão.

Seus idealizadores se inspiravam nas lutas por direitos sociais e libertação nacional contra a opressão capitalista que fervilhavam no Brasil e na América Latina, enraizadas, sobretudo nas ideias democráticas e emancipatórias do educador Paulo Freire e inspirados nas propostas de educação e conscientização que mobilizavam o Nordeste na Década de 1960.

Nesse sentido, decidimos realizar um trabalho de pesquisa que proporcionasse uma reconstrução do período configurado por esta campanha educativa, fazendo ancoragem nos discursos das mulheres/educadoras, participantes das atividades desenvolvidas pela prefeitura, consideradas pelo Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, como subversivas. No contexto específico do Regime Militar, tentamos compreender os motivos que levaram essas mulheres/educadoras a se integrarem nas atividades da Campanha.

Para tanto, empreendemos uma análise compreensiva (KAUFMANN, 1996) da fala de cinco mulheres potiguares, de diferentes lugares sociais. Por meio de seus testemunhos, procuramos contextualizar o período em que se insere a Campanha, na cidade de Natal. Suas falas acerca da educação, cultura, e conscientização são veículos para a compreensão do contexto histórico em que se inseria o grupo articulador deste projeto e o lugar de participação de cada uma delas..

A trajetória de uma pesquisa resulta na compreensão de todo aquele que entra em contato com a sua produção. O percurso metodológico, como uma experiência de trabalho metódico, deve, por princípio, servir aos outros, Eco (1996, p.5), o que inclui clareza dos princípios e dos procedimentos escolhidos. Neste trabalho, utilizamos o conceito de configuração (ELIAS, 2001) definindo como padrão mutante e criado pelas mulheres educadoras, evidenciando, assim, a interdependência no grupo que articulava a Campanha educativa.

Ouvir e interpretar essas falas, significa, pa nós, compreendê-las na sua história. E através desta interpretação, possibilitar uma reconstrução individual e do grupo que participava ativamente das atividades da Campanha. Ao entrelaçar as falas das cinco mulheres/educadoras com os documentos referentes a época, verificamos que a rede de relações estabelecidas dentro da equipe permeava todo o contexto social

1. Estiveram à frente da Diretoria de Documentação e Cultura: Zila Mamede e Mailde Pinto Galvão.

e local.

Essa rede inseria-se, portanto, em um momento histórico específico, e assim sendo, buscamos compreender a rede de relações que circunda a equipe da prefeitura e, principalmente que configura e desvela os sentidos do projeto tal como é percebido na atualidade por essas protagonistas. Procuramos perceber de que maneira essas mulheres visualizavam sua prática educativa e política e como ocorria a efetiva participação de cada uma delas.

Ressaltamos que privilegiar a participação de mulheres como objeto de análise em uma pesquisa, proporciona a percepção da presença feminina cada vez maior em diferentes espaços e especialmente no que se refere ao período delimitado desta pesquisa. Pretendemos neste trabalho apresentar uma nova versão do período partindo da fala das protagonistas.

Compreendemos que no contexto desta pesquisa, “significa configurar o grupo que trabalhava na Campanha, no âmbito da sociedade local, considerando que o comportamento de muitas pessoas separadas, enreda-se de modo a formar estruturas entrelaçadas, tensas, mutáveis” (ELIAS, 2001, p.24).

Essas relações sociais que se desenvolveram no âmbito da Prefeitura, apresentavam a particularidade da escolha dessa equipe por meio de laços afetivos e ideológicos, assim “os atos de muitos indivíduos distintos, espacialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades “ (ELIAS, 1994, p. 23).

Assim, abordamos o tema da subversão como uma transgressão da ordem política e social estabelecida pelos militares. Durante esse período, o conceito de subversão foi utilizado abusivamente pelos responsáveis pela repressão. Segundo Arns (1986, p. 159), na visão dos representantes da ordem social, política e militar, “subverter é tentar transformar o que hoje existe, como o regime atual representa a vontade da nação, tentar muda-lo é pois, delito. E todo delito merece punição”.

Dessa forma, durante o período de vigência do regime militar efetiva-se uma estrutura de repressão que apresentava objetivos definidos e que passa a investigar e a julgar as ações desenvolvidas no período. As mulheres/educadoras foram consideradas subversivas porque suas ações foram interpretadas como de grande ameaça a ordem vigente.

Durante as décadas de 1950 a 1960 percebemos com relação ao comportamento feminino, ao visualizarmos os editoriais e matérias das Revistas que circulavam no período: O Cruzeiro, O Jornal das Moças, Querida, Vida Doméstica, Você, que “havia uma orientação, referências de papéis femininos, de modelo familiar a seguir, definições de regras de comportamento e convivência” (BASSANEZI, 1997, p. 609). Esses mecanismos de comunicação traziam, ao cotidiano da época, assuntos femininos, ideias sobre a diferença sexual predominante na sociedade que interferiam no comportamento de homens e mulheres.

Lembramos que até o início da Década de 1960, as atribuições masculinas e femininas eram bem definidas: a moral sexual diferenciada persistia e o trabalho da mulher cada vez mais comum, cercava-se de preconceito e considerado atividade inferior à função masculina. Assim, os homens continuavam dominando os espaços públicos e a mulher relegado ao espaço privado de seus lares.

Refletir sobre a participação das mulheres como sujeitos históricos possibilita a reflexão sobre o passado. Assim, é que as “reflexões sobre o passado demonstram que ele pode ser desvendado a partir de múltiplas questões, motivadas pelo presente” (MATOS, 1998, p. 68).

Nesse contexto da década de 1960, em Natal, jovens idealistas, homens e mulheres inseriam-se nas atividades mobilizadoras. A participação política dos jovens que se integravam ao projeto, ocorria vinculada a diversas correntes ideológicas circulantes, dentre elas estavam a Ação Popular - AP, o Partido Comunista Brasileiro - PCB, o Partido Comunista do Brasil - Pcdob, Socialistas, Nacionalistas, Progressistas e Cristãos.

Estes grupos, por meio da motivação, do envolvimento e da participação estavam vinculados aos movimentos educativos de Recife e Natal, que objetivavam proporcionar a conscientização política e social dos setores populares da nação sob a perspectiva de uma educação, que segundo Freire (1977, p. 12), “não é outra senão a de humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo”.

Vale ressaltar, que compreendemos o significado de projeto de alfabetização como um elemento da práxis política, considerando que a educação, era para o grupo que organizava a Campanha, uma bandeira do grupo, um espaço de construção coletiva. A fachada principal do Galpão das Rocas, onde funcionou o primeiro acampamento, reafirmava esse propósito: “A educação é um direito de todos: aqui isto não é uma frase, é uma realidade.



2. Imagem do Acampamento da Campanha cedida pela DHNET – Site vinculado à Rede de Direitos Humanos do RN. (Roberto Monte)

Tratar da relação entre democratização e alfabetização é evidenciar um trabalho desenvolvido a muitas mãos, com dialogicidade e entusiasmo<sup>3</sup> por parte de seus organizadores e participantes. A Campanha de pé no chão desenvolvia um trabalho dialógico com a comunidade, o que fundamentava a mobilização local e o envolvimento dos alfabetizadores.

Em nossa compreensão persistiam nesse entusiasmo, os resquícios da euforia desenvolvimentista dos anos 1950. Os *anos dourados* apresentavam, em sua configuração uma geração que ousava ultrapassar limites, buscando a liberdade pelo envolvimento e pela participação e engajamento. Dessa forma, o lema *conhecer para se libertar* integrava o cotidiano dessa juventude.

Escolhemos trabalhar com a Metodologia da Análise Compreensiva do Discurso, (KAUFMANN, 1996), na medida em que se trata de uma metodologia que objetiva a explicação compreensiva do social e baseia-se na palavra oral como elemento central na construção do objeto de estudo. A palavra oral é percebida como um ato concreto do sujeito, elemento chave da realidade social.

Partimos do pressuposto de que os homens são produtores ativos dessa realidade. No âmbito dessa metodologia, a entrevista é considerada um instrumento leve, que possibilita a construção da teoria como algo permanente, constituindo-se em um vai e vem contínuo entre os fatos e as hipóteses, evitando “qualquer norma de procedimento rígida” (MILLS, 1982, p. 240).

A abordagem compreensiva propõe que o pesquisador se envolva, ou seja, se torne um artesão intelectual<sup>4</sup> ao dominar e personalizar seus instrumentos e suas teorias no âmbito da pesquisa. Dessa forma, tornar-se um artesão intelectual, implica a dominação dos campos metodológicos e teóricos, permitindo que o objeto se construa pouco a pouco, por meio de uma elaboração teórica que ocorre a partir de hipóteses forjadas no/sobre o campo da pesquisa.

A entrevista compreensiva proporciona-nos a interpretação de discursos orais oriundos de um cotidiano inscrito na história, no contexto da ditadura militar, e de suas repercussões, provocadas pelos processos repressivos que levaram à extinção desse movimento pedagógico em Natal. De acordo com Silva (2002), o pesquisador deve ser capaz de interpretar a realidade a partir dos dados recolhidos, ou seja, construir um campo semântico e explicativo para os fenômenos sociais nos quais está debruçado.

Assim, a reconstrução da memória da época, partindo da fala das mulheres, dentro da metodologia escolhida, implicou na elaboração de planos evolutivos<sup>5</sup>,

3. Fazemos alusão, ao entusiasmo do grupo, associando ao conceito utilizado por Jorge Nagle (1976), que menciona a expressão entusiasmo pela educação como uma necessidade de alfabetizar o povo para a participação no sistema democrático de governo.

4. Esta expressão foi criada por Wright Mills, para quem “o artesanato é o centro de si mesmo e o estudante está pessoalmente envolvido em todo o produto intelectual de que se ocupe. Saber o que experimentar e isolá-lo; somente dessa forma pode esperar usá-la como guia e prova de suas reflexões, e no processo se moldará como artesão intelectual” (MILLS, 1982, p. 212).

5. Se constitui em um processo evolutivo da construção do objeto, a partir de uma questão inicial como guia. E esta

instrumentos de organização, guias na interpretação da fala dos sujeitos. Vale ressaltar, que ao longo do trabalho optamos pela preservação da identificação das mulheres e a utilização de códigos de identificação, para que não fossem expostas suas reais identidades e pudessem de alguma forma causar algum tipo de constrangimento.

## PROTAGONISTAS DA CAMPANHA

Nº	ATIVIDADE ATUAL	ATIVIDADE NA ÉPOCA	CARGO QUE OCUPAVA	VINCULAÇÃO PARTIDÁRIA	SITUAÇÃO DA ENTREVISTA
M1	APOSENTADA	FUNCIONÁRIA DOS CORREIOS	DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA	NÃO	RESIDÊNCIA / LOCAL TRANQUILO SEM INTERFERÊNCIAS
M2	ADVOGADA	ESTUDANTE DE DIREITO / MILITANTE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL	ALFABETIZADORA NOS ACAMPAMENTOS	PARTIDO COMUNISTA	RESIDÊNCIA / LOCAL TRANQUILO/ INTERFERÊNCIA DE FILHA
M3	MÉDICA	ESTUDANTE DE MEDICINA / MILITANTE DO MOVIMENTO AP / INTEGRANTES DE PROJETOS SOCIAIS	ALFABETIZADORA/ ATIVIDADES RELACIONADAS A SAÚDE/ INTEGRANTE DE GRUPO DE DISCUSSÃO DA CAMPANHA	AÇÃO POPULAR	SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO/ GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE/ SEM INTERFERÊNCIAS
M4	PROFESSORA	DIREÇÃO DE ESCOLA	PARTICIPAÇÃO DAS DISCUSSÕES PARA ELABORAÇÃO DA CARTILHA/ ALFABETIZAÇÃO	NÃO	RESIDÊNCIA DE FAMILIARES / SEM INTERFERÊNCIA
M5	PROFESSORA	PROFESSORA ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	DIRETORIA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	NÃO	RESIDÊNCIA / COM INTERFERÊNCIAS E TENSÃO

Acerca da interpretação compreensiva, pressupõe a definição de um quadro de amostra que integra a fase exploratória da pesquisa, objetivando a escolha dos informadores, evitando o desequilíbrio e o esquecimento de grandes categorias. Definimos critérios para o quadro acima exposto os seguintes itens: 1. A atividade atual; 2. Atividade da época; 3. Cargo que ocupavadurante o andamento do projeto; 4. Vinculação partidária; 5. O local; 6. A situação da entrevista. De acordo com esta metodologia, o pesquisador-artesão constrói seu objeto de estudo indo e vindo pelos sentidos atribuídos pelos sujeitos escolhidos à sua ação social.

Na fala das mulheres/educadoras, a participação nas atividades da Campanha era uma experiência magnífica, em relação a sociedade local, e como eram visualizadas, havia mágoa pelo desprezo e ignorância que foram tratadas a partir das prisões de 1964. As fichas e dossiês da Delegacia de Ordem Política e Social,

---

ação, implica em uma entrada no centro do sujeito.

que acusavam-nas de subversivas e comunistas provocavam revolta e indignação.

O preconceito, o medo, a violência simbólica, a exclusão social foram parte de suas vivências, deixando sequelas traumáticas que nunca foram totalmente superadas. Muitos jovens que trabalhavam na Campanha, não eram vinculados a partidos políticos. A acusação de “subversivos” ou de estarem articulando uma “Revolução Comunista” trouxe muitos problemas. Seus rostos foram expostos no Relatório Veras – Manual de Subversão<sup>6</sup>, e publicados nos jornais locais, para que toda a sociedade tivessem a certeza que uma revolução de esquerda estava se gestando na Prefeitura de Natal.

Percebemos ao longo desse trabalho, que a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, foi articulada com objetivos específicos, visando à transformação das condições sociais locais. Desse modo as redes de relações se apresentaram como elementos definidores para que os membros da equipe da Prefeitura se integrassem nesse projeto e buscassem empreender esforços para a alfabetização funcionar. O projeto foi tão exitoso que estimulou prefeitos de municípios vizinhos buscarem a Secretaria de Educação para possíveis parcerias.

Os jovens que se articulavam em diferentes propostas ideológicas, como a militância no Partido Comunista, no Movimento Estudantil, nas atividades sindicais, também abraçavam a causa da erradicação do analfabetismo participando integralmente na Campanha da prefeitura, independente das orientações de suas instituições.

O trabalho de alfabetização mobilizava a busca pelo diagnóstico dos problemas da comunidade, o combate a evasão escolar, a avaliação adequada, a dinamização e acessibilidade das bibliotecas itinerantes, as discussões nos círculos de cultura, a efetiva participação da comunidade atribuindo sentido as atividades. A arte e a cultura não foram deixadas de lado, com a valorização dos artistas locais e as manifestações culturais em sua pluralidade.

Além da possibilidade de uma reconstrução social, as atividades seriam elementos potencializadores para a promoção da liberdade individual e coletiva. Rago (2001, p. 164) admite que “a cultura tem uma função emancipadora, por isso mesmo, impõem-se salvar os valores positivos e todas as criações culturais vivas da humanidade, ameaçadas pela irrupção de forças irracionais, descontroladas e mórbidas”.

Apreendemos nesse processo de reconstrução da memória histórica da Campanha de pé no chão também se aprende a ler que as mulheres, pela participação ativa nas atividades que desenvolviam sofreram preconceitos constantes, no âmbito social e familiar durante a Campanha e após a sua destruição. O machismo esteve presente no cotidiano de suas relações sociais e familiares.

A ideologia que integrava a essência feminina presente nos anos dourados

---

6. Os Policiais de Recife, foram requisitados pelo Governador do Rio Grande do Norte, Aluízio Alves, único a promover uma investigação paralela ao Exército Brasileiro.

sopervalorizando o casamento e da dedicação ao lar, contrapunha-se à liberdade e à participação das mulheres nos movimentos estudantis, nos partidos políticos e nos movimentos sociais. A pesquisa também ofertou um olhar mais amplo acerca do contexto histórico da década de 1960, momentos significativos da história Potiguar que marcam as trajetórias das cinco mulheres entrevistadas. Seus olhares nos ofertaram um entendimento acerca das práticas educativas desenvolvidas no que concerne à alfabetização e as mudanças locais, percebidas pela busca dos recém alfabetizados por outras atividades, o que foi possível com a Campanha Dé pé no Chão também se Aprende uma Profissão, um avanço no tocante as novas dimensões do amadurecimento da Campanha que buscava alfabetizar e conscientizar.

A participação da juventude nos movimentos sociais, o trabalho com a alfabetização e a cultura, as prisões e torturas vivenciadas nos leva a pensar sobre o cenário político e social do país. Em suas falas, permaneciam, por um lado, a satisfação da participação e dos resultados expressivos transformarem a realidade local num curto espaço de tempo. Por outro lado, a revolta pela destruição do projeto, as prisões, acusações e delações de colegas, o abandono familiar e a exclusão social marcaram indelevelmente suas histórias de vida. O não dito como marcas deixadas pelas perdas irreparáveis, o sofrimento e a revolta movem seus relatos e suas memórias.

Nesse sentido, acordamos com Pollak (1988, p.5) que considera a existência das lembranças de uns e outros, zonas de sombras, silêncios e não-ditos. As fronteiras desses silêncios e não-ditos com esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.

Seus olhares e trajetórias nos ofertam um entendimento acerca das práticas educativas desenvolvidas no que concerne à alfabetização e às mudanças percebidas no contexto local a partir da aceitação do projeto pelo povo e dos avanços dos alfabetizados que começavam a desenvolver atividades profissionais nos centros criados pela Campanha. Suas falas permitem a compreensão de violência sexista exercida pela sociedade da época e pelos órgãos repressores, bem como as consequências de um momento histórico que marcou o passado recente de nosso país e que amplia o debate acerca dos movimentos socioeducacionais da década de 1960.

## REFERÊNCIAS

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais (1964-1984)**, Petrópolis: Vozes, 1986.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das Mulheres no Brasil**, 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo. Editora Perspectiva, 1996.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da**

**aristocracia de corte.** Tradução: Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

----- **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

----- **Educação como prática da liberdade.** 14ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.

----- **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2013.

----- **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

KAUFMANN, Jean-Claude. **L'Entretien Compréhensif.** Paris: Nathan, 1996.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Estudos de Gênero: Percursos e possibilidades na Historiografia Contemporânea.** Cadernos Pagu. Campinas, SP, p. 68, 1998.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica.** 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

OLIVEIRA, Roselia Cristina de. **Falas Silenciadas: Relatos de mulheres/educadoras sobre a Campanha de pé no chão também se aprende a ler.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal/RN, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989.

SILVA, Rosália de Fátima e. **A Entrevista Compreensiva.** Natal: DEPED, UFRN, 2002.

## ANEXO

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

#### TEMAS/ROTEIRO

##### A HISTÓRIA DO SUJEITO

1. A VIDA
2. OS SONHOS
3. AS IDEIAS DE ÉPOCA
4. OS PROJETOS

##### OS MOTIVOS

1. A ESCOLHA DE TRABALHAR COM EDUCAÇÃO
2. RAZÃO DE TRABALHAR NA CAMPANHA
3. COMO VÊ ESTAS RAZÕES
4. A POLÍTICA COM A EDUCAÇÃO

##### DEFINIÇÕES

1. DA CAMPANHA
2. PARTICIPAR DA CAMPANHA
3. PARTICIPAR DA CAMPANHA HOJE
4. DA POLÍTICA NA ÉPOCA
5. DA POLÍTICA HOJE

##### RELAÇÕES

1. DA CAMPANHA COM OS MOVIMENTOS
2. DOS POLÍTICOS COM A ÉPOCA
3. DA CAMPANHA COM O RÓTULO DE SER UM INSTRUMENTO DE SUBVERSÃO

4. EDUCADORA DETIDA
5. SER MULHER – EDUCADORA- ROTULADA DE COMUNISTA

#### O PROVÁVEL

1. SE TUDO FOSSE DIFERENTE
2. COMO PODERIA TER SIDO

LEMBRAR: A UNIDADE DE REFERÊNCIA APRESENTADA NESTE TRABALHO SÃO AS MULHERES. O OBJETIVO POR MEIO DAS SUAS FALAS E DOS SENTIDOS EVIDENCIADOS, COMPREENDER E EXPLICAR A AÇÃO POLÍTICA.

#### PLANO INICIAL

1. A busca pelas mulheres/educadoras que trabalharam na Campanha de pé no chão também se aprende a ler.
  2. A fala (As Entrevistas)
  3. A prisão (subversão / Militância)
  4. A fala (o dito, o não dito, o secreto, o segredo)
- As Hipóteses:
1. Na década de 1960, com o seu contexto político-social, influenciou no surgimento deste projeto de educação popular?
  2. As relações entre o espaço público e o espaço privado (espaço masculino x espaço feminino).
  3. A inserção das mulheres no espaço público (atuação na área da educação/política), uma conquista?
  4. A educação na década de 1960: Que tipo de educação se dava no Estado? A Campanha de pé no chão também se aprende a ler (uma solução local?)
  5. Porque a Campanha chegou ao fim em 1964?

#### PLANO 2

1. A CAMPANHA : AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS  
A COMPETÊNCIA DAS MULHERES  
COMO FORAM INSERIDAS
2. A SUBVERSÃO: RELATÓRIO VERAS  
DIÁRIOS OFICIAS  
DEPOIMENTOS
3. TEMPO SUBVERTIDO: JUVENTUDE  
FAMÍLIA  
CONHECIMENTO  
VÍNCULOS
4. TEMPO LACUNAR: AS ARTICULAÇÕES NO PERÍODO DA CAMPANHA  
AS ATIVIDADES
5. O SEGREDO: O QUE NÃO PODIA SER DITO AOS INVESTIGADORES  
NÃO FALAR PARA A FAMÍLIA  
NÃO TRAIR OS COMPANHEIROS  
CALAR
6. O SEGRETO: AS EMOÇÕES  
AS RELAÇÕES AMOROSAS/PROFISSIONAIS/ AMIZADES  
AS AÇÕES
7. SER MULHER SUBVERSIVA: DESAFIO À ORDEM IMPOSTA  
CONFLITOS INTERNOS  
DESAFIAR O DESTINO  
BUSCAS
8. AS PERDAS: PROFISSIONAIS  
EMOCIONAIS  
AS VIDAS DE COMPANHEIROS E AMIGOS
9. A DOR: DESOLAÇÃO  
ENCERRAMENTO DE UM CICLO  
FIM DO PROGRAMA EDUCATIVO DO MUNICÍPIO  
DILACERAMENTOS

#### PLANO 03

1. O CONTEXTO DA ÉPOCA: Estrutura política  
Estrutura Social  
A América Latina  
O Brasil  
O Rio Grande do Norte
2. Campanha de pé no chão também se aprende a ler  
O que circundava: A formação do projeto  
Brechas

- Pistas**  
**O grupo**
3. **As mulheres: Quais eram elas?**  
A trajetória individual  
A formação profissional  
O que provocou a inserção das mulheres na Campanha?  
E a participação política?
  4. **A atuação na Campanha: A educação**  
A cultura  
A política
  5. **Trajетórias Individuais: Buscas pelo conhecimento**  
Envolvimento em projetos sociais
  6. **A subversão: Investigação (Institucional/Pessoal): “Ser mulher subversiva”**  
Ordem/Desordem  
Global/Local  
A memória (individual/grupo)  
A fala  
Relatório Veras / DOPS
  7. **A Memória x A História: sofrimento**  
Silêncio  
Segredo

#### PLANO 04

1. **A HISTÓRIA NA HISTÓRIA: “AS MULHERES ESTÃO EM UM PROCESSO DE BUSCA PELO CONHECIMENTO”**  
“O CONHECIMENTO COMO UM INSTRUMENTO DE QUEBRA DE BARREIRAS”  
“conhecimento = Libertar”
2. **Buscas: o conhecimento (o porquê?)**  
Liberdade  
Do conhecimento pelo esclarecimento  
Do conhecimento pelas raízes culturais: literatura/politização  
Questionamentos da repressão  
A ocorrência da busca: Como se deu?  
A família  
A opressão/ a repressão
3. **Integração em projetos:**  
“o caminho encontrado é o da participação política e social”.  
A inserção em projetos de mobilização:
  - a) Movimento Estudantil
  - b) Ação Comunitária
  - c) Reuniões do Partido Comunista
  - d) Reuniões de Intelectuais
  - e) Elaboração de Cartilha Educativa
  - f) Projetos com apoio institucional: Universidade/Igreja/Ação Popular
  - g) A Campanha de pé no chão também se aprende a ler – “Prazer na participação”.
  - h) Direção Escolar
  - i) Ocupação de cargos de confiança: Educação/Cultura
  - j) Liderança Estudantil
  - k) Atividade Político-partidária
4. “Subverter a Ordem”
5. **O local e o global – “ A ebulição cultural e social da década de 1960 quebrou a unidade de um contexto local fechado a determinadas ideias”.**  
“A abertura, se podemos assim referir, estava ligada a um padrão preciso e consequente do pós-guerra em Natal, a guerra fria”.
6. **A administração subversiva: aberta/popular/populista**  
A proposta da Campanha de pé no chão também se aprende a ler
7. **Ser mulher subversiva:**  
No Público  
Na participação de um projeto municipal de educação  
Na atividade político-partidária
8. **O preconceito e o medo**
9. **Na Campanha de pé no chão também se aprende a Ler**  
A Campanha representa um ponto de aglutinação do processo de busca dessas mulheres.
10. **A paixão: Pelo povo**  
Pela atividade  
Pela vida
11. **Desejos: De viver**  
De transformar realidades

- De entender as raízes culturais/folclore  
Dar um sentido à vida / ao país
12. O prazer: Na realização profissional / nas atividades educativas / partidárias

#### PLANO 05

1. **A História na História: “As mulheres em busca do conhecimento  
“Conhecimento quebrando barreiras”**
2. **Buscas:**  
**Conhecimento: Porquê?**  
**Objetivos**  
**Liberdade: Família**  
Opressão  
**Repressão**  
**Esclarecimento: “Conhecimento pelo esclarecimento”**  
**Clássicos**  
Raízes Populares  
**Cultura Popular**  
**Política**
3. **Integração em projetos: “Vinculação em projetos de mobilização social”**  
Vinculação partidária  
**“O caminho encontrado é o da participação política e social”.**  
**Integração: Educação “A unidade entre as atividades escolhidas”**  
**Cultura: Folclore / Artes**  
**Política: Movimento Estudantil / Ação Popular – AP**  
**Partidos Políticos**  
**Ação Comunitária**  
**Grupo de Estudos Políticos**  
**Encontros Intelectuais**  
**Projetos com apoio institucional: Universidade**  
Igreja Católica – Ação Popular  
Prefeitura – Campanha de pé no chão  
**Participação na Campanha de pé no chão também se aprende a ler:**  
**Prazer**  
**Envolvimento**  
**Participação**  
**As relações de amizade / Atividades educativas e culturais**  
**“A competência demonstrada através da participação e responsabilidade das atividades”.**  
**“São mulheres educadoras atuantes em um projeto de alfabetização e conscientização política e social”.**
1. **Subverter a ordem: As mulheres**  
A Campanha de pé no chão também se aprende a ler  
Os comunistas / Os subversivos – As mulheres  
A Equipe da Prefeitura
2. **O local e o global: “A ebulição cultural e social da década de 1960 quebrou a unidade de um contexto local fechado a determinadas ideias”.**  
**Pós-Guerra / Guerra Fria/ Imperialismo Americano/ Revolução Cubana**  
**“A célula comunista na América Latina”.**  
**Nacionalismo – Desenvolvimentista: Anos Dourados – 1950**  
**Populismo/ Oligarquias “Nordeste Clientelista e Paternalista”.**  
**Eleição de 1960: Aluizio Alves (Cruzada da Esperança) / Djalma Maranhão**  
**(Campanha do Tostão contra o milhão)**  
**Crise Econômica / Lutas por mudanças**  
**Reformas de Base / Crise na Educação: “Elevado analfabetismo no país”**
3. **A administração Subversiva: “Aberta as mais diversas ideologias”**  
**Popular: “presença do povo nas decisões políticas e administrativas”**  
**Comitês Nacionalistas**  
**Populista: Aproximação do povo / Busca de solução para os problemas urgentes.**  
**Princípios políticos relacionados: Comunismo**  
Nacionalismo  
**“A proposta da prefeitura era erradicar o analfabetismo local”**
4. **Ser mulher Subversiva**  
**Inserção na Campanha de pé no chão também se aprende a ler**  
**Inserção em atividades político/partidárias**  
**Inserção no Movimento Estudantil**  
**Presença feminina: Espaço Público: Serviço público municipal**

1. O preconceito: Social / Familiar

Medo: Crítica

Prisão

2. Na Campanha de pé no chão também se aprende a ler

Ponto de aglutinação: “educação”

Paixão “Atuação feminina no projeto de alfabetização – uma escolha”

Desejo “Mudar o mundo”

Prazer “Educar e promover a cultura”

PLANO 06

“Falas Subversivas na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler”

“A História na História”

1. Buscas: “Mulheres buscando conhecimento”.

“O conhecimento quebrando barreiras”

“O conhecimento que liberta” / “O conhecimento que promove mudanças”.

Libertar: opressão/ Repressão

Como se dava essas buscas?

Conhecimento / Esclarecimento

Literatura Clássica / Raízes Culturais/ Politização

1.2. “Subverter a ordem”: Participação política e social.

“O caminho encontrado é o da participação política e social”

Integração em Projetos: Inserção das mulheres no espaço público

Ações Populares:

a. Encontros Temáticos / Intelectuais

b. Reuniões do Partido Comunista

c. Elaboração de atividades culturais

d. Curso de formação de professores

e. Alfabetização

f. Elaboração da Cartilha

g. Projetos com apoio institucional: Universidade

Igreja

Movimento Estudantil

h. Campanha de pé no chão

i. Ocupação em cargos de confiança

Diretoria de cultura / Diretoria de Ensino / Centro de Formação de Professores

Liderança Estudantil / Ativismo Partidário

Relações de Amizade: Mulheres / Prefeito / Secretário de Educação

“Todas as mulheres foram inseridas na Campanha através de convite”

1.3. Ser mulher subversiva: Mulher / Educadora / Militante

No âmbito público x No âmbito privado

Projeto de Alfabetização / Projeto Subversivo

Educação e Conscientização política: Ameaça a ordem política e social

1.3.1. O Preconceito e o Medo

“Atuação feminina gerava preconceito social e familiar”

Ser comunista

Ser Mulher divorciada

Ser mulher e ocupar um cargo de direção no município

“Liberdade confundida com libertinagem”

2. O Local e o Global: “A ebulição cultural e social d década de 1960 quebrou a unidade de um contexto local fechado a determinadas ideias”.

“A abertura se podemos assim referir estava ligada a um padrão preciso e consequente do pós-guerra em Natal”.

Conhecimento que subverte a ordem: Aliança para o progresso

Combate ao comunismo

a) Global: Guerra Fria “No contexto global vivíamos a guerra fria, contudo as ideias socialistas encontram canais de entrada por meio da politização da juventude”.

Cuba / Desordem / Mudança de Comportamento

Reforma de Base / Questões Políticas / Movimentos Populares

Educação Popular: MCP/ CPC

B) Local: Eleições de 1960: Aluizio Alves / Djalma Maranhão

Contexto Político aberto a mudanças: “Luta contra o analfabetismo”

1.1. Administração “Subversiva”: Aberta/ Popular / Populista

“Ações de caráter popular levaram a acusação de subversão para a prefeitura”.

Ter sido comunista / Irmão de Luís Maranhão/ Participante do Cafeísmo /

Assumir cargo público – 1956/ 1960 – Era uma ameaça à ordem.  
Abertura: “As mais variadas ideologias congregadas em um único projeto”.  
Popular: Aproximação com o povo: Reuniões com lideranças / Consultas/  
Buscas por soluções para os problemas da comunidade.  
Populista: Congregava seus ideais no Nacionalismo  
                  Combatia o Imperialismo Americano no Brasil

1.2. Integração em Projetos:

Militância Política/ Movimento Estudantil/ Sindicalismo  
Especialização em Educação/ Cursos/ Atuação na área do Direito  
Educação e Cultura: Campanha de pé no chão também se aprende a ler.  
A paixão: Pelo Povo  
                  Pelo que fazia  
Desejos: De mudar o mundo  
                  De mudar a realidade social  
                  De mudar a sua história (Mulher)  
Prazer: Na participação  
                  Na elaboração das atividades culturais  
                  Em ensinar

1. Sonhos Destruídos:

Fim da Campanha de pé no chão também se aprende a ler  
Desolação  
Sonhos Desfeitos  
Vidas Destroçadas

2. Novas Buscas:

“As mulheres Refazem a vida/ Próxima relação com a educação e a cultura”.  
“Os sonhos não morreram”.

## ASPECTOS DA HISTÓRIA DAS CRECHES NA CIDADE DE MARÍLIA/SP, BRASIL: 1940-1997

**Josiane de Moura Dias Marquizele**

**RESUMO:** Apresentam-se resultados parciais de pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP— Universidade Estadual Paulista, campus de Marília/SP e à linha “Memória e história da educação” do Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil”- GPHEELLB, em funcionamento desde 1994. Com os objetivos de contribuir para a produção da história e preservação da memória da educação no município de Marília/SP-Brasil, focaliza-se o lugar do Berçário Municipal “Mãe Cristina” na história da educação infantil desse município. Para tanto, elaborou-se um instrumento de pesquisa, centrado em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida por meio da utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de fontes documentais, contendo relação de 112 referências de textos que se relacionam com a essa instituição, publicados entre 1966 e 2013. Inicialmente essa instituição se denominava Creche “Ignácio de Loyola Torres”, inaugurada em 1966, com cunho assistencialista e mantida por uma entidade religiosa/espírita. Os resultados parciais obtidos propiciam, ainda, compreender que, após a promulgação das Leis

das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, a Creche “Ignácio de Loyola Torres” foi denominada Berçário Municipal “Mãe Cristina” e passou a ser mantida pela prefeitura municipal de Marília/SP-Brasil, funcionando no prédio do Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Berçário “Mãe Cristina”; Creche; Instituições Confessionais.

### 1 | INTRODUÇÃO

Com o objetivo de compreender aspectos da história do Berçário “Mãe Cristina”, de Marília/SP, apresento, neste texto, resultados parciais de pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista [UNESP], campus de Marília/SP, Brasil, e à linha “Memória e história da educação”, pertencente ao Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” [GPHEELLB]. O objetivo da pesquisa é contribuir para a produção da história e a preservação da memória da educação no município de Marília/SP, Brasil, focalizando o lugar do Berçário Municipal “Mãe Cristina” na história da educação infantil do município. Para tanto, elaborei um instrumento de pesquisa, centrado em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida por meio da utilização dos

procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenamento de referências, resultando no documento intitulado *Fontes para o estudo do Berçário Municipal “Mãe Cristina”*: um instrumento de pesquisa (MARQUIZELI, 2016), no qual estão reunidas 1260 referências de textos, organizadas em três seções, conforme o tipo do texto. A análise preliminar dos documentos possibilita compreender aspectos importantes da história da educação infantil mariliense, bem como brasileira, nas décadas finais do século XX, evidenciando a importância do Berçário “Mãe Cristina” na história da educação infantil municipal. Desse modo, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental, apresento, inicialmente, características das primeiras entidades assistenciais de Marília/SP, Brasil, e, na sequência, aspectos da Creche “Ignácio de Loyola Torres” e do Berçário “Mãe Cristina”. Já em derradeiro, seguem as considerações finais.

### **Primeiras Entidades Assistenciais de Marília/SP**

As primeiras entidades assistenciais de Marília/SP, Brasil, eram mantidas, em sua maioria, pelas comunidades católicas e as comunidades espíritas do município:

[...] a religião católica foi a primeira que se fez presente, pois os criadores dos primeiros patrimônios eram católicos. [...] Bento de Abreu Sampaio Vidal, quando projetou o Patrimônio de Marília, já reservou lugar para a igreja de seu padroeiro – São Bento, que construiu às suas próprias expensas. (LARA, 1991, p. 159-162)

Ainda segundo Lara (1991), um grupo de católicos da cidade, chefiados pelos padres, fundaram:

- em 1930, o “Lar São Vicente de Paulo”, destinado à velhice desvalida;
- em 1943, a “Creche da Juventude Católica de Marília”, cujo objetivo inicial era “[...] incentivar a educação física e intelectual das crianças, jovens e adultos [...]” (LARA, 1991, p. 181);
- em 1946, o Albergue Noturno “São José”, prestador de atendimento aos “indigentes”;
- em 1949, o Lar da Criança “Creche Dona Nhanhã”, entidade “[...] criada para internar menores do sexo feminino” (LARA, 1991, p. 182);
- em 1979, o Lar de Assistência à Criança, “[...] dedicado ao serviço de creche, atendendo a menores de ambos os sexos, até a idade de 6 anos” (LARA, 1991, p. 179-180); e
- o Lar/Creche “ Nossa Senhora da Glória”.

Em Marília/SP, desde 1928, tem-se, também, o registro da presença atuante de cidadãos do movimento espírita. Consoante Lara (1991), a comunidade espírita, em 1939, liderou a instalação do “Hospital Espírita Deus”, instituição voltada ao tratamento dos “doentes mentais”, e de entidades assistenciais, tais como:

- Creche de Assistência Maternal “Alzira Zarur”, fundada em 1952;
- Associação Filantrópica de Marília, constituída em 1953, cuja finalidade é: “[...] a) recolher e amparar os mendigos da cidade [...]; b) prestar amparo às famílias desempregadas e necessitadas [...]; c) para a realização de seus afins [...]” (LARA, 1991, p. 187);
- “Mansão Ismael”, estabelecida em 1955, considerada uma “[...] entidade para prestação à velhice desvalida” (LARA, 1991, p. 178);
- Lar das Meninas “Amélie Boudet”, fundado em 1956; recebia “[...] menores do sexo feminino de 0 a 13 anos de idade [...]” (LARA, 1991, p. 178);
- Restaurante Infantil, fundado em 1960. De acordo com Lara (1991), essencialmente, foi uma instituição que se dedica à alimentação de menores em situação de miséria, compreendendo o bairro Palmital, Marília/SP, Brasil;
- Associação de Senhoras Espíritas de Marília, fundada em 1962, cuja finalidade está no “[...] amparo à maternidade e a infância desvalida e a cooperação com associações de amparo a crianças já existentes” (LARA, 1991, p. 186);
- Creche “Ignácio de Loyola Torres”, instituída em 1966;
- “Casa do Caminho”, fundada em 1975; uma entidade “[...] onde se executava orientação moral e profissional do menor de ambos os sexos, bem como, aos seus familiares, [...] com aulas de moral cristã, reuniões doutrinárias e evangélicas para adultos [...]” (LARA, 1991, p. 186);
- Legião Feminina de Marília, formada em 1978; a entidade “socorreu” “[...] famílias carentes de alimentação, vestuários, remédios e outras necessidades” (LARA, 1991, p. 184).

Seguindo nesse diapasão, na continuidade, serão apresentados aspectos da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, instituição que, posteriormente, em 1997, passou a ser mantida pelo governo municipal, sendo denominada Berçário “Mãe Cristina”.

### **Creche “Ignácio de Loyola Torres”**

O Berçário “Mãe Cristina”, inicialmente foi nomeado Creche “Ignácio de Loyola Torres” e sua natureza era assistencialista, benevolente e “espiritualista”. Lara (1991, p. 183) observa que, “[e]m 19 de fevereiro de 1961, o Centro Espírita ‘Amantes da Pobreza’ resolveu fundar uma creche para o atendimento à infância desvalida”. Logo, adquirido o terreno, iniciou-se a construção do prédio que “[...] não parou até sua inauguração, em 23 de julho de 1966, tendo concorrido para apressá-la o Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor” (LARA, 1991, p. 183). Embora fundada pelo Centro Espírita “Amantes da Pobreza”, a instituição teve “personalidade jurídica” e foi filiada ao “Instituto Assistencial Espírita de Marília” (LARA, 1991, p. 183).

O *Jornal do Comércio*, em 23 de julho de 1966, noticiou a inauguração da Creche “Ignácio de Loyola Torres” com uma pequena nota intitulada “Marília tem

nova creche”. O artigo em apreço anunciou que estariam presentes no evento os diretores da creche, o representante do consórcio intermunicipal de assistência e outras autoridades. Na data seguinte, em 24 de julho de 1966, o mesmo jornal voltou a publicar a abertura da creche, destacando “[a] importância da obra para o setor assistencial de Marília, pondo em relêvo por todos os presentes que foram homenageados, em seguida, com um coquetel” (“Inaugurada a creche Ignácio Loyola Torres”, 1966).

Pelos registros das duas edições, infere-se que a creche iniciou seu funcionamento por iniciativa da comunidade espírita local, na pessoa de seu membro atuante e “notável”, proprietário da “Alfaiataria Carioca” em Marília/SP, o Sr. Hygino Muzzi Filho; e com o apoio, na fase final dos esforços, do Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor, contando com a presença do prefeito à época, Armando Biava (1964-1969), e do deputado federal Aniz Badra Para Lara (1991, p. 82), “[a]s entidades filantrópicas da cidade [Marília/SP] sempre foram beneficiadas pelo Dr. Aniz Badra, que como Deputado, lhes destinava verbas especiais [...]”.

Em Marília/SP, nessa época,

[...] prevalecia uma política de ajuda governamental às entidades filantrópicas e assistenciais ou de incentivo a iniciativas comunitárias, por meio de programas emergenciais de massa, de baixo custo, desenvolvidos por pessoal leigo, voluntário [...]. (OLIVEIRA, 2011, p. 107)

A Creche “Ignácio de Loyola Torres” recebeu auxílios financeiros do governo do Estado de São Paulo (saliente-se que, sobre a questão, localizei decretos nos anos de 1974 e 1978) e do governo municipal (aqui, localizei leis municipais nos anos de 1993 e 1995). No entanto, as creches não foram assumidas, totalmente, pelo governo municipal, tampouco pelo governo estadual; com isso, vinculava-se a poucas ações da Secretaria da Assistência Social do Estado e a poucas iniciativas da Secretaria da Assistência Social do município.

Com a Constituição Federal Brasileira de 1988, o atendimento em creche, pela primeira vez, foi integrado ao sistema educacional e garantido como dever do Estado nas políticas públicas e como direito da criança. Tendo em conta a Carta Magna, “[...] [a] educação das crianças, concebida antes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional [...]” (LEITE FILHO; NUNES, 2013, p. 71).

Na década de 1990, as políticas educacionais nacionais referentes aos direitos das crianças de até seis anos foram influenciadas pelas orientações do Banco Mundial na “[...] definição de prioridades e estratégias, de modelos de política educacional” (ROSEMBERG, 2011, p. 66). Rosemberg (2011) pondera que o Banco Mundial, “ao lado” dos empréstimos, fornecia orientações técnicas para a educação mediante uma “concepção economicista”; e, no campo da educação infantil, “[...] entra no Brasil com uma nova concepção: a de ‘desenvolvimento infantil’[...]” (ROSEMBERG, 2011, p. 66).

As políticas educacionais para educação infantil também foram influenciadas por orientações nacionais de professores, legisladores e intelectuais. A educação infantil poderia ser abalizada como o princípio da alfabetização, uma preparação da criança para o ensino fundamental; portanto, uma aliada contribuindo no combate aos altos índices de retenção escolar nos anos iniciais. Nessa seara, entende-se que as situações de aprendizagem da leitura e escrita na educação infantil logriam, pois, ser as mais diversas possíveis, de tal modo que a criança teria, já naquele momento, a oportunidade corrente de experiências em leitura e escrita.

A década de 1990 foi muito importante para a educação infantil no que se refere às políticas públicas. Em 1996, com a aprovação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* [LDBEN], Lei nº 9394/96, ampliou-se o conceito de educação básica, tornando a educação infantil etapa inicial da educação básica.

Nesse cenário, recuperando o foco no município de Marília/SP, distingue-se que a Creche “Ignácio de Loyola Torres” enfrenta dificuldades financeiras de manutenção e permanência, dado que os poucos recursos financeiros advindos da Secretaria de Assistência Social cessaram. No âmbito das políticas públicas, o governo do Estado de São Paulo, entre os anos de 1996 e 1997, publicou decretos estaduais autorizando a Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social a celebrar convênios para transferência de recursos financeiros aos municípios paulistas para a construção, reforma ou ampliação de núcleos de promoção social ou creches municipais.

Para evitar o fechamento da creche em estudo, os mantenedores procuraram a administração municipal e a solução encontrada foi firmar uma parceria mediante Contrato de Comodato, em que a instituição espírita “cedia”, por dez anos, o prédio para a Prefeitura Municipal de Marília.

Em 06 de setembro de 1997, foi instalado o primeiro berçário público no município de Marília/SP, o Berçário “Mãe Cristina”; um repasse financeiro da Secretaria Estadual da Criança, Família e Bem Estar Social e da parceria do poder público municipal com o Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza” viabilizou a fundação da entidade. Ressalte-se que o prédio em evidência foi construído, originalmente, para alojar a Creche “Ignácio de Loyola Torres”, em 1966. A abertura do Berçário foi difundida pelos dois jornais de maior circulação de Marília/SP à época, o *Jornal da Manhã* e o jornal *Diário de Marília*.

Quando da inauguração do Berçário “Mãe Cristina”, o *Diário de Marília* assim destacou: “[...] considerado um projeto piloto de caráter educativo” (Educação inaugura primeiro berçário, 1997, p. 8A), com um “[...] padrão de estrutura e atendimento que transforma o serviço em modelo para a cidade” (“Educação inaugura primeiro berçário”, 1997, p. 8A), informando que o objetivo da secretária Municipal da Educação de Marília/SP, Sra. Célia Regina Carmanhani Branco, era “[...] atender famílias de baixa renda que a mãe precise trabalhar” (“Educação inaugura primeiro berçário”, 1997, p. 8A) e que os interessados em efetuar a matrícula deveriam apresentar “[...] atestado de trabalho com informações sobre a renda” (“Educação inaugura primeiro

berçário”, 1997, p. 8A).

Já no dia seguinte, o mesmo *Diário de Marília* voltou a publicar pormenores do evento: a presença 200 pessoas, dentre elas o prefeito da cidade, a secretária municipal da educação e o juiz de direito Emanuel Tavares Costa, que trabalhou na Vara da Infância e Juventude em Marília; ressaltando, também, a parceria da prefeitura municipal com “[...] a Secretaria Estadual da Criança e Bem estar Social para viabilizar o projeto, com um repasse de 216 mil reais” (“Bairros de periferia terão berçários”, 1997, p. 11A).

Nessa mesma data, ou seja, no dia seguinte à inauguração, o *Jornal da Manhã* informou que o Berçário “Mãe Cristina” foi criado para atender a crianças de três meses a dois anos de idade, “[...] permitindo às mães da periferia que trabalham fora aumentar sua renda familiar” (“Prefeitura inaugura Berçário Municipal”, 1997, p. 06). A matéria em foco veiculou outros esclarecimentos, dentre os quais: que “[...] [a]s crianças que eram atendidas pela creche ‘Ignácio de Loyola Torres’ foram transferidas para as Escolas Municipais de Educação Infantil” (“Prefeitura inaugura Berçário Municipal”, 1997, p. 06); que a ordem de chegada, no Berçário, para efetuar a matrícula não valeria “[...] para a seleção das crianças, as assistentes sociais é que vão acompanhar o processo de matrícula” (“Prefeitura inaugura Berçário Municipal”, 1997, p. 06); e que o Berçário contava com um “[...] ambulatório com pediatra, enfermeira e auxiliar de enfermagem para atendimento as crianças” (“Prefeitura inaugura Berçário Municipal”, 1997, p. 06). O *Jornal da Manhã* assinalou ainda a declaração do então prefeito municipal de Marília/SP, José Abelardo Guimarães Camarinha (1996-1999; 2000-2004), para quem a inauguração do berçário foi “[...] mais um compromisso assumido com a população mais carente da cidade” (“Prefeitura inaugura Berçário Municipal”, 1997, p. 06).

Concomitantemente ao fato, a administração local decidiu aderir à municipalização do ensino – séries iniciais do ensino fundamental –, enviando proposta à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo; até o momento, Marília/SP mantinha apenas serviços de parques infantis na educação infantil.

Após a implantação da municipalização das séries iniciais, o município passou a atuar na educação fundamental, tanto no ensino regular quanto na modalidade supletiva – alfabetização de jovens e adultos –, o que acarretou redução de matrículas na educação infantil e o aumento de ingresso no ensino fundamental.

## 2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição em estudo denominava-se, inicialmente, Creche “Ignácio de Loyola Torres”; inaugurada em 1966, possuía cunho assistencialista e sua manutenção ficava a cargo de uma entidade religiosa/espírita.

Na Marília/SP da década de 1940 ao final da década de 1990, a presença de

movimentos religiosos em prol de instituições assistenciais revelava o atendimento à criança de zero a três anos apenas, a princípio, em módicas ações da Secretaria da Assistência Social do Estado de São Paulo e, posteriormente, em escassas deliberações da Secretaria da Assistência Social do Município, de tal modo que as creches não eram assumidas, plenamente, nem pelo governo municipal nem pelo governo estadual.

Dentre outros resultados relevantes da análise das referências, obtidos até o momento, destaca-se a participação ativa da comunidade espírita e da comunidade católica na constituição das primeiras creches na cidade de Marília/SP. Esses resultados contribuem também para compreender que as primeiras iniciativas em favor do atendimento às crianças de zero a três anos de idade, foram consideradas benesses praticadas por instituições religiosas e confessionais, voltadas a atender às necessidades das mães trabalhadoras, principalmente: operárias nas poucas indústrias locais e empregadas domésticas.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, a recepção em creches foi integrada ao sistema educacional enquanto dever do Estado, direito da criança e opção da família. Da mesma forma, os indicativos parciais assinalados propiciam coligir que, com a publicação das Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Creche “Ignácio de Loyola Torres” foi transferida para a guarda da administração do município de Marília/SP, Brasil, sendo, conseqüentemente, transformada no Berçário Municipal “Mãe Cristina”, funcionando no prédio do Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”.

Por último, constato que, no âmbito da história da educação no Brasil, a importância do movimento político em favor do atendimento pelo poder público às crianças de zero a três anos de idade, como parte do sistema de educação nacional, foi de incontestável valia, garantindo a expansão da educação infantil pública, embora o pertencimento da creche ao sistema educacional ainda não tenha garantido, até o momento, a universalização do atendimento público nesse segmento.

## REFERÊNCIAS

BAIRROS de periferia terão berçários. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 7 set. 1997. Diário Geral, p. 11A.

EDUCAÇÃO inaugura primeiro berçário. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 6 set. 1997. p. 8A.

INAUGURADA a Creche Ignácio Loyola Torres. *Jornal do Comércio*, Marília, 24 jul. 1966. Não paginado.

LARA, P. C. de (1991). *Marília, sua terra, sua gente*. Marília: Iguatemy comunicações.

LEITE FILHO, A.; NUNES, M. F. (2013). Direitos da criança à educação infantil: reflexões sobre a história e a política. In: Kramer, S.; Nunes, M. F.; & Carvalho, M. C. (Orgs.). *Educação infantil: formação e responsabilidade* (p.67-88). Campinas/SP: Papirus.

MILITÃO, S. C. N. (2003). *A municipalização do ensino em processo: impactos da legislação educacional de 1996 no Estado de São Paulo e as decorrências no município de Marília*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, Brasil.

MORTATTI, M. do R. L. (2000). *Os sentidos da alfabetização: São Paulo – 1876/1994*. São Paulo: Editora UNESP.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de (2011). *Educação Infantil: fundamentos e métodos* (7ª ed.). São Paulo: Cortez.

PREFEITURA inaugura Berçário Municipal. *Jornal da Manhã*, Marília, 7 set. 1997, p.6.

ROSEMBERG, F. (2011). Do embate para o debate: educação e assistência no campo da educação infantil (4ª ed.). In: MACHADO, M. L. de A. (Org.). *Encontros e desencontros em educação infantil* (p. 63-78). São Paulo: Cortez.

## A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM BREVE PANORAMA DOS TRABALHOS REALIZADOS EM IJUÍ/RS

**Ivan de Freitas Vasconcelos Junior**

Centro Universitário Internacional

Curitiba/PR

**RESUMO:** Este estudo destina-se a mostrar o trabalho de pesquisa realizado na cidade de Ijuí/RS acerca da trajetória histórica do 27º Grupo de Artilharia de Campanha (27º GAC). O artigo tem como objetivos: verificar a evolução da historiografia militar no Brasil, mostrar o trabalho de pesquisa sobre a história do 27º GAC e destacar sua importância no desenvolvimento da historiografia militar brasileira. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em acervos e na internet considerando as contribuições dos seguintes autores: Carvalho (2001), Marczal (2016), Morais (2013) e Teixeira (1995). Concluiu-se que o estudo da historiografia militar brasileira passou por um processo evolutivo marcado pela influência de algumas correntes teóricas nas quais acabaram contribuindo no aumento de possibilidades de análises metodológicas na produção historiográfica. Verificou-se também que a História Militar não está restrita aos militares já que muitas instituições de ensino superior passaram a oferecer cursos de especialização nessa área e isso contribuiu na ampliação das discussões, no aumento do número de pesquisas e na profissionalização dos historiadores no país. Por fim, constatou-

se que o trabalho de pesquisa desenvolvido em Ijuí/RS é de fundamental importância para a produção historiográfica militar brasileira, pois os resultados obtidos servem como ponto de partida para novas reflexões históricas acerca do riquíssimo legado deixado pela organização militar no estabelecimento de nossas fronteiras, na defesa do país e na contribuição social para a comunidade ijuiense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia. História Militar. 27º Grupo de Artilharia de Campanha.

### THE BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY: A BRIEF OVERVIEW OF WORKS IN IJUÍ/RS

**ABSTRACT:** This study aims to show the research work carried out in the city of Ijuí/RS on the historical trajectory of the 27th Campaign Artillery Group (27th GAC). The article aims to verify the evolution of military historiography in Brazil, to show the research work on the history of the 27th GAC and to highlight its importance in the development of Brazilian military historiography. A bibliographical research was carried out in collections and in the internet, considering the contributions of the following authors: Carvalho (2001), Marczal (2016), Morais (2013) and Teixeira (1995). It was concluded that the study of Brazilian military historiography underwent an evolutionary process marked by the influence of some theoretical currents in which they

ended up contributing in the increase of possibilities of methodological analyzes in the historiographic production. It was also verified that the Military History is not restricted to the military since many institutions of higher education began to offer courses of specialization in this area and this contributed in the expansion of the discussions, in the increase of the number of researches and the professionalization of the historians in the country. Finally, it was verified that the research work carried out in Ijuí/RS is of fundamental importance for Brazilian military historiographic production, since the results obtained serve as a starting point for new historical reflections on the very rich legacy left by the military organization in the establishment of our borders, in the defense of the country and in the social contribution to the community of Ijuí.

**KEYWORDS:** Historiography. Military History. 27th Campaign Artillery Group.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como propósito mostrar o trabalho de pesquisa realizado na cidade de Ijuí/RS acerca da trajetória histórica do 27º Grupo de Artilharia de Campanha (27º GAC). Nesta perspectiva, buscou-se refletir sobre a forma como as pesquisas passaram a contribuir para o resgate à memória da instituição e para o desenvolvimento da historiografia militar brasileira.

Introduzindo a temática, verifica-se que palavra historiografia é originária do termo grego ιστοριογραφία, que significa “escrita da história” (em tradução simples). Ela engloba os “diversos processos que permeiam e caracterizam a elaboração de estudos e trabalhos históricos, além de ser um dos fundamentos da construção da História como uma forma de saber organizado” (MARCZAL, 2016, p. 10). Constitui-se, portanto, como um campo autônomo do conhecimento histórico.

Em meio a tantas vertentes historiográficas, este trabalho limita-se a analisar a área da História Militar a qual estuda não somente os testemunhos operacionais, mas também os “aspectos institucionais do estamento militar e das relações entre civis e soldados, na paz e na guerra, do sistema militar forjado pela sociedade e as opções estratégicas e táticas adotadas em operações” (CARVALHO, 2001, p. 18).

Faz-se necessário frisar que a História Militar não é domínio exclusivo de grupos militares, ao contrário do que muitos pensam. Dessa maneira, ela não deve ser confundida com história dos militares ou com a história das batalhas. “Hoje, ganhou nova dimensão, ampliando seu restrito campo de investigação de ontem. Múltiplos pontos em comum são encontrados com a História Geral e outros ramos do conhecimento” (CARVALHO, 2001, p. 19).

Neste contexto, o objetivo primordial deste estudo é verificar a evolução da historiografia militar no Brasil, mostrar o trabalho de pesquisa sobre a história do 27º GAC e destacar sua importância no desenvolvimento da historiografia militar brasileira.

## 2 | METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como recurso metodológico e arcabouço teórico. A revisão da literatura partiu da análise de materiais publicados e artigos científicos divulgados no meio eletrônico. Para tanto, buscou-se fundamentar a pesquisa nas ideias e concepções dos seguintes autores: Carvalho (2001), Marczal (2016), Morais (2013) e Teixeira (1995).

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de iniciar as reflexões, é preciso voltar aos meados do século XIX, quando a História emergiu como campo do cientificismo para desenvolver uma função social importante no contexto de consolidação do Estado-nação. De acordo com Teixeira (1995), as variadas historiografias nacionais exerceram a função política de legitimar os Estados e fomentar a identidade nacional. O resultado disso foi a criação de uma arquitetura sociocultural para assegurar a identificação do corpo social à nação.

Nesse período, não havia um distanciamento entre a História Geral e a Militar, pois os eventos se amalgamavam em uma única narrativa centrada no herói (civil ou militar), no político e no cronológico, todas apoiadas em fontes oficiais. Essa maneira de “fazer história” desenvolvida na primeira metade do século XX passou a ser identificada como História Tradicional.

Após a conclusão de seu papel na formação das identidades nacionais, houve um enfraquecimento dessa historiografia tradicional entre os historiadores. Nesse contexto, a História Militar (que até então influenciava a formação identitária nacional) perdeu o atrativo temático e contou com a fuga dos historiadores civis dos temas relacionados a chamada História-batalha. Com isso, a produção a História Militar brasileira ficou restrita aos quartéis.

Com origens na Escola dos Annales, um novo paradigma historiográfico estruturou-se de modo oposto ao modelo tradicional do século XIX, com o combate à História Política e à Militar. O Estado já era senhor de si e as identidades nacionais já estavam consolidadas. De acordo com Teixeira (1995), a função do historiador passou a ser outra: fornecer aos governantes e à sociedade os meios para melhorar a compreensão da realidade social. A função social do historiador deixou de ser político-ideológica e passou a ser mais técnica.

Com o decorrer dos anos, a historiografia brasileira também passou a sofrer influência de correntes teóricas da Nova História Francesa e do Marxismo, contribuindo para uma mudança na escrita da História Brasileira, desse modo, a História Tradicional acabou perdendo espaço na produção historiográfica do país.

Mesmo com toda essa profusão de correntes teóricas, os temas militares e políticos não foram de todo negligenciados. Nas últimas décadas do século XX, as temáticas militares e políticas retornaram às pesquisas nas Ciências Humanas com

o devido cuidado de adequá-las aos interesses da História Social. Dessa forma, cunhou-se a expressão Nova História Militar e Nova História Política no quadro do paradigma interdisciplinar das Ciências Humanas.

No final do século XX, houve um movimento de profissionalização dos historiadores com a criação de cursos de pós-graduação no país. O resultado disso foi a retomada da História Militar e o fomento da pesquisa tanto nas universidades quanto nas instituições militares. Nesse contexto, Moraes (2013, p. 114) aponta a tendência de concepção da História Militar produzida na caserna e a divide em três importantes linhas:

1ª. História Batalha, na qual a descrição meticulosa das forças beligerantes encerra a narrativa;

2ª. História da Instituição, narrativa centrada nos três ídolos do paradigma tradicional: personagem, cronológico e político estatal;

3ª. História Oral, organização da memória oral da instituição a fim de compor arquivo para pesquisas futuras, baseada no novo paradigma da História.

O autor ainda afirma que as duas primeiras são as correntes dominantes nas instituições militares, mas aponta para uma quarta linha integrada à conjuntura epistemológica contemporânea: trata-se de militares que procuraram espontaneamente a formação profissional na área de História. Isso permite a esses profissionais elaborarem pesquisas que congregam experiência profissional militar e habilidade técnica de pesquisa com o uso de paradigmas teóricos e metodológicos atuais.

Corroborando com essa última linha de tendência, faz-se a citação ao trabalho desenvolvido por três militares do Exército Brasileiro (Wagner Sarmento Lecomte, Ivan de Freitas Vasconcelos Junior e Jair Cardoso de Oliveira) que realizaram pesquisas acerca da trajetória histórica do quartel do 27º Grupo de Artilharia de Campanha, localizado na cidade de Ijuí/RS.

A origem do 27º GAC remonta à época do período regencial na qual o Brasil atravessava uma turbulência no sul dos pampas, resultante das demarcações de nossas fronteiras e do “nascimento” dos países platinos (Argentina, Uruguai e Paraguai). Assim, surgiu a necessidade de haver tropas de artilharia com mobilidade para acompanhar e apoiar as forças móveis de infantaria e cavalaria existentes na região da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em decorrência disso, houve uma reorganização no Exército Imperial e a criação em 1831 do Corpo de Artilharia a Cavalos, organização militar da qual o 27º GAC é oriundo.

O 27º GAC participou de vários conflitos internos e externos em diversos períodos da História brasileira: Regência, Império e República. Em sua longa trajetória, mudou de nomenclatura e de endereço, instalando-se em diversas cidades gaúchas até se fixar na hospitaleira cidade de Ijuí no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

As investigações sobre a origem do 27º GAC foram desenvolvidas ao longo dos anos de 2014 e 2015 no intuito de resgatar a história da organização militar (OM), em grande parte desconhecida. Não havia, por exemplo, testemunhos sobre a origem da OM, informações acerca da participação em batalhas e conflitos, dados do material empregado, da evolução do armamento e do fardamento, referências das cidades pelas quais a organização militar se instalou, em resumo, havia muita informação a ser verificada.

As pesquisas se basearam na busca de informações nos arquivos do 28º Grupo de Artilharia de Campanha (Criciúma/SC), do 27º GAC e do Museu Antropológico Diretor Pestana (Ijuí/RS), além de uma pesquisa bibliográfica nas sínteses históricas de outras organizações militares oriundas do Corpo de Artilharia a Cavalos. Também foram utilizados relatos de militares como fonte de consulta de História Oral, já que são documentos historicamente válidos e importantes quando se pretende contar o histórico e o cotidiano de uma sociedade.

Após o término das diligências, o material coletado foi consolidado em um livro intitulado 27º GAC – Grupo Monte Caseros: A caserna dos heróis de Monte Caseros (Editora Adhara). A obra possui cinco capítulos e descreve a trajetória da organização militar em sequência cronológica: origens da artilharia no Brasil, criação do Corpo de Artilharia a Cavalos, histórico de batalhas, os protagonistas e os armamentos utilizados em combate, locais de aquartelamento, explicações sobre a denominação histórica, estandarte e distintivo histórico, relacionamento com a comunidade, atividades desenvolvidas, operações e manobras realizadas.

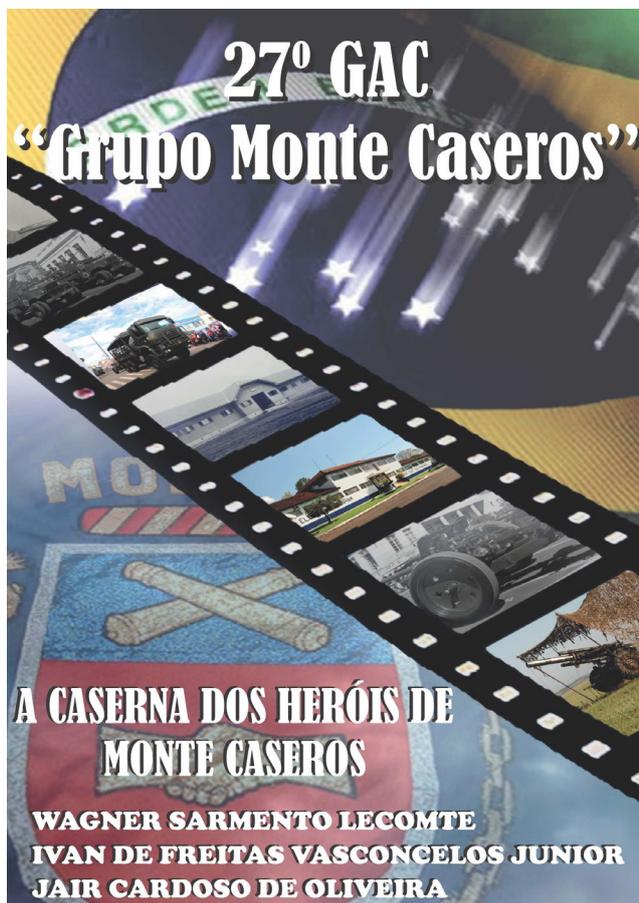


Figura 1 – Imagem da capa do livro histórico do 27º GAC

Fonte: Elaborado pelo autor.

As informações que estavam espalhas, esquecidas e descontextualizadas foram reunidas em um único local, cumprindo com seu papel inicial de difundir conhecimentos que estavam fora do alcance do público, de trazer à tona dados e fatos históricos desconhecidos e contribuir para novas pesquisas acerca de trajetória histórica da OM.

Vale destacar, portanto, a importância das atividades realizadas pelos militares no resgate da história do 27º GAC evitando que importantes dados fossem perdidos e que os feitos da OM fossem esquecidos ao longo dos anos. Esse trabalho é de fundamental importância para a produção historiográfica militar brasileira, pois os resultados obtidos servem como ponto de partida para novas reflexões históricas acerca do riquíssimo legado deixado pela organização militar no estabelecimento de nossas fronteiras, na defesa do país e na contribuição social para a comunidade ijuiense.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o estudo da historiografia militar brasileira passou por um processo evolutivo marcado pela influência de algumas correntes teóricas nas quais acabaram contribuindo no aumento de possibilidades de análises metodológicas na

produção historiográfica.

Verificou-se que a História Militar, como prática científica, não está restrita aos militares, muito pelo contrário, muitas instituições de ensino superior passaram a oferecer cursos de especialização nessa área e isso contribuiu na ampliação das discussões, no aumento do número de pesquisas e na profissionalização dos historiadores no país.

Para fins de exemplificação dos trabalhos de historiografia militar desenvolvidos na contemporaneidade, foi mostrado a empreitada de pesquisas realizadas na cidade de Ijuí/RS a fim de resgatar a trajetória histórica do 27º Grupo de Artilharia de Campanha, organização militar do Exército Brasileiro que tem sua origem nos idos de 1831, quando a foi criado o primeiro elemento de artilharia de campanha Brasil.

Trabalhos como esse são de fundamental importância para a produção historiográfica militar brasileira, pois permitem novas reflexões, novos debates e, por consequência, novas contribuições para a defesa nacional. Afinal, para fazer história é necessário entendê-la e refletir criticamente na condição de espaço de formação do saber. É somente conhecendo o passado que poderemos compreender o presente e construir o futuro.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, L. P. Macedo. História Militar: Importância, Natureza, Aplicação e Evolução. Revista Da Cultura, Ano I, n 2. jul/dez. 2001. Disponível em: <[http://www.funceb.org.br/images/revista/9\\_7f5i.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/9_7f5i.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2017.

MARCZAL, Ernesto Sobocinski. Introdução à historiografia: da abordagem tradicional às perspectivas pós-modernas [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Esboço crítico da historiografia militar brasileira. ESCRITAS, v. 5, n.1, 2013. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1163/8053>>. Acesso em: 21 out. 2017.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. A História Militar e a Historiografia Contemporânea. A Defesa Nacional: v. 768, 1995.

## BRASIL E ÁFRICA DO SUL NO CONTEXTO DO APARTHEID: RELAÇÕES E RUPTURAS

**Mariana Schlickmann**

Doutoranda em História na Universidade do Estado de Santa Catarina  
Itajaí – Santa Catarina

**RESUMO:** Ao longo de várias décadas do século XX a África do Sul foi a maior parceira comercial do Brasil entre os países africanos, mesmo em pleno auge do regime de *Apartheid*, que legitimava a institucionalização da segregação racial. Porém, neste mesmo período, o Estado brasileiro se empenhou na construção e divulgação de uma imagem do país como símbolo de convívio harmônico entre raças, de modo a forjar uma civilização mestiça. Utilizando-se de fontes bibliográficas, este artigo busca compreender a controversa relação entre o país da segregação e o da miscigenação, em um recorte temporal delimitado entre 1961 e 1979.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações Internacionais, História do Tempo Presente, África do Sul, Culturas Políticas, Estudos Africanos.

**ABSTRACT:** For several decades of the twentieth century, South Africa was Brazil's largest trading partner among African countries, even at the height of the *Apartheid* regime, which legitimized the institutionalization of racial segregation. However, during this same period,

the Brazilian State endeavored to construct and disseminate an image of the country as a symbol of harmonious coexistence among races, in order to forge a mixed racial civilization. Using bibliographic sources, this article seeks to understand the controversial relationship between the country of segregation and that of miscegenation, in a time frame delimited between 1961 and 1979.

**KEYWORDS:** International Relations, Present Time History, South Africa, Political Cultures, African Studies.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo busca debater a respeito das relações políticas, diplomáticas e econômicas entre Brasil e África do Sul, no âmbito da história política e das culturas políticas. A história política é a análise dos processos que abrangem o poder, na esfera individual e coletiva, nas tensões e lutas que estas implicam e nas ideias que as embasam e orientam (SIRINELLI, 2004, P.106). Ela não é uma história do Estado, apesar de utilizar muitas fontes produzidas por ele. Por isso, conforme afirma René Rémond, o/a historiador/a deve ser cuidadoso/a em sua metodologia para não se ater ao estudo do Estado:

O Estado jamais passa de

instrumento da classe dominante; as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças. Ater-se ao estudo do Estado como se ele encontrasse em si mesmo o seu princípio e a sua razão de ser é, portanto, deter-se na aparência das coisas. Em vez de contemplar o reflexo, remontemos à fonte luminosa: ou seja, vamos de uma vez à raiz das decisões, às estratégias dos grupos de pressão (RÉMOND, 2003, p. 20).

Assim, esse texto foca nas diretrizes da política externa brasileira para África do Sul, os agentes que as colocaram em prática, os impactos e resultados dessas ações e reflete um pouco acerca de todo o continente africano.

Por sua vez, as culturas políticas podem ser entendidas como o “conjunto de valores, tradições, práticas, representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado” (MOTTA, 2009, p. 21). Além do passado, este conjunto de práticas também pode influenciar e moldar projetos políticos planejados para o futuro. Eliane Dutra reforça o conceito ao afirmar que:

É justamente essa porção de um patrimônio cultural indiviso – experimentado no curso de uma existência, a um só tempo individual e coletiva, por referência de sistemas de valores, de regras e de crenças compartilhados em função de uma leitura comum do passado; de aspirações e projeções de um futuro a ser vivido em conjunto; e da comunhão de uma visão de mundo [...]” (DUTRA, 2002, p. 24).

Deste modo, para apreender as dinâmicas das culturas política, a política internacional do Estado-nação brasileiro em sua relação com África do Sul, deve ser analisada como uma estrutura, em uma longa duração, em diálogo com o conceito de Reinhart Koselleck. Para o autor, as estruturas são amplas, integram as mais diversas experiências cotidianas, e por isso, ultrapassam um registro cronológico, pois elas não se organizam segunda uma estrita sucessão de eventos passados. Elas implicam em uma maior estabilidade e duração e alternam-se em prazos mais longos. As estruturas de longo prazo permitem possibilidades para que os eventos incidam. Ele também afirma que:

Existem estruturas que são tão duradouras que permanecem guardadas no inconsciente ou na não-consciência daqueles que a viveram, ou cujas alterações se dão a tão longo prazo que escapam ao conhecimento empírico dos atingidos (KOSELLECK, 2006, p. 137).

Mesmo com a ruptura que significou a deposição da democracia e início da ditadura civil-militar em diversas esferas sociais, políticas, culturais, no que tange às relações internacionais entre Brasil e África, há uma breve retração, mas não uma quebra.

## **2 | RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA: UM BREVE PANORAMA**

A década de 1960 marcou um importante momento de reaproximação institucional, comercial, intelectual e cultural do Brasil com o continente africano. No governo de Jânio Quadros ocorreu um grande investimento com a criação, em

1961, da Divisão de África no Itamaraty e a abertura de três embaixadas em países africanos: Accra (Gana), Dacar (Senegal) e Lagos (Nigéria). A escolha destes locais pautou-se numa perspectiva estratégica, uma vez que Dacar, no Senegal, era um grande centro intelectual e exercia influência em toda a África de colonização francesa. Já a Nigéria, país mais populoso e rico em recursos naturais, era idealizado pelo governo como um futuro parceiro comercial. Por sua vez, Gana, consistia em centro estratégico na África Ocidental, detentora de grande expressão política e maior exportadora de cacau do mundo. É válido destacar também que a embaixada de Gana recebeu o primeiro negro embaixador brasileiro, o jornalista Raymundo de Sousa Dantas. Dantas relatou sua experiência como embaixador no livro *África Difícil: Missão Condenada – Diário* (1965), obra em que descreveu as dificuldades enfrentadas, o racismo do Itamaraty e o abandono sofrido pela embaixada.

Neste mesmo ano de 1961, ocorreu a exposição flutuante do navio-escola Custódio de Mello, organizada pelo MRE e Ministério da Marinha, viajando pela costa ocidental africana durante alguns meses com a finalidade de apresentar o Brasil e alguns produtos disponíveis para comercialização (SARAIVA, 2012, p. 38). Ainda em 1961, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos – IBEAA foi criado através do Decreto 50.465, de 14 de abril, subordinado diretamente à Presidência da República e localizado dentro do Ministério da Educação, no Palácio Capanema, Rio de Janeiro. O IBEAA era presidido por Cândido Mendes de Almeida, reconhecido cientista social, e tinha como principal função assessorar a Presidência nas relações entre Brasil e África, sem interferência e pressão do colonialismo português. O Instituto auxiliou, por exemplo, na formação de uma política de relações comerciais com África através das reuniões de debate sobre relações econômicas Brasil-África (OLVIEIRA, 1987, P. 31).

Jânio Quadros renunciou após apenas sete meses de governo, e seu vice, João Goulart assumiu a presidência da república até ser deposto por um golpe de Estado em 1964. O novo governo estabeleceu suas próprias diretrizes nas relações internacionais, e nos primeiros anos, as relações entre Brasil e África perderam fôlego. O IBEAA foi extinto ainda em 1964, e a embaixada de Gana ficou três anos sem um embaixador. Entretanto, ao longo dos governos ditatoriais a política externa sofreu diversas modificações, e no governo de Geisel (1974 – 1979) o Brasil voltou novamente suas atenções para o continente africano ao criar a primeira linha área entre Rio de Janeiro e Johannesburgo e enviar duas importantes missões para viajar por todo continente africano e estabelecer relações comerciais (PIERI, 2016, p. 166).

Deste modo, apesar do impacto da ditadura abranger praticamente todos os aspectos da história do Brasil, no âmbito das relações entre Brasil-África, e mais especificamente, Brasil-África do Sul, ela não significou uma mudança estrutural. Obviamente, foi um acontecimento importante nesta série de eventos aos quais esta narrativa se dedica, mas não significou uma ruptura. De fato, a grande mudança estrutural, que modificou totalmente a dinâmica entre os dois países, foi

o rompimento oficial das relações diplomáticas e comerciais na década de 1970, quando quinze países africanos assinaram uma resolução em que o Brasil e mais seis nações sofreriam boicote diplomático no fornecimento de petróleo caso não encerrassem relações com o regime de segregação sul-africano e findassem o apoio ao colonialismo português (SANTANA, 2006, p. 160). Esta mudança foi significativa pois de acordo com Saraiva, mais de 50% das exportações brasileiras para o continente africano eram para a África do Sul, chegando a 70% no ano de 1962 (SARAIVA, 2012, p. 40).

No contexto daquele período, as duas primeiras crises mundiais do petróleo comprometeram o fornecimento do produto e aumentaram vertiginosamente o preço do barril (SANTANA, 2006, p. 157-177). Nesta delicada situação, o Brasil deixou de se relacionar com a África do Sul até o fim do regime de *Apartheid*, visando garantir seu suprimento de petróleo e conquistar a confiança dos países africanos com os quais tinha planos comerciais. Somente na década de 1990, com o decreto oficial do fim do regime de *Apartheid* e a eleição de Nelson Mandela para presidente, o Brasil retomou contato com a África do Sul. Em 1991, Mandela visitou o Estado brasileiro, retomando os relacionamentos comerciais. Flávio Sombra Saraiva confirma:

A vulnerabilidade energética do Brasil nos anos 1970 e parte da década de 1980 ocupou papel ponderável na reaproximação ao continente africano. As duas crises do petróleo, em 1973 e em 1979, aceleraram a busca de novas parcerias internacionais. E isso viria explicar a superação gradual do comércio quase exclusivo com a África do Sul pelo intercâmbio crescente com outros dois novos parceiros atlânticos: Nigéria e Angola (SARAIVA, 2012).

Apartir daí toda a teia de relações do Brasil com países africanos foi reconfigurada, pois o impacto se estendeu e teve consequências por todo o continente, uma vez que o país teve que buscar outros parceiros comerciais. E assim, uma vez que essa pesquisa engloba não somente Brasil e África do Sul, mas também outros países do continente africano, ela adota uma perspectiva transnacional. De acordo com Isabel Hofmeyr, “a reivindicação do método transnacional não é simplesmente que os processos históricos são feitos em diferentes lugares, mas que eles são construídos no movimento entre lugares e regiões” (BAYLY, C.A. et al. 2006, p. 1444). Logo, na perspectiva transnacional, analisamos o trânsito de mercadorias e ideias entre os países supracitados.

No âmbito das culturas políticas, é importante operar o conceito de representação. Rodrigo Patto Sá Motta o define assim:

Importa realçar que a categoria representações está sendo entendida no sentido de “re-apresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, re-apresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos” (FALCON,2000:46). Dessa maneira, com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.). (MOTTA, 2009, p. 21).

Mobilizando este conceito, pode-se perceber que o Estado criou um discurso acerca da democracia racial, com símbolos, mitos e um imaginário sobre o que é o Brasil e qual a imagem que o país buscou transmitir com este ideal.

Para compreender o mito da democracia racial no Brasil, é antes necessário entender como e por que esse imaginário foi elaborado, pois ele advém de uma necessidade do recém-criado Estado-Nação brasileiro.

Assim, nos primeiros anos da república Brasileira, a maior questão era como lidar com a questão da cidadania, se maior parte da população era composta por ex-escravos e seus descendentes? Além disso, como manter a hierarquia social com o fim da escravidão? No contexto do final do século XIX e início do século XX, como pondera Lilian Schwarcz,

Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (SCHWARCZ, 1993, p.24).

Naquele período, o Brasil estava deixando para trás um passado escravista e monárquico para se tornar uma república oligárquica, cuja constituição, em termos formais garantia a igualdade e transformava toda a população em cidadãos.

Neste primeiro momento, o debate racial foi acerca de quem teria acesso, e em que níveis, a cidadania. Assim, as escolas de medicina e direito debateram as teorias raciais em uma perspectiva de naturalizar as diferenças, biologizando as hierarquias sociais.

Esse projeto de cidadania elitista não contou com a participação da sociedade e das lutas populares, ao contrário, foi imposta de cima para baixo, sem estender a cidadania a essa nova nacionalidade brasileira republicana e democrática. Como afirma Antônio Sérgio Guimarães:

[...] o imaginário elitista da nacionalidade aspirou — nas suas versões mais liberais — a uma raça mestiça que incorporasse negros e índios. Por isso, Peter Wade (1993, p. 3) tem razão quando diz que os pretos e os índios são incorporados mais “como candidatos potenciais à miscigenação” que como cidadãos plenos. De fato, eles foram excluídos desde sempre da cidadania, pelo processo mesmo de sua emancipação que os transformou numa subclasse. (GUIMARÃES, 1995, p. 41)

Neste período de racismo científico e teorias raciais, as populações eram divididas em raças, e o homem branco era tido o ápice na escala da “evolução” e o negro caracterizado unicamente em termos negativos, ainda em processo “evolutivo”. Por isso, como a mestiçagem era uma séria ameaça à “pureza” das populações/nações, devia a todo custo ser evitada (SCHWARCZ, 1993, p. 82).

Entretanto, a mestiçagem era percebida como a principal marca do país, e considerada um problema a ser enfrentado. Os intelectuais da época encontraram uma saída adaptando as principais teorias de moda a não considerar a miscigenação como um empecilho. Do Darwinismo social adotou-se a ideia da naturalização da

hierarquia entre as diferentes raças, e do evolucionismo social a perspectiva de constante evolução e aperfeiçoamento. Assim surgiu uma espécie de teoria híbrida que contornava o problema da mestiçagem, pois ela levaria ao branqueamento e aperfeiçoamento.

Na década de 1930, o problema racial ganhou destaque novamente, no governo Getúlio Vargas, que buscou repensar a questão da identidade nacional, em um período de imigração europeia em massa para o país e da Segunda Guerra Mundial (PEREIRA, 1991, p. 73). O debate foi guiado por um dos mais proeminentes pesquisadores na década de 1930, Gilberto Freyre (1900-1987), autor de duas obras clássicas do período: *Casa Grande & Senzala*, de 1933 e *Sobrados e Mocambos*, publicada em 1936. Ele sofisticou as discussões e a adaptação das teorias raciais acerca da mestiçagem e do branqueamento, positivando definitivamente essa característica da identidade nacional brasileira.

Freyre reforçou a importância de Portugal na constituição do Brasil, mas abriu espaço para a contribuição das populações indígenas e africanas, mesmo que em menor proporção, pois para ele o protagonismo era português e, os africanos, coadjuvantes neste contexto histórico. O autor deu um novo significado para a mestiçagem, tornada o elemento fundante da civilização brasileira.

Para ele, a miscigenação proporcionou a convivência harmoniosa das três raças que construíram o país (indígena, africana e europeia). É pontual recordar que em 1939, Getúlio Vargas criou o “Dia da Raça”, a ser celebrado em 10 de junho, reservado à celebração da miscigenação brasileira. Em 1963 também foi criado o “Dia do Samba”, também neste esforço de corroborar a cultura miscigenada do país (LEITE, 2018, p. 37).

Além da falta de cidadania, a democracia racial e a positivação da miscigenação estavam ancoradas em um ideal de “embranquecimento” que seria resultado da mistura entre as raças, uma vez que este prisma do racismo via o sangue branco como purificador, que absorveria as não-brancas do país.

Logo, o racismo no Brasil não foi enfrentado de maneira direta, pois o discurso na academia e na sociedade era de que ele era inexistente, já que o país era uma democracia racial. A partir deste conceito, construiu-se uma interpretação do Brasil, na qual Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Caio Prado Júnior foram intérpretes e ocuparam um papel fundamental. E em um mundo de tensões raciais, o Brasil se lançou em uma vitrine com esse novo modelo de governo, com base nessa convivência.

O Estado Novo, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda e adesão entusiástica das elites brasileiras, se esforçou em divulgar e vender essa imagem, pois ele construía uma visão positiva do país, e buscou silenciar vozes afros nos emergentes centros urbanos acerca das desigualdades presentes entre os descendentes de africanos.

Se por um lado, tal perspectiva serviu para impulsionar os estudos afro-

brasileiros, sob liderança de Gilberto Freyre, em termos diplomáticos, de outro, não significou uma aproximação com os países africanos nesse período, tanto que sua principal relação era com o regime de *Apartheid* da África do Sul. Isso ocorreu somente nos anos 1960, com um novo projeto de país e uma nova configuração mundial que pressionou o Brasil a rever suas posições. Deste modo, mudanças ocorreram e então utilizou-se do mito da democracia racial para uma aproximação com os países da África Austral, antagonizando e procurando apontar um Brasil onde a população negra não se diferenciava da branca, já que possuía “até” embaixadores negros. No caso, Raymundo de Souza Dantas, enviado à Gana. O país se anunciava como o modelo de harmonia entre as raças, antagonizando o *Apartheid*. Entretanto, o discurso não condizia com a prática, e a África do Sul foi por décadas, o maior parceiro comercial brasileiro em África, até o momento da ruptura das relações, que só ocorreram por pressões externas.

### 3 | CONCLUSÃO

Através dessa narrativa, buscou-se inscrever as relações entre Brasil e África do Sul na duração do tempo histórico, também mostrando um breve panorama da política externa brasileira em relação ao continente africano. Para isso, procuramos operar alguns conceitos como representação, nação, nacionalismo, cultura política, em uma tentativa de lançar novos olhares e questões para o objeto de pesquisa. Este exercício de mobilizar novos conceitos enriquece e dinamiza a produção da narrativa histórica, pois a história “só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam”, por que “estas precisam ser buscadas e investigadas, se quisermos que as experiências históricas sejam traduzidas para uma ciência da história” (KOSELLECK, 2006, p. 327) o que não deixa de ser um desafio permanente para os/as historiadores/as.

### REFERÊNCIAS

DANTAS, Raymundo de Souza. *África difícil: missão condenada - diário*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

D'ÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DÖPCKE, Wolfgang. “Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 41, n° 1, 1998, p. 132-160.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, n. 28, dez. 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre a História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LEITE, Fernando Sousa. O Brasil olha para a África: lusotropicalismo na abertura da política externa brasileira para o continente africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v.3, n.5, jan./jun. 2018, p. 33-47, p. 37.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. **Agostinho da Silva e o CEAO**: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil. 2010. 235f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1987.

PENNA FILHO, Pio. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). **Rev. Bras. Polít. Int.** vol. 44, n.1, 2001, p. 69-93.

\_\_\_\_\_; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, jan/jun, 2007.

PEREIRA, José Maria Nunes. **Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso**: o CEEA (1973 – 1986). Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

PIERI, Vitor Stuart Gabriel de. OLIVEIRA, Fabiana de. Brasil e África: seis décadas de aproximação. **Revista Intellecto**r, vol XIII, n25, julho/dezembro 2016, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. Brasil-África: notas sobre política externa e comércio exterior (1985-2005). **Afro-Ásia**, n. 35, 2007, p. 281-314.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

SANTANA, Ivo de. **A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)**. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004.

\_\_\_\_\_. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. **Rev. Bras. Polít. Int.** Vol. 46, n. 2, 2003, p. 113-137.

\_\_\_\_\_. Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 3, 2003, p. 517-555.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias. Brasília: EdUnB, 1996.

\_\_\_\_\_. *África parceira do Brasil atlântico*: relações internacionais do Brasil e da

África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1879 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIRINELLI, Jean-François. **Abrir a História**: Novos Olhares sobre o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

## ARQUITETURAS DE USO MISTO EM MACAÚBAS, ALTO SERTÃO BAIANO: SISTEMAS CONSTRUTIVOS, PRÁTICAS DE MORAR E TRABALHAR

**José Antônio de Sousa**

Pós-graduando em História/especialização na Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ

**RESUMO:** Essa pesquisa foi realizada no âmbito do programa de pós-graduação, mestrado em História, cultura e memória na Universidade Federal de Sergipe – PROHIS-UFS, com auxílio de bolsa pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior -CAPES. O objetivo é trazer em destaque algumas tipologias de arquitetura civil de uso misto da cidade de Macaúbas, região do Alto Sertão baiano, erigidas em diferentes contextos históricos, a partir de sua identificação, classificação e sistematização procurando evidenciar diferentes modelos de sistemas construtivos vernáculos e ecléticos, as influências da arquitetura colonial, os valores e práticas de morar e trabalhar. São exemplares representativos da identidade cultural daquela região, pelo seu caráter peculiar, remanescentes do patrimônio cultural. Coloca-se análise a relação entre arquitetura e sociedade, as práticas de construir, morar e trabalhar, presentes nas inter-relações a um conjunto de valores da identidade local, resultado de uma longa trajetória práticas empíricas nas técnicas tradicionais, circunscritas na história da arquitetura colonial brasileira. Em Macaúbas, podemos observar

as variantes dos estilos arquitetônicos da região em tela. Nestes ambientes construídos, palpitam uma atmosfera do espaço doméstico multifacetado de imagens fotográficas de família, do trabalho e relações sociais, onde podemos ver à disposição do mobiliário como os bancos, cadeiras, os utensílios domésticos nas cozinhas, e ferramentas, indicadores de hábitos e formas de sociabilidades presentes no espaço.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitetura, sociedade, construir, morar e trabalhar.

### MIXED USE ARCHITECTURES IN MACAÚBAS, ALTO SERTÃO BAIANO: CONSTRUCTIVE SYSTEMS, LIVING AND WORKING PRACTICES

### RELAÇÕES ENTRE ARQUITETURA E HISTÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A arquitetura pode ser considerada uma fonte para a história? O referencial teórico metodológico da cultura material é importante para refletirmos acerca das fronteiras e circularidades de ideias entre história e arquitetura. A arquitetura no Alto Sertão baiano carrega em si um amplo conjunto de valores

simbólicos e históricos que conferem uma concretude da vida humana em suas individualidades e subjetividades perante as experiências históricas dos indivíduos. O modelo tipológico de casa de função ou uso misto é representativo desses valores simbólicos, pois, nos informam diversas necessidades em morar e trabalhar num mesmo local, abrindo uma reflexão para a ideia do cotidiano e as sociabilidades. Os estudos sobre as práticas ou técnicas de construção apontam para transformação paulatina das edificações da cidade, quando os antigos partidos tradicionais foram sendo transformados e remodelados, absorvendo uma série de características associadas a um determinado contexto social e econômico, como as diferentes influências historicistas da arquitetura brasileira que então são propagadas entre as regiões e cidades por diversos veículos.

Estima-se que o contato histórico entre os antigos proprietários de terras, comerciantes, pedreiros e mestres de obras, políticos, religiosos, num trânsito humano e agenciamento nas áreas históricas da mineração da Chapada Diamantina entre os fins do século XVIII, como a exploração aurífera no Rio das Contas, Caetitê, dos criatórios de gado de Parantiga e também pelas influências das metrópoles do sul como São Paulo, já em fins do século XIX, tenha influenciado paulatinamente a arquitetura na região. A circularidade de ideias, as trocas comerciais, as observações in loco, a leitura de revistas, ou jornais teria influenciado esses agentes das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e religiosas sobre diferentes formas a construção dessas edificações.

“A arquitetura abrange a consideração de todo o ambiente físico que circunda a vida humana; (...) já que a arquitetura é o conjunto das modificações introduzidas na superfície terrestre visando as necessidades humanas” (Moris apud Benevolo, 1972:12). Essa conceituação foi proferida pelo design inglês, teórico da conservação, William Moris, vemos como é surpreendente a síntese conceitual da arquitetura nessas considerações, a exemplo da relação homem-natureza e uma ideia implícita de funcionalidade como uma marca dos valores e das concretudes das experiências humanas. Assim veremos como a arquitetura em Macaúbas configura-se como uma arte e expressão, de modo que está circunscrita a um conjunto de informações sobre valores, como o ato de morar e as ações que se desenrolam no cotidiano dos espaços domésticos em diferentes espacialidades, bem como as diferentes experiências de trabalho associadas às concepções espaciais dessas edificações. Esse trabalho apresenta um recorte, à medida que procura analisar alguns desses modelos tipológicos de arquitetura com essa peculiaridade do uso misto como prática cultural, histórica e social no Alto Sertão baiano, analisando mais especificamente alguns exemplares da cidade de Macaúbas. A metodologia deste trabalho surgiu dos estudos de inventariação de alguns de seus acervos realizados na região, bem como a leitura de referências bibliográficas.

Ao historiador que tenha como preleções fontes documentais na arquitetura, para construir um discurso narrativo sobre um lugar e época, deve orientar-se por uma

discussão epistemológica. Márcia Regina Chuva, escreveu que “A história como um instrumento de identificação de bens culturais” elabora uma interessante abordagem do historiador na tarefa de identificação e preservação de bens culturais, como patrimônios artísticos. Trata-se de um texto correlato ao seminário sobre a importância dos inventários de identificação, como instrumento metodológico de investigação. Márcia Chuva, discute as fontes como tradução e interpretação. Segundo ela, para além do saber da fonte do outro, é preciso fazer-lhes perguntas, “quem produziu ou produz a fonte ou o objeto recortado” (Chuva, 1998:49) as características da produção, origem, transformação, motivações. A autora vê as fontes como código a ser traduzido os seus significados. “A linguagem histórica deve ser compreendida enquanto tradução de linguagens culturais, com suas temporalidades próprias” (Chuva, 1998:42).

Para Márcia Chuva, esse exercício de tradução permanente permite a construção de infinitas leituras, ainda que fragmentárias pelo recorte cronológico ou regional. Nega-se, assim a possibilidade de uma verdade absoluta, pois o passado é uma construção infinita feita por recortes. Assim, os objetos como espaços urbanos e edificações em que estamos a analisar, possuem seus códigos os quais são passíveis de tradução pela sua concretude existencial enquanto materialidade física, mas, impõe um rigor teórico e reflexivo, sobretudo se tratar do caráter inventivo das experiências humanas. A seguir, apresentamos uma caracterização da área de estudo, o contexto histórico do Alto Sertão baiano.

## **O ALTO SERTÃO BAIANO, UMA ESPACIALIDADE HISTÓRICA**

Os estudos acerca da história das práticas construtivas e permeados pela ideia dos saberes e fazeres sobre a arquitetura antiga que fora erigida no Alto Sertão da Bahia durante o século XVIII, ainda são escassos, sobretudo trabalhos situados numa relação entre história, arquitetura, urbanização e sociedade. A antiga arquitetura colonial no alto sertão baiano ainda necessita de muitas problematizações e investigações, como um documento importante sobre a formação histórica e social dessa região através de seus acervos no campo da arquitetura religiosa, militar ou civil. Não o mero conhecimento técnico da arquitetura pela arquitetura ou o mesmo para o fenômeno da urbanização e suas nuances em diferentes contextos e conceitos, em abordagens sobre sua materialidade, mas, sim ao nos referirmos sobre essas arquiteturas como documento histórico que testemunha valores sobre a vida social e cultural, também estamos nos referidos a valores intangíveis como uma possibilidade profícua e necessária de investigação que urge. Estamos a pensar sobre as antigas formas construídas e tipologias arquitetônicas erigidas em nossos antepassados, como as capelas, casas de fazendas, residências, mas, sem deixar de problematizar acerca de um conjunto de valores objetivos e complexos que estão

impressos em cada uma dessas expressões arquitetônicas.

Utilizamos neste trabalho a denominação Alto sertão da Bahia, para demarcar uma região que remonta aos antigos territórios coloniais das antigas vilas de Rio de Contas e a Vila do Príncipe e Santana de Caetité, Santo Antônio do Urubu de Cima, as quais foram se formando durante o século XVIII, tendo como motivação a exploração do ouro nos vales dos rios Paramirim, rio das Contas, a criação de gado, agricultura e seus desdobramentos na interiorização e ocupação nos sertões. Analisando os processos de interiorização do império português através da ação dos sertanistas denominados de “homens de caminho”, Isnara Pereira Ivo, ao trabalhar com a ideia de um processo de mundialização quando da união das duas coroas ibéricas Portugal e Espanha, mostrando como esse processo era movimentado por uma rede de trocas culturais, mediações e interligações. Para ela o império lusitano ao adentrarem em regiões não litorâneas, acionou o planetário das monarquias católicas, entre eles, o Sertão de Minas Novas do Araçuaí; o Sertão da Ressaca, grosso modo, município da Imperial Vila da Vitória, o Alto Sertão da Bahia, Rio de Contas e Caetité (Ivo, 2012:32) que “vivenciaram de forma conectada, as experiências de trânsito e de mobilidade verificadas em todo o mundo ultramarino” (Ivo, 2012:35). A cidade de Macaúbas insere-se nesse movimento de interiorização dos sertões da América portuguesa num processo de transição entre os séculos XVIII-XIX numa espacialidade denominada de sertões de Paramirim.

Para Albertina Vasconcellos o “sertão” corresponde à vasta área de território que serviu como freio e reserva à completa ocupação e domínio do empreendimento colonizador “De terra de índios o sertão transmuta-se em terra de ninguém e em terra de alguns” (Vasconcelos, 2015, p.47). Para a autora com a materialização mais visível da implantação das estruturas de poder metropolitano, a política de aldeamentos, fazendas de gado e a superintendência da mineração, e a formação de uma sociedade de trabalho e economia escravista, conferiam ao sertão outra feição, a de uma paisagem transformada pelos povoados e vilas, onde a partir de então a administração colonial passou a denominar essas diferentes regiões vastas em: “Sertão de cima, Sertão de baixo, Sertão do São Francisco, Sertão da ressaca” (Vasconcelos, 2015, p.47).

A arquitetura em Macaúbas desse modo ainda que tardiamente, recebe muitas influências do padrão de colonização plasmado nos sertões das capitâneas da Bahia e de Minas Gerais, nos setecentos, presentes, sobretudo na urbanização das vilas mineradoras, do gado e da agricultura. As antigas práticas de edificar em Macaúbas provêm dessas vilas coloniais em suas áreas limítrofes nas capitâneas da Bahia e de Minas Gerais, como Rio de Contas, Caetité, Santo Antônio do Urubu, Serro Frio, Minas Novas, resultado dos trânsitos comerciais e culturais apontados por Isnara Ivo, bem como da posterior mineração na Chapada Diamantina na primeira metade do século XIX. Em Macaúbas essa conexão de influências com os circuitos coloniais, está relacionada à ocupação com os negócios da terra, as demandas

do comércio nas vilas setecentistas e da economia colonial ultramarina em escala mundial, acionando sistemas locais de economias de abastecimento interno.

Júnia F. Furtado ao escrever sua tese sobre os mecanismos da interiorização do império ultramarino, assim como Isnara Ivo, buscou compreender a história do comércio e dos comerciantes nas minas setecentistas, trata-se de uma pesquisa que busca abordar os mecanismos de espacialização e instrumentalização do poder no ultramar e a formação de uma cultura política e administrativa da sociedade colonial mineira, e com tal, esse estudo espalha-se nas visões gerais sobre outros espaços setecentistas coloniais, mostrando caminhos e percursos de uma série de agentes dessas dinâmicas socioeconômicas e políticas.

As arquiteturas como espaço de finalidades objetivas, estão em conexão com as influências do poder ultramarino, sua ressonância ocorre como desdobramento das negociações com o ouro e diamantes, do gado e da agricultura que formavam redes de “homens de negócios” (Furtado, 2006:19), “homens de caminho” (Ivo, 2012:20) ou em nosso entender um novo trânsito e caminhos trilhados por “homens de sonhos” que se aventuram nos sertões do Paramirim em busca de um “pedaço de terra” numa vasta extensão territorial. Esse universo plural foi marcado pelas subjetividades das experiências humanas históricas bastante complexas e que requer ao pesquisador uma contextualização e caracterização em suas particularidades perante a esse processo de espacialização do poder do império ultramarino português, pois “os estudos das formas de administração colonial, salientando seu aspecto repressor, não foram capazes de explicar como se deu a constituição e construção de uma identidade comum, entre a metrópole e seus colonos” (Furtado, 2006:15).

## **ARQUITETURAS DE USO MISTO, VALORES E TESTEMUNHOS HISTÓRICOS NO ALTO SERTÃO DA BAHIA**

Em Macaúbas a experiência da arquitetura colonial encontra-se no antigo Arraial de Santana Lagoa Clara, muito embora aquelas construções, a exemplo da residência de Sebastião Cardoso da Silva, sejam datadas do começo dos oitocentos, o povoamento da região é anterior e nos reporta aos fins da segunda metade do século XVIII, com os fracionamentos e negócios de terras das fazendas de Vargens e Pé de Serra (Neves, 2008:155).

A casa de Sebastião Cardoso da Silva (figura 01) como um exemplar de arquitetura mista, foi construída em meados do início do século XIX, constituindo uma importante geração das edificações do início do povoamento na região. Como residência desta família, desde o Sr. José Ferreira da Silva, que era tropeiro, a edificação compõe o conjunto histórico da Praça de Nossa Senhora Santana e foi analisada em parecer técnico pela Arquiteta Zulmira Bitencourt Correia, do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC em 2004, como importante exemplar

de casas rurais do início do povoamento no município.

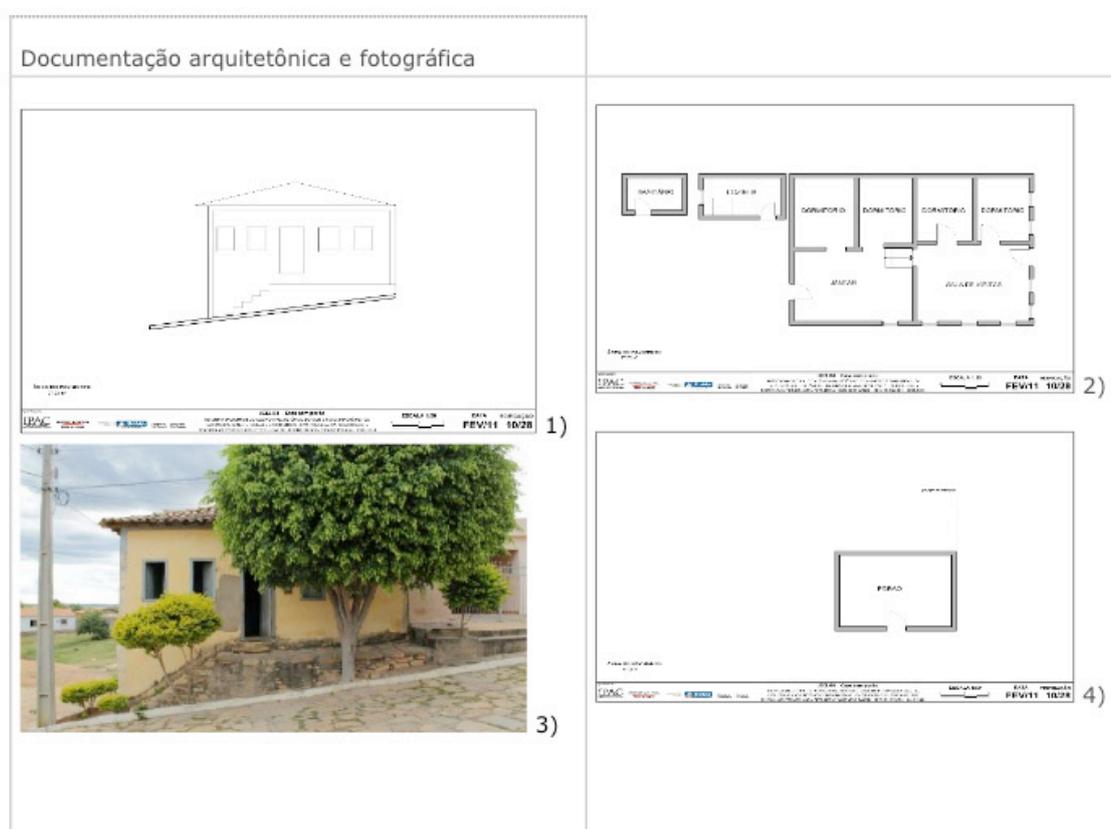
De acordo com a família o porão tinha a função de depósito de grãos, ferramentas e tralhas, ligado às atividades comerciais, pois os antigos proprietários eram tropeiros (figura 03). O tropeirismo era uma prática social, cultural e econômica disseminada nos vastos sertões. De acordo com Jurema Machado Paes, que estuda o tropeirismo no Alto Sertão da Bahia, mas, precisamente em Rio de Contas e Caetité, áreas limítrofes à Macaúbas diz que:

O tropeirismo possui diversas categorias, ou seja: a relacionada ao comércio de muares, a relacionada a produtos de exportação, e a ligada aos transportes de mercadorias de abastecimento interno (a policultura e a pecuária) que eram produzidas dentro da colônia para abastecer as regiões interioranas e as suas principais vilas e cidades (Paes, 2001, p.26).

As tropas assim tem uma relação direta como o tipo de economia e a região, nesse sentido era esse tipo de tropeirismo que era desenvolvido no Arraial de Lagoa Clara, assim se fazia o transporte de vários produtos, como milho, feijão, farinha, por exemplo, como atividade fundamental no abastecimento. A residência de Sebastião Cardoso (Figura 03) está implantada em declive numa esquina da Praça da Igreja de Santana. Seu acesso é feito por uma escada de pedra aparente que faz a ligação entre os dois níveis da edificação, do porão ao piso da residência. O porão é um elemento colonial, e está representado na (figura 04). Tanto a fachada frontal principal como lateral possui janelas e portas em madeira de verga reta, com cercaduras em madeira sem ornatos, de influência colonial, como podemos observar na (figura 01) com o desenho da fachada. O telhado em telha vã, mostra a estrutura aparente de caibros e ripas com beiral em terminação de cachorrada, elementos que conferem uma variante em caráter vernáculo em sua execução. Suas paredes autoportantes em adobes, são revestidas com barro.

A planta quadrada possui o padrão similar da região com algumas diferenças, geradas da imposição da topografia. A composição espacial conforme a (figura 02) apresenta a planta baixa e o programa de necessidades, indicando a sala de visitas à frente ladeada por dormitórios. A ligação com a sala de jantar é feita com uma pequena escada de alvenaria de pedra aparente, que corrige o desnível do terreno da Praça. A escada de alvenaria de pedra aparente e o assoalho na sala de visitas, são elementos característicos das soluções tradicionais em relação a topografia e a implantação e nivelamento dos terrenos. Os pisos são de tijoleira de pedra, sendo que o piso da sala de visitas feito em assoalho em barrotes e paralelo ao porão (figuras 07 e 08). A cozinha e o banheiro são anexos de intervenção posterior como podemos ver na documentação a seguir. Na fachada lateral, vendo a abertura do porão, detalhes do interior a partir da Sala de Jantar, com a disposição do mobiliário. O telhado aparente mostra as telhas coloniais e a trama das ripas, como sendo outra característica marcante da arquitetura brasileira, soluções e estéticas coloniais nos arraiais e vilas, como podemos ver na (figura 06).

A antiga documentação sobre a formação histórica do alto sertão da Bahia no século XVIII como as escrituras de compra e venda, os inventários *post mortem*, aludem os sucessivos fracionamentos dos latifúndios da Casa da Ponte da família Guedes de Brito, as apropriações e os negócios da terra, pecuária, mineração e comércio, sobre as conquistas dos sertões, a formação dos sítios e fazendas pecuaristas, a exemplo da casa da fazenda de Brejo dos Padres encravada nas cabeceiras do Rio das Rãs em terras do antigo Arraial de Santana de Caetité, e que pertenceu ao Capitão Antônio Xavier de Carvalho Cotrim, a Casa da fazenda setecentista de Santo Antônio, cujas parcelas arrendadas no início do oitocentos pertencia a Luiz José Pinto, depois vendida em 1809 para sua viúva Maria Alves Ferreira através de Joaquim Pereira de Castro, vinte anos depois transferidas para Bernardo de Brito Gondim (Neves, 2008:116).



Figuras – Casa de Sebastião Cardoso Silva, Distrito de Lagoa Clara.

Fonte: ICAAM, 2011.



Figuras - Casa de Sebastião C. da Silva, Distrito de Lagoa Clara

Fonte: ICAAM, 2011.

Como exemplo a esses estudos e de grande importância, destacamos o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC-BA, coordenado pelo professor Paulo Ormino Azevedo, seus oito volumes trazem em conjunto uma grande riqueza de detalhes e considerações sobre as relações históricas entre essas regiões, sejam pelos processos de colonização, as relações comerciais, as singularidades culturais e os trânsitos humanos dos povos de diferentes etnias que circulam historicamente nestes territórios. O historiador Erivaldo Neves Fagundes ao escrever a história da cidade de Igaporã neste contexto discorre sobre a ocupação dos sertões da Bahia, pois nesta região

“desenvolveram-se várias fazendas integradas (...) além dos vínculos institucionais, num só processo de formação socioeconômica, entrelaçaram-se famílias, que urdiram uma comunidade sertaneja e construiu no curso de três séculos suas tradições sociais, políticas e culturais nas relações de vizinhanças e parentesco com a consciência de pertencimento aquele espaço da Serra Geral, entre as nascentes do Santo Onofre e das Rãs e vertentes do São Francisco” (Neves, 2008: p.140).



Figura 09: Casa da Fazenda Santo Antônio em Igaporã-BA.

Fonte: IPAC-BA, 1978.

Os estudos sobre a função mista da arquitetura não são uma novidade ou exclusividade nos sertões da Bahia, mas sim uma análise que visa identificar suas particularidades culturais num fenômeno que é típico das conveniências dos interiores do Brasil, mas, complexo devido as diferentes linguagens arquitetônicas em seu caráter de produção, além dos valores de uso e formas de ocupação dos espaços, as hierarquias de acesso em sua multiplicidade de valores e tradições circunscritos num processo histórico de longa duração, haja a vista, a história da arquitetura brasileira.

A caracterização tipológica das edificações, as descrições dos elementos arquitetônicos, são de fundamental importância para a história da região de Macaúbas. A descrição da Casa da Praça da Catedral em Caetité, por exemplo feita em 1978, por Paulo Azevedo e Odete Dourado, corroboram para a interpretação de que se trata de uma típica expressão arquitetônica que representa o morar e trabalhar na região, assim pode-se ler: “Edifício comercial provavelmente do início do século XIX. Na região em estudo as lojas e armazéns estão geralmente ligadas a uma residência, seja ela uma sobrado ou casa térrea”. Esse imóvel como veremos guarda uma semelhança muito próxima com a Casa do Professor Zacarias do Amaral em Macaúbas, seja pelo partido e sua utilidade como uso misto entre morar e trabalhar conforme as figuras a seguir.

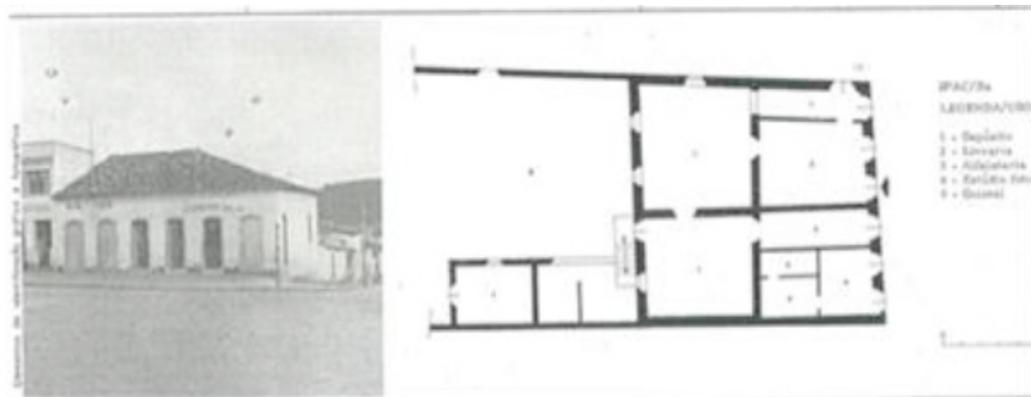


Figura 10: Arquiteturas civis de uso misto no Alto Sertão da Bahia

Casa da Praça da Catedral em Caetitê.

Fonte: IPAC-BA, 1978. p.59

As arquiteturas nos sertões do Paramirim são depositárias dessa tradição de uma cultura permeada pelo saber fazer, resultando nas formas e tipologias arquitetônicas de regiões limítrofes desde o início do século XVIII, durante o processo de formação das regiões do Alto Sertão da Bahia. A tectônica das expressões arquitetônicas é resultante dos mais variados fins, sejam pessoais, econômicos e políticos, pautados por suas necessidades objetivas como as questões ontológicas do morar e trabalhar. Em Macaúbas duas tipologias arquitetônicas como modelos representativos de sistemas construtivos são percebidas pela linguagem, elementos figurativos e visualidade.

Primeiramente destacamos um conjunto remanescente de arquiteturas vernáculas variantes do de estilo colonial, erigidas tardiamente ao longo dos séculos XVIII e início do século XIX. A velha arquitetura dos primeiros tempos de ocupação desta região, ainda necessita de melhores observações e análises através de outras fontes documentais, devido ao seu desaparecimento pela perda de sua materialidade. Desde já assinalamos que as arquiteturas da cidade de Macaúbas e com algumas correspondências com outras cidades de sua região e do país não se destacam em função de uma prática projetual oriunda de circuitos acadêmicos e com um caráter erudito, fruto de uma especialização, salvo algumas expressões, remodeladas em contextos posteriores, segundo revivals clássicos, coloniais, neoclássicos, transmutando-se em expressões ecléticas que irá expressar as necessidades de um contexto, a exemplo do desejo pela modernização em tempos republicanos na cidade, seguindo uma moda e tendências do século XIX, ou seja, uma replicação e remodelação nas edificações preexistentes que passam a ganhar novos elementos figurativos e soluções técnicas, em função de obrigações expedidas no Brasil Império, como as platibandas, mas, também seu impulso ocorre paralelo ao crescimento paulatino da industrialização e a propagação de novos materiais de construção, seus usos e conveniências.

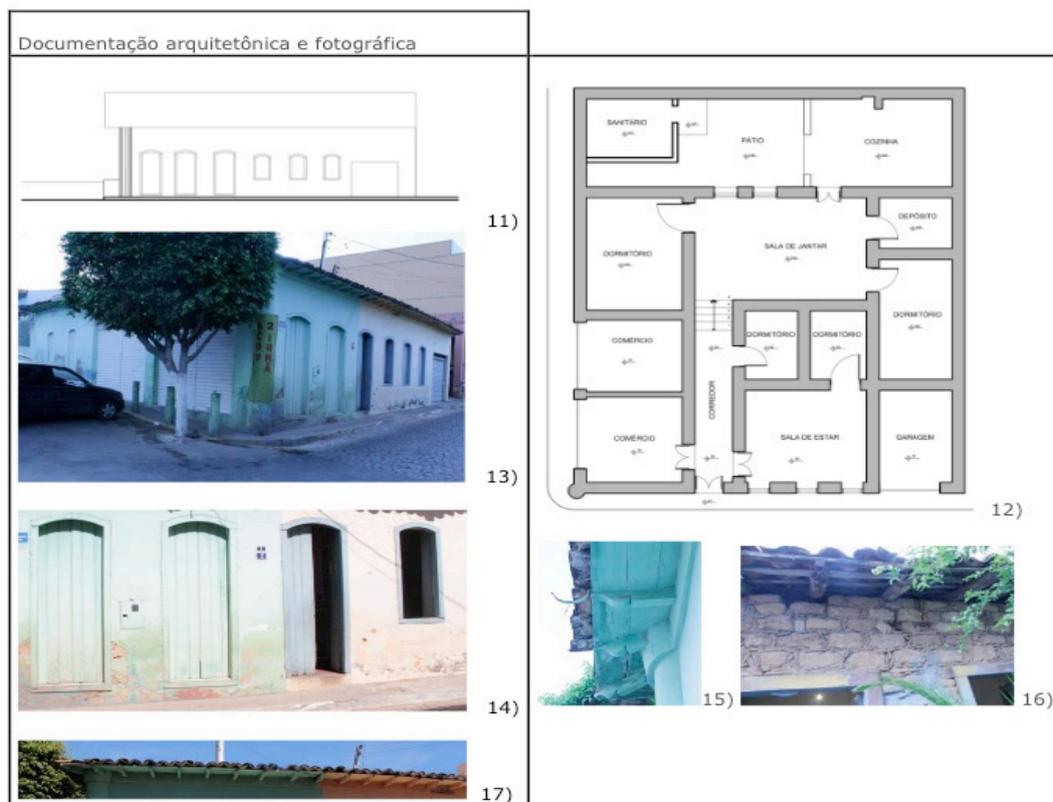
Em Macaúbas a velha arquitetura em estilo colonial tardio, será ao longo dos anos remodelada, sobretudo no apuro técnico das fachadas, recebendo “colagens” em uma gama de revivals historicistas. Essas transformações na arquitetura geraram intensos debates em torno de uma tradição versus modernidade. Discutimos a seguir um modelo tipológico representativo da arquitetura civil de uso misto na cidade, a Casa do Prof. Zacarias Amaral Rêgo, tal qual as semelhanças da Casa da Praça Catedral, na cidade de Caetité-Ba.

Em 06 de maio de 1959, conforme o traslado da escritura particular de compra e venda lavrada no tabelionato de Macaúbas, tendo como procurador Mário Domingues Amaral, como testemunha o professor José Batista da Mota, e como comprador, o professor Zacarias do Amaral Rêgo. Trata-se de um exemplar característico das arquiteturas de uso misto no sertão baiano, uma casa térrea (figura 13), com cobertura de telhas, sistema estrutural em adobes (figura 16), edificada numa esquina nesta cidade de Macaúbas, tendo duas frentes: a fachada principal se volta para o lado da Rua Manoel Vitorino conforme a (figura 11), tendo cinco janelas e três portas e a outra fachada apontada para a Praça Matriz da Conceição, tendo três janelas e três portas, além de um cômodo no fundo para depósito, esse depósito uma porta e uma janela de frente. As reminiscências do quintal evidencia a planta tipicamente colonial (figura 12), vendo a distribuição dos quartos, salas, cozinha. O terreno à época era foreiro à padroeira de Macaúbas, Nossa Senhora da Conceição.

O imóvel foi adquirido pelos senhores Francisco Machado Figueiredo e sua mulher Elisa Moreira de Figueiredo. A origem da escritura nos reporta a 1916 quando foi adquirida de Francisco Borges de Figueiredo e sua mulher. Trata-se da geração das primeiras casas edificadas no entorno da Praça Matriz da Conceição. Zacarias do Amaral era professor formado pela antiga Escola Normal de Caetité, tendo atuado como professor na cidade no antigo Grupo Escolar Cônego Firmino Soares e no Ginásio Aloysio Short, também atuou no departamento de obras da prefeitura, tendo acompanhado e assinado os alvarás de licença de construção entre os anos de 1967 e 1968. A antiga casa do professor Zacarias do Amaral Rêgo é uma arquitetura cuja tipologia nos reporta a um padrão colonial historicista, sua planta é nitidamente uma continuidade de planta de tradição colonial de releitura e revivalismos, bem como a compartimentação dos seus espaços, que apresenta as funções de armazém-venda e morada. O corredor faz a articulação entre a sala de visitas, dormitórios com a sala de jantar que dá acesso ao pátio e área de serviços.

A casa está implantada em esquina ao rés do chão. De sistema construtivo em adobe, formado por uma mistura de argila e cascalho, que reforça e torna rígido o sistema estrutural em suas paredes autoportantes, com a função de vedação. Sua fachada é guarnecida por portas e janelas em arco de verga arqueada e abatido (figura 14), a fachada simples sem ornamentação, vendo a marcação de uma coluna adossada. O telhado possuiu uma tipologia cuja estética nos remete ao colonial (figura 17), vendo a estrutura de caibros e ripas em telha vã, sustentado por mão

francesa (figura 15). O beiral do tipo cachorrada seguia uma tradição regional da longa tradição colonial e sem imposição da platibanda que era uma postura adotada no Brasil Império. Passamos agora a tratar de outro exemplar à Praça da Matriz.



Figuras – Casa do Professor Zacarias do Amaral Rêgo, Macaúbas-Ba

Fonte: ICAAM, 2011.

O ilustre morador da Vila de Macahubas, o Vigário Colado na Freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Macahubas, o Cônego Firmino Baptista Soares, formou-se no Seminário da Bahia tendo sido companheiro de seminário do Cônego Hermelino Marques de Leão, que o substituiu na Paróquia da Imaculada Conceição, após a sua morte ocorrida em 24 de julho de 1898. O Cônego Firmino morava em uma casa situada na Praça da Matriz, bem próximo da Igreja da Conceição. Trata-se de uma casa edificada em data incerta, talvez entre os anos da década de 1870- 80, construída por ele ou adquirida? O período do Pe. Firmino Soares em Macaúbas, como podemos ver nas descrições históricas feitas por Cícero Campos, é bastante conturbado, pois trata-se conflitos políticos sangrentos na vila entre os grupos liberais e conservadores, protagonizados pelo Juiz Municipal Ernesto Botelho de aspiração liberal e o Capitão Porfírio Brandão de orientação conservadora. Perseguido pelo Capitão Porfírio Brandão, muda de freguesia.

O Dr. Henrique Vital Soares, de acordo com a historiadora Consuelo Novais Sampaio, nasceu no dia 3 de novembro de 1874. Era filho de Firmo Batista Soares e de Rosalina Henrique Soares. Entregue pelos seus pais aos cuidados do seu

tio-padre, quando ainda era criança, do qual fora responsável pela sua instrução e formação inicial, até se mudar para Salvador para ingressar na Faculdade de Direito da Bahia, onde concluiu o curso em 1898, assumindo tempos depois à promotoria de Macaúbas, residindo na cidade até por volta de 1902, ou permanecendo mais tempo como afirma alguns. Ao regressar a Salvador seguiu carreira política tendo uma ascensão vigorosa após a queda da oligarquia Seabra. Sua entrada na política está associada a sua carreira como advogado e sua inserção na oligarquia dos Góis Calmon que o projetou, assim galgou os cargos de Deputado Estadual e Federal entre 1926-27, foi governador da Bahia entre os anos de 1928-30, renunciando ao cargo para formar chapa como Vice-presidente da República ao lado de Júlio Prestes, tendo sido eleito, mas, não assumindo o cargo devido a Revolução de 1930. Falece em 1933 deixando o sobrado que herdou do tio-padre como doação a Prefeitura da cidade, de acordo com o “Dicionário Histórico-biográfico da Primeira República – 1889-1930”.

O imóvel inventariado apresenta uma nova implantação de casas na cidade e da nova arquitetura em fins do século XIX. Seu acesso é feito por dois pátios laterais /corredores (figura 19), possuindo um térreo, cujas aberturas são em arco pleno e as da fachada lateral em verga reta. Em seu pavimento superior ou primeiro andar em forma de torre, também descrito como mirante, o acesso se dá por uma escada de madeira no centro da edificação, nesse pavimento têm-se duas salas nas extremidades, as aberturas são ogivais. Os dois pavimentos são terminados em cimalha e platibanda.

A configuração espacial remete a tipicidade da arquitetura colonial, cuja espacialidade compõe-se: sala de visitas à frente – corredor – sala de jantar nos fundos, esse corredor central dá acesso aos quartos, conforme a planta. Seu sistema construtivo é formado por paredes autoportantes em alvenarias de tijolos. Sua fachada principal voltada para Praça da Matriz (figura 18) guarda um ritmo, simetria e hierarquia volumétrica. O acesso original se dá por um pequeno hall de distribuição, dele se tinha acesso, à direita a sala de visitas. Segundo Paulo Azevedo (Ipac-BA, 1997, p.100) o mirante é um elemento que reporta as residências e conventos no século XVIII em Salvador. Essa monumentalidade descrita anteriormente quando tratamos da arquitetura eclética, representa a busca da beleza, expressa o poder econômico, o prestígio, status social e o progresso em tempos republicanos. Esses referenciais historicistas revivalistas modernizantes são uma marca daquele contexto político, econômico e cultural, bem como a mão de obra especializada trazida provavelmente dos edifícios de Salvador e adaptadas na cidade por Vital Soares.

Podemos ainda observar o seu conjunto de ornamentos, pinturas em relevo, estuques. Esse imóvel apresenta valor histórico e arquitetônico para cidade, e consta no relatório do IPAC-BA no ano de 1978. “Edifício de relevante interesse arquitetônico” (...) “Casa do final do século passado, com porão alto, acessos e afastamentos laterais” (Ipac-BA, 1997, p.255-56). Em relação ao uso do espaço na

época do Padre Firmino ainda não foi possível memorar devido à falta de registros fotográficos ou documentos primários, bem como as alterações internas em que talvez nada lembre a época de Firmino.

Nesse período Vital Soares, provavelmente empreendeu uma grande reforma. Consta na fachada os anos de 1885-1895, transformando a tímida casa térrea, que ganhou ares de sobrado e monumentalidade, ressalta-se essa data não é a de construção daquela edificação. A composição da fachada recebeu uma série de elementos arquitetônicos, que passou a caracterizar a velha casa em arquitetura eclética, onde se identifica uma série de revivals historicistas como o mirante neogótico, elementos neo-renascentistas e neo-barrcos, vendo suas cercaduras e vãos de abertura ogivais e os arcos plenos (figura 20). O Dr. Vital Soares tinha intenções claras de mostrar o seu poder, a busca do conforto, a estratégia da torre com sacada como elementos que conferem a vista estratégica e privilegiada da praça, ao que parece um espaço de reuniões.



Figuras – Antiga residência do Cônego Firmino Soares

Fonte: ICAAM, 2011.

Depois de ser a residência Padre Firmino e de Vital Soares, tornou-se uma edificação de propriedade e utilidade pública da cidade de extremo valor, como o funcionamento do colégio normal, em seguida sede da prefeitura municipal por anos. Em 1986 passou por outra grande reforma no governo de João de Oliveira Figueiredo, tendo sido trocado o telhado, inserido os novos portões e trechos do piso, sistema hidráulico. Nos registros fotográficos observam-se os andaimes e o barro como exemplo de práticas e materiais locais. A restauração da fachada feita em 2010, numa importante reforma na edificação através da Fundação Pedro Calmon, o edifício foi adaptado para ser a Biblioteca Municipal Professor José Zacarias do Amaral Rêgo.

## ARQUITETURA E PERCEPÇÕES DO SOCIAL

A arquitetura traduz-se em documentos primários percebidos através de análises *in loco* e elaborações de um conhecimento técnico especializado sobre a morfologia das edificações, volumetria, implantação, materiais e técnicas construtivas, a complexa leitura dos estilos históricos e artísticos, elementos de ornamentação e composição estética, estudos sobre usos e funções, estado de conservação e classificações tipológicas, estiveram presentes na seara dessas observações. Quando das possibilidades a documentação escrita fidedigna, sobretudo se tratar de edificações desaparecidas e ou alteradas ao longo do tempo, são de fundamental importância para interpretações mais seguras, a exemplo de nossa antiga arquitetura civil rural colonial nascida do processo de formação dos sertões altos da Bahia no século XVIII.

Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves, analisando historicamente os significados da palavra patrimônio e numa visão antropológica, considera que suas interpretações nos conduzem as limitações e possibilidades. A palavra patrimônio apesar de ser uma invenção moderna dos processos de formação dos Estados Nacionais europeus em fins do século XVIII (Gonçalves, 2003:21), trata-se de uma noção que é anterior a esse contexto, pois o sentido do patrimônio poder ser analisado desde as sociedades tribais, clássicas e medievais. Para Gonçalves a categoria de patrimônio é importante como o conhecimento da sociedade ao longo desse processo histórico. “Suas qualificações acompanham as divisões estabelecidas pelas modernas categorias de pensamento: economia, cultura, natureza, etc.” (Gonçalves, 2003:23). Nesse sentido a categoria de patrimônio é uma construção social em contínuas modificações a medida que se estabelecem essas diferentes qualificações.

Como arte e prática cultural, e essa noção de patrimônio os documentos arquitetônicos exprimem relações homem e sociedade através de leituras do espaço urbano e de valores sociais a ele intrínsecos. A relação arquitetura e documentação oferecem inúmeras possibilidades de interpretação e escrita da história, porém,

como fonte, apresenta limites em seu tratamento, como a identificação do contexto, autoria, caráter de produção e transformação. Entre essas relações, analisamos alguns exemplares de arquitetura civil de uso misto no Alto Sertão da Bahia e tomando como recorte algumas particularidades e Macaúbas. Uma edificação se altera com o tempo em função dos sucessivos proprietários, mudança de valores, modificações no programa de necessidades, remoção ou acréscimo de elementos. Essas e outras alterações podem ou não serem percebidas num exame *in loco* ou documentação na fase de pesquisa histórica de uma recomposição e mesmo pretensa da originalidade de uma edificação em projeto de restauro, pois intervenções posteriores são consideradas pastiches e em sua grande maioria não formam documentadas, nesse sentido, não temos uma memória da restauração das intervenções nesses espaços, sobretudo em virtude do caráter privado.

As expressões arquitetônicas como possibilidade de escrita da história, são interpretadas como bens materiais da cultura ou cultura material, um conceito teórico do campo arqueológico que interpreta os “materiais e objetos concretos da vida das sociedades” ou “materialidade da coletividade” (Bucaille e Pesez, 1989:11). Essas proposições são feitas por Bucaille e Pesez acerca da “Cultura Material” para uma história das abordagens econômicas, sociais, e como noção definidora para história das técnicas. A interpretação social através de bens materiais da cultura fornece subsídios para entender a coletividade da sociedade, como tradição cultural de uma maioria ou das massas, o que também conceitua e qualifica o patrimônio cultural, como vimos anteriormente nas asserções de Gonçalves.

Das percepções desta pesquisa, ficou evidente uma relação social entre arquitetura e sociedade, sobretudo nas dimensões entre as práticas de construir, morar e trabalhar típicas da região do Alto Sertão baiano, as quais criam uma atmosfera multifacetada de valores dinâmicos e complexos, observados nos casos analisados, e suas correspondências entre algumas cidades da região em tela. Foi possível sistematizar e classificar algumas categorias, como variantes das influências dos estilos da arquitetura brasileira, a exemplo do colonial tardio e do ecletismo. Como remanescentes do patrimônio cultural da região, portadoras de uma identidade local e regional, essas arquiteturas civis de uso misto, entraram em desuso e desaparecimento paulatino na cidade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-biográfico da Primeira República – 1889-1930**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2015.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural. IPACBA-Monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina**. Salvador, 1980.

BENEVOLO, Leonardo. **Introdução a arquitetura**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean - Marie. **Cultura Material**. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN / CM, 1989, vol.16 – Homo/ Domesticação / Cultura Material, p.11-47.

CHUVA, Márcia. A história como um instrumento de identificação de bens culturais. In: **Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira**. Org. MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz Resende. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. pp.41-50.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócios: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. In: Rio de Janeiro: DP&A, 2003.pp.21-29.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. Revista de História, São Paulo, n.115 (Nova Série), julho-dezembro de 1983, p.103-117.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

PAES, Jurema Mascarenhas. **Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no alto sertão baiano**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VASCONCELOS, Albertina Lima. **As Vilas do Ouro: sociedade e trabalho na economia escravista mineradora (Bahia, Século XVIII)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2015.

## HISTÓRIA DA SECA, DA FÉ E DO NORDESTE CANTADA PELO REI DO BAIÃO

### Romero de Albuquerque Maranhão

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Programa de Pós Graduação em Educação, Arte e História da Cultura

### Norberto Stori

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Programa de Pós Graduação em Educação, Arte e História da Cultura

### BRAZIL SING BY LUIZ GONZAGA

**ABSTRACT:** The relationship between art and science can materialize in various ways, including through music production. Music has the power to express feelings, to reveal memory, to know social representations, the political context and popular imagination, as well as the ability to dialogue with historical knowledge. In this sense, the songs sung by Luiz Gonzaga deserve to be highlighted, as they deal with themes typically from northeastern Brazil, such as the culture and faith of that people in relation to drought and their experiences. Droughts are a present reality, operating today as in the past.

**KEYWORDS:** Music; Luiz Gonzaga; Culture; Interdisciplinarity.

**RESUMO:** A relação entre arte e ciência pode se concretizar de diversas formas, dentre elas, através da produção musical. A música tem o poder de expressar os sentimentos, revelar a memória, conhecer as representações sociais, o contexto político e o imaginário popular, além da capacidade de dialogar com o conhecimento histórico. Neste sentido, as músicas cantadas por Luiz Gonzaga merecem destaque, pois tratam de temas tipicamente do nordeste brasileiro, como a cultura e a fé daquele povo em relação à seca e às suas experiências. As secas constituem uma realidade presente, atuante nos dias de hoje, como no passado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Música; Luiz Gonzaga; Cultura; Interdisciplinaridade.

### 1 | INTRODUÇÃO

A seca enquanto fenômeno natural tem registro no Nordeste desde a colonização da zona semiárida do Brasil, sendo de 1534 o primeiro relato desse desastre natural. De acordo com Araújo (1999), ao se focalizar a dimensão natural das secas, não se consegue vislumbrar muito mais do que a histórica repetição de cenas de fome e sede. Embora tendo o caráter natural e acontecendo na mesma região, a seca ocorre em diferentes conjunturas sociais, econômicas e políticas

### HISTORY OF DRY, FAITH AND NORTHEAST

que possuem aspectos particulares quanto à estiagem. Misturam-se a ela aspectos socioeconômicos e políticos que lhe tiram o caráter único de ser um fenômeno apenas natural.

*“O tema da seca foi, sem dúvida, o mais importante, por ter dado origem à própria idéia da existência de uma região à parte, chamada Nordeste, e cujo recorte se estabelecia pela área de ocorrência deste fenômeno” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.120).*

Assim, a seca ganhou notoriedade e passou a ser tema de discursos políticos, cantigas, poesias, obras cinematográficas e músicas. As músicas não são apenas acordes, notas e melodias. Elas são capazes de informar, expor ou explicitar as ações humanas, sua história, existências, angústias e necessidades.

De acordo com Matos (2005), a produção musical se apresenta como um corpo documental particularmente instigante, já que por muito tempo constitui um dos poucos documentos sobre certos setores relegados ao silêncio, centrando-se na expressão de sentimentos e abordando temáticas tão raras em outros documentos. Trata-se de uma documentação muita rica e pouco explorada pela análise histórica, com grande potencial para revelação do cotidiano, das sensibilidades e das paixões.

A música é uma manifestação artística e cultural que não pode ser dissociada do seu local, pois possui diferentes estilos, abordagens e concepções. De acordo com Bennett (1986), a música existe e sempre existiu como produção cultural, pois de acordo com estudos científicos, desde que o ser humano começou a se organizar em tribos, a música era parte integrante do cotidiano dessas pessoas.

Neste contexto, é possível inferir que a música oferece recortes da conjuntura político-econômica e social de um povo. Representa características próprias da população, tornando-se tanto em um discurso local como global. É fruto de um lugar social, de uma filosofia de mundo do compositor.

Na pesquisa, ora em andamento, a partir das canções escritas e ou cantadas pelo Rei do Baião – o ilustre Luiz Gonzaga – buscamos explicitar o quanto a realidade e a história do povo sertanejo e nordestino estão presentes. A seca, a fé e o nordeste com toda sua riqueza de adjetivos e substantivos são os temas que irão perpassar as reflexões a serem apresentadas ao longo desta pesquisa.

## **2 | QUEM FOI LUIZ GONZAGA - O REI DO BAIÃO?**

Luiz Gonzaga do Nascimento (figura 1), conhecido como o Rei do Baião, nasceu numa sexta-feira, dia 13 de dezembro de 1912, numa casa de barro batido na Fazenda Caiçara, povoado do Araripe, a 12k m da área urbana de Exu (extremo oeste do estado de Pernambuco, a 610 km do Recife, a 69 km de Crato (Ceará) e a 80 km de Juazeiro do Norte, Ceará). Foi o segundo filho de Ana Batista de Jesus Gonzaga do Nascimento, conhecida na região por “Mãe Santana”, e oitavo de Januário José dos Santos do Nascimento. Deveria ter o mesmo nome do pai, mas

na madrugada em que nasceu, seu pai foi para o terreiro da casa, viu uma estrela cadente muito luminosa e mudou de ideia. Era também o dia de Santa Luzia e também mês do Natal, o que explica seu nome, “Luiz”, que foi dado em homenagem a Santa Luzia, a estrela cadente e ao natal.



Figura 1. Luiz Gonzaga – o Rei do Baião.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz\\_Gonzaga](https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Gonzaga)

Seu pai trabalhava na roça, num latifúndio, e nas horas vagas tocava acordeão, também consertava o instrumento. Foi com ele que Luiz aprendeu a tocar o instrumento. Muito jovem ainda, já se apresentava em bailes, forrós e feiras, de início acompanhando seu pai. Autêntico representante da cultura nordestina manteve-se fiel às suas origens mesmo seguindo carreira musical no sudeste do Brasil.

Todavia, o gênero musical que o consagrou foi o baião. A canção emblemática de sua carreira foi Asa Branca, composta em 1947, em parceria com o advogado cearense Humberto Teixeira. Gonzaga, por conta de uma desilusão amorosa, deixa Exu e parte para Fortaleza, ingressando em seguida no exército em 5 de junho de 1930. Durante nove anos viajou por vários estados brasileiros, como soldado, sem dar notícias à família e deu baixa do Exército em 27 de março de 1939, no Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, então capital do Brasil, começou tocando em bares, cabarés e programas de calouros. No início da carreira, apenas solava acordeão em choros, sambas, *foxtrotes* e outros gêneros da época. Seu repertório era composto basicamente de músicas estrangeiras que apresentava, sem sucesso, em programas de calouros. Apresentava-se com o típico figurino do músico profissional: paletó e gravata. Até que, em 1941, no programa de do músico, compositor e apresentador

de rádio Ary Barroso, foi aplaudido executando Vira e Mexe, com sabor regional, de sua autoria.

Em 1945 conheceu, em uma casa de shows da área central do Rio, uma cantora de samba chamada Odaléia Guedes dos Santos, conhecida por Léia. A moça estaria supostamente grávida de um filho ao conhecer Luiz. Foram morar em uma casa alugada, e Luiz assumiu a paternidade da criança, dando-lhe seu nome: Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior (1945-1991), que acabaria também seguindo a carreira artística, tornando-se o cantor e compositor Gonzaguinha, autor de grandes sucessos da música popular brasileira. A relação entre o casal era boa no início, mas depois começou a se desestabilizar e tornar-se conflituosa, levando Odaléia a sair de casa com o filho, com menos de dois anos de convivência. Luiz a buscou na pensão onde ela voltou a viver, e não aceitava que ela saísse de casa, mas depois decidiu deixá-la lá com o filho. Odaléia, então, voltou a trabalhar como dançarina e cantora, e criou o filho sozinha, mas Luiz a ajudava financeiramente e visitava o menino.

No ano de 1946 Luiz Gonzaga conheceu, também no Rio de Janeiro, a professora pernambucana Helena Cavalcanti, em um show que fez, e começaram a namorar. Ele precisava de uma secretária para cuidar de sua agenda de shows e de seu patrimônio financeiro, e antes de pedi-la em namoro, a convidou para ser sua secretária. Helena precisava de um salário extra para ajudar os pais, já idosos, com quem ainda morava, e aceitou.

Já em 1947, a sua primeira companheira Léia morreu de tuberculose, quando seu filho Gonzaguinha tinha dois anos e meio. Luiz queria levar o menino para morar com ele e pediu para Helena criá-lo como se fosse dela, mas ela não aceitou, assim como sua mãe Marieta. Helena não conseguia engravidar e o casal adotou uma criança, uma menina recém-nascida, a quem batizaram de Rosa Cavalcanti Gonzaga do Nascimento.

Gonzaga foi um importante compositor e cantor popular, uma personalidade da música popular brasileira. Cantava e encantava o público com sua sanfona, levando a alegria das festas juninas e dos forrós pé-de-serra, bem como a pobreza, as tristezas e as injustiças de sua árida terra, o sertão nordestino ao resto do país, numa época em que a maioria desconhecia o baião, o xote e o xaxado.

Em seu último show, Gonzaga declarou querer ser lembrado como sanfoneiro que amou e cantou muito seu povo, o sertão, as aves, os animais, os padres, os cangaceiros, os retirantes, os valentes, os covardes e o amor. Em quase todos os seus discos, o Rei do Baião traduziu de fato, as alegrias e as dores dos sertanejos, sempre desenhando o cenário real dos vários sertões em um só.

### 3 | O QUE É A SECA?

A seca é o resultado da interação de vários fatores, alguns externos à região (como o processo de circulação dos ventos e as correntes marinhas, que se relacionam com o movimento atmosférico, impedindo a formação de chuvas em determinados locais), e de outros internos (como a vegetação pouco robusta, a topografia e a alta refletividade do solo).

A ação do homem também tem contribuído para agravar a questão, pois a constante destruição da vegetação natural por meio de queimadas acarreta a expansão do clima semiárido para áreas onde anteriormente ele não existia.

Assim, podemos dizer que a seca é um fenômeno ecológico que se manifesta na redução da produção agropecuária, provoca uma crise social e se transforma em um problema político. As consequências mais evidentes das grandes secas são a fome, a desnutrição, a miséria e a migração para os centros urbanos (êxodo rural).

A questão da seca não se resume à falta de água. A rigor, não falta água no Nordeste. Faltam soluções para resolver a sua má distribuição e as dificuldades de seu aproveitamento. É:

“necessário desmitificar a seca como elemento desestabilizador da economia e da vida social nordestina e como fonte de elevadas despesas para a União ...desmitificar a idéia de que a seca, sendo um fenômeno natural, é responsável pela fome e pela miséria que dominam na região, como se esses elementos estivessem presentes só aí” (ANDRADE, 1985, p. 7)

### 4 | A SECA, O SOFRIMENTO E A FÉ NO SERTÃO DE ASA BRANCA

A canção Asa Branca foi composta em 1947, tendo como parceiro de composição o cearense Humberto Teixeira (advogado cearense, conhecido como o Doutor do Baião). O nordeste, neste período, já passava por momentos difíceis, por contas da grande seca de 1932, iniciada de fato em 1926, com um breve intervalo em 1929, tendo se configurado em verdadeiro cataclisma sócio-econômico na região nos anos seguintes, atingindo o ponto culminante no ano que a imortalizou, cuja calamidade fez com que o flagelo, tantas vezes repetido, assumisse proporções devastadoras, principalmente para a população carente.

Essa canção foi considerada a obra mais famosa e consagrada do repertório de Luiz Gonzaga, eleita pela Academia Brasileira de Letras, em 1997, como a segunda canção mais marcante do século XX, por apresentar o tema da seca nordestina e suas consequências como: tristeza, miséria, êxodo, separação, sofrimento e morte.

Em suas primeiras estrofes, os autores registram que a seca era tão grande e forte que eles a compararam com uma fogueira de festa junina. Registram que a terra ardia de tão quente e seca que estava e, também, suplicam a Deus por que tanto sofrimento e judiação.

Quando olhei a terra ardendo  
Qual fogueira de São João  
Eu perguntei a Deus do céu, ai  
Por que tamanha judiação  
Eu perguntei a Deus do céu, ai  
Por que tamanha judiação

A palavra judiação citada na música, proveniente do verbo judiar, é associada ao povo judeu, devido aos sofrimentos narrados na Bíblia vividos por esse povo que, como os nordestinos também viveram a experiência do êxodo.

Na segunda estrofe os autores reafirmam que o calor é insuportável comparando-o a uma fornalha e descrevem a terra sem vegetação. Explicitam, ainda, que a falta de água, por conta da seca ou da ausência de política pública, provocou a mortandade dos animais. Além disso, a terceira estrofe evidencia a migração da ave asa branca (um tipo de um pombo - *Columba picazuno*) para o sul por causa da seca.

Que braseiro, que fornaia  
Nem um pé de prantação  
Por falta d'água perdi meu gado  
Morreu de sede meu alazão

Inté mesmo a asa branca  
Bateu asas do sertão  
Então eu disse, adeus Rosinha  
Guarda contigo meu coração  
.....

Ainda é possível identificar, na estrofe acima, aspectos relacionados à migração feita por homens (hoje, por homens e mulheres, mas na época da canção era feita só por homens) que deixavam sua cidade, sua região, procurando melhorias de vida e sustento da família, saindo e deixando para trás mulher e filhos. Assim, está explícito a divisão de papéis sociais do homem como o provedor e da mulher que fica para cuidar dos filhos e do lar.

Santos (2004) registra que a imigração ocorreu devido ao nordeste ser uma região marcada pelas constantes secas, onde reinam o coronelismo e os grandes latifúndios, onde a estrutura social está marcada por um processo de cristalização das desigualdades sociais.

Apesar da fé em Deus, derivada da colonização e aos desbravadores do sertão, o nordestino bate em retirada, vencido pela má sorte, pela desesperança,

pelo agouro permanente da trágica situação provocada pela longa estiagem. A seca, assim, é uma espécie de pecado divino, um castigo de Deus.

De acordo com Rebouças (1997), em Asa Branca, a seca nordestina é retrata da apenas na perspectiva climática e geográfica, reproduzindo a mentalidade de conformismo do povo nordestino em relação a essa problemática que, também, é de ordem política e social.

## 5 | A SECA COMO FENÔMENO POLÍTICO E SOCIAL

Em 1953, Luiz Gonzaga compõe a música “Vozes da Seca”, em parceria com Zé Dantas. A música é uma mistura de discurso político e manifesto. Uma forma poética de denunciar o descaso e a omissão dos governantes no que se refere ao combate à seca.

Acredita-se que os compositores procuraram reivindicar providências do então presidente Getúlio Vargas contra a situação difícil da população afetada pela seca que atingia boa parte do país, especialmente o nordeste. Pois, o então Presidente, no afã de fazer expandir a sua filosofia populista, que tivera um início bem sucedido, com a implantação de normas trabalhistas, copiadas dos países do leste europeu, buscou introduzir no âmbito rural brasileiro, com destaque para o sertão nordestino, um novo modelo de esforço governamental, representado por “favores” para amenizar os efeitos da seca, que tanto afligia a nobre e brava população daquela importante parte do território nacional.

A canção na verdade apresenta um “recado” às autoridades políticas, apresentando de maneira simplória e suave, mas com tom crítico, um desabafo contra o descaso político diante da problemática da seca no nordeste.

Seu doutô os nordestino têm muita gratidão  
Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão  
Mas doutô uma esmola a um homem qui é são  
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão  
É por isso que pidimo proteção a vosmicê  
Home pur nós escuído para as rédias do pudê  
Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chovê  
Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê  
Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage  
Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage  
Livre assim nós da ismola, que no fim dessa estiage  
Lhe pagamo inté os juru sem gastar nossa corage  
Se o doutô fizer assim salva o povo do sertão

Quando um dia a chuva vim, que riqueza pra nação!

Nunca mais nós pensa em seca, vai dá tudo nesse  
chão

Como vê nosso distino mercê tem nas vossa mão

Com linguajar e vocabulário típicos do sertanejo, os compositores fazem uma reivindicação por programas e frentes de trabalho, ressaltando nas entrelinhas, que o povo não precisa de esmola, e sim de dignidade para viver. O doutô citado na música é o tratamento comum na região para se referir aos médicos, juizes, delegados e políticos.

Cabe registrar que Luiz Gonzaga, durante o governo Médici, foi chamado ao departamento de censura da Polícia Federal para ouvir daquele órgão que dali pra frente não poderia mais cantar três músicas em seus shows, entre elas “Vozes da Seca”, além de “Paulo Afonso” e “Asa Branca”.

## 6 | O FIM DA SECA, A CHUVA E A FÉ COM A VOLTA DA ASA BRANCA

Em 1950, Luiz Gonzaga e Zé Dantas retomam a canção Asa Branca e compõem a Volta da Asa Branca, apresentando o regresso da ave, o retorno do retirante expulso pela seca, a chegada da chuva e o milagre divino de vê a terra brotando novamente. Para o nordestino do sertão, a chegada da chuva, que é irregular, é sempre recebida com espanto. Quando os céus mandam a chuva, é milagre ver o chão fecundado e o verde que brota do solo seco da noite para o dia.

A seca fez eu desertar da minha terra

Mas felizmente Deus agora se alembrou

De mandar chuva

Pr'esse sertão sofredor

Sertão das muié séria

Dos homes trabaiador

Rios correndo

As cachoeira tão zoando

Terra moiada

Mato verde, que riqueza

E a asa branca

Tarde canta, que beleza

Ai, ai, o povo alegre

Na segunda estrofe da música, a chuva é percebida como um milagre divino porque representa a renovação da vida ameaçada pela morte dita “natural” que a seca trouxe. Na terceira estrofe percebe-se que após a chuva a natureza volta a ser generosa com o povo nordestino, pois há o cantar das aves, a mata volta a ficar verde novamente e o povo alegre outra vez.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A musicalidade de Luiz Gonzaga retrata a história do nordeste, a seca e a fé do povo nordestino. Gonzaga faz e apresenta em suas músicas uma crítica da realidade social e política do país, sendo, portanto, uma ferramenta de apelo e clamor. A pesquisa em andamento apenas utilizou três canções composta pelo cantor e em parceria com personalidades da música popular brasileira, sendo esta uma limitação do estudo que não permeou todas as obras do artista. Outras músicas do artista podem ser utilizadas para conhecer a história ambiental da região nordeste, os hábitos alimentares e culturas cultivadas, bem como a ecologia do sertão. O nordeste de Luiz Gonzaga é o seu sertão, é a sua vida, seu sentimento, suas lembranças, suas memórias, suas experiências, suas vivências, suas imaginações, suas paixões...

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A seca: realidade e mito**. Recife: ASA Pernambuco, 1985.

ARAÚJO, Maria Lia Correia de. **Seca: fenômeno de muitas faces**. Fundaj: Recife, 1999.

BENNETT, Roy. **Uma breve história da música**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MATOS, Maria Izilda. **Dolores Duran: experiências boêmias em Copacabana nos anos 50**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

REBOUÇAS, Aldo da C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. **Estudos avançados**. Vol. 11, n. 29, p. 127-154, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a07.pdf>. Acessado em 15 de ago. de 2018.

SANTOS, José Farias. **Luiz Gonzaga: a música como expressão do Nordeste**. São Paulo: IBRASA, 2004.

## A PAISAGEM AMBIENTAL DE CUBATÃO NAS OBRAS DE NORBERTO STORI

### Romero de Albuquerque Maranhão

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Programa de Pós Graduação em Educação, Arte e História da Cultura  
São Paulo - SP

### Norberto Stori

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Programa de Pós Graduação em Educação, Arte e História da Cultura  
São Paulo - SP

**RESUMO:** A paisagem é objeto de interesse de vários campos do conhecimento – filosofia, literatura, pintura, geografia – e isto prova que nela coexistem as dimensões científicas, psicológicas, estéticas, enfim, a objetividade e a subjetividade. No Brasil temos vários artistas que retratam paisagens e estabelecem diálogos com a natureza. Nesta pesquisa vamos explorar as aquarelas do artista Norberto Stori que mostram representações do espaço geográfico, mas sem a pretensão de representar a fauna e a flora ou questões relacionadas ao gênero, porém uma paisagem impactada pela ação humana e que clama por recuperação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Poluição; Aquarelas; São Paulo; Interdisciplinaridade.

### THE ENVIRONMENTAL LANDSCAPE OF

### CUBATÃO IN THE WORKS OF NORBERTO STORI

**ABSTRACT:** Landscape is an object of interest from various fields of knowledge - philosophy, literature, painting, geography - and this proves that scientific, psychological, aesthetic dimensions, objectivity and subjectivity coexist in it. In Brazil we have several artists who portray landscapes and establish dialogues with nature. In this research we will explore the watercolors of artist Norberto Stori that show representations of geographical space, but without pretending to represent fauna and flora or gender issues, but a landscape impacted by human action and calling for recovery.

**KEYWORDS:** Pollution; Watercolors; São Paulo; Interdisciplinarity.

### 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A paisagem é objeto de interesse de vários campos do conhecimento – filosofia, literatura, pintura, história, ecologia, geografia – e isto prova que nela coexistem as dimensões científicas, psicológicas, estéticas, enfim, a objetividade e a subjetividade. No caso específico das obras de arte expressam inúmeras paisagens naturais e/ou construídas pelo homem, assim como culturais.

A pintura, uma vertente artística, destaca-se há vários séculos, pintores internacionais e nacionais retratam por intermédio das telas lugares que fizeram parte de seu convívio, como terra natal, locais visitados pelos mesmos, paisagens idealizadas e reais. Antes, nos séculos XVII e XVIII, as pinturas em tela tinham a função de documentar paisagens para as expedições científicas que percorriam os vastos espaços então ainda inexplorados do país.

O artista holandês Vicent Van Gogh que viveu na França tinha uma particularidade na composição e elaboração de seus trabalhos, para adquirir inspiração deixava a cidade e seguia para ambientes rurais e nativos com a finalidade de retratá-los. A paisagem para Van Gogh passou a constituir um gênero de pintura que informa, prepara o olhar e estabelece valores, julgamentos estéticos sobre a própria paisagem.

No Brasil temos vários artistas que retratam paisagens e estabelecem diálogos com a natureza. Nesta pesquisa vamos explorar o artista Norberto Stori que nasceu em São Joaquim da Barra (1946) e mudou-se para São Paulo na década de 1960. Diversos críticos e artista já falaram muito sobre as criações de Stori. Alguns registram em seus depoimentos que ele reinventou a paisagem, que usa aquarela com técnica de pintura, que trocou o apolíneo pelo dionisíaco, ou que estrutura seu pictorialismo em uma técnica habilmente desenvolvida. As aquarelas do Norberto destacam uma paisagem brasileira, interior, que se encontra tanto na música como nas outras formas artísticas, pois que está mesmo na essência do homem comum, na maneira de se ver e viver o Brasil.

As obras de Stori recuperam, sem dúvida, a tradição dos aquarelistas ingleses dos séculos XVIII e XIX. Existem nelas condutas que nos remetem aos registros topográficos que, principalmente, Girttem e Turner executaram. Porém é em outra tradição, a das aquarelas de paisagens mais imaginativas e poéticas, que Stori aproxima-se dos mundos evocativos pintados à guache por Alexander Cozens, ou dos céus de Padua, aquarelados por seu filho John Robert Cozens.

Confrontar o olhar do artista com a ciência é um desafio, pois tem sido comum, nas últimas décadas, tratar a arte como algo abstrato, sem nexos ou desconexos da realidade, um pensamento ou “*insight*” de um gênio (ENTLER, 2000). Porém, artistas e cientistas ou filósofos naturalistas percebem o mundo da mesma forma, apenas representam-no com linguagens diferentes (REIS *et al.* 2006).

O paisagista olha, observa e registra, tudo o que todos podem ver, mas, principalmente, o que só ele pode ver: a profundidade e a intensidade dos estados de alma. Retratos da natureza e retratos do homem, este fisicamente ausente de sua obra, mas intensamente presente em emoção (GOMES, 2004).

A pesquisa, ora em andamento, constou com visita ao atelier do artista, entrevista e pesquisa bibliográfica e documental, pois alguns documentos do acervo particular do artista foram utilizados e interpretados para tornar compreensível o caminho seguido por Norberto Stori durante sua trajetória.

## 2 | QUEM É O ARTISTA?

Norberto Stori nasceu em São Joaquim da Barra (1946), mudando-se para São Paulo na década de 1960 para continuar seus estudos e dar início a sua carreira como artista. Graduou-se em Desenho e Artes Plásticas pela Faculdade de Comunicações e Artes da Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo; obteve os títulos de mestre e doutor em Comunicação e Artes pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e livre-docente em Artes pela UNESP. Realizou dezenas de exposições em museus e galerias do país e exterior. Possui obras em Acervos do Museu Nacional da Aquarela da Cidade do México; Museu de Arte Contemporânea de São Paulo; Museu de Arte Moderna de São Paulo; Museu de Arte do Rio Grande do Sul; Museu da Gravura Brasileira - Bagé/RS; Museu de Arte Contemporânea de Botucatu/SP; Acervo Artístico Cultural do Governo do Estado de São Paulo/SP, dentre outros.

Na década de 1980, ele libertou a emoção e passou a fazer paisagens figurativas de grande poesia, sob o impacto de uma viagem ao pampa – tipo de campo existente no extremo sul do país, formado pelas planuras e amplos horizontes, com céus que se tingem de tonalidades intensas e quase inverossímeis nas horas do amanhecer e do entardecer.

Em 1991, quando da exposição individual em Milão – Itália, no Citibank Consulenza D’Ars, a crítica de arte Angélica de Moraes fez o seguinte texto comentário no convite para a exposição:

“Norberto Stori é um dos mais importantes aquarelistas brasileiros, com uma produção que rivaliza em qualidade a mestres consagrados de gerações anteriores, como Thomas Lanelli e Fayga Ostrower. Como eles, Stori se insere na vertente informal do abstracionismo, aportada no Brasil nos anos 50 junto coma Bienal Internacional de São Paulo e a crescente industrialização do país” (MORAES, 1991).

Norberto ao adotar (e atualizar) o uso da mancha e da gestualidade do abstracionismo informal dos anos de 1950, encontrou a linguagem ideal para expressar sua arte. Ele aprimorou o uso das aquarelas, rompendo com os formatos intimistas. Depois passou a usar folhas de papel cada vez maiores, concluindo que os formatos convencionais estabelecidos pela indústria eram insuficientes para comportar seus projetos. As cores fluidas e luminosas da aquarela tradicional cederam lugar a densas concentrações de pigmento.

Alçando novos voos e com muita ousadia, ele transportou suas aquarelas para telas maiores e, por fim, lançou-se ao uso de papéis de colorido que é impossível manter com eles uma das mais caras tradições da técnica: o uso da luz que vem do fundo, do branco do papel. Todavia, tal audácia também foi inspirada do gênio paisagista inglês Turner e do poderoso expressionista alemão Emil Nolde.

### 3 | UMA LEITURA DE CUBATÃO

No início da década de 1960, Cubatão começou a se industrializar com construções de refinarias, siderurgias, fábricas de fertilizantes e em sua maioria de produtos químicos. Além da invasão das construções no ambiente circundante, fazendo com que em 15 anos cerca de 60 Km<sup>2</sup> de Mata Atlântica sofresse severa degradação, formando uma clareira que podia ser vista por quem descesse a Serra do Mar.

Na década de 1980, o município ficou conhecido como “Vale da Morte”, e considerado pela ONU como o mais poluído do mundo. O *boom* industrial transformou a cidade como sendo um dos polos industriais mais ricos do Brasil, fazendo com isso que pagasse altíssimo preço pela falta de planejamento e preocupação quanto aos danos causados por toneladas de poluentes lançados no meio ambiente.

A enorme quantidade de poluentes lançada no ar, no lençol freático e nos rios de forma descontrolada, começou a provocar conseqüências catastróficas visíveis e preocupantes. O ar de Cubatão no início dos anos 80 era denso, possuía cheiro e cor. Segundo dados da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo, 30 mil toneladas de poluentes eram lançadas por mês no ar da cidade.

A indiferença dos políticos da cidade, do governo estadual, dos empresários e da própria população, que não se preocupavam em reverter a situação, uma vez que a poluição de Cubatão rendia bilhões ao ano, levando a cidade a ser uma das cinco maiores arrecadadoras de impostos do Estado. Na época, o município representava 2% de toda a exportação do país.

Todavia, o Estado só começou a intervir quando os danos à saúde da população começaram a demonstrar números alarmantes. Cubatão era líder em casos de problemas respiratórios no país. Entre outubro de 1981 e abril de 1982, cerca 1.800 crianças nasceram na cidade, destas, 37 mortas, outras apresentavam graves problemas neurológicos e anencefalia.

O ar cinza poluído, as nuvens de fumaças (figura 1), às vezes coloridas, as luzes filtradas, as labaredas de fogo que saíam das chaminés lambendo o espaço em expressivos movimentos, foram estímulos para os gestos e manchas coloridas soltas, criando contrastes cromáticos participativos nas pinturas em aquarela do artista Norberto Stori na série “Cubatão”.



Figura 1: Imagem de Cubatão e da fumaça das chaminés.

Fonte: <http://www.pensamentoverde.com.br/atitude/historia-poluicao-cubatao-cidade-deixou-vale-morte/>.  
Acessada em: 30 de ago. 2018.

Ciente de que a arte é também até certo ponto um simulacro, o artista partiu dos estímulos da paisagem artificial industrial (figura 2) para criar as suas pinturas. Não queria representar o real, mas sim criar paisagens - criar outra realidade.



Figura 2: Imagem de Cubatão e da poluição provocada pelas indústrias.

Fonte: <http://www.pensamentoverde.com.br/atitude/historia-poluicao-cubatao-cidade-deixou-vale-morte/>.  
Acessada em: 30 de ago. 2016

Representar a poluição industrial invadindo e destruindo a paisagem natural, os seres vivos, e neste caso, homens, bichos, vegetação, poluição dos lençóis freáticos, rios, mangues e do ar era uma preocupação ecológica do artista. As paisagens de Norberto são construídas de tons fortes e manchas amplas, espalhadas

com gestos largos (figuras 3 e 4). Ao invés de uma pintura amena, requintada, se expressa pictoricamente com cores vibrantes, fortes, tudo através de manchas, gestos tortuosos, passionais, enraivecido e sentimentalmente comprometido com a ecologia, com o clima de conflito em que se encontrava ao testemunhar a destruição da natureza. Um profundo sentimento de dor.

A cor utilizada, de acordo com Stori, pode ser comparada ao sentimento e à atitude expressionista, tendo o objetivo essencial exteriorizar o que se experimenta no fundo da alma e deforma os elementos da realidade mais para reforçar a expressão dos seus sentimentos do que para responder às exigências de uma especulação pictórica.

Os papéis utilizados para as pinturas da série “Cubatão” não eram mais o de cor branca, mas sim os com cores fortes como: azul, vermelho, marrom, castanho, verde. Logicamente não são papéis apropriados para a aquarela, como o papel Murilo, da fabricação Fabriano.



Figura 3: Aquarela da série Cubatão, medindo 0,70 x 100 cm de 1993. Aquarela s/ papel Fabriano Murilo colorido.

Foto: Norberto Stori.

Para externar sua indignação com a paisagem poluída e degradada o artista utilizou-se de símbolos. Em relação aos símbolos na arte, Kenneth Clark afirma que:

“Toda a arte é, até certo ponto, simbólica, e a prontidão com que aceitamos os símbolos como realidade, depende, de certo modo, da familiaridade. Mas devemos admitir que os símbolos, com os quais a arte medieval representava os objetos naturais, não tinham muita relação com a sua real aparência.” (CLARK; 1956: 20).



Figura 4: Aquarela da série Cubatão, medindo 0,50 x 0,70 cm de 1993. Aquarela s/ papel Fabiano Murilo colorido.

Foto: Norberto Stori.

As aquarelas de Stori representam sua aflição e seus sentimentos em relação ao processo de degradação em curso. Seu olhar, através da arte, apresenta sua indignação à questão predatória da natureza e a simbologia criada era de protesto, de inconformismo, com o desrespeito à destruição da paisagem natural e da vida.

Mesmo utilizando símbolos e criando paisagens simbólicas, Stori se refere a elementos concretos, palpáveis, de denúncia e protesto. As paisagens criadas são o símbolo do caos, da desarmonia e da imperfeição. Não estava preocupado com a representação da paisagem estímulo, mas sim da paisagem agressiva, poluída e insalubre. Os elementos da natureza são os atores principais juntos com os rastros deixados pelo homem como as sugestões de luzes e reflexos da luz urbana.

Com relação à imaginação Fayga Ostrower afirma que:

“[...] a imaginação do pintor consiste em ordenar, ou preordenar – mentalmente – certas possibilidades visuais de concordâncias ou dissonâncias entre cores, de seqüências ou contrastes entre linhas, formas, cores, volumes, de espaços visuais com ritmos e proporção” (OSTROWER, 1977: 35).

Nas obras da série Cubatão, Norberto ressalta que não havia como não há até hoje, o conhecido, o especificado que se possa reconhecer ou identificar um determinado objeto ou lugar. Há referências, sugestões, que dão a liberdade ao fruidor de já ter visto ou vivenciado tal paisagem ou lugar. É um vôo livre. Não buscava o concreto ou o específico. É uma experiência ou um trabalho visionário, são sugestões, conotações.

Essa percepção de Norberto corrobora o que Santos (1997) registrou em relação à paisagem: “A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade” (SANTOS, 1997: 37).

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem produzida por Norberto Stori reflete o processo de degradação da natureza após o período industrial. Com cores fortes e agressivas, o autor, retrata a paisagem de Cubatão modificada pela ação humana. Norberto representou, nas aquarelas da série Cubatão, manchas em aguadas soltas e em movimentos. Não sugerindo a presença de elementos estáticos e sem cores, porque, através da observação percebeu que na paisagem industrial de Cubatão, com suas nuvens de fumaça, havia movimentos e transformações formais, nada estático, organizado. Que um gesto poderia representar uma nuvem de fumaça ou uma labareda de fogo fugindo da chaminé e, que a luz e a cor eram mutantes em fração de segundo. Uma paisagem que se transforma a todo o momento.

#### REFERÊNCIAS

CLARK, K. **Paisagem na Arte**. Lisboa: Ulisseia, 1956.

ENTLER, R. Poéticas do Acaso: Acidentes e encontros na criação artística. **Tese de Doutorado**. Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2000.

GOMES, P. As paisagens de Norberto Stori. **Revista Mackenzie Educação, Arte e História da Cultura**, ano 3/4, 2003/2004, p. 221-222.

MORAES, A. **Norberto Stori** - Acquerelli (Catálogo). Roma: Galleria Cándido Portinari, 1 a 14 ottobre 1991.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

REIS, J. C.; GUERRA, A.; BRAGA, M. Ciência e arte: relações improváveis? **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 13, (suplemento), p. 71-87, outubro 2006.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 4ª Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

## “A PROPRIEDADE PRIVADA É SAGRADA E PONTO FINAL”: A FALA DO PRESIDENTE BOLSONARO AOS RURALISTAS E A VIOLÊNCIA NO CAMPO

**Francivaldo Alves Nunes**

Universidade Federal do Pará, Faculdade de  
História  
Ananindeua – Pará

Texto inicialmente apresentado no II Simpósio Online de História dos Ananins com o título “Em defesa da propriedade ou da violência no campo: a fala do presidente Bolsonaro aos ruralistas”, realizado entre os dias 08 a 12 de julho de 2019, em Ananindeua-Pará. Esta versão aqui apresentada foi revisada e ampliada.

**RESUMO:** Este artigo procura debater as repercussões da fala do presidente Jair Bolsonaro aos ruralistas brasileiros em que defende um projeto de lei que autoriza a posse de armas de fogo em todo o perímetro das propriedades rurais e não apenas nas residências e sedes de fazenda. O anúncio foi feito em 29 de abril de 2019 durante discurso de abertura da Agrishow, em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, um dos mais importantes eventos do agronegócio brasileiro. Através de um debate construído na imprensa e a discussão bibliográfica que envolve legislação de terra, violência no campo e defesa jurídica da propriedade, procurou-se demonstrar que, ao permitir que por sua própria vontade, grandes proprietários defendesse suas terras, acabou por tornar o espaço rural brasileiro ainda mais inseguro, potencializando as possibilidades de

conflito, inclusive armado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agronegócio; Estado; Violência no Campo.

PRIVATE PROPERTY IS SACRED AND END  
POINT: THE PRESIDENT BOLSONARO  
SPEAK TO RURALISTS AND VIOLENCE IN  
THE AGRARIAN SPACE

**ABSTRACT:** This article seeks to discuss the repercussions of President Jair Bolsonaro's speech to Brazilian ruralists in which he defends a bill authorizing the possession of firearms throughout the perimeter of rural properties and not just in homes and farmhouses. The announcement was made on April 29, 2019 during an opening speech by Agrishow, in Ribeirão Preto, São Paulo, one of the most important events of Brazilian agribusiness. Through a debate built in the press and the bibliographical discussion involving land legislation, rural violence and legal defense of property, we sought to demonstrate that by allowing large landowners to defend their land, they eventually Brazilian rural space even more insecure, enhancing the possibilities of conflict, including armed.

**KEYWORDS:** Agribusiness; State; Violence in the agrarian space.

## campo de sangue



Fonte: Facebook Walter Pinto, 29 de abril de 2019.

A charge “Campo de sangue” do historiador e cartunista Walter Pinto, publicada em 29 de abril de 2019, ganhou as redes sociais, através do Facebook, tão logo o presidente Jair Bolsonaro anunciou que pretendia, em curto espaço de tempo, enviar ao Congresso brasileiro um projeto de lei que se propunha a livrar de punição o produtor rural que fizesse disparos, através de armas de fogo, ao que considera “invasor de terra”.

De acordo com o jornal Estadão, o anúncio foi feito em 29 de abril de 2019 durante discurso de abertura da Agrishow, em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, um dos mais importantes eventos do agronegócio brasileiro. Para Bolsonaro, a proposta em gestação no governo, se trata de uma promessa de campanha eleitoral. Destaca que a medida deverá combater a violência no campo, um sentimento oposto ao que sugere a charge. Sendo ainda responsável em cumprir a função de proteger os donos de terras e suas benfeitorias, uma vez que entende que “a propriedade privada é sagrada e ponto final” (Estadão, 29/04/2019).

A edição de 30 de abril de 2019 do jornal Diário do Pará repercutiu o anúncio, reproduzindo parte da fala do presidente aos ruralistas.

Vai dar o que falar, mas uma maneira que nós temos de ajudar a combater a violência no campo é fazer com que, ao defender a sua propriedade privada ou a sua vida, o cidadão de bem entre no excludente de ilicitude. Ou seja, ele responde, mas não tem punição. É a forma que nós temos que proceder. Para que o outro lado, que desrespeita a lei, tema vocês, tema o cidadão de bem, e não o contrário (Diário do Pará, 30/04/2019, Caderno B, p. 1).

A intenção da presidência da República é que a Câmara dos Deputados discuta, ainda no primeiro semestre de 2019, um segundo projeto de lei que autoriza a posse de armas de fogo em todo o perímetro das propriedades rurais e não apenas nas residências. Um acordo que já havia sido firmado em conversa com o presidente da casa legislativa, Rodrigo Maia, deputado pelo Partido Democrata (DEM) do Rio de Janeiro (Estadão, 29/04/2019).

A outra proposição a ser apresentada por Jair Bolsonaro é fazer com que, ao defender a sua propriedade privada ou a sua vida, o “cidadão de bem” entre no excludente de ilicitude. No caso, faz referência ao artigo 23 do Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que exclui como prática de ilícito: o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito (Brasil, 1940). De acordo com o presidente “é a forma que nós temos que proceder para que o outro lado, que teima em desrespeitar a lei, tema vocês, tema o cidadão de bem, e não o contrário” (Estadão, 29/04/2019).

Diríamos que o excludente de ilicitude faz referência às hipóteses em que qualquer pessoa pode cometer um crime sem ser punido por ele, como é o caso da legítima defesa, entendida como uma situação em que uma pessoa está prestes a sofrer alguma agressão e reage diante dela. Nesse sentido, o advogado criminalista Allan Hahnemann Ferreira, professor do curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), em entrevista publicada no portal Brasil de Fato, explica que o Código Penal prevê situações para o excludente de ilicitude associadas ao estrito cumprimento do dever legal para casos específicos relacionados à atuação das forças de segurança, mas não enquadra nesse instituto casos relacionados à proteção da propriedade, como defende Bolsonaro. A fala do presidente viria, portanto, num contexto extremamente punitivo e coloca a propriedade acima do próprio bem vida, que é o bem supremo protegido pela Constituição Federal, acrescenta Ferreira (Brasil de Fato, 30/04/2019).

O advogado criminalista Everton Seguro, concorda que abranger a questão para situações que não estejam enquadradas em casos de legítima defesa é atribuir mais valor a uma propriedade do que a vida humana (Estadão, 29/04/2019). Significa também dizer que a medida, ao contrário do que procura demonstrar na fala do presidente, em vez de permitir maior segurança sobre a propriedade privada e o seu uso regular, acaba por estimular a violência no campo, acirrando os conflitos rurais, tornando o espaço rural “campo de sangue”, como ilustra a charge de Walter Pinto. Nesse caso, para Everton Seguro “existem outros meios de se tratar as pessoas em invasões. É preciso acionar a polícia e cabe ao juiz acelerar o processo para tirar as pessoas de lá” (Estadão, 29/04/2019).

As reações chegaram ainda à sociedade civil organizada. Em nota pública divulgada em 30 de maio de 2019, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), repudiou a proposta. Na nota a entidade lembrou a questão legal que circunda as ocupações de terra,

geralmente promovidas por segmentos populares que atuam em defesa da reforma agrária, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Na sua fala, o presidente reafirma mais de uma vez que a propriedade é sagrada, sem se atentar para a ‘função social da propriedade’, como reza a Constituição Federal (arts. 185 e 186). [...] Deixa de lado, também, a forma como foram constituídas tais ‘propriedades’, muitas delas frutos de esbulho e violências contra os povos tradicionalmente ocupantes dessas terras, e outras tantas oriundas de grilagem (CPT, 2019).

A nota expressa ainda que a proposta do presidente é “irresponsável”, pois a entidade ressalta que, entre os anos de 1985 e 2018, por exemplo, 1.938 trabalhadores foram assassinados em conflitos no campo, num total de 1.466 ocorrências registradas pela própria Pastoral, que anualmente lança um relatório temático sobre o assunto.

A CPT (2019) sublinha ainda que os crimes têm histórico de impunidade. “Dessas ocorrências, somente 117 responsáveis pelos assassinatos foram a julgamento, tendo sido condenados apenas 101 executores e 33 mandantes. Por esses números, vê-se que o ‘excludente de ilicitude’ já existe na prática”, critica a entidade, numa referência à expressão legal utilizada por Jair Bolsonaro (CPT, 2019).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também teria condenado a proposta. O diretor nacional do MST, João Paulo Rodrigues, ressalta que atualmente os mandantes de crime nas áreas rurais já não são condenados pelas mortes no campo. Com esse anúncio, o governo acirra os conflitos agrários e autoriza um proprietário matar qualquer um acusado de invadir sua propriedade, denuncia João Paulo Rodrigues (Estadão, 29/04/2019).

Em nota de repúdio as declarações do presidente, o MST e outras entidades vinculadas aos trabalhadores rurais destacam que ao anunciar que encaminhará para a Câmara Federal um projeto de lei, que dá ao proprietário rural total liberdade para atirar em caso de “invasão” da sua propriedade sem que isto incorra em punição, o governo estaria efetivamente defendendo e concedendo licença para matar, potencializando a violência no campo. No caso, demonstrava que não se tem uma política pública efetiva de segurança, e que um dos caminhos é armar a população e terceirizar a segurança de forma ilegal, destaca a nota (MST, 2019).

Elisabete Maniglia (2005) colabora com as reflexões de que a violação de direitos humanos em áreas rurais está vinculada a desigualdade social, aumento da pobreza e a falta de políticas públicas de atenção ao homem do campo. Além disso, a ausência do Estado como garantidor de direitos provoca ainda a criminalidade e a violência (Maniglia, 2005, p. 5).

Considerando a violência como o constrangimento e ou a destruição, quer seja física ou moral que são exercidas sobre os trabalhadores do campo e aqueles que são aliados, diríamos que o enfrentando de questões sociais como é o caso da concentração da terra e de riquezas não devem ser exercido com ações de combate armado, nem com o uso da força policial e muito menos com a divisão da sociedade

entre os que merecem viver e os que não merecem viver, como parece apontar a fala do presidente Bolsonaro.

Importante destacar que a violação dos direitos do homem do campo, circunscrevem locais bem delimitados e se espalham no território brasileiro, através de indivíduos ou grupos de indivíduos que são forçados a saírem da sua terra, que não conseguem retomar seu território, que não são beneficiados por reforma nos espaços rurais, conseqüentemente, deparam-se com a violação de seus direitos à terra, ao trabalho, à moradia, à alimentação, à água e ao direito de ir e vir (RECH, 2003, p. 119).

A violência tem sido muitas vezes usada para recobrir situações como o sistemático descumprimento da legislação trabalhista, a falta de condições mínimas de segurança nos locais de trabalho, os processos de expulsão de trabalhadores de áreas por eles ocupadas, por vezes há gerações, a exploração do trabalho escravo e infantil (MEDEIROS, 1996, p. 3). Neste aspecto, a ausência de uma atuação sistemática do Estado e das instituições de promoção da legalidade nestas áreas, se apresenta como motivadora de conflitos e violência no campo.

Ao que se observa, a garantia da propriedade da terra e a segurança jurídica em áreas rurais não se afirma no tratamento dos movimentos e grupos de luta social pela terra e território como invasores, por parte do Estado, nem também deve atuar de forma leniente para com fazendeiros e grileiros que invadem e exploram propriedades públicas ou áreas de reservas ambientais.

A luta pela terra e pelo território é um exercício de legitimidade, portanto, dos movimentos sociais organizados, como os trabalhadores rurais sem terra e posseiros, que têm o direito de reivindicar políticas de reforma dos espaços rurais e de ocupar áreas improdutivas. Inclui-se neste debate os povos indígenas e comunidades tradicionais e suas estratégias de manutenção das terras ocupadas.

Ao tomar partido autorizando e fomentando que proprietários usem da força e a violência para defender suas propriedades o Estado pode contribuir para a intensificação dos conflitos no campo por favorecer grupos empresariais e grandes senhores da terra. Nesse sentido, como adverte José de Sousa Martins (1991), a segurança nas áreas rurais deve ser de responsabilidade do Estado e não dos particulares. Para este autor, quando o Estado não cumpre com suas funções legítimas de proteção, acaba por multiplicar os atos violentos contra os trabalhadores rurais e amplia a insegurança das áreas rurais, inclusive as propriedades de terra já devidamente regularizadas (Martins, 1991, p. 50).

Importante destacar que, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal no artigo 5º, inciso XXII, defende o direito de propriedade, também revela no mesmo artigo, inciso XXIII, que a terra deve ter função social. No caso, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende aos requisitos quanto ao aproveitamento racional e adequado da terra, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as

relações de trabalho, assim como, a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Brasil, 1982).

Como expressa José Reis dos Santos Filho (2001), quando movimentos e grupos de luta pela terra e por território se organizam contra a concentração agrária ou pela garantia de seus territórios, eles estão lutando para que os direitos constitucionais sejam assegurados. Neste aspecto, a defesa da propriedade privada não está acima do direito dos camponeses ou dos povos indígenas e comunidades tradicionais produzirem e reproduzirem seus meios de vida.

De acordo com MST e outras entidades vinculadas a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, há um princípio ético e humanista que defende que a concentração de terra torna-se imoral sempre que esteja descumprindo o princípio maior da sua função social, o que, portanto, se sobrepõe ao sentido da propriedade privada em si mesma (MST, 2019).

A fala do presidente provoca o entendimento equivocado de que se pode subtrair do Estado, o poder de dirimir os conflitos, de investigar, de julgar, de punir, incentivando a “justiça com as próprias mãos”. Para Medeiros (1996), esta subtração é o principal fator da violência no campo, pois tem sido muitas vezes usada para recobrir situações de descumprimento da lei. Esse quadro revela uma face da violência, que demonstra “o profundo comprometimento do Poder Judiciário com os interesses ligados à propriedade da terra, o que coloca um impasse nessas situações de disputa” (MEDEIROS, 1996, p. 127).

Isso implica relacionar um conjunto de práticas do não reconhecimento dos trabalhadores rurais como portadores de direitos, e sim como sujeitos submissos por coerção diante das formas de dominação fundadas em procedimentos aceitos pela sociedade. Sob este aspecto a Constituição Federal não garante salvaguarda a nenhum cidadão sob hipótese alguma, nem tão pouco autoriza aos proprietários de terra proteger seus bens sem a mediação das leis e do Estado.

Sobre a fala do presidente há questionamentos até mesmo no setor produtivo vinculado ao agronegócio e empresários rurais, ruralistas. De acordo com Luiz Roberto Barcelos, presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados, Bolsonaro teria falado de algo que já estava na lei. “Por mais que seja errado cometer invasões de terra, também não acho certo que a pessoa não responda por isso. Não se pode ter abusos, nem de um lado nem do outro”, destaca Luiz Barcelos (Estadão, 2019).

Não há dúvidas que ao discursar na abertura da Agrishow, Bolsonaro reafirmou sua intenção de encaminhar modificações na legislação de armas de fogo. Uma das mudanças propostas pelo presidente já está no congresso e deve tramitar em regime de urgência. O governo aproveitará o projeto de lei do deputado Rogério Peninha, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de Santa Catarina, que autoriza posse de armas nas propriedades rurais.

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 377 e está pronto para análise na Câmara

dos Deputados. Originalmente, o projeto previa que o registro da arma de fogo dê o direito de posse e porte “no interior de sua residência, propriedade rural ou dependência destas”. Outros deputados que formam a base de apoio ao governo, vinculados ao Podemos e Partido Social liberal (PSL), já solicitaram a inclusão do projeto na ordem do dia para votação (Estadão, 2019).

Quanto ao projeto de lei que trata do excludente de ilicitude ainda está sendo elaborado. O porta-voz da Presidência, general Otávio do Rêgo Barros, afirmou que, em breve, será enviado ao Congresso assim que “esses estudos estiverem conclusos”, sem dar um prazo para isso (Estadão, 2019).

Em 7 de maio de 2019, o presidente Bolsonaro cumpria a promessa feita na Agrishow, assinando um decreto para alterar as regras sobre o uso de armas e munições, sendo este assinado em uma cerimônia no Palácio do Planalto e publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte. Entre as principais medidas do decreto, estão a permissão para o proprietário rural com posse de arma de fogo utilizar a arma em todo o perímetro da propriedade, como destaca o item I, § 1º, do artigo 10 (Brasil, 2019B).

Com o anúncio na feira agropecuária e o decreto, se observa, a princípio, que o presidente buscava agradar os grandes proprietários de terra. No entanto, ao permitindo que por sua própria vontade defendesse suas terras, acabou por tornar o espaço rural brasileiro ainda mais inseguro, potencializando as possibilidades de conflito, inclusive armado.

A defesa da grande propriedade rural pela presidência da República, portanto, ganhou os contornos de possibilidade real de aumento da violência no campo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 9.785, de 07 de maio de 2019. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9785.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9785.htm). Acessado em 18/06/2019.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acessado em 18/06/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm). Acessado em 18/06/2019.

BRASIL DE FATO. Portal de Notícias. Oposição e sociedade civil reagem a proposta de Bolsonaro para conflitos no campo. Brasília. Publicado em 29/04/2019, às 20:50. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/30/oposicao-e-sociedade-civil-reagem-a-proposta-de-bolsonaro-para-conflitos-no-campo/>. Acessado em 18/06/2019.

CPT. Nota de repúdio da CPT - “Ajudar a violência no campo” é o que quer o Presidente Bolsonaro. Goiânia. Publicado em 30/04/2019. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4712-nota-de-repudio-da-cpt-ajudar-a-violencia-no-campo-e-o-que-quer-o-presidente-bolsonaro>. Acessado em 18/06/2019.

ESTADÃO. Bolsonaro propõe que proprietários rurais não sejam punidos por atirar contra invasores. São Paulo. Publicado em 29/04/2019, às 16:51. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-quer-votacao-de-projeto-no-congresso-sobre-armas-de-fogo-em-propriedades-rurais,70002809129>. Acessado em 18/06/2019.

MANIGLIA, Elisabete. Criminalidade e violência no âmbito rural: críticas e reflexões. Disponível: <http://www.saoluis.br/revistajuridica/arquivos/012.pdf>. Acessado em 18/06/2019.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência. São Paulo: Hucitec, 1991.

MST. Nota de posicionamento contra violência no campo. Brasília. Publicado em 05/05/2019. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2019/05/05/a-luta-pela-terra-e-pelo-territorio-e-legitima-afirma-organizacoes-populares-em-nota-publica.html>. Acessado em 18/06/2019.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Dimensões políticas da violência no campo. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126-141. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg1-7.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-7.pdf). Acessado em 18/06/2019.

RECH, Daniel (Org). Direitos humanos no Brasil: diagnóstico e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SANTOS FILHO, José Reis. Violência e projetos de vida em conflitos pela posse da terra. Estudos de Sociologia, UNESP, Araraquara, ano 6, n. 11, 2001. Disponível em: [file:///C:/Users/UFPA/Downloads/415-3992-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/UFPA/Downloads/415-3992-1-PB%20(1).pdf). Acessado em 18/06/2019.

## REPRESENTAÇÕES DO JORNAL *O GLOBO* SOBRE O PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE LEONEL BRIZOLA (1979-1980)

**Marcelo Marcon**

Doutorando em História -

Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade de Passo Fundo

Passo Fundo /RS

**PALAVRAS-CHAVE:** Leonel Brizola. O Globo. Representação.

THE NEWSPAPER *O GLOBO*  
REPRESENTATIONS ABOUT THE  
DECONSTRUCTION PROCESS OF THE  
IMAGE OF LEONEL BRIZOLA (1979-1980)

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo pesquisar as representações do jornal *O Globo* no processo de desconstrução da imagem de Leonel Brizola, após o seu retorno do exílio em 1979. Após a lei da anistia política, vários exilados voltaram ao Brasil, e, em seu retorno, sofreram um processo de desconstrução de sua imagem e força política, sobretudo por parte da imprensa ligada ao governo militar. O jornal *O Globo*, que durante todo o período de ditadura (1964-1985) permaneceu favorável ao regime, criou um discurso que buscou diminuir a importância de Brizola na reorganização partidária, ao mesmo tempo em que exaltou políticos ligados ao regime. A forma como o jornal atuou será analisada neste artigo para compreendermos como a mídia influenciou neste processo de reorganização política de Leonel Brizola, e para isso, será analisado o conceito de representação através de especialistas no assunto, como Roger Chartier. Utilizaremos ainda o autor Pierre Bourdieu para compreendermos o poder simbólico exercido pelo jornal.

**ABSTRACT:** This article aims to research the newspaper *O Globo* representations in the process of deconstruction of the image of Leonel Brizola, after his return from exile in 1979. After the law of political amnesty, many exiles returned to Brazil, and, on their return, they experience a process of deconstruction of their image and their political force, especially by the media linked to the military government. The newspaper *O Globo* that during the entire period of dictatorship (1964-1985) remains favorable to the regime, creates a speech that seeks to reduce the importance of Leonel Brizola on party reorganization, while exalting politicians linked to the regime, and for this, we will analyze the concept of representation through subject matter experts, such as Roger Chartier.. We will also use the author Pierre Bourdieu to understand the symbolic power exercised by the newspaper.

**KEYWORDS:** Leonel Brizola. O Globo. Representation.

## 1 | INTRODUÇÃO

Com o golpe civil-militar de 1964, Leonel de Moura Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, se exilou no Uruguai onde permaneceu até o ano de 1977, passando ainda pelos Estados Unidos e Portugal até seu retorno ao Brasil em 1979, por ocasião da anistia política, no contexto de abertura. Ao retornar, Brizola passou a buscar apoio para a recriação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), porém, o Tribunal Superior Eleitoral concedeu a sigla para a ex-deputada Ivete Vargas, e então, Brizola criou o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Durante este processo de reorganização partidária, Brizola enfrentou um processo de desconstrução política por parte do governo federal e de meios de comunicação, como o jornal *O Globo*, que investiu em estratégias de desqualificação do político gaúcho. Este processo continuou após a criação do PDT, estendendo-se para a campanha e eleição de Brizola como governador do Rio de Janeiro.

As estratégias de desqualificação e desconstrução sofrida por Brizola será alvo de análise neste artigo, através das representações do jornal *O Globo*. Essa pesquisa torna-se relevante no estudo da história política renovada, que utiliza novas fontes, como a imprensa. Este artigo é composto de três capítulos, que promove uma discussão sobre o conceito de representação e poder simbólico; as representações do jornal *O Globo* sobre o retorno de Brizola do exílio e sobre a batalha judicial pela sigla PTB.

## 2 | DISCUSSÕES SOBRE O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO E PODER SIMBÓLICO

Neste artigo, pretendemos discutir as representações do jornal *O Globo* no período em que Leonel Brizola retornou do exílio e buscou criar um novo partido trabalhista. Para isso, discutiremos os conceitos de representação, e também de poder simbólico, baseado nos trabalhos de Roger Chartier e Pierre Bourdieu, respectivamente.

No artigo “Defesa e Ilustração da noção de representação”, Roger Chartier inicia abordando as definições antigas do conceito de representação. Em 1690, o dicionário da língua francesa definia representação através de duas vertentes. A primeira era definida como uma “imagem que remete aos objetos ausentes, e que nos apresenta tais como são”, em que a representação nos permitiria ver o objeto ausente, substituindo por uma imagem capaz de representa-lo adequadamente (CHARTIER, 2011, p. 16).

A segunda vertente corresponde a uma ideia de representação como demonstração de uma presença, a presença pública de uma coisa ou uma pessoa: O referente e sua imagem formam o corpo, são uma única coisa, aderem um ao outro. “Representação diz-se às vezes das pessoas vivas. Diz-se de um semblante grave

e majestoso: Eis uma pessoa de bela representação” (CHARTIER, 2011, p.17).

Já em 1737, o conceito de “representar” se subdivide entre “fazer presente alguma coisa”, e “exteriorizar alguma coisa, que existe, ou que você imagina”. Chartier atribui a Louis Marin um papel importante na construção do conceito de representação. Marin, ao juntar em sua própria historicidade as duas dimensões da representação moderna, transitiva e reflexiva, deslocou a atenção para estudos em que toda representação se apresenta como representando algo (CHARTIER, 2011, p. 19).

Segundo Chartier,

Assim construído, o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder (CHARTIER, 2011, p.20).

Dessa forma, Chartier explicita como o conceito de representação é eficiente para explicar as relações sociais entre os indivíduos ou em grupos, que apresentam relações de poder, com classificação e hierarquização, representando a realidade e reconhecendo uma identidade social, uma categoria social, um status, um poder.

Assim, reconhecemos como o conceito de representação está diretamente ligado com o de relações de poder, de poder simbólico. Para Pierre Bourdieu,

Num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como e outros tempos não se queria reconhece-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2002, p.07).

Podemos perceber, a partir dessa definição de Bourdieu, que o poder simbólico é um poder invisível, que só é exercido onde houver sujeitos que não querem saber sobre o poder a qual este é sujeito ou exercem. Dessa forma, o poder simbólico está por toda a parte, pois em todas as sociedades ou onde houver interações humanas haverá relações de poder, relações de hierarquização, onde um sujeito estabelece poder sobre outro.

Nessas interações em que o poder simbólico está envolvido, é que pode ser utilizado o conceito de representação, para exemplificar e representar a realidade a partir das relações sociais e de poder, onde há a luta por um status envolvido.

Nesse artigo, temos o objetivo de discutir as representações do jornal *O Globo*

sobre o retorno de Leonel Brizola do exílio em 1979, e o modo como o jornal atuou na tentativa de desconstruir a imagem de Brizola na sua luta pela reorganização política. As representações do jornal atuam a partir de relações de poder, do objetivo do jornal ao tentar desconstruir o mito Brizola, como veremos adiante.

### 3 | LEONEL BRIZOLA NO RETORNO DO EXÍLIO: REPRESENTAÇÕES DE O GLOBO

O jornal *O Globo* foi fundado no ano de 1925, por Irineu Marinho, que faleceu poucos dias após seu lançamento, herdando o periódico seu filho Roberto Marinho, que assumiu a direção do jornal no ano de 1931. *O Globo* comemorou o golpe militar de 1964, afirmando que com a fuga de Goulart e a posse de Mazzilli na presidência a “democracia estaria ressurgindo”:

Vive a nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias de opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças a decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-los para rumos contrários a sua vocação e tradições(O GLOBO, 02 de abril de 1964)

O jornal exalta=ou as forças militares e o uso da violência e da força para tomar o poder, justificando a atitude por “livrar o Brasil do governo irresponsável”, como escrito no editorial. O jornal afirma que com a intervenção militar a “democracia estaria ressurgindo”.

A posição do jornal não foi isolada, outros veículos de comunicação importantes da época também apoiaram o golpe. *O Globo* atualmente afirma que o apoio foi um erro, com uma nota no site do jornal que diz que naquele período, justificava-se a intervenção militar “pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das Forças Armadas”.

A partir do processo de abertura política e crise econômica do governo militar, e com a anistia e revogação do AI5, *O Globo* permaneceu com um discurso que acompanha o do governo, mesmo que concordando com o reestabelecimento da democracia, não deixa de apoiá-lo, acompanhando o seu discurso e posicionando-se contrário as manifestações populares que pediam o fim do regime (MARCON, 2016).

Brizola, com o golpe militar em 1964, exilou-se no Uruguai, onde permaneceu até o ano de 1977, quando é expulso e partiu para os Estados Unidos, já em 1978 para Portugal, retornando ao Brasil por ocasião da Lei da Anistia, no dia 06 de setembro de 1979.

O início do processo de desconstrução da imagem de Leonel Brizola pelo jornal

*O Globo* ocorre com o Encontro de Lisboa, em junho de 1979, em que Brizola e outros líderes brasileiros trabalhistas encontram-se para debater as bases de fundação do novo partido trabalhista, um novo PTB, que já em 1980, é concedido ao grupo de Ivete Vargas, e então Brizola e o grupo do encontro de Lisboa criam o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que têm como manifesto de criação do partido a Carta de Lisboa, documento oficial do encontro.

Naquele momento, após relato sobre o Encontro de Lisboa, e os problemas que Brizola enfrentaria ao fundar o partido, o jornal apostou em declarações de outros líderes políticos que critiquem Brizola, estratégia que permanecerá até as eleições de 1982, quando ele elege-se governador do Rio de Janeiro. Sobre o encontro, o jornal dá espaço a concorrente da sigla PTB, Ivete Vargas, com o título “Ivete acha que é turismo político” (sobre o Encontro de Lisboa).

-Acho que é um turismo político absolutamente inédito na história do Brasil. Mas não consigo ainda me definir a respeito. Isso porque não sei bem o que é esse encontro, pois não são só petebistas que participam, mas membros de vários organismos de vários países. Isso me faz sentir certa preocupação, pois a legenda PTB está sob a responsabilidade de uma comissão executiva nacional, da qual participo, e a lei é muito clara na proibição e vinculação com governos ou partidos estrangeiros. Essa a posição da ex-deputada Ivete Vargas, a respeito do encontro do PTB do ex-governador Leonel Brizola, iniciado ontem (*O Globo*, 16 de junho de 1979).

Assim, o jornal iniciou um espaço no jornal que destaca a batalha travada entre Brizola e Ivete Vargas, que irá ter definição apenas em maio de 1980, como veremos mais adiante. A declaração de Ivete sobre Brizola atua no sentido de enfraquecer politicamente o ex-governador.

De acordo com João Trajano Sento-Sé, no processo de renovação do trabalhismo na reorganização partidária de 1979, não haveria discussão sobre a pessoa que deveria conduzi-lo, sendo Brizola a principal figura desse movimento, uma vez que foi reconhecido pelos antigos trabalhistas como seu líder, desde 1976, com a morte de Jango. Assim, o objetivo dos brasileiros que se reuniram no Encontro de Lisboa, sob os auspícios do Partido Socialista Português, era o de fundar um novo partido trabalhista, tomando do antigo PTB o que havia de positivo, sob o comando de Brizola, herdeiro do legado de Vargas e Goulart (SENTO-SÉ, 2007, p. 433).

O autor afirma que a aproximação de Brizola com a Internacional Socialista, por intermédio de Mário Soares, era desejo do próprio Brizola e de alguns jovens brasileiros exilados para aproximar esse novo trabalhismo com as correntes mais avançadas da esquerda europeia. No encontro de Lisboa, também estavam presentes representantes da Ação Democrática da Venezuela, da Frente Sandinista da Nicarágua, do Partido Revolucionário Institucional (PRI) mexicano, do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), de lideranças políticas da Guiné, de São Tomé e de outros países africanos (SENTO-SÉ, 2007, p. 438).

A presença de lideranças desses países insere-se em uma atmosfera que se assemelha aos dos movimentos dos países não-alinhados que movimentaram os anos de 1950 e 1960, ou seja, a intenção era mostrar ser uma terceira via, da qual os brasileiros presentes no Encontro tomaram parte (SENTO-SÉ, 2007, p. 438).

O encontro de Lisboa proporcionou a Brizola organizar as bases do novo partido trabalhista. Ao manter contato com os principais líderes da socialdemocracia europeia, e fazer parte da Internacional Socialista, Brizola passou a compartilhar desta ideologia, voltando do exílio como um socialdemocrata.

O jornal *O Globo* do dia 07 de setembro de 1979 trouxe em sua capa uma pequena nota sobre a volta de Brizola, com o título “Brizola volta e diz que não quer revanche”, o jornal mencionou que o ex-governador se diz “despido de qualquer intenção revanchista”, retornando após um exílio de 15 anos e já no mesmo dia realizaria um discurso na cidade de São Borja, local onde estão sepultados os corpos dos ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart (*O Globo*, 07 de setembro de 1979).

De acordo com Sento-Sé, a chegada de Brizola frustrou as expectativas de quem esperava grandes multidões:

Apesar do entusiasmo, sua presença não chegava a criar as situações de comoção que as previsões mais exaltadas supunham. O risco de um esgotamento precoce, provocado pela aparência repetida em atos públicos e comícios comemorativos de seu retorno, era uma variável a ser levada em conta, e acabou por fazer prevalecer uma postura menos ruidosa do que pareciam desejar os grupos mais exaltados. O carisma era um bem finito, que deveria ser usado com parcimônia (SENTO-SÉ, 1999, p. 87).

Como dito anteriormente, o discurso do jornal buscou acompanhar o discurso estabelecido pelos militares, que após os anos da chamada “linha dura”, buscava criar uma nova aparência para o governo, que estaria disposto a colaborar com o retorno da democracia. Nos anos anteriores, *O Globo* defendeu o regime e criticou todas as manifestações contrárias, sendo que já próximo a 1979, o jornal pretendeu mostrar que também defendia democracia, porém, não deixou de acompanhar o discurso do governo.

Apesar do jornal realmente fazer pouca menção especificamente sobre seu retorno, Brizola voltou com menos força política. Como estuda Carlos Fico, o exílio provocou um esfriamento nos principais líderes de oposição. Em 1964, Brizola estava no auge de sua carreira política, sendo governador do Rio Grande do Sul, e com uma grande quantidade de seguidores.

Ao voltar, Brizola teve dificuldades em conseguir aliados, em registrar seu partido, e apesar de conseguir eleger-se governador do Rio de Janeiro em 1982, não conseguiu alcançar o mesmo prestígio político anterior ao golpe.

O esfriamento do poder político de Brizola não ocorreu apenas por intenção dos militares. Também parte da imprensa passou a criar notícias que mostravam a dificuldade enfrentada por ele para retomar seu prestígio político. Já no dia 11 de

setembro de 1979, *O Globo* publicou uma matéria afirmando que Brizola já teria desistido de comícios que realizaria em Porto Alegre, com um tom em que expressa que o ex-governador não conseguiria sua força política de volta.

Na mesma reportagem, o jornal traz uma forte crítica do então deputado Newton Cardoso (MDB – MG) à Brizola, dizendo que:

“É o Carlos Lacerda dos novos tempos” – e criticou –o por ter voltado para o Brasil “para dividir e não para somar”. –Brizola, disse o deputado mineiro –está fazendo o Jogo do Governo, e poderia ter ficado, por isso mesmo, uns 30 anos no exílio, já que depois de 15 anos mostrou não ter aprendido nada. Para Newton Cardoso, “ele não trouxe nenhuma mensagem, não conseguir reunir quase ninguém para seu comício, e por isso mesmo não pode ser líder”. –Pessoalmente, disse, não me considero líder, mas se grito nas minhas bases, reúno de uma hora pra outra mais de cinco mil pessoas (*O Globo*, 11 de setembro de 1979).

De acordo com Patrick Charaudeau,

É na estigmatização da origem do mal que é preciso inscrever também as estratégias de desqualificação do adversário, sendo este um dos polos constitutivos do discurso político. As estratégias de desqualificação são utilizadas com a ajuda de diferentes procedimentos discursivos. [...] O sujeito político que combate um adversário deve rejeitar os valores opostos aos preconizados por este, mostrando uma boa argumentação e fraqueza ao perigo dessas ideias. Mas uma argumentação muito pesada, complexa ou sutil corre o risco de não ser compreendida pela massa dos cidadãos. É por isso que, frequentemente, em política, a argumentação se reduz a esse procedimento de ataques *ad hominem*, que questiona a probidade do adversário, suas contradições, sua incapacidade de manter promessas, suas alianças nefastas e sua dependência diante da ideologia de seu partido (CHARAUDEAU, 2015, p.92).

É dessa forma que atuou o discurso do jornal *O Globo* em relação ao retorno de Brizola, na tentativa de desqualifica-lo. Principalmente, questionando sua ideologia política, suas alianças e sua incapacidade em construir projetos políticos, ignorando o fato de ter sido exilado por 15 anos, interrompendo o auge de sua carreira.

Assim, *O Globo* buscou minimizar a influência de Brizola na futura recomposição partidária, principalmente com as declarações de outros políticos citadas acima. Este pensamento perdurou na perda da sigla para Ivete Vargas, na criação do PDT, e na campanha para eleição ao governo do Rio de Janeiro, alterando apenas quando da virada nas pesquisas eleitorais favoráveis à Brizola.

Para entendermos a forma como *O Globo* atua em suas representações sobre Brizola, cabe trazer o pensamento de Roger Chartier:

Fundada sobre o primado da liberdade do sujeito, pensado como livre de toda e qualquer determinação, e privilegiando a oferta de ideias e aparte refletida da ação, uma tal posição obstina-se numa dupla importância: ignora as exigências não sabidas pelos indivíduos e que no entanto regulam –aquém dos pensamentos claros e muitas vezes apesar deles – as representações e as ações; supõe uma eficácia própria às ideias e aos discursos, separados das formas que os comunicam, destacados das práticas que, ao se apropriarem deles, os investem de significações plurais e concorrentes (CHARTIER, 1991).

Esta afirmação de Chartier torna-se importante para compreendermos como as relações sociais presentes nas representações está condicionada a intenção e

ao posicionamento de seus criadores. Ao afirmar que as formas de representação podem e fazem, por diversas vezes, ignorar as exigências desconhecidas pelos indivíduos e impor uma eficácia própria às ideias e aos discursos, Chartier exemplifica as intenções por trás dos discursos de representações.

É dessa forma que atuou o jornal *O Globo* em relação ao retorno de Brizola do exílio, criando um discurso em que traz diversos críticos e contestadores do ex-governador para legitimar a ideia do seu enfraquecimento político. O jornal, que permaneceu aliado ao governo ditatorial, preocupou-se com a volta e o discurso ríspido de Brizola, e os efeitos que isto poderia causar no governo.

Na vida política, os cidadãos comuns permanecem reduzidos ao status de consumidores, afastados do local em que acontecem as ações, apenas consumindo os produtos políticos que os sujeitos envolvidos fabricam. Assim, a imprensa atua como um intermediário que descreve os acontecimentos políticos da maneira que lhe acha conveniente.

*O Globo*, portanto, atuou de acordo com essa premissa na desqualificação da imagem de Leonel Brizola e para isso, criou um discurso onde as representações sobre o mito Brizola precisam ser destruídos, trazendo inúmeras matérias que citam opiniões de líderes políticos que criticam o ex-governador.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, seu novo território político, Brizola rejeitou a possibilidade de ingresso no MDB, firmou sua posição à esquerda do espectro político, afirmou a incompatibilidade do ideário trabalhista com o marxismo, e mostrou boa assimilação da agenda social democrata europeia, com menções as minorias, as mulheres, aos negros, e as populações indígenas (SENTO-SÉ, 1999, p. 88).

Estabelecido politicamente e com o objetivo de reconstruir o Partido Trabalhista Brasileiro, Brizola travou com Ivete Vargas uma batalha judicial pelo destino da sigla. *O Globo*, apesar de alegar neutralidade, cria notícias e editoriais em que posiciona-se favorável ao grupo de Ivete Vargas, em uma nova tentativa de desconstrução da imagem de Brizola.

#### **4 | DISPUTA JUDICIAL PELA SIGLA PTB: REPRESENTAÇÕES DE O GLOBO**

Na virada do ano de 1979 para 1980, o grupo de Leonel Brizola, composta por três deputados brizolistas, Lidovino Panton (RS), Getúlio Dias (RS) e Murilo Mendes (AL), estudantes e assessores parlamentares, permaneceram por 61 horas para serem os primeiros a requerer registro da sigla PTB. O jornal *O Globo*, do dia 03 de janeiro de 1980, noticia o registro com o título “Após vigília, PTB de Brizola pede registro”:

Ao todo, o plantão petebista na varanda do PTB consumiu 61 horas: até a madrugada de ontem, ele era mantido por estudantes e assessores parlamentares, que comemoraram a passagem do ano com sanduíches e refrigerantes –sem champanhe, insistiram todos, porque o PTB é um partido dos trabalhadores”. O

objetivo do plantão era evitar que a ex-deputada Ivete Vargas chegasse antes com seu requerimento de registro de um outro PTB (*O Globo*, 03 de janeiro de 1980).

Já no dia seguinte, 04 de janeiro, o jornal publicou um editorial em que ataca o grupo brizolista e o critica por pregar um falso apoio aos trabalhadores. Com o título de “À saúde do PTB”, o jornal publica:

Numa vigília que demorou 61 horas, dirigentes do PTB fizeram plantão à porta do TSE a assim garantiram primazia no registro da sigla partidária. A maratona atravessou a passagem do ano, comemorada com refrigerantes mas sem champanha porque, explicaram zelosamente os participantes, “o PTB é o partido dos trabalhadores”. Pois não haveria desdouro se espoucassem algumas garrafas, que certamente podiam financiar. O melhor partido dos trabalhadores, tenham certeza os próceres petebistas, não é aquele que desdenha a champanha, mas sim o que luta para coloca-lo ao alcance dos trabalhadores (*O Globo*, 04 de setembro de 1980).

Percebemos, dessa forma, que o jornal posicionou-se favorável ao grupo de Ivete Vargas, ao criticar deliberadamente o grupo de Brizola, criticando o tempo em que os partidários de Brizola permanecem na frente do TSE para registrar o partido e, principalmente, pela recusa a champanhes na virada do ano, acusando os dirigentes de uma falsa defesa aos trabalhadores.

Decorrendo alguns meses de processo judicial, o governo decidiu, no dia 13 de maio, conceder a sigla PTB para o grupo de Ivete Vargas. Para Sento-Sé, se Brizola contava com uma memória política nacional que o caracterizava como herdeiro do último PTB, Ivete tinha a seu favor o trânsito fácil no governo federal e a amizade com o general Golbery. De fato, a decisão parte do general Golbery, com o objetivo de enfraquecer politicamente Brizola, inimigo do regime, enquanto Ivete não se caracterizava como forte opositorista.

Para Thomas Skidmore, o novo PTB, agora sob comando de Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, “era uma pálida cópia do seu antecessor de antes de 1964 e suas perspectivas não pareciam ser de longa sobrevivência, embora contasse com alguns bolsões de apoio disseminados através do país”. Uma semana após a perda da sigla, Brizola cria o Partido Democrático Trabalhista (PDT), após uma divergência no nome da sigla, que inicialmente foi denominada de PTD.

O manifesto de criação do Partido Democrático Trabalhista apontou o partido como o “verdadeiro herdeiro do trabalhismo”, sendo muito parecido com a Carta de Lisboa, de modo que para o PDT, o encontro em Lisboa foi o fundador do partido, embora naquele momento Brizola estivesse certo que estava recriando o PTB.

A estratégia do jornal permaneceu nas campanhas eleitorais de 1982, em que Brizola concorre e se elege governador do Rio de Janeiro. Durante as campanhas, *O Globo* considerava o PDS e o PMDB como partidos grandes com chance de vitória, enquanto tratava o PDT, o PT e o PTB como partidos pequenos. O discurso do jornal muda apenas quando Brizola dispara do 4º para o 1º lugar nas pesquisas eleitorais, jpa em vésperas de eleição, quando passa a denominar o PDT como um partido em

ascensão.

De acordo com Roger Chartier,

A relação de representação é, desse modo, perturbada pela fraqueza da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela certeza, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada (CHARTIER, 1999).

Desse modo, podemos entender que *O Globo*, enquanto fabricante de representações de imprensa, cria um discurso onde, facilitado pelo clima instável em que encontra-se a população, repete constantemente as mesmas ideias, de que Brizola voltara enfraquecido, de que seu partido estava em crise e que apenas PDS e PMDB, com ênfase maior no PDS sairiam vitoriosos nos pleitos eleitorais.

Já segundo Pierre Bourdieu,

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformadora, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico (BOURDIEU, 2002, p. 15).

Desse modo, o discurso do jornal *O Globo* está interligado nas relações de comunicação com o mundo social, através do poder material e simbólico em que este está subordinado. Nesse contexto, existe uma relação de luta simbólica, diferentes classes envolvidas, onde manipula-se a realidade conforme seu interesse, estando à imprensa, nesse caso, o jornal *O Globo* como um dos principais órgãos disseminadores dos interesses das classes dominantes.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, o processo de desconstrução da imagem de Brizola após seu retorno do exílio, no ano de 1979, pelo jornal *O Globo*, é marcado pela ideia de enfraquecimento político de Brizola, em que o jornal criou diversas notícias e matérias em que traz declarações de líderes políticos que desqualificam o personagem Brizola e o seu novo projeto trabalhista.

Ao utilizar-se de um poder simbólico que exerceu, como meio de comunicação de grande circulação da época, e ligado desde o início ao governo militar, *O Globo* buscou difundir ao leitor a ideia de desprestígio político de Brizola e de crise em seu partido, exaltando o partido do governo, PDS, e desqualificando a política brizolista.

Atuando como um intermediário entre os agentes políticos e o cidadão comum, o jornal criou um discurso baseado em seus próprios interesses, e, portanto, suas representações seguem no mesmo sentido, de desqualificar e desconstruir a imagem e o mito Leonel Brizola. Por meio das relações sociais e as relações de comunicação do período, o jornal difunde essa ideia e beneficia-se da sua condição e do alcance de suas publicações para defender o discurso proposto pelo regime militar.

Apesar de enfrentar todas essas tentativas de desqualificações e desconstrução de sua imagem, Brizola conseguiu voltar a cena política ao eleger-se, após uma grande virada, como governador do Rio de Janeiro, seu novo território político, no ano de 1982. Entretanto, Brizola não conseguiu retornar ao prestígio do período anterior ao golpe de 1964, e morreu, em 2004, sem conseguir alcançar o principal objetivo após o retorno do exílio, o de chegar ao poder federal.

## REFERÊNCIAS

ACERVO DO JORNAL *O GLOBO*. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com>

ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002): O neoliberalismo em questão*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

BILHÃO, Isabel (org.). *Visões do Brasil: realidade e perspectivas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. *Discurso Político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARTIER, Roger. *Defesa e Ilustração da noção de representação*. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados* vol.5 no.11 São Paulo Jan./Apr. 1991.

MARCON, Marcelo. O retorno de Leonel Brizola do exílio em 1979: Discursos de *O Globo*. *Revista Labirinto*, ano XVI, v.24, n.1. (Jan-Jun), 2016. p. 339-362.

REMOND, René. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. *Um encontro em Lisboa*. O novo trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Coord). *Revolução e democracia (1964--)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil ; 3).

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-1985)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

## A QUESTÃO CHRISTIE (1861-1863) E O ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E A GRÃ-BRETANHA: ECOS NA IMPRENSA, NA PINTURA, NO TEATRO E NA NARRATIVA *O DONATIVO DO CAPITÃO SILVESTRE* (1893), DO PARAENSE INGLÊS DE SOUSA

**Denise Rocha**

Universidade Federal do Ceará  
Centro de Humanidades  
Fortaleza, Ceará

**RESUMO:** O objetivo do estudo é apresentar um episódio diplomático, ocorrido entre o Brasil e a Grã-Bretanha (1861-1863), e seus reflexos na charge, na pintura, no teatro, na crônica e no conto, como formas de narrativas engajadas. O grave impasse, conhecido como a “Questão Christie”, em alusão a William D. Christie, embaixador britânico no país, teve cinco fases: 1)- o naufrágio da barca “Prince of Wales” e o saque da carga na província do Rio Grande (maio, 1861); 2)- a morte de um brasileiro por marinheiros ingleses no Rio de Janeiro (junho, 1861); 3)- o aprisionamento de três oficiais embriagados e delinquentes da fragata “H. M. S. Forte”, no Rio (junho, 1862); 4)- a declaração do ultimato por Christie com pedidos de reparações sobre a pilhagem do navio (1861) e de desculpas pelo encarceramento dos britânicos (1862) e punições para os envolvidos (dezembro, 1862); e 5)- a interceptação de cinco navios pela Royal Navy, na baía da Guanabara, como indenização (janeiro, 1863). A análise do artigo, que será baseada nas reflexões de Burke sobre a imagem, e a de Anderson a respeito da “nação imaginada”, aborda cinco narrativas,

visuais e escritas: duas ilustrações de Henrique Fleiuss (1863); a pintura “Estudo para Questão Christie” (1864), de Victor Meirelles; a *Carta ao Sr. Christie* (1862), de Machado de Assis; as peças teatrais, *A Questão Anglo Brasileira Comentada pelo Sr. Joaquim da Costa Brasil*, de Francisco C. Vasques, e a *La Question Anglo-Bresillienne*, de Louis de Nerciat (1863); e o conto *O donativo do Capitão Silvestre* (1893), de Inglês de Sousa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão Christie, história, nação, imagem, narrativa.

### INTRODUÇÃO

Um contagiante momento de patriotismo e nacionalismo na História do Brasil, nos anos 1861 a 1863, motivado pelo conflito diplomático anglo-brasileiro, conhecido como a “Questão Christie”, na época de D. Pedro II, é tema do conto *O donativo do Capitão Silvestre* (1893), do paraense Inglês de Sousa:

Era no ano de 1862 e chegara ao Pará o vapor *Manaus*, trazendo notícia circunstanciada do conflito levantado pelo ministro inglês William Dougal Christie a propósito das reclamações de súditos brasileiros e ingleses, que deviam regular-se pela convenção de 2 de junho de 1858, e sob o pretexto da prisão de alguns oficiais da fragata *Forte*.

A atitude arrogante e violenta de Christie indignara o povo, despertando o pudor nacional, e agitando patrioticamente os ânimos.

Correra uma fâisca elétrica do sul ao norte do Império, e a corda do sentimento de nacionalidade, adormecida desde as sangrentas lutas da nossa integração política, posteriores à independência, vibrou sonoramente no coração dos paraenses. [...] Mal apontara o vapor *Manaus* e já a notícia vaga, incerta, obscura, exagerada pela viva imaginação amazonense, circulava com a rapidez do telégrafo. Já se jugava declarada a guerra, e os mais prudentes tratavam de reunir as suas alfaias e de pô-las a bom recado.

Os mais ignorantes tremiam de susto à ideia de ver surgir no porto de cima um navio de guerra de S. M. Britânica, pejado de canhões negros e ameaçadores. (SOUSA, 2008, p. 65 e 66).

O mencionado exacerbado patriotismo e pavor regional de Óbidos, interior do Pará, com distância fluvial mais de 1000 Kms. da capital, Belém, ecoava no conto, a dimensão da referida querela internacional, que era conhecida como a “Questão Christie”, em referência ao embaixador britânico no país, William Dougal Christie. Ela teve cinco episódios: 1)- o naufrágio da barca mercante “Prince of Wales” e o roubo de mercadorias (1861); 2)- a morte do brasileiro por marinheiros ingleses em uma briga no porto do Rio de Janeiro (1861); 3)- o aprisionamento de três oficiais ingleses alcoolizados da fragata “H. M. S. Forte” por atitudes marginais em uma noite (1862, RJ); 4)- a declaração do ultimato por Christie com pedidos de indenizações sobre a pilhagem do navio (1861) e de desculpas pelo encarceramento dos britânicos (1862), bem como solicitação de punições para os envolvidos (dezembro, 1863); e 5)- a interceptação de cinco navios mercantes brasileiros, como penalidades aos dois episódios anteriores: o saque (1861) e o encarceramento de cidadãos britânicos (1862), (1863, RJ).

Os eventos mencionados, ações inglesas e reações brasileiras, tiveram reflexos em narrativas visuais e escritas, que manifestam o engajamento sociopolítico de artistas e escritores diante da postura radical de Christie: as duas charges de Henrique Fleiuss (1863); a pintura *Estudo para Questão Christie* (1864), de Victor Meirelles; a crônica *Carta ao Sr. Christie* (1862), de Machado de Assis; as peças teatrais, *A Questão Anglo Brasileira Comentada pelo Sr. Joaquim da Costa Brasil*, de Francisco Correa Vasques, e *La Question Anglo-Bresillienne*, de Louis de Nerciat (1863) e a narrativa paraense, publicada somente em 1893.

As representações plásticas e literárias sobre as impetuosas atitudes bélicas inglesas e as emotivas reações no Brasil serão analisadas, segundo as reflexões de Peter Burke sobre a imagem, e a de Benedict Anderson a respeito da ideia da “nação imaginada”.

## 1 | A IMAGEM (PETER BURKE) E A “NAÇÃO IMAGINADA” (BENEDICT ANDERSON).

A dimensão da “Questão Christie” em distintas narrativas revela imagens da nação na época do Império do Brasil, envolvido em um episódio internacional.

Na obra *Testemunha ocular: história e imagem*, Peter Burke destaca que as imagens devem ser utilizadas para conhecimento de outras épocas. Elas não devem ser consideradas somente reflexões de períodos e locais, mas sim extensões dos contextos sociais nos quais foram produzidas.

Para o autor inglês, as imagens, como evidência do passado, são “indícios”, os quais se comunicam, e que podem ser novas testemunhas na reconstrução de tempos antigos: “[...] as imagens, assim como textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular” (BURKE, 2004, p. 17).

Benedict Anderson (1936) propõe na *Introdução* de sua obra *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e propagação do nacionalismo* (1983), uma definição de nação como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. Imaginada, pois “nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”; limitada: “porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações”; e soberana, pois: “as nações sonham em ser livres e, se sob as ordens de Deus, que seja diretamente. O penhor e o símbolo dessa liberdade é o Estado soberano”. (ANDERSON, 1989, p. 14, 15 e 16).

A ideia de uma nação ser imaginada como comunidade baseia-se no conceito de fraternidade profunda entre seus membros: “porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal”. (ANDERSON, 1989, p. 16).

As imagens podem revelar o impacto das radicais atitudes do embaixador inglês Christie em solo nacional, conforme ilustrações textuais, que refletem um nacionalismo exacerbado imerso em uma ideia de nação brasileira fraterna, a partir do Rio de Janeiro, com ecos inclusive na província do Pará.

## 2 | A “QUESTÃO CHRISTIE” (1861-1863).

No Brasil de D. Pedro II, a década de 1860 foi bastante conturbada com a intensificação da campanha da abolição (Lei Eusébio de Queirós (1850) sobre a proibição do tráfico escravo para o Brasil); o início da Guerra do Paraguai (1864) e incidentes e impasses como a “Questão Christie” (1861-1863), denominada em alusão a William Dougal Christie (1816-1874), ministro plenipotenciário britânico

(embaixador) no Brasil, desde 1859.

O conflituoso evento anglo-brasileiro teve duas querelas econômicas e políticas antecedentes, por causa da política imperialista do Primeiro-Ministro Lord Palmerston: 1)- o Tratado de Comércio entre o Brasil e a Grã-Bretanha (1827-1844), cuja renovação contrariava interesses nacionais sobre os preços do café e do açúcar, e 2)- a “Lei Aberdeen” (1845) que permitia à Inglaterra o aprisionamento de navios negreiros rumo ao Brasil, e que atrapalhava os interesses da elite escravocrata. Portanto, Christie já era considerado um vilão, antes do início da contenda naval, iniciada em 1861, que teve cinco episódios.

O primeiro ocorreu em maio de 1861: o naufrágio da barca mercante “Prince of Wales”, na província do Rio Grande, nos recifes da costa do Albardão, próxima à fronteira com o Uruguai, a pilhagem da carga (louças, fazendas, lenços, carvão de pedra, azeite e vinho) pela população local e a reclamação de Christie pelo saque, pelo possível assassinato de sobreviventes e pela negligência das autoridades nacionais na elucidação do caso, exigindo uma reparação financeira.

O segundo aconteceu na noite de 24 de junho de 1861: o desaparecimento de um soldado do batalhão naval, Vicente Ramos Ferreira, ferido e jogado no mar por dois marinheiros ingleses da fragata “HMS Emerald”, durante uma briga com os tripulantes de um bote de tráfego do porto do Rio de Janeiro. O governo brasileiro solicitou a Christie o envio dos acusados à fragata “Constituição”, onde aguardariam julgamento, mas nunca foi atendido, segundo Guilherme Poggio, no artigo, A questão Christie (POGGIO, s.d., p. 4).

O estado de ânimos exaltados nacionais, por causa dos incidentes com os britânicos e as declarações de Christie, refletia o medo de uma ameaça de guerra entre a deficiente frota naval brasileira frente a bem equipada Royal Navy. Foi aberta, em 1862, a “Subscrição Nacional” como “Contribuição para o Armamento do País”. Uma Comissão Central recebia os donativos e organizava a lista de subscritores para aquisição de navios de guerra. Tratava-se de uma mobilização para a defesa regional e nacional.

O terceiro episódio sucedeu na noite de 17 de junho de 1862, no Rio de Janeiro: o aprisionamento de três oficiais ingleses da fragata “H. M. S. Forte”. Embriagados, eles molestaram pedestres na Tijuca e um sentinela do destacamento policial local, ocorrendo uma luta corporal e a detenção dos mesmos. Uma simples arruaça foi considerada por Christie um caso grave que foi comunicado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil.

O quarto evento deu-se em 5 de dezembro de 1862: Christie declarou um ultimato ao governo brasileiro, em três notas com exigências: a indenização de 6.525,19 libras esterlinas pelo carregamento de provisões e pelo frete do navio “Prince of Wales” (maio de 1861); as punições do alferes e do sentinela da guarda da Tijuca; a censura pública do chefe de polícia e do oficial que receberam os prisioneiros e o envio de uma satisfação ao governo de Sua Majestade Britânica com o prazo de 20 de

dezembro para uma resposta.

No dia 29 de dezembro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de Abrantes, repudiou o ultimato. Christie recusou as explicações do governo brasileiro, no dia 30, e anunciou represálias em propriedade nacional como forma de indenização. Elas foram citadas em pronunciamento público pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

A repercussão da atitude inglesa por causa dos conflitos anteriores foi extremamente negativa: D. Pedro II, de 37 anos, no dia 31 de dezembro de 1862, apressou-se a ir ao Cais Pharoux, onde foi acolhido com júbilo por uma grande multidão que observava a movimentação naval. Apesar de ser orientado pelo Conselho dos Ministros a não ir até o Arsenal da Marinha, para evitar distúrbios populares, o imperador o fez, despertando um sentimento de solidariedade e excitação. O Deputado liberal Teófilo Otoni (MG) ia à frente de um grupo, que caminhava pelas ruas centrais do Rio de Janeiro, manifestando contra as principais lojas comerciais inglesas.

No dia 1º de janeiro de 1863, embarcações da Royal Navy entraram na baía da Guanabara, aprisionaram cinco navios e causaram tumulto na população. Segundo Alain Youssef, em *Questão Christie em perspectiva global: pressão britânica, guerra civil norte-americana e o início da crise da escravidão brasileira (1860-1864)*, foram proferidos discursos em defesa da soberania do Brasil e o Consulado britânico foi cercado. (EL YOUSSEF, 2018, p. 3).

Christie, que seguia as diretrizes imperialistas da coroa britânica, foi considerado *persona non grata* e deixou o Brasil no início de fevereiro de 1863.

O Brasil solicitou indenização pela apreensão dos seus navios através de sua representação em Londres, bem como pedido de desculpas pela violação do território nacional. Por causa da resposta negativa, o Ministro brasileiro em Londres, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, apresentou, em 25 de maio de 1863, o pedido de rompimento das relações diplomáticas, que foram estabelecidas, no dia 23 de setembro de 1865. (POGGIO, s.d., p. 11)

No dia 21 de junho de 1863, o representante do governo brasileiro, em Bruxelas, foi recebido pelo rei Leopoldo, nominado para arbitrar sobre a questão da prisão dos oficiais da fragata “HMS Forte”. Ele deu parecer favorável ao Brasil.

Para Richard Graham, conforme o artigo *Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: “A Questão Christie”*, o Brasil arriscou uma guerra:

Suas ações foram, provavelmente, determinadas pela pressão do orgulho nacional ferido, pois o nacionalismo que varreu a civilização ocidental no século XIX não deixou o Brasil imune. Mas a fanfarronada brasileira não precisou ser provada, e a decisão do rei dos Belgas em favor do Brasil deu à Inglaterra a oportunidade de honrosamente restaurar as relações diplomáticas com o Brasil em 1865, mais ou menos de acordo com as exigências brasileiras. (GRAHAN, s.d., p. 399 e 400)

Os acontecimentos ocorridos na província do Rio Grande e no Rio de Janeiro,

no final de 1861 e início de 1862, respectivamente, foram temas permanentes da imprensa, que por meio de artigos e charges demonizaram a figura de Christie, dos ingleses e da Grã-Bretanha, com repercussão em todo território nacional, promovendo adesão à lista de donativos para aparelhar a Marinha, reativando um sentimento de identidade coletiva que não era tão consolidada nas diversas províncias: ecos do imbróglio chegaram até Belém, alcançaram a pequenina Óbidos, e foram imortalizados no conto de Inglês de Sousa, e em outras linguagens.

### 3 | RADICALISMO DE CHRISTIE: REFLEXOS EM NARRATIVAS VISUAIS E VERBAIS

Narrativas são exposições de fatos que são expressados por diversas linguagens: pela imagem (linguagem visual), pela palavra (linguagem verbal: oral e escrita) entre outras. Algumas narrativas, visuais e verbais, como formas de manifestações de indignações patrióticas brasileiras, provocadas pelos distintos episódios de confronto entre o Brasil e a Grã-Bretanha nos anos 1861 a 1863, protagonizados por William Dougal Christie, são um tipo de “testemunho ocular” (Burke) do Brasil Império.

#### 3.1 Charges de Henrique Fleiuss (*Semana Ilustrada* (1863))

Oriundos da Alemanha, os irmãos Fleiuss, Karl e Heinrich, chegaram no Brasil, em 1858. Heinrich, que estudou Arte em Düsseldorf e Ciências Naturais e Música em München, a conselho do pintor Von Martius, percorreu várias regiões do Nordeste e as fixou em aquarelas, paisagens e costumes locais. Os dois irmãos inauguraram o Instituto Artístico em parceria com o pintor Carlos Linde. O empreendimento, reconhecido por D. Pedro II, foi denominado Imperial Instituto Artístico, o qual fundou a *Semana Ilustrada*, iniciada em dezembro de 1860 e finalizada em abril de 1876. (FLEIUSS, s.d., p 1).

No primeiro número da revista semanal humorística, a qual tinha textos e figuras litográficas, apareceu um cartaz ilustrado que foi considerado pioneiro como meio de comunicação visual no Brasil. Publicado aos domingos, o periódico contava com a colaboração de jornalistas famosos como Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Pedro Luís, Joaquim Manuel de Macedo e Bernardo Guimarães (KORACAKIS, s.d., p. 3), segundo Teodoro Koracakis, no artigo *Machado de Assis, colaborador da Semana Ilustrada (1860-1875)*.

Na edição de 18 de janeiro de 1863, na crônica *Ao Acaso* há a seguinte pergunta sarcástica: “Quantas sumacas apresadas equivalem à dignidade offendida de um oficial da marinha britânica? Não se sabe ao certo”. Trata-se de uma referência ao aprisionamento dos cinco navios brasileiros pelas autoridades britânicas. No mesmo número está inserida uma caricatura de Christie.



Fig. 1- Christie em cima de um barril com o rótulo “Fluid gun powder” com um pavio aceso com a expressão “Direito das Gentes”.

Autoria de Henrique Fleiuss, *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1863, ano 3, nº 110, p. 878.

A caricatura mostra o político que fala para um grupo de pessoas, algumas das quais têm um saco de dinheiro. Elas mantêm o seguinte diálogo:

- Christie audi nos...

- Si, yes, mim agora ouve povo brasileiro, porque vi ter razão e fala direito, e conhece que mim gosta mais de nota de banco que de nota diplomática. Se vossê [sic] fala sempre comiga assim, eu estar sempre sua amiga de vossê, porque mim não gosta de briga. Escuta: outro dia Jonatas manda mim plantar batata, e eu responde manda Jonatas plantar algodão: Jonatas fica furiosa e quer logo briga comiga: mas John Bull correr para Petropole, tomar fresca na sua cabeça. Quando pode ouvir tinir dinheiro, John Bull não faz tinir espada. (SEMANA, 2007, p. 34)



Fig. 2- O marinheiro inglês tentando tomar posse do Brasil, sendo ameaçado por indígenas.

Autoria de Henrique Fleiuss, *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1863, ano 3, nº 111, p. 882.

Na charge acima, um marinheiro inglês, com cabeça de leão (animal-símbolo da Inglaterra), tem um pé fincado na Bretanha e arremessa o outro por cima do oceano Atlântico para apoiá-lo no Brasil, como forma de conquista. A legenda diz:

In illo tempore dixit [naquela época], Christi dixit aos seus patrícios: “ Desejando dar-vos que comer, eu estendi uma perna desde a Inglaterra até o Brasil, onde consegui pôr o pé: mas infelizmente uma chuva de flechas lançadas pelos caboclos me fizeram mais que depressa desocupar o ponto”. (FLEIUSS, 1863, p. 882)

Os brasileiros, caracterizados como indígenas belicosos, refletem as imagens pejorativas dos nativos, presentes no imaginário europeu, que lutam com arco e flecha contra o invasor que deseja ajudá-los dando-lhes comida.

### 3.2 Pintura “Estudo para Questão Christie” (1864), de Victor Meirelles.



Fig. 3- “Estudo para Questão Christie” (1864), de Victor Meirelles.

Pronunciamento de D. Pedro II no Paço Imperial (1863), em defesa da soberania brasileira.

Pintor, desenhista e professor, Victor Meirelles (1832-1903) matriculou-se, em 1849, no curso de pintura histórica, da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), do Rio de Janeiro. Em 1852 ganhou o prêmio de viagem de estudos para o exterior e, no ano seguinte, ele seguiu para Roma, onde frequentou, em 1854, as aulas de Tommaso Minardi (1787-1871) e, posteriormente, as de Nicola Consoni (1814-1884), com quem realizou uma série de estudos com modelo vivo. Mudou-se para Paris (1857), matriculou-se na École Supérieure des Beaux-Arts e pintou o quadro “A Primeira Missa no Brasil” (1860).

Retornou ao Brasil em 1861, e foi nomeado professor de pintura histórica da AIBA. Entre os anos de 1869 e 1872, executou duas grandes telas, “Passagem do Humaitá” e “Batalha de Riachuelo”. Em 1879, o artista participou da Exposição Geral de Belas Artes, expondo a “Batalha dos Guararapes” ao lado da “Batalha do Avaí”, de Pedro Américo (1843-1905). A partir de 1886, Meirelles passou a se dedicar à execução de panoramas da cidade do Rio de Janeiro. (MEIRELLES, s.d., p. 1)

No ano de 1864, o pintor elaborou o “Estudo para Questão Christie”, exposto no Museu Nacional de Belas Artes, do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pintura com vasta gama cromática, que demonstra o apoio da população carioca a D. Pedro II, que havia rompido as relações diplomáticas com a Inglaterra. No plano de fundo abre-se a paisagem arquitetônica urbana: Paço Imperial (à esquerda da tela), ao fundo, o Convento do Carmo (no centro) e a Igreja Nossa Senhora do Carmo, a antiga Sé (à direita). Na frente, destaca-se o Imperador, de terno escuro, sendo aclamado

por pessoas, livres e escravas. Alguns homens seguram os chapéus, como forma de saudação. A tropa da cavalaria, que fazia segurança real, tentava afastar, com espada em punho, alguns transeuntes.

A elaboração deste quadro, óleo sobre tela (47,2 de altura e 69,3 de largura), revela a faceta de artista engajado de Victor Meirelles, que quis fazer um documento pictórico sobre a decisão imperial de repudiar as pretensões imperialistas da Grã-Bretanha e a respeito da recepção positiva popular.

### 3.3 Carta ao Sr. Christie (1863), de Machado de Assis.

Machado de Assis (1839-1908) escreveu crônicas, sob o pseudônimo Dr. Semana, que foram publicadas na *Semana Ilustrada*, de 8 de dezembro de 1861 a 26 de junho de 1864.

Na crônica do dia 8 de fevereiro de 1863, denominada *Carta ao Sr. Christie*, Dr. Semana tece um ácido louvor a sua saída do Brasil e retorno à Inglaterra, como consequência de suas atitudes radicais que causaram uma ruptura diplomática entre os dois países. Christie foi declarado *persona non grata*, por agir com rigor de representante de país hegemônico com o Brasil escravocrata e dependente da exportação de suas matérias primas.

O cronista ironizou a imagem negativa, que Christie deixaria na História nacional, após as sucessivas afrontas à terra e ao povo:

Como talvez ainda não tenha jantado, consentirá que eu manifeste as dolorosas impressões que me sugeriu a leitura de um artigo do Diário, onde se anuncia a retirada de V. Excia. V. Excia. vai partir e nos deixa.

Sabe quanto sinto? quanto soffro? ou, economicamente falando, quanto perco? Que assunto para a imaginação caprichosa do meu desenhista era V. Excia.. E agora que ainda está de notas para cá para lá, como mulher que brigou e quer falar por último, como isto não dava matéria para as minhas quatro páginas! [...]

Mas V. Excia. Vai partir e isto me dói mais que tudo. Partir! Deixar esta terra, onde V. Excia. via o céu, para onde não sabe se irá depois de morto, e ir meter-se entre os nevoeiros de Londres! É duro, Exmo. Sr.!

O meu moleque que é instruído, lembra-me que, partindo V. Excia., nem assim ficaremos desprovidos de assunto, porque as personagens como V. Excia. ficam sempre na história, e por muito que se diga mais fica por dizer. Esta razão me consola, e praza a Deus que, sempre fiel, possa a nossa memória reproduzir nestas páginas, como exemplo, a futuros ministros, a interessante e original verônica de V. Excia.. (MACHADO DE ASSIS, 1863, p. 16 e 17).

No artigo, *Machado e a música*, Leniza Castello Branco enfatiza que, como forma de apoio literário-musical ao Brasil no episódio ultrajante, Machado de Assis compôs o *Hino Patriótico*, que foi publicado na *Semana Ilustrada*, musicado pelo maestro Júlio José Nunes, e cantado por Emília Adelaide. (BRANCO, 2008, p. 2)

### 3.4 As peças teatrais de 1863: *A Questão Anglo Brasileira Comentada pelo Sr. Joaquim da Costa Brasil*, de Francisco Correa Vasques, e *La Question Anglo-Bresillienne*, de Louis de Nerciat.

Duas peças teatrais foram escritas, no ano de 1863, sobre os eventos protagonizados por Christie, que tiveram que passar pela avaliação do Conservatório Dramático Brasileiro, o órgão oficial de censura teatral da Corte, segundo Silvia Cristina Martins de Souza, no artigo *Com um olho no entretenimento e outro na política: história, teatro e cotidiano politizado no Alcazar Lírico* (Rio de Janeiro, década de 1860).

A primeira, a comédia *A Questão Anglo Brasileira Comentada pelo Sr. Joaquim da Costa Brasil*, de autoria de Francisco Correa Vasques, recebeu licença para ser encenada. A estreia ocorreu no dia 28 de janeiro de 1863, no Teatro Dramático, e refletiu manifestações públicas de patriotismo, pois fazia severas críticas à Inglaterra, acusada de ser inimiga do Brasil, de quem pegava “bons tostões” das algibeiras. (SOUZA, 2012, p. 25 e 26). No final ocorria um tipo de apoteose na qual era desfraldada a bandeira do império e os versos, a seguir, eram declamados:

Conheçam se for preciso  
Que o combate nos seduz  
É tempo já de mostrar  
Que há bravos em Santa Cruz  
Sempre firmes cortaremos  
Dos Bretões qualquer ardil  
Não recua, quem defende  
Pedro segundo e o Brasil.

(VASQUES, 1863, *apud* SOUZA, 2012, p. 26)

A segunda, a peça *La Question Anglo-Bresillienne*, escrita pelo francês Louis de Nerciat, foi enviada pela equipe do Teatro Alcazar Lírico para o Conservatório, a fim de obter licença para apresentação que foi negada. O censor Carlos José do Rosário esclareceu que a recusa devia-se ao fato de ele acreditar que “de forma alguma [poder-se-ia] tirar partido [em cena] de situações melindrosas que se não desagradavam com o socorro de motejos”. (ROSÁRIO, 1863, *apud* SOUZA, 2012, p. 25)

### 3.5 O conto *O donativo do Capitão Silvestre* (1893), de Inglês de Sousa: a história nacional e regional.

O advogado, político, jornalista, professor e escritor Herculano Marcos Inglês

de Sousa (1853-1918), nascido em Óbidos, no Pará, saiu de sua terra natal, aos 11 anos de idade, para estudar no Maranhão e concluiu sua formação secundária no Rio de Janeiro. Em 1872, iniciou o curso de Direito na faculdade de Recife que finalizou em São Paulo, no ano de 1876, no qual lançou, com o pseudônimo de Luiz Dolzani, os romances, *O Cacaulista* e *História de um pescador*.

Herculano Marcos casou-se com Carlota Emília Peixoto, sobrinha-neta de José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1878. Ingressou no Partido Liberal, foi nomeado Secretário da Relação de São Paulo, tornou-se deputado da Assembleia Provincial, e elaborou o projeto de criação da Escola Normal. No ano de 1881, foi nomeado presidente de Sergipe e, no ano seguinte, do Espírito Santo. Não conseguiu reeleger-se para a Assembleia Geral (1882). Começou a advogar em Santos (1883), e mudou-se para São Paulo (1890), onde fundou o Banco de Melhoramentos de São Paulo. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, e foi convidado para lecionar as disciplinas de direito comercial e marítimo, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais (1894), na qual foi nomeado diretor em 1902. Publicou *Títulos ao Portador no Direito Brasileiro* (1898). Dez anos mais tarde, ele tornou-se Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados e do 2. Congresso Jurídico Brasileiro. Ao representar o Brasil no Congresso Financeiro Pan-Americano, em Buenos Aires (1916), ele foi eleito Presidente da Comissão para unificação da legislação sobre letras de câmbio.

Quando era estudante, Inglês de Sousa iniciou sua carreira de escritor e de jornalista, inicialmente como secretário de redação do jornal liberal *A Tribuna*, de São Paulo. Após ingressar no Partido Liberal, ele fundou o *Diário de Santos* e a *Tribuna Liberal*, na mesma cidade, na província de São Paulo. Ele foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira e Letras (ABL), na qual ocupou a Cadeira 28, cujo patrono é Manuel Antônio de Almeida. Por ser advogado, Herculano Marcos foi responsável por toda a documentação legal da ABL, principalmente, pelos estatutos.

Sua obra escrita na diáspora, que aborda várias facetas da vida em algumas regiões do Pará - fatos históricos, costumes, tradições, superstições e o fantástico -, dos anos 1830 ao final do século XIX, é ampla: os romances *O Cacaulista* e *História de um pescador* (1876), *O Coronel Sangrado* (1877) e *O missionário* (1891); e a antologia *Contos amazônicos* (1893) que abrange nove narrativas: *Voluntário*, *A Feiticeira*, *Amor de Maria*, *Acauã*, *O Donativo do Capitão Silvestre*, *O Gado do Valha-me-Deus*, *O Baile do Judeu*, *A Quadrilha de Jacó Patacho* e *O Rebelde*.

Antônio Carlos Olivieri, no artigo *Por que ler O missionário*, explica sobre a influência do movimento literário denominado de Naturalismo nos dois romances iniciais de Inglês de Sousa:

Em *O cacaulista* e *O coronel Sangrado* (de 1876 e 1877, contra *O Mulato*, de 1881), já se encontram princípios que iriam nortear a prosa naturalista, como a investigação das relações homem – meio, ou a projeção de um romance seriado que constituísse um amplo documento da vida social na Amazônia. (OLIVIERI, 2000, p. 4)

O crítico literário Afrânio Coutinho, em “Estilos de época. Era de transição” na *História da Literatura brasileira*, destacou que Inglês de Sousa tinha como objetivo de sua obra: “[...] fixar cenas da vida do Amazona”. Para Coutinho, os textos do escritor paraense refletem elementos do regionalismo: “São um conjunto documentário ecológico e sociológico importante, estudando a pesca, a extração do cacau, a vida política, religiosa e social do interior do Pará”. (COUTINHO, 1999, p. 243).

A redescoberta da obra do escritor paraense e sua valorização foram consolidadas no estudo de Lúcia Miguel Pereira, “Naturalismo”, em *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*:

[...] a obra de Inglês de Sousa apresenta-se como um documento social, fixando aspectos vários da Amazônia, da Amazônia do cacau e da pesca, região meio selvagem onde a vida era sempre uma luta; luta do tapuio contra o proprietário que o explora, na *História de um pescador*; luta do mulato ambicioso contra o branco que não o quer considerar seu igual, no *Cacaulista* e no *Coronel Sangrado*; luta do indivíduo superior contra o meio mesquinho, no *Missionário*; em todos eles, luta do homem contra o homem, e contra a natureza que o ameaça física e moralmente... (PEREIRA, 1973, p. 158).

No conto *O Donativo do Capitão Silvestre*, o narrador evoca dois momentos históricos que motivaram exaltados episódios civis de identidade regional e nacional na população paraense: a “Cabanagem”, rebelião iniciada nos anos 1820, para tirar portugueses de altos cargos administrativos e militares, no período pós-independência, e eclodida, de forma violenta, em 1835: “Os filhos da Amazônia ainda sentem girar-lhes nas veias o sangue de Paiquicé e de Patroni. No fundo, todos temos ainda alguma coisa dos cabanos de 1835”. (SOUSA, 2008, p. 65); e o conflito diplomático anglo-brasileiro, protagonizado pelo embaixador Christie..

### 3.5.1 A política de subscrição em Óbidos (PA)

As obras de Inglês de Sousa podem ser consideradas evocações de suas memórias pessoais e gerais do Pará que deixou aos 11 anos de idade e nunca mais visitou. Segundo Bella Jozef, organizador da obra *Inglês de Sousa: textos escolhidos*, o avô do autor, Silvestre José Rodrigues de Sousa, morador da pacata Óbidos, é o capitão Silvestre do conto homônimo (JOZEF, 1963, p. 5).

A narrativa *O Donativo do Capitão Silvestre* tem somente personagens masculinas: o Coronel Gama, chefe do Partido Conservador, e o juiz municipal, responsáveis pela lista de donativos; o Juiz de direito; o Capitão Severino de Paiva; o Capitão Matias; o Delegado de polícia; o Padre José; o Escrivão Ferreira; o Professor Gonçalves; Antônio da Ribeira, Anselmo, Marcelino, José do Monte; e o Capitão Dr. Silvestre José Rodrigues de Sousa.

A repercussão da querela “Christie” na periférica Óbidos provocou o interesse de duas autoridades locais - o Coronel Gama, chefe do Partido Conservador, e o juiz municipal - em organizar uma lista para angariar os donativos, pois:

O governo imperial, receoso de uma luta armada com a Inglaterra, apelava para o patriotismo dos brasileiros, e enquanto a intervenção dos reis de Portugal e da Bélgica procurava dar uma solução amigável à pendência, tratava o gabinete de São Cristóvão de promover o armamento do país, e fora lembrado o meio das subscrições populares, para remediar a carência de recursos no tesouro público.

Invocava-se o nunca desmentido patriotismo dos paraenses; pintava-se o insulto do inglês com cores carregadas e os agentes oficiosos, tanto pela imprensa como pela propaganda oral, procuravam incendiar os ânimos, lançando nos corações a centelha que gera heroísmos. (SOUSA, 2008, p. 66).

**A generosidade popular ocasionou, inclusive, a vinda rápida de humildes ribeirinhos para Óbidos, a fim de fazer donativos, baixos monetariamente, mas que tinham dimensão simbólica:**

Aflúia à cidade o povo dos arredores, trazendo ovos, galinhas, bananas, cacau seco e alguns magros cobs azinhavrados com que cada um dos subscritores concorria para a compra do armamento. Desde a importante soma de quinhentos mil-réis, assinada pelo coronel Gama e por dois ou três comerciantes até o produto de meia dúzia de ovos de galinha, trazidos por alguma velha tapuia, havia donativos de todos os valores, e nada mais tocante do que ver a humilde fiandeira de algodão, o simples pescador de tartarugas, lançar mão do único recurso que tinha em casa, uns ovos, uma cuia pintada, um rosário de contas ou o “bacamarte” de ouro, que representava a economia de muitos meses, talvez de anos, para levá-los orgulhosamente ao coronel Gama, a fim de ajudar a vencer os navios de guerra da rainha Vitória!. (SOUSA, 2008, p. 66 e 67).

### **3.5.2 Capitão Silvestre: bofetada no governo imperial e nos ricos obidenses**

De simples negociante, a rico fazendeiro e a cidadão patriota, Silvestre José Rodrigues de Sousa era considerado um ser exemplar pelos escravos, agregados e vizinhos.

O Coronel Gama, chefe do Partido Conservador, e o juiz municipal vão até sua casa para angariar fundos financeiros, na tentativa de completar dez mil contos e, com isso, impressionar o Presidente da província. O pedante juiz declama seu conhecimento do inglês e do latim, ao tentar convencer o capitão a fazer uma contribuição régia para a lista de subscrição:

- Os brios nacionais, senhor capitão, acabam de sofrer uma sangrenta afronta de um representante oficial da velha Albion.

- Da Inglaterra ... – explicou o Gama, complacente.

- Não me admira isso - murmurou o Silvestre, com os lábios meio fechados. – E o governo?

- Aí é que pega o carro! - exclamou o coronel Gama, dando uma forte palmada na perna direita.

Eis a questão, *that is the question*, como dizem os tais ingleses, ou *hoc opus hic labor est*, como diziam os romanos do outro tempo.

E o juiz municipal, tendo assim mostrado a sua erudição em línguas, continuou:

- O governo não podia conservar-se indiferente ao insulto do bretão à dignidade nacional, mandando aprisionar navios brasileiros em plena paz e dentro da formosa baía de Guanabara. Entretanto as circunstâncias eram críticas. O inglês ameaçava a cidade do Rio de Janeiro, que não está preparada para a defesa, e o nosso país, como todos nós sabemos, não pode lutar de frente com as hostes da soberana do mar. Daí a necessidade da prudência, como muito bem compreendeu o gabinete imperial. O governo brasileiro, apesar de ter carradas de razão, pois se escudava em uma convenção solene e no direito das gentes, limitou-se à via diplomática. (SOUSA, 2008, p. 71 e 72).

**O juiz, depois de traçar o panorama político nacional, abalado pelas medidas radicais de Christie, apela para o patriotismo do abastado senhor:**

- Já vê Vossa Senhoria, senhor capitão, que o governo não contou em vão com esse sentimento inato no coração de todos os filhos da Terra de Santa Cruz. Por toda parte, formaram-se espontaneamente comissões, organizaram-se listas, e os donativos afluem com entusiasmo que faz honra ao nosso povo, e que há de mostrar a sir William Christie que não se esbofeteia impunemente uma nação briosa. (SOUSA, 2008, p.72).

O Capitão Silvestre anuncia uma generosíssima doação de “cem bacamartes”, que é entendido pelos presentes como cem bacamartes de ouro. A expressão bacamarte era dúbia, significava arma ou uma moeda de ouro dos Estados Unidos que era válida no interior do Pará. A oferta generosa provoca admiração, pois era uma quantia superior aos quinhentos mil réis doados por Figueiredo, Machado, Nunes, Gama e Vitorino. Chocando a todos, Silvestre anunciou: “e quinhentos cartuchos embalados para guerrear esse governo que barateia os brios da nação”. (SOUSA, 2008, p. 73). A fala ácida contra a frouxidão do governo nacional revela a indignação do capitão pela subserviência brasileira ao sistema imperialista britânico. A fim de combater tal inércia, ele declara uma guerra com bacamartes. Ou seja, uma peleja bélica regional dentro da imoral batalha de Christie que o Imperador queria revidar por canais diplomáticos, segundo o altivo Capitão.

#### **4 | CONCLUSÃO**

A dinâmica do imbróglio de caráter internacional, agravada pelas atitudes afrontosas de Christie ao governo imperial, o tornou inimigo público número 1 do Brasil, nos anos 1861 a 1863, e teve repercussão em narrativas, visuais e escritas, que revelam o engajamento sociopolítico dos autores: Henrique Fleiuss, Victor Meirelles, Machado de Assis, Francisco Correa Vasques, Louis de Nerciat e Inglês de Sousa. Tais tipos de imagens sobre a “Questão Christie” revelam o valor de textos como “testemunhas” que podem ser observados para compreensão de outras épocas, segundo Peter Burke na obra *Testemunha ocular: história e imagem*.

As representações artísticas de patriotismo e nacionalismo dos cidadãos, acima mencionados, com severas críticas a Christie, em defesa dos interesses da nação

brasileira frente à arrogância inglesa, mostram a cristalização de uma ideia de nação com pessoas de diferentes classes e posições sociais, em diferentes partes do país, vinculadas a um “projeto comum de âmbito nacional” (Anderson): a de preservar a soberania e a dignidade do país e a de denegrir a imagem da Grã-Bretanha.

A imagem da comunhão do Brasil e de seus habitantes (“nação imaginada”), em forma de diferentes desagregos, expressados em distintas linguagens, indica que a nação é limitada, pois tem fronteiras fixas, mesmo que suas dimensões sejam gigantescas, como a distância entre a capital Rio de Janeiro e a interiorana Óbidos, no Pará, mas ambas fazem parte do mesmo território. A nação é *soberana*, tem desejos de liberdade (Anderson), e não admite agressões de diplomata Christie em sua área geográfica e política.

A nação, como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana, evidencia-se no conto *O donativo do capitão Silvestre*, de Inglês de Sousa, que apresenta as manifestações de um ideário patriótico, manifestado em donativos doados pelos ribeirinhos e pela elite político-financeira, mas que foi rechaçada pelo capitão Silvestre, que não deixou se influenciar pela histeria coletiva, e doou armas e cartuchos para “guerrear esse governo que barateia os brios da nação”. (SOUSA, 2008, p. 73).

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

BRANCO, Leniza Castello. Machado e a música. *Revista Fronteiraz*, PUC, São Paulo, v. 2, nº 2, dez. 2008. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/revistafronteiraz/numeros\\_anteriores/n2/download/massis\\_e\\_a\\_musica.pdf](http://www.pucsp.br/revistafronteiraz/numeros_anteriores/n2/download/massis_e_a_musica.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2019.

COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. 5. ed. ver. e atual. São Paulo: Global, 1999. v. 4, parte II: Estilos de época/ Era de transição.

EL YOUSSEF, Alain. Questão Christie em perspectiva global: pressão britânica, guerra civil norte-americana e o início da crise da escravidão brasileira (1860-1864). *Revista de História*, São Paulo, nº 177, p.1-26, 2018.

FLEIUSS, Henrique. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Henrique\\_Fleiuuss](https://pt.wikipedia.org/wiki/Henrique_Fleiuuss)>. Acesso em: 6 abr. 2019.

GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: “A Questão Christie” (II). Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/121625>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

JOZEF, Bella (Org.). *Inglês de Sousa: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1963.

KORACAKIS, Teodoro. *Machado de Assis, colaborador da Semana Ilustrada (1860-1875)*. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/machado\\_de\\_assis/Machado%20de%20Assis,%20colaborador%20da%20Semana%20Ilustrada%20\(1860%20%E2%80%93%201875\).pdf](http://www.filologia.org.br/machado_de_assis/Machado%20de%20Assis,%20colaborador%20da%20Semana%20Ilustrada%20(1860%20%E2%80%93%201875).pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2019.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Crônicas do Dr. Semana*. Disponível em: <[http://machado.mec.gov.br/obra.../60\\_91a8334e492806f21af56c0dc876db6f](http://machado.mec.gov.br/obra.../60_91a8334e492806f21af56c0dc876db6f)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

MEIRELLES, Victor. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8725/victor-meirelles>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Naturalismo. In: \_\_\_\_\_. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1973.

POGGIO, Guilherme. *A questão Christie*. Disponível em: <[http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i\\_contemporanea/PDF/questao\\_christie.pdf](http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_contemporanea/PDF/questao_christie.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2019.

SEMANA ILUSTRADA: História de uma inovação editorial. Org. da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria, 2007. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101427/memoria19.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. COM UM OLHO NO ENTRETENIMENTO E OUTRO NA POLÍTICA: HISTÓRIA, TEATRO E COTIDIANO POLITIZADO NO ALCAZAR LÍRICO (RIO DE JANEIRO, DÉCADA DE 1860). *Baleia na Rede*. Estudos em arte e sociedade, v. 9, nº 1, p. 15-33, 2012. Disponível em: [www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/baleianarede/article/.../2211](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/baleianarede/article/.../2211). Acesso em: 6 abr. 2019.

## ICONOGRAFIA

Fig. 1- Christie em cima de um barril com o rótulo “Fluid gun powder” com um pavio aceso com a expressão “Direito das Gentes”. Autoria de Henrique Fleiuss, *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1863, ano 3, nº 110, p. 878. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951\\_1863\\_00110.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951_1863_00110.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2019.

Fig. 2- O marinheiro inglês tentando tomar posse do Brasil, sendo ameaçado por indígenas. Autoria de Henrique Fleiuss, *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1863, ano 3, nº 111, p. 882. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951\\_1863\\_00111.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951_1863_00111.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2019.

Fig. 3- “Estudo para Questão Christie” (1864), de Vitor Meirelles. Disponível em: <[https://www.reddit.com/r/brasil/comments/7h390x/dom\\_pedro\\_ii\\_sendo\\_aclamado\\_pelo\\_povo\\_do\\_rio\\_de/](https://www.reddit.com/r/brasil/comments/7h390x/dom_pedro_ii_sendo_aclamado_pelo_povo_do_rio_de/)>. Acesso em: 12 jan. 2019.

## O HOMEM QUE CRIOU SHERLOCK HOLMES: ARTHUR CONAN DOYLE ENTRE AS CIÊNCIAS E A LITERATURA

### Jarbas de Mesquita Neto

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - Instituto de Biociências – Departamento de Zoologia - Rio de Janeiro, RJ.  
e-mail: epistemecognitio@gmail.com

**RESUMO:** Sir Arthur Conan Doyle, médico e escritor britânico de origem irlandesa, nasceu em um ambiente religioso, assim como em um período de grandes mudanças paradigmáticas, principalmente científicas. Participou de algumas destas mudanças. A literatura e as Ciências foram suas paixões desde a infância. Suas criações literárias influenciaram o pensamento de sua geração e das seguintes ao inventar personagens icônicos, como o detetive Sherlock Holmes e o explorador e acadêmico Dr. Challenger, ambos baseados no pensamento científico. Na espiritualidade, ele também procurava por cientificidade, embora talvez com visão um tanto ingênua.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arthur Conan Doyle / Forênsica / Literatura / Ciência

THE MAN WHO CRIATED SHERLOCK  
HOLMES: ARTHUR CONAN DOYLE  
BETWEEN SCIENCES AND LITERATURE

**ABSTRACT:** Sir Arthur Conan Doyle, a British

physician and writer of Irish origin, was born in a religious setting, as well as in a period of major paradigmatic changes, mainly scientific ones. He participated in several of these changes. Literature and science have been his passions since childhood. His literary creations influenced the thinking of his generation and the next by producing iconic characters such as Detective Sherlock Holmes and explorer and scholar Dr Challenger, both based on scientific thinking. In spirituality, he also sought for scientificity, though perhaps with a naive insight.

**KEYWORDS:** Arthur Conan Doyle / Forensics / Literature / Science

Arthur Conan Doyle nasceu em maio de 1859 (ano da publicação do livro **On the Origin of Species by means of Natural Selection** por Charles Darwin), na cidade escocesa de Edinburgh, a mesma cidade que Robert Louis Stevenson usou como pano de fundo para um livro ficcional de esquizofrenia, **The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde**. Esta história se baseia na pessoa real de Deacon Brodie, lojista respeitável de dia e ladrão de corpos à noite. Sua mãe frequentava a Instituição Filosófica de Edinburgh desde 1863, onde haviam palestras sobre ciências. Sua paixão pela literatura e pelo conhecimento influenciou Arthur; por exemplo, iam e discutiam as

obras de Oliver Wendell Holmes, médico e literato que acreditava no escrutínio do conhecimento contemporâneo. Como médico, Holmes auxiliou no avanço da teoria das doenças por germes na década de 1840, como no caso de a febre puerperal ser levada pelo médico atendente entre um parto e outro.

Neste período estavam ocorrendo as expedições exploratórias britânicas na África, com o registro da nascente do Nilo por John Hanning entre 1856 e 1859, após a expedição do explorador Richard Burton. As histórias deste mundo em expansão influenciaram Arthur Conan Doyle, que escreveu aos seis anos de idade uma aventura sobre a caça a um tigre-de-Bengala. E também haviam diversos cursos livres, como frenologia, que eram frequentados por leigos letrados, como por sua mãe.

Em 1876, Doyle iniciou o curso de Medicina na Universidade de Edinburgh, a qual apresentava facilidades adicionais extramuros, como hospitais e a Enfermaria Real. A escola médica enfatizava o lado prático, como idealizado por seu professor de Anatomia, Alexander Monro, que a praticava nesta Enfermaria. Neste local havia uma educação médica notável, onde os seus doutores competiam com os professores universitários médicos. A própria escola encorajava as inovações médicas, como a identificação do clorofórmio como anestésico pelo professor James Young Simpson, em 1847; e o trabalho pioneiro sobre antissépticos na cirurgia no final da década de 1860 pelo professor Joseph Lister. Subsequentemente, a sua estrela declinou, pois ele se apoiou apenas nas suas láureas. Na década de 1870 a situação estava novamente mudando. Em 1878, Eugene Marie Chandrelle, professor de Francês, Alemão e Italiano em Edinburgh, foi preso, acusado de matar a sua jovem esposa. Diversos professores desta Faculdade de Medicina forneceram evidências farmacológicas e forensicas sobre a sua suposta morte por ópio bruto.

Doyle descreveu a Universidade de Edinburgh como um ponto avançado e espartano de um tipo *laissez-faire* de escola pública inglesa, onde um estudante era deixado à sua própria sorte, longe de qualquer moralidade. Este sistema darwiniano permitiu que alguns aprendessem os benefícios da independência e se tornassem homens do mundo, enquanto que outros caíam logo no início para não mais se levantarem. Ele não estava convencido quanto à sua praticidade. Havia inclusive uma ampla lista de disciplinas compulsórias, como Botânica, Química, Anatomia e Fisiologia. Muitas destas disciplinas apresentavam apenas um interesse indireto para a arte da cura, mas foram cruciais para o seu desenvolvimento durante a chatice dos cinco anos de curso.

Doyle poliu o Alemão, o Francês e a Filosofia Moral (1877) e realizou cursos em Botânica, História Natural, Química, Anatomia e Fisiologia (1878). Retomou suas especialidades anteriores e adicionou novas (cirurgia e farmácia práticas, trabalhos de parto, medicina clínica, jurisprudência médica, matéria médica e vacinação). Após dois exames obteve o título de Bacharel em Medicina.

Foi Sir Robert Christison, professor de Matéria Médica e Terapêutica quem personificou o espírito da faculdade médica neste período. Com seu sucessor,

Thomas Richard Fraser, ajudou a mudar o foco do Departamento de Anatomia e Cirurgia para Plantas e Farmacologia Prática – ou seja, do trabalho interno do corpo para a influência externa sobre ele. Há forte influência de Christison sobre as ideias de drogas e venenos de Doyle no personagem Sherlock Holmes.

Em seu trabalho anterior como professor de Jurisprudência e Polícia Médica, Christison realizou um trabalho pioneiro em Medicina Forense e, em menor grau, em Saúde Pública. Embora já houvessem trabalhos padrão, ele ajudou a impulsionar o uso científico da toxicologia nos procedimentos jurídicos, para uso nos tribunais. Interviu no julgamento de Burke e Hare que, inicialmente, impediam a detecção e a investigação devido à sua crença de que haviam encontrado um modo de sufocar as suas vítimas sem machucá-las. Os experimentos de Christison sobre equimoses e feridas em cadáveres auxiliaram a assegurar a culpa de Burke. Doyle faz alusão a este caso no início de sua história **Um Estudo em Vermelho**; ao procurar satisfazer a sua “paixão pelo conhecimento definitivo e exato”, a figura austera de Sherlock Holmes encontrava-se realizando investigações similares, que ele combinou com pesquisas sobre o efeito de drogas derivadas de alcaloides vegetais. Robert fazia questão de testar esses mesmos alcaloides em si mesmo para verificar possíveis efeitos terapêuticos, uma prática seguida por Thomas Richard Fraser, por Arthur Conan Doyle e por seu personagem Sherlock Holmes. Uma vez, ao ingerir uma dose quase fatal do grão de Calabar, Christison contra-atacou com uma bacia de água de barbear. Porém ele havia ingerido veneno suficiente para paralisar o seu corpo por algumas horas – um processo que ele redigiu posteriormente com a devida objetividade. Mas isso não fez com que ele parasse de usar os estudantes como cobaias, como na sua pesquisa sobre a coca e o seu derivado, a cocaína, na década de 1870. Ele parecia feliz com os resultados: ao subir uma montanha aos 80 anos de idade, mascar folhas de coca aliviou sua ascensão; declarou que além de remover a fadiga, as folhas a evitavam.

As histórias de Christison eram míticas quando Arthur entrou na Universidade. A sua contribuição para o personagem Holmes com sua fascinação por venenos está bem clara e, particularmente, quando Fraser - anteriormente seu assistente de pesquisas – a seguiu tão proximamente. Desse modo. Fraser, professor de Doyle, repetiu os passos de seu predecessor. Porém, Fraser foi mais fanático sobre o Método Experimental, levando-o para o Congresso Médico Internacional de 1881 e defendendo o relaxamento da lei sobre vivisseção por sua importância para a pesquisa médica – uma campanha que o próprio Arthur defendia.

A reputação de Christison também envolvia aspectos controversos. Estes aspectos levaram Doyle a torna-lo o modelo inspirador para o Professor James Moriarty, oponente de Sherlock Holmes. Neste aspecto, o oponente mais determinado a Christison foi o Dr. Harvey Littlejohn, quem combinava seu emprego principal como Diretor de Saúde de Edinburgh com uma próspera prática em Medicina Forense. Na sua função com saúde pública, Littlejohn ajudou a transformar a antiga cidade, um

berçário fedorento e superpopuloso em doenças, em uma urbanidade mais moderna, cujos habitantes poderiam esperar pelo menos uma vida medianamente longa. Como especialista médico-legal, ele acompanhou Christison ao introduzir avanços científicos modernos, incluindo evidências a partir da fotografia e de impressões digitais nos tribunais, referenciadas em histórias de Sherlock Holmes. O legado de Littlejohn é evidenciado pela vida e pelos trabalhos de Arthur. Doyle e William Burton adotaram o seu entusiasmo pela Medicina como meio de mudanças sociais – e Doyle também foi um entusiasta da Medicina Forense. Littlejohn apresentou evidências que levaram o professor Chandrelle a ser condenado em 1878.

O Dr. Joseph Bell foi um observador inescrutável dos maneirismos e dos traços de seus pacientes, o que lhe permitia realizar diagnósticos instantâneos a partir de evidências mínimas. Bell declarava que podia dizer, a partir da aparência de um homem, que ele havia servido até recentemente como oficial não remunerado de um regimento escocês em Barbados, devido à sua aparência de respeito, de autoridade e tipologia “obviamente escocesa”, assim como por não tirar o chapéu em ambientes fechados ou como saudação.

Em 1899, Conan Doyle estava fascinado pela ideia do Inventor, o homem prático que contribuiu para o mundo. Arthur contrastou as diferentes contribuições do Médico, com as suas curas, e o Major, com a sua arma. Agora, ao se comprometer em utilizar novamente o seu jaleco branco, seria apropriado que ele inventasse e conduzisse o seu próprio experimento em balística.

O funcionamento do subconsciente era um livro fechado para ele. Ele podia aceitar a ideia da mente subliminar, uma versão psicologicamente sofisticada, como foi desenvolvida por seu amigo Frederic Myers, o qual morreu neste mesmo ano. Mas Arthur não fez o salto até os conceitos mais radicais que emanavam de Viena, onde Sigmund Freud, outro membro da Sociedade Para Pesquisas Psíquicas, havia recém-publicado os seus primeiros trabalhos sobre a interpretação dos sonhos. Essa era a direção que a Ciência seguia: a mente era a fronteira final que o racionalismo do Séc. XIX deveria conquistar. Mas Arthur já havia levado as suas agitações científicas longe o bastante com a forense e outras técnicas. Ele próprio não queria aprofundar-se muito na mente irracional. Assim, **O Cão dos Baskervilles** é um anacronismo: uma maldição hereditária, uma onda de identidades trocadas, e um elenco de figuras vitorianas. Holmes ainda representa o espírito da razão científica ao declarar que “um investigador precisa de fatos, não de lendas ou rumores” (LYCETT, 2007). Tanto esta história quanto sua crença no espiritualismo podem ter-se originado pela sua herança cultural irlandesa, com fortes crenças no sobrenatural e histórias de cães, a qual ele tentava conciliar com o pensamento científico.

Os escoteiros estavam para contar com Arthur tanto como inspiração quanto como apoio. No manual **Auxílio para a Exploração pelos Oficiais Subalternos e Homens** (1901), de Robert Baden-Powell, aprovava-se e recomendava-se os talentos observacionais de Sherlock Holmes e Joseph Campbell. Holmes tornou-se

o mentor literário dos escoteiros, encorajando-os a utilizar o seu potencial dedutivo ao procurar por provas e ao exercitar sua imaginação.

O uso inadequado por Holmes do polegar do construtor na sua história **Polegar do Construtor** para determinar a sua culpa demonstrou engenhosidade, mas não compreensão das técnicas forensicas modernas. Francis Galton lhe disse não entender como um molde de cera de um selo poderia ter deixado uma impressão legível em uma parede. Como um pioneiro na área, Galton testara o método e criticou experimentalmente a mistura de cera e sangue. Anteriormente, ele ficava a par dos procedimentos policiais, mas afastou-se dos seus métodos analíticos (retomou-os posteriormente).

Em 1902, um novo comissário assumiu a Scotland Yard, Sir Edward Henry, autor de **Classification and Uses of Fingerprints** (1902), uma consequência de sua, então, recente - e crescente - pesquisa com impressões digitais. Seus talentos técnicos e administrativos como cabeça do CID coincidiram com o modo mais rigoroso da Medicina Forense nas cortes. A partir de então, o Conselho do Condado de Londres passou a requerer que os hospitais gerais empregassem dois patologistas para exames pós-morte, ocorrendo então um crescimento relacionado à sua especialização. Toxicologistas e patologistas trabalhavam com o Ministério do Interior. Um famoso intervencionista deste período foi Bernard Spilsbury, colega de Arthur no *Clube do Crime*, um grupo de escritores e advogados que se juntava para discutir os julgamentos controversos. Aliás, foi nesse período, com o *Clube do Crime*, que Doyle se interessou pelos crimes de Jack, o Estripador. Ele chegou a reavaliar alguns locais dos seus crimes, embora superficialmente.

A partir de 1919, Arthur envolve-se mais fortemente com o espiritualismo. Para ele, haveria um mundo além daquele que comumente percebemos e que poderia ser avaliado cientificamente. Envolveu-se com médiuns e mágicos. Alguns desses mágicos, como Larry Houdini, demonstraram que muitos “médiuns” utilizavam truques similares aos dos mágicos. Aparentemente o espiritualismo não seria algo real, mas Doyle defendeu o espiritualismo científico até a sua morte.

Além das histórias sobre Holmes, Doyle escreveu sobre outro famoso personagem que havia criado, o Dr. Challenger, um cientista cético e aventureiro. Na história **A Máquina de Desintegrar** aparece um equipamento mecânico que faria com que as pessoas aparecessem e desaparecessem. Esse seu livro parece se basear nos avanços da Física Atômica, mas há analogias com a Magia oriental e com o Ocultismo ocidental. Já em **Quando o Mundo Gritou**, o próprio Challenger enterrou-se oito milhas abaixo da crosta terrestre para revelar a “verdade ecológica moderna” de que o mundo é um sistema vivo. E isto na década de 1920, muito anterior à Teoria, ou Hipótese, de Gaia, muito considerada atualmente. E terminará aí o caso de amor de Arthur com os frutos do Método Científico.

Em todos os seus atos, Arthur demonstrava orgulho de ser britânico acima de tudo.

## THE MAN WHO CRIATED SHERLOCK HOLMES: ARTHUR CONAN DOYLE BETWEEN SCIENCES AND LITERATURE

Arthur Conan Doyle was born in May 1859 (year of publication of Charles Darwin's book **On the Origin of Species by means of Natural Selection**) in the Scottish city of Edinburgh. Robert Louis Stevenson used this city as the background for his book on fictional schizophrenia, **The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde**, a story based on the real person of Deacon Brodie, respectable shopkeeper by day and body thief at night. His mother had attended the Edinburgh Philosophical Institution since 1863, where there were lectures on science. Her passion for literature and knowledge influenced Arthur; for example, read and discussed the works of Oliver Wendell Holmes, a physician and literate who believed in the scrutiny of contemporary knowledge. As a physician, Holmes helped advance the theory of germ disease in the 1840s, as in the discovery that the attending physician between births led to puerperal fever.

During this period, British exploratory expeditions were taking place in Africa, with the registration of the Nile spring by John Hanning between 1856 and 1859, after the expedition of the explorer Richard Burton. The stories of this expanding world influenced Arthur Conan Doyle, who wrote at the age of six an adventure about hunting a Bengal tiger. Moreover, there were several free courses, such as phrenology, which literate nonprofessionals, as his mother, use to attend.

In 1876, Doyle began his medical degree at the University of Edinburgh, which had additional extramural facilities with several hospitals and the Royal Infirmary. The medical school emphasized the practical side, as envisioned by its anatomy professor Alexander Monro, who practiced it in this ward. In this place, there was a remarkable medical education where their doctors competed with the medical university teachers. They encouraged medical innovations, such as the identification of chloroform as an anesthetic by Professor James Young Simpson in 1847; and the pioneering work on antiseptics in surgery in the late 1860s by Professor Joseph Lister. Subsequently, his celebrated carrer declined as it leaned only on its laurels. In the 1870s, the situation was changing again. In 1878, Eugene Marie Chandrelle - a French, German and Italian teacher in Edinburgh - was arrested on charges of killing his young wife. Several services at this Faculty of Medicine have provided pharmacological and forensic evidences of such death as set by crude opium.

Doyle described the University of Edinburgh as a Spartan outpost of a *laissez-faire* type of English public school, where students were left to their own devices, far from any morality. This Darwinian system allowed some to learn the benefits of independence and become men of the world, while others would fall at this beginning to rise no more. He was not convinced about its practicality. There was even a broad list of compulsory subjects, such as Botany, Chemistry, Anatomy, and Physiology. Many of these disciplines were only of indirect interest to the art of healing, but were

crucial to their development during the boring five-year course.

Doyle polished German, French, and Moral Philosophy (1877) and took courses in Botany, Natural History, Chemistry, Anatomy, and Physiology (1878). He resumed his previous specialties and added new ones (Surgery and Pharmacy practices, Labor and Clinical Medicine, Medical Jurisprudence, Medical Matters, and Vaccination). After two exams, he obtained the title of Bachelor of Medicine.

It was Sir Robert Christison, professor of medical and therapeutic subjects, who embodied the spirit of the medical faculty in this period. With his successor, Thomas Richard Fraser, he helped shift the focus of the Department of Anatomy and Surgery to Plant and Practical Pharmacology - that is, from the body's internal work to the outside influence on it. Christison has a strong influence on Doyle's ideas of drugs and poisons in the character Sherlock Holmes.

In his previous work as a professor of Jurisprudence and Medical Police, Christison did pioneering work in Forensic Medicine and, to a lesser extent, Public Health. Although there were already standard works, it helped boost the scientific use of toxicology in legal proceedings for use in the courts. He intervened in the trial of Burke and Hare, which initially prevented detection and investigation because of their belief that they had found a way to suffocate their victims without harming them. Christison's experiments on bruises and body wounds helped secure Burke's guilt. Doyle alludes to this case early in his story **A Study in Red**. In seeking to satisfy his "passion for definitive and accurate knowledge", Sherlock Holmes's stern figure was conducting similar investigations, which he combined with research into the effect of plant alkaloid-derived drugs. Robert was keen to test this kind of alkaloids on himself for possible therapeutic effects, a practice followed by Thomas Richard Fraser, Arthur Conan Doyle, and his character Sherlock Holmes. Once, ingesting a near-fatal dose of Calabar grain, Christison countered with a bowl of shaving water. However, he had ingested enough poison to paralyze his body for a few hours - a process he later drafted with due objectivity. Nevertheless, this did not stop him from using students as experimental subjects - like guinea pigs - as in his research on coca and its derivative cocaine in the 1870s. He seemed happy with the results: when climbing a mountain at age 80, chewing coca leaves eased its escalation. He stated that in addition to removing fatigue, the leaves avoided it.

Christison's stories were mythical when Arthur entered the University. His contribution to the character Holmes with his fascination by poisons is quite clear, particularly when Fraser - formerly his research assistant - followed him so closely. Thus, Fraser, Doyle's professor, followed the footsteps of his predecessor. However, Fraser was even more fanatical about the Experimental Method, taking it to the 1881 International Medical Congress and advocating relaxation in the vivisection law for its importance to medical research - a campaign that Arthur himself advocated.

Christison's reputation also involved controversial aspects. These aspects led Doyle to make him the inspirational role model for Professor James Moriarty, an

opponent of Sherlock Holmes. In this respect, his most determined opponent was Dr. Harvey Littlejohn, who combined his main job as Edinburgh's Director of Health with thriving practice in Forensic Medicine. In his public-health role, Littlejohn helped transform the old city, a stinking and overpopulated nursery of disease - whose inhabitants could expect only a half-life, at most - into a more modern urbanity. As a forensic expert, he accompanied Christison in introducing modern scientific advances, including evidence from photography and fingerprints in court, referenced in Sherlock Holmes stories. Arthur's life and work evidenced Littlejohn's legacy. Doyle and William Burton adopted their enthusiasm for medicine as a means of social change - and Doyle was a forensic enthusiast. Littlejohn presented evidence that led Professor Chandrelle conviction in 1878.

Dr. Joseph Bell was an inscrutable observer of his patients' mannerisms and traits, allowing him to make instant diagnoses from minimal evidence. Bell stated that he could say from the appearance of a man that he had served until recently as an unpaid officer in a Scottish regiment in Barbados, because of his "obviously Scottish" respect, authority and typology, as well as by not taking off his hat indoors or as a greeting.

In 1899, the idea of the Inventor fascinated Conan Doyle, the practical man who contributes to the world. Arthur contrasted the different contributions of the Doctor with his cures and the Major with his weapon. Now, by committing to using his white coat again, it would be appropriate for him to invent and conduct his own ballistics experiment.

The operation of the subconscious was a closed book for him. He could accept the idea of the subliminal mind, a psychologically sophisticated version, as developed by his friend Frederic Myers, who died this same year. However, Arthur did not make the leap to the more radical concepts emanating from Vienna, where Sigmund Freud, another member of the Society for Psychical Research, had recently published his first works on dream interpretation. This was the direction science moved towards: the mind was the final frontier that nineteenth-century rationalism should conquer. However, Arthur had already taken his scientific upheavals far enough with forensics and other techniques. He himself did not want to delve deep into the irrational mind. Thus, **The Dog of the Baskervilles** is an anachronism: a hereditary curse, a wave of mistaken identities, and a cast of Victorian figures. Holmes still represents the spirit of scientific reason by stating, "An investigator needs facts, not legends nor rumors" (LYCETT, 2007). Both this story and his belief in spiritualism may have stemmed from his Irish cultural heritage, with strong beliefs about the supernatural and dog stories, which he tried to reconcile with scientific thinking.

The Boy Scouts were to count on Arthur as both inspiration and support. Robert Baden-Powell's **Aid to Exploitation by Junior Officers and Men** (1901) approved and recommended the observational talents of Sherlock Holmes and Joseph Campbell. Holmes became the literary mentor of the Boy Scouts, encouraging them

to use their deductive potential when searching for evidence and exercising their imagination.

Holmes' inappropriate use of the builder's thumb in his story **Builder's Thumb** to determine his guilt has shown ingenuity but no understanding of modern forensic techniques. Francis Galton told him he did not understand how a wax seal on a stamp could have left a legible imprint on a wall. As a pioneer in the field, Galton had tested the method and experimentally criticized the mixture of wax and blood. Earlier, he was aware of police procedures, but departed from his analytical methods (later resuming them).

In 1902, a new commissioner took over Scotland Yard, Sir Edward Henry, author of **Classification and Uses of Fingerprints** (1902), a consequence of his then recent - and growing - fingerprint research. His technical and administrative talents as head of the ICD coincided with the most rigorous mode of Forensic Medicine in the courts. From then on, the London County Council required general hospitals to employ two pathologists for postmortem examinations, and therefore there was increasingly specialization. Toxicologists and pathologists worked with the Interior Ministry. A famous interventionist of this period was Bernard Spilsbury, Arthur's colleague at the Crime Club, a group of writers and lawyers who came together to discuss the controversial trials. In fact, it was during this time, with the Crime Club, that Doyle became interested in the crimes of Jack the Ripper. He has even reassessed some of his crimes, though superficially.

From 1919, Arthur became strongly involved with spiritualism. For him, there would be a world beyond the one that we commonly perceive which is submissive to scientific evaluation. He became involved with mediums and magicians. Some of these magicians, such as Larry Houdini, demonstrated that many "mediums" used tricks similar to those of magicians. Apparently, spiritualism would not be real, but Doyle defended scientific spiritualism until his death.

In addition to the Holmes stories, Doyle wrote about another famous character he had created, Dr. Challenger, a skeptical and adventurous scientist. In his history, **The Crumbling Machine**, features mechanical equipment that would make people appear and disappear. This history, seemingly based on advances in Atomic Physics, had analogies with Eastern Magic and Western Occultism. In **When The World Screamed**, Challenger himself buried himself eight miles below the earth's crust to reveal the "modern ecological truth" that the world is a living system. This history, written in the 1920s, came along before Gaia's Theory, or Hypothesis, which is widely considered today. That is the end of Arthur's love affair with the fruits of the Scientific Method.

In all his actions, Arthur was proud to be British above all.

## REFERÊNCIAS:

LYCETT, ANDREW. **The Man who created Sherlock Holmes. The Life and Times of Sir Arthur Conan Doyle**. Free Press. New York, London, Toronto & Sydney. 2007.

COLIN BEAVAN. **Fingerprints: The Origins of Crime Detection and Murder Case that Launched Forensic Science**, Hyperion. New York, USA, 2001.

EVANS, COLIN. **The father of forensics**. Berkeley Publishing. New York. 2006.

THOMAS, RONALD. **Detective Fiction and the Rise of Forensic Science**. CUP. 1999.

WAGNER, E.J. **The Science of Sherlock Holmes**. John Wiley. Hoboken. 2006.

## ESTÉTICA NEGRA E DESCOLONIZAÇÃO DA IMAGEM NO CINEMA NEGRO DE SPIKE LEE E ZÓZIMO BULBUL

**Jéfferson Luiz da Silva Monteiro**

Pontifícia Universidade Católica, Faculdade de  
Ciências Sociais  
São Paulo – São Paulo

**RESUMO:** A partir das construções estéticas presentes nas linguagens cinematográficas propostas por Zózimo Bulbul e Spike Lee, este projeto pretende analisar as representações negras presentes nos filmes *Alma no Olho* e *Faça a Coisa Certa*. A análise será efetuada por meio das construções estéticas propostas pelos filmes, buscando pontos de articulações transnacionais que contribuam na configuração do Atlântico Negro e que tenham como função repensar as construções representativas da diáspora negra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estéticas. Atlântico Negro. Diáspora negra.

### BLACK AESTHETICS AND IMAGE DECOLONIZATION IN BLACK CINEMA BY SPIKE LEE AND ZÓZIMO BULBUL

**ABSTRACT:** From the aesthetic constructions present in the cinematographic languages proposed by Zózimo Bulbul and Spike Lee, the project intends to analyze the black representations present in the films *Alma no*

*Olho* and *Do the Right Thing*. The analysis will be carried out through the constructions proposed by the films seeking points of transnational articulations that contribute to the configuration of the Black Atlantic and whose function is to rethink the representational constructions of the black diaspora.

**KEYWORDS:** Aesthetics. Black Atlantic. Black diaspora.

### 1 | CONTEXTO DO CINEMA NEGRO NORTE-AMERICANO

Durante o século XX, as práticas cinematográficas hegemônicas construíram uma estética negra moldada tanto em estereótipos quanto no silenciamento de seus protagonismos. O cinema negro nos EUA, por sua vez, que contou com o pioneirismo e participação fundamental de Oscar Micheaux, durante uma longa temporalidade, viveu no isolamento, fora das grandes produtoras e estúdios. Isso se evidencia se levarmos em conta as leis do Jim Crow, que, até a segunda metade do século XX, situavam a comunidade negra e branca, sejam em espaços físicos ou sociais.

“As escolas, os teatros e os restaurantes eram segregados em todo o país (e não apenas nos estados sulistas), assim como (por que não?) as salas de exibição cinematográficas. Isso ocasionou o surgimento de uma produção dedicada em especial aos guetos, totalmente interpretados por negros e para negros. É o que os historiadores de hoje chamam de filmes ‘étnicos’ (race movies)” (RODRIGUES, 2001, p. 157).

Oscar Micheaux, frente a esse dilema, teve que negociar uma trajetória na qual em um extremo se apresentava um americanismo e do outro um africanismo. Diante dessa forma específica de dupla consciência, categoria cunhada por W.E.B. Du Bois, ser americano e negro não quer dizer

[...] que assumir uma ou ambas identidades inacabadas esvazie necessariamente os recursos subjetivos de um determinado indivíduo. Entretanto, onde os discursos racista, nacionalista ou etnicamente absolutista orquestram relações políticas de modo que essas identidades pareçam mutuamente exclusivas, ocupar o espaço entre elas ou tentar demonstrar sua continuidade tem sido encarado como um ato provocador e mesmo opositor de insubordinação política” (GILROY, 2001, p.33).

Do recorte temporal que vai do início do cinema clássico americano em 1915, com o filme *O nascimento de uma nação* (*The Birth of a Nation*), filme explicitamente racista, no qual articula uma representação do tópos da nação norte-americana fundada em estereótipos e aniquilamento de pessoas negras pela Ku Klux Klan, até 1942, em uma reunião da NAACP (National Association for the Advancement of Colored People), onde se abriu um diálogo com os grandes estúdios sobre a criação de personagens negros excessivamente estereotipados e a ínfima contratação de artistas negros nas atuações e produções, Oscar Micheaux filmou no auge do racismo e segregação:

“Do acordo escrito celebrado por ‘representantes da NAACP, a Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor, e por chefões de vários estúdios de Hollywood’, que ‘se encontravam e codificavam algumas mudanças e procedimentos sociais’ em 1942, Cripps relata: ‘Os estúdios concordaram em abandonar papéis raciais pejorativos, em escalar negros como figurantes em posições consonantes com as ocupadas por eles na sociedade, e em dar início à demorada tarefa de integrar negros aos quadros de técnicos dos estúdios” (GREEN, 2013, 143).

É após esse período, nas décadas de 60 e 70, com a efervescência do movimento dos direitos civis, que surgem movimentos como o *Blaxploitation* (Um amálgama entre as palavras *black* [negro] e *exploitation* [exploração]. Foi um gênero cinematográfico realizado e protagonizado por atores e diretores negros durante a década de 1970. Um gênero que reverteu os papéis raciais entre protagonistas e coadjuvantes.), o L.A. Rebellion, e diretoras como a Julie Dash, o Melvin Van Peebles e o Spike Lee, remodelando novas estéticas ao cinema negro afro-americano. O interessante de se notar é que essas narrativas, por mais que estivessem fazendo suas críticas ao cânone cinematográfico e as representações vigentes, permeadas de estereótipos e falsas assimilações, jamais dispensaram completamente as referências tradicionais, mas sim as adaptaram ou incorporaram subvertendo suas linguagens.

O L.A. Rebellion foi uma explosão do cinema afro-americano na UCLA nos anos

70 e início dos anos 80, o qual Clyde Taylor definiria como “uma declaração de independência”. O que era exemplar nesse movimento de cinema nacional, era sua habilidade de incorporar elementos de outros movimentos dentro das suas próprias criações: o cinema soviético de Dziga Vertov, o neorealismo italiano de Roberto Rossellini e os filmes com formato de New Wave francês do Jean Luc Godard. (MASILELA, 1993).

Nesses vasos comunicantes entre narrativas e contra-narrativas, há um aspecto transnacional no qual é possível estabelecer confluências nesse período entre o L.A Rebellion e o movimento estético e político dos países do Terceiro Mundo (principalmente América Latina e África): o novo cinema latino americano.

“Ainda, Glauber Rocha em uma entrevista dada a uma proeminente historiadora de cinema, Rachel Gerber (autor de Glauber Rocha, Cinema, Política e Estética do Inconsciente) em Roma, fevereiro de 1973, e em uma discussão com este autor na UCLA em 1976, disse que o filme é uma história de Che Guevara que é magicamente ressuscitado pelos negros através do espírito de Zumbi, o nome espiritual do falecido Amílcar Cabral. Para Rocha, o filme é na verdade uma homenagem a Amílcar Cabral. Assim, enquanto o Ocidente olha para este filme como uma oferta de imagens clichês e um objeto de curiosidade, o cineasta está apenas tentando afirmar a continuidade da luta anti-imperialista do Terceiro Mundo de Che para Cabral (e além), para iniciar uma consciência de suas vidas, e a relevância para nós hoje, daquilo pelo que lutaram e morreram. Na medida em que reconhecemos uma história de trocas desiguais entre o Sul e o Norte, devemos também reconhecer as trocas “simbólicas” desiguais envolvidas. A dificuldade dos filmes do Terceiro Mundo de comentário social radical para a perda dos espectadores ocidentais como descodificadores privilegiados e intérpretes finais do significado” (GABRIEL, 1989, tradução nossa).

Essa relação entre o cinema negro independente e o cinema Hollywoodiano, ou de outras localidades se inscreve na mesma dualidade mencionada acima.

“Além disso, um olhar sobre as relações entre Oscar Micheaux e os filmes de Hollywood, Melvin Van Peebles e Blaxploitation, Charles Burnett, Haile Gerima e Spike Lee e a retematização da vida urbana em filmes como *City of Hope*, *Grand Canyon*, *Boyz N the Hood* e *Straight Out of Brooklyn*, revela que o cinema *mainstream* alimenta-se constantemente do cinema independente e se apropria de temas e formas narrativas” (DIAWARA, 1993, tradução nossa).

Segundo Grant (1997), os sucessos recentes do cinema negro americano resultaram da investida do Spike Lee em Hollywood como cineasta independente, já que ele “[...] fala de um ‘teto de vidro’ que restringe a verba a ser gasta nos filmes dirigidos por negros, baseado no pressuposto de que é perigoso confiar grandes quantidades de dinheiro a um negro” (SHOHAT, 2006). Dessa forma, o cinema negro afro-americano com uma posição ambivalente com o cinema Hollywoodiano, tanto na sua narrativa onde dialoga e circunscreve uma nova maneira de fazer cinema com o cânone cinematográfico, quanto no quesito da representação, onde aportam os limites e quebras da representatividade negra.

## 2 | CONTEXTO DO CINEMA NEGRO BRASILEIRO

Apesar da pouca bibliografia a respeito da presença da população negra nos primórdios do cinema brasileiro, a cronologia aqui adotada segue o esboço proposto pelo Noel dos Santos Carvalho no seu artigo dentro do livro *Dogma Feijoado do Jefferson De*.

No período conhecido como o cinema silencioso (1898 – 1929), diferentemente desse mesmo período nos EUA, a presença de negros era restrita às bordas das imagens. Se logo de início, com o filme *O Nascimento de uma Nação*, os afro-americanos tiveram uma importância central na construção de uma narrativa carregada de estereótipos raciais, aqui no Brasil, a ausência de pessoas negras foi a forma alicerçada de aperfeiçoamento da linguagem cinematográfica: a decupagem.

Como nesse mesmo período fora importadas ideias eugenistas da Europa numa tentativa de higienizar o Brasil, o cinema, que sempre está inserido na realidade, deu sentido a isso através das telas. Racismo, tecnologia e ciência tem uma longa história que dá cor ou exclui às dinâmicas da sociedade em si. “Enquanto as tragédias brancas se acumulam, Ben imagina fortuitamente (“A Inspiração”) a criação de um Império Invisível: a Ku Klux Klan. Essa invenção quanto às origens da Ku Klux Klan não provem de Dixon, mas de Griffith.” (ROBINSON, 2013). Dessa exclusão aqui estabelecida, responde ao próprio gênero dos filmes mudos. Eles repercutiam “relações com o Estado e a ideologia nacional das ideias dominantes” (CARVALHO, 2005). Das ideias deterministas à exclusão que a população passava nos pós-abolição:

“Alguns poucos atores negros trabalhavam em filmes do período. Benjamim Oliveira, artista de circo, palhaço e ator, inovou na representação circense ao introduzir encenações teatrais no picadeiro do Circo Spinelli, sediado no Rio de Janeiro. “Mestre de gerações”, segundo Procópio Ferreira, adaptou peças clássicas e operetas obtendo sucesso junto ao público. Em 1908, o cinegrafista Antonio Leal filmou *Os Guaranis*, pantomima que Oliveira apresentava no Circo Spinelli, baseada na obra de José de Alencar. Pintado de vermelho, Oliveira fazia o papel do índio Peri. Em 1939, trabalhou no filme de Carmen Santos, *Inconfidência Mineira* (1939)” (CARVALHO, 2005, p. 24).

Nesse mesmo momento estava se articulando a “Frente Negra Brasileira (1931-1937), chefiada por José Correria Leite e sediada em São Paulo, que chegou a ter 8 mil membros efetivos, organizando milícias contra candomblé e batucadas e pregando o moralismo” (RODRIGUES, 2001).

Antes do Cinema Novo, nas chanchadas, foi o período de produção dos estereótipos raciais. Se antes, no cinema silencioso a presença negra era quase ínfima, cujos papéis eram resumidos ao plano de fundo, na chanchada a presença veio a primeiro plano junto com os estereótipos. Se João Carlos Rodrigues diz que os arquétipos proveem do imaginário da escravidão, há outra origem que é colonial, que é o controle da representação negra detida pelo olhar do diretor branco e suas técnicas. Além dos que poderiam ser chamados de cobrança de um cento realismo,

o estereótipo aqui é entendido como uma construção imaginada.

“A teoria pós-estruturalista nos lembra que habitamos no interior da linguagem e da representação, e que não temos acesso direto ao “real”. Mas as construções e codificações do discurso artístico não excluem referências a uma vida social comum. Ficções cinematográficas inevitavelmente trazem à tona visões da vida real não apenas sobre o tempo e o espaço, mas também sobre relações sociais e culturais” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 263).

Tanto a forma como eram representados e da ausência de atores onde o principal nesse período foi o Grande Otelo, é possível perceber os elementos que a branquitude quis e quer desassimilar de si. Se a ideia de ser negro foi criada juntamente com a ideia de universalização das pessoas brancas, tudo o que elas não queriam que fossem identificados, projetaram no outro, nesse caso o negro.

“No caso da chanchada os estereótipos mais comuns são os do malandro, sambista, cômico, em relação aos personagens masculinos. Já os femininos são as empregadinhas voluptuosas e intrometidas, como em *De Vento em Popa* (1957) e *Garotas e Samba* (1957)” (CARVALHO, 2005, p. 28).

Desse processo de ficção, do ato de representar o outro, havia a agência dos atores negros às vezes até subvertendo os seus papéis. Uma disputa dessa narrativa foi a do Grande Otelo e o Oscarito.

“Otelo sempre se queixou do fato de, em alguns filmes da dupla, seu nome vir depois do de Oscarito. Queixava-se do salário menor e do status subordinado dos seus personagens em relação aos do parceiro branco, segundo ele uma forma de racismo. Recusava-se a ser “escada” para as cenas cômicas e, em alguns filmes, passou a improvisar em cima do roteiro numa aberta disputa pela representação” (CARVALHO, 2005, p 30).

A situação se modificaria na década de 60 e 70, com o evento do Cinema Novo. Porém, esse fora o momento que no Brasil houve um refluxo do movimento negro, por conta da Ditadura Militar, e também uma implosão, no final da década de 70, do MNU (O Movimento Negro Unificado é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil, fundada no dia 18 de junho de 1978, em pleno regime militar). É neste liame entre os movimentos de esquerda, a ditadura militar e as críticas ao regime que o Zózimo Bulbul se tornará diretor. Nascido de 1937, Jorge da Silva, seu nome de batismo será modificado na década de 60 por Zózimo. A adoção se deu por uma reconstituição de identidade com os povos africanos. A sua aproximação com as instituições do campo artístico e cultural da década de 60 lhe inseriu no Cinema Novo.

“No CPC, Zózimo aproximou-se dos jovens diretores do cinema novo que propugnavam uma nova estética cinematográfica. Nela, o negro e sua cultura ocuparam o centro da representação do país em filmes como *Barravento* (Glauber Rocha, 1962), *Cinco vezes favela* (Marcos Farias, Leon Hirzman, Carlos Diegues, 1964), *Integração racial* (Paulo Cesar Sarraceni, 1964), entre outros. Alguns destacados atores negros iniciaram suas carreiras nos filmes do movimento como Milton Gonçalves, Lélia Garcia, Antonio Pitanga, Jorge Coutinho e o próprio Zózimo Bulbul” (CARVALHO, 2012).

O tratamento dado aos atores negros dentro do Cinema Novo foi diferente do

que era vigente até o momento. Os personagens negros não atuavam em posições marginalizadas ou em segundo plano. Há até filmes que se pretendiam resgatar a herança negra do Brasil, como *Ganga Zumba*. No entanto, a presença de diretores negros com um elenco majoritariamente negro seria um percurso que se iniciaria na década de 80, com Zózimo Bulbul:

“A afirmação da cultura e da história do negro foi fundamental para o ativismo negro desde o final da década de 80. É nessa chave que Bulbul realiza o seu primeiro longa metragem, o documentário *Abolição*, lançado em 1988, durante as comemorações do centenário da Abolição” (CARVALHO, 2005, p. 87).

Da atuação ele passa a direção, e constrói como veremos adiante, uma nova maneira de representação negra nas telas.

### 3 | DISCUSSÃO LITERÁRIA

No livro *Pode o subalterno falar?* Spivak critica Foucault e Deleuze pela hipervisibilidade dos intelectuais quando se fala dos sujeitos, nesse caso dos sujeitos do “Terceiro Mundo”. Para a autora, e aqui se torna tão importante quanto, o lócus enunciativo deve ser proferido pelo “subalterno”. Spike Lee e Zózimo Bulbul subverteram o cânone do cinema vigente. A relação entre protagonista e coadjuvante foi reatualizada, tendo como eixo condutor uma agência negra que foi elaborada através de negociações com a linguagem cinematográfica Hollywoodiana, como mostra Spike Lee, e com a do Cinema Novo, no caso do Zózimo Bulbul. No entanto, para pensarmos as representações de uma estética negra presente nos filmes *Faça a Coisa Certa* e *Alma no Olho* de uma forma intercultural e transnacional, o livro *O Atlântico Negro* (GILROY, 2001) tem sido utilizado como referencial teórico para essas análises.

O Atlântico negro proposto pelo Paul Gilroy, apesar do seu impacto nos estudos culturais britânicos frente a análises etnicamente absolutistas e nacionalistas, como diz o autor, é igualmente anglofóno quando o Sul Global não faz parte do seu instrumento de análise. Diante de formações culturais híbridas e transnacionais na América Latina e no Caribe (francófono e espanhol), do Brasil, epicentro da escravidão moderna, sua ênfase é restrita às experiências do Norte. Contudo, em sua posição enfática que “está na hora de reconstruir a história primordial da modernidade a partir dos pontos de vista dos escravos” (GILROY, 2001, p. 126), nos coloca um desafio arqueológico e até mesmo metafísico para os teóricos da modernidade, onde em suas epistemologias circunscreveram apenas as implicações da razão europeia, anulando a violência racial da escravidão, da plantation e do sistema colonial e as formas adjacentes desde de resistência dos escravos e das populações pretas e pardas deste período até o presente global.

Parte das formações culturais negras mantiveram distanciamento de um vínculo nacionalista ou de protecionismo cultural no contexto da diáspora negra. Dessas

criações artísticas, como a dança, a música que possui uma importância central no contexto do mundo do Atlântico negro, o cinema, que só teve seu início no final do século XIX, também possuem articulações com a estética negra que detém uma posição ambivalente com a modernidade.

“O movimento contemporâneo das artes negras no cinema, nas artes visuais e no teatro, bem como na música, que fornecia um pano de fundo para esta liberação musical, criou uma nova topografia de lealdade e identidade na qual as estruturas e pressupostos do estado-nação tem sido deixado para trás porque são vistos como ultrapassados” (GILROY, 2001, p. 59).

No livro *Crítica da imagem eurocêntrica*, no qual “[...] traça a genealogia de um repertório de imagens e de uma retórica cujos tropos procuram fazer natural, inelutável um ponto de vista particular” (SHOHAT; STAM, 2006), a Europa deixa de ser o epicentro da autoridade ontológica, autodeterminada e historicamente constituída e o resto do mundo os seus prolongamentos. É posto lado a lado, muitas vezes em conflitos, imagens construídas por Hollywood e de cinemas que se constituíram independentemente nos seus respectivos territórios, como o cinema do terceiro mundo, cinema indígena etc. Ao invés da autora e do autor inverterem a lógica na busca de um arquivo de representações fidedignas ou na busca de um realismo que busca legitimar uma verdadeira interpretação, eles conflitam numa tentativa de estabelecer um olhar político a partir da teoria pós-colonial.

O quarto capítulo, *Tropos do império*, traça o emaranhamento dos discursos colonial e patriarcal nas representações visuais do descobrimento e para além dele.

“Nas hierarquias sexuais cromáticas das narrativas coloniais, homens e mulheres brancas ocupam o centro da narrativa, sendo que a mulher branca representa o objeto desejado tanto pelos protagonistas quanto pelos antagonistas masculinos” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 236).

Esse mesmo discurso colonial da conquista da América, no qual supostamente teria uma terra a ser “descoberta”, invadida, pairou como uma forma de violência racial e sexual na construção de estereótipos:

“O Nascimento de uma nação pode ser considerado um dos primeiros exemplos de violência erótica, pois associa obsessivamente fobias sexuais e raciais no que parece ser uma negação, alicerçada na culpa, do estupro de mulheres negras por homens brancos. Gus, o ‘negro’ animalesco, tenta estuprar a pura e branca Flora, tanto quanto o “mulato” Lynch tenta forçar Elsie a se casar com ele; além disso, a ‘mulata’ Lydia não somente acusa um homem branco inocente de abuso sexual, mas também manipula Stoneman, o político sexualmente ingênuo. A potência sexual negra metaforiza a ameaça do avanço político afro-americano. Enquanto isso, a única figura negra não ameaçadora, a mãe ‘fiel’, é representada como totalmente assexuada. A suposta hipersexualidade negra anula e provoca o patriotismo masculino (branco), e a tentativa de estupro de Flora catalisa o grande ato da ‘libertação’ branca” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 241).

Dessa forma, a racialidade e a distinção de gênero são elementos tão importantes nos dois filmes, pois gênero e raça são produtos da colonização e escravidão, ou melhor, da modernidade, e produziram discursos acerca de mulheres e homens

racializados. Se a representação, produto também da racionalidade ocidental, pode ser vista como uma epistemologia no sentido foucaultiano, os estereótipos são construídos como um discurso e não como algo metafísico.

#### 4 | OS FILMES

O curta-metragem *Alma no olho* faz uma metáfora à escravidão e busca da liberdade, trazendo uma reflexão sobre a questão da identidade negra no Brasil, recorrendo à mímica e à linguagem corporal. O corpo é o elemento central dessa narrativa simbólica, onde o protagonista perpassa por várias transformações internas do seu ser:

“O primeiro bloco é composto por dezesseis planos com imagens do corpo de um homem negro. Toda a montagem está organizada para apresentá-lo e descrevê-lo. Ele está fragmentado em vários planos e não é mostrado inteiramente. A apresentação das partes é feita de modo linear, como vemos já nos quatro primeiros planos que iniciam o filme: olhos perscrutando, da boca esboçando um sorriso e do rosto de perfil. As imagens vão das partes para o todo e aos poucos o corpo vai sendo mostrado” (CARVALHO, 2006, p.218).

Essa alusão remonta uma narrativa linear desde a escravidão transatlântica até o seu estabelecimento na sociedade brasileira.

“A narrativa expõe um discurso político, articulado em mito fundador: a história do negro na América vista da perspectiva da negritude. A música Kulu se mama, de Julian Lewis, executada por John Coltrane, entra em off e acompanha toda a narrativa. A mistura de elementos do jazz e da música africana na composição experimental executada por Coltrane, a montagem fragmentada com grandes elipses temporais, a atuação performática e antinaturalista distingue o filme das representações do negro realizadas até aquele período” (CARVALHO, 2012).

A estética do filme é articulada na apresentação de um único ator performando entre diversos quadros ao som da música de John Coltrane, transmite um diálogo diametralmente entre a tela e o espectador, fazendo jus ao elemento concretista.

No que se refere ao longa do Spike Lee, *Faça a Coisa Certa*, 1989, logo no começo do filme, com a música Fight the Power, do Public Enemy, o diretor já nos insere numa ambientação temática sonora, onde perpassará todo o filme.

A história se desenvolve na pizzaria de um italiano num bairro majoritariamente negro, com a presença de latinos e italianos. O conflito racial que perpassa o filme e eclode no final é evocado por meio da ausência de retratos negros dentro da pizzaria de um italiano, o Salvatore “Sal” Fragione, no bairro do Brooklyn. Um debate acirrado desenha a escalada da tensão dramática, onde arremata na morte de um jovem negro, o Radio Raheem, executado por policiais, e desdobra no incêndio da pizzaria realizado pela comunidade negra local.

O calor é um elemento crucial, tanto como componente dramático como qualificador do temperamento explosivo do filme.

Em ambos os filmes, à música cabe um lugar de destaque. Tanto o jazz do saxofonista e compositor norte americano John Coltrane (1926-1967), que acompanha a performance em *Alma no Olho*, quanto a abertura do *Faça a Coisa Certa*, com o rap *Fight the Power* do álbum “Fear of a Black Planet” do grupo de rap Public Enemy, e que se repete diversas vezes durante o filme até o seu fim no rádio do personagem Radio Raheem, traçam um entendimento de que:

“Essas formas musicais e os diálogos interculturais para os quais elas contribuem são uma refutação dinâmica das sugestões hegelianas de que o pensamento e a reflexão superaram a arte e que a arte é oposta à filosofia como forma mais inferior, meramente sensual de reconciliação entre natureza a realidade finita” (GILROY, 2001, p. 159).

Ambas as musicalidades são estilos musicais negros que possuem uma hibridez, desde sua formação intercultural e transnacional. Essa modalidade artística possui uma relação instável na modernidade, fazendo parte dela como estando fora. A música possuiu a capacidade de expressão dos escravizados e hoje é um meio de protesto à violência cometida às populações racializadas.

Se no filme *Alma no Olho*, não há uma voz proferida, mas não no sentido de uma não-fala, mas de uma não-escuta colonial, o grito que emana dos movimentos corporificados e a música de Coltrane ao fundo converge a negritude ao som irredutível da performance necessariamente visual no cenário da objeção (MOTEN, 2003, 1).

“Entre olhar e ser olhado, o espetáculo e o espectador, o prazer e ser apreciado, mentem e movimentam a economia do que Hartman chama de hipervisibilidade. Ela permite e exige uma investigação dessa hipervisibilidade em sua relação com uma certa obscuridade musical e nos abre para a problemática do ritual cotidiano, a encenação do cotidiano violento (e às vezes melhor), o drama essencial da vida negra, como Zora Neale Hurston poderia dizer” (MOTEN, 2003, tradução nossa).

Dessa maneira, podemos pensar a identidade negra como performance, já que a estética do filme comporta elementos como a música, a dança, a teatralidade do corpo negro. Ou ainda mais, pensarmos na negritude como som, como algo irredutível a fixidez, a um lugar fixo, mas à improvisação e ao escape assim como a polivalência rítmica do jazz, ou os beat do hip-hop.

Esses dois filmes podem ser enredados nessas possíveis articulações desterritorializadas pela diáspora negra, pois:

“Essas figuras contribuíram para a formação de uma variedade vernacular de consciência infeliz que demanda repensarmos os significados de racionalidade, autonomia, reflexão, subjetividade e poder à luz de uma meditação prolongada, tanto sobre a condição dos escravos quanto sobre a sugestão de que o terror racial não é meramente compatível com a racionalidade ocidental mas voluntariamente cúmplice dela” (GILROY, 2001, p. 127).

No filme *Faça a Coisa Certa*, diante do histórico de estereótipos presentes nas representações Hollywoodianas, Spike Lee articula uma luta por representação com a esfera política, tanto dentro do filme quanto fora dele. O conflito

iniciado dentro da pizzeria pela ausência da representação afro-americana dialoga de forma explícita ou não com a luta enredada de grupos marginalizados que não possuem controle sobre sua própria representação.

Não proponho argumentar a favor de um “realismo” ou de uma verdadeira representação da comunidade negra, mas da possibilidade de agenciamento.

“...os oprimidos podem saber e falar por si mesmos [referindo-se a fala de Foucault e Deleuze]. Isso reintroduz o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e poder como um pressuposto metodológico irreduzível; e o sujeito do oprimido, próximo de, senão idêntico, a si mesmo. Além disso, os intelectuais, os quais não são nenhum desses S/sujeitos tornam-se transparentes nessa “corrida de revezamento”, pois eles simplesmente fazem uma declaração sobre o sujeito não representado e analisam (sem analisar) o funcionamento do (Sujeito inominado irreduzivelmente pressuposto pelo) poder e desejo” (SPIVAK, 2010, p. 44).

Durante todo o curta *Alma no Olho*, junto com os gestos e movimentos articulados pelo corpo seminu, performando diante do som que corre ao fundo. Esse corpo é um corpo de um homem negro masculino, que foi construído historicamente através da colonialidade e escravidão.

“Obviamente, este “corpo” não é simplesmente o corpo natural que todos os seres humanos sempre possuíram. Ele é produzido dentro do discurso, de acordo com as diferentes formações discursivas – o estado de conhecimento sobre o crime e o criminoso, o que conta como “verdade” a respeito de mudar ou deter o comportamento criminoso, o aparato e as tecnologias específicas de punição prevalecendo o tempo todo. Isso é uma concepção radicalmente historicizada do corpo – uma espécie de superfície na qual diferentes regimes de poder/conhecimento escrevem seus sentidos e efeitos. Essa noção encara o corpo como “totalmente impresso pela história e pelo processo de desconstrução da história do [próprio] corpo” (HALL, 2016, p. 92).

A negritude é entendida nesse trabalho como uma performance, que é perpassado por violência como na violência cometida ao jovem Radio Raheem mas também da possibilidade de agência na atuação do Zózimo no *Alma no Olho*. Essa partilha é política, pois como explicita Rancière, o comum é partilhado entre os espaços, tempos diversos da atividade que se exerce (RANCIÈRE, 2005a). Dentro do Atlântico Negro esse é um aspecto central contra qualquer noção estática e fixadora de experiência e identidade. Nesse sentido “a política tem sempre uma relação estética” (RANCIÈRE, 2005a).

A análise dos dois filmes dentro das lutas por representações próprias das comunidades negras elencou o quanto ainda é uma forma desafiadora e, no entanto, política da luta contra o racismo das comunidades diaspóricas. Foi possível perceber que a luta por representação não se dá apenas por uma nova estética ou por uma desconstrução dos estereótipos presente nos filmes analisados. Havia um aspecto que era a luta por estar representando si próprio também. Esse aspecto político se confronta com a luta por autonomia. Tanto Spike Lee como o Zózimo foram cruciais para a abertura de novos diretores e cineastas negros. Nesse conflito de estar dentro ou fora dos grandes estúdios, a crítica, o agenciamento esteve presente.

## REFERÊNCIA

- CARVALHO, Noel dos Santos. **Cinema e representação racial: o Cinema Negro de Zózimo Bulbul**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2006.
- CARVALHO, N. dos Santos. (2005). Esboço para uma história do negro no cinema brasileiro. In: DE, J. **Dogma Feijoada/O cinema negro brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo.
- CARVALHO, Noel dos Santos. **O produtor e cineasta Zózimo Bulbul – inventor do cinema negro brasileiro**. Revista Crioula. n12. nov 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/57858/60904>> Acesso em: 4 de setembro de 2017.
- DIAWARA, Manthia. “Black American Cinema: The New Realism.” In **Black American Cinema**. Ed. Martha Diawara. Routledge: AFI Readers, 1993.
- GABRIEL, Teshome H. “Towards a Critical Theory of Third World Films” (1989), In: **Colonial Discourse and Post-Colonial Theory**, ed. Patrick Williams & Laura Chrisman (1993; New York: Columbia U P, 1994): 341-45.
- GILROY, P. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: 34/ Universidade Cândido Mendes, 2001.
- GRANT, William. 1997. “Reflecting the Times: Do the Right Thing Revisited.” In: **Spike Lee’s Do the Right Thing**. Ed. Mark A. Reid. Cambridge: Cambridge University Press. 16-30.
- GREEN, J. Ronald. A Dualidade e o Estilo de Micheaux. In: ALMEIDA, Paulo Ricardo G. de. (Org). **Oscar Micheaux: o cinema negro e a segregação racial**. Calac Nogueira, I. ed., Rio de Janeiro: VOA! Comunicação e Cultura, 2013.
- HALL, S. (2016). **Cultura e Representação** (trad. Daniel Miranda/William Oliveira). Rio de Janeiro: Apicuri e PUC-Rio.
- MASILELA, Ntongela. “The Los Angeles School of Black Filmmakers.” In **Black American Cinema**. Ed. Martha Diawara. Routledge: AFI Readers, 1993.
- MOTEN, Fred. **The Break: The Aesthetics of the Black Radical Tradition**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2003.
- Rancièrre, J. (2005a). **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO/34.
- ROBINSON, C. Em 1915 – D.W. Griffith e o Reembranquecimento da América. In: ALMEIDA, Paulo Ricardo G. de. (Org). **Oscar Micheaux: o cinema negro e a segregação racial**. Calac Nogueira, I. ed., Rio de Janeiro: VOA! Comunicação e Cultura, 2013.
- RODRIGUES, João Carlos. **O Negro Brasileiro e o Cinema**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.
- SHOHAT, E.; STAM, R. (2006). **Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação** (trad. Mário Soares). São Paulo: Cosac e Naify.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

## CONSONÂNCIAS METODOLÓGICAS NAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA DO CHORO

**Denis Wan-Dick Corbi**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita  
Filho”, Campus de Franca/SP Departamento de  
História  
Araraquara – SP

**RESUMO:** As narrativas da década de 1930 sobre música urbana no Brasil nos apresentam um modo singular de escrita da história que pode ser observado sob diversos aspectos. Neste trabalho, escolhemos investigar *O Choro*, de autoria de Alexandre Gonçalves Pinto, publicado em 1936, cuja estrutura textual e organização de suas memórias influenciará, de muitos modos, a historiografia do choro brasileiro. Neste sentido, para examinarmos esse registro de memória do carteiro, elegemos certas teorias da memória que nos servem não apenas para analisarmos esta narrativa, como ainda compreendermos um pouco mais desse universo escrito e narrado pelos chamados “primeiros historiadores da música popular”, isto é, os memorialistas de 1930. Sendo assim, buscamos alternativas epistemológicas para dar conta de enxergarmos todo o impacto que essa produção sobre música urbana causou na historiografia do tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia; Memória, Música Urbana; Rio de Janeiro; Choro.

### METHODOLOGICAL CONSONANCES IN THE CHORO HISTORIOGRAPHY ANALYSIS PERSPECTIVES

**ABSTRACT:** The narratives of the 1930s about urban music in Brazil present us with a singular way of writing history that can be observed in several aspects. In this work, we chose to investigate *O Choro*, by Alexandre Gonçalves Pinto, published in 1936, whose textual structure and organization of his memories will influence, in many ways, the historiography of Brazilian choro. In this sense, to examine this register of memory of the postman, we choose certain theories of memory that serve us not only to analyze this narrative, but also to understand a little more of this universe written and narrated by the so called “early historians of popular music”, that is, the memorialists of 1930. Thus, we seek epistemological alternatives to account for seeing all the impact that this production on urban music caused in the historiography of the theme.

**KEYWORDS:** Historiography; Memory; Urban Music; Rio de Janeiro; Choro.

A tradição historiográfica do choro brasileiro, muito inspirada nos escritos da geração de memorialistas da música popular brasileira da década 1930 ou, mais

precisamente, na emblemática produção escrita dos “primeiros historiadores da música popular urbana no Brasil” (MORAIS, 2006:117-133) – tradição que foi constituída a partir do livro publicado em 1936, *O Choro: reminiscências dos chorões antigos*, do carteiro carioca Alexandre Gonçalves Pinto – congrega, ao menos, duas vertentes interpretativas de análise histórica do choro brasileiro que podemos observar na historiografia do tema.

Ao tratarmos desse mundo passado narrado pelo discurso de *O Choro*, precisamos levar em consideração o que os “primeiros historiadores da moderna música popular urbana” nos disseram a respeito da música urbana, consolidada a partir das publicações de 1930, a fim de descortinar como essas narrativas fundadoras trataram de aspectos de um Rio antigo manejado nos discursos usados pelos memorialistas, bem como observar as perspectivas que esses autores emitiram sobre a música brasileira, entre suas diferenças e similaridades.

Isto posto, nossos recortes estão ligados tanto às práticas sociais que rearranjaram a música urbana da capital, responsável pelo desenvolvimento de uma sociabilidade ocorrida entre fins do século XIX e começo do XX, quanto às estratégias de escrita utilizadas nesses relatos que se perpetuaram na historiografia sobre o tema, tanto estratégias empregadas na narrativa do carteiro, quanto aquelas dos três outros registros fundadores, a saber: *Samba: sua história, seus poetas, seus músicos e seus cantores* do compositor Orestes Barbosa, *Na roda do samba* do jornalista Francisco Guimarães (conhecido como Vagalume), ambas produções publicadas em 1933, e *Chiquinha Gonzaga*, de 1939 da musicóloga Marisa Lira.

Nas quatro narrativas fundadoras do pensamento sobre música popular urbana parece existir um elemento que legitima essa história – a ideia de cultura genuinamente brasileira que necessita ser transmitida – entrecortada, quase sempre, por biografias de músicos e de personagens da época que, de muitos modos, se relacionariam com estes autores.

Nas publicações sobre música popular da década de 1930, as impressões dadas pelos sujeitos e/ou narradores são construídas por meio de linguagens e expressões verbais que nos mostram todo o encanto que esses autores detêm ao tratarem da paisagem sonora carioca, aspectos que estariam presentes noutras recomposições de um Rio antigo sob a perspectiva da música urbana.

Ainda assim, podemos dizer que essas narrativas fundadoras nos proporcionaram aquilo que Jörn Rüsen chamaria de “constituição histórica de sentido”. (RÜSEN, 2010:160) Em outras palavras, nossa “constituição histórica de sentido”, dada por meio de uma conjuntura mediada por práticas musicais e representada por essas narrativas, se articulou com dados de racionalidade duvidosa e/ou por visões de mundo extremamente particulares, carregadas de juízos de valor sobre a cena musical passada e se legitimaram através do uso indiscriminado de argumentos de autoridade proferidos, sobretudo, por quem *viu, ouviu e/ou participou* da cena retratada.

Essas reconstruções históricas, proporcionadas por registros de memória junto de dados isolados sem referências precisas ou mesmo articuladas com tradições populares, se apoiaram, conjuntamente, nas estruturas de memória de cada um desses narradores de 1930, expressando nesses registros certas estratégias de escrita que foram partilhadas por seus testemunhos. (MORAIS, 2006:117-133)

Lembramos que um testemunho pode nos servir como um elo que liga a memória com a história e, como aponta Vinci de Moraes a respeito da história da música brasileira, “no caso específico da música popular, essa relação entre memória e história imprime uma tonalidade tão forte e característica que parece se tornar seu *eixo estruturante e permanente*, tornando-se ainda um problema atual a ser percebido, analisado e discutido.” (MORAES, 2010:222)

Partindo de uma história pouco mais ampla no que diz respeito ao desenvolvimento desse gênero musical, de uma história que contempla não apenas sociabilidades inerentes à atmosfera saudosista dos chorões antigos do Rio de Janeiro de *fin-di-siècle*, imbricada em um contexto urbano de modernização na *belle époque* carioca, mas uma história de determinadas práticas musicais que aconteciam no último quartel do século XIX alcançando as primeiras décadas do XX, observamos narrativas que recriaram, por meio de experiências isoladas dos “heróis da velha guarda da música”, certos espaços e certa história em particular.

Em outras palavras, nesta perspectiva de análise, a historiografia do choro recorreu, obstinadamente, ao papel central que as biografias obtiveram como conhecimento do passado, uma espécie de “ponto médio entre ficção e realidade histórica” (DOSSE, 2015:12) que serviria para recontar uma *história em si* a respeito da música popular urbana, naturalmente mais abrangente, como também para gerar um nexo causal que desse conta dos processos envolvidos com a história singular do choro.

Por outro lado, é possível visualizarmos que parte dessa historiografia específica do tema da música urbana, sobretudo a partir dos estudos realizados por José R. Tinhorão dispostos nos capítulos de “Música Popular: um tema em debate” (1966), buscou examinar aspectos estruturais e/ou quantitativos dessa *história em si*, tratando o passado de maneira pouco mais crítica, seja pela articulação de histórias isoladas junto a uma abordagem sociológica mais ampla, seja pelo questionamento de todo legado herdado dos memorialistas.

Sendo assim, pretendemos demonstrar a existência dessas duas prováveis linhagens interpretativas acerca da história do choro brasileiro em sentido amplo, ou seja, por meio dos diálogos estabelecidos entre uma *história em si* e as historiografias subsequentes relacionadas com o tema; bem como ilustrar alguns procedimentos adotados por cada uma dessas vertentes analíticas, principalmente no que toca à apropriação de registros de memória como elemento fundamental para a construção dessas narrativas.

De antemão, destacamos que a produção escrita a respeito do choro é bem

reduzida se comparada a outros gêneros musicais praticados no Brasil mas, ainda assim, variados aspectos discursivos foram compartilhados por pesquisadores de outras áreas da música popular urbana como, por exemplo, a aproximação de autor/narrador às cenas relatadas e a busca por origens desses gêneros musicais na história brasileira.

Tendo em vista que boa parte da herança escrita daquela produção da década de 1930 percorreu aspectos singulares dos indivíduos que participaram das paisagens sonoras da cena musical carioca, mais o caráter híbrido presente na escrita biográfica, é importante ressaltar que “a biografia dá ao leitor a ilusão de um acesso direto ao passado” e, neste sentido, concordamos com a prerrogativa de que “a biografia, como a história, escreve-se primeiro no presente, numa relação de implicação ainda mais forte quando há empatia por parte do autor” (DOSSE, 2015:11-13), característica marcante desta produção.

Ademais, vale destacar, por exemplo, algumas questões como a plausibilidade dos fatos descritos sobre a música urbana, a sedução que as memórias sobre a história do choro brasileiro provoca, como ainda os discursos de autoridade presente nas narrativas da geração de 1930, sobretudo porque os autores, *grosso modo*, participariam da cena musical, visto que “esses primeiros memorialistas tinham em comum o fato de serem testemunhas oculares” (ARAGÃO, 2013:24); e, além disso, a “conduta historiadora” que praticaram se constituiria em um modelo paradigmático adotado em estudos posteriores sobre o tema da música popular urbana que influenciaria, mormente, a historiografia do choro.

Em *História e Música no Brasil*, publicado em 2010, Vinci de Moraes nos chama a atenção para o paradigma emprestado a partir dos estudos sobre música erudita, aquilo que o pesquisador denomina como “paradigma de vida e obra”. Essas narrativas fundadoras de 1930 são, portanto, típicos exemplos dessas construções textuais influenciadas por outros campos do saber porque se constituíram, ou tentaram se estabelecer, junto das biografias de grandes ícones da música popular da época.

No caso da história do choro, nomes como o de Joaquim Antonio Callado, flautista considerado como o pai do choro, Anacleto de Medeiros, regente da famosa Banda do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e figura importante na disseminação do gênero para aquelas formações musicais, Ernesto Nazareth e Chiquinha Gonzaga, personagens que fixaram ritmos estabelecendo pontes entre o universo musical erudito ao popular e, para muitos pesquisadores, o maior deles, Pixinguinha, responsável pela formatação do choro; foram elementos-chave na construção e no desenvolvimento dessa historiografia singular. (MORAES, 2010:233)

Dessa maneira, as narrativas fundadoras da música urbana brasileira sugerem que o percurso, o alcance social e a história propriamente dita desses ritmos e gêneros musicais seriam tributários da genialidade de cada um desses heróicos e míticos personagens, em detrimento de um contexto social, histórico e cultural

mais abrangente. Vejamos assim uma sistematização da história do choro pensada por Ary Vasconcelos, outro importante pesquisador, e adotada por muitos autores subsequentes:

A primeira geração de chorões floresce nos últimos vinte anos do Império. Compreende os vultos ilustres dos flautistas Joaquim Antonio da Silva Calado Júnior, Viriato Figueira da Silva, Virgílio Pinto da Silveira – todos também compositores – e ainda Luizinho, de quem não se conhece o nome completo. Se o choro tem pais, não se faz por menos: são quatro. Mas não se esgotam nesses os nomes dos chorões da primeira geração (VASCONCELOS, 1984:18)

Ary Vasconcelos segue seu texto destacando pouco mais de vinte nomes nesse mesmo parágrafo para legitimar a ideia de uma primeira geração de chorões que, obviamente, ocorre mediante ao conjunto de personalidades admiráveis. Em seguida destaca Chiquinha Gonzaga, “sem ser propriamente uma chorona” e Ernesto Nazareth dizendo que “se todo o repertório do choro se perdesse, o gênero poderia sobreviver só com as composições de Nazareth”. (VASCONCELOS, 1984:18)

Observamos todo o esforço do pesquisador parar reafirmar esse lugar comum que trata da genialidade de cada um desses personagens, responsáveis pela constituição da história de nossa música urbana, ao menos da história que perpassa para outras gerações

Destarte, elencamos quatro obras relacionadas com a história do choro brasileiro, na tentativa de melhor ilustrar aquelas duas prováveis linhagens interpretativas mencionadas acima, demonstrando, assim, certas consonâncias e dissonâncias metodológicas no que tange às estratégias de escrita da produção historiográfica referente ao assunto desde 1930.

De um lado, podemos situar obras mais próximas dos debates teóricos de uma história social e uma musicologia histórica, tais como “Música Popular: um tema em debate” (1966) e “O baú do Animal” (2013), de José R. Tinhorão e Pedro Aragão respectivamente. De outro, “Choro: do quintal ao municipal” (1998), de Henrique Cazes e “Joaquim Callado: o pai do choro” (2008) de André Diniz, obras que apresentaram procedimentos de escrita encontrados nas histórias tradicionais ou, especificamente, que mais privilegiaram modelos ensaísticos e uma heroicização dos personagens retratados, por assim dizer.

De toda forma, para compreendermos essas narrativas estabelecidas sobre o choro brasileiro, torna-se necessário tratarmos rapidamente de “O Choro” de 1936, da relação desse discurso com algumas teorias da memória para, enfim, exemplificar, a partir dos excertos das quatro obras aqui selecionadas, algumas características que perpassaram essa historiografia.

O documento inaugural da tradição escrita sobre o choro brasileiro, a obra de 1936 “O Choro: reminiscência dos chorões antigos”, consiste em um mosaico de experiências sofridas e/ou imaginadas pelo carteiro e autor/narrador dessas memórias Alexandre Gonçalves Pinto no contexto urbano carioca da virada do século XIX para o XX. O tempo passado aparece junto ao presente vivido pelo personagem central,

neste caso o narrador, e no texto é notória a coexistência de lembranças passadas do autor amalgamadas com as cenas experimentadas, como uma sobreposição de temporalidades que reuniria os destinos particulares dos chorões em torno de “um feixe de discursos”. (ARAGÃO, 2013)

Tinhorão, tratando do livro do carteiro, lembraria ainda que “um estudo envolvendo esses quase 300 músicos de choro lembrados pelo memorialista indicou que, dos 128 chorões cuja profissão foi possível determinar, 122 eram funcionários públicos” e que os Correios e Telégrafos continham “o maior contingente, ou seja, com 44 desses 128 músicos pequenos funcionários”. (TINHORÃO, 1997:129)

Cabe aqui dizer que a despeito de toda precariedade da escrita do “Animal”, apelido do carteiro nas rodas de choro, seja como discurso truncado, linguagem ortográfica primitiva, entre outros fatores, não se compromete aquilo que viria a ser um modelo de construção historiográfica a respeito da *história em si* da tradição do choro. Pelo contrário, esta maneira de se contar seria recorrente na historiografia subsequente.

Gonçalves Pinto reconstrói então a tradição dos chorões por meio de suas recordações estabelecendo uma espécie de micro-história desse gênero musical brasileiro, escalonando e situando os demais atores sociais envolvidos em um complexo jogo retratado na capital, aparecendo praticamente como detentor da verdade desses mais ou menos sessenta anos que sua obra pretende recontar, ou seja, “escrevendo de bôa fé[...] factos ocorridos de 1870 para cá”. (PINTO, 1936:9)

De todo modo, concordamos com Pedro Aragão quando diz que

sua escrita é uma trama polifônica e complexa que traz no bojo numerosos elementos: mistura fragmentos da imprensa carnavalesca da belle époque, elementos da oralidade, gírias, fragmentos de conceitos e ideias de diferentes estratos sociais da época (incluindo temas como nacionalidade, identidade e indústria cultural), referências a fatos históricos, políticos e cotidianos (ARAGÃO, 2013:16)

O texto do carteiro é constituído por mais de trezentos verbetes. Destes, a maioria são pequenas biografias de chorões da época e apenas vinte e cinco deles são “não-biográficos”. O chorão relata os espaços de sociabilidade desses músicos, além de comentar sobre a religião e as festas populares da época, política e a vida cultural do Rio de Janeiro em geral.

Existe uma filiação do autor/narrador aos mitos fundadores do gênero, apoiada, então, nas lembranças que guarda sobre as excentricidades presente na vida dos músicos retratados e na genialidade da maior parte deles. Outra característica fundamental na narrativa seria uma aproximação que o autor/narrador insiste em traçar com a história de cada um dos chorões tentando, de alguma forma, demarcar sua relação de amizade com a figura descrita.

Para José R. Tinhorão o livro “ingênuo” do carteiro seria “um quadro de época que se desenha através das memórias do bom Animal” (TINHORÃO, 1997:123) indicando aspectos significativos da geografia urbana, dessa cultura popular e da

sociedade brasileira do período:

Alexandre Gonçalves Pinto inicia o desfile dos nomes que lhe vêm à memória, citando sempre – o que é de suma importância para o estudo do meio em que viveram os chorões – as ruas em que moravam, os bairros em que se davam as principais festas e as profissões dos instrumentistas (TINHORÃO, 1997:120)

Gonçalves Pinto inaugura, por assim dizer, uma abordagem ensaística para recontar a *história em si* do choro brasileiro através de histórias particulares das vidas de mais de três centenas de chorões do Rio de Janeiro. Muitos pesquisadores do tema também adotariam essa “conduta historiadora”, ou uma estratégia de escrita semelhante que emprega uma linguagem que congrege autor e cena referida, dialogando direta ou indiretamente com os leitores, e isto, de algum modo, apareceria em interpretações posteriores, dadas pela historiografia do gênero.

Entretanto, ao analisarmos o passado relatado na obra do carteiro, destacando alguns episódios como factíveis, possíveis ou improváveis, operamos criticamente essa memória, seja através de uma teleologia da ação humana ou um simples progresso natural, e adentramos no vasto território do agir e do sofrer humano aferido, dentre outras questões, pela análise da temporalidade do livro. Ampliamos, assim, aquele passado em geral, ou melhor, a *história em si* visto que agora dispomos de mais recursos para reelaborar esses períodos:

O passado nunca é caracterizado por uma facticidade fixa, porque a subjetividade dos seres humanos que então agiram e sofreram está inscrita na mesma dinâmica temporal que nos atinge. Nós próprios nos situamos num ponto determinado no interior de cadeias geracionais de grandes e pequenas coletividades. É assim que o passado chega até nós, entranhando-se nas profundezas da nossa subjetividade. (SALOMON; RÜSEN, 2011:282)

De toda forma, é possível observar que nos relatos memorialísticos a temporalidade se apresenta de maneira difusa, quase sempre ao lado de uma cronologia desordenada ou mal estabelecida. Esta característica seria bem visível na linhagem ensaística da historiografia do choro, sobretudo no texto de Henrique Cazes.

Em geral, esta vertente interpretativa recorreria a imputação de falas nos personagens, como no texto do carteiro, a fim de preencher as lacunas naturalmente estabelecidas, e certos argumentos denotariam juízos de valor por parte dos autores/narradores quando, por exemplo, as emoções sofridas por estes são evidenciadas nas narrativas coexistindo com a exaltação de um motivo saudosista “dos tempos que não voltam mais”. (PINTO, 1936)

Além disso, poderemos observar que a autoridade presente nesse tipo discursivo, aparentemente asseguraria para o autor/narrador uma veracidade formal para a “recomposição fiel” da história em si, constituída a partir das memórias de quem viu, ouviu e/ou esteve presente. Contudo, “se a memória costuma ser automaticamente correlacionada a mecanismos de retenção, depósito e armazenamento, é preciso apontá-la também como dependente de mecanismos de seleção e descarte” podendo

“ser vista como um sistema de esquecimento programado” (MENESES, 1992:16). E mais, “a memória aparecerá, cada vez mais, como uma realidade vaga, fragmentada e incompleta; o passado será concebido como “reconstruído” e organizado sobre a base de uma coerência imaginária”. (ROSSI, 2010:96)

Na medida em que isso acontece, a historiografia ganharia forma mais precisa, isto é, corporificaria essa matéria passada contida na história em si, traduzindo-a em novos saberes e artefatos literários acerca desse mundo de outrora, pois “nada do que ocorreu no tempo, por força da ação humana, subsiste para além de seu tempo de outra maneira do que a da memória dos coetâneos e do que eles dizem de seu tempo e de suas ocorrências” visto que a “entrada no mundo histórico do passado se dá pela linguagem”. (SALOMON; MARTINS, 2011:294)

Ora, se “a memória está inteiramente vinculada à vivência” e, portanto, também à temporalidade decorrente da cena passada, a história em si “é relegada a uma temporalidade puramente exterior, a um tempo de fora”. Neste sentido, vale ressaltarmos que:

Imaginar não é lembrar-se. Certamente uma lembrança, à medida que se atualiza, tende a viver numa imagem; mas a recíproca não é verdadeira, e a imagem pura e simples não me reportará ao passado a menos que seja efetivamente no passado que eu vá buscá-la, seguindo assim o progresso contínuo que a trouxe da obscuridade à luz. (BERGSON, 1999:158)

A proposição bergsoniana acima retrata parte do universo de relações que a memória pode estabelecer com seus objetos. Esse passeio entre imagens e lembranças demonstra, em tese, toda a fluidez presente nos meandros dessas narrativas de memória, além de coroar movimentos pendulares que esta assume diante de fatos e/ou recordações passadas. Ainda na esteira da colocação do filósofo francês, a memória serviria então como um mecanismo capaz de projetar luz onde temos trevas ou, neste caso, integrar lacunas da documentação como forma de combater a ignorância sobre um dado período histórico, gerando alguma solidez em uma realidade anteriormente experimentada.

Igualmente, algumas temáticas que relacionam os percalços provenientes dos registros de memórias com a *história em si*, por exemplo, são peculiarmente frágeis, pois, em muitos casos, admitem, nas análises, objetos efêmeros que abrangem situações pretéritas translúcidas, provenientes de contextos entrincheirados pela psique humana, como no caso da obra do carteiro e parte significativa daquela vertente ensaística.

Essa estruturação textual contém ainda doses de obscuridade, rememoração de eventos contíguos ao personagem central do enredo, exposição de mundos internos intangíveis e, sobretudo, um caráter ficcional recheados de configurações discursivas que exporiam, ainda que furtivamente, o tema do esquecimento dentro de um universo de experiências possíveis.

Paralelamente, Halbwachs diria que a memória se apoia nos quadros sociais

que a constituem e a complementam. A própria sociedade então ou determinados grupos sociais seriam os agentes que se lembram desse passado específico. E “se a memória se situa do lado da fragmentação, da pluralidade dos grupos e dos indivíduos que são seus vetores efêmeros, a história está do lado da unicidade” dada por uma coesão narrativa. Pensando assim, tanto a esfera individual como a coletiva merecem análises mais abrangentes e isso não apenas no caso da história do choro, mas também na articulação desses saberes, pois a memória coletiva seria vista como “um *enunciado* que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos”. (CANDAU, 2005:24)

Agora, refletindo sobre a *história em si* do choro brasileiro, o mundo individual do carteiro e o coletivo dos chorões, esses aspectos nos colaboram para reinterpretar a memória discursiva de *O Choro* de 1936, mesmo que a impossibilidade de recuperação integral dos fatos preexistentes em um documento desta natureza seja praticamente um ponto pacífico entre as correntes teóricas que abarcam escritos memorialísticos. Portanto

a multiplicação dos estudos sobre a memória coletiva permitiu compreender melhor a complexidade de seu modo de funcionamento e tornou possível sua abordagem crítica. O falso dilema da escolha entre o polo de uma história baseada em seu contrato com a verdade e o de uma memória regrada pela fidelidade transformase hoje [...] em uma nova história social da memória (DOSSE, 2012:287)

Analogamente, a fluidez que os escritos provenientes dos testemunhos proporcionam a passagem de uma experiência psicológica sentida pelo autor/ narrador dessa memória, evidenciando, de alguma maneira, a *duração* instaurada no interior dos acontecimentos. Sabe-se que Bergson conciliava a ideia de *duração* com duas outras características: *continuidade* e *heterogeneidade*; e que esses traços se misturavam com a ideia de espaço, decorrendo daí uma *multiplicidade de tempos* que nos indicariam diferenças significativas presentes na narrativa. Ou seja, através da identificação dessa multiplicidade de tempos e de eventos passados que poderemos reinterpretar o documento inaugural sobre o choro.

Ocorre que, diante de tais constatações, a operacionalização da memória se enfraquece junto aos métodos particulares da ciência histórica posto que esta absorve os objetos próprios da memória, dispondo-os conforme suas diretrizes exclusivas, fabricando, assim, alternativas frágeis para a compreensão da *história em si*, sobretudo quando empregamos como fonte um documento de memória, como no caso da música popular urbana deste período.

No livro *Choro: do quintal ao municipal* (1998), podemos dizer que a maioria das fontes advém da tradição oral do gênero e/ou da inclusão das memórias daquilo que o autor ouviu dizer sobre o choro. Praticamente não há indicações bibliográficas, embora exista um índice onomástico razoavelmente elaborado. Constituído por vinte e nove capítulos curtos, a obra dá a impressão de tentar dar conta de uma longa duração da história do choro, mesmo que para isso exista um trânsito livre do autor/

narrador por uma cronologia confusa e mal estabelecida.

Conjuntamente às ideias sobre as origens do gênero musical mais as suposições sobre a etimologia da palavra choro, aparecem no texto de Cazes construções assertivas com caráter opinativo: “portanto, se algo evocava melancolia era a maneira de tocar a melodia. Sendo assim, acredito que a palavra Choro seja uma decorrência da maneira chorosa de frasar, que teria gerado o termo chorão, que designava o músico que ‘amolecia’ as polcas”. O autor ainda destaca que “um estudo mais aprofundado da palavra choro certamente apontaria ainda mais caminhos” mas que “não ajudariam em nada a compreensão do processo artístico de desenvolvimento dessa musicalidade, este sim o assunto do livro”. (CAZES, 1998:17)

Quanto ao pioneiro da tradição escrita do choro, “o dublê de violonista e historiador Alexandre Gonçalves Pinto” segundo o próprio texto, Cazes deixa suas marcas dizendo:

é o autor do livro *O Choro: reminiscências dos chorões antigos*, documento único sobre os chorões da época. Esse livro, por tantas vezes usado como fonte, é tremendamente mal escrito e cheio de imprecisões e absurdos. Assim, vê-se literalmente na página 115 a seguinte sandice: “A polka é como o samba – uma tradição brasileira. [...] é a única dança que encerra os nossos costumes, a única que tem brasilidade”. Porém, quando tratado do ponto de vista estatístico e nos trechos em que fala dos ambientes do Choro, o livro revela, por entre dezenas de erros de gramática, dados importantes. (CAZES, 1998:16)

Ao lermos a obra, perceberemos que o pesquisador opta por tratar o livro de 1936, provavelmente o maior repositório de informações de chorões da *belle époque* brasileira, nem estatisticamente, nem historicamente, mas sim de maneira apaixonada, para não dizer acrítica.

Outra produção escrita destacada antes, fruto de uma dissertação de mestrado de André Diniz, apresenta-nos considerações relevantes sobre o passado do choro, ainda que o autor utilize categorias como “espírito” para explicá-lo. Há, também, um narrador associado àquela cena passada, curiosamente dado pelas preferências musicais do pesquisador e pelo fato dele conviver com os chorões do Rio de Janeiro da atualidade.

De toda forma, o livro *Joaquim Callado: o pai do choro* (2008), busca descortinar a ideia lendária que perpassa toda essa tradição de chorões tanto sobre seus heróis da velha guarda, sua filiação, quem seriam os primeiros a executarem uma música deste tipo e, sobretudo, o porquê Joaquim Antônio Callado Júnior detém esta paternidade. Por mais que o historiador se esforce para desconstruir o mito sobre o flautista, recorrente nas rodas de choro, em um primeiro olhar parece-nos que a ideia de herói está reforçada e a canonização do discurso sobre a história do choro, apoiado na herança viva da escrita do Animal, se mantém.

No entanto, diferentemente do livro de Cazes, podemos considerar que o estudo sobre Callado permeia as duas vertentes realçadas, com destaque para o modelo ensaístico no qual existe aqui, digamos, uma linha tênue entre um polo científico e

um ficcional na narrativa, dada talvez por preocupações editoriais e/ou pelo público-alvo focado por essa produção.

Notamos facilmente nesse texto um intercâmbio científico-ficcional, mais o diálogo estabelecido com o público leitor, bem como a interferência do autor/narrador tratando por exemplo das composições de Callado, quando o pesquisador chega ao ponto de dizer que “mostrava preocupação com o virtuosismo e a exploração dos recursos da flauta, o que resultava em lindas músicas. Era com esses recursos que tirava do instrumento toda a sua musicalidade e, se me permitem, com fôlego de diva de ópera”. (DINIZ, 2008:24)

Com relação às práticas musicais dos chorões antigos, o pesquisador reforça um passado nebuloso – posto que já se sabia da circulação de partituras manuscritas nas rodas de choro do final do XIX e até o próprio Animal mantinha um arquivo delas – dizendo que

os chorões do século XIX executavam e compunham melodias de forma intuitiva. Aliás, só na década de 1980 registrou-se uma geração em que grande parte tinha formação acadêmica ou havia participado de cursos que ensinavam a linguagem musical (DINIZ, 2008:36)

Acreditamos que reorganizar as memórias contidas no documento do carteiro carioca pode contribuir para identificar não apenas a fisiologia desse testemunho peculiar, mas ajudar a perceber como se desenvolve na narrativa um diálogo com uma história mais ampla sobre o choro brasileiro ou, quem sabe até, em que medida suas lembranças foram imaginadas, vividas e/ou compartilhadas em um grupo social coeso, pois, ao que parece, a memória “perderia sua força de orientação cultural se os sujeitos da rememoração acreditassem seriamente que o passado de que se lembram é uma ficção”. (SALOMON; RÜSEN, 2011:263)

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Pedro. **O baú do Animal**. Alexandre Gonçalves Pinto e O choro. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2013.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. Trad. Maria L. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.

CAZES, Henrique. **Choro**: Do quintal ao municipal. São Paulo: Editora 34, 1998.

DINIZ, André. **Joaquim Callado**: o pai do choro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. Trad. Gilson C. Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009

TINHORÃO, José Ramos. **Música Popular**: um tema em debate. São Paulo: Editora 34, 1966/1997.

MORAES, José Geraldo Vinci de. Os primeiros historiadores da música popular urbana no Brasil. **Art Cultura**, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 117-133, 2006.

MORAES, José Geraldo Vinci de; SALIBA, Elias Thomé (Orgs.). **História e Música no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2010

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A História, cativa da memória?** Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP, São Paulo, v.34, 1992.

PINTO, Alexandre Gonçalves. **O Choro: reminiscencias dos chorões antigos**. Edição fac-similar 1936. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UNB, 2010.

SALOMON, Marlon (Org.) **História, verdade e tempo**. Chapecó, SC: Argos, 2011.

VASCONCELOS, Ary. **Carinhoso ETC (História e Inventário do Choro)**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1984

## DOS POBRES CAVALEIROS DE CRISTO À IGREJA DE SATÃ - AS RESSIGNIFICAÇÕES DO BAPHOMET

**Lívian Mota Magalhães**

Graduando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros.

**RESUMO:**A partir da origem da figura do Baphomet, cuja imagem veio a ser alterada e ressignificada no correr de cerca de setecentos anos, um sinônimo da imagem do Diabo e no século XX a ligar a figura do Baphomet à figura do Bode de Mendes, este artigo procura analisar como se deu o processo histórico de ressignificação da figura demoníaca do Baphomet, e entender como o fundador da Igreja de Satã, reutiliza essa figura como uma representação divina.

**PALAVRAS CHAVE:** Baphomet, Cavaleiros Templários, Anton LaVey

**ABSTRACT:** From the origin of the figure of Baphomet, whose image has been altered and redefined in the course of about seven hundred years, a synonym for the image of the Devil and in the twentieth century to connect the figure of Baphomet to the figure of the Goat of Mendes, this article tries to analyze how the historical process of resignification of the figure occurred Baphomet, and to understand how the founder of the Church of Satan reuses this figure as a divine representation.

### INTRODUÇÃO

No final da década de 60 em São Francisco Califórnia, Anton LaVey fundou sua Igreja de Satã, em cuja teologia buscou reabilitar a figura do chamado Baphomet. No entanto essa figura possui raízes históricas que se estendem ao medievo tardio, especificamente no processo judicial do Reino da França contra a Ordem dos Cavaleiros Templários no início do século XIV.

Nesse artigo pretendemos analisar como se deu o processo histórico de ressignificação da figura demoníaca do Baphomet, e entender como o fundador da Igreja de Satã, reutiliza essa figura como uma representação divina, cuja escultura em bronze se encontra exposta no templo satânico na cidade de Detroit nos Estados Unidos.

O presente artigo encontra-se embasado na abordagem teórica do autor Alain Boreau em seu livro, *Satã Herético - O Nascimento da demonologia na Europa medieval (1280-1330)*, para compreender o nascimento da demonologia na Europa no final do século XIII e durante o XIV, e o processo de perseguição contra os adoradores do demônio. Usaremos o livro *Os Templários - Uma Cavalaria Cristã na Idade Média* do autor Alain Demurger, para entender a criação desta ordem religioso-

militar na cristandade, e a acusação feita pelo rei da França Filipe, O Belo que veio a extinguir e estigmatizar por séculos a Ordem Templária, sob seu último <sup>1</sup>Grão-Mestre Jacques de Molay.

Para compreendermos o quanto a imagem do Baphomet veio a ser alterada e ressignificada no correr de cerca de setecentos anos, a ponto de ser praticamente um sinônimo da imagem do Diabo, empregaremos o conceito de imagens canônicas elaborado por Elias Thomé Saliba em seu artigo “As imagens Canônicas e o Ensino de História”. Empregaremos também o livro *Dogma e Ritual da Alta Magia* do autor Eliphas Levi, pseudônimo de Alphonse Louis Constant, que deu nova forma ao Baphomet, introduzindo em sua formulação diversos conceitos herméticos, alquímicos e mágicos, sendo que a partir de sua obra, passou-se no correr do século XX a ligar a figura do Baphomet à figura do Bode de Mendes, que será analisada neste artigo. Ao se fazer uma análise imagética, pretende-se entender o processo de produção da imagem, identificando a mensagem interiorizada e os elementos que a compõe. Baseando-se na análise proposta por Erwin Panofsky e também com o apoio de, Jean-claude Schmitt, analisaremos as imagens da figura do Baphomet que foram ressignificadas através da interpretação, Eliphas Levi a escultura exposta na Igreja de Satã e a primeira interpretação feita a cerca do ídolo dos Templários através Joseph Von Hammer -Purgstall.

## 1 | ORIGENS TEMPLÁRIAS:

Entre 1307 e 1314 ocorreu o processo de caráter inquisitorial que veio a acusar, condenar e dissolver a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo do Templo de Salomão, popularmente conhecidos como Cavaleiros Templários. Esta ordem, fundada nas primeiras décadas do século XII, na esteira da Primeira Cruzada constituiu-se como uma novidade, já que composta por monges dedicados à guerra contra os inimigos da Cristandade, particularmente os islâmicos, tanto na Terra Santa quanto na Península Ibérica. Segundo Alain Demurger: “O objetivo da ordem é combater os inimigos da fé e defender os cristãos”, os peregrinos que realizavam a travessia para a Terra Santa.

Os Templários conseguiram enriquecer coletivamente por meio de heranças e doações que beneficiaram aos monges-cavaleiros, pois os mesmos pronunciavam voto de pobreza individual e além disso receberam mais doações significativas e até mesmo aquele que, no século XII, consideravam ser o Templo de Salomão em Jerusalém<sup>2</sup>. Nesse sentido entende-se que a ordem do Templo obteve considerável crescimento financeiro, também por meio de bulas que os isentavam do dízimo e outras taxas, chegando a negociar grandes empréstimos com o reino francês. Por estas razões, os Templários adquiriram grande prestígio, mas também inimizades a ponto de sofrerem graves acusações, diferentes das críticas tradicionais onde eram

1. Dicionário; Ou Grande Mestre; 1 Chefe de ordem da cavalaria; 2 Chefe de ordem religiosa.

2. Na verdade se tratando do conjunto das mesquitas no monte do Templo, ou seja, as mesquitas de al-Aqsa e de Omar.

apelidados de arrogantes e orgulhosos. Estas novas denúncias os relacionavam a práticas de heresia, blasfêmia, sodomia e idolatria.

- 1) negar, cuspir: arts. 1-13 (13);
  - 2) beijos obscenos: arts. 30-33 (34);
  - 3) sodomia: arts. 40-45 (6);
  - 4) idolatria: arts. 14-15 e 46-57 (14);
  - 5) cordões: arts. 58-61 e (4);
  - 6) sacramentos: arts. 16-22 (7);
  - 7) absolvição por laicos: arts. 24-29 (5);
  - 8) segredo: arts. 34-39-, 68-72, 101-106 (17);
  - 9) obrigação de aceitar as formas de recepção: arts. 23 e 62-67 (7);
  - 10) recurso proibido a padres não pertencentes ao Templo: art. 73 (1);
  - 11) caridade: art. 97 (1);
  - 12) enriquecimento por todos os meios: arts. 98-100 (3);
  - 13) prática e origem dos erros de recepção: arts 77-84, 87 (9);
  - 14) introdução dos erros nos estatutos arts 85-86 (2);
  - 15) negligência para suprimir os erros: arts. 74-76 e 114-123 (13);
  - 16) responsabilidade do mestre e dos dignitários: arts. 88-96 e 107-113 (16);
  - 17) reconhecimento dos erros pelos dignatários: arts. 29 e 124-127 (5);
- [DEMURGER.2007,p.460]

Diante das acusações o Grão Mestre pediu ao papa Clemente V que as investigasse pois, se fossem culpados seriam condenados contudo, ele acreditava na inocência da ordem. O rei francês Filipe, O Belo, antes do papa iniciar as investigações , se reuniu com alguns conselheiros para executar a prisão dos templários. A prisão dos membros da Ordem estava algumas vezes ligada a relação que os reinos mantinham com a Coroa Francesa, alguns estados da Península Ibérica não aprisionaram os templários e ainda contaram com a proteção do Rei.

O Grão Mestre, Jacques De Molay em seu interrogatório confessa ter renegado a Cristo e cuspir na cruz e pede aos outros templários que também confessem. Ao confessar o individuo seria condenado por heresia, não havendo necessidade de continuar com o interrogatório e a tortura.

A origem das acusações sobre os vícios dos Templários foram colocadas por Guilherme de Nogaret que possuía acesso a um fundo anti- herético, no entanto as incriminações foram um fator fundamental para que o líder da Ordem, Jacques De Molay fosse queimado vivo no dia 11 de março de 1314, após o seu julgamento final.

Entre as diversas acusações que lhes foram feitas, se destaca a estranha

acusação de idolatria a uma cabeça, à qual se deu o nome de Baphomet . Dizendo assim:

Na ordem de prisão de 14 de setembro de 1307, lê-se o seguinte:

E dizem que esses cordões foram colocados em torno dos pescoço de um ídolo que tem a forma de uma cabeça de homem com uma grande barba [os templários usam barba], e que beijam e adoram essa cabeça em seus capítulos provinciais. [DEMURGER,2007,p.463]

A cabeça se refere a um estereótipo muçulmano, a exemplo da barba grande citado no trecho, a Igreja Romana os consideravam idólatras, se referindo ao politeísmo árabe, anterior as concepções do Profeta Mouhamed, vulgo “Maomé”<sup>3</sup>, no entanto possui conexão com a lenda grega em que Perseu, detinha a cabeça mágica que viria a ser a cabeça da Medusa, e como sendo um cavaleiro assim como os templários, acabou se associando um fator ao outro. Com isso vem à assimilação ao islã que os cavaleiros do Templo se converteram em segredo e desse modo cultuando a cabeça mágica chamada de Maomé, que por conseguinte sofreu alteração para Bafomé.

É importante entender que nesse período da Idade média como sendo final do século XIII aparecendo em evidencia no século XIV, o medievo passava pelo nascimento da demonologia na Europa. A demonologia na Europa expõe a questão da perversidade do diabo, trabalhando a ideia de possessões demoníacas, exorcismo, bruxaria, e práticas consideradas heréticas, que mais tarde influenciaria a caça as bruxas na idade moderna. Com isso havia necessidade da Igreja Romana se posicionar referente as práticas heréticas, através do papa João XXII que durante uma parte do seu papado dedicou-se a estudar o que seria considerado herético ou não. Alain Boreau chama a passagem dessas transformações no medievo como “Virada demoníaca”.

A renovação do interesse escolástico pelo diabo e pelos demônios pode se explicar por uma série de causas. Em primeiro lugar, é possível que o vigor persistente das heresias dualistas, e notadamente cátaras<sup>4</sup>, durante o século XIII, tenha engendrado a necessidade de uma resposta doutrinal à posição fundamental dos dualistas: é o diabo, demiurgo maléfico, que governa o mundo povoando-o de demônios. [BOREAU,2016,p.118]

O processo de interrogatório dos templários duraram 7 anos, (1307-1314), até a sentença definitiva, o Grão Mestre havia mudado o seu discurso posteriormente em que defendia a Ordem, assim como vários outros templários também o fez e acreditava-se que os cavaleiros não seriam culpados , apesar disso Filipe, O Belo entrevistou alegando que os mesmos teriam confessado no interrogatório dos anos iniciais as acusações, (1307-1308), e mandou que queimasse na fogueira cinquenta e oito templários, e posteriormente fazendo com que o papa decretasse o fim da

3. Pejorativo a Baphomet

4. Cátaros; movimento cristão contrário a Igreja Romana, negavam a Santíssima Trindade, considerados hereges. Para saber mais conferir livro; Os Templários, Alain Demurger.

Ordem do Templo. Poucos cavaleiros foram julgados fora da França, alguns reinos os absolveram mesmo confessando ou não.

A primeira representação do Baphomet foi interpretada por Joseph Von Hammer- Purgstall, historiador orientalista<sup>5</sup> austríaco, ao encontrar a figura de um suposto ídolo nos artefatos; taças, cofres, entre outros que estavam sob posse dos Templários.



[https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=635&tbm=isch&sa=1&ei=DoVXW-qhEcOTwgSsop6oDQ&q=baphomet+von+hammer&oq=Baphomet+von+&gs\\_l=img.1.0.35i39k1j0i8i30k1.3783.4942.0.6097.5.5.0.0.0.164.434.0j3.3.0...0...1c.1.64. img..2.3.431...0j0i67k1.0.0W05ka94YOs#imgcr=2VxdWtQpkzXCGM:](https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=635&tbm=isch&sa=1&ei=DoVXW-qhEcOTwgSsop6oDQ&q=baphomet+von+hammer&oq=Baphomet+von+&gs_l=img.1.0.35i39k1j0i8i30k1.3783.4942.0.6097.5.5.0.0.0.164.434.0j3.3.0...0...1c.1.64. img..2.3.431...0j0i67k1.0.0W05ka94YOs#imgcr=2VxdWtQpkzXCGM:)

Nesta Imagem observamos primeiramente a figura central, que apresenta características femininas como os seios e a genitália, o Bapho empunha dois cajados: na mão direita a lua e na esquerda o sol. No canto inferior esquerdo se encontra o pentagrama, no inferior direito à flôr de lótus, no centro inferior abaixo da figura a imagem mostra um crânio e ao redor da criatura escritos em árabe.

## 2 | “O EQUILÍBRIO MÁGICO”

Desde sua origem Baphomet está relacionado com lendas gregas que houve um certo sincretismo com o islã e com a demonologia cristã, unindo sua figura à

5. Conceito utilizado para definir os estudos a cerca do oriente.

magia. Alguns séculos mais tarde, mais precisamente no século XIX, a figura do Baphomet reapareceu através da interpretação do ocultista Eliphas Lévi em seu livro, Dogma e Ritual da Alta Magia, tendo sua primeira edição publicada em 1914 que deu forma corpórea ao icônico Bode de Mendes, fazendo-se introdução ao semblante mágico do bicho, pois considera o bode um animal simbólico na magia hermética, se tornando uma imagem canônica<sup>6</sup>.



Bode do sabbat - Baphomet de Mendes  
desenho de Eliphas Lévi - Dogma e Ritual da Alta Magia

O Ocultismo teve sua origem no hermetismo egípcio que envolve características da magia, alquimia e cabala, ressurgindo no século XIX. Lévi e outros escritores ocultistas se popularizaram, dentre eles Aleister Crowley idealizador da lei de Thelema que defendia a liberdade individual e satisfação de suas próprias vontades; “Faze o que tu queres há de ser o todo da Lei”.

Com isso Lévi acreditava em um equilíbrio mágico que compreende entre mobilidade e imobilidade; que ambos os lados, detêm força igual, essas e outras ideias estão representadas na figura do personagem por ele mesmo desenhado em seu livro.

---

6. Imagens Canônicas; Segundo Elias Thomé Saliba são imagens que de alguma maneira se consagram no imaginário popular.

O corpo humano está submetido, como a Terra, a uma dupla lei: atrai e irradia; está imantado com um magnetismo andrógeno e reage sobre as duas potências da alma, a intelectual e a sensitiva, em razão inversa, mas proporcional, das preponderâncias alternadas dos dois sexos no seu organismo físico. [LÉVI, 2017, p. 197]

Lévi coloca que toda natureza é bissexual podendo se comparar a androgenia do Baphomet, em que possui o tronco feminino, a cabeça com uma barba e as pernas de bode. Nota-se que no centro de sua testa possui o símbolo do pentagrama- “Poder Sobre os Elementos e Sobre os Espíritos”- segundo Eliphas, representando o microcosmo, os mistérios da magia, o astral do corpo humano, fluidez do pensamento. Ainda na cabeça, entre os chifres o animal possui uma tocha que é considerada a luz mágica do equilíbrio universal. A figura traz escrito em seu braço direito, estendido para cima; *solve*, e no braço esquerdo apontado pra baixo *coagula*, fazendo-se uma tradução literal para o português, entende-se por Dissolver refere-se ao ato de dispersar uma ideia, resolver um obstáculo e Coagular é o processo de solidificar uma substância, elaborando uma analogia sobre a razão do pensamento. e o equilíbrio dos opostos, constituindo uma relação com a alquimia, além do gesto que é feito pela entidade que reproduz o símbolo do ocultismo. Lévi diz:

Assim, devemos desembaraçar as nossas certezas das nossas crenças e fazer bem distintos os domínios respectivos da ciência e da fé; compreender bem que não sabemos as coisas em que cremos, e que não cremos mais em nenhuma das coisas que chegamos a saber, e que, assim, a essência das coisas da fé é o desconhecido e o indefinido, ao passo que é tudo o contrário das coisas da ciência. [LÉVI, 2017, p. 160].

Na questão mágica entende-se que tudo deve ser duplo para conter um equilíbrio, nesse sentido os instrumentos ligados a magia também são, o exemplo em Baphomet encontramos o caduceu do deus grego Hermes envolto por duas serpentes caracterizando símbolo do conhecimento. A localização do caduceu é um ponto importante pois o apresenta como uma simbologia atrelado ao coito, significando vida eterna, as escamas encobrindo o ventre se faz relação com à água em o círculo acima da escama é a atmosfera. As asas que representam o zelo, foi colocada no próprio Bapho. Tanto do lado superior direito quanto o lado inferior esquerdo da imagem contém uma lua exprimindo misericórdia e justiça. O ponto mais importante sobre a figura do Baphomet está ligada a sua animalidade nos atributos físicos, dentre eles; chifre, rabo, orelha pontuda, corpo peludo; imaginada no medievo tardio atado a demonização. No entanto nos conceitos de Lévi, Baphomet não é colocado como um demônio, no capítulo XV de seu livro *Dogma e Ritual da Alta Magia* ele diz:

Sim na nossa convicção profunda, os grão mestres da ordem dos templários adoravam o Baphomet e o faziam adorar pelos seus iniciados; sim, existiram, podem existir ainda assembleias presididas por esta figura assentada num trono com a sua tocha ardente entre os chifres; somente que os adoradores deste emblema não pensam, como nós, que seja a representação do diabo, mas sim do Deus Pan, o adeus das nossas escolas de filosofia moderna, o deus dos tergestas da escola de Alexandria e dos místicos neoplatônicos dos nossos dias[...] o deus das escolas gnósticas primitivas[...]. [Lévi, 2017, p. 264]

A ressignificação de Eliphaz sobre o Baphomet está relacionada com o Deus Pan como sendo metade homem, metade bode, conhecido popularmente por sátiro da mitologia grega.

Durante o século XX surge um outro ocultista chamado Anton Szandor Lavey, fundando a Igreja Satânica em abril de 1966, difundindo o satanismo teísta<sup>7</sup>, utilizando da imagem de um bode para representar Satã, trazendo uma nova ressignificação para o Bapho.

LaVey propõe Satã como aquele que deve ser adorado e reverenciado, acredita que o “príncipe da trevas” sempre foi atacado pelos homens de Deus e nunca teve a oportunidade de se pronunciar referente as difamações, no entanto declara: “Esta, é a Época de Satã”. Ao fundar sua Igreja Anton, declarou o ano de 1966 como sendo o ano um de Satã. No ano de 1969 Anton publica o livro a Bíblia Satânica contestando os mandamentos cristãos e exaltando a figura do Baphomet como sendo um novo Deus a ser adorado e como um caminho para a liberdade individual. Segue abaixo as nove declarações satânicas

1. Satã representa indulgência, em vez de abstinência!
2. Satã representa existência vital, em vez de sonhos espirituais!
3. Satã representa sabedoria pura, em vez da autoilusão hipócrita!
4. Satã representa bondade para quem a merece, em vez de amor desperdiçado aos ingratos!
5. Satã representa vingança, em vez de virar a outra face!
6. Satã representa responsabilidade para o responsável, em vez de se ligar a vampiros espirituais!
7. Satã representa o homem como um outro animal, algumas vezes melhor, mais freqüentemente pior do que os outros que caminham de quatro, porque em seu “divino desenvolvimento espiritual e intelectual”, se tornou o animal mais viciado de todos!
8. Satã representa todos os denominados pecados, pois eles se direcionam a uma gratificação física, mental e emocional!
9. Satã tem sido o melhor amigo que a igreja já teve, pois ele cuidou dos seus negócios todos esses anos! [LAVEY, 1969, p.4]

---

7. Satanismo teísta. 2-Satanismo tradicional; A crença primordial em Satã como uma divindade que é reverenciada ou adorada. Mais informações, acesse; Unitas Revista Eletrônica de Teologia e Ciência das Religiões- Sobre as Seitas Satânicas: Aspectos Legais, Sociais, Culturais e Religiosos. Glauco dos Santos Silveira – Cientista Social Ricardo Alves Costa – Advogado.

Recentemente, na cidade de Detroit no estado norte americano do Michigan, a Igreja de Satã apresenta sua interpretação sobre a figura do Baphomet, expondo uma escultura em bronze com 2,59 metros de altura pesando uma tonelada.



<http://time.com/3972713/detroit-satanic-statue-baph/>

A nova interpretação do Baphomet elaborada segundo o Templo Satânico possui uma diferença em relação a ressignificação feita por Lévi, ligado a androgenia, que não mais se encontra presente no próprio do Bode, mas sim nas crianças que também compõe a escultura. A garota posicionada ao lado da mão que aponta pra cima, lado direito, representa o lado feminino da natureza- *so/ve-*, como vimos anteriormente está ligada a fluidez do pensamento. Do lado esquerdo; o garoto representa o masculino sendo colocado próximo a mão que aponta para baixo correspondendo ao *Coagula*, significando a força da razão e consistência, contudo a escultura não possui nenhuma outra escrita com exceção do pentagrama localizado frontalmente na cabeça do animal e em seu trono. Nesta interpretação o Bapho se encontra em um trono que traz a ideia de realeza e divindade.

### 3 | CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi exposto nesse artigo, entende-se que a figura do Baphomet passou por significativas mudanças, físicas e simbólicas, no entanto

os elementos apresentados a princípio do Bapho, seguem sendo representadas tanto em Lévi como na escultura exposta na Igreja de Satã. Nota-se como Eliphaz introduziu os elementos contidos na primeira figura a sua interpretação. O primeiro fator; a androgenia compondo o masculino e o feminino, o pentagrama que ambos as imagens possuem, a flor que é mostrada na primeira imagem pode-se compreender como representação da flor de lótus significando a pureza do corpo e da mente, ideia essa que aparece em Lévi em comparação com a posição sentada do Bapho. A posição da criatura na primeira imagem empunhando dois cajados representam a justiça e misericórdia, enquanto na segunda imagem o mesmo sentido é dado para as luas Chesed e Geburah. O crânio humano nesse contexto faz alusão a vitória sobre a morte em que na visão ocultista do século XIX-XX o Baphomet representa dominação da vida. O fator constituindo o mais importante em relação a primeira figura, se refere aos escritos árabes pois reforça a visão colocada pela Igreja Romana no século XIV, crendo que os Templários haviam se convertido em sigilo para o islã cultuando uma cabeça mágica, demonizando assim a figura do Baphomet.

Analisando a ressignificação através do satanismo teísta, ainda se encontra vários elementos antes apresentados por Lévi embasando-se no hermetismo e alquimia, no entanto no decorrer do século XX, com a fundação da Igreja de Satã que utiliza a figura do Baphomet como símbolo do satanismo, e como uma divindade que deve ser reverenciada, colocando-o como o caminho para a libertação individual, modificando assim o significado da figura que através desses fatores o Bapho passou a ser considerado como o próprio Satã, possuindo todos os atributos e funções pensados pela civilização cristã, estabelecendo o imaginário do animal bode relacionado ao Diabo.

Apesar do que foi exposto neste artigo, vale ressaltar que Francisco de Goya, pintor espanhol já relacionava a figura do bode como sendo Satã ao pintar *El Gran Macho Cabrío* em 1821, relacionando também a bruxaria.



<http://pt.wahooart.com/@/@/8XY38S-Francisco-De-Goya-O-Grande-Bode-Ou-Witches-Sabbath>

O cinema também é considerado um difusor desse pensamento, vários diretores usaram a figura do bode para representar um ser demoníaco, um exemplo disso foi a produção cinematográfica do diretor Robert Eggers em, *A Bruxa* lançado

em 2016, ambientada no século XVII, no contexto de caça as bruxas, Nova Inglaterra, traz a história de uma família puritana<sup>8</sup> obrigada a viver em isolamento, relacionando o bode da família, Black Phillip, a representação de Satã.

## REFERÊNCIA

BOREAU, Alain. Satã Herético O Nascimento da Demonologia na Europa Medieval (1260-1350), Unicamp,2004

DEMURGER, Alain. Os Templários Uma Cavalaria cristã na Idade Média, Difel, 2007

FERNANDES, Ermelinda. Aterradora transcendência? Uma análise simbólica do Bafomé de Éliphas Lévi , Horizonte Puc Minas,2013.

<http://pt.wahooart.com/@/8XY38S-Francisco-De-Goya-O-Grande-Bode-Ou-Witches-Sabbath>, acesso em 07/2018

<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas/article/view/601/515>, acesso em 07/2018

<http://www.eslam.de/begriffe/h/hammer-purgstall.htm>, acesso em 07/2018

<http://www.iranicaonline.org/articles/hammer-purgstall>, acesso em 07/2018

<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v8-9n1/02>, acesso em 07/2018

[http://www.ufrgs.br/deds/copy\\_of\\_imagens/Manual%20Artigo%20Cientifico.pdf](http://www.ufrgs.br/deds/copy_of_imagens/Manual%20Artigo%20Cientifico.pdf), acesso em 07/2018

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150727\\_escultura\\_satanica\\_eua\\_fn](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150727_escultura_satanica_eua_fn), acesso em 07/2018

<https://www.deutsche-biographie.de/sfz27905.html>, acesso em 07/2018

<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/caduceu/>, acesso em 07/2018

[https://www.pucsp.br/rever/rv3\\_2002/p\\_harvey.pdf](https://www.pucsp.br/rever/rv3_2002/p_harvey.pdf), acesso em 07/2018

KELLY, Henry Ansgar. Satã Uma Biografia, Globo, 2008

LAVEY, Anton. A Bíblia Satânica,1969

LÉVI, Eliphas. Dogma e Ritual da Alta Magia, Pensamento,2017

SALIBA, Elias. As imagens Canônicas e o Ensino de História

---

8. Uma concepção da fé cristã.

## KUÑANGUE ATY GUASU ENTRE RITUAIS: A RESISTÊNCIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI NO MS

**Marlene Ricardi de Souza**

mricardidesouza@yahoo.com.br

**RESUMO:** O artigo ora proposto remete ao Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós Graduação em História – PPGH – UFGD da Universidade Federal da Grande Dourados: “As Transformações no Modo de Ser Mulher Guarani em MS no Cenário de Profundas Transformações no Território, na Organização Social e nas Formas de Sustentabilidade (1960 – 2017)”. A referida pesquisa está em andamento e esse trabalho objetiva compartilhar algumas narrativas das mulheres indígenas, mobilizadoras e articuladoras da Aty Kuña, Assembleia das Mulheres Indígenas Kaiowá e Guarani. O artigo ora proposto traz relatos de informantes importantes/estratégicas no grupo de mulheres com as quais pesquisamos, dialogando a partir da espiritualidade, da reza, do canto, da dança no belo caminhar das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani. Nessa perspectiva o espaço da Kuñangue Aty Guasu, é de conversação e interação entre mulheres de diferentes gerações e que exercem atividades distintas nas aldeias do sul do estado de Mato Grosso do Sul, dentre as quais podemos encontrar/destacar as jovens, as anciãs (ñandesy), as mulheres lideranças das áreas de retomadas, as parlamentares/

vereadoras. A Kuñangue Aty Guasu tornou-se uma ferramenta de reivindicação e afirmação de suas resistências e caminhares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Kuñangue Aty Guasu; mulheres Kaiowá e Guarani, mobilização, resistência.

### INTRODUÇÃO

As mulheres indígenas do Mato Grosso do Sul mobilizam e lutam pela demarcação das terras, assumem as bandeiras das políticas públicas na perspectiva de gênero constroem e consolidam caminhos outrora inimagináveis no sentido de fortalecer as diversas organizações e espaços de resistências em suas respectivas comunidades.. Nesse contexto, é indispensável adentrar, com a devida permissão, é claro, em seus espaços de luta e pertencimento. A mulher Kaiowá e Guarani tem vivido e sobrevivido em aldeias de áreas diminutas, muito aquém das necessidades de reprodução do seu modo de ser e de viver conforme assegurado na Constituição Federal de 1988. Grande parte das comunidades indígenas vivendo no Sul do estado está em áreas de retomada, em áreas de conflito.. Essas áreas eram pertencentes aos seus ancestrais, áreas anteriormente ocupadas pelos povos indígenas Guarani e Kaiowá e transformadas em latifúndios.

O historiador/pesquisador Antônio Brand (2001, p. 59) nos auxilia na análise desse processo de expropriação dos territórios dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

Nas décadas de 1910 e 1920, o governo federal reconheceu como de posse dos Kaiowá e Guarani oito reservas de terra, perfazendo 18.124 hectares (ha), com o objetivo de confinar os diversos núcleos populacionais dispersos em amplo território. Essas reservas, demarcadas sob a orientação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e conseqüente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas. Ignorou-se, na sua implementação, os padrões indígenas de relacionamento com o território e seus recursos naturais e, principalmente, a sua organização social. (BRAND, 2001. P. 59).

As mulheres Guarani, nessas áreas e mesmo nas aldeias demarcadas, vivem em condições extremas, desumanas, sofrendo inúmeras privações, violências impetradas pelo estado e por não indígenas. As mulheres indígenas no Mato Grosso do Sul são invisibilizadas pelas instituições públicas e estão em situação de vulnerabilidade e total desrespeito aos seus direitos fundamentais. Apesar da Constituição Federal de 1988 em seus artigos 231 e 232 assegurar direito a reprodução de sua cultura, costumes, religiosidade e língua materna. Esse trabalho diz respeito às lutas, mobilizações das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani pelo direito aos seus territórios tradicionais (os *Tekohas*), através de uma ferramenta de mobilização, a Kuñangue Aty Guasu, a Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani.

De acordo com CRESPE (2015. p. 21), o jeito de ser e de viver Kaiowá e Guarani está intimamente ligado ao *Tekoha* e as mulheres são porta-vozes desse clamor pelo direito ao seu modo de viver.

[...] o significado de *tekoha* à partir da etimologia da palavra. *Teko* significa modo de ser e *ha* é um indicativo de lugar. Assim, o uso mais comum do termo é para se referir a um lugar onde se viveu, se vive ou se pode viver o *teko*, o modo de ser Kaiowá. Este modo de ser não pode ser de qualquer jeito; muito pelo contrário, o modo de ser que os Kaiowá e os Guarani se referem é o bom modo de ser (modo reto, certo) chamado de *teko porã*. (CRESPE 2015. p. 21)

Com efeito, a grande Assembleia das mulheres Kaiowá e Guarani busca uma articulação com dezenas de comunidades e territórios indígenas do sul do estado de Mato Grosso do Sul, na defesa de seus *Tekoha* e na luta incessante pelos direitos já conquistados, porém negados até os dias atuais.<sup>1</sup>

## O CONTEXTO DAS MULHERES INDÍGENAS NO MS

Esse trabalho procura dialogar com as lutas, mobilizações das mulheres indígenas, Kaiowá e Guarani pelo direito aos seus territórios tradicionais (os *Tekohas*) e às políticas públicas tão ausentes da realidade das mulheres indígenas no estado

1. Artigo apresentado no XIV Encontro de História da Anpuh-MS, ocorrido de 08 a 10 de outubro de 2018 em Dourados – MS. Publicado

de Mato Grosso do Sul.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgado em Agosto de 2012 a população indígena do Mato Grosso do Sul é de 61.737 pessoas, somente no município de Dourados estão 18% dessa população. Desse contingente, as mulheres são 38.054 indígenas. As mulheres que habitam em aldeias correspondem a cerca de 29.990 pessoas e aquelas que estão em espaços urbanos são de aproximadamente 8.064. Isto é, um fato inédito no censo do IBGE, além da contagem da população indígena, tem o recorte do quantitativo de mulheres indígenas. Essa novidade traz um diferencial importantíssimo para efeitos de aplicação das políticas públicas e outras articulações nas comunidades indígenas do nosso estado. Isto é, os dados acima referido podem ser considerados instrumento de análise para implementação de políticas públicas que assegurem respeito às especificidades das mulheres Kaiowá e Guarani.

Dentre as especificidades a serem consideradas, o viver em seus *tekohas*, que de acordo com as mulheres Kaiowá e Guarani, de diferentes faixas etárias e representações nas comunidades do sul do estado, restabeleceria “o bem viver” Kaiowá Guarani. O artigo que ora apresentamos, objetiva visibilizar as milhares de mulheres indígenas Kaiowá e Guarani dos rincões do estado de Mato Grosso do Sul, às quais foram e ainda são negadas o direito à terra tradicional, à liberdade de ser e de viver conforme sua ancestralidade, mesmo que sejam com novos arranjos e articulações, necessárias, inclusive como estratégia de sobrevivência em meio a tanta adversidade. As mulheres Kaiowá e Guarani resistem à invisibilidade das suas vidas vividas e se movimentam, mobilizam enquanto rezadoras (*ñandesy*), as quais como lideranças religiosas de suas comunidades são respeitadas por seu povo pela sabedoria, conhecimento e relação com a espiritualidade. As mulheres liderança das áreas de retomada são as vozes e as lutadoras pelo direito aos seus Tekoha, as professoras, cuja atuação pelo direito à educação, garante minimamente o respeito às tradições e o direito à língua materna, as agentes de saúde que lutam incessantemente por atendimento digno e pelo direito à medicina tradicional, ao respeito e ao direito das parteiras assistirem as parturientes nos hospitais e na rede pública de saúde. As jovens mulheres Kaiowá e Guarani, estudantes universitárias, com bandeiras de luta e pautas que dizem respeito à garantia da permanência dos estudantes indígenas na Universidade pública e gratuita, são protagonistas da reivindicação e conquista da bolsa universitária indígena, da luta contra todas as formas de violência contra as mulheres indígenas, do direito ao corpo, à arte e à cultura de seu povo.

## **KUÑANGUE ATY GUASU: VOZES QUE ECOAM PARA ALÉM DO TEKOKHA**

A Kuñangue Aty Guasu \_ Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani,

é uma organização/ mobilização das mulheres Guarani e Kaiowá em torno de suas lutas comuns e ao mesmo tempo específicas. A Assembleia das mulheres indígenas como convencionamos chamar (os não indígenas assim se referem), tornou-se uma estratégia de resistência e um instrumento de reivindicação das mulheres Guarani e Kaiowá para que as políticas públicas, tão ausentes nas suas respectivas aldeias, venham a ser implementadas. Nesse texto iremos nos referenciar a VI KUÑANGUE ATY GUASU, ocorrida em Julho do corrente, na Reserva Indígena Amambai, no município do mesmo nome, A pauta ou temas desse Grande Encontro que contou com a participação de centenas de pessoas entre adultas/os, jovens e crianças foram os seguintes:

Interessante analisar essa mobilização/ articulação das mulheres indígenas na perspectiva de um diálogo com Latour (2012) que em sua obra *Reagregando o Social* nos apresenta a ideia de um social que seja um social achatado, ou seja, onde cada forma de alteridade está no mesmo nível de realidade. Isso nos remete a realidade das mulheres indígenas no MS, lutando pelos seus *Tekohas*, tendo em vista estarem vivenciando o mesmo problema, a mesma dificuldade, em que pese estejam em aldeias diferentes.

Colman nos auxilia na compreensão dessa mobilidade, do caminhar, da espacialidade que agrega os Kaiowá e Guarani, bem como as mulheres desses povos e a relação de humanos e não humanos numa simetria, que se encaixa em suas expectativas e desafios imersos nessa realidade.

O território para os Guarani e Kaiowá se caracteriza como espaço de comunicação, no qual a possibilidade do Oguata ou Ojeguata, que quer dizer, genericamente “caminhar”, na língua Guarani, é dimensão fundamental. Há inúmeros tipos de Ojeguata: em busca e atividade produtivas, como coletas de ervas e produtos específicos de um determinado lugar; para participar de atividades rituais. (COLMAN, 2015 p. 12).

Nessa dimensão é possível afirmar que a Kuñangue Aty Guasu se tornou uma atividade ritual, onde se prepara a chegada e recepção das mulheres, de várias aldeias do sul do estado. Nesse espaço ritual ocorrem cantos, rezas e danças noite adentro buscando proteção para os dias que seguem no correr das atividades.

Toda a Assembleia segue um rito do acolhimento/recepção dos (as) participantes, convidados (as), palestrantes, autoridades, logo na entrada da aldeia que sedia o evento e, essa ação ritual fica sob a responsabilidade das lideranças religiosas as Ñandesy e os Ñanderu, mais especificamente as Ñandesy, visto que se trata de um encontro das mulheres indígenas.

Em realidade, tudo na Kuñangue Aty Guasu transborda atividade ritual e a religiosidade e a espiritualidade transcende o nosso pretense conhecimento. De acordo com CHAMORRO (2017), na língua Kaiowá não há um termo equivalente ao que nós chamamos de religião, entretanto, existem expressões que se avizinham dessa formulação/concepção. O Ñande reko katu, “nosso bom modo de ser”, por exemplo. É o sistema cultural como um todo, o que engloba “religião e religiosidade”,

pois tem a ver com o desenvolvimento e aperfeiçoamento da ‘vida’ e da ‘cultura’, teko, que o grupo considera ‘seu’, ñande, e ‘bom’, katu. Esse teko katu, ‘bom modo de viver’, e suas variantes teko porã ‘belo modo de ser’ e teko marangatu ‘modo de ser virtuoso’ são marcadores constantes da identidade tradicional do grupo diante da sociedade circundante. (CHAMORRO, 2017, p.113).

Essas articulações e mobilizações onde os atores sociais se movimentam fortalecendo os laços entre si, como inúmeros/ incontáveis parceiros, associações, movimentos e as redes locais de mulheres que se relacionam entre laços de parentesco, de afinidades, de proximidade de territórios, de áreas de retomada possibilitam e asseguram uma atividade particular, inerente a sua especificidade cultural, cosmológica e social: a Grande Assembleia das Mulheres. Essa Assembleia permite discussões/ proposições em termos de políticas públicas e articulações internas que possam solucionar ou apontar soluções como prevê o documento final da Kuñangue Aty Guasu: “Nós mulheres guarani e kaiowá sabemos com ter e cuidar de nossos filhos. Nossa medicina tradicional e a reza são muito importantes para a saúde da mulher indígena e para o crescimento saudável da criança”. Essa afirmação se refere ao que as mulheres denunciam em relação à saúde pública que não permite a presença da rezadora, a ñandesy, da parteira para acompanhar a mulher kaiowá e guarani na hora de dar a luz. Na concepção delas, esse momento está carregado de tristeza por causa da violência a que são submetidas na hora do parto. Uma dessas violências é a proibição do acompanhamento das mulheres grávidas através do conhecimento tradicional: “dos nossos remédios, da reza da ñandesy para a mulher sofrer menos na hora do parto”. Para as mulheres Guarani e Kaiowá, o parto é um momento de alegria e está se tornando um momento de sofrimento, porque a SESAI e os hospitais não respeitam o modo de ser indígena. No tocante à educação escolar indígena, as mulheres kaiowá e guarani reiteram que: “Nunca mais nossos filhos sejam levados para estudar em Campo Grande, ou em qualquer outro lugar distante de seu território e que o estado, e o Ministério da Educação (MEC), respeitem as decisões do movimento indígena”. A educação Superior conquistada através da luta dos Kaiowá e Guarani, o Teko Arandu, a licenciatura intercultural da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), “também tem que nos respeitar, respeitar nossos estudantes e o nosso processo histórico de luta para a conquista deste curso e o nosso acesso e permanência dentro das instituições de educação”.

O documento da Kuñangue Aty Guasu denuncia as várias tentativas de genocídio contra o povo Kaiowá e Guarani destacando a “remoção forçada de nossas terras ancestrais, o confinamento nas reservas; a tentativa de tirar nossa língua, a insistência do Estado em dizer que não sabemos cuidar dos nossos filhos e a insistência de tirar eles de nós”. O documento se refere à retirada de 65 crianças indígenas do seio de suas famílias no município de Dourados-MS, as quais residiam nas aldeias Jaguapiru e Bororó. E prossegue: “reclamam que nossos filhos são sujos, mas claro, vivemos na terra, cozinhamos no fogo, não aceitamos a retirada

de nossas crianças, a doação delas para não indígenas, não aceitamos o estado intervindo nas nossas formas de vida”.

A violência contra as mulheres indígenas foi pautada de forma categórica pelas participantes da Assembleia, denunciada pelas mulheres jovens (estudantes/ acadêmicas e professoras) pelas anciãs, parteiras, lideranças de áreas de retomada e explicitada no documento final nos seguintes termos: “Somos mulheres Guarani e Kaiowá e temos que ter a garantia dos nossos direitos que levem em consideração as nossas especificidades culturais, para que assim não nos deixe vítimas da violência do estado e da sociedade brasileira. Sem a demarcação das nossas terras, nós mulheres Guarani e Kaiowá não podemos ter uma vida livre da violência. E resistimos para que possamos ter uma vida com liberdade junto com nossos filhos, nosso povo, em nossa terra”.

A Kuñangue Aty Guasu detém a premissa de articular numa grande reunião, questões caras às mulheres Guarani Kaiowá, nesse aspecto, SERAGUZA nos auxilia a refletir sobre o quão abrangente e intenso são esses encontros. “Os encontros com interlocutores são permeados por intenções políticas, étnicas, de gênero, terrenas e cósmicas, percebidas na inserção contínua dos que lá estão presentes (2013 pág. 10).” Ou seja, a mulher Guarani e Kaiowá ocupa espaços autônomos de importantes interações, decisões, colaborações em suas aldeias e/ ou comunidades. Essas mulheres, através de seus modos de ser e viver, expressam, vivenciam experiências com humanos e não humanos na produção da vida social (SERAGUZA, p. 11 – 12).

Há que se ter paciência, e muita vontade de escutar, uma escuta atenta, calma respeitosa, despojada para visualizar e interagir com esse conhecimento, esse “Ñande reko katu” que integra religião e religiosidade e ainda, uma gama de saberes e uma outra abordagem do viver, do caminhar e de entrelaçar cosmologias com elementos que embalam suas vidas e existências.

LATOOUR chama nossa atenção para essa questão da interação com elementos vindos de outro tempo, de outro lugar e gerados por outra mediação. Nossa abordagem para com esses coletivos deve levar em consideração que “uma cultura é ao mesmo tempo aquilo que faz as pessoas atuarem” (uma atuação completa criada pelo olhar do etnógrafo e que é gerado no local pela constante inventividade das interações dos membros). (LATOOUR, 2012 p. 245).

É nesse sentido, nessa dinâmica que a Kuñangue Aty Guasu se movimenta, realizadas e encarnadas em algum tipo de interação local e vivida (LATOOUR, 2012. p. 245). As mulheres Guarani e Kaiowá estão mobilizadas e incrustadas numa associação, numa articulação que as remetem a um constante desafio e enfrentamento de uma realidade difícil, adversa, mas com possibilidades e estratégias reais que ousam romper a invisibilidade a “vulnerabilidade” que lhes foram impostas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando rascunhei o pré projeto de pesquisa para ingressar no mestrado “achei” que conhecia, entendia os povos indígenas, sobre os povos indígenas, sobre as mulheres indígenas. E agora? Agora eu diria que começo a aprender. Começo a tatear, a visualizar com sensibilidade os coletivos e povos que me propus estudar com elas e não sobre.

Dessa maneira, considero que nesse pequeno percurso de tempo percebo a resistência das mulheres Kaiowá e Guarani através das suas variadas frentes de luta como as áreas de retomada, o conhecimento tradicional em relação ao seu modo de ser e de viver, sua religiosidade e rituais e o espaço da Kuñangue Aty Guasu mobilizando mulheres na defesa de seu território de pertencimento.

Essas reflexões e análises auxiliam e suscitam inseguranças. Por outro lado, reforça a vontade de aprender e compartilhar o conhecimento que recebo através da sabedoria e solidariedade das mulheres Kaiowá e Guarani ao escrever e pesquisar junto a elas, no seu caminhar entoando cantos, rezas e movimentando a dança para embalar suas lutas e resistências.

## REFERÊNCIAS

BRAND, Antonio, *Desenvolvimento Local em Comunidades Indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas*. INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local Vol. 1, N.2 p. 59-68, Mar, 2001.

CHAMORRO, Cândida – G. A. *Terra Madura, yvy araguyje: fundamento da palavra guarani*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2008.

CHAMORRO, Graciela, *Decir El cuerpo: Historia y etnografía Del cuerpo em los pueblos Guarani* – Assunción: Tiempo de história, Fondec, 2009.

COLMAN, Rosa Sebastiana. *Guarani Retã e Mobilidade Espacial Guarani: Belas Caminhadas e Processos de Expulsão no Território Guarani*, 2015 – Tese de doutorado Unicamp. SP.

CRESPE, Aline Castilho. *Mobilidade e Temporalidade Kaiowá: do Tekoha a reserva, do Tekohará ao Tekoha*. 2015 – UFGD, Dourados, Tese de Doutorado em História, 2015.

DOCUMENTO FINAL DA KUÑANGUE ATY GUASU ALDEIA AMAMBAI, 16 DE JULHO DE 2018. Disponível em <http://apib.info/files/2018/07/Documento-Final-da-VI-Kun%C3%A3gue-Aty-Guasu.pdf> acesso em 05 de agosto de 2018.

PEREIRA, Levi M. *Parentesco e Organização Social Kaiowá* – Dissertação de Mestrado Out. 1999 Campinas SP.

PEREIRA, Levi M. *Demarcação de Terras Kaiowá e Guarani em MS: Ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial* – Tellus, ano 10 n° 13, p. 115-137, jan/jun. 2010 – Campo Grande – MS.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*: 1994 Ed. 34 UFRGS

\_\_\_\_\_. Reagregando o Social. Uma Introdução à Teoria do Ator–Rede Salvador, Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: EDUSC. 2012.

SERAGUZA, Lauriene. Cosmos, Corpos e mulheres Kaiowá e Guarani de AÑA A KUÑA Dissertação de Mestrado em Antropologia – Dourados MS: UFGD, 2013.

## O SILENCIO SOBRE AS AFETIVIDADES FEMININAS: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E CORPO NO MARANHÃO COLONIAL

### **Nila Michele Bastos Santos**

Mestra em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Professora EBTT de História no do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – campus Pedreiras. Coordenadora do NEABI – Ifma/ Pedreiras. E-mail: nila.santos@ifma.edu.br

Trabalho apresentado no ST XII – **Relações de Gênero Na Sociedade Maranhense Oitocentista** do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista Religião, Cultura e Poder 25 a 28 de Setembro – São Luís – Ma.

**RESUMO:** O presente estudo busca analisar as relações afetivas construídas por mulheres na sociedade escravista maranhense, evidenciando o papel da mulher escrava nesse contexto. Para tanto é realizado um percurso historiográfico sobre os estudos de afetividades e sensibilidades nas últimas décadas, de modo a identificar os espaços construídos para o estudo destas categorias. Além disso, através da documentação que se constitui de testamentos e divórcios do período colonial, propõem-se diminuir os silêncios impostos as mulheres. Mesmo estas não tendo escrito nada sobre si, podemos no âmbito do provável, por meio da leitura das entrelinhas e dos “espaços em Brancos” da documentação, acessar um universo valorativo que não era restrito apenas aos livres, mas a todos que compartilhavam

da mesma época. Nessa perspectiva optamos por trabalhar utilizando as categorias de corpo e gênero para aporte teórico, pois entendemos que além destas serem categorias relacionais possuem a capacidade de articular diversas variáveis conferindo uma historicidade para além dos corpos sexuados que os sujeitos comportam.

**PALAVRAS- CHAVE:** Afetividades, Gênero, Escravidão. Maranhão Colonial.

### 1 | INTRODUÇÃO

Michele Perrot, em “As Mulheres e os silêncios da História”, já assinalava sobre o pouco espaço destinado as mulheres na narrativa histórica “esta ausência no nível da narrativa é acompanhada por uma carência de traços no domínio das “fontes” nas quais o historiador se alimenta devido ao déficit de registro primário” (PERROT, 2005, p.33).

No que se refere à mulher escravizada o silêncio ainda é maior, mesmo a documentação apontando para um número mais elevado de alforrias para mulheres que para os homens poucos ainda são os estudos no qual suas afetividades são as protagonistas.

Por isso - parafraseando a célebre questão posta por Perrot: “uma história das mulheres é possível?” (PERROT, 2008.) - nos

perguntamos: uma História das Afetividades nas relações escravistas é possível?

A resposta nunca é fácil! Assim como outros “marginalizados” da história o estudo das mulheres negras escravizadas e as afetividades em suas relações só é possível dentro da perspectiva das migalhas, nos indícios deixados pelos discursos postos, nas pistas de um cotidiano, nos sinais e nos silêncios das fontes. Seguir por esse percurso metodológico não significa afirmar que cairemos na armadilha dos anacronismos, o historiador que escolheu seguir pelo estudo das afetividades e sensibilidades deve está atento com o que apontou Alain Corbin:

Há, em primeiro lugar, o velho problema, muitas vezes enfatizado por Lucien Febvre, do anacronismo psicológico, que consiste em projetar na mente das pessoas que estudamos nossa própria maneira de ver o mundo. Isto coloca, por exemplo, o problema da legitimidade da biografia. Gostaríamos de pensar que aquelas pessoas eram “irmãos de inquietudes”, para retomar a bela fórmula de André Maurois. Eu também poderia ter estado perto de Cleópatra: teria, então, me comportado como Júlio César? Evidentemente, isso faz viajar no tempo, isso embriaga, é tão apaixonante quanto ler um romance policial, mas é errado: isso não pode ser o método certo. Apenas um historiador familiar aos pensamentos de Júlio César pode se arriscar a escrever “Sem dúvida, Júlio César pensou que... Pode-se imaginar que, transpondo o Rubicão...”. É o básico da história: evitar o anacronismo psicológico (VIDAL, 2005, p. 25-26.).

Entretanto, evitar o anacronismo não significa fugir da subjetividade. Entre o pensado e o vivido os sujeitos históricos não foram meros fantoches de seus meios sociais tão poucos a realidade em que estão inseridos é facilmente modificada somente a partir de vontades individuais.

É no coletivo que as categorias vão se automoldando e introduzindo no mundo um grau de autorreflexividade constante e mutável. E isso permite que emoções, sentimentos e paixões sejam objetos de análise da História.

Nossa preocupação nas linhas postas a seguir é justamente problematizar os caminhos metodológicos já postos e assim contribuir para a abertura de mais espaços para debater essas questões.

## **2 | HISTORIOGRAFIA DAS SENSIBILIDADES: A AFETIVIDADE EM QUESTÃO.**

Apesar de já se apresentarem nos estudos históricos brasileiros pouco foram os momentos em que as afetividades ganharam local de destaque nessa historiografia.

Muitos fatores podem ser apontados para essa questão: falta de documentação sobre o assunto, subjetividade extremada ou ainda a dificuldade dos historiadores em tratar de afetos e sentimentos.

Até há bem pouco tempo, compreendia-se que as mudanças, fossem de pequeno alcance ou de grande folego, eram frutos de ideias, das técnicas ou de quaisquer outras práticas orientadas exclusivamente pela razão. Até mesmo as atividades políticas eram entendidas como movidas por ideologias – uma projeção bem elaborada, ou utopias – sonhos coletivos que, em virtudes de suas cargas emocionais, eram irrealizáveis. E, ao se tratar das relações interpessoais e de seus afetos anelantes, compreendiam tais fenômenos como inerentes à

vida privada, de pouca ou nenhuma serventia para explicar as energias que inspiravam as ações coletivas (BREPOHL, 2012 - contracapa).

No entanto, é durante a década de 1930 que apontamos o pioneirismo nos estudos sobre afetividades no Brasil. É através de Gilberto Freyre que, ao publicar “Casa Grande e Senzala”, negou-se o evolucionismo europeu presente à época e deslocaram-se as concepções racistas-biológicas para o campo da cultura demonstrando que não há culturas inferiores ou superiores, mas todas se equivalem e possuem o mesmo valor no processo evolutivo e estrutural. Suas análises sobre a família patriarcal tratam de assuntos como alimentação, as relações domésticas, os costumes construídos com as trocas culturais, a paixão sexual e as afinidades pessoais todos os temas abjurados à época, mas que voltaram a ser objeto de estudo em “Sobrados e Mucambos”, uma espécie de continuação de Casa Grande e Senzala. Na acepção de Freyre foram os contatos mais próximos entre os grupos sociais que formaram a sociedade colonial açucareira que, acabaram por desenvolver uma identidade ímpar para o brasileiro; e uma vez que era a mestiçagem seu vetor esta, acima de tudo, deveria ser exaltada.

Entretanto, na ânsia de glorificar a Mestiçagem, o autor considerou as relações entre senhores e escravizados como profundamente harmoniosas salientando que:

Desde logo a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maiores no Brasil do que em qualquer outra parte da América. A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas o de pessoas de casa. Espécie de parente pobre nas famílias europeias. (FREYRE, 2001, p.406).

É este exacerbado relativismo e o pensamento idílico de uma coexistência pacífica entre a população branca, indígena e negra que transforma Casa Grande e Senzala em uma obra profundamente criticada. O caráter altamente paternalista de senhores benevolentes e escravizados dóceis que Freyre tanto defendeu e explicitou em sua obra acabou por forjar o que ficou conhecido como “mito da democracia racial” – e foi contundentemente rejeitado por historiadores mais críticos.

Todavia seu olhar lançou uma questão até hoje debatida: a proximidade e o contato mais íntimo entre os sujeitos, no período colonial, gerou relações de afetividades e poder. Para aprofunda-se nessas discursões, não só na colônia, mas também em outras temporalidades, os historiadores tiveram que abrir espaços na historiografia para discutir sentimentos, emoções e sensibilidades. Para tanto se aproximaram de outras ciências como a antropologia, filosofia, psicologia e psicanálise, mas principalmente incorporando aos seus estudos fontes ainda pouco utilizadas por historiadores da sua época, tais como: literatura, imagens, músicas etc.

Mesmo sobre a influência da História Cultural, que só começou a ganhar força no final dos anos 70 e se fortalece na década 80 e 90 do século XX (SOUSA, 2007),

é somente a partir do século XXI que os estudos sobre sentimentos e emoções começaram a tomar destaque mais abertamente no Brasil.

Um bom exemplo dessa abertura é *“A História do Amor no Brasil”*, escrito por Mary Del Priore e publicado em 2006. Seguindo os passos de Braudel com os estudos de longa duração Del Priore realiza sua pesquisa a partir de um grande espaço temporal, pretendendo estudar as várias experiências amorosas no Brasil, desde a chegada dos portugueses até o início do século XXI. De igual maneira *“HISTÓRIAS ÍNTIMAS: sexualidade e erotismo na História do Brasil”*, publicado em 2011, percorre as transformações na sexualidade, erotismo e nas noções de intimidade desde o período colonial aos dias atuais.

Ambos os textos foram alvos de duras críticas, principalmente, pela delimitação de tempo escolhido que impede análises mais aprofundadas. De fato o “método panorâmico” para da conta do contexto macro acaba por obscurecer as especificidades, porém a variedade de fontes e as novas metodologias que a autora emprega no trato destas já transformam estes livros em obras de enorme valor para a recente historiografia brasileira dos sentimentos e afetividades.

Outras três obras de suma importante para a historiografia desse segmento, que valem ser citadas, são as coletâneas *“História e Sensibilidades”*, publicado em 2006 e organizado por Marina H. Ertzogue e Temes G. Parente; *“História: Cultura e sentimento: outras Histórias do Brasil”*, publicado no ano de 2008 de autoria de Antônio Torres Montenegro et al. e *“Sentimentos na História: linguagem, práticas, emoções”*, publicado em 2012 e organizado por Marion Brepohl, André Mendes Caparro e Renata Senna Garraffoni.

Na primeira coletânea os textos abordam temas como a solidão, a saudade, o ressentimento, a dor, a violência, o sonho e a alegria, a efemeridade e sua relação com a História e o tempo dentre outros. As organizadoras dedicam parte da obra para também questionar o papel do Historiador das sensibilidades colocando-o tanto como um interprete das representações criadas pelos sujeitos, nos mais variados momentos históricos, quanto como um indivíduo marcado pela multiplicidade de afetividades que influencia a forma de ver e interpretar o mundo que o cerca (SILVA, 2012, p. 5).

A segunda coletânea traz trabalhos diversificados que tratam da representação do corpo, dos hábitos de ler, batismo, cidade, modernidade, amor e solidão. Nessa obra destacasse o texto de Antônio Paulo Rezende que busca perceber uma história da solidão e do amor no Recife dos anos 1930 e como essas práticas sentimentais são atingidas e modificadas com o advento da modernidade demonstrando, novamente, que o historiador dessas temáticas deve entendê-las como categorias dinâmicas e temporais. (SILVA, 2012, p. 7).

Já *“Sentimentos na História: linguagem, práticas, emoções”*, ao contrário do que faz Del Priore, busca valorizar os pormenores em contraposição aos generalismos e os “grandes fatos”. Dividido em temáticas como “Religião: o eu e o outro”, “Amor,

ódio e política” e “Belos fortes e famosos”, os textos procuram superar as categorias estanques de modo que objetivam:

Entre outras questões, desfazer dicotomias como razão/emoção, utopia/ideologia, masculino/feminino, dominante/dominado, objetivo/subjetivo, permanências/mudanças, confrontos/resistências. Recusando generalizações, investiga territórios, ambientes e conceitos que interferiram diretamente nas experiências individuais e coletivas em diferentes momentos históricos. Os sujeitos coletivos são compreendidos em suas manifestações e recusas, suas opções e omissões, comportamentos, pertencimentos e apropriações. (BREPOHL, 2012, p. 7-8).

Todos os textos citados acima têm em comum o uso de diferentes de fontes, novas abordagem e metodologias de modo que o estudo das emoções, sentimentos e afetividades alcançaram um novo sentido para a História e para o métier do historiador. Ora uma vez que:

As sensibilidades são uma forma do ser no mundo e de estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada. A rigor, a preocupação com as sensibilidades da História Cultural trouxe para os domínios de Clio a emergência da subjetividade nas preocupações do historiador. É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos. (PESAVENTO, 2003).

Retomando nosso olhar para as representações criadas nas relações escravistas, às afetividades que se construíram produziram um mundo de experiências intrincadas e cotidianas. Artigos mais contemporâneos como *“O cotidiano afetivo-sexual no Brasil colônia e suas consequências psicológicas e culturais nos dias de hoje”* do Mestre em Psicologia Social Marcel de Almeida Freitas; *“Raça, Gênero e Relações Sexual-Afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras – Um Diálogo com o tema”* da Dr<sup>a</sup> em antropologia Ana Cláudia Lemos Pacheco; *“Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica: séculos XVIII e XIX”* e *“Quarto grande e senzala”* respectivamente das historiadoras Mirian Moura Lott e Suely Creusa Cordeiro Almeida buscaram analisar as relações entre senhores e escravizados quando estas eram mais próximas e íntimas, contudo o conceito de afetividade que estes autores e autoras utilizam - e dar ares de consenso nas academias, pois também estão presentes nas coletâneas e livros aqui já citados - parecem-nos possuir um sentido universal “autoexplicável” e de “existir por si só”.

A ideia de “facilmente compreensível” ou ainda de “Todo mundo já sabe”, demonstra na verdade a indefinição do termo e contribui para formulação de discursos dogmáticos. Acreditamos, no entanto, que as afetividades não são meramente sentimentos ou emoções positivas ao contrário elas carregam consigo todas as intrincadas redes de vivências que existe no ser em relação ao outro, com o qual estabelece um laço, um vínculo ou mesmo uma cumplicidade.

### 3 I (IN) DEFINIÇÕES SOBRE AFETIVIDADE.

Segundo o dicionário, afetividade é um termo próprio da Psicologia e significa “Conjunto dos fenômenos afetivos (tendências, emoções, sentimentos, paixões etc.) Força constituída por esses fenômenos, no íntimo de um caráter individual.” (AFETIVIDADE, 2018).

Infelizmente a simplicidade desse conceito não dá conta da complexidade do termo nem garante a exclusividade de seu estudo à psicologia, ao contrário, um dos problemas de tratar a questão da afetividade é a sua variedade de definições uma vez que já é estudada em diversas áreas de conhecimento e não, necessariamente, de maneira interdisciplinar.

A literatura frequentemente a coloca como sinônimos de sentimentos e emoções, a psicologia estuda-a como fator determinante para a formação das personalidades, a antropologia concentra-se nas emoções colocando as afetividades ora como sinônimos, ora como produtoras das emoções, mas em todos esses contornos percebemos uma constante: as afetividades se formam e evoluem nas, e a partir, das relações humanas. “São as vivências afetivas o fundamento da nossa existência heroica ou aprisionada no automatismo. São as marcas afetivas que dão vitalidade, sentido e colorido às nossas ações e aos nossos vínculos. Mas o que são nossos vínculos e como a afetividade os influencia?” (NERY, 2014, p. 19).

É pela filosofia de Espinosa que vamos iniciar nosso percurso, que será bem mais carregado de inquietações que propriamente de respostas.

Na terceira e quarta parte de seu livro dedicado à ética, Espinosa trata da “Origem e a Natureza dos Afetos” e da “A Servidão Humana ou a Força dos Afetos”, para ele a razão não se separa da experiência afetiva...

Por afeto, entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou reduzida, assim como as ideias dessas afecções. Quando podemos ser a causa adequada de alguma dessas afecções, entendo então por paixão uma ação, nos demais casos, o sofrer a ação dessa paixão (ESPINOZA, 2018, p.38).

O filósofo nega o dualismo cartesiano tão marcante em seu contexto e defende a existência de uma única substância na qual corpo e afetividade, além de interdependentes são indissociáveis. Desse modo os seres humanos são incapazes de não constituírem afetividades, pois a própria sobrevivência já é uma condição *sine qua non* para o surgimento delas.

Isto implica diretamente no estudo das afetividades entre senhores e escravizados, pois ao analisar as relações escravistas por uma ótica espinoziana fugimos da dualidade sujeito-objeto e as colocamos como corpos escravizados que na mesma medida que são afetados por outros corpos, afetam àqueles que interagem com ele, garantindo assim, ao sujeito escravizado, o status de produtor/ receptor de afetos ou simplesmente garantindo-os como Conatus, que é o termo pelo qual Espinosa definiu o ser.

O Ser é uma potência ativa de afetar e ser afetado. Temos interesse em tudo que contribui para manter nossa forma e nossas relações. Temos a potência que parte de nós mesmos, de nossa essência, para criar as condições de persistir em nosso ser. Não possuímos conatus, somos conatus, assim como tudo que existe, porque tudo faz o esforço para permanecer em seu ser enquanto pode (grifo nosso) (TRINDADE, 2013).

Assim o escravizado era *conatus*, pois possuía o ímpeto e o esforço para continuar a sobreviver diante das condições que lhe foi imposta perseverando por melhores formas de vida. A compreensão da experiência afetiva perpassa, portanto, pelo sentido imanente, isto é, que vem do próprio indivíduo. Entretanto, isso não condiciona dizer que o entendimento, ainda que interno, não se construa na relação com o ambiente, ao contrário é nas experiências vividas que as potências se esforçam para produzir e se manter na existência.

São nas relações que o *affectus* manifesta seu caráter sazonal de um estado de “corpo afetado” para “corpo afetante” e vice-versa. Essas mudanças podem ser boas ou ruins e são definidas pelo aumento (quando benéficas) ou diminuição (quando maléficas) da potência de agir do corpo (MAXWELL, p.15). São, portanto, variações de estados de alegria à tristeza, destas, que chamaremos aqui de afetos primários, emanam todos os outros tipos de afetos. Ao serem acompanhados por uma causa exterior os afetos primários podem gerar amor, ódio, amizade, inimizade, simpatia, antipatias, esperança, cólera, indignação, ciúme, glória etc., são essas influências externas que acabam por gerar as afeições (*affectio*). Mas o filósofo Gilles Deleuze (1978) nos chama a atenção para a diferença entre afeto e afeição enquanto o primeiro pode ser visto como a variação da potência de agir, a afeição é o estado de um corpo considerado como sofrendo a ação de outro corpo sendo sempre a partir de um contato, em outras palavras, afeição é o efeito sentido pelo corpo afetado e dependendo de como esse corpo é afetado produz-se o desejo.

O desejo aumenta ou diminui de acordo com a força que o corpo é afetado.

Ora, um corpo deve ser definido pelo conjunto das relações que o compõe, ou, o que dá exatamente no mesmo, pelo seu poder de ser afetado. E enquanto vocês não souberem qual é o poder de ser afetado de um corpo, enquanto vocês o aprenderem assim, ao acaso dos encontros, vocês não estarão de posse da vida sábia, não estarão de posse da sabedoria (DELEUZE, 1978).

Para o filósofo francês é justamente esse poder de afetar e ser afetado nas relações coletivas que também define a individualidade de um corpo sendo importante ressaltar que são a partir das velocidades e das lentidões de cada um que se constroem a realidade vivida. Deleuze concorda que há uma variação contínua dos afetos, mas esta não é produto deles, ao contrário os afetos são as próprias variações de diminuições e aumentos de potência vividos; ele é determinado pela realidade intrínseca o que não significa que seja reduzido a ela.

Quando o ambiente é predeterminante nos afetos, ou seja, quando as influências externas geram as afeições positivas ou negativas, surgem as paixões. Estas são inconstantes e não dependem dos sujeitos, seu caráter pode ser transitório, pois o

que poderia ser a causa da alegria pode no momento seguinte ser a causa de dor e tristeza. A passagem da ação para paixão, ou vice versa, depende do jogo afetivo e da força do desejo. Estes por sua vez nem sempre possuem grande intensidade, alguns, nascidos da tristeza (paixões-tristes), são fracos e diminuem a potência de existir. Outros, nascidos da alegria (paixões-alegres), aumentam a potencia de existir e fortalecem o *conatus*.

Todo esse processo paixões-tristes para paixões-alegres, ainda que interno, sofre influencias exteriores e nos lança para as práticas de poder. Dentro das relações sociais “Poder” e Afetividade juntos fundamentam e complementam os papeis exercidos pelos indivíduos em sociedade e as relações construídas no cotidiano dos indivíduos podem se mostrar como harmônicos ou conflitantes.

Essas dinâmicas de poder e afetividades que fazem parte da realidade dos sujeitos permite-nos, assim como fez Espinosa, caminhar pelo terreno espinhoso da moral e política questionando os tipos de afetividades que são geradas nas relações de poder.

Como acontece que as pessoas que têm o poder, não importa em que domínio, tenham necessidade de afetar-nos de uma maneira triste? As paixões tristes como necessárias: inspirar paixões tristes é necessário ao exercício do poder. E Spinoza diz, no “Tratado teológico-político”, que esse é o laço profundo entre o déspota e o sacerdote: eles têm necessidade da tristeza de seus súditos. Aqui, vocês compreenderão com facilidade que ele não toma “tristeza” num sentido vago, ele toma “tristeza” no sentido rigoroso que ele soube lhe dar: a tristeza é o afeto considerado como envolvendo a diminuição da potência de agir (DELEUZE, 1978).

Apesar de não acreditamos na existência de um único poder podemos inferir, por essa ótica, que nas relações escravista do Maranhão setecentista os indivíduos que possuíam mais poder utilizavam-se das afetividades para manter sua dominação.

#### **4 | GÊNEROS, CORPOS E AFETIVIDADES.**

Muitos são os estudos que corroboram em afirmar que dentre a massa de indivíduos escravizados são as mulheres escravizadas as que conseguiram adquirir condições menos rígidas, mais fluentemente, e embora não fosse um esforço coletivo, mas fruto das relações individuais e construídas entre senhores e escravizadas as práticas de certas mulheres tornaram-se costumes comuns entre várias gerações, transformando-se em “uma luta calada e cotidiana contra a desumanização das relações” (PAIVA, 1995, p.115). De alguma maneira era sua categoria de “Ser Mulher” que permitia criar certas estratégias para sobreviver e resistir à coisificação que a escravidão impunha.

Entretanto, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” pelo menos assim Simone de Beauvoir iniciava sua notável obra, O segundo sexo, colocando em voga uma discursão pertinente sobre os papeis de gênero nas mais diversas sociedades. A

análise do tema, pelas mais diversas áreas, ao longo da História frequentemente tocou na afetividade das relações e em meios aos debates não foi incomum ver como as afetividades foram colocadas para caracterizar os papéis sociais do masculino e feminino. Confiança, virilidade e racionalidade foram postos como atributos da masculinidade enquanto inconstância, fragilidade e emoção foram quase que exclusivamente, delegados às mulheres.

Mente e corpo foram outros elementos que ganharam papéis sociais. Visto de maneiras antagônicas as diferenças entre o corpo e a mente representavam o próprio abismo de desigualdade entre Homens, visto como a mente atuante e responsável pela tomada de decisões, e Mulheres postas como a própria representação do corpo, irracional, selvagem e sexual. A Mente ao controlar o corpo garantiria o progresso e a civilidade logo a ordem “natural” seria o Homem controlar a Mulher, exercendo poder sobre seu corpo, controlando sua liberdade e sexualidade. Contudo os estudos pós-estruturalistas sobre a sexualidade, história das mulheres e gênero pôr-se a repensar esses papéis, caminhando para um terreno longe do binarismo cartesiano. Para esse grupo o corpo é culturalmente construído, uma categoria histórica carregada de significações e representações que ultrapassa a esfera biológica e acessa também o que está ao redor dele, o que se fala e pensa sobre ele “em diferentes tempos, espaços, conjecturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é, portanto algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções” (GOELLNER, 2003, p. 28).

O corpo, nessa perspectiva, também é fruto da linguagem que o nomeia, classifica e por vezes o desclassifica. Assim quando analisamos as formas com que são nomeadas as mulheres escravizadas, na documentação, a diferenciação e o tratamento dado a elas por seus senhores, aproximamo-nos muito mais da última categoria, pois corroboramos da ideia que para o desenvolvimento de uma análise diferente sobre o corpo - independente de classe, etnia racial e sexo - é preciso evitar as dicotomias e os dualismos fixos. Em outras palavras é preciso reconhecer que os discursos universalistas sobre o corpo/afetividade reforçam preconceitos ao invés de derrubá-los.

Do mesmo modo não se trata de “Gênero”, mas de Gêneros uma vez que como categoria relacional a singularização do termo não comporta a abrangência que ele se propõe. As lutas por igualdade das mulheres e suas trajetórias históricas, ainda que façam parte dessa categoria, não são os únicos objetos de investigação que hoje comporta diversas identidades sociais como as provenientes das “masculinidades plurais”, homossexualidades, homoerotismos, transexualidades e/ou o transgêneros.

Portanto não buscamos analisar o corpo do escravo e a apropriação deste por outro corpo, no caso o do Senhor, mas sim de corpos escravizados e suas relações com corpos legalmente livres ampliando o olhar para diversidade de que tanto falamos e que propomos. É por essa perspectiva que acreditamos ser particularmente importante lançar um olhar sobre as relações afetivas e afetivo-sexuais, entre os

sujeitos do Maranhão colonial, sem que essas análises caiam nos determinismos homogeneizantes podemos demonstrar uma complexa teia experiências nas quais os indivíduos são culturalmente construídos, para além dos corpos sexuados que os comportam. No Maranhão setecentista, por exemplo, os testamentos como o de **Manoel Goncalves Torres**, refletem uma teia de possíveis afetividades entre escravizados e libertos que ultrapassam as próprias ligações entre escravizado e senhor.

Manoel Goncalves Torres era filho de portugueses, e em 1751 habitava a cidade de São Luís do Maranhão, solteiro, seus únicos herdeiros eram os pais que viviam em Portugal, mas em sua última vontade ele se preocupa com o futuro de uma menina escravizada que não lhe pertencia:

Deixo pelo amor de Deos a huma menina por nome Victoriana Filha da negra Albina hoje escrava do Padre Antonio Garro cuja menina pelo amor de Deos [corr.] o mando tome conta dela para a educar o dito meo primeiro testamenteiro a quem se entregara os ditos corenta mil reis em dinheiro para que com eles posa lucrar [sic] para a sustentar e vestir conservando lhe sempre os ditos [corr.] mil reis que sera obrigado com [fl.4] algum lucro que posa acodir lhe ao tempo de se lhe dar cazamento sendo cazo digo nesse prosedimento por que não venha a cazar neste tempo digo cazar neste caso lhe dara sempre os ditos corenta mil e lucros que os posa ter conseguido pelo decurso de tres annos repartidos em tres partes para que em cada anno com a dita parte se poder vestir a ter menos ocazião de ofender a Deus por ser [ileg.] a derejir a dita esmola aquele melhor fim que se pode dar em tal qualidade de gente e ao dito meo testamenteiro peso pelo amor de Deos ponha todo o cuidado e sua molher na dita menina para que posa viver christamente (ATJ nº2, fl.3, 30 jan 1751)

Manoel não relata possuir escravizados, seus bens são modestos e ele não explica o porquê de deixar o dinheiro à filha de uma negra, e escrava de outro, mas a preocupação com o futuro da menina está lá. Um vínculo foi criado, se este foi estabelecido com a mãe ou com a menina infelizmente a documentação não nos revela, contudo as fontes apontam para a existência de relações que não podem mais ser negadas.

Outros testamentos encerravam em si certas nuances sobre laços afetivos. O testamento de **Anna de Avilla** é emblemático quanto a essa questão, viúva e sem filhos, Anna de Avilla possuía um plantel considerável de escravizados.

Declaro que posuo uma caza de telha de taipa de Pilão com seo quintal que são as em que moro no bairro de Santo Antonio para baixo do Cruzeiro, e assim mais dous catres e huma Caixa de Angelim com huma cama de roupa e mais alguma miudeza de caza que se acharem o que tudo dará a inventario os meus testamenteiros e o mesmos se achão moradores comigo \\ Declaro que posuo vinte hum escravos entre femeas e machos os quais vão nomeados por seus nomes como vem a ser os machos que já são de servisso, Antonio, Manoel, Jose, e os que não são ainda de todo servisso são os seguintes Ricardo, Gregorio, Felipe, Affonso, Onofre, os quais ditos terão huns por outros outo ha nove annoz de idade poco mais ou menos, isto se entende os machos [fl.150v] as femeas são as seguintes as de todo o servisso são Dorotheia, Thomazia, Perpetua, Luiza, Barbara, Maria, Josefa, Lucianna, Madalena, Geronima, e as de menos idade filhas das mesmas minhas escravas acimas ditas são as seguintes: Micaella, Ignacia, Custodia, Anna Josefa, as quais terão de idade pouco mais ou menos

tres ha coatro annos \\ Tao bem declaro que todos estes escravos tanto machos como femeas e todos as mesmas criansas são meus legitimos escravos e delles disporei conforme me parecer como abaixo o declaro. (ATJ nº 2, fl. 149 04/05/1752). (grifo nosso).

Sem ninguém que pudesse ser seus “herdeiros forçados”, ela distribui seus bens entre sua escravaria: “Declaro que as cazas assim nomeadas de que sou possuidora as deixo pelo amor de Deos ao menino Francisco filho de Maria mulata, e a menina Anna Josefa filha da minha escrava Ignacia” (ATJ nº 2, fl. 149 04/05/1752).

Ana Avilla parecia ter um apreço especial pelas crianças, deixando quase todas alforriadas. Mas é a menina Anna Josefa sua preferida, ficando esta, além da casa, com os bens pessoais e pessoas para lhe cuidar:

Declaro que a caixa de Angelim que digo [ileg.] possuo e dous catres e mais miudezas de casa como tão bem [ileg.] os quais são dous e mais hua cama de roupa a qual está na mesma caxa, e tudo o mais que se achar em caza ou na mesma caxa tudo deixo pelo amor de Deos a menina Anna Jozeffa a qual meus testamenteiros lhes entregarão tudo a dita menina tendo ella capacidade [...] Deixo mais por forro livres e izentos de cativeiro a minha serva Dorotheia, Anna Josefa, Thomazia e Perpetua as quais poderão estar ou ficar em companhia da menina Anna Josefa isto he se quiserem, e se não quiserem buscarão sua vida por onde lhes parecer \\ Tão bem deixo a Antonio Cafu, oficial de tecelão para ficar em companhia da menina Anna Jozeffa enquanto ella não tomar estado ou sahir da dita caza que sendo assim poderã o meu escravo ir para onde quizer pois desde logo ficarã forro e livre de todo o cativeiro e so asim ficara com pensão de me mandar dizer duas missas. (ATJ nº 2, fl. 149 04/05/1752).(grifo nosso).

O que poderia ter feito uma criança “de idade pouco mais ou menos tres há coatro anos” para receber tais heranças? Que vantagens teve essa senhora ao deixar tais bens à menina? Acreditamos que a familiaridade gerada no contato diário com esses sujeitos proporcionava o surgimento de intersubjetividades, o que, de certo modo, subverte a ordem de um sistema baseado na concepção individuo-coisa (senhor-proprietário / mercadoria-escrava) para uma ótica individuo-individuo (sujeito-escravista / sujeito-escravizado).

A herança deixada para filhos de escravizadas, assim como os concubinatos entre senhores e mulheres escravizadas, as alforrias “pelos bons serviços que me tem feito”, ou “pela lealdade com que me serviu”, podem ser apontados como exemplos das autonomias adquiridas pelas afetividades construídas, nessa perspectiva, as mulheres escravizadas e os senhores no Maranhão colonial não foram categorias fixas as relações criadas entre eles revelam redes de sociabilidades que desenvolviam novas identidades.

Como a identidade é, em parte, sustentada pelos outros, ela é afectada tanto pelas alterações produzidas nas redes de sociabilidade do actor, como pelas alternativas que lhe são oferecidas. A experiência da identidade torna-se mais diversificada e instável porque os seus pontos de ancoragem e os seus referenciais também o são. A identidade já não está apenas ligada à pertença, mas também ao desejo de pertença e àquilo que é necessário fazer para o concretizar (BRANDÃO, 2010, p. 19).

Desse modo, os sujeitos escravizados no Maranhão colonial, buscando

sobreviver da melhor maneira possível, criaram estratégias ligadas a um desejo de pertença e necessidade de reconhecimento. Vestir, alimentar, dar-lhes escravos para servir e cuidar daqueles a quem esta “criava com muito trabalho” são indícios de relações pautadas em vínculos de afetividades e afetivo-sexuais. E por mais que esses contatos tenham sido forçados pelos proprietários, acreditamos que as mulheres escravizadas souberam, com eficácia e pragmatismo, aproveitar a situação para criar seus espaços de autonomia e sobrevivência de modo que também podemos analisar as escravizadas como mulheres que agiram de acordo com sua própria subjetividade, esperteza e sabedoria, enfim como agentes dinâmicos de sua própria história.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os testamentos não são a única fonte que podem revelar relações afetivas, outros exemplos estão nos processos de divórcios, que carregam em si uma gama de indícios que contestam o discurso de passividade das mulheres, de uma maneira geral. As “sevícias atrozes” são constantemente citadas como causa para pedido das separações, contudo para além das reclamações de violência física com que eram tratadas, as mulheres também se queixavam da falta de amor e respeito.

Seus desejos íntimos são expostos no espaço público e por anos foram relegados à marginalidade pelos historiadores, por acreditarem que aspectos tão subjetivos não eram relevantes em tão alto grau quanto o mundo público, sobretudo político e econômico. Isso ocasionou que na historiografia, estudos sobre as afetividades femininas sejam escassos, pouco conhecidos ou, infelizmente, desmerecidos por outros historiadores. Contudo, ao nos debruçarmos sobre o tema no Maranhão colonial, procuramos desvendar o que os sujeitos julgavam como valoroso ou prejudicial para si, as emoções que apreciavam, menosprezavam ou ainda as que ignoravam ao formar seus laços afetivos, pois a afetividade assim como as “emoções são, acima de tudo, instrumentos de sociabilidade. Elas não apenas são socialmente construídas e ‘sustentam e reforçam sistemas culturais’, mas também agem sobre relações humanas em todos os níveis, da conversa íntima entre cônjuges as relações globais” (ROSENWEIN, 2011, p. 37).

Logo, ao se referirem ao “amor negado”, “a amizade rejeitada”, ao “desprezo com que é tratada” percebemos, ainda que sem a certeza, a existência de um ideal, se não comum e cotidiano, no mínimo almejado. Segundo Maria da Glória Guimarães Correia, os indícios de “um amor romântico” já se desenhava no período, podendo ser percebido nas falas das suplicantes de divórcios que afirmavam servir seus maridos com todo amor e afeto conjugal, ao contrário deles que as tratavam com pouco caso e desamor, como o caso de D. Francisca Thereza Barboza em 1798, relatado pela autora,

*“comportando-se segundo os deveres de matrona honesta, tanto na obediência a seu marido quanto na exacta educação dos filhos”* além de ter tido todo *“o zelo e atividade nos interesses da família”* [...] Silvestre, seu marido, sempre a tratou *“com pouco caso e desamor”* fazendo com que em sua vida de casados houvesse *“huma imperfeição muy descompuesta: porque sem amor não há paz gostosa nem conformidade bem lograda”*. Enfim, estava-se então no ano de 1798, de modo que a cantilena de D. Francisca Thereza Barboza representava um sinal de que o amor romântico chegava (CORREIA, 2004, p.183) (itálico da autora) (Grifo nosso).

Talvez, não um “amor romântico” como a autora afirma, pois esse termo nos remete ao ideal do século XIX, mas uma afetividade historicamente construída em sua própria época. O que era posto como “pouco caso e desamor” pode não ter a mesma conotação que hoje ou no sec. XIX, ao passo que no Maranhão setecentista o “desamor” era alistado para causas de divórcios.

Por fim, é preciso entender que as necessidades afetivas, de cada indivíduo, subvertem e desafiam a rigidez dos valores sociais vigentes, reelaborando os elementos advindos da própria cultura escravocrata em que viviam.

## REFERENCIAS

“Afetividade”. **Dício**: Dicionário on-line de português, 16 set. 2018 [www.dicio.com.br/afetividade/](http://www.dicio.com.br/afetividade/) Acesso em 16 de setembro de 2018.

ATJ. Livro de Registro nº 2, fl. 3 the fl.5. **Testamento do defunto Manoel Goncalves Torres**. <Faleseo a 30 de janeiro de 1751>

ATJ. Livro, fl. 149 **Rezisto do Testamento com que faleseo a defunta Anna de Avilla** 04/05/1752.

BRANDÃO, Ana Maria. **“Identidades sexuais e de gênero: do modelo de análise ao percurso de investigação”**. In. BRANDÃO, Ana Maria. E se tu fosses um rapaz? Homoerotismo feminino e construção social da identidade. Porto: Edições Afrontamento, 2010. pp.17-41, p. 19.

BREPOHL, Marion, CAPARRO, André Mendes e GARRAFFONI, Renata Senna (orgs.). **Sentimentos na História: linguagem, práticas, emoções**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. (contracapa).

CORREIA, Maria da Gloria Guimarães. **Do Amor nas terras do Maranhão: um estudo sobre o casamento e o divórcio entre 1750 e 1850**. Niterói, 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004. 339 fls., p.183.

DELEUZE, Gilles. **Curso sobre Spinoza**. Les cours de Gilles Deleuze. Tradução Francisco Traverso Fuchs. Cours Vincennes - 24/01/1978. Disponível em: <http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=194&groupe=Spinoza&langue=5>

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1**. 43ª ed, Rio de Janeiro: Record, 2001, p.406.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **“A produção cultural do corpo”**. In. LOURO, Guacira et al. Corpo, Gênero e Sexualidade. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 28.

MAXWELL. **Espinosa e a afetividade humana**. PUC-RIO – CERTIFICAÇÃO DIGITAL Nº 1012188/CA. Disponível em: [www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20706/20706\\_3](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20706/20706_3), p. 15.

NERY, Maria da Penha. **Vínculo e afetividade: caminho das relações humanas**. – 3. Ed. rev. – São Paulo: ágora, 2014, p. 19.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistências através dos testamentos**. São Paulo: ANNA-BLUME, 1995.

PERROT, Michelle. **“Práticas de memória feminina”**. In. PERROT, Michelle. As mulheres e os silêncios da História. São Paulo: EDUSC, 2005, p.33.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, Raniery Bezerra da e MENESES, Joedna Reis de. **O Tema Das Sensibilidades Na Produção Historiográfica Contemporânea**. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI, 2012, p. 5.

SOUSA, Laura de Mello e. **Aspectos da Historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial**. IN: FREITAS, Marcos César de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed., São Paulo: Contexto. 2007.

SPINOZA, Benedictus *Ética demonstrada em ordem geométrica e dividida em cinco partes que tratam*. Tradução Roberto Brandão. Disponível em: <http://www.andre.brochieri.nom.br/livros/filos/Baruch-Spinoza-Etica-Demonstrada-a-maneira-dos-Geometras-PT-BR.pdf> Acesso em 16 de setembro de 2018.

TRINDADE, Rafael. **Espinosa – Conatus**. Razão inadequada. Publicado em 27/07/2013. Web. Disponível em: <http://razaoinadequada.com/2013/07/27/espinosa-conatus/>

VIDAL, Laurent. **Alain Corbin o prazer do historiador** - entrevista. Tradução: Christian Pierre Kasper. Rev. Bras. Hist. vol.25 nº 49 São Paulo Jan./June 2005, p. 25-26.

## UM OLHAR SOBRE O URBANO NO BRASIL COLONIAL: IRMANDADES DE NEGROS E ESPACIALIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA

**Valter Luiz de Macedo**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Geografia, Departamento de  
Geografia Humana  
Rio de Janeiro/RJ

**RESUMO:** O desenho urbano, quando analisado em sua gênese, reflete os processos de acumulação e de parcelamento dos patrimônios territoriais verificados ao longo do tempo histórico. Neste sentido, grandes ordens religiosas e irmandades, através de seus patrimônios imobiliário e fundiário, desempenharam importante papel no processo de conformação do espaço interno dos assentamentos urbanos implantados no Brasil colonial. Em outras palavras, consideramos que a paisagem urbana naquele período estava vinculada à presença dos religiosos, uma vez que cada ordem ou irmandade dominava parcelas do espaço por conta de sua presença, seus serviços ofertados e pelo maior ou menor acúmulo de propriedades imobiliárias. Este texto observa a marcante estratificação social que caracteriza nossa sociedade desde sua origem para analisar suas dimensões espacial e urbana, destacando que as diferentes instituições religiosas estabeleciam espacializações também distintas. O urbano colonial no Brasil já expressava também as

nossas fortes desigualdades sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade colonial no Brasil. Instituições religiosas e espaço urbano. Irmandades católicas de negros. Diferenciação espacial urbana.

### A LOOK AT THE URBAN IN COLONIAL BRAZIL: BLACK BROTHERHOODS AND SPATIALITY OF THE SLAVE POPULATION

**ABSTRACT:** The urban design, when analyzed in its genesis, reflects the processes of accumulation and installment of territorial assets over historical time. In this sense, great religious orders and brotherhoods, through their real estate and land patrimony, played an important role in the process of forming the internal space of urban settlements in colonial Brazil. In other words, we consider that the urban landscape in that period was linked to the presence of religious, because each order or brotherhood dominated portions of space due to its presence, services offered and greater or lesser accumulation of real estate properties. This text observes the remarkable social stratification that characterizes our society from its origins to analyze their spatial and urban dimensions, highlighting that the different religious institutions established also distinct spatializations. The colonial urban in Brazil was

also expressing our strong social inequalities.

**KEYWORDS:** Colonial city in Brazil. Religious institutions and urban space. Catholic brotherhoods of blacks. Urban spatial differentiation.

## 1 | INTRODUÇÃO

Contribuir para a análise do processo de formação do Brasil, sua sociedade e seu território, tomando como objeto de estudo seus espaços urbanos pretéritos não é tarefa das mais elementares. As dificuldades se intensificam se tal estudo voltar, inclusive, ao nosso período colonial na tentativa de mostrar que, em meio a uma economia de base rural assentada no estatuto do latifúndio, os núcleos urbanos (fossem cidades, vilas ou arraiais) desempenharam importante papel político no processo maior de apropriação do território da colônia. Falamos aqui na requalificação do fenômeno urbano na historiografia brasileira a partir de um instrumental metodológico que, dentre distintas áreas do saber, realça a importância da Geografia e da História a partir de contribuições dadas por autores como Aroldo de Azevedo, Nestor Goulart Reis Filho, Murilo Marx, Maurício de Almeida Abreu e Fania Fridman.

Neste sentido, este trabalho, em específico, busca reunir elementos para se pensar a estrutura interna dos assentamentos urbanos coloniais no Brasil a partir da ação de um dos agentes sociais mais significativos na formação como um todo da sociedade brasileira: os religiosos, parte integrante do próprio Estado português. Reconhecemos, desde já, a diversidade de experiências vividas nas distintas partes do território colonial brasileiro, mas, apontamos, com este trabalho, para a possibilidade de se pensar em uma dinâmica que, em escala considerável, se repetiu nos núcleos urbanos que, por um motivo ou outro, desempenharam papel importante no contexto da colônia. Núcleos urbanos estes que, por determinação legal, contavam sempre com a presença determinante de religiosos em seus cotidianos.

Consideramos que a paisagem urbana colonial estava vinculada não apenas à questão de ordem militar e suas estratégias de defesa, destacando a instalação de fortalezas e demais aparatos de proteção. Estava também associada à presença dos religiosos, uma vez que cada ordem, irmandade ou confraria dominava parcelas do espaço, sendo esta dominação tanto de base ideológica quanto econômica. Afinal, os religiosos respondiam por significativa produção de alimentos para o abastecimento urbano (via plantações e criação de animais), detinham exclusividade na oferta de diversos serviços aos moradores em geral (registros civis, por exemplo) e acumularam significativo patrimônio imobiliário que, em muito, definiu vetores importantes da dinâmica urbana daquele momento.

A marcante estratificação social que caracteriza nossa sociedade desde sua gênese é aqui observada a partir de suas dimensões espacial e urbana: instituições religiosas que congregavam população rica dominavam maiores e mais “dignas”

parcelas do urbano através também de seus imóveis ao passo que irmandades de negros e pobres respondiam por espacialização distinta.

Assim, este texto busca uma leitura geo-histórica de nossas cidades, a partir de apontamentos sobre o Rio de Janeiro, iluminando, em específico, a ideia de que suas diferenças espaciais internas estavam dadas desde a origem. Se por muito tempo se pensou no processo de segregação urbana a partir apenas do século XIX, quando o fenômeno urbano assume maior complexidade em nosso país, trabalhamos aqui com a ideia de que a dinâmica socioespacial das diversas ordens religiosas e, em especial, das irmandades de negros revela um processo desigual de estruturação interna dos nossos núcleos urbanos coloniais.

Para tal discussão, observamos três momentos neste texto: um que discute o papel da igreja católica no contexto da sociedade colonial brasileira; outro que associa as instituições religiosas ao processo de organização e estruturação interna dos espaços urbanos constituídos naquele momento; e o que aponta efetivamente para o urbano colonial no Brasil como um espaço segregado a partir de um olhar que ilumina um dos agentes diferenciadores deste espaço, as irmandades voltadas para populações negras.

## 2 | SOCIEDADE E IGREJA NO BRASIL COLONIAL

A escravidão foi um elemento primordial na forma pela qual se estruturou a sociedade colonial brasileira, definindo o caráter que as relações sociais assumiriam na sua articulação com o processo produtivo adotado. No atendimento aos interesses de uma crescente burguesia mercantil portuguesa, o escravismo colonial a ela foi subordinado e, para este fim, estruturado.

Por outro lado, no processo de expansão ultramarina portuguesa, a imbricação entre Estado Nacional e Igreja estruturou a conquista de territórios associada diretamente ao processo de difusão da fé católica. Desta forma, a igreja, a capela, a ermida, o oratório e demais marcos da presença religiosa se impuseram de maneira fundamental nas paisagens na colônia, fossem agrárias ou urbanas. Consequentemente, as regras e o poderio ideológico dos religiosos também influenciaram o cotidiano dos seus habitantes e, no caso específico das áreas urbanas, marcou inclusive a sua conformação espacial.

Destacamos, inicialmente, que a estrutura da sociedade colonial brasileira era de uma simplicidade apenas aparente e a análise da pirâmide social daquele momento denota a existência de diferentes estratos. Por um lado, existiam uma minoria de proprietários de terras e uma camada mercantil, mas também havia uma faixa formada por aqueles com funções administrativas urbanas ou ocupações rurais assalariadas, além de significativa faixa composta por “desclassificados” e marginais à sociedade até a camada que congregava a grande maioria da população escrava (WEHLING e WEHLING, 1994). Neste contexto, ressaltamos que a sociedade colonial

brasileira, assentada na propriedade monocultora e na escravidão, foi marcada por seu caráter patriarcal e por uma quase inexistente mobilidade social. Particularmente, no caso dos escravos negros, as irmandades religiosas desempenharam importante papel no contraponto a este contexto, como veremos adiante.

Oficializado desde a segunda metade do XVI, o tráfico negreiro durante a colônia trouxe para cá africanos de diversas nações, retirados das possessões que Portugal já mantinha naquele continente. Em geral, quanto ao número de escravos trazidos para o Brasil, há historiadores que falam em totais na ordem de 3 a 4 milhões (Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Simonsen), outros em 6 milhões (Caio Prado Júnior) ou mesmo 13 milhões (Pandiá Calógeras), sendo importante ressaltar que tal massa humana escravizada era diretamente submetida à figura do grande senhor de terras que, junto ao Estado português, configuraria o que Costa (2001) denominou de “colonização semiprivada”.

Nela, o poder concentrado na mão dos grandes proprietários estimulou o clientelismo uma vez que os agregados (homens livres que gravitavam em torno dos engenhos) e as populações das vilas e cidades, pela lógica econômica assentada na produção primária de base rural, dependiam política e economicamente de tais senhores e de seus favores pessoais.

Um fato a ser destacado diz respeito à peculiaridade desta sociedade colonial brasileira que se, por um lado, era senhorial, por outro, já se baseava em práticas pré-capitalistas. Por ter escravos, era senhorial, e por estar voltada para o mercado, dependendo dele, já sinalizava para uma nova estrutura econômica. Um olhar sobre os primeiros séculos no Brasil a partir de sua História Psicossocial nos revela aspectos fundamentais desta evidência, a exemplo da constatação de que, em um contexto de capitalização do trabalho escravo, “até eclesiásticos (...) teorizavam sobre as formas de melhor se castigar o cativo sem, com isto, atrapalhar a produção” (SOUZA, 1986, p. 146).

Determinantes em muitos aspectos na dinâmica da sociedade colonial brasileira, os religiosos desempenharam grande influência no seu cotidiano mais geral e, muito particularmente neste trabalho, no cotidiano dos espaços urbanos. Como dito, nas bases no projeto português de expansão ultramarina, a presença de tais religiosos se fazia necessária e, neste sentido, diferentes ordens religiosas tradicionais na metrópole logo se estabeleceram no Brasil. As principais instituições chegaram à “nova terra” ainda no século XVI: jesuítas (1549, na Bahia), carmelitas (1584, em Pernambuco), franciscanos (1587), beneditinos (1594, no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco) e capuchinhos (1594, no Maranhão). Inclusive, em diferentes situações, como no caso dos jesuítas na cidade do Rio de Janeiro, tais religiosos acompanharam a fundação destes marcos urbanos da presença portuguesa no território (MARX, 1991).

Estabelecer-se na colônia, no seu aspecto mais essencial, significava para qualquer instituição religiosa a propriedade de uma porção de terra para a construção

de sua sede. A partir daí, passava a atuar no território de maneira decisiva para a manutenção de sua autoridade. De uma forma geral, as ordens fundaram seus templos, conventos e escolas (únicas então existentes) nas cidades coloniais e no interior marcando posição importante na escassa vida cultural da colônia. Esta, durante os primeiros séculos, girava em torno dos colégios dos padres, sobretudo jesuítas. Para além do calendário cívico, as datas festivas nos arraiais, vilas, engenhos e cidades reforçavam um caráter retórico e moralizante, influenciadas pelo universo religioso. Os referenciais físicos estabelecidos pela Igreja no território e suas atividades cotidianas expressam os alicerces de uma colonização que se baseou no seu poderio como instituição inquestionável. Desta forma, o poder da Igreja atingia toda a colônia ao funcionar como instrumento de controle social.

Aos habitantes brancos da colônia, esta era a lei. No entanto, para os negros, postos na condição de “infiéis”, evidenciava-se uma exclusão ameaçadora. Se a princípio, os escravos eram desconsiderados em questões de cunho religioso, não tardaria para que lhes fosse imposto o “direito” de serem católicos. Portanto, a permissão para que a população negra se associasse em irmandades era, em última instância, uma medida política do Estado português visando o controle do território e de sua população.

Aqui, interessa-nos a diferenciação existente entre ordens religiosas e irmandades no que se refere aos seus estatutos e formas de ação no espaço, especialmente o urbano. Silva (1994) nos lembra que, diferentes das primeiras, as irmandades são, de uma forma geral, associações de leigos (não de religiosos) dedicados à beneficência social e ajuda mútua e é, neste sentido, que afirmamos terem sido reveladoras da dinâmica social naquele momento. O elevado grau de estratificação da sociedade colonial brasileira justificou a existência destas irmandades separadas para brancos, negros e índios. Fenômeno que determinou, com o aumento da miscigenação, o surgimento de instituições voltadas para pardos e caracterizou o que Silva (1994) denomina de “exclusivismo social” das irmandades do Brasil.

Assim, diferentes raças, valores, práticas e oportunidades de ocupação e de ação social eram evidências constantes na gênese da nossa formação socioeconômica e espacial. No que se refere ao objeto de estudo deste texto, são reveladoras as ações diferenciadas desenvolvidas por ordens religiosas e irmandades de brancos e de “gente de cor” no cotidiano da colônia, inclusive em seus espaços urbanos. A diversidade de agentes e de ações marcou a dinâmica também espacial da nossa sociedade colonial, como visto a seguir.

### **3 | A IGREJA E O URBANO NO BRASIL COLÔNIA**

No Brasil colonial, parte significativa dos referenciais cotidianos no campo e nas áreas urbanas era de cunho religioso (FRIDMAN e MACEDO, 2006). Sem entrar

no detalhe da vida estruturada no interior dos engenhos e grandes propriedades, é importante observar que eles contavam com uma capela, erguida desde a sua ocupação, que possibilitava a adoção dos rituais e festejos católicos (expandido também para os “fiéis” das senzalas). Como já dito aqui, no que diz respeito aos espaços urbanos, junto às datas civis, era o calendário religioso que respondia pelos seus mais importantes eventos. É importante, inclusive, ressaltar que eram nas cidades onde se evidenciavam, muitas vezes com ressalvas e conflitos, as crescentes modificações impostas aos festejos religiosos por conta dos “irmãos” negros e sua herança africana.

Independente de suas ramificações, vale observar que, na ausência de outras formas permitidas de lazer, era a igreja o local de congregação e de informações para a população. No dia-a-dia, eram os badalos dos sinos dos templos que marcavam o tempo e os afazeres de seus habitantes. Às casas religiosas, cabiam também a guarda das economias daqueles mais abastados, o monopólio dos enterros dos brancos da sociedade (uma vez que aos negros só foi concebido enterro católico a partir do século XVIII), a responsabilidade sobre a educação elementar e religiosa na colônia, bem como todos os serviços hospitalares disponíveis. O clero, diretamente relacionado com o governo, era também a instituição que realizava, através de seus “livros de notas”, funções administrativas como registros de nascimentos, casamentos e óbitos, testamentos e posses de terras (FRIDMAN, 1996 e 2017).

Por outro lado, o poderio da Igreja em tempos coloniais foi exercido também em seu aspecto econômico. Favorecidas por leis que autorizavam doações de fiéis, as instituições religiosas constituíram para si consideráveis patrimônios em forma de prédios e de terras (MARX, 1991; FRIDMAN, 1996 e 2017). As ordens mais importantes chegaram a possuir engenhos, fazendas de gado, olarias, estaleiros, armazéns e hortas, além de um número expressivo de imóveis urbanos. Decorrente de seu elevado grau de instrução, os religiosos eram dominavam conhecimentos específicos de vários ofícios. Assim, as principais ordens eram os principais agentes ofertadores de serviços básicos como moradia (tanto pelo aluguel de seus prédios quanto pela própria construção das casas, através do material produzido em suas olarias) e alimentação (bens provenientes de suas hortas e fazendas de gado).

Quanto maior e mais importante fosse uma dada ordem religiosa ou irmandade, maior tenderia a ser o seu patrimônio. Tal lógica estava em relação direta com o poder aquisitivo de seus irmãos ou indivíduos a elas associados. Como era elevado o grau de estratificação social na colônia, era “natural” um patrimônio maior constituído pelas instituições que congregavam os habitantes ricos. E, para além do cotidiano dos espaços urbanos de então, seus costumes e regramentos, tal prática consolidou um patrimônio em nome das instituições religiosas que passou a ser, em diferentes casos, a principal de suas fontes de renda via aluguéis e foros cobrados por seus imóveis.

Observando o espaço urbano, apontamos para o papel indutor no seu desenho

e desenvolvimento desempenhado por tais agentes e a dinâmica relativa aos seus volumosos patrimônios fundiário e imobiliário. Ressaltamos que, de uma forma geral, “a construção das moradias e dos edifícios públicos se dava no espaço entre duas igrejas, que tornavam-se assim o mecanismo físico de expansão das localidades” (FRIDMAN, 1996, p. 112).

Em outras palavras, a consolidação dos espaços urbanos no Brasil colônia pode ser observado como o processo de ocupação dos vazios entre as propriedades religiosas, extremamente privilegiadas do ponto de vista de suas localizações. Assim, podemos chamar a atenção para o fato de que, nas cidades, em seu “desenvolver-se”, foram as práticas daqueles agentes que interferiam no espaço e determinavam sua efetiva conformação.

Como um processo de conformação urbana determinado pelos vetores estabelecidos por um capital caracteristicamente imobiliário somente pode ser observado no Brasil a partir de fins do século XIX, consideramos aqui que durante o período colonial (prolongando-se ainda) foi o patrimônio das ordens religiosas e irmandades o fator que desempenhou papel fundamental nas formas de ocupação urbana. Nos espaços urbanos coloniais, observando seu mercado de moradias e seu universo simbólico, verificamos que a produção das diferenças também espaciais resultava de seus mecanismos internos de estruturação física marcadamente associados ao patrimônio religioso.

No entanto, fundamental é em nosso trabalho perceber as diferenças existentes nesta referida dinâmica. E, nestes termos, as irmandades de negros devem ser observadas também através dos seus registros no espaço ocupado em tempos de segregação racial e de estratificação social marcantes como foram aqueles na gênese da nossa formação enquanto nação.

#### **4 | O URBANO COLONIAL E AS IRMANDADES NEGRAS**

Criadas no Brasil desde o século XVII, as irmandades de negros em muito se expandiram em número pela colônia, sobretudo ao longo do século seguinte, possivelmente acompanhando a própria intensificação do tráfico negreiro. Neste processo de disseminação destas irmandades, os santos preferenciais nelas cultuados foram Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, Santo Elesbão e São Baltazar, sendo os dois primeiros os mais recorrentes e populares na colônia (MACEDO, 1999). No entanto, foi mesmo Nossa Senhora do Rosário a devoção mais popular entre os negros no período colonial brasileiro e as primeiras irmandades a ela devotadas aqui instaladas foram as do Rio de Janeiro, Belém e Salvador. De uma forma geral, embora marcadamente estas irmandades estivessem presentes nos núcleos urbanos mais importantes da colônia, é fundamental reafirmar que também foram instaladas em pequenas vilas e ainda em altares nas capelas das

mais diversas fazendas e engenhos do período colonial.

No exemplo da cidade do Rio de Janeiro, a primeira irmandade exclusiva para escravos foi mesmo a do Rosário. O culto à santa já existia na cidade, pelo menos, desde 1640 quando foi permitida aos negros a devoção à sua imagem colocada a um canto da igreja de São Sebastião, no morro do Castelo. Em 1667, estes se uniram em confraria com os devotos de São Benedito e passaram a dividir o mesmo altar. No entanto, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, tal qual existe atualmente, só foi oficialmente aprovada em 1669 e a construção do seu templo só iniciada no ano de 1700 em terreno doado pela Câmara na então Rua da Vala, atual Rua Uruguaiana (MACEDO, 1999; FRIDMAN e MACEDO, 2006).

Tal exemplo é revelador do que este texto se propõe a pensar: qual sejam as irmandades de negros como elementos de diferenciação do espaço urbano colonial. Na cidade do Rio de Janeiro daquele período, a Rua da Vala marcava o fim distante do sítio efetivamente ocupado. O nome, aliás, expressava o uso que se fazia naquele ponto do urbano: a vala era o local de despejo de dejetos da cidade. E, neste sentido, trazemos o caso ilustrativo da localização depreciada e marginal da instituição voltada ao culto dos negros, mesmo existindo irmandades que congregavam população branca que, também contemporâneas ou instaladas depois, localizaram-se na principal via da cidade (caso da Irmandade da Santa Cruz dos Militares) ou em suas proximidades (BARREIROS, 1965). Enfatizamos que tal realidade foi comum no urbano que se instituía no Brasil e muitos são os exemplos possíveis neste sentido.

Em essência, neste processo que dizemos ser marca do urbano colonial brasileiro, cada instituição religiosa era proprietária, em primeiro lugar, do “chão” onde estava situada a sua sede e, geralmente, de terrenos imediatamente vizinhos. Possuíam também, como dissemos, imóveis residenciais e comerciais espalhados pela cidade recebidos, na maioria das vezes, por legado de seus fiéis. Este patrimônio, acumulado ao longo do tempo, tinha por pressuposto a manutenção das despesas da igreja e os recursos provinham dos aluguéis cobrados. Por conseguinte, tanto o “volume” desse patrimônio imobiliário quanto a sua localização eram, de uma forma geral, diferenciados de acordo com os seus proprietários: se grandes ou pequenas instituições, se irmandades de brancos ou de negros.

Podemos afirmar que as irmandades, igualmente às ordens religiosas, dominavam certas parcelas do território urbano através de seu patrimônio imobiliário e influência ideológica e social. Como os irmãos buscavam moradia próxima às igrejas a que eram associados, entende-se o porquê o patrimônio destas instituições tenderem a um padrão concentrador de sua localização. Também no caso dos negros, era evidente a formação desses espaços.

Entretanto, o estudo da cidade colonial brasileira tem se estabelecido a partir de sua consideração como um território caracterizado por usos e classes “amontoadas”,

por conta de suas limitações físicas, e no qual a população escrava, reportada ao último plano social, aparece, inclusive, sem expressão espacial. Tal visão reduz a dimensão espacial da estratificação racial e social existente na época em detrimento de suas relações econômicas e políticas.

Neste sentido, a espacialidade da população escrava nos núcleos urbanos tem que se observada antes e depois da constituição das irmandades religiosas que os congregariam. Observando este momento anterior, vale registrar que os escravos, “colocados quase sempre a serviço de uma unidade residencial ou comercial, a ela estariam incorporados e portanto não lhes corresponderia nenhuma parcela específica da organização espacial” (REIS FILHO, 1968, p. 85).

No entanto, este texto se baseia na percepção de que é reveladora a análise sobre a dinâmica espacial de tais núcleos com um olhar específico voltado para as irmandades dos negros, suas igrejas, cemitérios e terrenos e a concentração das residências de seus associados em suas proximidades. Assim, ao analisar a formação e o desenvolvimento da estrutura interna dos espaços urbanos no Brasil dos dois primeiros séculos de sua história, investigando o papel das irmandades de negros em sua conformação, reafirmamos uma presença, um domínio por parte destas instituições sobre determinadas parcelas menos “nobres” do território citadino. Território este marcado, assim, por formas espaciais específicas já com certo grau de complexidade e de diferenciação.

Em síntese, queremos enfatizar que a ocupação simultânea dos espaços na cidade era realizada, de uma forma geral, de maneira diferenciada pelos seus distintos agentes. Para além da concepção de um urbano colonial como espaço em que os diferentes conviviam lado a lado, observamos que algumas áreas eram destinadas a usos específicos mesmo diante das modestas distâncias existentes. Havia as ruas destinadas a comércios e havia ainda uma proximidade entre os edifícios da administração, sendo os usos considerados “sujos” preferencialmente postos a maiores distâncias. Quanto ao uso residencial, este se baseava em regras efetivamente diferenciadoras do espaço, inclusive com variações consideráveis nos preços praticados no “mercado imobiliário” da época como nos mostra Rios Filho (1946) e, mais recentemente, Fridman (2017).

Novamente aludindo à realidade da cidade do Rio de Janeiro, é ilustrativo o fato de que chegou-se a registrar os seguintes valores de aluguéis mensais no último quartel do século XVIII: sobrado na rua Direita, 19\$600; sobrado e loja na rua dos Ourives, 33\$800; e casa na rua da Vala, 5\$700 (RIOS FILHO, 1946, p. 312). E estes dados também são reveladores no sentido de que apontam ainda para uma diferenciação dominante na própria tipologia dos imóveis de acordo com as áreas em que se situavam. Negros, pobres ou desprestigiados da sociedade eram, assim, postos a ocuparem lugares menos atrativos do espaço urbano.

Este esboço de diferenciação do espaço corrobora, portanto, o estudo da função residencial na cidade como elemento que enfatiza uma seletividade quanto

à localização dos edifícios destinados aos diferentes segmentos sociais. Nossos estudos nos levam a pensar que, mais que a tipologia das edificações, o urbano no Brasil já apresentava, ainda no período colonial, uma paisagem marcada pela ocupação diferenciada do solo. E, por este viés, as irmandades de negros se prestam de maneira sintomática à análise sobre a gênese dos espaços internos de nossas (desde sempre) desiguais cidades.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho questionou a importância e significado do papel desempenhado pelas instituições religiosas, de uma forma geral, e pelas irmandades de negros, em específico, no processo de conformação espacial do urbano colonial brasileiro. Para tanto, tal análise buscou reunir elementos para a reflexão sobre a dinâmica interna destes espaços tomando por base o pressuposto de que pensamos ser razoável perceber certa manutenção da lógica diferenciadora dos espaços citadinos de uma forma mais geral na colônia, mesmo a despeito da diversidade que o Brasil sempre ensejou.

Assim, apontamos três importantes constatações que, sem a pretensão de esgotar a discussão a respeito, merecem ser lembrados:

1. As irmandades foram, para os leigos da cidade e da colônia, “locus” de expressão religiosa e, sobretudo, para os negros foram instrumento de reivindicações e de afirmação social. Representaram também um mecanismo pelo qual o espaço da cidade, que se estruturava internamente e iniciava sua expansão, foi ocupado de modo diferenciado pelos diversos agentes da época, como consequência das práticas sociais nela mantidas. Foram reflexo e condição da divisão social e racial existente na sociedade a ponto de permitir irmandades para brancos, negros, pardos e mulatos, que não se assimilavam.
2. O papel indutor das ordens religiosas se evidencia quando percebemos que foram os religiosos os agentes que abriram ruas, dominavam parcelas do território urbano e rural, representavam fatores de valorização das terras, direcionavam vetores de expansão da cidade na medida em que abriram caminhos às suas fazendas e mais uma série de outras determinações que exerciam como consequência de suas atribuições na lógica colonizadora.

Neste sentido, ainda ressaltamos que os religiosos, de uma forma geral, podem ser apontados como importantes impulsionadores da política de conformação do “chão” urbano na medida em que estabelecimentos sob a jurisdição ou a cargo das diversas ordens e irmandades acabaram por se transformar em distritos, bairros ou pontos de referência de nossas cidades, com significativa presença em sua toponímia até os dias atuais.

3. E por fim, a partir da distribuição geográfica dos marcos edificados na

cidade e de sua dinâmica social, podemos nos reportar ao período colonial brasileiro usando conceitos consagrados posteriormente para considerar as irmandades religiosas em questão como “agentes modeladores” do espaço urbano. Por força dos termos, podemos, pelo menos, considerá-las como agentes comprovadamente responsáveis por determinadas aglomerações e/ou adensamento, parcelas privadas do solo convertidas em arranjos territoriais e de controle que acabaram por desenhar formas sociais e espaciais estruturantes da sociedade brasileira de uma forma geral.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias de et al (Orgs.): **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, pp. 27-54.
- AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil colonial**: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: EDUSP, 1956.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Atlas da evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 1965.
- COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: CONTEXTO, 2001, 10<sup>a</sup> ed.
- FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do Rei**. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 2017, 3<sup>a</sup> ed.
- FRIDMAN, Fania. Geopolítica e produção da vida cotidiana no Rio de Janeiro colonial. In: MACHADO, D.; VASCONCELOS, E. (Orgs). **Cidade e Imaginação**. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 1996.
- FRIDMAN, Fania; MACEDO, Valter Luiz de. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. **Urbana** - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 1, p. 1-21, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978 [1936], 12<sup>a</sup> ed.
- MACEDO, Valter Luiz de. **Cidade colonial, espaço segregado**: as irmandades negras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Geociências, 1999. (Monografia em Geografia).
- MARX, Murilo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo, Nobel/EDUSP, 1991.
- PANDIÁ CALÓGERAS, João. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1972 [1942], 12<sup>a</sup> ed.
- REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EdUSP, 2000. (Coleção USPiana, Brasil 500 anos)

REIS FILHO, Nestor Goulart dos. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500-1720**. São Paulo: Livraria Pioneira/EDUSP, 1968.

RIOS FILHO, A. Morales de los. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: A Noite, 1946.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Dicionário da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaçotemporais. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], 1, posto online em 05/11/2012. Disponível em <<http://terrabrasilis.revues.org/246>>. Acesso em 25/02/2017.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil 1500/1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL/MEC, 1977 [1937], 7ª ed.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. Feitiçaria e religiosidade no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

## O VITALISMO E AS ORIGENS DA FISIOLOGIA MODERNA

### Jarbas de Mesquita Neto

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Biociências, Departamento de Zoologia - Rio de Janeiro, RJ.  
E-mail: epistemecognitio@gmail.com

**RESUMO:** O vitalismo surge a partir das dificuldades de se compreender o organismo vivo e as suas funções. Há algo “meta-mecânico”, que está além dos parâmetros mecânicos utilizados, atuais ou historicamente, que, de outro modo, poderiam explicar tais funções. O ser vivo é complexo, com diversos sistemas agindo simultaneamente e interagindo entre si, de onde surgem propriedades emergentes. Assim, o vitalismo pode ser um sinônimo para propriedades emergentes. As explicações e a teoria se tornam mais complicadas e necessitam de maior elaboração. O vitalismo complementa o mecanicismo, sendo essencial para entender o desenvolvimento histórico relacionados aos mecanismos fisiológicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fisiologia / Vitalismo / Emergência

### VITALISM AND THE ORIGINS OF MODERN PHYSIOLOGY

**ABSTRACT:** Vitalism arises from the difficulties

of understanding the living organism and its functions. There is something “meta-mechanical”- that is beyond current or historically used mechanical parameters that might otherwise explain such functions. Living beings are complex, with several systems acting simultaneously and interacting with each other, from which emergent properties emerge. Can vitalism be a synonym for emergent properties? From this point of view, the explanations and theories become more complicated and need further elaboration. Vitalism complements mechanism and is essential for understanding historical development related to physiological mechanisms.

**KEYWORDS:** Physiology / Vitalism / Emergency

O vitalismo surge a partir das dificuldades de se compreender o organismo vivo e as suas funções. Há algo “meta-mecânico” - isto é, além do mecanicismo atual ou historicamente conhecido – que é inexplicável para os parâmetros utilizados, essencialmente mecânicos, que, de outro modo, poderiam explicar tais funções. O ser vivo é complexo, com diversos sistemas agindo simultaneamente e interagindo entre si. Portanto, novas propriedades emergem, gerando complexidades e necessitando de explicações mais elaboradas.

O vitalismo é um conceito filosófico, ou podemos assumi-lo também como um conceito biológico? Muitos biólogos o consideram atualmente como um conceito filosófico, embora tenha sido essencial para o desenvolvimento do pensamento fisiológico moderno. Do ponto de vista moderno, o termo *vitalismo* pode ser substituído por *complexidade*, pois ocorre a emergência de uma nova propriedade, desconhecida para os antigos padrões de conhecimento. Isso também exige um novo padrão de pensamento e de ação. O modo atual de operar com complexidades pode ser uma nova forma de encarar o que anteriormente poderia ser considerado como vitalismo, não o considerando como puramente filosófico, mas sim um conceito imprescindível para o entendimento das biociências modernas, como no caso da fisiologia experimental.

O vitalismo está presente nas ideias sobre as funções orgânicas e nos experimentos de William Harvey, de Albrecht von Haller e do Abade Spallanzani, tendo influenciado no surgimento da Fisiologia Experimental, ou Moderna. Harvey realizou experimentações para analisar e avaliar a circulação e a embriologia de modo sistemático: utilizou silogismos, experimentos cruciais segundo a definição de Francis Bacon, *historia* (confirmação obtida através da investigação; ARISTÓTELES, 1965) e experimentação, e demonstrou as razões material, formal, causal e teleológica para a circulação. A sua teleologia tornou-se a definição clássica de finalismo nas biociências. Tal conceituação teleológica cabe a um modelo mecanicista mais geral. Mas talvez possamos falar em finalismo nas diferentes funções biológicas, inclusive no sentido microscópico. O modo “harveyano” de operar e de pensar influenciou os estudiosos do funcionamento dos organismos vivos que vieram posteriormente, e levou ao surgimento da Fisiologia Experimental, ou Moderna. Os médicos posteriores que lidaram com tal funcionamento consideravam-se fisiologistas experimentais, como Albrecht von Haller, que cunhou o termo *fisiologia experimental*, e utilizavam métodos semelhantes. Os contemporâneos de Harvey que lidavam com problemas similares consideravam-se anatomistas.

Já na introdução do seu tratado sobre o coração, de 1628, Harvey demonstra uma visão teleológica do funcionamento do corpo animal como um todo, de modo a permitir uma interpretação vitalista e real. Isso se repete em várias partes do seu tratado (HARVEY, 1629). A sua visão é científica e mecanicista, sem descartar o vitalismo. Seus experimentos, tratamentos e avaliações clínicas com visão vitalista e metafísica apresentam-se de forma factual, científica e realista. Assim, ele pretendia gerar conclusões reais, não artefatos. A sua própria metafísica procura um modelo real a partir de um instrumentalismo inicial, que se revelou real.

Os silogismos iniciais de Harvey lembram as proposições apregoadas por Francis Bacon, as quais levariam a teorias mais elaboradas e aos experimentos bem organizados, sistemáticos e sequenciais que levariam às verdades gerais se devidamente inferidas.

Ele descobriu a circulação, mas o sangue teria algo vital, ainda não detectado.

Harvey não aprofundou o estudo em circulação nesse sentido por sua postura anatômica-funcional. Para avaliar o caráter mais atômico do sangue seria necessária uma experimentação com cunho químico, como o de Haller. Mas, mesmo em Haller, a irritabilidade apresenta-se como algo vital e que dificilmente seria passível de avaliação; portanto, seria algo vital, alguma entidade microscópica, “atômica”. Essencialmente, há algo vital nos seres vivos, algo ainda desconhecido que a mecânica não conseguia descobrir. Portanto, tornou-se algo metafísico no sentido transcendental, “meta-mecânico”.

A Universidade de Leiden foi decisiva para a formação científica de Haller. Seus mestres em anatomia foram o jovem Bernard Albinus e o octogenário Frederick Ruysch; este lhe ensinou o seu método de injeção vascular de mercúrio, injetado nas últimas ramificações dos vasos. Haller, ao contrário de Ruysch, estudava o sistema vascular em relação aos órgãos e não como uma entidade por si mesma. Desse modo, Haller promoveu a Anatomia Topográfica e a um sistema arterial funcionalmente relacionado à Fisiologia de todo o corpo e em função das suas partes. A estreita ligação entre estrutura e função, considerando a sua unidade funcional, o fez interpretar a Fisiologia como uma “anatomia animada”. Haller definia *fisiologia* como

um discurso sobre aquilo em que consiste a vida, essa que é sagrada, e onde estão os seus efeitos. Denomina assim a sua economia animal, trataria dos usos destas partes e seus objetos são denominados [de] coisas conforme as leis da natureza [...]. Essa não é aquela parte que a medicina começou a adotar; ela supõe alguns conhecimentos anatômicos e algumas atenções sobre as funções das partes animais que só serão capazes de serem aperfeiçoadas na continuação dos séculos [ou seja, após alguns séculos] (DIDEROT e outros. **Encyclopedie**, Suplemento de 1777, *in* RUDOLPH, 1991, pp. 16-17).

Aqui há uma influência de Fernel, para quem a *Fisiologia* corresponderia às deduções a partir da Anatomia (funções e patologias); de Aristóteles, pela Anatomia Comparada e pelas observações e experimentos, com visão ampla e universal; de *historia*, a atenção ao funcionamento das diversas partes do animal e à experimentação geral dos antigos gregos em *Œconomia Animal* e a submissão às leis naturais; e apresenta um tipo de vitalismo (RUDOLPH, 1991). É claro que este vitalismo está embasado na experimentação, mas está um pouco além do que a experimentação permite, pois também há a necessidade de racionalizar o que está sob análise. Ele apregoava fazer uma nova Fisiologia a partir de uma boa Anatomia e de bons experimentos. Esse foi um dos princípios da Fisiologia Experimental, como Ciência no sentido moderno. Se a antiga Fisiologia e a antiga Ciência se voltavam mais para o raciocínio teórico por ser mais nobre, essa nova Ciência baseou-se fortemente na experimentação. A experimentação é o único Oráculo, é a indicação do caminho que deve ser seguido para se obter o conhecimento verdadeiro, os resultados e a maneira de trabalhar que devem ser considerados (RUDOLPH, 1991).

Haller também seguia os princípios de Bacon, os quais teriam derrubado os

vestígios da escolástica aristotélica. O experimento seria uma experiência provocada por ação reflexiva e voluntária (*experientia quæsita*); a experiência realizada por si mesma ocorreria ao acaso, mas, em havendo um objeto pesquisado (*quesita*), levaria o nome de *experiment*; apenas as séries metodicamente ordenadas de experimentos (*experiments*) permitiriam dominar a natureza (BACON. **De amentatis scientiarum**. In RUDOLPH, 1991, p. 78), pois seriam científicas por permitirem aumentar o conhecimento da natureza e, portanto, dominá-la. Observação e experimentação dominavam o trabalho de Haller, assim como o de Harvey. A fisiologia deveria explicar as forças musculares dependentes da vontade, assim como “a transmutação dos alimentos em humores vitais” que sustentariam os corpos e permitiriam a reprodução humana. E esse é um empreendimento muito grande para ser realizado por um único homem (Prefácio ao **Elementha Physiologicque Corporis Humani**. Lausanne, 1771. In RUDOLPH, 1991, p. 78). O problema não seria tanto o aristotelismo, mas a escolástica. A experimentação aristotélica realmente necessitava de um avanço, algo que o baconismo permitiu, mas a escolástica e a sua teorização extrema é que realmente impediam o desenvolvimento do conhecimento. Como o empreendimento é muito grande, a interpretação, ao menos temporariamente, pode ser vitalista.

Para Haller, escrever sobre Fisiologia é explicar os movimentos internos dos corpos animais, as forças que sustentam a vida, as mudanças de humores. Estas considerações remetem à nova Fisiologia, mesmo que ele considere ainda os humores, como Galeno e os antigos gregos. Tal visão permitiria apresentar uma ligação para com a Química, mais moderna e um aprofundamento em Física. Esta nova visão é reforçada pela consideração que Haller faz sobre a necessidade do conhecimento de Física, principalmente a Hidráulica, na nova Fisiologia. Esta nova visão, misto de Anatomia, Mecânica e Experimentação realmente originou a nova Fisiologia Experimental, com questões provenientes principalmente da antiga Anatomia, que era experimental, e da Fisiologia, como uma Filosofia Natural, baseada em Anatomia Animada (HALLER, 1760; RUDOLPH, 1991). Ele considerava igualmente importante a teorização e a Filosofia, ao contrário da consideração de Rudolph (1991). Esse é um caminho inicialmente ferneliano e culmina na Fisiologia Moderna como uma síntese de visões e modos de trabalhar: a anatomização lidaria com o *quê* e com o *como* com as descobertas e com os experimentos; o fisiologista entraria com o *porquê* e com as causas. O tratamento experimental é uma procura pelo real e pela verdade, não pela teoria pura e simples. O mundo é complexo, embora a procura seja de forma reducionista.

A Química em Haller é um tipo de Anatomia. Quando se aplicam esses métodos e se reduzem os sólidos a partículas, tais como sais, óleos e água, ela informa as propriedades do sangue, da urina, dos ácidos graxos e dos demais produtos orgânicos como se fosse uma dissecação anatômica mais profunda. A Fisiologia é uma descrição dos movimentos da máquina animada, e todos esses movimentos de partículas seguem as leis da Física – Hidráulica, Mecânica, Hidrostática – e,

portanto, devem ser incluídos na Fisiologia. Tal transferência de pensamento deve ser harmônica com a máquina viva. Por exemplo, um líquido que escoar por um tubo rígido nada ganha, mas, quando o sangue flui pelas artérias, a sua velocidade é alterada devido às mudanças no seu calibre (Prefácio, p. vi, *in* RUDOLPH, 1991, pp. 79-80). Portanto, o corpo vivo segue além dos mecanismos inertes conhecidos na época.

O abade e professor italiano de Filosofia Lazzaro Spallanzani preocupou-se com a vida microscópica, assim como com o funcionamento e com a geração dos corpos dos organismos multicelulares. Ele observa os seres vivos microscópicos, descreve a sua aparência e o seu comportamento e os coloca como formadores dos seres multicelulares. Spallanzani considera que podemos e devemos nos aproximar dos extremos como um único contínuo da matéria e do conhecimento – a pequenez e o afastamento – através do microscópio e do telescópio. Ambas são formas extremas de um mesmo contínuo, sendo que o microscópio desvenda as partes que compõem os corpos. E é na “organização delicada dos seres vivos” que ele segue Leeuwenhock. O universo microscópico é real: ele está diante de nós e o manuseamos. O microscópio é um instrumento sério para que um observador atento e inteligente avalie a natureza. E o corpo dos seres maiores, como os humanos, demonstrariam esse continuísmo: o corpo é um tipo de conjunto destes corpos unicelulares (SPALLANZANI, 1769; 1989).

Observações simples baseadas em intervenções também simples demonstram a existência e a forma dos seres microscópicos. Por exemplo, a água com infusão de pimenta apresenta, após alguns dias, “animais ou outros organismos” que formam uma “franja” ou “infinidade de pés, com fígados longos em forma de cauda”, cujo comprimento real é aquele do “diâmetro de um cabelo”. A água apresenta uma capacidade vitalizante. Quanto maior o potencial nutricional da água, mais seres aparecem. E é isto que leva aos seres multicelulares (SPALLANZANI, 1769; 1989).

Os estames de flores, antes considerados como apresentando excrescências, apresentam na realidade figuras regulares, o que, por si só, indica alguma função específica e importante, diferente daquela imaginada anteriormente. Portanto, o microscópio demanda a criação de uma representação do mundo muito diferente daquela imaginada anteriormente. A semente e a bolota agora são reconhecidas como propagadoras de árvores, cada uma com a essência para criar um novo adulto, com a mesma forma da essência interna. Essa essência poderia converter-se em diversas mudas da espécie e gerar uma floresta inteira – uma conjectura um tanto apressada. A ideia, então, era que seria possível visualizar a planta inteira dentro da semente. O mesmo poderia ocorrer com o espermatozoide (SPALLANZANI, 1769).

Um macho de merluza conteria um número de merluzas vivas maior do que o número de pessoas de um país, como a Holanda. Aqui, o autor considera que cada espermatozoide seja um animal inteiro já pronto. Porém não podemos julgar uma população mundial por um único indivíduo ou país. Surgem, então, questões sobre

estatística e sobre a pré-formação de embriões dada a quantidade de espermatozoides com “embriões” pré-formados. Haveria uma transição destes seres entre vegetais e animais. Um dos tipos pode se transformar em outro e depois retornar ao estado original. Estas mudanças são perceptíveis sob microscopia “solar” (SPALLANZANI, 1769). Spallanzani realizou experimentos com sapos, provocando a fecundação dos óvulos pelos espermatozoides, que agiriam como mônadas equivalentes aos seres unicelulares de vida livre. Dessa forma, demonstrou que, na realidade, os fetos eram pré-formados nos óvulos, mas que necessitavam da fecundação para crescerem (SPALLANZANI, 1769; 1989). Haveria, então, um princípio essencial, vital à vida.

Albrecht von Haller e o Abade Spallanzani utilizaram os experimentos seriados para as suas análises, respectivamente em irritabilidade e em reprodução. Spallanzani e Haller eram tão mecanicistas quanto Harvey. Porém Spallanzani relacionava-se mais a uma metafísica transcendental: era uma época em que o mecanicismo já não permitia maiores análises ou conclusões. O vitalismo destes três cientistas revelava-se individualmente diferenciado, demonstrando a existência de diferentes escolas de pensamento. Sua postura diferenciava-se da visão clássica da Escola de Montpellier, que considera o vitalismo como opondo-se ao mecanicismo.

A observação e a experimentação normalmente recaem no reducionismo. Assim, há a dificuldade para realmente entendermos a complexidade – e, portanto, o vitalismo. A teoria pode preceder a experimentação, assim como a experimentação pode preceder a teoria. É importante haver uma interseção entre teoria e observação de qualidade. Algumas teorias não têm respaldo no mundo real, enquanto falta a alguns fenômenos experimentais uma teoria (HACKING, 2008). No contexto do vitalismo, há a teorização de algo vital que permite haver vida e funções orgânicas. Porém há a dificuldade do respaldo mecânico ou químico para explicar os fenômenos. O vitalismo não é, necessariamente, contra o mecanicismo. Ao contrário: ele o complementa, e ambos são essenciais para o entendimento da vida.

Ao avaliarmos a fisiologia como Ciência é necessário verificar se ela é respaldada pela realidade e pela verdade. A Ciência Moderna utiliza a experimentação como base para isso. Mas há a necessidade de reavaliarmos o reducionismo sob o ponto de vista sistêmico e com o uso da razão. Há experimentos, há teorização e há elementos metafísicos como aqueles que terminam no vitalismo.

Hoje podemos interpretar que há algo vital nos seres vivos como propriedades emergentes: os aspectos vitais são processos essencialmente químicos e físicos, e estas propriedades refletem-se de forma emergente, base para a complexidade dos seres vivos. Esse seria o vitalismo atual. Portanto, o vitalismo não é meramente filosófico, mas sim algo experimental, emergente e complexo. A visão reducionista aqui é meramente um artefato inicial para análises na procura por fatos, mas que necessita melhorias. Assim como é necessário considerar a racionalização e a teorização, desde que respaldados pelas análises factuais.

## VITALISM AND THE ORIGINS OF MODERN PHYSIOLOGY

Vitalism arises from the difficulties of understanding the living organism and its functions. There is something “meta-mechanical” — that is, beyond current or historically known mechanism — that is inexplicable for the essentially mechanical parameters used that might otherwise explain such functions. The living being is complex, with several systems acting simultaneously and interacting with each other. Therefore, new properties emerge, generating complexities and requiring explanations even more elaborate.

Is vitalism a philosophical concept, or can we also assume it as a biological concept? Many biologists now regard it as a philosophical concept, but it was essential to the development of modern physiological thinking. From the modern point of view, the term complexity, the emergence of a new property unknown to the old patterns of knowledge, can replace vitalism. Thus, a new pattern of thought and action is required. The current mode of operating with complexities may be a new way of looking at what previously would be considered as vitalism, not considering it as purely philosophical, but as an indispensable concept for understanding modern biosciences, as in the case of experimental physiology.

Vitalism is present in the ideas on organic functions and in the experiments of William Harvey, Albrecht von Haller and Abbot Spallanzani, and has influenced the emergence of Experimental or Modern Physiology. Harvey conducted experiments to systematically analyse and evaluate circulation and embryology: he used syllogisms, crucial experiments according to Bacon’s definition, *historia* (information obtained through investigation) and experimentation, demonstrated the material, formal, causal, and teleological reasons in the circulation of blood. His teleology became the classic definition of bioscience finalism. Such a teleological conceptualization belongs to a more general mechanistic model. Perhaps we can use the same concept in different biological functions, including in the microscopic sense. The “Harveyan” way of operating and thinking influenced later scholars of the functioning of living organisms, and led to the emergence of Experimental or Modern Physiology. Later physicians who dealt with such functioning considered themselves as experimental physiologists, such as Albrecht von Haller, who coined the term experimental physiology, and used similar methods. Harvey’s contemporaries dealing with similar problems considered themselves anatomists.

Previously in the introduction of his treatise on the heart, of 1628, Harvey demonstrates a teleological vision of the functioning of the animal body in order to allow a vitalistic and real interpretation - to some extent repeated in various parts of his treatise (HARVEY, 1629). His view is scientific and mechanistic, without dismissing vitalism. His experiments and treatments or clinical evaluations with vitalistic and metaphysical views are presented in a factually, scientifically and realistically way. Thus, he intended to draw real conclusions, not artefacts. His own metaphysics in his

search for a real model from an early instrumentalism turned out to be real.

Harvey's early syllogisms resemble the propositions touted by Francis Bacon, which would lead to theories and well-organized, systematic, sequential experiments even more elaborate that would lead to general truths if properly inferred.

He discovered circulation, but the blood would have something vital, undetected. Harvey did not deepen the study in circulation in this regard for his anatomical-functional posture. To assess the atomic character of blood would require experimentation with a chemical imprint such as Haller's approach. But even in Haller, irritability presents itself as vital and hardly evaluable; therefore, it would be something vital, some microscopic, "atomic" entity. Essentially, there is something vital in living things, something still unknown that mechanics could not figure out. Therefore, it has become something metaphysical in a transcendental sense, "meta-mechanical".

The University of Leiden was decisive for Haller's scientific training. His masters in anatomy were young Bernard Albinus and octogenarian Frederick Ruysch; he taught him his method of mercury vascular injection, injected into the last branches of the vessels. Haller, unlike Ruysch, studied the vascular system in relation to the organs and not as an entity in itself. Thus, Haller promoted Topographic Anatomy and an arterial system functionally related to the physiology of the whole body and its parts. The close connection between structure and function, considering its functional unity, made him interpret physiology as an "animated anatomy". Haller defined *physiology* as:

a discourse on what life consists of, what is sacred, and where its effects are. It denominates thus its animal economy, it would deal with the uses of these parts and their objects are denominated [of] things according to the laws of the nature [...]. This is not the part medicine has begun to adopt; it presupposes some anatomical knowledge and some attention to the functions of animal parts which will only be able to be perfected over the centuries [ie, after a few centuries] (DIDEROT *et al.* **Encyclopedie**, Supplement 1777, in RUDOLPH, 1991, pp. 16-17).

Here there is a Fernel influence, to whom Physiology would correspond to the deductions from Anatomy (functions and pathologies). Beside Aristotle's influence, by Comparative Anatomy and by observations and experiments, with broad and universal view. In addition, an influence from *historia*, attention to the functioning of the various parts of the animal and the general experimentation of the ancient Greeks on Animal Economics and submission to natural laws; and presents a kind of vitalism (RUDOLPH 1991: 17). Of course, this is a vitalism based on experimentation, but rationality permitted reaching beyond pure experimentation. There is a need to rationalize what is under analysis. He proclaimed to make a new physiology out of good anatomy and good experiments. This is one of the principles of Experimental Physiology, as Science in the modern sense. If ancient physiology and ancient science turned more to theoretical reasoning because it was nobler, this new science relied heavily on experimentation. Experimentation is the only Oracle; it indicates the path that shall attend to obtain the true knowledge - the result - and the way of working that

shall be contemplate (RUDOLPH, 1991, p. 17).

Haller also followed Francis Bacon's principles, which would have overthrown the vestiges of Aristotelian scholasticism. The experiment would be an experience provoked by reflexive and voluntary action (*experientia quæsita*); the experiment itself would occur at random, but if there was one object researched (question) it would be called experiment. Only the methodically ordered series of experiments would allow nature to be mastered (Bacon. **De Inceasatis Scientiarum**. In RUDOLPH, 1991, p. 78). Observation and experimentation dominated Haller's work (as did Harvey's). Physiology should explain will-dependent muscle forces, as well as "the transmutation of food into vital moods" that would support bodies and allow human reproduction. And this is too big an enterprise to be undertaken by a single man (Preface to the **Elementha Physiologique Corporis Humani**. Lausanne, 1771. In RUDOLPH, 1991, p. 78). The problem would be not so much Aristotelianism as scholasticism. Aristotelian experimentation really needed some advancement, something that Baconism allowed, but scholasticism and its extreme theorizing really prevented the development of knowledge. Yet, given the endeavour is large, the interpretation, at least temporarily, can be vitalistic.

For Haller, writing about physiology is to explain the internal movements of animal bodies, the forces that sustain life, the changes in humours. These considerations refer to the new physiology, even though he still considers the humours, like Galen and the ancient Greeks. Such a view would make it possible to present a connection with the more modern chemistry and a deepening in physics. Haller's consideration about the need for knowledge of Physics, especially Hydraulics, in the new Physiology, reinforces this new view. This new, mixed view of Anatomy, Mechanics, and Experimentation actually originated the new Experimental Physiology, with questions coming mainly from the old experimental Anatomy and Physiology as a Natural Philosophy based on Animated Anatomy (HALLER, 1760; RUDOLPH, 1991). He considered equally important theorizing and philosophy, contrary to Rudolph's (1991) consideration. This is an initially Fernelian path and culminates in Modern Physiology as a synthesis of views and ways of working: anatomization would deal with *what* and *how*, with discoveries and experiments; the physiologist would come in with the *why* and the causes. Experimental treatment is a search for reality and truth, not pure and simple theory. The world is complex, although the scientific demand is reductionist.

Chemistry in Haller is a kind of anatomy. When these methods are applied - and solids are reduced to particles such as salts, oils and water - it informs the properties of blood, urine, fatty acids and other organics as if it were a deeper anatomical dissection. Physiology is a description of the motions of the animated machine, and all of these particle motions follow the laws of physics - hydraulics, mechanics, and hydrostatics - and therefore must be included in physiology. Such a transfer of thought must be in harmony with the living machine. For example, a fluid that flows through a rigid tube gains nothing, but when blood flows through the arteries, its velocity

changes due to changes in its calibre (Preface, p. Vi, *in* RUDOLPH, 1991). Therefore, the living body goes beyond the inert mechanisms known at the time.

Italian Abbot and Professor of Philosophy Lazzaro Spallanzani was concerned with microscopic life, as well as with the functioning and generation of the bodies of multicellular organisms. Spallanzani observes microscopic living beings, describes their appearance and behaviour, and places them as shapers of multicellular beings. He considers that we can and should approach extremes as a single continuum of matter and knowledge - smallness up to remoteness - through the microscope and telescope. Both are extreme forms of the same continuum, and the microscope unveils the parts that make up the bodies. It is in the “delicate organization of living things” that he follows Leeuwenhock. The microscopic universe is real: it is before us and we are handling it. The microscope is a serious instrument for an alert and intelligent observer to evaluate nature. The bodies of larger beings, like humans, would demonstrate this continuity: the body is a type of set of these unicellular bodies (SPALLANZANI, 1769; 1989).

Simple observations based on simple interventions also demonstrate the existence and shape of microscopic beings. For example, pepper-infused water has, after a few days, “animals or other organisms” that form a “fringe” or “infinity of feet with long tail-shaped livers” whose actual length is that of “diameter of a hair”. Water has a vitalizing capacity. The greater the nutritional potential of water, the more beings appear. This is what leads to multicellular beings (SPALLANZANI, 1769; 1989).

The flower stamens, previously considered to be excrescent, actually have regular figures, which, by themselves, indicate some specific and important function, different from that previously imagined. Therefore, the microscope demands the creation of a very different representation of the world from that previously imagined. We recognize now that the seed and acorn as tree propagators, each with the essence to create a new adult, in the same form as the inner essence. This essence could become several seedlings of the species and generate an entire forest - a rather hasty conjecture. The idea, then, was that it would be possible to visualize the entire plant within the seed. The same thing could happen with sperm (SPALLANZANI, 1769).

A male hake would contain more living hake than the number of people in a country such as the Netherlands. Here, the author assumes that each sperm is an entire ready-made animal. Nevertheless, we cannot judge a world population by a single individual or country. Then comes the statistical question and another one about performing embryos given the amount of sperm with preformed “embryos”. There would be a transition of these beings between plants and animals. One type can become another and then return to its original state. These changes are noticeable under “solar” microscopy (SPALLANZANI, 1769). Spallanzani performed experiments with frogs, causing the eggs to fertilize by sperm, which would act as monads equivalent to unicellular beings of free life. Thus, it demonstrated that, in

fact, fetuses were previously formed in the eggs, but needed fertilization to grow (SPALLANZANI, 1769; 1989). There would then be an essential principle, vital to life.

Observation and experimentation usually fall on reductionism. Thus, there is a real difficulty to understand complexity - and therefore vitalism. Theory may precede experimentation, just as experimentation may precede theory. It is important to have an intersection between theory and quality observation. The real world do not upkeep some theories, while some experimental phenomena lack a theory (HACKING, 2008). In the context of vitalism, there is the theorizing of something vital that allows life and organic functions. Nevertheless, there is the difficulty of mechanical or chemical backing to explain the phenomena. Vitalism is not necessarily against mechanism. On the contrary, one complements the other, and both are essential for understanding life.

Albrecht von Haller and Abbot Spallanzani used the serial experiments for their analyses, respectively on irritability and reproduction. Spallanzani and Haller were as mechanistic as Harvey was. Nevertheless, Spallanzani relates as a transcendental metaphysics: it was a time when mechanism no longer allowed further analysis or conclusions. The three scientists showed individually differentiated vitalism, demonstrating the existence of different schools of thought. His stance differed from the classical view of the Montpellier School, which considers vitalism as opposed to mechanism.

In evaluating physiology as science, it is necessary to verify whether reality and truth do give support to the conclusions. Modern science uses experimentation as the basis for this. However, there is a need to re-evaluate reductionism from the systemic point of view and the use of reason. There are experiments, there are theorizing, and there are metaphysical elements like those that end in vitalism.

Today we can interpret that there is something vital in living beings as emergent properties: the vital aspects are essentially chemical and physical processes, and these properties reflect an emerging way, the basis for the complexity of living beings. That would be today's vitalism. Therefore, vitalism is not merely philosophical, but rather experimental, emergent and complex. The reductionist view here is merely an initial artefact for analysis in the search for facts, but it needs improvement, besides considering rationalization and theorization, supported by factual analysis them.

## REFERÊNCIAS

ARISTOTELES. **History of Animals**. Cambridge e Londres. Harvard University Press. 1965.

HACKING, IAN. **Representing and Intervening. Introductory topics in the philosophy of natural science**. Edição Internacional. Cambridge University Press. 2008.

HALLER, ALBRECHT VON. **Mémoires sur les Parties Sensibles et Irritables du corps Animal. Tome Quatrième. Contenant les Responses faites a Differentes Objections**. Paris. 1760.

HARVEY, WILLIAM. **An Anatomical Disquisition on the Motion of the Heart and Blood in Animals.** Edição Internacional. Encyclopædia Britannica, Inc. [1952] 1628.

RUDOLPH, GERHARD. La méthode hallérienne en physiologie. **Dix-Hitième Siècle** 23: 75 – 84. 1991.

SPALLANZANI, LAZZARO. **Nouvelles Recherches sur les Decouvertes Microscopiques et la Génération des Corps Organisés, Ouvrage tradute de l'Italien de M. L'Abbé Spallanzani, Professeur de Philosophie à Modène. Et dédié à son altesse, Monseigneur le Prince de Marsan, par M. L'Abbé Regley, Aumônier de son Altesse avec des Notes, des Recherches Physiques et Metaphysiques sur la Nature et la Religion, & une nouvelle théorie de la Terre. Par M. De Needham, Membre de la Societé Royale des Sciences & de celle des Antiquaires de Londres, & correspondant de l' Académie des Sciences de Paris.** Premier Partie. A Londres e a Paris. Chez Lacombe, Librairie, rue Christine, prés la Rue Dauphine. 1769.

SPALLANZANI, LAZZARO. **Expériences pour servir a L' Histoire de la Génération des Animaux et des Plantes ; par M. L'Abbé Spallanzani, Professeur d'Histoire Naturelle dans l'Université de Pavie & Membre de diverses Académies. Avec une Ébauche de L'Histoire des Etres Organisés avant leur fécondation ; par Jean Senebier, Ministre du Saint-Evangile & Bibliothécaire de la République de Genève.** A Geneve, chez Barthelemi Chirol, Libraire. 1785.

WILLIS, R. & GUYTON, A.C. **The Works of William Harvey.** Classics in Medicine and Biology Series. Filadélfia. University of Pennsylvania Press.1989.

## RECOLHIMENTO DOS POBRES DO PÃO DO SANTO ANTÔNIO: POBREZA E ASSISTÊNCIA EM DIAMANTINA, 1901-1910

**Paula Afonso de Oliveira**

**RESUMO:** Este trabalho é sobre o tema pobreza e assistência. Ele foi realizado com base em pesquisa para a instituição Recolhimento dos pobres do Pão do Santo Antônio, da cidade de Diamantina, para o período de 1901-1910. O objetivo é compreender a organização da instituição nos aspectos da aquisição de recursos para sua estruturação e seu funcionamento, nos aspectos da assistência e dos segmentos atendidos. Foi realizada pesquisa bibliográfica e pesquisa documental em acervos do Museu Tipografia Pão do Santo Antônio para o desenvolvimento do trabalho proposto.

**PALAVRAS-CHAVE:** pobreza e assistência – filantropia – instituições – Minas Gerais

GATHERING OF THE POOR OF ST.  
ANTHONY'S BREAD: POVERTY AND  
ASSISTANCE IN DIAMANTINA, 1901-1910

**ABSTRACT:** This paper is about poverty and assistance. It was conducted based on research to Recollection of the Poor of the Santo Antônio Bread, in the city of Diamantina, to the period 1901-1910. The goal is to understand the organization of the institution in the aspects the

acquisition of resources for its structuring and its functioning, in the aspects of the assistance and the segments served. Bibliographic research and documentary research were performed in collections of the Pão do Santo Antônio Typography Museum for the development of the work proposed.

**KEYWORDS:** philanthropy - institutions - poverty and assistance – Minas Gerais

### INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é sobre pobreza e assistência no início do século XX. Aborda-se a instituição Recolhimento dos pobres do Pão do Santo Antônio, da cidade de Diamantina, em 1901-1910. O recorte temporal se refere à primeira década de existência da instituição. O objetivo é compreender a organização da instituição nos aspectos da aquisição de recursos para sua estruturação e seu funcionamento, nos aspectos da assistência e dos segmentos atendidos.

Em estudo sobre pobreza e formas de assistência pública e privada em Minas Gerais (1889 - 1920), Braga afirma que para Minas Gerais e para o Brasil os socorros à pobreza, primeiramente, foram prestados por irmandades e congregações religiosas. Para

Minas Gerais, no século XIX, as instituições contavam com subsídio do Estado para promover assistência aos desvalidos. Já em fins do século, com a conjuntura nacional de abolição do trabalho escravo e a decorrência de contingente de escravos libertos e desvalidos, essas instituições se responsabilizaram pelo auxílio aos pobres, aos órfãos, aos mendigos, às viúvas, inválidos e doentes. Para Minas Gerais, constata-se a existência de enorme contingente de escravos à época da abolição, concentrado na região sul, zona da mata e região das vertentes. Em um mapeamento das instituições públicas e privadas de assistência de Minas Gerais, as instituições de socorro aos pobres se encontravam em maior número nas mesmas regiões nas quais o número de escravos também era maior, à época da abolição da escravidão (Braga, 2015:3; 2016:72-73).

Para Minas Gerais, surgiram instituições destinadas aos cuidados de crianças abandonadas, idosos e loucos. Assim, orfanatos, asilos e hospícios eram associações destinadas a socorrer os necessitados. Na história da assistência no Brasil e em Minas Gerais, Braga afirma que a assistência era de caráter público e também promovida por iniciativa de particulares diante da pauperização de segmentos sociais (Braga, 2016:72-73).

Braga constata que havia uma extensa rede assistencial mineira e com concentração de instituições em determinadas regiões. Ela realizou o mapeamento das instituições de caridade com base em um questionário anexo à circular de 1923, da Secretaria de Saúde e Assistência Pública de Minas Gerais. De acordo com o retorno dos municípios com o questionário, chegou-se a 195 instituições de caridade em Minas Gerais. Para Diamantina, constam sete instituições, incluindo o Recolhimento dos Pobres do Pão de Santo Antônio. As outras eram: Santa Casa de Misericórdia (Hospital de Santa Isabel), Hospital de Nossa Senhora da Saúde, Asilo de Órfãs, Protetora da Infância, Conferência da Imaculada Conceição da Sociedade de São Vicente de Paulo e Orfanato de Santo Antônio (Braga, 2015: 5-6).

Assim, este trabalho se insere no tema da pobreza e da assistência, visando contribuir com a compreensão desse campo de estudo para Diamantina, na instituição Recolhimento dos pobres do Pão do Santo Antônio, início do século XX.

Tem termos de fontes e métodos, o trabalho teve por base a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental no acervo do Museu Tipografia Pão de Santo Antônio. A bibliografia foi usada para compreensão do tema e para a instrução na análise das fontes históricas. A pesquisa documental foi possível com base nos documentos disponibilizados pela atual diretoria da Associação do Pão do Santo Antônio.

Na realização da pesquisa, verificou-se que poucos documentos estão disponíveis referentes à primeira década de existência da instituição. Assim, foi possível consultar balancetes financeiros, estatuto e exemplares do jornal do Pão do Santo Antônio. Os balancetes financeiros da instituição que foram consultados são referentes aos anos de 1902 a 1905. Para o período posterior e até 1910, não há informação sobre essa documentação.

## RECOLHIMENTO DOS POBRES DO PÃO SANTO DO ANTÔNIO: A INSTITUIÇÃO

A instituição Recolhimento dos Pobres do Pão de Santo Antônio de Diamantina foi fundada em 1901, por iniciativa de José Augusto Neves, conhecido como Zezé Neves, professor e jornalista, que se dedicou ao auxílio dos pobres e desvalidos. A construção do prédio foi em terreno doado pela prefeitura e foram arrecadadas doações para a respectiva construção, cuja inauguração foi em 1902.

Soter Couto, em *Vultos e fatos de Diamantina* (1954) menciona sobre a construção da obra do Recolhimento dos pobres, assim como a atuação de trabalhadores, pedreiros e carpinteiros:

“Os operários que iniciaram os serviços foram os carpinteiros Felicíssimo Cesário dos Santos junto com seus filhos, e pedreiros Felisberto Bacelar também com seus filhos: coincidência interessante que reuniu tanta felicidade nos nomes dos primeiros obreiros.” (Couto, 2002.).

José Augusto Neves, em esboço de obra sobre o centenário de Diamantina, traz várias informações sobre a instituição e sua inauguração. Uma importante informação é sobre os segmentos a serem assistidos: velhos pobres, deficientes e desamparados em geral. Sobre a inauguração, ele informa sobre a instalação de cruzeiro de madeira em frente à primeira casa construída, de um complexo de capela e várias casas, construídas posteriormente. Ele informa também sobre os nomes de todos presentes na solenidade e sobre os nomes das primeiras pessoas pobres abrigadas na instituição.

“(…) inaugurou-se, solenemente o primeiro pavilhão do Recolhimento do Pobres do Pão do Santo Antônio, abrigo dos pobres velhinhos, cegos e aleijados desamparados. Na cerimônia da bênção oficiou o Revmo. Padre Porphyrio Fernandes de Azevedo, acolitado pelo Revmo. Padre Manoel Roque Martins Penna, ambos saudosa memória. Da acta lavrada naquele dia, consta o levantamento do cruzeiro de madeira, que existe, em frente ao primeiro pavilhão oferecido pelo saudoso Je. Cel. José.” (Esboço de livro sobre o centenário de Diamantina de José Augusto Neves, s/d).

Quanto à escolha de Santo Antônio para dar nome à instituição, o depoimento de Zumiro Ribas esclarece:

“Depois de um inverno rigoroso com diversas mortes em Diamantina, Zezé Neves percebeu que era necessária a existência de um abrigo para idosos na cidade, então fundou um abrigo, e uma capela. Porém, não havia um santo para devoção. Aproximadamente 2 anos depois, o bispo da cidade reuniu as irmandades das diversas igrejas de Diamantina e nessa reunião foi decidido que as igrejas careciam de imagens de santos, e ali foi feita uma lista com os nomes dos santos que cada irmandade precisava. A arquidiocese encomendou as imagens no Grande Empório do Norte. Mas na chegada destas, descobriu-se que uma imagem havia vindo por engano, justamente a de Santo Antônio. Nenhuma irmandade levou-a. Algum tempo depois, Zezé, ao passar em frente ao Empório foi chamado pelo sr. Motta que lhe ofereceu a imagem. Como a capela não estava consagrada para nenhum santo, passou a ter Santo Antônio como padroeiro.” (depoimento de Zumiro Ribas, s/d)

A imagem é de Santo Antônio segurando pequenos pães, que está associada ao

milagre da multiplicação de pães. Assim, com a imagem de Santo Antônio segurando pães, a instituição recebeu o nome de Recolhimento dos pobres do Pão do Santo Antônio. A instituição, em seu princípio, teve o propósito de amparar os idosos e pobres, para que estes pudessem ter alimento, cuidados, moradia. Desde o início, seu funcionamento foi possível com doações. No estatuto de 1903 dessa instituição, estão explicitados os ordenamentos, organização, e estrutura administrativa. José Augusto Neves era quem procurava por doadores, que posteriormente tornavam-se sócios. Ele possuía uma rede de relações com amigos influentes e com pessoas de alto poder aquisitivo.

Já 1906, José Neves criou o Jornal Pão do Santo Antônio, de caráter filantrópico, como uma fonte de renda para essa instituição. O Jornal Pão de Santo Antônio, em 1936, passou a ser denominado de Voz de Diamantina. Essa atividade jornalística contou com infraestrutura própria através da instalação de uma oficina tipográfica, que esteve ativa até 1990.

Atualmente, essa instituição é denominada de Associação do Pão de Santo Antônio e atende a idosos, caracterizada como um antigo e tradicional asilo. Ela é entidade filantrópica de reconhecimento municipal e estadual, sob a tutela da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Sua diretoria é formada por voluntários da sociedade local e seu funcionamento é garantido através de doações em dinheiro ou espécie. Por ocasião das comemorações do centenário de fundação da instituição, o Voz de Diamantina é relançado em 2001, sob a iniciativa de seu atual redator, Sr. Joaquim Ribeiro Barbosa e permanece com o propósito de auferir renda para a instituição.

Em 2015, foi fundado o Museu Tipografia Pão de Santo Antônio, resultante do projeto Memória do Pão de Santo Antônio, que teve o objetivo de preservar, restaurar e divulgar o acervo documental e museológico da prática jornalística e tipográfica da instituição, no período de 1906 a 1990<sup>1</sup>.

Conforme estatuto do Recolhimento dos Pobres de 1903, somente membros do clero poderiam ser diretores desta instituição, embora ela não pertencesse à igreja católica, pois era de caráter privado. Em reunião da diretoria do Recolhimento dos pobres do Pão do Santo Antônio, em 1906, votou-se pela distinção dos sócios, onde foram escolhidas cores para os seus respectivos distintivos. Para a distribuição das cores, foram definidas o uso de fitas nos distintivos: para os sócios fundadores, fita marrom para sócios remidos, fita verde, para os sócios beneméritos, fita branca, para os sócios honorários, fita azul, para os sócios efetivos, fita vermelha. Os membros da diretoria também usariam a cor marrom, pois foi estabelecido que os distintivos deveriam ser usados de forma obrigatória em todas as comissões que se fosse representar o Recolhimento dos Pobres do Pão do Santo Antônio<sup>2</sup>. Na citação abaixo, trecho do jornal do Pão Santo Antônio sobre o assunto:

---

1. Informações sobre o projeto e sobre o museu estão disponíveis em: < <http://www.museutipografia.com.br/>>

2. PÃO DO SANTO ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 1, n. 2, 6 de novembro 1906,

“ Distintivos e Diplomas:

Acham-se em poder do sr. Presidente as medalhas cruces de Santo Antônio e os diplomas dos sócios, para distribuição mediante, porém. O óbulo de 1\$000 em benefício da instituição.”<sup>3</sup>

Mais que um meio de distinção hierárquico entre os sócios e a sociedade daquela época, o seu uso era representativo dos interesses da associação, por isto era de caráter obrigatório. Foi estabelecido o valor que os sócios deveriam pagar para continuar como associado e que estes deveriam pagar pela confecção do seu distintivo.

Em edição de Junho de 1907 do jornal Pão do Santo Antônio, foram divulgados dados sobre a reunião da diretoria e informado sobre novos sócios. Os sócios se tornavam efetivos somente após o pagamento das taxas e de pagar as joias. Depois disso, os sócios recebiam os seus diplomas feitos pela instituição<sup>4</sup>.

As decisões da diretoria, informações doações e sobre as reuniões dos associados eram divulgadas no Jornal Pão do Santo Antônio. Divulgava-se também sobre assuntos do expediente interno da associação como o recolhimento de pobres, idosos e o auxílio à mães e viúvas e sobre ações de caridade de terceiros. Na edição do jornal do mês de março de 1907, observa-se a prática caridosa através de um anúncio do médico Dr. Teles, com consultas gratuitas aos pobres.

O falecimento de um sócio era também assunto para matéria do jornal, quando a instituição tornava pública suas condolências. Os sócios deveriam comparecer à cerimônia fúnebre, usando os seus distintivos. Foi o caso do sócio José da Silva Machado, que teve em seu enterro a presença de 8 sócios, escolhidos para representar e prestar condolências à família do falecido<sup>5</sup>.

Na edição de 13 de Junho de 1907, foi divulgada sobre a comemoração do aniversário de Santo Antônio. Cita-se que houve a comunhão de fiéis, com festividades comemorativas em todas as ordens da Pia União do Pão de Santo Antônio que se espalharam pelo mundo. No caso de Diamantina, foi realizada uma missa em louvor ao Santo Antônio na capela local de Diamantina no horário das seis as sete da manhã. O importante nesta edição é o fato da divulgação de que a ordem do Pão do Santo Antônio se espalhou e se torna conhecida em outros lugares.

A administração de outras instituições, com o caráter de prestar assistência, como essa de Diamantina, também publicavam balancete geral do que foi recolhido em doações, por intermédio dos folhetins. Era o caso da Pia União da cidade de Porto Seguro. Sua publicação mensal era semelhante ao jornal do Pão do Santo Antônio de Diamantina<sup>6</sup>. Publicava-se passagens da Bíblia, mandamentos de ordem moral, orações com intenções, como por exemplo, oração para achar objetos

---

3. PÃO DE S. ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de S. Antonio, ano 1, n. 2, 6 novembro 1906, 4p.

4. PÃO DE S. ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 1, n. 9, 13 junho 1907, 4p.

5. PÃO DE S. ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 1, n. 9, 13 junho 1907, 4p.

6. Jornal da Pia União do Pão do Santo Antônio de Porto Seguro - balancete, 1903.

perdidos. Era publicado também os balancetes financeiros, com destaque para as doações recebidas. As publicações de balancetes serviam para que todos os seus associados e também os eventuais doadores anônimos tivessem conhecimento sobre as finanças das instituições respectivas. As instituições se constituíam em espaços para os sócios interagirem entre si e com a sociedade respectiva se assim o desejassem, pessoalmente ou por cartas. No caso de Diamantina, as principais festas religiosas de outras localidades que homenageavam Santo Antônio serviam de inspiração para a instituição e matérias eram publicadas sobre o assunto. Além do Recolhimento dos pobres, havia outras instituições locais na mesma época, com finalidade de assistência. Na edição do jornal de 6 de novembro de 1906, informa-se sobre as associações católicas beneficentes, hospitais e asilos de Diamantina, cuja lista é mais extensa do que a apresentada por Braga para o ano de 1923, referida anteriormente.

“Associações católicas beneficentes:

P. U. do Pão de Santo Antônio: Sociedade de S. Vicente de Paulo, Conselho Particular de Diamantina, Conferencia da Imaculada Conceição, Conferencia de S. José, Damas de Caridade, S. Sebastião dos Militares, Irmandade da Providência, Associação da Filhas de Maria.

HOSPITAIS: S. Casa de Caridade, Hospital de N. S. da Saúde. ASILOS: Recolhimento dos Pobres de S. Antônio, Asilo de Órfãs do Colégio de N. S. das Dores<sup>7</sup>.

É interessante registrar que, de acordo com Barros, a Associação Pão de Santo Antônio de Belo Horizonte foi fundada em 13 de junho de 1902, inspirado em sua homônima de Diamantina, uma ano depois desta. A finalidade era “auxiliar quanto possível, a pobreza, proporcionando não só os socorros corporais como espirituais” (Barros, 2009, p. 3).

## RECURSOS E MODALIDADES DE ASSISTÊNCIA

Quanto à administração do recurso financeiro de doação do Recolhimento dos Pobres, o dinheiro era repassado para as despesas de acordo com guias enumeradas e com documentos que também funcionavam da mesma maneira. De acordo com as guias e os documentos enumerados, especificava-se qual o valor recebido na forma de doação e a destinação do uso, com definição para o pobre desamparado que seria beneficiado. Os gastos com demandas de pessoas pobres que precisassem de algum auxílio financeiro aparecem também, como o pagamento de poucos meses de aluguel de uma casa para uma viúva. Algumas vezes os nomes de doadores ilustres são especificados nos registros de doações.

---

7. PÃO DE S. ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de S. Antonio, ano 1, n. 2, 6 novembro 1906, 4p.

As anotações sobre as doações recebidas eram feitas em cadernos, para serem organizadas e publicadas ao final de cada ano o balanço geral do que foi arrecadado. No ano de 1906, as doações publicadas no jornal Pão do Santo Antonio podem ser parcialmente verificadas em um exemplar do jornal que foi recuperado pelo projeto Memória do Pão de Santo Antônio, referido.

“ DONATIVOS

Aos amigos e devotos de Santo Antônio

Sr. José Cezário dos Santos, de Corregos, 1\$000 em intenção da alma do coronel Eulalio e de outros amigos; d. Modestina Falei, 2\$000; Dr Francisco Brant, 5\$000; anonymos por intermédio do conêgo Neves, 3\$500;d. Caldeira(...)da (...)Fonseca mais 2\$000 que(...).”<sup>8</sup>

S. ANTONIO DOS POBRES

A Capella de Santo Antonio dos Pobres, do < Recolhimento>, o sr. Juscelino Joaquim da Conceição, inteligente e operoso carpintero, fez o presente de uma estante de cedro para missal, trabalho de paciência e muito bem acabado. (PÃO DE S. ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de S. Antonio, ano 1, n. 2, 6 novembro 1906, 4p.)

Uma das formas de recolher doações era por meio de cofres espalhados pela cidade. As doações por meio dessa modalidade aparece na documentação nos balancetes financeiros de 1902 á 1904, assim como no jornal, que divulgava contas de receitas e despesas. Os cofres eram abertos pelos sócios em reuniões ordinárias. Em análise das edições do jornal para os anos de 1906 a 1910, o indicativo é de que os cofres continuaram espalhados pela cidade para a arrecadação de doações por parte da sociedade.

As doações à instituição configurava em práticas de caridade e de fé, de acordo com o observado nas análises de exemplares do jornal Pão do Santo Antônio, referentes as doações por intenção. Estas poderiam ser tanto em intenção à saúde de alguém por cura, quanto pelo agradecimento à realização da mesma. Doavam-se recursos pecuniários, gêneros alimentícios, objetos religiosos, materiais de construção, dentre outros. Abaixo, publicação no jornal de doações.

Sr. José Cesário dos Santos, de Corregos, 1\$000, em intenção da alma do coronel Eulálio e de outros amigos; d. Modestina Falci, 2\$000; dr. Francisco Brant, 5\$000; anônimos, por intermédio do conêgo Neves, 3\$500;”<sup>9</sup>

A edição por estar danificada justamente nesta parte representa um empecilho quanto á identificação do próximo doador. É citada a proposta da realização de uma quermesse infantil, no lugar da árvore de natal, que se realizasse no mês seguinte para beneficiar a instituição. O jornal era utilizado para pedir doações e para cobrar mensalidades atrasadas de contribuintes. Além das doações, as mensalidades

8. PÃO DE S. ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 1, n. 2, 6 novembro 1906, 4p.

9. PÃO DE S. ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 1, n. 2, 6 novembro 1906, 4p.

pagas pelos sócios juntavam-se à receita da instituição. As mensalidades recebidas eram registradas em caderno de talão, conforme consta nos registros de doações do ano de 1903.

Os balancetes anuais, elaborados pela diretoria da instituição, trazem informações sobre a quantia total de doações. Eles eram registrados nas atas das reuniões e eram também publicados no jornal Pão do Santo Antônio. Para essa verificação, foram consultados publicações digitalizadas disponíveis pelo projeto Memória do Pão de Santo Antônio.

O balancete geral do ano de 1902 apresenta a receita 1:450\$280, resultante de saldo anterior, de mensalidades, donativos, venda de produto e coleta dos cofres.

Balancete geral do ano financeiro de 1902 da "Pia União do Pão de Santo Antônio de Diamantina, dado em 31 de dezembro de 1902. Datas: 1901, 1902. Data 1901 Receita Saldo do ano anterior. Quantia 78\$000, Ano 1902 Mensalidades recebidas. Quantias 835\$000, Ano 1902 receita Donativo. Quantia 165\$540, Ano 1902 Producto de cera vendida. Quantia 4\$500, Ano 1902 Colecta dos cofres. Quantia 367\$240 1:450\$280 Rs. 1:450\$280 (Balancete geral do ano financeiro de 1902 da "Pia União do Pão de Santo Antônio de Diamantina, dado em 31 de dezembro de 1902).

A edição do boletim mensal do Pão do Santo Antônio de Novembro de 1906 publicou matéria com elogio à instituição pela prática da assistência à pobreza. De acordo com os dados dos balancetes de 1902 a 1910 para o destino das receitas, as ações de assistência que a instituição prestava era, primeiramente para os asilados recolhidos pela instituição, seguido das famílias pobres que precisassem. A assistência era de caráter material, com o fornecimento de roupas, alimentação, alimentação específica para dietéticos, aluguel de casa, medicação farmacêutica, enterro, transporte de pobres valetudinários para o asilo. Assim, para prestar a assistência aos desvalidos, a instituição tinha despesas com alimentação, pães, carne, ervas, lenha; pagamento de médico, remédios, funeral, roupas para a vestimenta, dentre outras despesas. Havia gastos específicos, com demandas eventuais de aluguel de casa, melhoramentos, reparos em moradias, obras e aquisição de terreno. A assistência era prestada aos abrigados na instituição e às famílias de pobres. Estas eram socorridas, principalmente, com pensão, farmácia e aluguel de casas (TAB. 1, 2, 3, 4, 5).

Assim, a instituição Recolhimento dos Pobres do Pão do Santo Antônio promoveu formas para sua manutenção, principalmente por meio de diversas formas doações. Recebia-se mensalidades, donativos, doações em cofres, vendia-se cera, recebia o auxílio de algum bispo, promovia-se quermesses e, eventualmente, recebia auxílio do governo do Estado. As instituições de assistência é um tema a ser estudado para melhor conhecimento da história da assistência em Minas Gerais e no Brasil. Para o Recolhimento dos Pobres do Pão do Santo Antônio, que é uma instituição centenária, está em aberto várias possibilidades de pesquisa, como suas relações com segmentos sociais necessitados, suas relações com outras instituições, suas

relações com a moral e a doutrina religiosas, a instituição, o jornal, as diretorias, bem como a possibilidade de se fazer estudos biográficos de seus agentes.

(TAB. 1.) Tipo De Assistência prestada pelo Recolhimento Dos Pobres Do Pão Do Santo Antônio dos anos de 1902 a 1910.

Tipo de Assistência	Ano									
Ano	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Fornecimento de Roupas	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	-	-
Fornecimento de alimentação e alimentação específica para dietéticos	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Local adequado para o acolhimento.	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Medicação farmacêutica - receita	-	-	-	-	-	Sim	-	Sim	Sim	-
Pensão	-	-	-	-	-	Sim	-	Sim	Sim	-
Aluguel de casa	-	-	-	-	-	Sim	-	-	-	-
Enterros de falecidos	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Transporte de pobres valetudinários para o asilo	-	-	-	-	-	-	Sim	-	-	-

Fonte: BALANCETES FINANCEIROS DO RECOLHIMENTO DOS POBRES DO PÃO DO SANTO ANTÔNIO, 1902 – 1905; JORNAIS PÃO DO SANTO ANTÔNIO, EDIÇÕES 1907 Á 1911. Acervos do Museu Tipografia do Pão de Santo Antônio.

Tipo de Público	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano
Ano	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Asilados	Não Consta	-	-	-	-	Não Consta	Sim	Sim	Sim	-
FAMÍLIAS pobres	-	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	-

(TAB. 2.) Tabela sobre o tipo de público atendido pelo Recolhimento Dos Pobres do Pão do Santo Antônio. De 1902 a 1910.

Fonte: BALANCETES FINANCEIROS DO RECOLHIMENTO DOS POBRES DO PÃO DO SANTO ANTÔNIO, DE 1902 Á 1905; JORNAIS PÃO DO SANTO ANTÔNIO – BALANCETES 1906 Á 1910 , EDIÇÕES 1907 Á 1911. Acervos do Museu Tipografia do Pão de Santo Antônio.

Tipo de Gasto	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Compra de pães(alimento – carne verde, hervas,)	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Roupas – Vestimenta	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	-	-

Pagamento de Médico	-	-	-	-	-	Não Consta	-	-	-	-
Gastos com obras	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Compra de Remédios – Farmácia	-	-	-	-	-	Sim	-	Sim	Sim	-
Pensão – em dinheiro	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Aluguel de casa	-	-	-	-	-	Sim	-	-	-	-
Lenha	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	-	-
Funeral	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Conclusão do alpendre	-	-	-	-	-	Sim	-	-	-	-
Melhoramentos e reparos -inclusive na construção-Obras	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Tratamento Dietético - Alimentação	-	-	-	-	-	Sim	-	-	-	-
Aquisição de terreno	-	-	-	-	-	-	Sim	-	-	-
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	Sim	Sim	-	-
Diversas despesas	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Documentos	-	-	-	-	-	-	-	Sim	Sim	-
Compra e colocação de Sino para a capela	-	-	-	-	-	-	-	Sim	-	-
Aquisição de móveis	-	-	-	-	-	-	-	Sim	-	-
Aluguel de casa e cômodo em que esteve a secretária	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	-

(TAB. 3). Tabela sobre o tipo de Gastos do Recolhimento Dos pobres do Pão do Santo Antônio.

Fonte: BALANCETE FINANCEIRO DO RECOLHIMENTO DOS POBRE DO PÃO DO SANTO ANTÔNIO, DE 1902 Á 1905; JORNAIS PÃO DO SANTO ANTÔNIO- BALANCETES 1906 Á 1910 – EDIÇÕES 1907 Á 1910,

Tipo de Doação	Ano									
Divisão por ano	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Mensalidades Recebidas	-	Sim	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Donativos	-	Sim	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Coleta dos Cofres	-	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Esmolas arrecadadas	-	-	-	-	-	Sim	-	Sim	-	-
Auxílio recebido do Bispo	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	-	-
Produto de Cera vendida	-	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-

Auxílio do Governo de Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim
Cupons	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	Sim	-
Renda das Kermesses	-	-	-	-	Sim	-	-	-	-	Sim	Sim
Renda da árvore do Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	-
Legado do coronel João pio Fernandes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produto Liquidado do sorteio de uma garrafa de Champagne oferecida á “Pia União” pelo Sócio João Francisco da Motta 19\$000	-	-	-	-	Sim	-	-	-	-	-	-
Produto e venda de uma vaca velha	-	-	-	-	Sim	-	-	-	-	-	-
Auxílio da Câmara Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	-
Auxílio da Farmácia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Andrade e Comp.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim

(TAB. 4.) Tabela sobre o tipo de gastos do Recolhimento Dos Pobres Do Pão Do Santo Antônio, de 1902 à 1910.

Fonte: BALANCETES FINANCEIROS DO RECOLHIMENTO DOS POBRES DO PÃO DO SANTO ANTÔNIO, de 1902 à 1905; JORNAIS PÃO DO SANTO ANTÔNIO – BALANCETES, 1906 À 1910 – EDIÇÕES 1907 À 1911 Acervos do Museu Tipografia do Pão de Santo Antônio.

Mês - dia	Receita
Janeiro	Coleta dos Cofres da Sé
Janeiro – dia não consta	Despesa não consta
Mês - dia	Receita
Fevereiro	Transporte \$ - N consta
Fevereiro Dia 5	Coleta dos Cofres da Sé 5\$600
“” “”26	Renda líquida da Kermesse realizada a 26 de Fevereiro, no Bairro dos Pobres “ 38\$000
“” “” 27	Produto Liquidado do sorteio de uma garrafa de Champagne oferecida á “Pia União”
Mez Fevereiro Dia	Dia não Consta
- Despesa - Fevereiro	transporte R\$ não consta
Mez Março Dia	N consta Transport R\$ N consta
Março Dia 5	Coleta dos Cofres de Santo Antônio, na Sé 11\$ 760
“”	10 Produto e Venda de uma Vacca vela

(TAB. 5.) Tabela específica sobre o que sobreviveu do registro das contas do ano de 1905 nos registros do Caderno financeiro do Recolhimento dos Pobres do Pão do Santo Antônio - Ano econômico de 1905

Fonte: BALANCETE DO RECOLHIMENTO DOS POBRES DO PÃO DO SANTO ANTÔNIO, 1905. Acervos do

## REFERÊNCIAS

### Museu Tipografia Pão do Santo Antônio

Balancetes financeiros, 1902 à 1904.

Estatutos, 1903 e 1904.

Esboço de obra sobre o centenário de Diamantina de José Augusto Neves, s/d.

Jornais do Pão do Santo Antônio, Jornal Pão Do Santo Antônio, 1906 a 1911.

Jornal da Pia União do Pão do Santo Antônio de Porto Seguro - balancete, 1903.

Jornais do Pão do Santo Antônio, Jornal Pão Do Santo Antônio, 1906 a 1911 – jornais utilizados com citação:

PÃO DE S. ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 1, n. 6, 05 março 1907, 4p.

PÃO DE S. ANTONIO, Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 1, n. 2 6 de novembro de 1906.

PÃO DE S. ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 1, n. 9, 13 junho 1907, 4p.

PÃO DE SANTO ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 2, n. 8, 01 maio 1908, 4p.

PÃO DE SANTO ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 2, n. 7 6], 01 março 1908, [6p].

PÃO DE SANTO ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 3, n. 8, 03 abril 1909, 4p.

PÃO DE SANTO ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 3, n. 5, 06 janeiro 1909, 4p.

PÃO DE SANTO ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, [ano 4], n. 9, 03 maio 1910, 4p.

PÃO DE SANTO ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 5, n. 12, 31 agosto 1911, 4p.

BARROS, Anderson de Freitas. Belo Horizonte e o orfanato Pão de Santo Antônio: A pedagogia Franciscana como proposta de formação. *XI Simpósio Nacional Da Associação Brasileira de História das Religiões*, Goiânia, UFG, 25 à 27 maio, 2009. Disponível em: <[http://www.abhr.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/art\\_BARROS\\_orfanato\\_francis-cano\\_belo\\_horizonte.pdf](http://www.abhr.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/art_BARROS_orfanato_francis-cano_belo_horizonte.pdf)>

BRAGA, Virna Lúcia Fernandes. Pobreza e Assistência em Minas Gerais: apontamentos sobre a constituição do campo assistencial no território mineiro (1888-1923). ANPUH, Florianópolis, 27 à 31 de Julho, 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/paul/Videos/1427668913\\_AR-QUIVO\\_](file:///C:/Users/paul/Videos/1427668913_AR-QUIVO_)>

BRAGA, Virna Lúcia Fernandes. O Estado de Minas Gerais e a pobreza. *Review of International American Studies*. RIAS Vol. 9, Spring–Summer n. 1, 2016.

BRANT, Edmundo Caldeira. *Associação Pão de Santo Antônio – Um século de história*. Belo Horizonte, 1902.

COUTO, Soter. *Vultos e Fatos de Diamantina*. Belo Horizonte, Armazém de Ideias, 2002.

GINSBURG, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de o retorno de Martim Guerre”. E “o inquisidor como antropólogo”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa Difel, 1989.

NEVES, Jayme. José Augusto Neves; o jornalista escritor, sua obstinação e vocação ecológica/ Jaymes Neves. – Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1896.

## DEPOIMENTO

- Depoimento de Zumiro Ribas.

Disponível em <<http://www.malcolmforest.com.br/pao/pao.htm>>

## REDES CEREBRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA

**Valeria Portugal**

Centro de Pesquisa Instituto David Lynch – Brasil  
Rio de Janeiro - RJ

**RESUMO:** O cérebro humano é capaz de suportar dois modos distintos de funcionamento: aquele em que a atenção do indivíduo encontra-se voltada para os estímulos do ambiente, que pode ser denominado referente ao objeto, e outro em que a atenção do indivíduo está voltada para dentro, ou autorreferente. Enquanto o cérebro não está plenamente integrado, estes modos de funcionamento são mutuamente excludentes. Este trabalho pretende mostrar que promover a integração cerebral através da prática meditativa da Meditação Transcendental poderia ser um caminho para o desenvolvimento de uma Consciência mais ampla em que o sujeito atua nos dois modos simultaneamente, tanto de forma referente ao objeto quanto autorreferente.

**PALAVRAS-CHAVE:** consciência, meditação, neurociências

### BRAIN NETWORK FOR THE DEVELOPMENT OF CONSCIOUSNESS

**ABSTRACT:** The human brain is capable of supporting two distinct modes of functioning:

one in which the individual's attention is focused on the stimuli of the environment, which may be called referring to the object, and another in which the individual's attention is focused inward, or self-referral mode. While the brain is not fully integrated, these modes of operation are mutually exclusive. This paper aims to show that promoting brain integration through the meditative practice of Transcendental Meditation could be a way to develop a broader Consciousness in which the subject acts in both modes simultaneously, both in terms of object and self-referral.

**KEYWORDS:** consciousness, meditation, neuroscience

### 1 | INTRODUÇÃO

A atenção que o indivíduo coloca em algo pode estar direcionada em dois sentidos: ou ela pode estar voltada para fora, para o objeto, ou para dentro, voltada para o ser. Os pensamentos que surgem na superfície ao nível da consciência de vigília vêm de uma fonte mais profunda a partir de onde passam por processamentos subconscientes até emergirem de forma que possam ser externalizados. A fonte do pensamento pode ser atingida através do processo autorreferente que conduz à imersão no ser. Usualmente a

atenção encontra-se voltada para fora, para o objeto. A maior parte dos métodos que a ciência moderna utiliza é considerada como sendo métodos de terceira pessoa, ou seja, métodos onde um observador externo ao experimento verifica os resultados alcançados. A ciência e seus métodos têm se mostrado eficazes na resposta a diversas perguntas, mas se deparam com seus limites na busca do entendimento e da explicação de questões relacionadas aos aspectos sutis da existência, da vida e da consciência. Ao englobar o olhar científico, a proposta de incluir o sujeito da observação ao método o amplia e correlaciona o conhecimento do objeto com a experiência do conhecedor.

Quando a atenção é colocada sobre algo, se trata de um processo referente ao objeto. Mesmo quando, inicialmente, a atenção se volta para dentro em direção ao ser, ela está colocada sobre o objeto, as sensações subjetivas. Esta atitude, no entanto, permite que daí surja a experiência de percepção pura, e ocorre assim a autorreferência. Voltar a atenção constantemente para o próprio ser, de onde surgem os pensamentos, através de uma técnica de autorreferência, como a Meditação Transcendental, modifica o cérebro e amplia a experiência, pois o que permite a experiência de consciência, seja em qualquer nível, é a atividade do cérebro. A prática da transcendência, cujo objetivo está em reduzir o conteúdo mental a um estado de silêncio interior de completa autopercepção, treina o cérebro fazendo com que os níveis conscientes de processamento sejam ampliados englobando os níveis subconscientes e permite que o cérebro seja utilizado de forma unificada com a atenção voltada tanto para o objeto quanto para o ser, facilitando a expressão do seu potencial criador. Propõe-se portanto tratar da existência de um estado fundamental da consciência pela prática da observação autorreferente, de um estado onde a consciência é apenas consciência de si mesma e não de algo. A análise da dinâmica cerebral, por esta perspectiva, vai expressar o papel do cérebro como mediador da expressão de níveis mais elevados de consciência.

## 2 | INTEGRAÇÃO CEREBRAL

A mente possui dois modos de atuação, um voltado para fora, referente ao objeto (RO) e outro voltado para dentro, autorreferente (AR) de acordo com o direcionamento da atenção. Sendo o córtex pré-frontal o organizador das funções referentes ao sujeito, tais como, construção do sentido do Eu, valores e crenças, objetivos e motivação, criatividade, tomada de decisões, autocontrole, formação de hábitos, e adequação do comportamento social e moral, ele pode ser considerado a região autorreferente do cérebro. A parte posterior do cérebro que possui relação com as áreas sensoriais e motoras e, portanto, relacionando-se com o mundo externo e com o conteúdo da percepção, pode ser considerada referente ao objeto e os córtices associativos parietotemporais como relacionados ao processo de observação, este está relacionado à inteligência da transformação.

Os estados corticais regulam muitos aspectos do comportamento, dos estados de consciência à percepção, aprendizado e cognição, sendo o tálamo a estrutura fundamental pelo controle dos estados corticais (POULET et al, 2012). O disparo talâmico é necessário para a ativação cortical. A dualidade do funcionamento do cérebro (AR – RO) talvez esteja refletida no funcionamento do tálamo e sua função no controle cortical. Praticamente toda informação que chega ao neocórtex e, portanto, à percepção consciente é retransmitida através do tálamo. Todas as células talâmicas possuem propriedades intrínsecas que permitem que respondam aos estímulos excitatórios em um de dois modos distintos, *burst* e *tonic* (SHERMAN, 2001). Os dois modos de disparo afetam fortemente a forma como as células talâmicas respondem aos estímulos que chegam nelas e influenciam o tipo de informação que é retransmitida para o córtex.

As ondas cerebrais medem a atividade da fisiologia e cada faixa de frequência indica processos cognitivos específicos acontecendo naquele período de tempo. Particularmente a frequência alfa 1 (8-10 Hz) tem sido atribuída à atividade cerebral relacionada ao quarto estado de consciência, a consciência transcendental, período durante o qual a mente e a fisiologia se encontram no estado mínimo de excitação, cujos marcos fisiológicos correspondem à coerência pré-frontal de onda alfa 1 e diminuição do ritmo respiratório. Portanto sendo a coerência uma medida de que as partes do cérebro estão funcionando de forma integrada e mais ordenada e, por conseguinte, executando suas funções de forma otimizada, pode-se ter uma visão aproximada do funcionamento global do cérebro posicionando-se quatro eletrodos, dois na região frontal e dois na região parieto-occipital. Embora seja necessária uma quantidade maior de eletrodos para averiguar mais adequadamente o funcionamento das áreas cerebrais, com quatro eletrodos pode-se avaliar a coerência local, distante, global e total. Ou seja, cada eletrodo mede a coerência local através do aumento da amplitude verificada naquele ponto, cada dois eletrodos indicam a coerência distante, os dois frontais refletem o nível de autorreferência (como o indivíduo funciona), os dois posteriores o nível de referência ao objeto (a relação com o mundo externo), os dois laterais direitos podem indicar como está o funcionamento sintético e os dois esquerdos, o funcionamento analítico. Verificando a coerência entre os dois da frente e os dois de trás, pode-se observar o grau de integração do funcionamento cerebral em seu potencial de unificação dos processos referentes ao objeto e autorreferentes. Observando a atividade dos quatro eletrodos em todas as faixas de frequência, pode se averiguar o funcionamento total do cérebro e seu desenvolvimento para níveis superiores de consciência. O funcionamento total do cérebro se manifesta pelo funcionamento de todas as partes do cérebro de forma coerente.

As ondas mais lentas modulam as mais rápidas. Enquanto alfa 1 possui relação direta com o Ser individual, talvez fosse possível considerar que delta tenha relação com o Ser universal, embora ainda careçam dados experimentais que corroborem com esta hipótese. Assim delta seria um indicativo de uma base emocional profunda

e um senso de continuidade, teta estaria responsável por sincronizar a memória de trabalho, alfa 1 se relaciona com a auropercepção e a relação do Eu com o mundo, alfa 2 suprime o que é desnecessário em relação ao mundo externo (suprime distrações), beta faz o processamento geral e gama consiste na construção dos objetos em si (ARENANDER, 2014).

Maior coerência cerebral pode trazer mais benefícios para a vida do indivíduo e da sociedade, tais como melhores relacionamentos, diminuição de conflitos, maior fluxo de ideias, maior criatividade, maior bem estar, entre outros. O crescimento em consciência e a estabilização em um nível mais ordenado podem ser verificados através do EEG pela presença e ondas alfa 1 sendo moduladas pelas ondas delta do sono. Indivíduos que apresentam este gráfico relatam poder testemunhar o sono. Ou seja, o observador está alerta mesmo quando o corpo está dormindo.

O EEG mede a atividade do cérebro no que se refere tanto ao processo de atividade da mente, quanto à experiência da transcendência. Outra forma de se olhar para a atividade cerebral enquanto refletor da consciência seria a verificação do fluxo sanguíneo durante a transcendência. Verificou-se que há aumento de fluxo sanguíneo (aumento de atividade) nas regiões frontais, responsáveis pelos sistemas de atenção, sentido de identidade, raciocínio simbólico, ou seja, há aumento de atividade nos centros executivos quando a mente está experimentando a transcendência. Em contraste, as áreas subcorticais estão aquietadas com menor fluxo sanguíneo (TRAVIS, 2001). Este é o reflexo do alerta em repouso. A tabela a seguir indica a relação entre funcionamento cerebral e modo de referência da atenção.

Atenção	Referente ao Objeto	Autorreferente
Estrutura Cerebral		
Córtex pré-frontal	Gama	Alfa
Tálamo	Tônico	Burst
Cérebro	Posterior	Pré-frontal
Circuitos	Frontoparietal	DMN

Tabela 1: Formas de referência e estruturas cerebrais

Deve haver uma anticorrelação espontânea entre os circuitos de atenção externa e interna. O melhor desempenho deve acontecer quando os circuitos de atenção externa estão operando em seus valores máximos, e a maior conexão com o ser deve ocorrer quando os circuitos de autopercepção estão mais ativados, particularmente o DMN (Default Mode Network). A vida se trata de uma combinação dos modos autorreferente e referente ao objeto que é alcançada através do funcionamento do cérebro.

Conforme a mente parte de um estado mais excitado de atividade quando se

encontra em um nível mais grosseiro de pensamento e vai se aquietando para atingir a transcendência, os pensamentos se tornam mais refinados, quando se atinge a transcendência, a mente se encontra em silêncio e se conecta com a fonte de onde surgem os pensamentos. O cérebro processa todos os estágios do pensamento, desde sua origem até sua manifestação no nível mais grosseiro, independente dos estágios serem conscientes ou não. Enquanto o indivíduo não possui a fisiologia cerebral capaz de comportar o funcionamento integrado do cérebro, os níveis mais próximos da fonte são processados de forma inconsciente, pois o indivíduo se encontra desconectado da fonte.

Conforme o cérebro vai adquirindo a habilidade de integrar os processos referentes ao objeto e os autorreferentes através da prática da transcendência, o nível consciente de percepção passa a se sobrepor sobre os outros estágios de processamento, o pré-consciente, o subliminar e o inconsciente (ou desconectado), colocando o indivíduo em acesso direto com a fonte dos pensamentos.

Com a fisiologia treinada para manter dois estados de consciência ao mesmo tempo, o indivíduo desfruta do estado de silêncio de onde emana todo o poder criativo da vida e do mundo material dinâmico de forma mais ordenada e plena e pode se considerar que tenha atingido a realização plena, rumo a níveis ainda superiores de consciência.

### 3 | CONCLUSÃO

A dinâmica da consciência se relaciona à dinâmica do cérebro, esta, por sua vez, pode ser mensurada pela dinâmica das ondas cerebrais. Os quatro níveis de consciência, sono, sonho, vigília e transcendência, podem ser correlacionados a marcadores neurais e somáticos específicos. Os diferentes tipos de ondas cerebrais se relacionam com os diferentes níveis, podendo indicar em que nível, num determinado instante ou período de tempo, é mais provável que o sujeito se encontre. Vislumbrando o cérebro humano como palco onde ocorrem as interações entre experiência do objeto e experiência do ser, a vivência integrada das experiências permitiria ao sujeito viver seu pleno potencial.

No estudo da dinâmica cerebral sob a perspectiva de unificação dos processos referentes ao objeto e autorreferentes enfatizam-se as relações objeto - processo - sujeito correspondentes às funções gerais designadas para as regiões cerebrais. Assim sendo, os seguintes córtices se relacionam com o objeto: occipital: objetos visuais; parietal somatossensorial: sentido de toque; temporal: auditivo e memória de trabalho; frontal motor: ação muscular. O córtex parieto-occipital encontra-se relacionado com processamento de informações relacionadas com o objeto. O córtex pré-frontal está primordialmente relacionado ao sujeito, destacando-se o sentido de identidade, valores e crenças, objetivos pessoais e motivação, criatividade, decisão, autocontrole e hábitos.

O parâmetro que determina o aumento de ordem no funcionamento entre as regiões do cérebro denomina-se coerência. A coerência é determinada pela estabilidade da fase das ondas verificadas entre os eletrodos. Um aumento de incidência de ondas alfa indica um aumento da atenção voltada para dentro, para o ser. A prática da Meditação Transcendental promove o aumento de incidência de ondas alfa e também o aumento da coerência entre os eletrodos direito e esquerdo do córtex pré-frontal. Começa-se a verificar também o aumento de coerência entre os córtices posterior (RO) e anterior (AR), ou seja, o indivíduo passa a integrar a sua visão do mundo com a sua visão de si mesmo.

## REFERÊNCIAS

ARENANDER, Alarik. **Become an exponent of EEG and Enlightenment**. [Netherlands]: MERU/International Training Centre, 2014. Course Syllabus.

ORME-JOHNSON, D. W.; HAYNES, C. T. EEG phase coherence, pure consciousness, creativity, and TM--Sidhi experiences. **International Journal of Neuroscience**, v. 13, n. 4, p. 211-217, 1981.

POULET, James F. A. et al. Thalamic control of cortical states. **Nature Neuroscience**, v. 15, n. 3, 2012.

SHERMAN, S. Murray. A wake-up call from the thalamus. **Nature Neuroscience**. v. 4, n. 4, 2001.

TRAVIS, F. Autonomic and EEG patterns distinguish transcending from other experiences during transcendental meditation practice. **International Journal of Psychophysiology**, n. 42, p. 1–9, 2001.

## RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL EM GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA DITADURA CIVIL -MILITAR: CASO VOLKSWAGEN DE SÃO BERNARDO DO CAMPO NO INQUÉRITO CIVIL-PÚBLICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**Nicole Naomy Handa Nomura**

Aluna de graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(PUC-SP) .

Esse artigo é resultado de um projeto de Iniciação Científica, sob a orientação do professor doutor Antonio Rago Filho , que faz parte de um extenso trabalho que envolve alunos e professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) contando com a parceria do IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas).

**RESUMO:** Por muitos anos a participação empresarial no complexo sistema repressivo da ditadura civil-militar do Brasil foi completamente ignorada. Entre as empresas multinacionais que participaram ativamente da repressão aos trabalhadores, está a Volkswagen, objeto de estudo desse trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** ditadura civil-militar, repressão aos trabalhadores, Volkswagen.

**ABSTRACT:** For a long time, the company participation in the complex repressive system of Brazil's civil-military dictatorship was completely ignored. Among the multinational companies that participated actively in the crackdown on workers, there is Volkswagen, object of study of this work.

**KEYWORDS:** civil-military dictatorship, repression of workers, Volkswagen.

### INTRODUÇÃO

Esse artigo visa evidenciar a parceria entre a iniciativa privada, e em especial a Volkswagen, e a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), revelando práticas repressivas contra os trabalhadores no interior das fábricas e nas suas proximidades, muito pouco analisadas pela historiografia.

No Brasil, o período de 1964 a 1985 foi marcado por uma série de crimes de lesa-humanidade e de graves violações de direitos humanos, à semelhança da dinâmica histórica vigente na maior parte dos países latino-americanos à época. Apesar das evidências da participação do empresariado nessa suspensão do Estado de Direito, trabalhando para desestabilizar o governo João Goulart desde a sua posse, financiando campanhas dos seus adversários no Congresso e organizando entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e após o golpe e a ditadura instalada, alguns ajudaram a financiar o Oban (Operação Bandeirante), organização criada para coordenar a repressão aos opositores ao regime.

## MILAGRE ECONÔMICO

O período do auge econômico deu condições para o exercício do arbítrio no interior do estrato oligopolista do capital, reprimindo a classe trabalhadora, arrochando os salários, desorganizando os sindicatos e as associações de classe.

A visão do Geisel era contrária às críticas da burguesia, que se sentia excluída das decisões econômicas, particularmente, no Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), afirmando que

“A crítica é improcedente”, assim se manifestava e os empresários vinham a mim sem qualquer restrição, ou falavam com os ministros, para o que tinham toda a liberdade. O empresário, entretanto, de um modo geral, pleiteia o seu próprio interesse, as confederações da Indústria, do Comércio e da Agricultura eram ouvidas e muitas vezes atendidas. Evitávamos negociações com as federações que se situavam abaixo das confederações.”

Mas reduzir o nível da repressão policial foi impossível atrito com os órgãos especializados, que haviam conquistado autonomia e dispunham do respaldo de setores oficiais discordantes da política de distensão”.

A crise do Milagre Econômico aconteceu de uma forma particular de acumulação do capital, demonstrando que proprietários atrofizados e subalternos ao imperialismo, mostravam seus limites, não podiam sustentar tal empreitada.

O “Milagre” foi uma enorme e grande falsidade enquanto formulação de um projeto econômico para o país, atribuída ao capitalismo internacional, o país vivia como “um oásis de paz e tranquilidade” num mundo cheio de turbulências e instabilidades.

## VOLKSWAGEN

Uma das empresas privadas que colaboraram ativamente com o sistema de repressão durante a ditadura civil-militar foi montadora alemã Volkswagen que começou no Brasil no dia 23 de março de 1953, em um armazém na Rua do Manifesto, no bairro do Ipiranga, em São Paulo. De lá, saíram as primeiras unidades do Fusca, montadas com peças importadas da que vai do governo Geisel até a instauração da “Nova República”, com a posse de J. Sarney, em 1985, houve um rotundo fracasso de seus projetos nacionais Alemanha e apenas 12 empregados. De 1953 a 1957, foram montados nesse galpão 2.820 veículos (2.268 Volkswagen Sedan e 552 Kombi).

Com o sucesso nas vendas, a marca anunciou o projeto de construir uma fábrica no Brasil, que não se limitaria somente à montagem de veículos, mas sim a fazer do País uma base de exportação para toda a América do Sul.

A inauguração oficial da fábrica ocorreria somente em 18 de novembro de 1959, quando circulou - a bordo de um Fusca conversível - o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek.

Em 1962, a marca já trazia ao mercado brasileiro um veículo ousado para a época: o Karmann-Ghia, lançado em parceria com a empresa alemã de mesmo nome. A Volkswagen foi também a primeira montadora brasileira a inaugurar, em 1965, um centro de desenvolvimento, pesquisa e design.

A marca atingiu o primeiro milhão de veículos produzidos em julho de 1970 e em março de 1972, o Fusca alcançava o número histórico de um milhão de unidades vendidas no País.

Unidades produzidas	Data
1.000.000	Julho de 1970
5.000.000	Novembro 1979
10.000.000	Mai 1994
15.000.000	Mai 2005
20.000.000	Mai 2012

Marcos de produção- Tabela 1

Fonte: <http://vwbr.com.br/ImprensaVW/page/Historia.aspx>

As campanhas publicitárias da Volkswagen do Brasil são marca registrada da empresa. Sempre criativas e irreverentes, elas ajudaram a fortalecer e ressaltar as principais características dos seus produtos: inovação tecnológica, qualidade, conforto e segurança. Os slogans ou “assinaturas” criados para a Volkswagen do Brasil ao longo dos seus 63 anos de Brasil foram essenciais para o sucesso e grande repercussão das propagandas da marca.

Anos 1960	Anos 1970	Anos 1980	Anos 2000
O Bom senso em automóvel.	A marca que conhece nosso chão.	30 anos de liderança e tecnologia.	Perfeito para sua vida.
O Bom senso sobre rodas.		Qualidade e tecnologia do líder.	Das Auto
		Você conhece, Você confia	

Tabela 2- evolução dos slogans

Fonte: <http://vwbr.com.br/ImprensaVW/page/Historia.aspx>

O poder político conquistado pela elite orgânica em parceria com o sistema repressivo ignorou completamente os direitos humanos de seus colaboradores militantes utilizando de articulação empresarial através de troca de informações sobre os trabalhadores, comprovado por diversos informes oriundos de variados órgãos públicos compartilhados com as empresas privadas, inclusive a Volkswagen

, como aponta um dossiê que evidencia a infiltração de agentes nos movimentos sindicais, comprovada pela riqueza de detalhes de uma reunião ocorrida no dia 22 de janeiro de 1983 na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, descrevendo detalhadamente o evento e listando os participantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa concluímos que a participação de empresários desde o golpe de 1964 até a entronização da ditadura militar foi amplamente demonstrada pelo historiador uruguaio René Armand Dreifuss, um dos pioneiros a tratar o tema em seu estudo *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, revelou que, através de organismos como IPÊS e o IBAD, determinados empresários ajudaram a formular as principais políticas econômicas que seriam levadas a cabo pela ditadura militar entre 1964 e 1985.

A grande dificuldade encontrada durante a pesquisa foi em relação a bibliografia, pois a questão da participação civil na ditadura civil-militar é pouco explorada pela academia. Dificuldade superada com a troca de informações com os professores orientadores.

## REFERÊNCIAS

CALIL, Gilberto Grassi, MELO, Demian Bezerra de, SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de (orgs.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*. Os campos de concentração na Argentina. Tradução Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais*. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. 3.<sup>a</sup> reimp. Rio de Janeiro: EDUFF, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira e BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). *Os donos do Capital*. A trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

DECCA, Salvadori Edgar de. *O nascimento das fábricas*. 10.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DÓRIA, Pálmério e SEVERIANO, Mylton. *Golpe de Estado: o espírito e a herança de 1964 ainda ameaçam o Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

DREIFUSS, Armand René. *1964: A conquista do Estado ação política, poder e golpe de classe*. 2.<sup>o</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra*. Da Argélia ao Brasil. Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FON FILHO, Aton et alii. *A repressão militar-policial no Brasil. O livro chamado João*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

#### *Encurralada*

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó*. Uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de seqüestro, tortura e morte da ditadura militar. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2014.

NETO, Antonio Fernandes (*Neto*) et alii. Conselho do Projeto Memória da OSM-SP. *Investigação Operária*. Empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores. São Paulo: IIEP, 2014.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RUSSAU, Christian. *Empresas alemãs no Brasil. O 7X1 na Economia*. Tradução Daniel Martineschen e Kristina Michahelles. São Paulo: Autonomia Literária, Fundação Rosa Luxemburgo, Editora Elefante, 2017.

STARLING, Heloisa M. Murgel. *Os senhores das Gerais*. Os novos inconfidentes e o Golpe de 1964. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

## SEMEANDO AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO MENTAL, CONTRA A MONOCULTURA DA MENTE

**Mónica Chiffolleau**

monichiffolleau@yahoo.fr

**Juliana Dias**

juliana.gourmet@gmail.com

**RESUMO:** A Monocultura da mente, se refere à colonização do poder e do saber que tem levado a subjugar e invisibilizar sistemas agrícolas locais, herdeiros da sabedoria ancestral e milenar da humanidade. Este controle ideológico, sociocultural e econômico, é resultado da imposição forçada da epistemologia ocidental. A psicopolítica enuncia que é possível construir epistêmica, teórica e metodologicamente, e em rede, uma economia com capacidade de emancipação em ambientes resultantes da opressão e colonização dos territórios mentais. A agroecologia vem tecendo em rede uma outra realidade política valorizando saberes científicos e tradicionais, nesse sentido, semear agroecologia no território mental pode contribuir a emancipação de agricultores e consumidores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agroecologia, Monocultura da mente, Psicopolítica, Território mental, Complexidade

### INTRODUÇÃO

A filósofa e escritora indiana Vandana

Shiva, reconhecida ativista a favor da agroecologia e biodiversidade, cunhou o termo “Monocultura da mente”, para se referir à colonização do poder e do saber que tem levado a subjugar e invisibilizar sistemas agrícolas locais, herdeiros da sabedoria ancestral e milenar da humanidade. Shiva ressalta, no seu livro *Monoculturas da mente: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*, que a monocultura antes de ser semeada no solo precisa ocupar a mente.

De acordo com a autora, a monocultura da mente aponta para o controle ideológico, sociocultural e econômico, feito através do saber científico dominante, que valida somente a epistemologia ocidental. Os valores resultantes pela imposição forçada desta epistemologia, promovem apenas uma realidade possível, transferidas aos consumidores e produtores, realizando em cada um a colonização monocultural da mente.

Esta realidade pode ser observada no sistema alimentar hegemônico, fruto dessa monocultura da mente. Hoje, encontramos uma concentração tão importante que as duzentas primeiras sociedades agroalimentares controlam, aproximadamente, um quarto dos recursos produtivos mundiais. Estas empresas dispõem de recursos financeiros superiores a

muitos dos países nos que estão implantadas. Exercem um monopólio de fato no complexo alimentar, da produção à distribuição, passando pela transformação e comercialização de produtos. O seu peso é tão importante que influenciam mesmo nas decisões do governo. (ZIEGLER, 2011, pp.170-171).

O efeito desse poder tem sido, muitas vezes, a restrição da escolha dos agricultores e consumidores. Adicionalmente, o controle crescente das corporações transnacionais nos setores da produção e do comércio alimentar internacional, tem repercussões consideráveis no exercício do direito à Alimentação Adequada e Saudável<sup>1</sup>.

A reflexão da Vandana Shiva sobre a monocultura da mente nos remete ao campo da economia psicopolítica da Teoria Social, desenvolvida pelo pesquisador brasileiro Evandro Vieira Ouriques. Este estudo analisa as operações psicológicas com fins políticos que podem favorecer a dominação dos territórios mentais. Desta forma, Ouriques sinaliza que nos territórios mentais - fluxos de pensamentos (racionalidades cognitiva, instrumental e axiológica), afetos (emoções e sentimentos), percepções (sensações e intuições) e volição - é possível construir epistêmica, teórica e metodologicamente, e em rede, a economia psicopolítica com capacidade de emancipação em ambientes resultantes da opressão e colonização dos territórios mentais (OURIQUES, 2014, p.32).

Nesse sentido, ao entrelaçar a economia psicopolítica com as ideias de Vandana Shiva poderíamos dizer que é preciso semear em rede a agroecologia no território mental para acabar com a monocultura da mente.

## **DO ALIMENTO AO PRODUTO ALIMENTAR HOMOGENEIZADO**

O alimento é consumido pelos seres humanos com fim energético, nutricional e simbólico. O historiador italiano Massimo Montanari (2008, p. 158) afirma que a comida se define como uma realidade deliciosamente cultural, não apenas em relação a sua própria substância nutricional, mas também às modalidades de apropriação dos sentidos e de tudo aquilo que gira em torno do comer junto. O ato de comer torna-se para o homem a realização da sua autopreservação com valor semântico intrínseco, inseparável. Porém, dentro do sistema alimentar moderno, o alimento é considerado um produto mais para ser comercializado.

Para entender melhor a diferença entre alimento e produto alimentar, vamos partir da definição de sistema alimentar do sociólogo francês Jean Pierre Poulain ao definir como “um conjunto de estruturas tecnológicas e sociais que, desde a colheita

---

1. (...) a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e adequando quando necessário o referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), às dimensões de gênero, raça e etnia e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados” (CONSEA, 2007, p. 9).

até a cozinha, e passando por todas as etapas da produção-transformação, permitem que o alimento chegue até o consumidor e seja reconhecido como comestível. (CONTRERAS e GARCIA ,2011, pp.30,166).

Com base neste conceito podemos buscar uma noção para produto alimentar<sup>2</sup> que seria aquele reconhecido como comestível pelo consumidor, após passar por processos industriais de transformação. Assim, dentro desse sistema alimentar global e hegemônico, o alimento teria sido esquecido, ficando o produto alimentar em seu lugar. Estamos falando do que Ouriques denomina estado mental de ignorância.

O filósofo Karel Kosik sinaliza que esta alienação tem a ver com a práxis das operações diárias, em que o homem é objeto das coisas já prontas e ele próprio se torna objeto de manipulação. De acordo com esta percepção, as coisas e os homens são aparelhos, objetos de manipulação e só assumem um sistema de significados de todas as coisas relacionadas com todo o resto (1976, pp. 65-72). Assim, dentro do mundo fenomenológico, para os consumidores os produtos alimentares são alimentos. Assim, se os produtos alimentares são reconhecidos como comestíveis tem a ver com um aspecto fenomênico alienado. Os consumidores estariam ignorantes do alimento em si.

Dimensões organizacionais e existenciais inseparáveis do alimento como cultura, identidade, território e natureza foram superadas e substituídas pela universalidade absoluta, ou seja, por produtos homogeneizados, de conveniência, que precisam ser inócuos. As operações diárias nessa realidade fenomenológica correspondem à nossa cotidianidade (KOSIK, 1976, pp. 65-72). É na cotidianidade que o mundo fenomênico se manifesta e ao mesmo tempo se esconde. Este mundo cotidiano nos leva cada dia a comprar produtos alimentares no supermercado, obedecendo à significação que as indústrias, através do marketing, nos levam a reconhecê-los como comestíveis.

## **FRAGMENTAÇÃO, DISJUNÇÃO, REDUCIONISMO**

No sistema alimentar hegemônico as falhas são facilmente reconhecíveis por qualquer consumidor, encontramos de fato uma série de tensões bipolares na cadeia de abastecimento internacional, representadas pelos binômios fome/obesidade, sobreprodução/desperdício, saúde/doença e seguridade/risco.

Estas falhas, nos levam a pensar o que o filósofo e sociólogo francês Edgar Morin enuncia, na visão complexa, quando se chega por vias empírico-rationais a contradições, isso não significa um erro, mas o atingir de uma camada profunda da realidade que, justamente por ser profunda, não encontra tradução na nossa lógica.

---

2. O Guia Alimentar para a População Brasileira, lançado em 2014 pelo Ministério da Saúde, apresenta as seguintes classificações: alimentos in natura ou minimamente processados, processados e ultraprocessados. Os dois últimos podem ser considerados como produtos alimentícios, pois são formulações industriais à base de petróleo e carvão, por exemplo.

(2011, p.68). Nesse sentido, buscamos apontar para uma lógica que fragmenta, reduz, disjunta, uma lógica que permite que os produtos alimentares sejam vendidos e consumidos como alimentos.

Morin apresenta como a "patologia do saber" ou a "inteligência cega" o resultado do paradigma da simplificação, o qual surge com a proposta de Descartes da separação entre ciência e filosofia. A partir dessa disjunção o conhecimento científico e a reflexão filosófica são raramente encontradas, impedindo à ciência a possibilidade de se conhecer a si própria. De acordo com o autor, "a ciência tornou-se cega em sua incapacidade de controlar, prever, até mesmo conceber seu papel social" (2011, p.51). Trata-se de todo um corpo de princípios que rejeita com violência e despreza como "não científico" tudo o que não corresponde ao modelo. Morin ressalta ainda, que o fracasso deste modelo enquanto sistema de compressão é mascarado por seu sucesso, correlativo, enquanto sistema de manipulação. (2011, p.52).

O autor pontua que desta forma estamos nos aproximando de uma mutação inaudita no conhecimento, o qual é cada vez menos feito para ser refletido e discutido pelas mentes humanas, cada vez mais feito para ser registrado em memórias informacionais manipuladas por forças anônimas, em primeiro lugar os Estados. Dentro do contexto de um conhecimento cego e fragmentador, aconteceu a maior transformação no modo de cultivar tradicional para grande escala. Esta mudança levou os economistas de Harvard, Ray Goldberg e John Davis, a propor a substituição do termo agricultura por de "agronegócio". (ROBERTS, 2009, p. 20).

Culturas, como o milho e a soja, foram selecionadas pela sua alta produtividade, e absorção de energia do sol como commodities. O conceito quase místico da fertilidade do solo, com a vasta complexidade biológica do Húmus passou a ser representado por NPK, o que corresponde o método científico reducionista ao máximo. Complexas qualidades e vida são reduzidas a simples quantidades (POLLAN, 2006, p.146-147). Tudo em nome da produtividade.

## **ESTADO MONOCULTURAL, A LEI DO MERCADO E A LEI DO MAIS FORTE**

Os governos de Estados Unidos de América (EUA) e europeus, passaram a dar grandes subsídios às commodities como milho e soja, por se tratarem de mercadorias que atendiam bem ao desenvolvimento tecnológico. No ano 1960, a balança comercial dos EUA era deficitária em todos os setores, exceto na alimentação. Desta forma e, a partir deste momento, a agricultura americana passa a fazer parte do livre mercado e este setor altamente subsidiado foi definido como a vantagem comparativa. (ROBERTS, 2009, p.120)

A liderança dos EUA no setor de alimentos o levou este Estado a se impor nas negociações da Rodada de Uruguai em setembro de 1986, consideradas um marco contra a soberania alimentar das nações. Nesse momento o conceito de autossuficiência alimentar foi declarado oficialmente morto. John Block, o então

secretário de agricultura dos EUA anunciou:

A ideia de que os países em desenvolvimento possam se alimentar eles mesmos não tem mais sentido. Eles podem melhor assegurar sua segurança alimentar confiando nos produtos agrícolas americanos, que estão disponíveis na maioria dos casos a um custo menor (ROBERTS, 2008, pp.129-130).

O sociólogo português Boaventura Souza define como Estado uninacional, monocultural, cientista e excludente o modelo de Estado imposto pelo Ocidente por desconhecer os povos indígenas, e estar permanentemente contra eles, processo que tem se agudizado com a globalização neoliberal. (2010, p.9). A partir da aproximação ao Estado monocultural, o sociólogo sinaliza como o eurocentrismo ignora outros saberes sociológicos, comportando-se como uma racionalidade monocultural. Esta racionalidade considera que outras experiências e saberes são ignorantes atrasados ou primitivos. Legitimando a necessidade do colonialismo, afirma que toda forma de vida social ou uso da terra que não segue a produção para o mercado deve ser considerada improdutiva ou estéril. (2010, p.15).

Nos deparamos atualmente com o Estado monocultural representado pelo Estado neoliberal, pretextos democráticos formais de dominação neocolonial disfarçados de generosidade para fazer avançar a democracia, são na realidade Estados-nação hipócritas colonizadores e exploradores (MÉSZÁROS, 2015, p.34). A lei do mercado faz ilegítimas leis e políticas nacionais a favor da segurança e soberania alimentar.

É a monocultura da mente dos indivíduos que permite legitimar o Estado Neoliberal? Ao que parece, a monocultura dos campos é apenas uma camada inter-relacionada com um sistema de fragmentação e reducionismo nas ciências, na política, na cultura e no cotidiano.

## **ECONOMIA PSICOPOLÍTICA, ALIMENTO AGROECOLÓGICO E RELIGAÇÃO DE SABERES**

Frente a este cenário de monocultura da mente e neocolonialismo, representado por um Estado monocultural, podemos trazer a reflexão de Ouriques sobre a necessidade de construir, reconstruir e fortalecer instituições que ajudem de fato os sujeitos a lidar com suas vidas, que depende diretamente que os sujeitos-agência superem psicopoliticamente em rede as falhas do sistema.

A agroecologia traz um conhecimento não reducionista, mas completo, holístico, interdisciplinar em que se considere inclusive as questões sociais, que são irreduzíveis e indissociáveis da realidade humana. O desafio agroecológico é a complexidade, a procura de um contexto mais amplo. Cada vez mais um maior número de cientistas se juntam a esta construção, reconhecendo as limitações do método objetivo, entendendo que reducionismo traz danos ecológicos e altos custos

sociais.

Morin sinaliza que a um primeiro olhar a complexidade é um tecido. Complexo quer dizer o que é tecido junto (2011, p.13). Na agroecologia, os sistemas agrícolas tradicionais são valorizados e geram tecnologia e conhecimento. Trata-se de uma tecnologia receptiva à heterogeneidade de condições locais, sem procurar transformá-la, mas sim melhorá-la. (ALTIERI, 1999, p.60). Podemos dizer que esta nova ciência esta tecendo junto os saberes tradicionais e o conhecimento científico.

Se Vandana Shiva expressa como a monocultura deve ser semeada na mente antes de ser semeada no solo, a agroecologia poderia ser semeada inicialmente no território mental de consumidores e agricultores, para trazer de volta a biodiversidade no solo. Estamos falando em semear agroecologia no território mental. Assim, podemos pensar desta forma na auto-desconstrução psicopolítica em rede do território mental do receptor - neste caso os comedores de produtos alimentares - para então (de maneira não-linear, mas simultânea e cumulativa) que ele se auto-construa cognitiva, afetiva e volitivamente de maneira igualmente psicopolítica e em rede como agência. (OURIQUES, 2011, p.42).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encontro com a agroecologia, especificamente com o alimento agroecológico permite compreender as dimensões não monetárias da comida. Traz de volta as conexões que a cisão homem e natureza e filosofia e ciência invisibilizaram, o que permitiu criar reducionismos, levando grande número de consumidores ao estado mental da ignorância, no qual o produto alimentar é percebido como alimento.

A agroecologia nos convida a tomar consciência da natureza como viva e nós como parte dessa teia de vida. A aproximação do alimento agroecológico vai nos aproximar das redes tecidas ao redor deste. Pode ser, assim, um passo na auto-desconstrução psicopolítica do sistema alimentar hegemônico.

A agroecologia religa, tece e reconstrói em redes. É uma nova forma de fazer política a partir do pensamento complexo e a valorização de saberes e epistemologias latino-americanas. Desta forma, a partir do ato alimentar entendemos que o que é saudável para nós é também saudável para o planeta. Podemos trazer de volta as conexões simbólicas da comida que é uma das mais poderosas formas nas quais podemos expressar e preservar a identidade cultural, podendo resultar numa luta efetiva contra a colonialidade do poder e do saber.

A psicopolítica vai nos levar a olhar de maneira autônoma para reconhecer em que falhamos. Podemos assim entender como contribuímos para as falhas do complexo alimentar. A agroecologia produz não só alimentos saudáveis, mas também respostas e soluções para as questões da nossa sociedade. Com isso, propomos semear agroecologia no território mental a fim de encontrar soluções para

os problemas estruturais do falido sistema alimentar.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. Agroecologias: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3a. Edição. Rio de Janeiro, 2012.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. Alimentação, sociedade e Cultura. Tradução: Mayra Fonseca e Bárbara Atie Guidalli. Rio de Janeiro: Fundação Oswald Cruz, 2011.

KOSIK, K.; Dialética do concreto; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

MÉSZÁROS. I. A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MORIN, E. Introdução ao Pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, E. O Método 1. A natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2ª Edição: 2003.

MORIN, E. O Método 6. Ética. Porto Alegre: Sulina, 3ª Edição: 2007. 223 p.

OURIQUES, E. Sobre a economía psicopolítica. Oficios Terrestres (N.º 31), pp. 30-48, julio/diciembre 2014. ISSN 1853-3248.

POLLAN, M. In defense of food. Estados Unidos da América: Penguin Books, 2009.

ROBERTS, P. The end of food. United States of America: First Mariner Books, 2009.

SANTOS, Boaventura. Refundación del Estado en América Latina Perspectivas desde una epistemología del Sur. Instituto Internacional de Derecho y Sociedad. Lima: 2010

SHIVA, Vandana. Monoculturas da Mente: Perspectivas da biodiversidad e da biotecnología. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. Gaia. São Paulo. 2003

ZIEGLER, J. Destruction Massive: Géopolitique de la faim. Paris: Éditions du Seuil, 2011.

## SÓSMACOS: O MODERNISMO VISTO PELO LADO DE CÁ

**Nelson de Jesus Teixeira Júnior**  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Barreiras-BA

**PALAVRAS-CHAVE:** Sosígenes Costa;  
Literatura brasileira; Modernismo; Crônica.

### SÓSMACOS: THE MODERNISMO SEEN FOR THE SIDE OF HERE

**RESUMO:** Sosígenes Costa, mesmo distante dos vanguardistas paulistanos, levava ao público da Bahia Novecentista um pouco desse contexto modernista até então vigente, o que terminava viabilizando ao Sul da Bahia, em 1928, em pleno auge do cacau como definidor de modos de pensar e de viver, o acesso ao que de mais revolucionário havia na criação literária brasileira. Nesse ato de elaboração literária, as possibilidades entre a escrita jornalística e a escrita literária se fundem na pretensão de informar e formar opinião acerca do novo apresentado pelo Sosígenes Costa. O objetivo desse texto é apresentar – criticamente – através da análise de algumas passagens da crônica modernista intitulada de “Coerências”, escrita pelo escritor baiano em 1928, o Modernismo através do personagem Sósmacos. Trata-se de uma narrativa em que, mesmo escrita e publicada fora do eixo Rio de Janeiro - RJ / São Paulo - SP, ocupava as páginas do jornal *O Diário da Tarde*, de Ilhéus-BA, e trazia ( de modo peculiar ) aos leitores baianos o que ocupava os grandes centros nas décadas iniciais do século XX, a saber: o Modernismo brasileiro.

**ABSTRACT:** Sosígenes Costa, even far from São Paulo's avant-garde, brought to the public of Bahia Novecentista a little of this modernist context hitherto prevailing, which ended up enabling the south of Bahia, in 1928, in the midst of cocoa as defining ways of thinking and living , access to the most revolutionary in Brazilian literary creation. In this act of literary elaboration, the possibilities between journalistic writing and literary writing merge in the intention of informing and forming opinion about the new presented by Sosígenes Costa. The purpose of this text is to present - critically - through the analysis of some passages of the modernist chronicle entitled “Coherences”, written by the Bahian writer in 1928, Modernism through the character Sósmacos. It is a narrative in which, even written and published outside the Rio de Janeiro - RJ / São Paulo - SP axis, it occupied the pages of the newspaper *O Diário da Tarde*, from Ilhéus-BA, and brought (in a peculiar way) to Bahian readers what occupied the major centers in the early decades of the twentieth century, namely: Brazilian Modernism.

**KEYWORDS:** Sosígenes Costa; Brazilian literature; Modernism; Chronicle.

Sosígenes Costa foi um poeta e cronista baiano que publicou diversas crônicas na década de 1928 no jornal *O Diário da Tarde*, de Ilhéus-BA, e mesmo escrevendo fora do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, o cronista não estava alheio aos acontecimentos literários que tomavam os grandes centros do Brasil. Na narrativa escolhida para análise, o baiano traz à baila a figura do Sósmacos, “personagem” comum nas crônicas da Coluna intitulada Diário de Sósmacos, assinada pelo pseudônimo de Príncipe Azul. Entretanto, o que parece ser somente um anagrama do próprio nome (Sosígenes Marinho da Costa), já indicado por Gilfrancisco (2001), Sósmacos é também uma alusão à reunião de referências integrantes e desestabilizadoras que tomavam os grandes centros, a saber, o movimento do Modernismo brasileiro. Tentaremos apresentar, neste artigo, a forma como a narrativa datada de 19/03/1928, com o título de “Coerências”, apresentava o Modernismo a partir de Sósmacos.

Ao tecer algumas considerações sobre o Modernismo brasileiro, tempo em que Sosígenes Costa elabora essas narrativas, Antônio Candido recupera um dos traços desse movimento literário, o de reler (e ressignificar) o homem nesse novo cenário nacional, o qual pode ser visto como um sujeito deslocado, fragmentado e híbrido, o que reforça suas qualidades. Candido afirma que:

O Modernismo rompe com este estado de coisas. As nossas deficiências, supostas ou reais, são reinterpretadas como superioridades. A filosofia cósmica e superficial, que alguns adotaram certo momento nas pegadas de Graça Aranha, atribui um significado construtivo, heróico, ao cadinho de raças e culturas localizado numa natureza áspera. (CANDIDO, 2006: 127)

Na citação acima nos deparamos com uma referência a Graça Aranha, o qual fundamenta o pensamento de Antônio Candido, tendo em vista que em *Canaã* Aranha possibilita a discussão, também, sobre a figura do imigrante no Brasil, a qual reforça essa constituição do sujeito moderno brasileiro através da heterogeneidade racial. Nesse contexto, a personagem Macunaíma representa bem essa constituição do EU a partir do OUTRO.

Partindo para a narrativa de Sosígenes Costa, o título da crônica em análise parece óbvio: “Coerências”. Até seria, se o tempo em questão o fosse, contudo, o que o Modernismo trazia de mais peculiar era sua fragmentação a partir das sinuosidades estéticas que pairavam sobre o cenário literário nacional desde a década de 1900. Por outro lado, pelas “incoerências” se constituía a coerência de Sósmacos. No texto em questão, mais precisamente no primeiro parágrafo, o narrador faz questão de esclarecer que não é o Sósmacos, de modo que a personagem central (Sósmacos) dessas narrativas é um outro que não se inscreve no texto pelas próprias mãos. A partir dessas estratégias discursivas de afastamento entre narrador e personagem, a personagem central pode ser tomada como a figura que lê o seu entorno a partir das suas “próprias” sensações desconexas, conforme segue abaixo:

Eu não posso nem devo prescindir das locuções eruditas e figuras arrevesadas, nestas memórias que estou traçando da vida de um tão grande extravagante. Devo transmitir ao público os símbolos, que disparam da cabeça desse nosso sonhador Sósmacos, pintados tais quais os apanho e colijo, com vocábulos esdrúxulos e anilina aberrante. Sou naturalmente compelido a tais extremos e auges pela força impositiva da coerência, senhora com quem devemos manter sempre estreitas relações de amizade. (COSTA, 2001: 151)

O parágrafo em análise traz uma das marcas de Sósmacos, a relação que a personagem mantém com o seu tempo, nesse caso, um tempo repleto de transformações estéticas que circulavam pelo país através do ideário modernista. Desse modo, aqui parece nítido que o narrador afasta-se do personagem para que, em processo de identificação, autor e leitor se identifiquem, quando pertinente, com Sósmacos.

A identidade de Sósmacos parece ser constituída pela sua linguagem, memória e percepção simbólicas, que saem de si sobre seu entorno. Desse modo, podemos relacionar sua forma de ser ao que aconteceu e acontece ao seu redor, conforme explica Stuart Hall:

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele/ela habitava. (HALL, 2005: 11)

Essa explicação de Hall permite esclarecer que a estratégia discursiva do narrador afastar-se de Sósmacos é, antes de tudo, uma forma de afastando-se da personagem, possibilitar ao leitor uma “compreensão” imparcial sobre esse sujeito estranho e, ao mesmo tempo, familiar (pois vestia-se dos “fenômenos” que ocupavam os grandes centros), que é o Sósmacos.

A crônica apresenta como traço marcante o caráter fragmentário, ou seja, traz para o texto as referências desconexas e digressivas que deverão ser inter-relacionadas pelo leitor. Nessa narrativa sosigeniana não é diferente, já que na passagem do segundo parágrafo o narrador traz a figura do Barão do Sapo Preto. A nossa recepção sobre essa figura, a qual parece tomar um aspecto de representação da tradição, é que indica a contramão de Sósmacos. Nesse caso, o leitor fica diante de duas representações: o moderno (Sósmacos) e o tradicional (Barão de Sapo Preto). Segue a passagem:

O Barão do Sapo Preto não está, porém, pelos autos. Acha que eu me desboco em rijo espadanar de fraseados absurdos e desconcertantes hipérbolos. Nem que o futurismo não estivesse em moda. Nem que o seu credo não fosse esposado pela fauna intelectual de rija envergadura e grande bico. (COSTA, 2001: 151)

Cabe lembrar que a figura do Barão do Sapo Preto apresenta uma relação estreita com “Os Sapos” (Enfunando os papos / Saem da penumbra [...] / O sapo-tanoeiro / Parnasiano aguado [...]) de Manoel Bandeira (1918), nesse caso, os sapos reforçam um apego às tradições literárias, composicionais, comportamentais, enfim,

de “velhas” maneiras de ver o mundo. Nesses caminhos contraditórios, caberia ao leitor fazer a melhor escolha de identificação: Sósmacos ou Barão do Sapo Preto? O novo ou o antigo?...

No parágrafo seguinte da crônica, o narrador mantém os dois personagens (Barão de Sapo Preto e Sósmacos), agora não para realçar suas diferenças, mas para destacar a figura do Sósmacos como alguém original na formulação das suas ideias. Nesse caso, não poderíamos deixar de associá-lo ao próprio movimento modernista, o qual trazia em seu “núcleo” (fragmentado) a presença do novo, ainda que o antigo estivesse sendo apropriado de modo diferente. Segue a passagem em análise:

O Barão do Sapo Preto deve convir em que das idéias de Sósmacos só devem brotar idéias próprias de Sósmacos. A simplicidade neste homem é um mito. Sósmacos simples e desafetado não é Sósmacos. Sósmacos sem arrojos, salgalhadas, foguetes de lágrima e fogos de bengala, encarna outra tendência a que eu, decididamente, me não propus criticar. (COSTA, 2001: 151)

Acima percebemos, ainda, a mudança de plano do personagem Barão de Sapo Preto, o qual passa à condição de expectador de Sósmacos. É como se o Parnasianismo, personificado na figura do Barão, intimidado pela presença do Modernismo (Sósmacos), observasse sentado e atônito a passagem desse fenômeno estético. Entretanto, Hélio Pólvora (2004) mesmo reconhecendo o moderno em Sosígenes Costa, indica sua aproximação à forma de elaboração poética parnasiana e simbolista.

Apesar de “superar” o Parnasianismo e o Simbolismo, não podemos considerar o Modernismo como um movimento destruidor desses sistemas literários, afinal, o que há é uma resignificação, ou seja, ainda que se distancie, se distancia a “partir de”. Walter Benjamin apresenta uma dessas relações na modernidade, as quais poderiam ser aplicadas no cenário do Modernismo brasileiro:

De todas as relações estabelecidas pela modernidade, a mais notável é a que tem com a antiguidade. A modernidade assinala uma época; designa, ao mesmo tempo, a força que age nessa época e que a aproxima da antiguidade. (BENJAMIN, 1975: 80)

Conforme possibilita pensar a citação acima, o novo (Modernismo) dialoga com o antigo (Parnasianismo, Simbolismo...). Por isso, falar sobre a figura do Sósmacos é, também, discutir sobre as particularidades que há no Barão do Sapo Preto na crônica de Sosígenes Costa.

Retornando à ideia de movimento literário representado na figura do Sósmacos, destacamos uma das funcionalidades da crônica, que é a de recuperar o cotidiano, de modo ficcionalizado, para o leitor. O leitor novecentista deste texto, ainda que não estivesse a par de todo o ideário modernista, podia ter acesso, mesmo que no modo hermético do texto, às “excentricidades” do que se tornaria familiar mais adiante. O Modernismo aparece para esse leitor em moldes de apreciação, o que parece ser contraditório (uma escrita para não ser compreendida de imediato) é, na verdade,

uma estratégia original de se apresentar o novo a partir das imagens verbais. Nesse sentido, Sósmaços parece ser um “ser”, primeiro, das imagens. Gilfrancisco (2001) já indicava a maneira particular de Sosígenes Costa criar, pois o baiano de Belmonte-BA elaborava as imagens em fascínio de cores e movimentos, o que terminava chamando a atenção do leitor.

De fato, nesse cenário do Modernismo brasileiro a participação do escritor é de suma importância, pois o mesmo acaba não somente trazendo as novidades modernistas, mas, também, preparando e traçando o perfil do leitor do século XX. Sobre esse papel, vale apresentar o que afirma Frederick Karl:

O modernismo nasceu do reconhecimento de que, nos interstícios do conhecimento, existe um universo inteiro de coisas que não podem ser mapeadas; de que, nas juntas de todos esses dados abundantes há outros dados que não possuem coordenadas a não ser no espírito do artista; e de que tal artista dissidente é o único que pode, verbal, visual, auditivamente juntar as multiplicidades que tornam a vida moderna tão compartimentalizada. (KARL, 1988: 115)

O modernismo é, antes de tudo, uma ruptura da linguagem, já que ela (a linguagem) é símbolo “estável” (no sentido enciclopédico) de uma pessoa, comunidade e país. Mudar a linguagem acrescentando neologismos, retirando a pontuação como demarcador de sentido, acrescentando valores semânticos às palavras é, de certa maneira, mostrar o novo através do mesmo (a linguagem).

No quarto parágrafo da narrativa sosigeniana há uma assertiva que indica a ideia de separação entre quem narra e o que é narrado. Essa assertiva deve-se ao fato de que a linguagem de Sósmaços recupera todo um imaginário típico da escrita literária, entretanto, faz parte do próprio processo elaborador e desintegrador do Modernismo:

À primeira vista pode parecer que nem tudo que escrevo é fruto do engenho de Sósmaços, ou que eu tire partido de suas excentricidades e delas me aproveite para dar vazão a chorrilhos agudos de expressões rebuscadas que, porventura, andem cá dentro do meu cérebro a lidar por livrar-se de uma dilatada contenção. O Barão de Sapo Preto, a despeito de ser tão insigne e cabal, formularia, neste caso, outro juízo que a infidelidade cobrirá, mais uma vez, de crepes funerários. (COSTA, 2001: 151 – 152)

O Barão de Sapo Preto surge em “cena” como uma baliza entre o novo e o arcaizante, entre a língua usual e a língua enciclopédica. Novamente, o Sósmaços toma espaço como a representação do que há de mais atual, ainda que soe com aspecto de requinte para o leitor da narrativa.

É preciso lembrar que o suporte dessa crônica, a página jornalística de *O Diário da Tarde*, de Ilhéus-BA, permitia a seu público um acesso à sofisticação crescente da linguagem modernista. Sob esse ângulo, vale pensar acerca do que Lúcia Santaella (1996) aborda sobre o jornal impresso, indicando que conseguiu transformar o caráter verbal da palavra escrita, a qual passou a adquirir uma plasticidade gráfico-imagética:

O jornal compõe-se da interação e simultaneidade da linguagem verbal escrita, da linguagem fotográfica e da linguagem gráfica, evidente está na variação do tamanho e posição dos tipos gráficos no espaço da página como aspecto substantivo da mensagem. (SANTAELLA, 1996: 46)

A relação entre jornal e língua permite-nos refletir sobre o processo de *seleção, combinação e autodesnudamento* (propostos por Wolfgang Iser), usados pelos escritores que habitam esse espaço da escrita. Principalmente os cronistas, os quais permitem que o texto traga consigo as marcas do fingimento, em que o escrito passa a não ser um mero retrato da realidade, tampouco um reduto fechado da ficção.

As referências a Sósmacos como aquele que indica o Modernismo, continua na narrativa em análise. No antepenúltimo parágrafo, o narrador mantém a tônica de associá-lo ao seu tempo, dessa vez traz a figura do palhaço como aquele que está, também, entre os que se assemelham ao Sósmacos: “Sósmacos é personalíssimo. É interessante como os palhaços estrafalários, os norte-americanos e os talentos egocêntricos.” (COSTA, 2001: 152). Nessa passagem da crônica percebemos, novamente, um diálogo com Manoel Bandeira, mais precisamente, com o seu poema “Poética”, no qual o “lirismo dos clowns de Shakespeare” é evocado. O palhaço a que se refere o narrador sosigeniano parece estabelecer relação com os clowns citados por Bandeira, afinal, essa figura (do palhaço) traz, em si, toda uma flexibilidade contorcionista e performática que pode, sem prejuízo algum, ser associado ao autor modernista que usa do “mesmo” artifício para captar, a partir dos vários ângulos, o lirismo contido no cotidiano local.

Em outro parágrafo da crônica, o narrador traz algumas das fontes de Sósmacos, as quais indicam, por certos “distanciamentos” artísticos, as “aproximações” necessárias para a constituição desse Modernismo representado na figura do Sósmacos. Apesar de podermos detectar possíveis fontes diferentes das que o narrador apresenta, as aqui apresentadas não podem ser esquecidas. Segue a passagem:

Pena é que eu não possa descrevê-lo como a sua originalidade pede. Além de tudo, Sósmacos é paradoxal. Lê Graça Aranha, adora Wilde e acende velas a Bernardes e a Castilho sem deixar de orar pelas alminhas dos gongóricos. Navega nas nuvens e descansa com a “dama da marsúpia” nos contos da lua. Pretende descobrir a pedra filosofal com o simples concurso da água do mar e é amigo íntimo dos faraós ultimamente ressuscitados. (COSTA, 2001: 152)

As fontes de Sósmacos já denunciam as coerências próprias do Modernismo, pois se não traz coerência na unidade dos pensamentos, apresenta coerência na diversidade do seu tempo: o estilo rebuscado do gongorismo (tão peculiar no Barroco e, depois, toma forma como Neobarroco), os escritos de Graça Aranha - um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922 -, bem como as expressões literárias de António Feliciano de Castilho (supomos ser esse Castilho) etc.

Antônio Candido apresenta, entre as várias informações que o leitor usará para compreender a obra literária, uma que aponta para alguns denominadores

“intrínsecos” e “extrínsecos” da literatura e que fazem parte do que ele chama de “aspecto orgânico da civilização”. Segue a passagem:

[...] um conjunto de produtores literários mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns aos outros. (CANDIDO, 2007: 23)

Nessa forma organizada por Candido ao realizar sua crítica, o autor traz o “sistema” como conceito de organicidade do fenômeno literário, desse modo, o autor, a obra e o leitor não serão tomados como referenciais isolados, mas, interrelacionados de modo que viabilizarão a compreensão da formação de nossa literatura. Tal perspectiva escolhida parece ser a mesma usada por Sósímacos, o qual indica suas fontes enquanto “inspirações” que constituem o seu modo de pensar.

No último parágrafo dessa narrativa de Sosígenes Costa, encontramos um fechamento que, rompendo com a ideia (ou expectativa) de linearidade, não recupera o protagonista Sósímacos, mas a tradicional figura do Barão do Sapo Preto, o qual retoma o final da narrativa enquanto uma alusão ao seu espaço, que pode ser compreendido, conforme indicado antes, como o lugar da tradição. Segue a passagem em questão:

Já se crê, pois, que não pode ser admitido na cidade de marfim da simpatia do Barão do Sapo Preto, fidalgo de tigela inteira, diante de cujos olhos “mademoiselle” Mediocridade, soberana de todos de todos nós, se espenuja reunidamente e tem, lá para seu lado dele, justos requebros, engrimanços e predileções. (COSTA, 2001: 152)

Nessa última passagem, observamos uma alusão ao espaço do Barão, o qual representa os vestígios comportamentais (tais como, por exemplo, a mediocridade) ainda imperantes no cenário de “acomodação” do Modernismo brasileiro. Mesmo chegando com força, o novo (Modernismo) operava em espaços ainda reinados pela tradição (Parnasianismo etc).

Nessa alusão ao tradicional e ao moderno enquanto “situações” que ocupam o mesmo espaço, a narrativa abre espaço à intervenção do leitor, visto que o espaço em questão é, também, o território local de quem lê. Essa representação na narrativa possibilita recuperar o que afirmou Roger Chartier:

A relação do texto com o real (que pode talvez definir-se como aquilo que o próprio texto apresenta como real, construindo-o como um referente situado no seu exterior) constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação de escrita. (CHARTIER, 1988: 63)

Com isso, o real representado na crônica sosigeniana transcende as folhas jornalísticas, posto que o leitor, ainda que não compreenda todas alusões e metáforas da narrativa, adicionará sentidos ao que lê.

Por fim, Sosígenes Costa conseguiu traçar nessa crônica o que de mais particular havia no Modernismo brasileiro, suas coerências definidas e definidoras a partir do distanciamento e aproximação com o lado oposto ao movimento, isso através

das figuras do Sósmacos e do Barão do sapo Preto. Nessa narrativa há, portanto, um “jogo” de inscrição de imagens e de ideias que, ainda que não completamente compreendidas, trazia ao leitor baiano o Modernismo brasileiro e, nesse sentido, a crônica possibilitava acesso ao cotidiano da “metrópole”, visto pelo lado de cá, da Bahia de 1928.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Manuel. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1951.

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Momentos decisivos 1750 - 1880. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

COSTA, Sosígenes. *Crônicas & poemas recolhidos*. Pesquisa, introduções, notas e bibliografias de Gilfrancisco. Salvador: Fundação Cultural de Ilhéus, 2001.

GILFRANCISCO. *Introdução: A Pesquisa*. In.: COSTA, Sosígenes. \_\_\_\_\_. *Crônicas & poemas recolhidos*. Pesquisa, introduções, notas e bibliografias de Gilfrancisco. Salvador: Fundação Cultural de Ilhéus, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2005.

KARL, Frederick. *O moderno e o modernismo: a soberania do artista, 1885-1925*. Rio de Janeiro, Imago, 1988.

PÓLVORA, Hélio. *Sosígenes Costa e o modernismo literário: uma crônica de escaramuças, ironias e afagos*. In: MATTOS, Cyro de; FONSECA, Aleilton. *O triunfo de Sosígenes Costa*. Ilhéus: Editus/UEFS, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. *Cultura das Mídias*. São Paulo: Experimento, 1996

## TEM PEOA NO PANTANAL? SIM! NO UNIVERSO LABORAL MASCULINO HÁ ESPAÇO PARA A MULHER

### **Juliana Cristina Ribeiro da Silva**

Bacharel e Licenciada em Geografia pela UFGD, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia e Doutoranda em Ensino de Ciências pela UFMS  
Campo Grande – MS

### **Sabrina Sales Araújo**

Graduanda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande MS.

### **Patrícia Helena Mirandola Garcia**

Professora do curso de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS e Programa de Pós-Graduação Doutorado em Ensino de Ciências  
Três Lagoas - MS

**RESUMO:** o peão pantaneiro seja ele praieiro, campeiro ou boiadeiro é uma atividade laboral ‘masculinizada’, isto é, essa atividade tornou-se um espaço historicamente ‘masculino’, a partir de discursos maciçamente reproduzidos que a atrelam a características masculinas. Neste artigo, chamamos a atenção para a questão “tem peoa no pantanal?” e objetivamos trazer à luz da academia a história de vida de Mirele Geller, conhecida como a primeira peoa pantaneira e a única que se tem notícias de cruzar o Pantanal Norte ao Pantanal Sul. A comitiva pantaneira consiste no transporte de centenas, podendo chegar a milhares de cabeças de gado que

são levadas de uma região a outra pelos peões boiadeiros em jornadas exaustivas que podem durar dias, semanas e até meses. Nas comitivas, cada peão tem sua posição e sua função, Mirele era a colateira, também conhecido como meeira. Optamos por ouvir sua história em duas entrevistas, bem como a de outros peões e adotamos como metodologia o aporte da História Oral como ferramenta para perscrutar o perfil de Mirele, a partir das contribuições de MEIHY, (1996), MEIHY e HOLANDA, (2011) e de Ferreira (1994) para quem a História Oral constitui-se em um método de pesquisa que produz uma fonte especial e tem-se revelado um importante instrumento que possibilita melhor compreensão da construção de estratégias de ação de grupos e indivíduos, auxiliando-nos a adentrar no universo da peonagem pantaneira sob a óptica dessa personagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** peoa, pantanal sul-mato-grossense, história de vida

### ARE THERE PEOA IN THE PANTANAL? YES! IN THE MALE LABOR UNIVERSE THERE IS ROOM FOR WOMEN

**ABSTRACT:** the pantanal pawn, whether beachman, countryman or cowboy, is a “masculinized” labor activity, that is, this activity has become a historically “masculine” space,

based on massively reproduced discourses that link it to masculine characteristics. In this article, we draw attention to the question “do you have wetlands?” And aim to bring to the light of the academy the life story of Mirele Geller, known as the first wetlands and the only one known to cross the Northern Wetlands to Pantanal Sul. The Pantanal entourage consists of the transport of hundreds and can reach thousands of cattle that are carried from one region to another by the pedestrian cattle on exhausting journeys that can last days, weeks and even months. In the entourage, each pawn has its position and its function, Mirele was the collar, also known as the sharecropper. We chose to hear his story in two interviews, as well as that of other pawns and adopted the methodology of Oral History as a tool to scrutinize Mirele’s profile, based on the contributions of MEIHY, (1996), MEIHY and HOLANDA, (2011 ) and Ferreira (1994) for whom Oral History is a research method that produces a special source and has proved to be an important instrument that allows a better understanding of the construction of action strategies of groups and individuals, helping enter us into the universe of pantaneira peoning from the perspective of this character.

**KEYWORDS:** peoa, South Mato Grosso wetland, life story

## PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DO MUNDO DOS PEÕES

A atividade do peão é muito comum no universo rural. Atividade que muitas vezes demanda força e destreza ao laçar uma rês, universo em sua maioria composto por homens, principalmente quando se fala em peão boiadeiro, que é aquele peão que trabalha conduzindo boiadas nos estradões, as famosas comitivas. Neste trabalho, iremos narrar parte da trajetória de vida de Mirele Geller.

Segundo Scott (1990), para compreender como, por exemplo, persiste a associação entre masculinidade com o poder e o fato de que os fatores mais altos estão investidos na virilidade e não na feminilidade é imprescindível dar atenção aos sistemas de significado e maneiras como as sociedades representam o gênero historicamente e o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência.

O modo de vida do “homem” (ao nos referirmos a “homem”, entenda-se ambos os gêneros) pantaneiro é um tanto quanto peculiar. De acordo com Nogueira (1990), “por homem pantaneiro, entenda-se, aqui, o elemento nativo do Pantanal ou aquele que vive há mais de vinte anos, compartilhando hábitos e costumes típicos da região”.

Segundo Rossetto e Brasil Júnior (2002), existem várias hipóteses sobre as causas da convivência harmônica dos habitantes das fazendas pantaneiras com a paisagem natural. Entre elas, a vertente que atribui esta situação às condições impostas pela sazonalidade climática, pela altimetria do relevo e pela cobertura vegetal específica.

Banducci Júnior (2007) demonstra que a ocupação do pantanal é relativamente recente pelas fazendas de gado, pois “se nos séculos XVII e XVIII desbravadores

paulistas já percorriam a região, na captura de índios e em busca de ouro, será apenas nos anos de 1800 que a pecuária irá se estender de forma sistemática e contínua pelos campos”. Houve mineração, engenhos de açúcar, extração de madeira, mas foi a pecuária a mais determinante para a ocupação da região pantaneira. O peão torna-se um dos grandes personagens do pantanal. Com base nos saberes populares de parte da população que vive e trabalha no Pantanal de Mato Grosso do Sul, este trabalho tem por objetivo relatar a história de uma peoa, através do modo de vida e da história oral.

Segundo Rossetto e Brasil Júnior (2002), o sucessivo ritmo das águas nos pantanais possibilita a ideia de ciclos demarcados pelas épocas de cheia – vazante – seca e o surgimento de saberes específicos que permitiram, por mais de três séculos, a prática da pecuária extensiva como principal atividade econômica, sem alterar as condições ecológicas locais.

Os regimes de cheia e seca, próprios da planície pantaneira, tornam o trabalho imprescindível para não haver prejuízos com a perda do rebanho. “O homem pantaneiro aprendeu ao longo dos séculos, a fazer suas próprias previsões, alicerçadas na interpretação dos fenômenos naturais”, (NOGUEIRA, 2002, p. 31). Embora essa seja uma atividade estritamente desenvolvida pelos homens, Mirele, desde quatorze anos, exerceu a função de peoa de comitiva, para não dizer desde os quatro anos de idade como veremos adiante.

Os primeiros animais bovinos introduzidos no Brasil durante a colonização portuguesa foram usados como fonte de alimentação e animais de tração nas áreas rurais durante quase três séculos. A intensificação da pecuária na região de Mato Grosso do Sul representou ampliação da presença do trabalhador remunerado nas fazendas. O crescimento do rebanho necessita até hoje de manejo, enquanto que a venda do gado quase sempre requer o trabalho das comitivas para fazer o transporte dos animais para diversas regiões do país. Para cumprir as marchas, os peões suportam todas as variações climáticas enfrentando chuva, frio, vento, poeira, além dos obstáculos naturais como corixos (trata-se um canal que liga as águas de lagoas, baías, alagados, etc. com os rios próximos, ou seja, é um pequeno rio que se forma em épocas de chuvas que vêm desaguar em outro rio maior), baías (lagoa em comunicação com um rio através de um canal), rios, campos abertos, campos sujos (é um dos tipos de Cerrado formado de vegetação com fisionomia herbácea e arbustiva com arbustos e subarbustos espaçados entre si, geralmente estão sobre solos mais rasos que podem apresentar pequenos trechos de rochas ou solos mais profundos, mas pouco férteis) e as barreiras introduzidas pelo homem como estradas asfaltadas e porteiras, (BARROS NETTO, 1979).

“Situado no topo da hierarquia dos trabalhadores das fazendas de gado está o capataz. É ele quem controla todas as atividades desenvolvidas na propriedade”. Homem de confiança do patrão tem melhores condições de vida do que os peões comuns. É sabido que existe o peão praieiro, peão campeiro e o peão boiadeiro.

Peão praieiro consiste naquele que já possui certa idade e provavelmente algum problema de saúde e que ainda insiste em viver no pantanal (sobre essa questão em “insistir em viver no Pantanal”, em diálogos com peões mais velhos, é unânime a posição dizendo que não saberiam viver na cidade e nem terem outra atividade, pois “nasceram montados em uma sela”) desempenhando o papel de auxílio nas sedes ou na cantina (em algumas fazendas, os peões casados almoçam em suas casas e os peões solteiros em uma cantina, onde, normalmente a cozinheira é a esposa do capataz ou gerente da fazenda, onde a mesma também é funcionária, em algumas delas, as refeições possuem um valor simbólico) da fazenda, fazendo limpeza de pátio, tratando animais domésticos, entre outros serviços “leves”. O peão campeiro consiste naquele que exerce a atividade de lida com o gado nas fazendas. E o peão boiadeiro é aquele que realiza viagens conduzindo gados, normalmente comprados em leilões ou em fazendas e sendo entregues na fazenda do comprador.

Para ser um bom peão, a lida do peão boiadeiro não se resume apenas à condução do gado. Antes de seguir viagem, os peões têm a função de amansar a montaria (fazer a doma). Alguns equinos se negam a reproduzir o comportamento esperado pelo peão, mordem, coiceiam, jogam o peão contra as cercas, pulam para se livrar do cavaleiro e da sela; muitos, de tão ariscos, não permitem que lhes seja colocado o freio (CAMPOS FILHO, 2002, p.123). Para a execução do serviço da comitiva é fundamental a interação entre peão e montaria. A relação do peão com o seu animal, normalmente burros ou mulas é algo que merece atenção. Verificamos em pesquisas que para o peão, o animal o escolhe, “dizendo” que aceita obedecê-lo, estabelecendo uma relação de parceria e companheirismo, onde, segundo um peão por nós entrevistado, “o burro para o peão é uma extensão do seu corpo no mato”.

Segundo Rossetto e Brasil Júnior (2002), a pecuária tradicional desenvolvida nos pantanais caracteriza-se pela criação de gado de forma extensiva. Os rebanhos são soltos nos pastos nativos, exigindo poucos cuidados por parte do fazendeiro. Neste contexto, a natureza é percebida como a grande responsável pela manutenção da atividade produtiva.

A atividade econômica de pecuária é essencial na organização da vida humana na região pantaneira. Mesmo pequena, a população pantaneira é importante como parte do próprio ecossistema deste bioma, uma vez que ela se tornou responsável pela manutenção do equilíbrio ecológico, onde:

Não se pode deixar, pois, de reconhecer no pantaneiro, um incansável construtor de sua própria cultura, um conhecedor dos mais diversos ofícios rurais, que se vê obrigado a exercer, por força das circunstâncias do ecossistema. Dentro desta perspectiva, é lícito dizer que um peão pantaneiro que conheça toda a lida campestre e desempenhe com certa perfeição as atividades de aparte, doma, bagualeio, condução de boiada, é tão expert no seu metier quanto um especialista em informática, no exercício de suas funções (NOGUEIRA, 2002, p. 21).

Detentor de um conhecimento ímpar de sua profissão e do ecossistema pantaneiro, os peões boiadeiros conhecem as estradas e caminhos que muitas

vezes são suprimidas pelo crescimento da vegetação e dos areais para levar o gado ao destino final.

Em Rossetto e Brasil Júnior (2002) temos que, o trabalho com o gado no campo exige que os vaqueiros se desloquem em grandes extensões. Na época das águas, as estradas de acesso são encobertas e tornam-se invisíveis na paisagem, entretanto, o pantaneiro possui uma noção do espaço admirável. Apesar da semelhança entre os locais, orienta-se no campo percebendo marcas com significados individuais raramente perdendo o rumo, demonstrando estar adaptado à mutabilidade da paisagem.

Segundo Sauer (2004, p. 59),

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural, o resultado. Sob a influência de uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo.

Falar sobre o modo de vida do pantaneiro ou das gentes pantaneiras, conforme nos aponta Ribeiro (2014 e 2015) é falar sobre as peculiaridades de cada sub-região do Pantanal, pois as características específicas também ditam o ritmo de vida. Silva e Abdon (1998) subdividem o pantanal em 11 sub-regiões, sendo elas: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho. Já a Embrapa, acrescenta a sub-região do Jacadigo.

A presença feminina nas comitivas pantaneiras é um dos caminhos para romper com a imagem feminina avessa ao raciocínio, à lógica, a determinação e firmeza para a tomada de decisões, construção e invenção que marcam o espaço pantaneiro

Colling (2014) apresenta os discursos históricos que construíram a imagem feminina, quais sejam: o filosófico, o médico, o psiquiátrico e psicanalítico, o religioso e positivista, onde os dois últimos se complementam, reforçando a imagem da mulher e sua contribuição para o mundo relacionados a procriação e cuidado dos filhos e do lar. Mirela, desconstrói essa imagem feminina contrária a atividades que exigem, por exemplo, o uso da força e resistência física como a lida com o gado e as extenuantes comitivas pantaneiras, demonstrando o quanto a masculinização dessas atividades, são na verdade, construções sociais revestidas de uma suposta naturalização. Isso fica claro ao ouvir a sua história de vida.

A presença da mulher no pantanal fora de casa, fora da casa do patrão ou da cantina cozinhando para os demais funcionários é rara. Historicamente esses diversos discursos disseminados – sobretudo o religioso e o positivista – naturalizam a mulher como ser do cuidado, do carinho e do afeto, cuja missão e responsabilidade social são: educar as futuras gerações inculcando os valores e o moral social em prol do progresso e desenvolvimento da nação, além de cuidar do lar e garantir ao marido principalmente, as condições para a dedicação ao seu trabalho para que possa providenciar o sustento da casa. Eles projetaram ideias do que é ser homem

e do que é ser mulher em nossa sociedade e, como veremos a seguir, a história de Mirela, ao subverter essas normatizações, as evidenciam como construtos sociais.

## MODO VIDA DE MIRELE GELLER

Hoje com 34 anos, Mirele não exerce mais a atividade de peoa boiadeira por questões de saúde. Tendo em vista que em muitas regiões do pantanal a água é salobra, a mesma desenvolveu pedras na vesícula e após uma cirurgia, “pendurou as esporas” (expressão usada pelos peões quando se aposentam, deixam de exercer a profissão). É considerada a primeira peoa boiadeira do Pantanal Sul. Nascida na cidade de Fátima do Sul (interior de MS), sua mãe a deixou aos três anos de idade em uma fazenda localizada na região de Bonito (MS) sob os cuidados de seu pai. Sem saber o que fazer, ele, não tendo escolha, a colocou na garupa de seu cavalo e a levou nas viagens das comitivas.

Mirele apresenta uma ligação muito forte com o pai, pois ele que a criou nos estradões da vida, tanto que para não sair de perto dele, adotou/herdou a profissão. No início a mesma ia à frente da comitiva juntamente com o cozinheiro. Porém, com seis anos de idade, ela passa a trabalhar na comitiva juntamente com o pai, ganhando um animal só para ela. A princípio sua função era abrir porteiras, cuidar dos mata-burros (um estrato de madeira usado para cobrir buracos e valetas e evitar a passagem dos animais, geralmente é colocado para substituir a porteira) e ajudar o cozinheiro.

Nas viagens, o cozinheiro é o primeiro a acordar, o último a dormir e só pode comer depois que os companheiros já se alimentaram, então, o cozinheiro, em cada parada, quando ia buscar água nos rios, corixos ou baías, a levava junto para dar banho, dava-lhe um “morceguinho” para comer (um pedaço pequeno de carne, segundo Mirele) e a colocava para dormir. Depois que os peões chegavam, dava-lhe o almoço, ela interagia um pouco com seu pai e logo eles seguiam viagem.

Embora afastada da profissão, hoje ela é mãe de um menino de nome José Bento, que possui a mesma paixão que a mãe e o avô por cavalos e comitivas. Sobre gravidez, Mirele diz que o pai sempre a advertia em relação aos estudos e gravidez, dizendo que se “aparecesse barriguda a poria para fora de casa”. Como os estudos sempre foi algo exigido pelo pai, ela sempre se esforçava para terminar logo e fechar as notas no terceiro bimestre para poder viajar em companhia do pai. Porém, em uma discussão com um professor de matemática, abandonou a escola e foi trabalhar por conta própria em Bela Vista, município sul-mato-grossense, divisa com o Paraguai - período esse em que ficou dois meses sem falar com seu pai.

Seu pai era condutor da comitiva, o responsável por fazer o acordo com o dono da boiada e contratar os peões. Segundo Mirele, aos 12 anos de idade seu pai a mandou em uma comitiva com outro condutor com o intuito de fazê-la desistir

da profissão e se dedicar aos estudos, fato que deu errado, pois ela já exercia com afinco a profissão. Ela se recorda que essa foi uma viagem onde fizeram de tudo para que ela desistisse da vida de boiadeira, mas o tiro saiu pela colatra. Mesmo assim, aos 14 anos foi trabalhar para fora, por conta com outros condutores.

Segundo Mirele, sempre que o pantanal começa a encher, os fazendeiros das regiões mais remotas os contratavam para conduzir o gado para as regiões mais altas, pois o bovino é um animal que deita a noite para descansar e, se há água, o gado não descansa, podendo leva-lo a óbito. Durante as viagens, quando anoitecia e não havia um piquete (espécie de cercado) para guardar o gado, cada peão ficava acordado por um determinado tempo vigiando o rebanho para evitar o estouro da boiada por causa de onças, cobras ou qualquer outra coisa que pudesse vir a assustar o rebanho.

A doma do animal é um dos “ofícios” para se ser um bom peão. Mirele lembra que trabalhou para um condutor que possuía uma tropa com animais que possuíam pouca doma, relata que “fiquei redonda de tanto tombo, a cozinha era de carroça, não usava burro de carga para acostumar com a lida, e os meninos do seu Godofredo mal enfreavam (colocavam freio) nos animais e já passavam para trabalharmos”. Contudo, seu pai nunca a ensinou a domar, este ofício ela aprendeu “com os outros” e começou a domar com 20 anos de idade. Os peões costumam utilizar mais os muares e os asininos em suas jornadas. São unânimes ao dizer que mulas e burros são animais mais resistentes que o cavalo. Segundo Juliano et al. (2009, p. 11), “o cavalo e o laço unem o trabalho e o lazer, é o prestígio profissional e o instrumento da sua liberdade”. Segundo Mirele, com medo de atrapalhar o pai e de que o mesmo não a levasse mais nas viagens, muitas vezes não apeava do animal para fazer xixi com frequência e quando apeava, já estava muito apertada “e já descia da mula apertada, mijando nas calças”.

A peoa começou a beber pinga aos oito anos. No início, era apenas para experimentar e só molhava a língua, mas como gostava de estar no meio dos peões, foi pegando o gosto até adotar o hábito de beber. “Igual cobra de laboratório, só no álcool, fui conhecer cerveja faz pouco tempo”. Em suas falas, nota-se que essa prática a fazia se sentir mais aceita naquele universo masculino.

Mirele elucida-nos que a bebida é comum nas comitivas e deixa claro que os condutores não permitem que seja levada na bagagem, muito menos consumida durante o trabalho. Mas para eles que ficam tanto tempo longe de casa, é um aperitivo nos dias de trabalho pesado. Mirele sempre carregou sua pinga em um cantil, como não era de ficar embriagada, costumava dar pequenos goles ao longo do dia, nada que atrapalhasse o serviço, garante. A pinga, muitas vezes serve como inibidor de apetite nas estradas. Os companheiros, sabendo que ela carregava a bebida costumavam pedir, mas só era partilhada com os companheiros que ela sabia que não davam problema e não ficavam embriagados durante o trabalho. “Cansei de negar pinga para peão cachaceiro, que não sabe se controlar, bebe tudo de uma

vez depois fica dando nojo”.

Algo que nos chamou muito a atenção nos diálogos com Mirele foi uma espécie de “mecanismo de defesa” que ela criou para se proteger de abusos de peões. Sempre que chegava a uma zona (prostíbulo), ela pagava para uma prostituta fazer companhia a ela. Com isso, os peões achavam que a mesma era lésbica. “Passava a noite conversando, pagava bebida e pelo programa mesmo sem ter acontecido nada. Eu às tratava com tanto respeito que quando a comitiva cruzava pelo mesmo caminho tinha disputa entre as meninas para quem ia fazer companhia pra mim. E os peões nem desconfiavam. Pra eles eu era “sapatão”, por isso passavam longe, nem se arriscavam mexer comigo”. Contou-nos que em alguns locais, quando a comitiva chegava, as mulheres disputavam quem iria dormir com ela.

Mesmo se passando por lésbica para não ser bolinada pelos peões, nunca se desgrudava de um revólver que ganhou de seu pai e que, por duas vezes, teve de engatilhá-lo para assustar e afastar peões que não a conheciam e queriam mexer com ela. Essas práticas adotadas pela nossa personagem demonstram a necessidade de se masculinizar para ser aceita e respeitada dentro de um espaço masculinizado, evitando o “natural” desejo dos homens ao redor, minimizando os possíveis conflitos e, ao mesmo tempo, revela a tentativa de posicionar-se como merecedora daquela ocupação tida como incomum.

De acordo com Colling (2014), considerar como mulheres e homens são produzidos é uma tarefa de suma importância pois, se todas as coisas foram feitas [através de construções discursivas históricas], podem ser desfeitas, tendo como condição que se saiba como foram feitas. Para Brah (2006) a diferença como relação social se refere à forma como ela é constituída por discursos sistemáticos de contingência, sejam eles econômicos, políticos, culturais e pelas práticas institucionais.

A deslegitimidade da presença feminina nesses espaços revela a construção dos mesmos, amparada em discursos generificados com base em características masculinas, obrigando mudanças no comportamento feminino aproximando-o do masculino (de forma estratégica ou não) para obter reconhecimento de sua posição no cargo ou da importância e efetividade de suas atividades. Mirele relata que andava como homem, falava com voz grossa e até bebia pinga desde criança para ser aceita.

Partindo da constatação de que há relações de diferenciação as quais as mulheres devem se sujeitar no cotidiano de seu trabalho como, por exemplo, endurecer o comportamento ou se tornar mais agressiva, ou ainda ter de se dedicar mais devido às diferentes formas de avaliação, o conceito de *habitus* de Bourdieu pode ser útil, pois segundo Pereira e Catani (2002) ele está na base das distinções verificadas no amplo espectro das práticas sociais. Para esses autores,

[...] as relações de força do espaço social são relações de poder, os agentes alocados nas posições dominantes do espaço social são possuidores de uma

espécie de capital, o capital simbólico, geralmente reconhecido como prestígio, fama e aceito como legítimo pelos outros e, por conseguinte, na qualidade de proprietários de capital simbólico, possuem o poder de impor as visões do mundo social. (PEREIRA e CATANI, 2002, p. 114).

Nesse sentido, proposta *queer* também se mostra um interessante viés de análise para a compreensão desse conflito, pois define gênero como um conjunto de atos performáticos e parodiados, imitando um gênero original inexistente, que pode revelar em relações arbitrárias seu próprio caráter fantasístico e sua construção política.

De acordo com Brandão (2009), nessa proposta está em causa a exploração de situações que, revelando os limites da norma, emergem como potencialmente destrutivas desta. Ou seja, no caso de ambientes construídos historicamente como masculinos que se deparam com a presença feminina pode haver conflitos que propiciem relações que fogem a norma, como o fato de mulheres terem que se masculinizar através da adoção de práticas diversas, para serem reconhecidas.

Essa paródia do sexo oposto que constituirá a identidade do sujeito revelará a construção do gênero e da identidade de gênero como um construto social instável, flexível de acordo com os diferentes contextos espaço-temporais. Por isso, é importante analisar historicamente como esse espaço vem lidando com esse conflito ao longo da história, utilizando para isso as falas e memórias de Mirele que passa, agora por um novo momento em sua vida.

Tendo visto, nas estradas da vida, quase tudo - de assassinatos a abandono dos peões em comitivas em épocas mais difíceis -, por questões de saúde, Mirele pendurou as esporas e hoje se dedica a atividade de ser mãe e cuidar de um condomínio de casas em Bonito, atividades essas que a lançam em novos desafios e requerem uma série de novas atitudes que também podem ser exploradas futuramente dentro da perspectiva de gênero. Em uma de suas falas, ela conta por exemplo que precisou aprender a falar e se comportar como mulher e que enfrenta uma série de dificuldades com relação a não se sentir mulher com atributos que naturalmente facilitem a sua atividade materna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o relato oral foi utilizado no intuito de privilegiar o estudo das representações, atribuindo papel central às relações entre memória e história, pois as consideramos facilitadoras do estabelecimento de conexões entre história individual e coletiva.

A História Oral nos proporciona momentos ímpares em narrativas como a dos peões pantaneiros, o que nos permite ouvir/vivenciar seus momentos de glórias, angústias e proezas. O cotidiano de um peão no Pantanal não é fácil. É uma atividade laboral que exige conhecimento de como lidar com o gado, o trajeto a ser seguido,

lembrando que temos neste bioma os períodos das cheias e vazantes criando e modificando paisagens.

Parafraseando Cosgrove (2004) e Sauer (2004), a paisagem cultural é construída a partir de uma paisagem natural pelos grupos sociais. A cultura é a principal protagonista, os elementos naturais constituem o meio, e a paisagem cultural o resultado. Sob a influência de uma determinada cultura, mutável através dos tempos, a paisagem apresenta transformações, sendo que uma nova paisagem pode sobrepor à antiga. A ação que modela a paisagem natural é a própria cultura através da conservação, reprodução e transformação de seus saberes. A cada cheia – vazante – seca, a paisagem do pantanal se reconfigura.

Embora ainda seja uma forma rústica, a comitiva, é o sistema mais eficaz e extremamente necessário para os produtores rurais, sobre tudo no Pantanal, por questões econômicas e de logística. Por conta da escassez de estradas, o difícil acesso às propriedades rurais e dos atoleiros, o uso das comitivas, para muitos fazendeiros, é a única alternativa no manejo de centenas de cabeças de gado. A comitiva vai onde o caminhão boiadeiro não vai, a comitiva conduz um número de animais que por vezes demandaria dezenas de caminhões para fazer o traslado.

Este artigo trouxe parte dos diálogos com Mirele, buscando relatar a história de uma mulher que escolheu como profissão ser peoa boiadeira, seguindo o exemplo do pai. Na lida enfrentava as mesmas dificuldades que os homens, lançava boi bravo e não aceitava privilégios regalias e tratamentos diferenciados pelo fato de ser mulher. Pelo contrário, ela adotou comportamentos para se masculinizar e se sentir aceita e pertencente àquele universo ao qual estava inserida, como por exemplo, aprendeu a beber cedo, contratava prostitutas para fingir ser lésbica e não ser cantada pelos homens ao seu redor, mostrou que é tão boa na doma dos animais quanto os peões mais velhos e tradicionais. “Deus não me deu riqueza, ouro ou diamante, mas me deu o dom de tocar berrante” - frase escrita num caderno escolar aos 14 anos.

A história de vida de Mirele - que a princípio para nós não passava de um interesse enquanto pesquisadoras com o intuito de ouvir o relato de uma mulher peoa - tornou-se peça central em nossas indagações, pois são muitas as reflexões que os diálogos proporcionam. Com ela, podemos pensar a ocupação do Pantanal, às atividades econômicas exercidas e envolvidas dentro das próprias comitivas, o cotidiano e o compartilhamento de um grupo de pantaneiros em longas e árduas viagens e, principalmente, as relações de gênero e os conflitos presenciados por Mirela, seu pai e os demais pantaneiros, que podem revelar o quanto essa atividade e ambiente aparentemente incompatível com a presença feminina possuem o potencial de nos auxiliar na compreensão de como construímos socialmente as visões que aprendemos e reproduzimos do que é ser homem e do que é ser mulher em nossa sociedade, bem como as consequências disso para quem, através de uma atividade consciente ou inconsciente acaba as desconstruindo.

## REFERÊNCIAS

- BANDUCCI JUNIOR, Álvaro. **A natureza do pantaneiro**: relações sociais e representação de mundo no “Pantanal da Nhecolândia”. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2007.
- BARROS NETO, José de. **A criação empírica de bovinos no pantanal da Nhecolândia**. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1979.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n.26, jan./jun., 2006: p. 329-376.
- BRANDÃO, Maria Ana. Queer, mas não muito: gênero, sexualidade e identidade nas narrativas de vida de mulheres. **Revista ex aequo**, nº 20, 2009, p. 81-96.
- CAMPOS FILHO, L. V. S. **Tradição e ruptura**: cultura e ambientes pantaneiros. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2002.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Ed. UFGD, Dourados – MS, 2014.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 92 – 103.
- FERREIRA, de M. M. História Oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, de M. M. (coo.). **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- JULIANO, R. S.; SANTOS, S. A.; ABREU, U. G. P. de; SILVA, R. A. M. S; ARAÚJO, M. T. B. D. A interação do homem pantaneiro com seu cavalo. Corumbá, MS: **Embrapa Pantanal**, 2009. Disponível em: <http://cpap.embrapa.br/publicacoes/online/DOC104.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2011.
- NOGUEIRA, Albana Xavier. **O que é pantanal?** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- NOGUEIRA, Albana Xavier. **Pantanal, homem e cultura**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2002.
- PEREIRA, G.R de M; A. M. CATANI. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. In: **Rev. Perspectiva**. Florianópolis, v.20, n. Especial, p. 107-120, jul./dez.2002.
- RIBEIRO, M. A. dos S. **Entre os ciclos de cheia e vazante a gente do pantanal produz e revela geografias**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. Campinas, SP, 2014.
- RIBEIRO, Mara Aline. **Entre cheias e vazantes**: a produção de geografias no Pantanal. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015.
- ROSSETTO, O. C. e BRAILS JR., A. C. P. **A dimensão dos aspectos culturais na construção das paisagens sustentáveis das áreas alagadiças**: Pantanal do Pe. Inácio – Jauru, Cáceres – MT. Comunicação apresentada no I Encontro das ANPPAS. Indaiatuba, SP, nov. 2002. Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro1/gt/conhecimento\\_local/Onelia%20Carmem%20Rossetto.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/conhecimento_local/Onelia%20Carmem%20Rossetto.pdf). Acesso em: 01 dez. 2018.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, C. R.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

SILVA, J. S. V. da; ABDON, M. de M. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. **Pesq. Agropec. Bras.**, Brasília, v.33, Número Especial, p.1703-1711, out. 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**, v.15, n.2, jul./dez. 1990.

## O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II

### Vera Maria Ferreira Rodrigues

Mestre em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – HCTE-UFRJ; Professora do Colégio Pedro II  
Rio de Janeiro - RJ

### Regina Maria Macedo Costa Dantas

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – HCTE/UFRJ  
Rio de Janeiro – RJ

**RESUMO:** O artigo proposto descreve sucintamente a constituição de diferentes setores dedicados à memória do Colégio Pedro II e apresenta um breve relato sobre o processo de criação do Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II - CEDOM, destinado à preservação da memória histórica e científica de uma instituição pública de ensino criada no século XIX e que alcançou o século XXI, mantendo a admiração e o respeito da sociedade pelo trabalho que realiza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colégio Pedro II – Centro de Documentação e Memória – Acervo

### THE CENTER OF DOCUMENTATION AND

### MEMORY OF COLÉGIO PEDRO II

**ABSTRACT:** The proposed article briefly describes the constitution of different sectors dedicated to the memory of Colégio Pedro II and presents a brief report on the process of creation of the Documentation and Memory Center of Colegio Pedro II - CEDOM, aimed at preserving the historical and scientific memory of a public educational institution created in the nineteenth century and reaching the twenty first century, maintaining the admiration and respect of society for the work it performs.

**KEYWORDS:** Colégio Pedro II – Documentation and Memory Center - Collection

### 1 | INTRODUÇÃO

Filha e neta de antigos alunos do Colégio Pedro II, e neta de um antigo professor, ingressei por concurso como aluna em 1961 e praticamente não mais deixei a Instituição: concluí o curso secundário em 1967 e em outubro de 1972 retornei após prestar concurso, como professora de Matemática, condição em que me encontro até o presente. As mais de cinco décadas vividas nessa escola, em que participei de períodos gloriosos como também de alguns bem difíceis, ensinaram-me a amá-la, admirá-la e respeitá-la. E, principalmente,

despertaram em mim um grande interesse por sua história.

Assim, após vinte e dois anos dedicados à administração institucional, retornei à Unidade de origem, o atual *Campus Centro*, *celula mater* do Colégio Pedro II, para trabalhar no Núcleo de Documentação e Memória - NUDOM, a fim de dedicar-me à pesquisa e preservação da memória institucional.

A escolha do Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II - CEDOM como tema para dissertação de mestrado decorreu da longa vivência profissional e teve como objetivos torná-lo ainda mais conhecido pelos pesquisadores de história das ciências, analisar sua contribuição para preservação do acervo documental da história e memória do Colégio Pedro II e como local de pesquisas acadêmicas que visem à divulgação do patrimônio histórico e científico da Instituição, contribuir para a consolidação do CEDOM no âmbito institucional e comprovar sua importância para a preservação da memória histórica e científica do Colégio Pedro II.

O presente artigo descreve, de forma sucinta, a constituição de diferentes setores dedicados à memória do Colégio Pedro II e apresenta um breve relato sobre o processo de criação do Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II - CEDOM.

## 2 | ORIGEM DO CEDOM

O CEDOM tem como origem a Comissão de Memória Histórica e cinco setores, criados em diferentes épocas, destinados à preservação da documentação e memória do Colégio Pedro II.

Em 1987, quando o Colégio Pedro II estava prestes a comemorar o centésimo quinquagésimo aniversário de sua criação, o Diretor-Geral Professor Tito Urbano da Silveira instituiu a Comissão do Sesquicentenário, presidida pelo Professor Emérito Roberto Bandeira Accioli, com a finalidade de planejar os eventos comemorativos.

Na gestão subsequente do Diretor-Geral Professor Antônio José Chediak, foi criada a Comissão de Memória Histórica pela Portaria n. 600, de 1 de outubro de 1990, presidida pelo mesmo Professor Emérito Roberto Bandeira Accioli, e tendo como finalidade a elaboração do “*Projeto de atualização da Memória Histórica do Colégio Pedro II*” através da pesquisa e estudo das fontes do/sobre o Colégio. A pesquisa teve como base a obra seminal do Professor Luiz Gastão d’Escragnolle Doria: “***Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)***”, fonte obrigatória para todo pesquisador que se propõe a investigar os primeiros cem anos do Colégio Pedro II. O Projeto teve como produto final uma nova edição dessa obra em parceria com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira - INEP, incluindo índice onomástico elaborado pela citada Comissão, lançada em 1997, em comemoração ao 160º aniversário do Colégio Pedro II e ao 60º aniversário do INEP.

A Comissão tem sido mantida até os dias atuais pelos sucessivos Diretores-Gerais e Reitores, com mudanças em sua composição e finalidade, sendo que um

de seus membros, o museólogo Afonso Bensabat Pinto Vieira, participou de todas elas.

Na primeira década do século XXI, a Comissão procedeu à revisão e reedição de importantes obras sobre o Colégio Pedro II, com destaque para o “**Primeiro anuário do Colégio Pedro II**”, de Eugênio de Barros Raja Gabaglia, professor catedrático de Matemática do Colégio Pedro II e diretor do Externato de 1912 a 1916, bem como à digitalização da correspondência internacional do Professor Antenor de Veras Nascentes, ex-aluno e professor catedrático de Espanhol e de Português da instituição, e à publicação do catálogo referente a essa correspondência.

Ao longo dos anos, foram criados setores dedicados à memória institucional: Biblioteca Histórica, Museu Histórico, Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes, Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II – NUDOM e Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico – LADAH.

A Biblioteca Histórica, cuja origem remonta ao ano de 1838, foi criada para dar suporte aos extensos programas de ensino que compunham a tradição clássica e humanística de base europeia destinada a formar os alunos, e pela sua importância está caracterizada no capítulo 16 do primeiro Regimento n. 8 de 31 de janeiro de 1838 que contém os Estatutos do Colégio:

Capítulo 16.

Da Bibliotheca e Collecções Scientificas

Art.155. Haverá no Collegio uma bibliotheca composta de livros escolhidos pelo Reitor com approvação do Ministro do Imperio

(Art.146 do Regulamento de 31 de janeiro de 1838).

A Biblioteca Histórica é composta pelo Acervo Antigo, que reúne um total aproximado de 20.000 volumes, entre livros e periódicos desde o século XVI ao início do século XX, obras raras e/ou preciosas, que refletem a influência humanística na formação do corpo docente e discente do Colégio, desde a sua fundação, e por Coleções Especiais, constituídas de acervos pessoais doados por antigos professores e alunos ao Colégio Pedro II.

O Museu Histórico, criado pela Portaria n. 257- A de 2 de julho de 1979, é responsável por conservar e divulgar a história e a memória da Instituição por meio de fotos, documentos e objetos que compõem seu acervo.

O Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes, doado pela família deste antigo professor, criado pela Deliberação da Congregação n. 04, de 31 de agosto de 1990, e inaugurado em 25 de agosto de 1992, é composto por aproximadamente 17.000 itens entre livros, artigos e periódicos, postais raros, traduções, correspondências nacionais e internacionais.

O Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II – NUDOM, criado pela Portaria n. 1.019, de 22 de agosto de 1995, conta com um acervo documental

de aproximadamente 18.400 itens, constituído por atas da Congregação, Anuários, decretos/leis, compêndios, livros de exames, livros de concursos para a cátedra, livros de matrículas, livros de ocorrências disciplinares, livros de registros, obras de professores e ex-alunos, obras de referência que têm o Colégio Pedro II como objeto de pesquisa, periódicos, planos de estudo e programas de ensino, relatórios e regulamentos, teses de concursos públicos de professores desde o século XIX e produção acadêmica atual de professores, funcionários e ex-alunos.

O Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico - LADAH foi criado pela Portaria n. 1.092 de 21 de novembro de 2006 para proceder à digitalização de documentos históricos pertencentes aos acervos dos diferentes setores além de fotografar e catalogar o acervo do Museu Histórico.

### 3 | A CRIAÇÃO DO CEDOM

Em 2013, o Reitor eleito designou a nova Comissão de Memória Histórica, pela Portaria n. 2.047, de 14 de novembro de 2013, a qual, após sucessivas reuniões, concluiu que chegara o momento de se criar um Centro de Documentação e Memória, reunindo os cinco setores existentes citados anteriormente, tendo por objetivos, entre outros, resgatar, organizar, preservar, tratar, digitalizar e divulgar o acervo manuscrito, iconográfico, bibliográfico e documental da história e memória do Colégio Pedro II, além de estimular, orientar e apoiar pesquisas acadêmicas que visem à divulgação de seu patrimônio histórico e científico.

Destarte, a atuação inicial da Comissão se concentrou na estruturação formal do CEDOM, instituído pela Portaria n. 4.231, de 4 de agosto de 2014, alterada pela Portaria n. 336, de 23 de fevereiro de 2017, vinculado ao Gabinete do Reitor.

### 4 | LIMITAÇÕES DO TRABALHO

O trabalho de pesquisa que foi desenvolvido enfrentou algumas limitações. A primeira delas decorrente da existência de lacunas na documentação institucional, tendo em vista que de 1937, quando foi publicada a “**Memória histórica do Colégio Pedro II (1837 – 1937)**”, de Escragnolle Dória, até 1995, quando foi criado o NUDOM, não houve o devido cuidado com a guarda de documentos.

Acresce ainda o fato de ter ocorrido um incêndio que destruiu o antigo prédio do Internato do Colégio, em janeiro de 1961, com a conseqüente perda de parcela significativa de seu acervo.

Outro problema com o qual a Instituição se defrontou foi a transferência em 1983, sem qualquer cuidado com sua organização, do então denominado Arquivo Morto da sede do Externato (atual *Campus Centro*) para um local com péssimas condições ambientais, em São Cristóvão (atual *Campus São Cristóvão I*). Com isso,

perderam-se documentos e, até a presente data, quantidade razoável deles está inacessível.

Essas lacunas documentais fazem parte do trabalho do CEDOM de empreender esforços para localizar e recuperar documentos no sentido de oferecer uma melhor compreensão da história da Instituição proporcionando, assim, consideráveis avanços para auxiliar as investigações acadêmicas através dos documentos, pois como esclarece Bloch (2001, p. 83):

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações. (BLOCH, 2001, p. 83).

Ainda de acordo com a premissa de empreender esforços na tentativa de preencher as lacunas documentais e posterior preservação e acesso e, se apoiando na afirmação de Belloto (1991, p. 14):

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm a corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico (BELLOTO, 1991, p. 14).

O CEDOM definido como um espaço institucional de pesquisa e divulgação científica, além da preservação da história e memória da Instituição que se insere, desde a sua criação em 02 de dezembro de 1837, no projeto de Nação idealizado pelo Estado, contribui através das ações acima destacadas para a divulgação de um precioso acervo documental repleto de fontes inéditas, muitas das quais ainda inexploradas, para o conhecimento da história da Educação brasileira.

## 5 | CONCLUSÃO

A escolha do CEDOM como tema de dissertação de mestrado visou a relatar o processo de sua criação e analisar sua contribuição para a preservação da memória científica de uma instituição pública de ensino criada no século XIX e que alcançou o século XXI, passando por transformações, conciliando tradição com renovação, mantendo a admiração e o respeito da sociedade pelo trabalho que realiza.

De acordo com a definição de Dodebei (2011):

Há muito se vem discutindo modelos teóricos e conceituais de interseção entre os lugares tradicionais de memória, notadamente os museus, as bibliotecas e os arquivos, principalmente com a criação dos chamados centros culturais, posteriormente designados por casas de cultura ou por centros de memória, em substituição às configurações institucionais criadas a partir da década de 50 do século passado em que a memória do conhecimento era organizada e disseminada em "*centros de documentação*" e "*centros de informação*". (DODEBEI,

Neste contexto, faz parte das nossas indagações, como o CEDOM – que assim como os arquivos, bibliotecas e museus se constitui num campo de conhecimento científico – pode contribuir como um espaço de desenvolvimento da pesquisa acadêmica e também como propagador de ações para a preservação, divulgação e acesso do acervo documental (bibliográfico, arquivístico, e iconográfico), em um lugar de tradição e memória, reconhecido pela sociedade e a comunidade acadêmica, em que se constitui o Colégio Pedro II.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz 1991.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001
- COLÉGIO PEDRO II. **Catálogo de teses, dissertações e monografias do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2000.
- DODEBEI, V. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? Revista de Ciência da Informação, v. 12, n. 2, abr. 2011. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/abr11/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/abr11/Art_01.htm)
- DÓRIA, Escragnolle. **Memória histórica do Colégio Pedro II (1837 – 1937)**. 2.ed. Brasília: INEP, 1997.
- GABAGLIA, Eugênio de Barros Raja. **Primeiro anuário do Colégio Pedro II**. Reedição Comemorativa dos 170 Anos da Fundação do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Unigraf, 2009.
- OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. **História, memória e instituições**: algumas reflexões teórico-metodológicas para os trabalhos do Projeto Memória SiBI/UFRJ. Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. **Universidade e lugares de memória**. Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

## O INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA MATEMÁTICA COMO CAMPO CIENTÍFICO NO BRASIL

### **Valessa Leal Lessa de Sá Pinto**

Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
Programa de Pós-Graduação em História das  
Ciências e das Técnicas e Epistemologia  
Rio de Janeiro – RJ  
Universidade do Grande Rio, Departamento de  
Matemática  
Duque de Caxias – RJ

### **Angelo Santos Siqueira**

Grupo Tapevas, Departamento de Educação  
Corporativa  
Duque de Caxias – RJ

### **Abel Rodolfo Garcia Lozano**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Faculdade de Formação de Professores  
São Gonçalo – RJ  
Universidade do Grande Rio, Programa de Pós-  
Graduação em Ensino das Ciências  
Duque de Caxias – RJ

### **Sérgio Ricardo Pereira de Mattos**

Universidade do Grande Rio, Departamento de  
Matemática  
Duque de Caxias – RJ

### **Jhoab Pessoa de Negreiros**

Universidade do Grande Rio, Departamento de  
Matemática  
Duque de Caxias – RJ

### **Tereza Luzia de Mello Canalli**

Universidade do Grande Rio, Departamento de  
Matemática  
Duque de Caxias – RJ

### **Geovane André Teles de Oliveira**

Colégio Pedro II, Campus Duque de Caxias  
Duque de Caxias – RJ  
Universidade do Grande Rio, Departamento de  
Matemática  
Duque de Caxias – RJ

**RESUMO:** O Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) foi criado em 1952 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o propósito de formar pesquisadores matemáticos no Brasil. Assim, o objetivo do presente estudo é mostrar a notável contribuição do IMPA para o desenvolvimento da Matemática em nosso país. O trabalho destaca suas práticas científicas, iniciativas no ensino, divulgação da Matemática e a rede de influências adquirida na sociedade. A pesquisa também ressalta que esta instituição se tornou uma referência nacional como espaço científico e obteve reconhecimento internacional pela competência e produções relevantes de seus matemáticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento científico. IMPA. Institucionalização da Matemática.

## INSTITUTE FOR PURE AND APPLIED MATHEMATICS AND ITS CONTRIBUTION TO THE CONSOLIDATION OF MATHEMATICS AS A SCIENTIFIC FIELD IN BRAZIL

**ABSTRACT:** The Institute for Pure and Applied Mathematics (IMPA) was created in 1952 by the Brazilian National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) with the purpose of training mathematical researchers in Brazil. Thus, this research aims to show the outstanding contribution of IMPA for the development of Mathematics in our country. The paper highlights its scientific practices, initiatives in education, promotion of Mathematics, and the network of influences acquired in society. The research also emphasizes that this institution became a national reference as a scientific space and it obtained international recognition for the competence and relevant productions of its mathematicians.

**KEYWORDS:** Scientific development. IMPA. Institutionalisation of Mathematics.

### 1 | INTRODUÇÃO

Segundo Gert Schubring<sup>1</sup> *apud* Lima *et al* (2010), a Matemática foi sistematizada no século XIX, a partir do domínio de fatores cognitivos e sociais que foram estruturados por uma disciplina científica. Para este autor, a institucionalização dos conhecimentos matemáticos, organizados academicamente, permitiu estruturar sua carreira científica.

Sobretudo, em finais do século XIX, tem-se como acontecimento importante no campo matemático, a série de transformações ocorridas no sistema educacional das grandes potências políticas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, provocadas pelo avanço da indústria e do comércio, em consequência da Revolução Industrial. Então, começaram a surgir nestes países, movimentos em prol da modernização da Matemática.

Ainda neste século, em diversos países europeus, o campo matemático foi fortalecido com o surgimento de revistas especializadas, realização de Congressos, criação de comunidades científicas, entre outros fatores. Esses foram alguns dos elementos da rede de sustentação, indicada por Figueirôa (1997), para a organização e difusão da Matemática nas regiões que se destacaram cientificamente no século XIX. Neste contexto, destacamos o I Congresso Internacional da Matemática (ICM), ocorrido na Suíça em 1897 e organizado pela União Internacional dos Matemáticos (IMU).

No Brasil, a sistematização, profissionalização e consolidação científica da Matemática tiveram início no século XX, através de práticas de ensino e pesquisa de institutos e universidades. Dentre elas, citamos a formação de grupos profissionais especializados, que começaram a sistematizar suas práticas em instituições e

---

1. SCHUBRING, GERT. O primeiro movimento internacional de reforma. Veja também os argumentos historiográficos e as conclusões de ROWE, David E. Making Mathematics in an oral culture: Gottingen in the era of Klein and Hilbert. *Science in Context*, v. 17, n. 1/2, p. 85-129, 2004.

buscaram por meio de eventos, interferir na cultura matemática em todos os níveis.

Embora acreditemos que as primeiras práticas do processo de institucionalização da Matemática no Brasil ocorreram ainda no século XIX, através de atividades concentradas em espaços dedicados ao desenvolvimento de outras ciências, sabemos que desde as primeiras escolas criadas neste século até as universidades erguidas no século XX, houve um longo caminho no qual a Matemática passou do simples papel de ferramenta usada em outras áreas a uma ciência reconhecida, com produções puras e importância internacional.

De acordo com Santos<sup>2</sup> (2014), a história da Matemática no Brasil começou no Rio de Janeiro, através das escolas politécnicas do fim do século XIX, com destaque para o primeiro trabalho científico desenvolvido no país por Joaquim de Souza, da Escola Militar. Neste século, os matemáticos brasileiros não tinham formação específica, ou seja, eram engenheiros, advogados, arquitetos, médicos, que se dedicavam ao estudo da Matemática apenas dentro de seus núcleos de pesquisa.

Segundo Brito (2007), a criação de várias instituições, principalmente universidades, contribuiu muito para o desenvolvimento desta ciência, possibilitando novas pesquisas na área. A autora afirma também que no desenvolvimento da História da Matemática no Brasil sobressaíram-se vários matemáticos que lutaram e alcançaram seus ideais, mesmo enfrentando situações adversas, como o fato de, por muito tempo, a Matemática constar apenas como parte da formação de profissionais de outras áreas.

Com o objetivo de destacar as principais atividades científicas que contribuíram para a organização da Matemática no Brasil, conduzindo seu espaço de ação independente das outras ciências e a especialização do matemático dentro de sua própria carreira, abordamos um pouco da história do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e destacamos seus aspectos mais relevantes, ou seja, aqueles que favoreceram o processo de reconhecimento da Matemática como campo sistemático, especializado e profissional no Brasil.

A justificativa da escolha desta instituição é baseada na tentativa de desmistificar o que grande parte da historiografia oficial das ciências afirma sobre as atividades científicas no Brasil até meados do século XX. Lopes (1997) afirma que grande parte desta historiografia desconsidera a existência de atividades científicas no Brasil até este período, por foi marcada pelo eurocentrismo, consagrado pelo positivismo desde o século XIX.

D'Ambrosio (1999) complementa que a história das ciências no Brasil, em especial da Matemática, reflete a complexidade da era colonial. Embora se tenha tentado certa autonomia após a independência, isso só foi possível a partir do final do século XIX. Este autor explica que até então, só ocorreu a recepção do conhecimento

---

2. Comentário de Walcy Santos (Diretora do Instituto de Matemática da UFRJ) em sua palestra sobre a História do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), no HCTE/UFRJ em 29/10/2014, na disciplina "História das Instituições Científicas II", ofertada pela Professora Doutora Regina Maria Macedo Costa Dantas.

matemático e não sua elaboração. Assim, a realização de uma pesquisa sobre o mais importante Instituto de Matemática do país, que também é reconhecido como um dos melhores do mundo, contribui de forma significativa para a compreensão do processo de legitimação social do campo matemático no Brasil.

## 2 | A HISTÓRIA DO IMPA

O IMPA pode ser considerado um dos pilares da institucionalização nacional da Matemática. Sem dúvida, as atividades desenvolvidas neste espaço de pesquisa constituíram alicerces científicos que favoreceram a consolidação dos saberes matemáticos no Brasil. Através das palavras de Figueirôa (1997) é possível aprofundar o conceito de institucionalização e compreender com mais clareza este processo:

Institucionalização é o processo de implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas num determinado espaço-tempo histórico. Esse processo implica, em minha opinião, o estabelecimento de uma rede de sustentação das atividades cujos elementos mais visíveis são as chamadas instituições científicas, mas na qual também estão presentes, igualmente, a “comunidade” científica, os diferentes apoios dos grupos sociais, os interesses do Estado e de particulares (e os mecanismos de efetivação desses interesses), entre outros elementos possíveis (FIGUEIRÔA, 1997).

Segundo Nogueira (1999), o IMPA é o Instituto de Matemática de maior prestígio na América Latina e de padrão científico semelhante às melhores instituições dos países desenvolvidos. Esta autora destaca que, em 1994, a Comissão do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) avaliou seus institutos e concluiu que “a excelência do IMPA faz dele um modelo do que deve ser um instituto nacional de pesquisa básica e a ele devem ser proporcionadas as condições que lhe permitam preservar esta excelência”.

### 2.1 A criação do instituto

Até a década de 50 do século XX, a Matemática era produzida basicamente no exterior, pois no Brasil não havia núcleos de pesquisa. No entanto, a ideia de se criar um espaço de desenvolvimento científico surgiu nos anos 20, através dos integrantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC). A motivação inicial deste pensamento foi a Primeira Guerra Mundial. Assim, em 1931, a ABC propôs ao governo de Getúlio Vargas a criação de um Conselho de Pesquisas que favorecesse a modernização e aumento da produção do setor agrícola. Acontece que o projeto não foi aceito no Congresso Nacional. No entanto, após a segunda Guerra Mundial, o Brasil, como outros países, despertou para a importância da pesquisa científica no avanço da tecnologia, e resolveu, finalmente, estruturar o fomento à pesquisa. Deste modo, em 1946, o Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, que era representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), sugeriu, por intermédio da ABC, a criação de um conselho

nacional de pesquisa.<sup>3</sup>

Assim, em maio de 1948, um grupo de cientistas e de amigos da ciência decidiu fundar no Brasil uma Sociedade para o Progresso da Ciência, sem fins lucrativos nem cor político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil.<sup>4</sup> Então, em 1951, uma entidade governamental foi criada para fomentar o desenvolvimento científico no país e recebeu o nome de Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) até 1971. Depois, esta entidade passou a ser chamada de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mas a sigla foi mantida.

A missão do CNPq era assumir-se como uma espécie de “estado-maior da ciência, da técnica e da indústria, capaz de traçar rumos seguros aos trabalhos de pesquisas científicas e tecnológicas do país, desenvolvendo-os e coordenando-os de modo sistemático”.<sup>5</sup> Nesse contexto, em outubro de 1952, o CNPq criou o IMPA, considerado o primeiro espaço de pesquisa brasileira. A criação ocorreu com fomento governamental e com a ajuda do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). A unidade seria dedicada à pesquisa científica em Matemática e à formação de pesquisadores. Assim, o IMPA nasceu como Instituto do CNPq e destacou-se por ser um espaço de pesquisa fora da universidade.

Como curiosidade, Santos (2014) complementa que nos primeiros anos após sua criação, o IMPA ficou numa sala do CBPF com apenas três pesquisadores: Lélío Gama (astrônomo e matemático, formado em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro), Maurício Peixoto (engenheiro e matemático que foi presidente do CNPq) e Leopoldo Nachbin (matemático que também foi membro fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas). Os assistentes eram Paulo Ribenboim (matemático, especialista em teoria dos números) e Carlos Benjamin Lyra (matemático que foi membro fundador da Sociedade Brasileira de Matemática) e não havia funcionários de apoio. Neste período também não havia garantia de pagamentos.

## 2.2 O impa e a institucionalização da matemática no Brasil

O IMPA era um instituto de pesquisa desvinculado da Universidade e suas pesquisas eram divididas com estágios no exterior. Por meio deste intercâmbio científico, sua biblioteca atingiu excelente padrão internacional, com coleções de periódicos de alto nível.

Em 1957, realizou-se o 1º Colóquio Brasileiro de Matemática com 50 participantes e quase todos se tornaram pesquisadores. Os encontros tiveram continuidade e acontecem a cada dois anos, reunindo atualmente mais de 1200 matemáticos. Neste mesmo ano, a instituição se estruturou numa nova sede, no bairro de Botafogo, e

3. Portal do CNPq (A criação). Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao>>. Acesso em: 02/01/2015.

4. Trecho extraído da Publicação nº 3 da SBPC, de 1951: “SBPC - Fundação, evolução e atividades”, reproduzidos nos Cadernos SBPC Nº 7, 2004.

5. Centro de Memória do CNPq. Disponível em: <<http://www.centrodememoria.cnpq.br>>. Acesso em: 03/01/2015.

se consolidou como espaço de excelência, especialmente, com a participação dos pesquisadores Elon Lages Lima e Paulo Ribenboim.<sup>6</sup>

Embora tivesse cursos de altíssimo nível, sua atuação centrava-se na formação de pesquisadores e docentes sem Programa de Pós-Graduação. Somente em 1962, foram criados os Cursos de Mestrado e Doutorado no IMPA, em parceria com a UFRJ. Antes, o espaço não era considerado uma instituição de ensino e, portanto, não podia conceder títulos. Apenas em 1971 seus Cursos foram reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação. Santos (2014) destaca que são os Programas de Pós-Graduação que fazem com que as pesquisas se consolidem. No Brasil, foram 9 doutoramentos de 1964 a 1967 (só no IMPA e na USP). Na década de 70, o número de doutoramentos em matemática pura chegou a 40. Nos anos de 1965 e 1966, o Curso de Mestrado teve entre seus 5 alunos, a primeira mulher, chamada Sarita Gupta.

No total, o IMPA teve cinco diretores. No ano de 1966, Lindolpho de Carvalho Dias tornou-se diretor, substituindo Lélío Gama. Ele ocupou o cargo até 1989, exceto nos períodos de 1969 a 1971, 1979 a 1980 e de 1989 a 1993. Nestas ocasiões, a direção foi exercida por Elon Lages Lima. De 1993 a 2003, Jacob Palis foi o diretor. A partir de setembro de 2003, César Camacho assumiu a direção do Instituto.<sup>7</sup>

Santos (2014) também ressalta que em 1967, o IMPA mudou-se para um prédio histórico no Centro do RJ, permanecendo no local até 1981. Já em 1968, o instituto recebeu um grande apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDS, atual BNDES), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do CNPq. Com este incentivo ampliou o quadro de matemáticos brasileiros em atividades no exterior ou doutorando-se nas melhores instituições estrangeiras.

Em 1971, o instituto teve seu Programa de Pós-Graduação credenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo o primeiro nesta área. Em 1979, iniciou-se a construção da sede própria no bairro de Jardim Botânico no RJ, inaugurada em 1981. A década de 70 também foi marcada por um aumento significativo no número de pesquisadores e visitantes estrangeiros. A década de 50 apresentou um quantitativo de 4 pesquisadores, que passou a ser de 6 na década de 60 e de 32 na década de 70. Além disso, esta década registrou o total de 103 visitantes internacionais.

Daí por diante, o IMPA já se apresentava como uma instituição de prestígio no universo acadêmico e científico, diante da notável qualidade de ensino que prestava aos estudiosos da Matemática, sempre associado à pesquisa. Além disso, também se destacava pelo apoio às universidades nacionais.

Desde 2000, o Instituto é uma organização social, ou seja, não faz mais parte do CNPq, mas continua supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e

6. Breve apresentação da História Institucional do IMPA. Disponível em: < [http://www.impa.br/opencms/pt/institucional/historia.html.\(site\)](http://www.impa.br/opencms/pt/institucional/historia.html.(site)) >. Acesso em: 02/01/2015.

7. Breve apresentação da História Institucional do IMPA. Disponível em: < [http://www.impa.br/opencms/pt/institucional/historia.html.\(site\)](http://www.impa.br/opencms/pt/institucional/historia.html.(site)) >. Acesso em: 02/01/2015.

Inovação (MCTI). Esta mudança teve impactos, como a liberdade de contratação de pesquisadores e a criação de um programa de metas (para 10 anos), entre outros. Segundo Camacho<sup>8</sup> (2012), o Instituto se tornou um órgão privado que estabelece um contrato de gestão com o governo federal. Então, criou-se um plano de metas que a instituição tem de cumprir para ter verbas. Tais recursos são administrados pelo IMPA com uma liberdade muito ampla.

Santos (2014) coloca que, sem dúvida, este instituto foi um marco para a criação da Pós-Graduação no Brasil e para a soberania nacional, pois os pesquisadores brasileiros tiveram a oportunidade de desenvolver suas pesquisas. Assim, foi visível o crescimento das produções e a permanência dos pesquisadores no país, sempre avaliados com o grau máximo pela CAPES. A diretora do Instituto de Matemática da UFRJ diz também que, especialmente, o marco da institucionalização da Geometria no Brasil aconteceu com o IMPA, de um a centos trabalhos desenvolvidos, desde Souza.

A partir de 1990, o IMPA passou a se preocupar com o ensino básico do país e começou a ministrar cursos para os professores deste segmento, além de promover outras atividades como organização de olimpíadas para estudantes e elaboração de materiais didáticos como apoio para a formação de profissionais. Estas atividades, juntamente com os convênios, intercâmbios e doações geram os recursos financeiros da instituição.

### 3 | O IMPA E A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA NO BRASIL

Segundo Santos (2014), a relação do IMPA com o sistema educacional brasileiro foi natural e gradativa. Na verdade, esta conexão nunca fez parte dos objetivos da Instituição. Seu objetivo sempre foi promover uma formação matemática de alto nível e não a educação da “massa”. Conseqüentemente, o espaço destacou-se como um instituto elitizado e voltado apenas para matemáticos talentosos. Seus pesquisadores já ganharam inúmeros prêmios e mais de 90% deles desfrutam de bolsas de pesquisa do CNPq. O maior prêmio do IMPA foi a Medalha Fields, conquistado por Artur Ávila. Este pesquisador teve toda a sua formação no Brasil (UFRJ e IMPA).

Acontece que este centro de pesquisa sempre assumiu um caráter de difusão do conhecimento matemático no país. Desta forma, além das atividades vinculadas à pesquisa e à pós-graduação, com execução de pesquisas e elaboração de currículos de pós, o Instituto passou a promover conferências científicas, intercâmbio de pessoal científico, estruturação de uma biblioteca especializada e bolsas de iniciação científica.

O IMPA também começou a preparar uma literatura básica brasileira de pós-graduação e graduação. Entre as publicações, destacamos o Projeto Euclides,

---

8. Notícias da Academia Brasileira de Ciências. Disponível em: < [http://www.abc.org.br/article.php?id\\_article=2354](http://www.abc.org.br/article.php?id_article=2354)>. Acesso em: 11/01/2015.

que trata, especialmente, dos assuntos dos cursos de pós-graduação e de áreas em que se realizam pesquisas no país, e a Coleção Matemática Universitária, que oferece ao professor e ao aluno universitário a possibilidade de utilizar livros em língua portuguesa adaptados aos currículos brasileiros.<sup>9</sup> Essas publicações são fundamentais para a formação dos professores da Educação Básica e um ganho inestimável para o ensino da Matemática no Brasil. O Instituto lançou também, com o apoio da Fundação Vitae, uma coleção de livros, chamada “A Matemática do Ensino Médio” para a formação de professores do Ensino Médio, para colaborar com a formação continuada de professores.

Outra atividade promovida pelo IMPA para a educação nacional é o apoio à Sociedade Brasileira de Matemática na organização das Olimpíadas de Matemática e o incentivo à participação de brasileiros nas competições, inclusive em provas internacionais. Aqui, destacamos a realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), criada em 2005, e que a partir de 2017, passou a estar aberta a todas as escolas brasileiras, públicas e privadas. Assim, o IMPA assumiu o compromisso com a disseminação do conhecimento matemático, organizando e preparando os alunos através do Programa “OBMEP na Escola”. Os recursos são do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Neste programa, o IMPA estimula o uso dos materiais da Olimpíada em atividades extraclasse por professores que atuarão como “preparadores”. O objetivo é melhorar o desempenho dos alunos de todo o país nas provas da OBMEP. Os projetos de preparação para a Olimpíada frutificaram através da grande adesão dos alunos, professores, pais e escolas, possibilitando novos acessos a um ensino de Matemática diferenciado.<sup>10</sup>

Os estudantes medalhistas são convidados a participar do Programa de Iniciação Científica Jr. (PIC) e ganham bolsas concedidas pelo CNPq. Os professores, escolas e secretarias de educação de municípios que se destacam, em virtude do desempenho dos alunos, também são premiados.<sup>11</sup>

O Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) é mais um programa oferecido pelo IMPA que visa à melhoria do ensino da Matemática em todo o país. É o primeiro curso em que pesquisadores de ponta lecionam para professores-alunos. São 90 instituições associadas, entre elas, UFRJ, UFF, CPII, UNIRIO e 3600 alunos de Mestrado, com 8h semanais em sala de aula. Existem polos em todos os estados. Santos (2014) destaca que muitas teses já foram desenvolvidas mostrando os resultados satisfatórios e a qualidade do PROFMAT.

---

9. Breve apresentação da História Institucional do IMPA. Disponível em: < [http://www.impa.br/opencms/pt/institucional/historia.html.\(site\)](http://www.impa.br/opencms/pt/institucional/historia.html.(site)) >. Acesso em: 02/01/2015.

10. Notícias da OBMEP. Disponível em: < <http://www.obmep.org.br/noticias.DO?id=286> >. Acesso em: 08/01/2015.

11. Portal Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/05/olimpiada-de-matematica-amplia-mecanismos-de-estimulo-a-participantes>>. Acesso em: 09/01/2015.

De acordo com Camacho<sup>12</sup> (2013), a principal organização internacional da Matemática (União Internacional da Matemática), da qual este pesquisador faz parte, classifica cinco grupos de países de acordo com o desenvolvimento de cada um no campo. O Brasil está no grupo 4 (o grupo 5 é o mais elevado), no qual é o único país latino-americano, a um passo de estar entre os melhores do mundo. No entanto, o aprendizado desta ciência no Brasil é muito ineficiente e Camacho lamenta este paradoxo.

As principais contribuições do IMPA para a sociedade são o estímulo e desenvolvimento da pesquisa científica na área da Matemática e a difusão da cultura matemática no país. O matemático Marcelo Viana<sup>13</sup> (2012), coordenador de atividades científicas do IMPA aborda a importância das ações realizadas neste instituto para o país:

O modelo do IMPA serviu de inspiração para dezenas de outras instituições de matemática do país e o instituto funciona como um grande garoto propaganda da qualidade da matemática brasileira no mundo. Durante esse tempo, também formamos muitos matemáticos brasileiros e estrangeiros, especialmente da América Latina, que hoje atuam como embaixadores da matemática pelo continente (VIANA, 2012).

Silva (2009) realizou um estudo intitulado “*O IMPA e a comunidade de matemáticos no Brasil*” e apontou os principais resultados:

A consolidação de linhas de pesquisa em Sistemas Dinâmicos, Álgebra, Análise Matemática, Geometria Diferencial e Estatística Matemática; a preocupação de formar pesquisadores para atender as demandas de quadros docentes das universidades brasileiras, produzir matemática e recrutar alunos “talentosos” visando garantir a formação de pesquisadores e a produção de matemática de qualidade (SILVA, 2009).

Esses resultados nos dão uma ideia dos setores nacionais nos quais a Instituição interferiu: meios acadêmico, científico, econômico, educacional e político. Silva (2009) também enfatiza a rede de influências estabelecida pelos pesquisadores do Instituto. A autora diz que os líderes do IMPA sempre ocuparam posições importantes nos órgãos de fomento e em outras instituições e sociedades intelectuais. Os discursos dos pesquisadores apresentados em seu estudo revelam a hierarquia acadêmica, assim como o prestígio na comunidade científica. Embora esta questão não seja o foco da nossa pesquisa, é importante citar tal aspecto, já que estamos abordando tópicos relevantes de sua história para o entendimento do processo de sistematização do campo matemático no Brasil.

---

12. Blog Dissertação sobre Divulgação Científica (Entrevista com o Diretor do IMPA César Camacho em 01/04/2013). Disponível em: < <http://dissertacaosobredec.blogspot.com/.../diretor-do-impa-fala-sobre-matemati...> >. Acesso em: 09/01/2015.

13 Notícias da Academia Brasileira de Ciências. Disponível em: < [http://www.abc.org.br/article.php?id\\_article=2354](http://www.abc.org.br/article.php?id_article=2354)>. Acesso em: 11/01/2015.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Saldãna (2000), a historiografia da ciência latino-americana, até pouco tempo, estava limitada a trabalhos que mostravam uma experiência científica baseada na pobreza metodológica e na pouca compreensão de suas peculiaridades. Enquanto isso, outros tentavam mostrar as “contribuições” de latino-americanos para a ciência universal, mesmo sendo muito escassas. Isso ilustra bem a marginalidade a que foram reduzidos os países que não tomaram parte da Revolução Científica.

Ao se tratar do Brasil, muitos estudos historiográficos sobre a organização de seu campo matemático, principalmente nos que abordam sua trajetória desde o período da colonização, mostram grande empenho para justificar um suposto atraso em seu desenvolvimento. No entanto, acreditamos que é possível apresentar novas considerações sobre o desenvolvimento da Matemática no país. Por isso, decidimos abordar um pouco da história do Instituto de Matemática Pura e Aplicada.

O estudo sobre a história do IMPA pode nos ajudar a entender melhor o processo de institucionalização da Matemática no Brasil e nos proporcionar subsídios para posteriores investigações sobre as primeiras atividades matemáticas brasileiras que deram suporte a esta sistematização.

Este centro de produção científica foi capaz de concentrar um número significativo de matemáticos notáveis, desenvolver pesquisas de excelência e formar muitos jovens cientistas, sendo reconhecido internacionalmente como o principal espaço para o desenvolvimento da Matemática na América Latina e um dos melhores do mundo.

Essas atividades, estreitamente relacionadas entre si, visam promover o conhecimento matemático, fundamental para o desenvolvimento das ciências e da tecnologia em geral, o que por sua vez, é essencial para o progresso econômico e social da Nação<sup>14</sup>. Assim, esta pesquisa fornece elementos para o estudo de como o campo matemático foi estruturado no Brasil, através da análise de sua organização epistemológica, metodológica, profissional e disciplinar.

## REFERÊNCIAS

BRITO, MARIA DAS DORES COSTA. **A história da matemática no Brasil**. Disponível em: < [http://www.mast.br/arquivos\\_sbhc/76.pdf](http://www.mast.br/arquivos_sbhc/76.pdf)>. Acesso em: 02/11/2014.

D'AMBROSIO, UBIRATAN. **História da Matemática no Brasil**: Uma visão panorâmica até 1950. *Saber y Tiempo*, vol. 2, n° 8, Julio-Diciembre, 1999, p. 7-37. Disponível em: < [http://www.ifba.edu.br/.../HISTORIA\\_DA\\_MATEMATICA\\_NO\\_BRASIL\\_AT...](http://www.ifba.edu.br/.../HISTORIA_DA_MATEMATICA_NO_BRASIL_AT...)>. Acesso em: 11/10/2014.

FIGUEIRÔA, S. F. M. **As ciências geológicas no Brasil: Uma história social e institucional: 1875 – 1934**. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 24.

---

14. Breve apresentação da História Institucional do IMPA. Disponível em: < <http://www.impa.br/opencvms/pt/institucional/historia.html>>. Acesso em: 02/01/2015.

LIMA, E; FREIRE, I; LANDO, J; DIAS, A. **A institucionalização da matemática moderna nos currículos escolares ou a hegemonia da cultura matemática científica nas escolas.** Buenos Aires: ESOCITE, 2010.

LOPES, MARIA MARGARETH. **O Brasil descobre a Pesquisa Científica:** os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.

NOGUEIRA, CHRISTIANE WENCK. **Um pouco da história do Departamento e do Curso de Matemática da Universidade Federal de Santa Catarina.** Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, 1999.

SALDAÑA, JUAN JOSE. Ciência e Identidade Cultural: A História da Ciência na América Latina. In: FIGUEIRÔA, SILVIA F. DE M. **Um olhar sobre o passado.** Campinas, Editora da Unicamp / Imprensa Oficial, 2000, p. 11-32.

SILVA, CIRCE MARY SILVA DA. O IMPA e a comunidade de matemáticos no Brasil. **Cadernos de Pesquisa.** vol.39, n.138. São Paulo: Sept./Dec, 2009. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742009000300011...](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000300011...)>. Acesso em: 11/01/2015.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**DENISE PEREIRA** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

**MARISTELA CARNEIRO**- Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração 3, 6, 26, 42, 50, 56, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 70, 73, 74, 76, 80, 82, 102, 129, 130, 131, 137, 138, 139, 160, 161, 301, 321, 322, 369

África do Sul 148, 149, 150, 151, 154, 155

Arquitetura 32, 143, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172

Arquivo 1, 21, 26, 27, 29, 30, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 76, 77, 78, 81, 87, 111, 113, 115, 116, 117, 144, 243, 258, 371

Arquivos escolares 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116

Arquivos municipais 1

### B

Bens patrimoniais 50, 55, 107, 108

Berçário “Mãe Cristina” 133, 134, 135, 137, 138

Burocracia 8, 65, 70, 80

### C

Cidadania 11, 12, 15, 16, 19, 56, 152, 153

Cidade 1, 5, 8, 12, 13, 14, 16, 21, 26, 35, 40, 41, 42, 56, 68, 77, 78, 80, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 98, 102, 106, 109, 111, 114, 120, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 144, 147, 157, 158, 160, 164, 166, 167, 169, 171, 172, 179, 184, 185, 186, 187, 205, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 229, 260, 268, 282, 288, 293, 296, 300, 301, 302, 303, 317, 319, 321, 323, 354, 359, 361

Construir 23, 85, 87, 101, 110, 123, 147, 157, 158, 172, 206, 209, 337, 341, 342, 345, 357

Creche 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Cultura 10, 12, 13, 16, 20, 27, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 43, 50, 55, 60, 61, 63, 68, 81, 82, 89, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 108, 112, 113, 115, 117, 120, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 147, 151, 153, 154, 157, 161, 166, 171, 172, 173, 174, 176, 183, 190, 241, 242, 247, 249, 253, 259, 272, 273, 275, 276, 279, 281, 282, 291, 292, 343, 345, 347, 350, 355, 359, 360, 365, 366, 367, 372, 373, 376, 382, 384, 385

Culturas políticas 148, 149, 151, 154, 155

### E

Educação patrimonial 11, 12, 13, 16, 19, 20, 53, 54, 55, 56, 63, 107, 108, 109, 112, 113, 117

Ensino 12, 13, 18, 19, 20, 39, 53, 54, 55, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 111, 112, 131, 133, 137, 138, 140, 141, 147, 261, 270, 356, 368, 370, 371, 372, 374, 375, 379, 380, 381, 385

Ensino de história 12, 18, 19, 20, 53, 54, 97, 102, 105, 261, 270

Ensino primário 65, 66, 69, 80, 82

Estudos africanos 148, 155

Exército brasileiro 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 125, 144, 147

## F

Fiscalização 26, 65, 69, 70, 72, 74, 77, 80

Fontes históricas 6, 11, 17, 18, 20, 67, 113, 115, 318

## G

Grupo escolar 65, 66, 68, 71, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 167

## H

História 2, 3, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 37, 39, 40, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 164, 165, 171, 172, 173, 174, 175, 182, 183, 190, 191, 192, 200, 201, 204, 210, 211, 213, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239, 240, 242, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 270, 271, 272, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 287, 290, 291, 292, 294, 296, 301, 303, 304, 318, 324, 328, 329, 355, 356, 358, 360, 361, 364, 365, 366, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 376, 377, 379, 381, 382, 383, 384, 385

História da educação 66, 67, 82, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 117, 133, 134, 139

História do tempo presente 148

História militar 141, 142, 143, 144, 147

Historiografia 6, 21, 100, 110, 114, 117, 127, 141, 142, 143, 146, 147, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 280, 281, 282, 290, 292, 294, 336, 339, 376, 383

## I

Identidade 2, 3, 10, 12, 13, 19, 22, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 57, 63, 70, 95, 96, 100, 101, 103, 106, 108, 113, 114, 143, 149, 153, 157, 161, 172, 202, 216, 222, 241, 243, 244, 245, 246, 253, 258, 275, 281, 289, 291, 333, 334, 343, 346, 350, 355, 364, 366, 384

Instituições confessionais 133

Interdisciplinaridade 2, 174, 183

Intervenção 84, 95, 106, 162, 203, 223, 354

## L

Lei 10639/03 97, 98

Luiz Gonzaga 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182

## M

Memória 11, 12, 13, 19, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 82, 84, 85, 87, 93, 95, 96, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 123, 125, 127, 129, 133, 142, 144, 151, 157, 172, 173, 174, 208, 219, 248, 250, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 292, 303, 319, 320, 323, 324, 333, 334, 340, 350, 364, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 378

Montes Guararapes 45, 46, 47, 48, 49, 51

Monumento às bandeiras 84, 85, 86, 87, 91, 92, 95, 96

Morar 77, 157, 158, 165, 166, 172, 177

Município 1, 3, 4, 5, 6, 9, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 57, 72, 73, 128, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 160, 162, 186, 273, 274, 275, 361

Música 98, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 216, 219, 225, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 257, 258, 259

## P

Pátio da cruz 84, 85, 90, 93, 94, 95

Patrimônio 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 84, 91, 95, 96, 107, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 134, 149, 157, 161, 171, 172, 173, 177, 294, 298, 299, 300, 369, 371

Patrimônio cultural 1, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 30, 41, 49, 52, 54, 63, 96, 109, 113, 149, 157, 172

Patrimônio territorial 1, 3, 4, 5, 7, 9, 21, 22, 24, 25, 26

Potencialidades 23, 32, 40, 41, 44

Presença negra 97, 98, 99, 240

## R

Registros documentais 21

Relações internacionais 148, 149, 150, 155

## S

São Francisco do Sul 1, 9, 10, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30

Serra Negra do Norte 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44

Sociedade 1, 4, 12, 19, 22, 23, 24, 29, 32, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 66, 67, 68, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 98, 99, 100, 102, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 121, 124, 125, 126, 127, 142, 143, 145, 152, 153, 157, 159, 160, 161, 171, 172, 173, 190, 194, 195, 197, 198, 226, 230, 238, 240, 244, 254, 256, 275, 276, 279, 281, 286, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 318, 320, 321, 322, 323, 333, 346, 347, 355, 361, 365, 368, 372, 373, 374, 378, 381, 382

## T

Trabalhar 42, 63, 79, 100, 101, 123, 127, 137, 157, 158, 160, 165, 166, 172, 177, 279, 307, 308, 361, 362, 369

Turismo sustentável 32, 41

## V

Vigésio Sétimo 27º Grupo de Artilharia de Campanha 141, 142, 144

Vila 1, 5, 8, 21, 26, 41, 160, 168, 283

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-823-6



9 788572 478236